

Ministério do Meio Ambiente

Segundo Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica BRASIL



Biodiversidade **10**

**SEGUNDO RELATÓRIO NACIONAL PARA A
CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA
BRASIL**

República Federativa do Brasil

Presidente
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Vice-Presidente
JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

Ministério do Meio Ambiente

Ministra
MARINA SILVA

Secretário-Executivo
CLÁUDIO ROBERTO BERTOLDO LANGONE

Secretário de Biodiversidade e Florestas
JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

Diretor do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade
PAULO YOSHIO KAGEYAMA

Gerente de Conservação da Biodiversidade
BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS

Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Diretoria do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade
Projeto Estratégia Nacional de Diversidade Biológica e Relatório Nacional

**SEGUNDO RELATÓRIO NACIONAL PARA A
CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA
BRASIL**

**Brasília
2004**

SEGUNDO RELATÓRIO NACIONAL PARA A CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA: BRASIL

Coordenação

Braulio Ferreira de Souza Dias

Equipe do Projeto Estratégia Nacional de Diversidade Biológica e Relatório Nacional

Núbia Cristina Bezerra da Silva (coordenadora), Ana Lúcia Leite Prates, Gabriela Tunes da Silva, Luciana Aparecida Zago de Andrade, Mariana Otero Cariello, Marília Guimarães Araújo Oliveira e Pedro Davison

Consolidação das Informações

Fátima Pires de Almeida Oliveira, Gabriela Tunes da Silva, Luciana Aparecida Zago de Andrade, Mariana Otero Cariello, Núbia Cristina Bezerra da Silva e Saulo Marques de Abreu Andrade

Revisão Técnica

Gabriela Tunes da Silva, Luciana Aparecida Zago de Andrade, Mariana Otero Cariello e Saulo Marques de Abreu Andrade

Revisão do Texto em Português

Maria Beatriz Maury de Carvalho

Capa e Projeto Gráfico

Ana Lúcia Leite Prates

Editoração e Impressão

Dupligráfica Editora Ltda.

Catálogo

Alderléia Marinho Milhomens Coelho

Fotos gentilmente cedidas

Ana Lúcia Leite Prates, Christian Knepper - SCA/MMA/PNUD e Puxirum/Finlândia/CNS/PNUD, Gustavo Mozzer, Maria Carolina Hazin e Rafael Oliveira

Apoio

Projeto Estratégia Nacional de Diversidade Biológica e Relatório Nacional - BRA 97/G31; Fundo Mundial para o Meio Ambiente - GEF; Agência Brasileira de Cooperação - ABC; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD; Programa Nacional de Diversidade Biológica - PRONABIO e Programa Biovida

ISBN 85-87166-69-7

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade - DCBio. Segundo relatório nacional para a convenção sobre diversidade biológica: Brasil / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade - DCBio. -- Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 347p.: il. ; 28 cm. -- (Biodiversidade, 10).

1. Biodiversidade - Brasil. 2. Convenção sobre diversidade biológica - Brasil. I. Título.

CDU 574(81)

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Centro de Informação, Documentação Ambiental e Editoração Luís Eduardo Magalhães - CID Ambiental

Esplanada dos Ministérios - Bloco B - térreo

Brasília - DF

CEP: 70068-900

Tel.: 55 61 317 1235 / Fax: 55 61 224 5222

e-mail: cid@mma.gov.br

www.mma.gov.br

Projeto Estratégia Nacional de Diversidade Biológica e Relatório Nacional

SCEN Trecho 2 Edf. Sede do IBAMA Bloco H

Brasília - DF

CEP: 70818-900

www.mma.gov.br/estrategia



Fotos da Capa:

1/3/4/6. Rafael Oliveira

2. Maria Carolina Hazin

5/7. Gustavo Mozzer

Sumário

Lista de Figuras	7
Lista de Tabelas	9
Lista de Siglas e Abreviaturas	11
Prefácio	13
Apresentação	17
CAPÍTULO 1	
Implementação dos Artigos da Convenção sobre Diversidade Biológica no Brasil	21
Disposições Preliminares	25
Artigo 5 - Cooperação	28
Artigo 6 - Medidas gerais para a conservação e uso sustentável	31
Artigo 7 - Identificação e monitoramento	35
Decisões sobre Taxonomia	41
Artigo 8 - Conservação <i>in situ</i> [excluindo Artigos 8h e 8j]	46
Artigo 8h - Espécies exóticas	62
Artigo 8j - Conhecimento tradicional e provisões relacionadas	67
Artigo 9 - Conservação <i>ex situ</i>	76
Artigo 10 - Uso sustentável de componentes da diversidade biológica	82
Artigo 11 - Medidas de incentivo	91
Artigo 12 - Pesquisa e treinamento	96
Artigo 13 - Educação e conscientização pública	103
Artigo 14 - Avaliação de impactos e minimização de impactos negativos ..	109
Artigo 15 - Acesso aos recursos genéticos	116
Artigo 16 - Acesso à tecnologia e transferência de tecnologia	122
Artigo 17 - Intercâmbio de informações	124
Artigo 18 - Cooperação técnica e científica	126
Artigo 19 - Gestão de biotecnologia e distribuição de seus benefícios	132
Artigo 20 - Recursos financeiros	134
Artigo 21 - Mecanismos financeiros	138
Artigo 23 - Conferência das Partes	140
Artigo 24 - Secretariado	141
Artigo 25 - Órgão subsidiário de assessoramento científico, técnico e tecnológico (SBSTTA)	142
Artigo 26 - Relatórios	143
Decisão V/6. Abordagem ecossistêmica	144
Ecosistemas de águas continentais	146
Diversidade biológica marinha e costeira	149
Diversidade biológica agrícola	155
Diversidade biológica florestal	160
Diversidade biológica de áreas secas e semi-úmidas	163



Foto: Rafael Oliveira

Anexos

Anexo I. Lista de Projetos GEF no Brasil em 2002	168
Anexo II. Lista de Representantes do Governo Federal Participantes da 1ª Reunião para a Consolidação do Segundo Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica	170
Anexo III. Lista de Programas Federais com os Respective Gerentes Consultados em 2002 por meio de Ofício para a Consolidação do Segundo Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica	173
Anexo IV. Lista de Participantes de Organizações Não-governamentais da 2ª Reunião para a Consolidação do Segundo Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica	176
Anexo V. Lista de Técnicos Consultados em 2001 para Responder ao <i>Guideline</i> de Forma Independente	177
Anexo VI. Lista das Secretarias Estaduais Responsáveis pelo Tema Meio Ambiente Consultadas em 2002 por meio de Ofício para a Consolidação do Segundo Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica	178
Anexo VII. Lista de Organizações Não-governamentais Consultadas em 2002 por meio de Ofício para a Consolidação do Segundo Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica	180

CAPÍTULO 2

A Política Nacional da Biodiversidade	185
----------------------------------------------------	------------

O Desenvolvimento da Política Nacional da Biodiversidade	187
Decreto No. 4.339 de 22 de Agosto de 2002	192

CAPÍTULO 3

Avaliação de Áreas e Ações Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios nos Biomas Brasileiros - Síntese Nacional	213
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------



Lista de Figuras

Figura 1. As etapas do processo de elaboração da Política Nacional da Biodiversidade188

Figura 2. Mapa das áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira233

Lista de Tabelas

Tabela 1. Número de bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq, segundo áreas relacionadas à biodiversidade. Cada bolsa equivale a 12 (doze) mensalidades pagas no ano, para um ou mais bolsistas96

Tabela 2. Número de bolsas de pós-graduação concedidas pela CAPES em áreas relacionadas à biodiversidade97

Tabela 3. Projetos apoiados pela Fundação O Boticário nas diferentes regiões do Brasil 100

Tabela 4. Seminários de Consulta promovidos pelo Ministério do Meio Ambiente para identificar as áreas e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade nos principais grupos de biomas215

Tabela 5. Grau de importância das áreas prioritárias, por biomas216

Tabela 6. Unidades de conservação criadas desde 1998230

Tabela 7. Reservas marinhas em estudo231

Tabela 8. As 900 áreas prioritárias para a conservação, a utilização sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade brasileira, identificadas nos *workshops* para Amazônia, Caatinga, Cerrado/Pantanal, Mata Atlântica/Campos Sulinos e Zonas Costeira e Marinha234

ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
JBRJ	Jardim Botânico do Rio de Janeiro
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão
KFW	Instituto de Crédito para a Reconstrução
LBA	<i>Large Scale Biosphere – Atmosphere Experience in Amazon</i> – Experimento de Grande Escala sobre Biosfera e Atmosfera na Amazônia
MADAM	Programa <i>Mangrove Dynamics and Management</i> – Programa Manejo e Dinâmica nas Áreas de Manguezais
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
NEMA	Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental
NUPAUB	Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas
OGM	Organismo Geneticamente Modificado
ONG	Organização Não-Governamental
PARNA	Parque Nacional
PIACD	Plano de Intensificação das Ações de Controle da Dengue
PNF	Programa Nacional de Florestas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLANTAR	Política Nacional para Assuntos Antárticos
PPA	Plano Plurianual
PPBIO	Programa de Pesquisa em Biodiversidade
PPG7	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PROANTAR	Programa Antártico Brasileiro
PROBEM	Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia
PROBIO	Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira
PRODEAGRO	Programa de Desenvolvimento Agro-ambiental
PRODECER	Programa Desenvolvimento dos Cerrados
PRODES	Projeto de Monitoramento de Áreas Desflorestadas na Amazônia Legal
PRONABIO	Programa Nacional da Diversidade Biológica
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
REBIO	Reserva Biológica
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SEDAM	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEFE	Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo
SEPRO	Secretaria de Estado da Produção
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SPVS	Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental
SQA	Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos
TAMAR	Projeto Tartarugas Marinhas
TI	Terra Indígena
TNC	<i>The Nature Conservancy</i>
UC	Unidade de Conservação
WAVES	Programa <i>Water Availability, Vulnerability of Ecosystems and Society in North-eastern Brazil</i>
WWF	<i>World Wildlife Fund</i> – Fundo Mundial para a Natureza
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

Prefácio




O *Segundo Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica: Brasil* tem como objetivo apresentar o grau de implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no país até dezembro de 2002. Nesse sentido, contém informações acerca de iniciativas importantes para o atendimento aos objetivos e artigos da CDB, não somente as realizadas pelos governos federal e estaduais, como também aquelas realizadas por toda a sociedade brasileira.

Mudanças significativas na gestão da biodiversidade aconteceram a partir da posse do novo governo, em 2003. Desde então, a gestão da biodiversidade passou a privilegiar a adoção de abordagens socioambientais, dando ênfase ao papel desempenhado por atores específicos, tais como povos indígenas, comunidades extrativistas, movimentos populares, agricultores familiares, entre outros.

Dentre as importantes iniciativas do atual governo destaca-se a instituição da Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO), por meio do Decreto nº. 4.703/2003. Seu objetivo é atender aos princípios da Convenção sobre Diversidade Biológica, incluindo o conhecimento, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, com a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes do uso da biodiversidade brasileira. Coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e inicialmente composta por oito representantes do governo federal e oito instituições não governamentais, a CONABIO, por meio do Decreto nº. 4.897/2004, passou a incluir também representantes da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Suas atribuições englobam a coordenação da implementação dos compromissos da Convenção sobre Diversidade Biológica no Brasil, a coordenação e articulação para implementação da Política Nacional da Biodiversidade, a coordenação do Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), o incentivo às pesquisas e o estímulo à capacitação de recursos humanos.

Ainda sob essa ótica de mudanças visando a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica brasileira, o MMA e o IBAMA, em parceria com a Fundação Biodiversitas, a Sociedade Brasileira de Zoologia, as organizações não-governamentais *Conservation Internacional*, a *Terra Brasilis* e universidades, lançaram no Dia Internacional da Diversidade




Biológica, de 2003, a nova Lista de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção contendo 395 animais. Essa nova lista, que não era atualizada desde 1989, ao contrário das edições anteriores, tem uma característica de fomento à conservação dos *habitats* e das espécies que neles vivem. No Dia Internacional da Diversidade Biológica, no ano seguinte, foi lançada a Lista Nacional de Invertebrados Aquáticos e Peixes Ameaçados de Extinção. Essas listas são instrumentos fundamentais para a elaboração de políticas públicas de conservação da nossa biodiversidade.

Outro marco de referência para a tomada de decisão em termos de conservação e uso sustentável da biodiversidade foi a assinatura do Decreto nº. 5.092/2004, que define regras para a identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira. Com base nesse Decreto, a Portaria nº. 126 do MMA reconheceu como instrumento de política as 900 áreas prioritárias identificadas pelo “Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira - PROBIO” do MMA, para efeito da formulação e implementação de políticas públicas, programas, projetos e atividades sob a responsabilidade do Governo Federal. Para auxiliar nas tomadas de decisão, essas áreas foram classificadas em três segmentos, de acordo com sua importância para a proteção da biodiversidade brasileira: extrema importância, muito alta importância e alta importância. Há ainda a indicação de áreas insuficientemente conhecidas e que exigem estudos para indicação de seu grau de prioridade. Foram mapeadas 385 áreas na Amazônia, 182 na Mata Atlântica, 164 na Zona Costeira e Marinha, 82 áreas na Caatinga e 87 áreas nos biomas Cerrado e Pantanal. Faz parte das recomendações propostas no novo mapa de áreas prioritárias a integração entre os ministérios para identificação de interfaces nos temas ambientais, fundiários, agrícolas, de energia, águas, educação e saúde, baseada na capacitação dos municípios como agentes executores.

O MMA também implementou uma nova ação denominada “Fomento à Implantação de Sistemas Comunitários de Conservação e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade” no âmbito do Programa de Uso Sustentável e Conservação dos Recursos Genéticos do Plano Plurianual - PPA 2004 – 2007. Seu principal objetivo é a promoção da segurança alimentar e da autonomia de comunidades locais. A ação, direcionada a agricultores familiares, comunidades tradicionais e povos indígenas, é fundamentada no apoio às demandas da sociedade civil organizada, que promovem o uso sustentável da agrobiodiversidade. As atividades se concentram em quatro linhas principais: resgate e cultivo de sementes crioulas; manejo e boas práticas de manipulação de plantas medicinais; manejo agroextrativista sustentável; e produção em sistemas agroflorestais. O principal projeto em execução é a implementação de Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade em assentamentos de reforma agrária, envolvendo 5.000 famílias de agricultores de forma direta e 25.000 de forma indireta, em 10 Estados da Federação. O desafio é a ampliação dessas atividades para outros movimentos sociais e outros estados, de forma a induzir significativamente a mudança do modelo de uso da terra para um modelo fundamentado no uso sustentável dos recursos naturais, mais apropriado para a agricultura familiar brasileira.

Preocupado também com os riscos que ameaçam a biodiversidade brasileira relacionados à introdução de espécies invasoras, o MMA consolidou o “Plano Estratégico de Ação Regional para o Controle de Gestão de Água de Lastro e Espécies Aquáticas Invasoras”, com representantes do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. A adoção conjunta do plano estratégico é consequência do projeto desenvolvido pelo MMA, que resultou na criação de uma Força-Tarefa Nacional de Combate ao Mexilhão Dourado, para monitorar e impedir a expansão dessa espécie em águas brasileiras, que está invadindo os rios do país nas regiões Sul e Centro-Oeste. A Força-Tarefa, formada por diversas instituições e entidades diretamente envolvidas no problema, vai sugerir medidas de controle que possibilitem a estruturação, implementação e avaliação de um plano de controle.



Outro tema abrangente abordado pelo novo governo é a biossegurança. No Senado Federal, ele ganhou a forma do Projeto de Lei nº 153/2004 e na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 2.401/2003, de iniciativa do Poder Executivo. Esses projetos estabelecem normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização, o consumo, a liberação no meio ambiente e o descarte de organismos geneticamente modificados (OGMs). Além disso, visam estimular o avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia, proteger a vida, a saúde humana, animal e vegetal, e proteger o meio ambiente, em atendimento ao princípio da precaução.

O governo está finalizando ainda o Anteprojeto de Lei de Acesso ao Material Genético e seus Produtos, de Proteção aos Conhecimentos Tradicionais Associados e de Repartição de Benefícios Derivados de Seu Uso, que dispõe sobre a coleta, o acesso e a remessa de material biológico, genético e seus produtos, a proteção e o acesso a conhecimentos tradicionais associados e a repartição de benefícios derivados de seu uso.

Destaca-se também o lançamento do novo Programa Nacional de Florestas (PNF) para fomentar o Setor Florestal Brasileiro a enfrentar de forma inédita problemas históricos e reforçar seu compromisso de conciliar desenvolvimento econômico e conservação do meio ambiente. O programa permitirá melhoria da qualidade de vida da população e desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente viável para o Brasil. O novo PNF está sendo executado com o envolvimento de vários setores do governo e da sociedade, representados na Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (CONAFLO). A comissão, instituída pelo Decreto nº 4.864/2003, tem a finalidade de propor e de avaliar medidas para o cumprimento dos princípios e das diretrizes das políticas públicas voltadas ao Setor Florestal, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente e com o Código Florestal.

No âmbito do novo PNF, o manejo sustentável, com ênfase no manejo comunitário, é considerado uma prioridade para garantir a conservação e o uso sustentável das florestas. Essa tarefa é desempenhada pelo Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (ProManejo), uma parceria entre o MMA e o IBAMA, apoiada pelo Programa de Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), que busca formas inovadoras do uso sustentável dos recursos florestais e, simultaneamente, promove a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais. Também merecem destaque o Projeto de Manejo Integrado de Ecossistemas e de Bacias Hidrográficas na Caatinga, integrando as atividades do novo PNF. O Projeto visa combater a desertificação por meio do reflorestamento de pontos críticos do Semi-Árido, identificados a partir de estudos do MMA.

Cabe ainda ressaltar que, no plano internacional, o governo promoveu, em dezembro de 2003, na cidade do Rio de Janeiro, a “Reunião para Identificação de Temas em Biodiversidade para Cooperação e Intercâmbio entre os Países da América do Sul”, organizada pelo Projeto Estratégia Nacional de Diversidade Biológica e Relatório Nacional para a CDB. A reunião teve como meta abranger todas as realidades e perspectivas do comprometimento dessas nações na conservação, no uso sustentável e na repartição de benefícios da biodiversidade e identificar os principais avanços no processo de implementação das Estratégias Nacionais de Biodiversidade (ENBs) desde 1998. Além disso, a Reunião apontou temas de interesse comum relacionados à biodiversidade, que pudessem servir como subsídios para elaboração de planos de ação em conjunto para implementação dos compromissos da CDB.



Essas são algumas das principais iniciativas deste governo diante de uma sociedade comprometida com a conservação e o uso sustentável de seus recursos naturais, preocupado em incluir, tanto nas tomadas de decisão quanto nas ações, todos os atores sociais envolvidos com a gestão da biodiversidade. Somente com o apoio de toda a sociedade brasileira é possível modificar nossa realidade ambiental e permitir que o país se desenvolva em harmonia com a proteção dos recursos naturais.

Marina Silva
Ministra de Estado do Meio Ambiente

Apresentação




É obrigação dos países signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB informar, a cada quatro anos, sobre o processo de implementação da CDB, apresentando o Relatório Nacional. O Brasil elaborou seu Primeiro Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica e disponibilizou-o, em português (em 1998) e em inglês (em 1999), em versão impressa e eletrônica no endereço www.mma.gov.br/biodiversidade/relpub.html.

No período de 1999 a 2002, o País ocupou-se de elaborar a Estratégia Nacional de Biodiversidade, apoiando a organização de sínteses sobre o conhecimento da biodiversidade, e identificando áreas e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira em todos os biomas. Tais medidas culminaram com o estabelecimento de um marco legal, o Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002, que instituiu os princípios e diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade. Desse modo, o Brasil optou primeiro por consolidar os princípios e as diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade, para depois elaborar o Segundo Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica.

Apresentamos aqui o *Segundo Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica: Brasil*, cujo conteúdo reflete o grau de implementação da CDB no país, até dezembro de 2002. O relatório compreende-se de três seções:

O primeiro capítulo contém as questões e respostas do questionário do *Guia para Relatórios Nacionais*. O Guia foi estabelecido pelas Partes da Convenção (Decisão V/19), como roteiro para a elaboração dos relatórios nacionais, e contém 377 questões referentes ao grau de implementação dos artigos da CDB no País. Para responder a esse questionário, o Ministério do Meio Ambiente – MMA realizou processo de consulta aos dois principais setores gestores da biodiversidade brasileira: o Governo Federal e as organizações não-governamentais. A consulta foi realizada por meio de duas reuniões em que os participantes discutiram uma minuta do questionário previamente respondido pela equipe do MMA. Para consultar o Governo Federal, o MMA selecionou 50 programas do Plano Plurianual do Governo Federal (PPA), que mantêm interfaces com a CDB. Posteriormente, realizou reunião com representantes desses programas, nos dias 7 e 8 de novembro de 2002, em Brasília, quando foi submetida a minuta do *Guia para Relatórios Nacionais* respondida e comentada.



Processo similar foi realizado para as organizações não-governamentais: foram selecionadas 65 ONGs, consultadas por meio de ofício, das quais 19 foram convidadas a analisar e criticar o questionário respondido em uma reunião de consulta nos dias 26 e 27 de novembro de 2002, também em Brasília.

Além disso, também foi solicitado às secretarias responsáveis pela área ambiental nos 26 Estados do Brasil e no Distrito Federal que sintetizassem as principais iniciativas estaduais para cumprimento dos artigos da CDB. Obteve-se resposta de sete Estados.

Para inserir comentários pertinentes a cada questão, que demonstrassem iniciativas dos três setores consultados (Governo Federal, governos estaduais e organizações não-governamentais) foram tomadas como base quatro fontes: 1) informações disponibilizadas na internet; 2) informações oferecidas pelos representantes dos três setores consultados; 3) informações constantes no documento *Gestão Ambiental no Brasil* – volumes de 1 a 5, disponível em www.mma.gov.br/pnmall; e 4) informações do documento denominado *Políticas Públicas e Biodiversidade*.

No Guia para Relatórios Nacionais há um conjunto de perguntas para cada artigo da CDB, sendo que existem duas perguntas que se repetem para todos os artigos, referentes ao grau de prioridade dado pelo país à implementação daquele artigo e à disponibilidade de recursos para implementar as ações necessárias. Para responder a essas duas questões, primeiramente foi feito um levantamento das iniciativas realizadas no país que atendem ao artigo da CDB em questão. A partir desse levantamento, foi possível avaliar o grau de prioridade dado pelo país e a disponibilidade de recursos para implementação daquele artigo. O MMA estabeleceu, então, critérios para responder a essas perguntas. A partir do levantamento das iniciativas nacionais relacionadas com aquele artigo, avaliou-se se o referido artigo estava contemplado em: legislação, política, programa e linha de fomento. Ao artigo contemplado em três ou quatro casos acima, considerou-se a prioridade dada como ALTA; se estivesse contemplado em um ou dois casos acima, a prioridade foi considerada MÉDIA; e, se não estivesse contemplado em nenhum dos casos acima, BAIXA. Para avaliar a disponibilidade de recursos, foram considerados: recursos financeiros, recursos humanos, recursos institucionais e instrumentos legais e econômicos. Se o Brasil possuísse quatro dos elementos citados acima para um determinado artigo da CDB, a disponibilidade de recursos foi considerada BOA; se possuísse três elementos, a disponibilidade de recursos foi considerada ADEQUADA; se possuísse dois dos elementos, LIMITANTE; e, finalmente, se possuísse um ou nenhum, SEVERAMENTE LIMITANTE.

Cada grupo consultado (representantes do Governo Federal e representantes dos setores não-governamentais) ofereceu uma única resposta para cada questão do guia, produto da discussão e consenso, resultando, em no máximo, três respostas diferentes para cada questão (uma da equipe MMA, uma dos representantes do governo federal e uma dos representantes das 19 organizações não-governamentais consultadas), que foram consolidadas em uma única resposta pelo MMA. Nos casos em que as respostas dos três grupos foram divergentes, foi apontada a diferença de percepção dos setores quanto ao cumprimento dos artigos tratados. Os representantes dos setores não-governamentais abstiveram-se de responder os artigos 5, 20, 21, 23, 24, 25, 26, e parte das questões sobre abordagem ecossistêmica, para os temas agrobiodiversidade e biodiversidade marinha e costeira. Os representantes destas organizações alegaram que não tinham conhecimento da matéria nos itens referentes às ações do governo e, portanto, manifestaram o impedimento para responder aos artigos mencionados.

As respostas dadas representam uma média de diferentes percepções acerca do atendimento a determinado artigo. É importante ressaltar que muitas respostas seriam divergentes se fossem consideradas as diferenças regionais existentes no Brasil, um país



de dimensões continentais, com grandes disparidades sociais, políticas e econômicas em seu território, e com alta diversidade paisagística e cultural. A resposta dada, por vezes, não reflete exatamente a realidade do País, uma vez que é uma média de situações diametralmente opostas. Sempre que possível, essas disparidades foram indicadas nos quadros de respostas em comentários referentes a cada artigo.

Pode-se inferir, a partir do Segundo Relatório Nacional, que houve avanço importante no País no que se refere ao cumprimento dos artigos de conservação *in situ* e *ex situ*, quanto ao uso sustentável dos componentes da biodiversidade, principalmente em biomas florestais (Amazônia e Mata Atlântica) e no que diz respeito à pesquisa e ao treinamento. Nesses biomas, observa-se a ampla aplicação dos princípios da abordagem ecossistêmica.

Existem iniciativas na escala federal e na estadual visando regulamentar o acesso aos recursos genéticos e promover repartição justa e equitativa de benefícios oriundos do uso de recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados. Ainda é incipiente o atendimento ao artigo 7º – Identificação e Monitoramento da Biodiversidade, ainda que tenham sido identificadas as 900 áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira.

Também há necessidade de investimentos para o tratamento dos seguintes temas: espécies invasoras, educação e sensibilização pública, estabelecimento de medidas de incentivo e abordagem ecossistêmica.

O segundo capítulo deste documento descreve o processo de elaboração da Estratégia Nacional de Biodiversidade que culminou na assinatura do Decreto nº 4.339, do Presidente da República, o qual instituiu os princípios e as diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade, em 22 de agosto de 2002, transcrito neste capítulo.

O terceiro capítulo refere-se à síntese das cinco avaliações por bioma que foram realizadas no período de 1998 a 2000. Coordenadas por um grupo de acadêmicos e representantes de organizações não-governamentais, enfocaram os cinco conjuntos dos principais biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado & Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica & Campos Sulinos e Zonas Costeira & Marinha. Essas avaliações contaram com a participação de representantes do setor acadêmico, de organizações não-governamentais e de gestores governamentais, envolvendo, em média, cerca de 200 pessoas em cada reunião, e resultando na indicação de 900 áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira. Também foram produzidos um conjunto de documentos temáticos e cinco sumários executivos e respectivos mapas-síntese. As recomendações das avaliações por bioma estão sendo seguidas para o estabelecimento de diretrizes ambientais no Brasil.

Todas as pessoas e as instituições que contribuíram para a formulação deste Segundo Relatório Nacional sobre a implementação da CDB do Brasil estão com seus nomes listados nos anexos do primeiro capítulo.

O relatório foi consolidado entre agosto e dezembro de 2002, e aprovado pela Comissão Nacional de Biodiversidade – Conabio (criada pelo Decreto Presidencial 4.703 de 21 de maio de 2003) em 24 de outubro de 2003. Uma versão preliminar deste Relatório foi enviada ao Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica em dezembro de 2002.

João Paulo Capobianco
Secretário de Biodiversidade e Florestas

Capítulo 1

Capítulo 1

**IMPLEMENTAÇÃO DOS ARTIGOS DA CONVENÇÃO SOBRE
DIVERSIDADE BIOLÓGICA NO BRASIL**



Foto: Rafael Oliveira

Implementação dos Artigos da Convenção sobre Diversidade Biológica no Brasil

Favor fornecer os seguintes detalhes sobre a origem desse relatório

Parte Contratante	Brasil	
Ponto Focal Nacional		
Nome completo da instituição:	MRE - Divisão do Meio Ambiente	Ministério das Relações Exteriores
Nome e título do representante para contato	Everton Vargas Diretor Geral do Departamento do Meio Ambiente e Temas Especiais	
Endereço para correspondência:	Divisão de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores. Anexo I 4º andar sala 439 CEP 70.170-900 Brasília, DF	
Telefone:	55 61 411 6801	
Fax:	55 61 411 6811	
E-mail:	evargas@mre.gov.br	
Representante para contato pelo relatório nacional		
Nome completo da instituição:	Ministério do Meio Ambiente Secretaria de Biodiversidade e Florestas	
Nome e título do representante para contato:	Paulo Kageyama Diretor do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade	
Endereço para correspondência:	SCEN Trecho 2, Setor de Clubes Desportivos Norte Ed. Sede do IBAMA, Bloco H 70818-900 Brasília, DF	
Telefone:	55 61 325 3987/ 55 61 325 5590	
Fax:	55 61 325 7967	
E-mail:	paulo.kageyama@mma.gov.br http://www.mma.gov.br/biodiversidade	
Submissão		
Assinatura do representante responsável por submeter o relatório nacional:		
Data de submissão:	Versão final aprovada pela Comissão Nacional de Biodiversidade em reunião de 24 de outubro de 2003	

Capítulo 1

Favor fornecer informações resumidas sobre o processo pelo qual este relatório foi preparado, incluindo informações sobre os interessados que estiveram envolvidos ativamente na preparação do relatório e sobre o material que foi usado como base para o mesmo.

Para elaborar o Segundo Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica, o Brasil, por intermédio do MMA, adotou procedimento de consulta para três setores gestores da biodiversidade: 1) Governo Federal, 2) organizações não-governamentais e 3) Governos Estaduais. Primeiramente, a equipe do MMA elaborou uma minuta com o questionário respondido e com os comentários inseridos, com base no levantamento secundário (principalmente pela internet) das iniciativas executadas pelos diferentes setores da sociedade para o atendimento aos artigos da Convenção. Essa minuta foi submetida em duas reuniões de consulta: uma para os representantes de 50 programas governamentais federais do Plano Plurianual, em 7 e 8 de novembro de 2002, em Brasília, e uma para os representantes de 19 organizações não-governamentais, nos dias 26 e 27 de novembro de 2002, em Brasília. Nessa minuta, também foram inseridas as principais experiências dos Governos estaduais (são 26 estados e o Distrito Federal) para o atendimento aos artigos da CDB. Os representantes das ONGs abstiveram-se de responder os artigos 5, 20, 21, 23, 24, 25, 26 e a abordagem ecossistêmica para os temas agrobiodiversidade e biodiversidade marinha e costeira.

Dos 396 programas federais do Governo brasileiro (PPA), foram destacados 50, dos quais foram mapeadas as principais iniciativas realizadas, as diretrizes formalmente estabelecidas pelo Governo brasileiro em áreas a princípio não-orientadas diretamente para lidar com a problemática da biodiversidade, mas com implicações em compromissos assumidos pelo Brasil, relativos à implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB. Foi feito levantamento desses 50 programas com base nas informações da internet e no documento: *Políticas Públicas e Biodiversidade no Brasil* (Leitão, P., Albagli S. e Leite F.).

Foram organizadas as informações disponíveis *on-line* e em publicações das organizações não-governamentais que atuam no País concernentes ao cumprimento da Convenção sobre Diversidade Biológica. Essas informações foram convertidas nos comentários do *guideline* pertinente a cada artigo.

Com base nas duas respostas obtidas – reunião dos representantes governamentais e dos representantes de outros gestores da biodiversidade – foi consolidada a presente versão.

Para as Secretarias de Meio Ambiente, ou correlatas, dos Governos estaduais, das 27 unidades da federação, foi solicitada a inserção de comentários sobre as realizações dos Governos estaduais afetas aos artigos da Convenção. Também foram retiradas informações sobre a ação dos Governos estaduais da publicação Diagnóstico da Gestão Ambiental no Brasil – documento do Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA-MMA que, em 2000, consolidou em cinco volumes a gestão ambiental dos estados brasileiros – informação disponível em www.mma.gov.br/port/se/pnma2/index.cfm. Também foram capturadas informações dos sites dos Governos estaduais.

Foram também agregadas nos textos dos comentários, informações prestadas individualmente por técnicos das instituições federais, estaduais e de não-governamentais.

Uma versão preliminar foi enviada ao Secretariado da CDB, em dezembro de 2002.

Em 24 de outubro de 2003 a Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO) –, com base nas atribuições estabelecidas no Decreto nº 4.703 de 21 de maio de 2003 aprovou o texto do relatório.

Favor fornecer informações sobre quaisquer circunstâncias, em seu país, que sejam relevantes para a compreensão das respostas das questões desse relatório.

O Brasil, por ser um País com dimensões continentais, apresenta uma série de diferenças regionais marcantes, tanto em aspectos físicos e ecológicos quanto em aspectos sociais, econômicos e políticos. Portanto, na maior parte das vezes, é difícil definir um estado ou uma posição (na resposta às questões do guia) que reflita a realidade do País, uma vez que as discrepâncias regionais são enormes. De fato, existe a necessidade de se fornecer uma única resposta para o País, como um todo. No entanto, esse tipo de procedimento gera perda de informação; pois, em muitos casos, reflete apenas uma média do País e não aponta para problemas mais sérios, que, na maioria das vezes, residem nas regiões mais pobres, como Nordeste e Norte.

Capítulo 1

Para minimizar estes aspectos, na metodologia de consulta foi submetida uma minuta, previamente preparada com as respostas e os comentários que auxiliaram na obtenção de resposta de senso comum entre os representantes gestores da biodiversidade. Por esta razão, quando houve muita diferença no grau de percepção de atendimento a determinado artigo, por parte dos setores consultados, esta diferença foi apontada.

Informações sobre o Brasil: www.ibge.gov.br.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A Conferência das Partes Contratantes (Conference of the Parties - COP) estabeleceu programas de trabalho que respondem a uma série de Artigos. Favor identificar a prioridade relativa, de acordo com cada tema, e a adequação de recursos. Isso permitirá que as informações subseqüentes sobre a implementação de cada Artigo sejam contextualizadas. Há outras questões sobre a implementação dos programas de trabalho, ao final dessas diretrizes.

Ecossistemas de águas continentais

1. Qual a prioridade relativa para a implementação desse programa de trabalho em seu país?	
a) Alta	
b) Média	
c) Baixa	X
d) Irrelevante	
2. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?	
a) Bom	
b) Adequado	
c) Limitante	X
d) Muito limitante	

Diversidade biológica marinha e costeira

3. Qual a prioridade relativa para a implementação desse programa de trabalho em seu país?	
a) Alta	
b) Média	X
c) Baixa	
d) Irrelevante	
4. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?	
a) Bom	
b) Adequado	
c) Limitante	
d) Muito limitante	X

Capítulo 1

Diversidade biológica agrícola

5. Qual a prioridade relativa para a implementação desse programa de trabalho em seu país?	
a) Alta	
b) Média	X
c) Baixa	
d) Irrelevante	
6. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?	
a) Bom	
b) Adequado	
c) Limitante	X
d) Muito limitante	

Diversidade biológica florestal

7. Qual a prioridade relativa para a implementação desse programa de trabalho em seu país?	
a) Alta	X
b) Média	
c) Baixa	
d) Irrelevante	
8. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?	
a) Bom	
b) Adequado	
c) Limitante	
d) Muito limitante	X

Diversidade biológica de áreas secas e semi-úmidas

9. Qual a prioridade relativa para a implementação desse programa de trabalho em seu país?	
a) Alta	
b) Média	
c) Baixa	X
d) Irrelevante	
10. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?	
a) Bom	
b) Adequado	
c) Limitante	
d) Muito limitante	X

Comentários adicionais sobre programas de trabalho e prioridades

Questões 01 e 02.

Avanço importante na gestão de recursos hídricos no Brasil, foi o estabelecimento da Lei nº 9433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, com sua implementação pela Agência Nacional de Águas (www.ana.gov.br).

Questões 1 a 10.

As políticas voltadas à proteção da biodiversidade no Brasil tendem a privilegiar os ecossistemas florestais, como a Amazônia e a Mata Atlântica. Por isso, o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio), com recursos de doação do GEF, apoiou, no período de 1998 a 2000, *workshops* de avaliações e indicações de áreas prioritárias para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e a repartição de benefícios oriundos do acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados em cinco conjuntos de biomas brasileiros: Cerrado e Pantanal; Mata Atlântica e Campos Sulinos; Caatinga; Amazônia; Zonas Costeira e Marinha. Tais *workshops* envolveram uma média de 200 especialistas por reunião, que elaboraram relatórios temáticos e um sumário executivo para cada bioma, com o respectivo mapa de áreas prioritárias e com as recomendações para uso dessas áreas. As cinco avaliações foram consolidadas no documento nº 5 da Série Biodiversidade do MMA: *Biodiversidade Brasileira: Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira*, disponível em www.mma.gov.br/port/sbf/chm/relpub.html#biolivbr. A síntese destas avaliações corresponde ao Capítulo 3 deste Segundo Relatório. Foram identificadas 900 áreas prioritárias para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, bem como para a repartição de benefícios oriundos do acesso aos seus recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados e foram formuladas recomendações para manejo, recuperação e criação de Unidades de Conservação, entre outras, estabelecendo-se diferentes níveis de importância para a conservação da biodiversidade das áreas indicadas. Foi criado um gradiente que indica o grau de importância da conservação da biodiversidade das áreas indicadas: extremamente alta, alta, média prioridade, e foram indicadas as áreas insuficientemente conhecidas. As recomendações estabelecidas nas avaliações por bioma estão sendo adotadas em programas e iniciativas governamentais e não-governamentais de gestão da biodiversidade. Como exemplo, ressalte-se que o Fundo Nacional do Meio Ambiente, que tem como missão apoiar projetos para atendimento da Política Nacional do Meio Ambiente, estabeleceu nas linhas temáticas de financiamento a prioridade para execução de projetos nas áreas selecionadas nos *workshops* por bioma.

Dentre as iniciativas estaduais podem ser destacadas as de Pernambuco e Minas Gerais. Estes estados definiram suas áreas prioritárias para conservação da biodiversidade e possuem as publicações:

- Atlas da Biodiversidade de Pernambuco. Publicação que identifica as ações prioritárias de conservação do estado. Há, também, um encarte com ilustrações e uma variedade de mapas que identificam, nas mais diversas regiões do estado, os seus ecossistemas. Um total de 117 pesquisadores participou do processo de criação do projeto. O Atlas tem como base o Diagnóstico da Biodiversidade do Estado de Pernambuco. Lançado em 2002 e publicado em dois volumes pela Editora Massangana, o Diagnóstico conta com mais de 100 artigos escritos por especialistas na área.
- Atlas da Biodiversidade de Minas Gerais. Em 1998, o Estado de Minas Gerais, em uma iniciativa pioneira no planejamento regional, definiu, com o apoio da comunidade científica e de ambientalistas, reunidos em um *workshop*, as prioridades para a conservação de sua biodiversidade. Os resultados das discussões foram sintetizados na publicação *Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação*. As informações contidas no Atlas foram orientadas para subsidiar as ações de conservação no estado e os programas que visam à criação de novas áreas protegidas, definindo as prioridades para pesquisa e inventário.

Capítulo 1

Artigo 5 Cooperação

11. Qual a prioridade relativa proporcionada para a implementação desse Artigo e de decisões associadas por seu país?

a) Alta	X	b) Média		c) Baixa	
---------	---	----------	--	----------	--

12. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?

a) Bom		b) Adequado		c) Limitante	X	d) Muito limitante	
--------	--	-------------	--	--------------	---	--------------------	--

Comentários adicionais sobre a prioridade relativa e a disponibilidade de recursos

Questões 11 e 12.

O Brasil realiza o seguinte programa de cooperação em áreas internacionais:
Programa Brasileiro da Antártica

O Brasil participa dos seguintes acordos internacionais:

- Programas Ligados ao Comitê Oceanográfico Internacional
- Programa de Avaliação Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE)

Cooperações Bilaterais e em Áreas de Fronteiras:

- *Studies in Human Impact on Forests and Floodplains in the Tropics* (SHIFT - Alemanha e EUA): é um programa teuto-brasileiro de pesquisa aplicada voltada aos ecossistemas tropicais. O Programa SHIFT analisa as relações básicas entre os componentes bióticos e abióticos em ecossistemas tropicais, assim como o impacto antropogênico e seus fatores socioeconômicos. O objetivo é desenvolver conceitos para o uso sustentável de florestas e áreas inundadas tropicais, preservando suas características típicas, o tanto que for possível.

Questão 12.

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento de médio prazo das ações do Governo brasileiro, conforme determina a Constituição. Para o período 2000-2003, o plano apresentado pelo Governo ao Congresso, que recebeu o nome de Avança Brasil, trouxe mudanças de grande impacto no sistema de planejamento e orçamento federais. Dos 396 PPAs do Governo federal, 17 apresentam interfaces com o tema Cooperação, e um deles é considerado estratégico (GENOMA) e, por isso, tem maior aporte de recursos: Amazônia Sustentável/MMA, Biotecnologia e Recursos Genéticos – GENOMA/MCT, Ciência e Tecnologia para Gestão de Ecossistemas/MCT, Conservação Ambiental de Regiões Mineradas/MME, Desenvolvimento da Pesca/MAA, Educação Ambiental/MMA, Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico/MCT, Florestar/MMA, Florestas Sustentáveis/MMA, Gestão da Política do Meio Ambiente/MMA, Proteção da Amazônia/PR, Zoneamento Ecológico-Econômico/MMA, Sociedade da Informação – INTERNET II/MCT, Gestão da Política de Ciência e Tecnologia/MCT, Brasil em Ação/MP, Gestão da Política Agropecuária, Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR /MD.

13. Seu país coopera ativamente com outras Partes, no que diz respeito a áreas, além da jurisdição nacional, para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica?

a) cooperação bilateral (favor fornecer detalhes abaixo)	X
b) programas internacionais (favor fornecer detalhes abaixo)	X
c) acordos internacionais (favor fornecer detalhes abaixo)	X

Capítulo 1

Decisão IV/4. Situação e tendências da diversidade biológica de ecossistemas de águas continentais e opções para conservação e uso sustentável

14. Seu país desenvolve cooperações efetivas para o manejo sustentável de corpos d'água transfronteiriços, reservatórios, bacias hidrográficas e espécies migratórias por meio de acordos bilaterais e multilaterais?	
a) não	
b) sim – extensão limitada (favor fornecer detalhes abaixo)	X
c) sim – extensão significativa (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) não se aplica	

Decisão IV/15. Relacionamento da CDB com a CDS e convenções relacionadas à biodiversidade, outros acordos internacionais, instituições e(ou) processos relevantes

15. Seu país desenvolve práticas de manejo para áreas protegidas transfronteiriças?	
a) não	
b) sim – extensão limitada (favor fornecer detalhes abaixo)	X
c) sim – extensão significativa (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) irrelevante	

Decisão V/21. Cooperação com outros organismos

16. Seu país colabora com o Ano de Observação da Biodiversidade Internacional da DIVERSITAS, e assegura complementaridade com a iniciativa prevista a ser empreendida pela Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas e pelo Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica para aumentar o conhecimento científico e a consciência pública do papel crucial da biodiversidade para o desenvolvimento sustentável?	
a) não	
b) em extensão limitada	X
c) em extensão significativa	

Decisão V/27. Contribuição da Convenção sobre Diversidade Biológica para a revisão do progresso alcançado em dez anos desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

17. Seu país planeja destacar e enfatizar considerações sobre a diversidade biológica em sua contribuição para a revisão do progresso de dez anos, desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento?	
a) não	
b) sim	X

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 14.

O IBAMA desenvolve diversos projetos de proteção, os quais contam com o apoio da CITES – sigla inglesa da “Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e da Flora Silvestre” –, da qual o Brasil é signatário, inclusive com o Projeto Baleia Jubarte.



Capítulo 1

Questão 15.

Quanto às áreas protegidas transfronteiriças (Decisão V/15), o Brasil faz parte de uma cooperação tripartite para a conservação de Foz do Iguaçu. Não há áreas de conservação transfronteiriças. Ressalte-se também as seguintes iniciativas: Aquífero Guarani – corpos d'água transfronteiriços; Recuperação de áreas degradadas na cabeceira do Rio Madeira; Acordo de pesca com Paraguai; Criação do Parque Nacional do Tumucumaque e Criação de uma Reserva Biológica Brasil, Bolívia e Paraguai (Pantanal – NABILEQUE); Tratado da Bacia do Prata.

Questão 17.

Foram preparados documentos. Disponíveis em www.riomaisdez.gov.br.

Artigo 6 Medidas gerais para a conservação e uso sustentável

18. Qual a prioridade relativa proporcionada para a implementação desse Artigo e das decisões associadas pelo seu país?					
a) Alta		b) Média	X	c) Baixa	
19. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?					
a) Bom		b) Adequado		c) Limitante	X
d) Muito limitante					
Comentários adicionais sobre a prioridade relativa e a disponibilidade de recursos					
<p>Questões 18 e 19.</p> <p>A Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente vem realizando ações visando à implementação desse artigo. O Projeto Estratégia Nacional de Diversidade Biológica, acordo de doação PNUD 97 G 31, com recursos do <i>Global Environmental Facility</i>, realizou alguns avanços, sendo o mais importante a elaboração de instrumento legal que instituiu os princípios e as diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade, estabelecida pelo Decreto nº. 4.339, de 22 de agosto de 2002. É importante ressaltar que o Ministério do Meio Ambiente optou por elaborar tal documento de forma participativa, a partir de uma consulta nacional a diversos setores da sociedade afetos à temática da biodiversidade. Mais informações podem ser obtidas em www.mma.gov.br/biodiversidade.</p> <p>Além disso, foram realizadas as Avaliações por bioma (ver comentários sobre prioridades), disponível em www.mma.gov.br/port/sbf/chm/relpub.html#biodivbr.</p> <p>A legislação ambiental brasileira vem se adequando às exigências dos acordos internacionais. Foi realizado um trabalho (Wolff, S. 2000) <i>Legislação Ambiental Brasileira: Grau de adequação à Convenção sobre Diversidade Biológica</i>, Série Biodiversidade 3, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 88p.) em que ficou demonstrado que, quanto à legislação, o Brasil não atende somente ao artigo 17 da CDB; atende parcialmente aos artigos 7º, 8º, 9º, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18 e 19 e atende plenamente aos artigos 6º e 11.</p> <p>Quanto às políticas setoriais, houve avanços nas políticas florestais (Agenda Positiva da Amazônia) e nas diretrizes para políticas de conservação e uso sustentável do meio ambiente.</p> <p>A Medida Provisória nº. 2186-16 dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, sobre a repartição de benefícios e sobre o acesso à tecnologia e à transferência de tecnologia para sua conservação e utilização. O Decreto nº. 3.945, de 28 de setembro de 2002, define a composição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e estabelece as normas para o seu funcionamento, mediante a regulamentação dos artigos 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18 e 19 da Medida Provisória nº. 2.186-16, e dá outras providências.</p> <p>Apesar dos avanços, alguns dados revelam que a biodiversidade, assim como outras questões ambientais, não é tratada como tema prioritário pelo Governo brasileiro. Dos 396 programas plurianuais do Governo, apenas 50 mantêm alguma interface com os artigos da CDB. Dos 396 programas, 54 receberam o <i>status</i> de estratégicos e, por isso, recebem mais recursos financeiros. Dos 54 programas estratégicos, apenas três possuem interfaces com a temática da biodiversidade. São eles: Biotecnologia e Recursos Genéticos GENOMA/(MCT), Parques do Brasil (MMA), Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios (MMA).</p>					

Capítulo 1

20. Qual a situação da sua estratégia nacional de biodiversidade (6a)?	
a) nenhuma	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) completo ¹	
e) completo e adotado ¹	X
f) relatórios sobre implementação disponíveis	
21. Qual a situação do seu plano de ação de biodiversidade nacional (6a)?	
a) nenhuma	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	X
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) completo ¹	
e) completo e adotado ¹	
f) relatórios sobre implementação disponíveis	
22. Suas estratégias nacionais e planos de ação abrangem todos os artigos da Convenção (6a)?	
a) apenas poucos artigos	
b) a maioria dos artigos	
c) todos os artigos	X
23. Suas estratégias nacionais e planos de ação abrangem a integração de outras atividades setoriais (6b)?	
a) não	
b) poucos setores	
c) todos os mais importantes setores	X
d) todos os setores	

Decisão II/7 e Decisão III/9. Consideração dos Artigos 6 e 8

24. Que ação está sendo realizada para trocar informações e compartilhar experiências no processo de planejamento de ação nacional com outras Partes Contratantes?	
a) pouca ou nenhuma ação	
b) compartilhamento de estratégias, planos e(ou) estudos de casos	X
c) encontros regionais	X
25. Todas as estratégias e planos de ação de seu país incluem componente de cooperação internacional?	
a) não	X
b) sim	

¹ Favor fornecer as informações solicitadas ao final dessas questões.

Capítulo 1

26. As estratégias e os planos de ação de seu país estão coordenados com aqueles de países vizinhos?	
a) não	X
b) discussões bilaterais/multilaterais em execução	
c) coordenadas em poucas áreas/temas	
d) plenamente coordenadas	
e) não se aplica	
27. Seu país estipula alvos mensuráveis dentro de suas estratégias e planos de ação?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	X
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) programa em uso	
e) relatórios de implementação disponíveis	
<i>Se a Parte for país em desenvolvimento ou com economia em transição -</i>	
28. Seu país recebe apoio do mecanismo financeiro para o preparo das suas estratégias nacionais e planos de ação?	
a) não	
b) sim	X
Caso positivo, qual foi a Agência de Implementação (PNUD/PNUMA/Banco Mundial)?	GEF PNUD

Decisões III/21. Relacionamento da Convenção com a CDS e convenções relacionadas à biodiversidade

29. Os pontos focais da CDB e as autoridades competentes da Convenção de Ramsar, da Convenção de Bonn e do CITES estão cooperando na implementação dessas convenções para evitar duplicação?	
a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo **Questões 20, 22 e 23.**

No âmbito federal, há o Programa Biodiversidade e Recursos Genéticos (BIOVIDA), programa do Governo federal, de grande importância para a implementação da CDB no País, que é gerido pelo Ministério do Meio Ambiente. O Programa BIOVIDA conta com R\$56,8 milhões e tem como principal objetivo promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade.

Suas principais ações são:

- apoio a projetos de manejo sustentável de flora e fauna;
- estabelecimento de estratégia nacional de biodiversidade brasileira;
- fomento a projetos de conservação e utilização sustentável da diversidade biológica (PROBIO);
- conservação das espécies ameaçadas de extinção;
- identificação de espécies da flora nativa;
- implantação da rede de informação em biodiversidade.

Capítulo 1

Seus principais resultados são:

- publicação de 89 pesquisas sobre a flora brasileira, 18 sobre flora e a fauna silvestres, disponibilização de 27 trabalhos *on-line* a respeito da biodiversidade e da legislação ambiental;
- criação da página virtual "Rede Brasileira de Informações em Biodiversidade - BINBR" com 172 bancos de dados;
- contratação e execução de 70 projetos, sendo 29 sobre conservação da diversidade biológica brasileira (PROBIO), 18 sobre manejo sustentável de flora e fauna (FNMA), 10 sobre conservação de espécies ameaçadas de extinção e 13 sobre diversidade vegetal (IPJB-RJ).

O projeto Estratégia Nacional da Diversidade Biológica realizou uma série de publicações sobre biodiversidade no Brasil (www.mma.gov.br/biodiversidade/publica.html). De 2000 a 2002, deu-se o processo de elaboração da Política Nacional de Biodiversidade, por intermédio de consultas aos estados brasileiros e a 10 setores privados, sendo eles: universidades, instituições de pesquisa, organizações não-governamentais, órgãos estaduais, sindicatos e associações de classe, sociedades científicas, entidades empresariais, comunidades locais, sociedades indígenas e outros interlocutores capazes de assumir a responsabilidade pelo preenchimento dos formulários, em consulta com seus pares. O Decreto nº. 4.339, de 22 de agosto de 2002, da Presidência da República, instituiu os princípios e as diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade, cujos componentes, diretrizes e objetivos alinham-se com os artigos e os objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica (www.mma.gov.br/biodiversidade/estrateg/estrateg.html).

Questão 24.

O Brasil participou do encontro "Involucramiento de los actores claves en las estrategias nacionales de biodiversidad", realizado no período de 8 a 12 de fevereiro de 1999. O encontro foi financiado pela IUCN (International Union for Conservation of Nature and Natural Resources).

Questão 27.

O projeto ARPA visa à ampliação das áreas protegidas de florestas tropicais no País e foi realizado em colaboração com a aliança firmada entre o Banco Mundial e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) com a finalidade de elevar as taxas mundiais de proteção sobre as florestas tropicais do planeta.

Questão 28.

O Brasil recebeu recursos de doação do GEF e está consolidando sua estratégia nacional da biodiversidade (BRA 97 G 31), totalizando 1,5 milhão de dólares, incluindo contrapartida nacional.

Questão 29.

Algumas decisões são tomadas em parcerias institucionais. Por exemplo, no âmbito do CITES, uma cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA e a Fundação Biodiversitas promoveu a atualização da lista de espécies ameaçadas de extinção.

Artigo 7 Identificação e monitoramento

30. Qual a prioridade relativa proporcionada para a implementação desse Artigo e de decisões associadas por seu país?					
a) Alta		b) Média	X	c) Baixa	
31. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?					
a) Bom		b) Adequado		c) Limitante	X
d) Muito limitante					
Comentários adicionais sobre a prioridade relativa e a disponibilidade de recursos					
<p>Questões 30 e 31.</p> <p>Como iniciativa do Governo Federal foram apoiadas sínteses do conhecimento da biodiversidade brasileira (Projeto PNUD BRA/97/G31). Os relatórios completos foram apresentados à SBF e parte deles, publicada em um livro em 2000 (Lewinsohn, T. M. and Prado, P. I. 2000. <i>Biodiversidade Brasileira: Síntese do Estado Atual do Conhecimento</i>. Editora Contexto, São Paulo. 176pp). O trabalho foi desenvolvido com um grupo de consultores, cujas tarefas foram divididas por grupos taxonômicos e(ou) por ambiente. A principal fonte de informações foi um questionário sobre a condição da taxonomia dos grupos, o estado de conhecimento da biodiversidade no Brasil e no mundo, a importância do grupo, os estudos genéticos, os recursos humanos, o estado e a abrangência de coleções biológicas, e as necessidades e as prioridades para o avanço e o conhecimento. Em linhas gerais, o trabalho concluiu que o tempo necessário para que o Brasil adquira um grau satisfatório de conhecimento sobre sua biodiversidade está na ordem de décadas ou séculos. Os problemas mais graves relacionam-se às grandes diferenças regionais de conhecimento sobre a biodiversidade.</p> <p>O PROBIO/MMA apoiou a execução de projetos de inventários rápidos nas áreas indicadas como desconhecidas pelas avaliações por bioma.</p> <p>Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM). O SIPAM tem por finalidade integrar, avaliar e difundir informações para o planejamento e a coordenação das ações globais de Governo na Amazônia, visando possibilitar o desenvolvimento sustentável da região. O SIPAM apresenta características únicas de complexidade e abrangência, sendo responsável pela aquisição de dados e monitoramento de 60% do território nacional. Além de ser considerado o maior projeto de proteção ambiental do mundo, apresenta também enorme importância estratégica para o País, principalmente no momento atual, devido às pressões provocadas por problemas nos países vizinhos à Amazônia brasileira. Adicionalmente, a operacionalização do Sistema cria um novo paradigma para a administração pública, em que as organizações trabalham com um conjunto compartilhado de informações, além de agirem de forma integrada. As características de complexidade, abrangência e importância estratégica tornam vital a adoção de um processo contínuo de operacionalização do Sistema. Resultou daí a criação do Centro Gestor e Operacional do SIPAM (CENSIPAM) pelo Decreto nº. 4.200, de abril de 2002. O CENSIPAM sucedeu a Secretaria Executiva do SIPAM e tem autonomia para assinar acordos e convênios, capacitar recursos humanos para os Centros Operacionais, coordenar a produção dos manuais de operação, além de outras atribuições. Mais informações em www.sipam.gov.br.</p> <p>Como iniciativa de organização não-governamental para inventários, vale destacar o <i>Programa de Avaliações Rápidas da Conservation International do Brasil I</i>, com foco no Pantanal. Ver questão 42 (comentário).</p>					
32. Seu país possui em execução programa de inventário de espécies (7a)?					
a) atividade mínima					
b) para grupos chaves (como espécies ameaçadas ou endêmicas) ou indicadores					
c) para grupos principais	X				
d) para um grupo abrangente de espécies					

Capítulo 1

33. Seu país possui em execução programa de inventário de ecossistemas (7a)?	
a) atividade mínima	
b) somente para ecossistemas de interesse particular	
c) para ecossistemas principais	X
d) para um grupo abrangente de ecossistemas	
34. Seu país possui em execução programa de inventário genético (7a)?	
a) atividade mínima	
b) programa pequeno em poucos setores	
c) programa importante em poucos setores	X
d) programa importante em todos os setores relevantes	
35. Seu país possui em execução programa de monitoramento de espécies (7a)?	
a) atividade mínima	
b) para grupos chaves (como espécies ameaçadas ou endêmicas) ou indicadores	X
c) para grupos principais	
d) para um grupo abrangente de espécies	
36. Seu país possui em execução programa de monitoramento de ecossistemas (7b)?	
a) atividade mínima	
b) somente para ecossistemas de interesse particular	X
c) para ecossistemas principais	
d) para um grupo abrangente de ecossistemas	
37. Seu país possui em execução programa de monitoramento genético (7b)?	
a) atividade mínima	X
b) programa pequeno em poucos setores	
c) programa importante em poucos setores	
d) programa importante em todos os setores relevantes	
38. Seu país identifica atividades com efeitos negativos na biodiversidade (7c)?	
a) entendimento limitado	
b) ameaças bem conhecidas em poucas áreas, em outras não	X
c) a maioria das ameaças é conhecida, com poucas lacunas no conhecimento	
d) entendimento abrangente	
e) relatórios disponíveis	
39. Seu país monitora estas atividades e seus efeitos (7c)?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento do programa	
c) estágios avançados de desenvolvimento do programa	
d) programa em execução	X
e) relatórios de implementação disponíveis	X

Capítulo 1

40. Seu país coordena a coleta e o gerenciamento de informações em nível nacional (7d)?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento do programa	X
c) estágios avançados de desenvolvimento do programa	
d) programa em execução	
e) relatórios de implementação disponíveis	

Decisão III/10. Identificação, monitoramento e avaliação

41. Seu país identifica indicadores nacionais de biodiversidade?	
a) não	
b) avaliação de indicadores potenciais em execução	X
c) indicadores identificados (caso positivo, favor descrever abaixo)	

42. Seu país usa técnicas de levantamento rápido e sensoriamento remoto?	
a) não	
b) avaliando oportunidades	
c) sim, em extensão limitada	
d) sim, em extensão abrangente	X
e) relatórios de implementação disponíveis	X

43. Seu país adota a abordagem "passo-a-passo" para implementar o Artigo 7, com ênfase inicial na identificação de componentes da biodiversidade (7a) e de atividades com efeitos negativos neles (7c)?	
a) não	
b) inapropriado para circunstâncias nacionais	X
c) sim	

44. Seu país coopera com outras Partes Contratantes em projetos-pilotos para demonstrar o uso de metodologias de levantamento e indicação?	
a) não	
b) sim (caso positivo, fornecer detalhes abaixo)	X

45. Seu país prepara quaisquer relatórios de experiência, com aplicação de metodologias de levantamento, e disponibiliza estes relatórios para outras Partes Contratantes?	
a) não	
b) sim	X

46. Seu país disponibiliza amplamente a informação taxonômica contida em suas coleções?	
a) coleções irrelevantes	
b) sem ação	
c) sim (caso positivo, favor fornecer detalhes abaixo)	X

Capítulo 1

Decisão V/7. Identificação, monitoramento e avaliação, e indicadores

47. Seu país está ativamente envolvido em cooperar com outros países e na sua região, no campo de indicadores, monitoramento e avaliação?	
a) não	
b) cooperação limitada	X
c) cooperação extensa em poucos casos	
d) cooperação extensa em ampla gama de casos	
48. Seu país disponibiliza estudos de caso envolvendo o desenvolvimento e a implementação de programas de avaliação, de monitoramento e de indicadores?	
a) não	
b) sim – enviado para o Secretariado	
c) sim – por meio da CHM nacional	X
d) sim – outros meios (favor especificar)	X
49. Seu país auxilia outras Partes na expansão de suas capacidades de desenvolver programas de indicadores e monitoramento?	
a) não	
b) fornecendo treinamento	
c) fornecendo suporte direto	
d) compartilhando experiência	X
e) outro (favor descrever)	

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 32.

O trabalho citado anteriormente (Lewinsohn, T. M. e Prado, P. I. 2000) é o início do processo de realização de inventários nacionais. Há, ainda, projetos de inventários não-coordenados entre si, como o REVIZEE (ver comentários das questões 194 e 195) e o Projeto BIOTA, São Paulo (ver comentários da questão 40).

Questão 33.

Há estudos de classificação de vegetação brasileira e de estruturas de comunidades pontuais e não-coordenados, entre os quais, pode-se citar: o projeto RADAM-Brasil, realizado na década de 70, que fornece uma grande base de dados sobre os ecossistemas brasileiros, em geral. Há uma publicação (Cochrane, L. Azevedo. 1985). *As Terras da América Tropical*, CIAT, EMBRAPA - CPAC) que descreve os tipos de vegetação brasileiros; o Programa Nacional do Zoneamento Ecológico e Econômico produziu mapas de uso da terra para vários estados brasileiros. Há, também, o SIPAM (ver comentários sobre prioridades e recursos desse artigo); o PRODES, Projeto mantido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O objetivo do projeto PRODES é fazer um levantamento da interferência humana sobre a floresta Amazônica, dentro dos limites da Amazônia Legal Brasileira. Para isso empregam-se imagens LANDSAT recebidas na estação de Cuiabá, MT. Essas imagens são classificadas e interpretadas. A comparação de imagens obtidas em anos sucessivos permite, então, avaliar o desflorestamento no período. O resultado é expresso na forma de mapas, em escala 1:250.000, referenciados às cartas do IBGE nessa escala, mostrando as áreas desflorestadas em sucessivos anos. Esses dados têm servido de entrada para estudos de emissão de carbono e de outros ciclos bioquímicos (www.dpi.inpe.br/prodes/home).

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA possui a unidade EMBRAPA Monitoramento por satélite que realiza uma série de projetos utilizando metodologias de sensoriamento remoto, para monitoramento de ecossistemas. 29 projetos estão concluídos e 11, estão em andamento. Mais informações em www.cnpm.embrapa.br.

O projeto PREVFOGO do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em parceria com outras instituições regionais, existe em todo o Brasil e atua na prevenção de queimadas.

Questão 34.

Alguns projetos em fase inicial:

- Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (PROBEM). Esse programa dispõe de um orçamento de R\$47,6 milhões para o período de 2000 a 2003, gerido pela Secretaria da Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente.
- O projeto GENOMA brasileiro (financiado, no Estado de São Paulo, pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), e, no Brasil, pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) tem como objetivo promover o seqüenciamento genético de organismos. Mais informações em www.fapesp.br.
- A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) tem uma unidade especializada em estudos genéticos (EMBRAPA-CENARGEM). Mais informações em www.cenargem.embrapa.br.

Questão 35.

Espécies endêmicas e ameaçadas têm programas de monitoramento específicos no IBAMA: tartarugas marinhas, peixe-boi, baleia jubarte. (www.ibama.gov.br ver em *Centros, Projetos e Programas*). É o caso das tartarugas marinhas (Projeto TAMAR, IBAMA, www.tamar.org.br), dos mamíferos marinhos em geral, do mico-leão-dourado, entre outros.

Como iniciativa não-governamental destaca-se a ação da Fundação SOS Mata Atlântica. Trata-se de uma entidade privada cujos principais objetivos são defender os remanescentes da Mata Atlântica, valorizar a identidade física e cultural das comunidades humanas que os habitam, conservar o riquíssimo patrimônio natural, histórico e cultural existente nessas regiões, buscando o seu desenvolvimento sustentável.

Questão 37.

Avaliações de Áreas e Ações Prioritárias para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Brasileira. Relatório-síntese com as recomendações das avaliações de áreas e ações prioritárias para conservação e uso sustentável da biodiversidade nos biomas brasileiros. Relatório disponível em www.mma.gov.br/biodiversidade/doc/biodivbr.pdf.

Relatórios sobre desmatamento e queimadas. Disponíveis em www.cptec.inpe.br/products/queimadas/.

Questão 40.

Lewinsohn, T. M. e Prado, P. I. 2000. *Biodiversidade Brasileira: síntese do estado atual do conhecimento*. Relatório final apresentado ao SBF/MMA (Projeto PNUD BRA/97/G31).

Destaca-se como iniciativa estadual o PROGRAMA BIOTA. O Instituto Virtual da Biodiversidade teve início em 1999, com a finalidade de sistematizar a coleta, organizar e disseminar informações sobre a biodiversidade do Estado de São Paulo. O objetivo maior do BIOTA-FAPESP é inventariar e caracterizar a biodiversidade do Estado de São Paulo, definindo os mecanismos para sua conservação, seu potencial econômico e sua utilização sustentável. O programa apóia 37 projetos científicos relacionados à biodiversidade no Estado de São Paulo. Mais informações em www.biota.org.br.

Questão 42.

Programa de Levantamento Rápido de Ecossistemas Aquáticos (AquaRAP) da Conservation International (CI). Foi realizada uma expedição de três semanas para levantar dados biológicos das cabeceiras e da planície alagável da porção sul do Pantanal em Mato Grosso do Sul, no período de 24 de agosto a 14 de setembro de 1998. Foram levantadas informações sobre qualidade de água, botânica, invertebrados

Capítulo 1

bentônicos, crustáceos, peixes, anfíbios e répteis. O planejamento para essa expedição teve como base os resultados preliminares do *workshop* de Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e do Pantanal e ocorreu em março de 1998, com o apoio do PROBIO. Com base na experiência do AquaRAP, em 2002, o MMA apoiou projetos de inventários rápidos no PROBIO.

Questão 43.

Lewinsohn, T. M. e Prado, P. I. 2000. *Biodiversidade Brasileira: síntese do estado atual do conhecimento*. Relatório final apresentado ao SBF/MMA (Projeto PNUD BRA/97/G31).

Questão 45.

A publicação de um livro, Garay, I. e Dias, B. 2001. *Conservação da Biodiversidade em Ecossistemas Tropicais*. Editora Vozes, Petrópolis. Foi apoiada pelo MMA.

Programa de Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva/MMA (REVIZEE).

Relatórios de Queimadas. Maiores informações em www.obt.inpe.br/prodes.

Questão 48.

Garay, I. e Dias, B. (2001). *Conservação da Biodiversidade em Ecossistemas Tropicais*. Editora Vozes, Petrópolis.

Questão 49.

O Brasil transferiu a metodologia de monitoramento de queimadas para a Bolívia.

Capítulo 1

Decisões sobre Taxonomia

Decisão IV/1. Relatório e recomendações do terceiro encontro da SBSTTA [parte]

50. Seu país realiza avaliação nacional de carências taxonômicas, e(ou) organiza seminários para determinar prioridades taxonômicas nacionais?	
a) não	
b) estágios iniciais de avaliação	
c) estágios avançados de avaliação	
d) avaliação completa	X
51. Seu país desenvolve um plano de ação taxonômico nacional?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	X
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) plano de ação em execução	
e) relatórios de implementação disponíveis	
52. Seu país disponibiliza recursos apropriados para disseminar informação taxonômica?	
a) não	
b) sim, mas isso não abrange adequadamente todas as necessidades conhecidas	X
c) sim, abrangendo todas as necessidades conhecidas	
53. Seu país incentiva treinamento e oportunidades de emprego bilaterais e multilaterais para taxonomistas, particularmente àqueles que lidam com organismos pouco conhecidos?	
a) não	
b) poucas oportunidades	X
c) oportunidades significativas	
54. Seu país investe, em longo prazo, no desenvolvimento de infra-estrutura apropriada para suas coleções taxonômicas nacionais?	
a) não	
b) pouco investimento	X
c) investimento significativo	
55. Seu país incentiva parcerias entre instituições taxonômicas de países desenvolvidos e em desenvolvimento?	
a) não	
b) sim – política de estado	X
c) sim – programa sistemático nacional	
56. Seu país adota algum combinado de abrigo de coleções, em nível internacional?	
a) não	
b) em exame	
c) sendo implementado por poucas coleções	
d) sendo implementado por todas as coleções principais	X

Capítulo 1

57. Seu país fornece programas de treinamento em taxonomia?	
a) não	
b) poucos	X
c) muitos	
58. Seu país adota medidas para o fortalecimento da capacidade nacional em taxonomia, para designar centros de referência nacionais, e tornar informações abrigadas em coleções disponíveis para países de origem?	
a) não	
b) sim – no relatório nacional prévio	X
c) sim – por meio do Mecanismo de Intermediação de Informação	
d) sim – outros meios (favor fornecer detalhes abaixo)	
59. Seu país adota medidas para assegurar que instituições responsáveis pelo inventário da diversidade biológica e por atividades taxonômicas, sejam estáveis financeira e administrativamente?	
a) não	X
b) em exame	
c) sim – para poucas instituições	
d) sim – para todas as principais instituições	
60. Seu país ajuda instituições taxonômicas a estabelecer consórcios para conduzir projetos regionais?	
a) não	
b) em exame	
c) sim – extensão limitada	X
d) sim – extensão significativa	
61. Seu país dá atenção especial para financiamento internacional de bolsas de estudo para especialistas em treinamento no exterior ou para atrair especialistas internacionais para cursos nacionais ou regionais?	
a) não	
b) em exame	
c) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	
62. Seu país fornece programas de retreinamento de profissionais qualificados, mudando para campos relacionados à taxonomia?	
a) não	
b) poucos	X
c) muitos	

Capítulo 1

Decisão V/9. Iniciativa Taxonômica Global: Implementação e avanços adicionais das Sugestões de Ação

63. Seu país identifica necessidades de informações na área da taxonomia, e avalia a capacidade nacional de satisfazer essas necessidades?	
a) não	
b) avaliação básica	X
c) avaliação completa	
64. Seu país tem estabelecido e consolidado centros taxonômicos de referência?	
a) não	
b) sim	X
65. Seu país trabalha para aumentar a capacidade de pesquisa da área taxonômica?	
a) não	
b) sim	X
66. Seu país tem comunicado ao Secretariado Executivo informações sobre programas, projetos e iniciativas para serem considerados como projetos-pilotos da Iniciativa de Taxonomia Global?	
a) não	X
b) sim	
67. Seu país tem designado um ponto focal de Iniciativa de Taxonomia Global nacional ligado a outros pontos focais nacionais?	
a) não	X
b) sim	
68. Seu país participa no desenvolvimento de redes regionais para facilitar o intercâmbio de informações para a Iniciativa de Taxonomia Global?	
a) não	
b) sim	X
Se a Parte for país em desenvolvimento ou com economia em transição -	
69. Seu país busca recursos por meio de mecanismos financeiros para as ações prioritárias identificadas na decisão?	
a) não	
b) solicitação mal-sucedida	X
c) solicitação bem-sucedida	

Comentários adicionais sobre a implementação dessas decisões

Questão 50.

Foram produzidos, em 2000, sete documentos que avaliaram o estado de conhecimento da biodiversidade de organismos de águas doces, vertebrados, invertebrados marinhos, invertebrados terrestres, genética, plantas terrestres e microorganismos (disponíveis em www.mma.gov.br/port/sbf/chm/relpub.html#biodiv) e sintetizados no documento de Lewinsohn, T. M. e Prado, P. I. (2000). *Biodiversidade Brasileira: síntese do estado atual do conhecimento*. Relatório final apresentado ao SBF/MMA (Projeto PNUD BRA/97/G31).

Questão 51.

O Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) desenvolvido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT centraliza suas ações em três grupos de trabalho, a saber: coleção, inventário e disseminação. Garantir manutenção, ampliação e qualificação dos acervos; gerar informação sobre diversidade biológica de forma planejada e sistemática estão entre os objetivos do programa. Informações em www.mct.gov.br.

Capítulo 1

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Edital Ciência e Tecnologia para a Mata Atlântica: Trata-se de um Programa de Cooperação Brasil-Alemanha (lançado em 2002). Um dos temas de interesse para apoio a projetos é a caracterização do ecossistema, incluindo o preenchimento de lacunas e de estágios diferenciados de conhecimento ao longo da área de ocorrência da Mata Atlântica e quanto à construção de inventários qualitativos. Nesse sentido, com o aprofundamento e o detalhamento desse conhecimento, competências devem ser geradas com o intuito de detectar espécies indicadoras e viabilizar o monitoramento das áreas em escala micro. Deve ser considerada, ainda, a grande necessidade de desenvolver a capacidade nacional de gerenciamento das informações. Mais informações em www.cnpq.br/servicos/editais/ct/index-mata-atlantica.htm.

Programa Plantas do Nordeste/Subprograma de Informação, Disseminação e Treinamento. O programa apresenta alguns objetivos relacionados ao conhecimento taxonômico da flora da região Nordeste brasileira. São eles:

- a) beneficiar a população do Nordeste brasileiro por meio de geração, divulgação e aplicação de conhecimentos sobre as plantas e a vegetação da região;
- b) promover a conservação e a preservação de plantas e da vegetação do Nordeste brasileiro;
- c) ampliar, por meio de treinamento e capacitação, o nível de conhecimento e de utilização sustentável da flora nordestina.

O projeto dispõe de recursos provenientes do Reino Unido, e as instituições nele envolvidas são: CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; PNE - Associação Plantas do Nordeste; RBGK - Royal Botanic Garden de Kew; UFPE - Universidade Federal de Pernambuco. Informações em www.abc.mre.gov.br.

Questão 54.

Há investimentos isolados e não-coordenados. A maioria dos investimentos brasileiros é emergencial, não de longo prazo. Os principais relacionam-se com a informatização que vem sendo efetuada nas principais coleções brasileiras. Há projetos do PPG7 para financiamento de infra-estrutura de coleções taxonômicas.

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) representa um centro de referência em taxonomia, e tem tido como prioridade o grande enriquecimento quantitativo e qualitativo de suas coleções, destinadas aos estudos taxonômicos, bem como o acondicionamento adequado e metodologicamente correto dessas coleções em seu herbário.

Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio). Ver comentário da Questão 51.

Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (PELD). Programa apoiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e *International Long Term Ecological Research (ILTER)*. O PELD tem 12 sítios de pesquisa distribuídos pelo País. Mais informações em www.icb.ufmg.br/~peld/.

Programa Ciência e Tecnologia para Gestão de Ecossistemas (PCTGE). Ver comentários da questão 127.

Questão 55.

Normas de orientação estão em fase de estabelecimento para viabilizar parcerias entre instituições taxonômicas em países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Questão 56.

Não há determinação de uma norma taxonômica nacional, mas as grandes coleções brasileiras seguem os padrões internacionais.

Questão 57.

Os programas de treinamento ocorrem em universidades, com fomento do CNPq e da CAPES. Todavia, há grupos taxonômicos com graves carências em taxonomistas. Há também diferenças regionais significativas.

Questão 60.

O Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO) é dividido em subprojetos, que são executados com parcerias institucionais. Alguns desses subprojetos prevêem levantamentos taxonômicos. O Brasil não possui iniciativa em escala regional e global.

Questão 61.

O Brasil está em processo de estabelecimento de regras claras que orientem o intercâmbio internacional. O país dispõe de órgãos de estímulo à pesquisa em nível federal (CNPq e CAPES) e estadual (fundações estaduais de amparo à pesquisa) e instituições com programas próprios. Estes estimulam a formação e o treinamento de especialistas, desde o início. Na graduação com o Programa de Iniciação Científica. Na pós-graduação com bolsas para especialização de pesquisadores até o pós-doutorado e com bolsas para pesquisadores visitantes estrangeiros em instituições de pesquisa e de ensino. Ainda que insuficientes, estes programas vêm atendendo anualmente a um número crescente de beneficiados. Ver informações complementares e detalhadas nos comentários da questão 174.

Questão 62.

O retreinamento é feito pela busca espontânea dos especialistas aos programas de capacitação científica, no entanto, não há programas de estímulo à mudança de áreas do conhecimento.

Questão 63.

Tal processo está ainda em fase de desenvolvimento.

Questão 64.

Há alguns centros de referência em taxonomia: Museu de Zoologia e Instituto de Botânica da Universidade de São Paulo; Instituto Butantã, São Paulo; Museu de Ciências Naturais do Rio Grande do Sul, Porto Alegre; Museu da Universidade Federal do Paraná, Curitiba; Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica (INPA), Manaus; Museu de Ciências Naturais da PUC de Minas Gerais, Belo Horizonte; Museu Emílio Goeldi, Belém; Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental (CPATU) da EMBRAPA; Centro Nacional de Pesquisa de Recursos Genéticos e Biotecnologia (CENARGEM) da EMBRAPA; Universidade de Brasília; Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ); Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ); e Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

Questão 65.

A pesquisa em taxonomia no Brasil, embora tenha avançado nos últimos anos, ainda está muito aquém da demanda do País.

Questão 66.

O projeto da Flora Neotrópica está em fase de negociação, submetido ao Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF). É uma iniciativa do Brasil, em estreita parceria com a Colômbia e o México, que serão os países líderes de sua execução, e abrange toda a região neotropical, que se estende desde o sul do México até o norte da Argentina, englobando pontos reconhecidos como de mais alta biodiversidade e de elevado endemismo, com representatividade mundial. Todavia, tal projeto está ainda em fase de negociação.

Questão 68.

O Brasil participa da Rede Latino-Americana de Botânica. Há ainda, o Projeto Flora-Neotrópica (ver questão 66).

Questão 69.

Projeto Flora-Neotrópica está ainda sob consideração (ver comentário da questão 66).

Capítulo 1

Artigo 8 Conservação *in situ* [excluindo Artigos 8h e 8j]

70. Qual a prioridade relativa proporcionada para a implementação desse Artigo e de decisões associadas por seu país?

a) Alta		b) Média	X	c) Baixa	
---------	--	----------	---	----------	--

71. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?

a) Bom		b) Adequado		c) Limitante		d) Muito limitante	X
--------	--	-------------	--	--------------	--	--------------------	---

Comentários adicionais sobre a prioridade relativa e a disponibilidade de recursos

Questão 70.

Destaca-se a Lei do SNUC. A Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002, regulamentou os artigos da Lei nº. 9.985. Ambos estão disponíveis em www.mma.gov.br/port/sbf/dap/leisnuc1.html. A Lei dos Crimes Ambientais, Lei nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e está disponível em www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm.

Programa Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Esse programa faz parte dos planos plurianuais do governo federal. O valor do projeto para o período 2000-2003 foi de R\$365,5 milhões. As principais ações do programa são o zoneamento ecológico-econômico de áreas selecionadas, o zoneamento ecológico-econômico do rio São Francisco e o zoneamento ecológico-econômico no semi-árido nordestino. Os principais resultados alcançados foram: a conclusão de dois macrodiagnósticos referentes à Amazônia Legal e à Zona Costeira; negociações preliminares para a criação do consórcio ZEE-Brasil, que irá permitir maior entrosamento entre empresas públicas; e realização de seminários regionais sobre metodologia do ZEE (o que criou a possibilidade de reunirem-se unidades executoras, ONGs, especialistas na área para discussão e encaminhamento de proposições para o programa). Um dos objetivos do ZEE é a identificação de áreas vulneráveis com prioridade para conservação e de áreas com potencial de uso da biodiversidade. Maiores informações em www.mma.gov.br/port/sds/zee/.

Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM). Ver comentários das questões 30 e 31 (artigo 7º).

Questões 70 e 71.

Os setores consultados têm diferentes percepções sobre o atendimento desse artigo. Para os órgãos ambientais federais, a conservação *in situ* tem prioridade alta, todavia, para o governo brasileiro (incluindo as organizações não-governamentais), a prioridade dada ao tema é média. O montante de recursos financeiros da União destinado ao meio ambiente está muito aquém do necessário. Há também grande limitação em termos de recursos humanos para implementar a legislação.

72. Seu país tem estabelecido um sistema de proteção de áreas com o objetivo de conservar a diversidade biológica (8a)?

a) sistema sob desenvolvimento	
b) análise nacional de cobertura de áreas protegidas disponível	X
c) plano nacional de sistema de proteção de áreas em execução	X
d) sistema em execução relativamente completo	

73. Existem orientações nacionais adotadas para seleção, estabelecimento e administração de áreas protegidas (8b)?

a) não	
b) sim, em desenvolvimento	
c) sim	X
d) sim, sob revisão e ampliação	

Capítulo 1

74. Seu país tem regulado ou administrado recursos biológicos importantes para a conservação da diversidade biológica a fim de assegurar sua conservação e uso sustentável (8c)?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) programa ou política em execução	X
e) relatórios de implementação disponíveis	
75. Seu país tem tomado medidas para promover a proteção de ecossistemas, <i>habitats</i> naturais e a manutenção de populações viáveis de espécies em seu meio natural (8d)?	
a) sem medidas	
b) poucas medidas em execução	
c) medidas potenciais em estudo	
d) medidas razoavelmente amplas em execução	X
76. Seu país tem tomado medidas para promover o desenvolvimento sustentável e ambientalmente sadio em áreas adjacentes às áreas protegidas (8e)?	
a) sem medidas	
b) poucas medidas em execução	X
c) medidas potenciais em estudo	
d) medidas razoavelmente amplas em execução	
77. Seu país tem tomado medidas para recuperar e restaurar ecossistemas degradados (8f)?	
a) sem medidas	
b) poucas medidas em execução	X
c) medidas potenciais em estudo	
d) medidas amplas em execução	
78. Seu país tem tomado medidas para promover a recuperação de espécies ameaçadas (8f)?	
a) sem medidas	
b) poucas medidas em execução	X
c) medidas potenciais em estudo	
d) medidas amplas em execução	
79. Seu país tem tomado medidas para regular, administrar e controlar os riscos associados à utilização e liberação de organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia (8g)?	
a) sem medidas	
b) poucas medidas em execução	X
c) medidas potenciais em estudo	
d) medidas amplas em execução	

Capítulo 1

80. Seu país tem feito tentativas para promover as condições necessárias para compatibilizar as utilizações atuais com a conservação da diversidade biológica e o uso sustentável de seus componentes (8i)?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) programa ou política em execução	X
e) relatórios de implementação disponíveis	
81. Seu país tem desenvolvido e mantido a legislação necessária e(ou) outras disposições regulamentares para a proteção de espécies e populações ameaçadas (8k)?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) legislação ou outras medidas em execução	X
82. Seu país regula ou administra processos ou categorias de atividades identificadas no Artigo 7 como tendo efeitos negativos significativos na diversidade biológica (8l)?	
a) não	
b) em exame	
c) sim, em extensão limitada	X
d) sim, em extensão significativa	
Se a Parte for país desenvolvido	
NÃO SE APLICA	
83. Seu país coopera em fornecer apoio financeiro e de outra natureza para conservação <i>in situ</i>, particularmente para países em desenvolvimento (8m)?	
Se Parte for país em desenvolvimento ou com economia em transição -	
84. Seu país recebe apoio financeiro ou de outra natureza para conservação <i>in situ</i> (8m)?	
a) não	
b) sim (caso positivo, favor fornecer detalhes abaixo)	X

Decisão II/7. Consideração dos Artigos 6 e 8 da Convenção

85. Que ação vem sendo realizada para compartilhar informações e experiências sobre a implementação desse Artigo com outras Partes Contratantes?	
a) pouca ou nenhuma ação	
b) compartilhando material escrito e(ou) estudos de casos	X
c) encontros regionais	

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 72.

A Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O IBAMA possui um cadastro nacional de áreas protegidas (ver Primeiro Relatório Nacional).

Destaca-se também o Programa Parques do Brasil, que é programa gerido pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo IBAMA, que tem como principal objetivo o aumento do número e da representatividade das Unidades de Conservação em todo o País. O programa conta com R\$178,4 milhões. Suas principais ações são:

- implantação de Unidades de Conservação federais;
- implantação de infra-estrutura ecoturística em Unidades de Conservação;
- desenvolvimento de técnicas de manejo de ecossistemas brasileiros; e
- gestão, manejo e fiscalização de Unidades de Conservação.

Questão 73.

Além da legislação do SNUC, que regulamenta as áreas protegidas (ver texto acima), o IBAMA fornece um roteiro para a implementação de Unidades de Conservação

Questão 74.

Há leis, programas e projetos específicos para espécies ameaçadas. A EMBRAPA e o IBAMA fornecem manuais sobre introdução de espécies invasoras na agricultura. Além disso, há regulamentos e comitês técnicos que determinam cotas e proibições à pesca; há regulação de corte e uso de recursos florestais; há leis para uso de recursos genéticos.

Questão 75.

Embora existam muitas ações nesse sentido, há problemas com a representatividade de ecossistemas e espécies. Medidas importantes: SNUC e a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Alguns estados brasileiros estão em fase de adoção dos seus sistemas estaduais de unidades de conservação.

O IBAMA mantém cinco programas para proteção de espécies ameaçadas (Projeto Baleia Jubarte, Projeto Golfinho Rotador, Projeto Mamíferos Marinhos do Litoral Sul, Projeto Iara e Orquídeas Brasileiras). Para detalhes, visite www.ibama.gov.br.

Projeto Conservação do Mico-Leão-Dourado. Ver comentários questão 78.

Unidades de Conservação. Cerca de 2,61% do território nacional é constituído de unidades de proteção integral (de uso indireto) e 5,52% de unidades de uso sustentável (de uso direto). Importantes esforços têm sido empreendidos com a finalidade de ampliar as áreas protegidas. A soma dessas categorias totaliza 8,13% do território nacional. As Unidades de Conservação federais administradas pelo IBAMA somam aproximadamente 45 milhões de hectares, sendo 241 Unidades de Conservação de uso direto e indireto. O Brasil possui as seguintes Unidades de Conservação federais:

- 31 Áreas Federais de Proteção Ambiental – APAS;
- 25 Reservas Extrativistas – RESEX;
- 25 Reservas Biológicas - REBIOS;
- 29 Estações Ecológicas - ESECS;
- 60 Florestas Nacionais – FLONAS;
- 19 Áreas de Relevante Interesse Ecológico – ARIES;
- 52 Parques Nacionais PARNAS; e
- 364 Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs.

Existe também um grande número de Unidades de Conservação administradas pelos estados brasileiros (cerca de 460 unidades), perfazendo uma área de aproximadamente 20 milhões de hectares.

Em 22 de agosto de 2002, foi criado o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque que, com 3.877.393ha e situado em uma região totalmente despovoada, constitui o maior parque nacional do Brasil. O parque detém, ainda, os títulos de maior parque nacional da América do Sul e de maior parque nacional do mundo em área de floresta tropical. De 1998 a 2002, foram criados os seguintes parques nacionais:

Capítulo 1

Parque Nacional	Ano	Estado	Bioma	Área (ha)
Serra da Mocidade	1998	Roraima	Amazônia	350.960
Viruí	1998	Roraima	Amazônia	227.011
Descobrimento	1999	Bahia	Mata Atlântica	21.129
Pau-Brasil	1999	Bahia	Mata Atlântica	11.538
Cavernas do Peruaçu	1999	Minas Gerais	Caatinga	56.800
Serra da Bodoquena	2000	Mato Grosso do Sul	Pantanal	76.481
Saint Hilaire/Lange.	2001	Paraná	Mata Atlântica	25.000
Serra da Cutia	2001	Rondônia	Amazônia	283.611
Rio Parnaíba	2002	Piauí	Cerrado	729.000
Jericoacoara	2002	Ceará	Zona Costeira e Marinha	8.416
Montanhas de Tumucumaque	2002	Amapá	Amazônia	3.879.000
TOTAL				5.668.946

Ações da Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação. Coordenação geral dos Congressos Brasileiros de Unidades de Conservação. Motivada pela falta de conhecimento e de discussões sérias sobre experiências relativas a Unidades de Conservação no Brasil, a Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação organizou os Congressos Brasileiros de Unidades de Conservação. Foram realizados três eventos da série: o primeiro, em 1997, na cidade de Curitiba (PR); o segundo, em 2000, em Campo Grande (MS); e o terceiro, em Fortaleza (CE), em setembro de 2002.

Questão 76.

A Resolução nº. 13, de 6 de dezembro de 1990, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), dispõe sobre a ocupação das áreas adjacentes às Unidades de Conservação: "Art. 2º - Nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de dez quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota, deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente".

O artigo 25 da Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000 (Lei do SNUC – ver comentários sobre o artigo 8), dispõe sobre as zonas de amortecimento das Unidades de Conservação.

Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO). Edital nº. 03/2001. Seleção de propostas de projetos voltados à utilização sustentável de recursos da biodiversidade nas áreas de entorno de Unidades de Conservação de proteção integral, localizadas em ecossistemas abertos. Esse edital destinou-se à seleção de projetos de planejamento e intervenção para a conservação e a utilização sustentável pelas comunidades do entorno das Unidades de Conservação (UCs) Federais, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, nas categorias de proteção integral, localizadas em ecossistemas abertos. Foram destinados R\$6 milhões para os projetos. Informações em www.mma.gov.br/fnma.

Programa de Jovens da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo. Esse programa cria oportunidades de formação integral e preparação para a inserção em "Ecomercado de Trabalho", especialmente em áreas envoltórias e internas de Unidades de Conservação, tendo treinado, entre 2000 e 2002, cerca de 400 jovens. O Programa de Jovens recebeu o prêmio referente ao concurso 30 anos MaB (UNESCO) em Montevidéu.

Projeto de Co-Gestão da Estação Ecológica de Guaraguaçu (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS)). Em uma experiência pioneira, o Governo do Paraná delegou à SPVS a administração dessa área de 1.150 hectares, no litoral do estado, sob forma de co-gestão. O trabalho, que faz parte do Programa Pró-Atlântica, inclui a proteção da área, ações junto à população do entorno, a elaboração do Plano de Manejo e a efetiva implementação desta Unidade de Conservação.

Parque Estadual Vila Rica e a Conservação da Biodiversidade no Paraná. Esse projeto tem por objetivo estabelecer os parâmetros para o monitoramento dos efeitos sobre a biodiversidade regional da recomposição da Floresta Estacional Semidecidual Aluvial (floresta ciliar) na região de entorno do P.E. Vila Rica do Espírito Santo, Fênix, PR. A premissa é subsidiar a conectividade entre fragmentos florestais em municípios situados no entorno do PEVR. O projeto é financiado por edital do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMÁ.

Questão 77.

Política Estadual de Controle da Desertificação de Pernambuco. Dos cinco componentes dessa política estadual, dois se relacionam à recuperação de áreas degradadas:

- Recuperação de áreas em processo de desertificação: com esse componente pretende-se desenvolver uma metodologia e um sistema de indicadores para a avaliação e o monitoramento da desertificação.
- Capacitação técnica e educação ambiental: o objetivo é criar mecanismos apropriados para a recuperação de áreas degradadas e a conservação dos ecossistemas associados ao semi-árido.

Recuperação e Conservação de Manguezais na Baía da Guanabara. O Projeto de Conservação e Reflorestamento de Manguezais faz parte do Programa de Revitalização Ambiental da Baía de Guanabara, financiado pelo Ministério do Meio Ambiente com recursos disponibilizados pela PETROBRÁS, após o acidente de janeiro/2000, em que houve um grande derramamento de petróleo. O replantio de 18,5 hectares de mangue encontra-se em plena execução em áreas do recôncavo da Baía de Guanabara. Da mesma forma, os outros componentes do Projeto encontram-se em desenvolvimento: revalorização, inclusive mediante o beneficiamento e a comercialização de produtos, em especial de caranguejos; informação e documentação; mobilização comunitária. Disponível em: www.baiadeguanabara.org.br/atuacao/manguezais.asp.

Projeto de Recuperação do Rio Tietê - BID 713 CO (Execução). "Despoluição do rio Tietê" SABESP (06/93 – 12/98). Despoluição do rio Tietê e de seus principais afluentes de maneira que seus benefícios sejam estendidos ao longo do Estado de São Paulo, notadamente na represa Billings e no litoral de Santos.

Projeto de Revegetação da Reserva Biológica de Poço das Antas (Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ)). Localizada na parte central costeira do Estado do Rio de Janeiro, a Reserva estende-se por cerca de 5.500ha. As atividades voltadas para a revegetação da Reserva Biológica de Poço das Antas preconizam o conhecimento das características ecológicas das espécies que se regeneram naturalmente nas diferentes formações da Reserva. Os tratamentos silviculturais e o manejo dessas espécies são objetos de pesquisa do Programa Mata Atlântica. Informações em www.jbrj.gov.br/pesquisa/pma/rev_man.htm e www.baiadeguanabara.org.br/atuacao/manguezais.asp.

A Medida Provisória nº. 1956-49, de 27 de abril de 2000, alterou o Código Florestal, e dispôs sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte norte da região Centro-Oeste.

Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO) O PROBIO lançará, em 2003, o livro *Fragmentação de Ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de Políticas Públicas*. www.mma.gov.br/biodiversidade.

Recuperação Socioambiental no Vale do Rio Doce: Minas Gerais e Espírito Santo (Instituto Terra). O grande programa do Instituto Terra denominado "Projeto de Educação e Recuperação Ambiental da Mata Atlântica no Vale do Rio Doce" vem sendo implantado na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Fazenda Bulcão e região do médio Rio Doce, Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Essa RPPN possui 676 hectares, localiza-se no município de Aimorés e insere-se no domínio de Mata Atlântica, tendo sido reconhecida como uma RPPN pela Portaria IEF nº. 081 (Instituto Estadual de Florestas/MG), promulgada em 7 de outubro de 1998.

Capítulo 1

Projetos de Ação Contra o Aquecimento Global: Seqüestro de Carbono (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS)). Executados em reservas próprias da SPVS (que serão transformadas em Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), são iniciativas com base no princípio da absorção de carbono pela biomassa florestal e que contribuem para o combate ao aquecimento global. Estes projetos visam à recuperação de áreas degradadas e à conservação da biodiversidade, bem como estudos e proposição de opções de desenvolvimento econômico compatível com a conservação ambiental, como o cultivo de banana orgânica para as comunidades de entorno.

Questão 78.

Podem ser mencionados projetos de sucesso, no entanto, em razão da situação crítica de ecossistemas brasileiros, repercutindo no número de espécies ameaçadas, as ações ainda são insuficientes. Citam-se:

Projeto TAMAR. Projeto que recupera as populações de tartarugas marinhas em vários pontos do litoral brasileiro. No período de 1997 a 2000, cerca de 1 milhão de filhotes foram liberados no mar pelo projeto. Mais informações em www.tamar.org.br.

Projeto Conservação do Mico-Leão-Dourado. Iniciado em 1971, e ainda em andamento, o projeto tem como objetivo a proteção efetiva de uma área remanescente de Mata Atlântica que seja suficiente para a sobrevivência do mico-leão-dourado e outras espécies locais. A meta específica é expandir o *habitat* disponível para os micos de 16,6 mil hectares para 25 mil hectares até o prazo limite do ano 2025. Esse é o total de Mata Atlântica, necessário para abrigar uma população de 2 mil animais que, segundo projeções feitas pelo projeto, é o número mínimo necessário para garantir a sobrevivência da espécie pelos próximos 200 anos ou mais. O projeto localiza-se na Reserva Biológica de Poço das Antas e área do entorno (RJ), é financiado pela WWF-Brasil e realizado pela Associação Mico-Leão-Dourado em parceria com outras instituições. Os principais resultados alcançados pelo projeto foram:

- nas matas. Isso foi possível com a reintrodução na natureza (nas fazendas ao redor da Reserva) dos micos nascidos em cativeiro. Em 1995, o número de micos na natureza superou a população em cativeiro. Além dos mil animais vivendo na natureza, existem 480 micos-leões-dourados em cativeiro.
- Através da técnica conhecida como "Análise de Viabilidade de População por Habitat", os pesquisadores identificaram os fatores que podem reduzir a probabilidade de sobrevivência dos micos pelos próximos 200 anos, apontando as prioridades para o esforço de conservação.
- O projeto contribuiu para o desenvolvimento e a disseminação de soluções inovadoras para os problemas da Mata Atlântica. As pesquisas realizadas resultaram em 130 publicações científicas. As novas técnicas de reintrodução criadas são usadas hoje em projetos no Brasil e no exterior.
- A Reserva Biológica de Poço das Antas e a maioria das fazendas particulares que possuem micos reintroduzidos na natureza foram mapeadas e formam hoje o Sistema de Informação Geográfica (SIG) Associação Mico-Leão-Dourado, instrumento imprescindível para o manejo dos micos e do seu *habitat* remanescente.
- Graças ao programa de educação ambiental desenvolvido na comunidade, vários fazendeiros engajaram-se na proteção dos micos e na proteção da floresta. Eles têm permitido reintroduções de animais nas suas matas e criado reservas privadas para proteger florestas.
- Em 1998, o IBAMA criou a Reserva Biológica União, no município de Rio das Ostras, com 3.200 ha de florestas. A translocação de grupos de mico-leões para essa reserva em 1993 resultou em uma população que corresponde a um quarto da população total na natureza. Maiores informações em www.micoleao.org.br/saibamais_translocacao.htm.
- Em junho de 2002, o Ministério do Meio Ambiente anunciou a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado (150.529 ha), que atinge quatro municípios próximos à Reserva Biológica de Poço das Antas.

Mais informações em www.wwf.org.br.

Projeto Arara-Azul. O projeto, iniciado em 1999, tem como objetivo promover a conservação da arara-azul grande na natureza, difundir a importância da conservação da biodiversidade do Pantanal mato-grossense-do-sul e mobilizar a população, em geral, em favor da conservação da região. O projeto compreende o acompanhamento das araras na natureza, o monitoramento de ninhos naturais e artificiais, em uma área de 400 mil hectares, além do trabalho conjunto com proprietários locais de proteção da espécie. Devido à captura ilegal para atender à demanda do comércio nacional e internacional, à descaracterização do seu *habitat* e à coleta de penas para adornos indígenas e carnavalescos, a arara-azul se tornou uma espécie ameaçada de extinção. A situação da arara-azul na natureza só começou a mudar em 1990, quando foram

iniciados os primeiros estudos da espécie no Pantanal Sul-mato-grossense. Cerca de 42 fazendas integram o projeto, abrigando aproximadamente 310 ninhos naturais e 170 artificiais instalados. Os proprietários se comprometem a observar as araras e a anotar dados, além de protegê-las. Já os turistas são informados sobre a sua importância para o equilíbrio do Pantanal e sobre a responsabilidade de cada um na proteção da espécie. Parceiros/Executantes do Projeto: Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal - UNIDERP; Fundação Manoel de Barros; Fundação Ecotrópica; Refúgio Ecológico Caiman (Miranda, MS); WWF-Brasil; Toyota. Fontes de Recursos: WWF-Brasil; UNIDERP - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal e Fundação Manoel de Barros. Mais informações em www.wwf.org.br/english/informa/sitearara_principal.htm.

Projeto Baleia Jubarte. Realizado pela Fundação Baleia Jubarte com apoio da Petrobras. Mais informações em www.cria-ativa.com.br/jubarte/.

Centros Especializados de Fauna do IBAMA. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente possui centros especializados de fauna, que executam e apóiam projetos voltados para espécies ameaçadas. Informações em www.ibama.gov.br.

Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). O Edital nº. 4/2001, do FNMA, selecionou propostas de projetos voltados ao Manejo de Espécies Ameaçadas de Extinção e de Espécies Invasoras, visando à Conservação da Diversidade Biológica Brasileira. Foram eles:

- "Conservação e reintrodução de populações de árvores ameaçadas de extinção", Fundação Dalmo Giacometti/DF;
- "Estratégias para conservação e manejo da arnica", EMBRAPA/CENARGEM/DF;
- "Plantas da Caatinga ameaçadas de extinção", EMBRAPA/SEMI-ÁRIDO/PE;
- "Conservação e manejo de espécies florestais ameaçadas de extinção: pau-rosa e aquariquara", Fundação de Apoio Institucional Muraki/AM;
- "Conservação e biologia de *Pontoporia blainvillei*", Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul/RS;
- "Conservação e manejo de espécies Euriocaulaceae, Orchidaceae e Cactaceae da Chapada da Diamantina", Universidade Federal de Feira de Santana/BA;
- "Plano de manejo de metapopulação para o mico-leão-dourado", Associação Mico-Leão-Dourado/RJ;
- "Manejo e conservação de predadores no entorno do Parque Nacional das Emas", Associação Pró-Carnívoros/SP;
- "Ecologia de peixes exóticos no Médio Rio Doce", IPEMA - Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica/ES;
- "Água de Lastro: análise de risco, plano de manejo e monitoramento de espécies exóticas no Porto de Paranaguá", Universidade Federal do Paraná/PR;
- "Conservação da *Eutерpe edulis*", Universidade Federal de Santa Maria/RS;
- "Implementação da Unidade de resgate e reabilitação do peixe-boi marinho", IBAMA - Centro de Mamíferos Aquáticos/PE;
- "Controle de gramíneas invasoras no Parque Nacional das Emas", Fundação Emas/GO.

Além disso, o FNMA possui linha temática de apoio a projetos de manejo de espécies: Linha 7 - Projetos para Conservação / Preservação de Espécies da Flora e Fauna Silvestres Nativas (7.1 - Manejo de fauna silvestre e 7.2 - Manejo da flora silvestre). Tal linha financia projetos realizados em áreas que abriguem espécies sob risco de extinção ou em situação de sobreexploração. Informações em www.mma.gov.br/fnma.

Licenciamento Ambiental. O sistema de licenciamento ambiental do IBAMA exige ações de proteção a espécies ameaçadas em empreendimentos potencialmente degradadores do meio ambiente. Informações em www.ibama.gov.br.

Projeto Conservação *In Situ* do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Possui duas linhas de pesquisa para espécies ameaçadas:

- Estudos de estrutura genética, sistema de cruzamento e fluxo gênico de espécies ameaçadas, utilizando marcadores moleculares;
- Ecologia de populações de Pau-Brasil (*Caesalpinia echinata Lam.*)- PROJETO PAU-BRASIL.

Capítulo 1

Reserva Genética de Pau-Brasil. O projeto faz parte de um convênio firmado entre a EMBRAPA e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) do Rio de Janeiro, e tem o apoio das estações ecológicas de Veracruz e Pau-Brasil, que, em conjunto, formam uma reserva de 7.214 hectares de Mata Atlântica original entre os municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. O Projeto conduz ações de identificação e monitoramento dos remanescentes da população, além de trabalhar na clonagem e no replantio de árvores.

Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA). Projeto de conservação e manejo de espécies ameaçadas de extinção: pau-rosa e acariquara. Período: nov/2001 a nov/2003. Valor: R\$489 mil (apoiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA). Informações: www.inpa.gov.br

Projeto Peixe-Boi. O Projeto Peixe-Boi foi criado, em 1980, pelo Governo Federal, em uma tentativa de fazer a avaliação da situação em que se encontrava o peixe-boi marinho no Brasil. Em 1990, o Projeto recebeu o status de Centro Nacional de Conservação e Manejo de Sirênios, uma unidade descentralizada do IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Desde então, conta com o apoio técnico-administrativo da Fundação Mamíferos Marinhos, uma organização não-governamental sem fins lucrativos que capta recursos para investimentos no Projeto Peixe-boi. Em 1998, o Centro foi promovido a Centro Nacional de Pesquisa, Conservação e Manejo de Mamíferos Aquáticos, sempre atuando em parceria com a Fundação Mamíferos Marinhos na execução do Projeto Peixe-Boi. Ações semelhantes vêm sendo realizadas para o peixe-boi amazônico. Mais informações em www.projetopeixe-boi.com.br.

Programa Ararinha-Azul. Em 1990, o Governo brasileiro criou o Comitê Permanente para Recuperação da Ararinha-Azul (CPRAA), composto pelo IBAMA, Parque Zoológico de São Paulo, Criadouro Chaparral (Recife), Fundação Loro Parque (Tenerife), Birds International (Filipinas), Houston Zoo, mantenedores, entidades e pesquisadores nacionais e estrangeiros. No CPRAA há um grupo trabalhando com as ararinhas de cativeiro. O Programa, como um todo, tem como base aumentar o “estoque” de ararinhas que estão em cativeiro, por meio de reprodução controlada. No início, eram 17 ararinhas; hoje já são cerca de 60, distribuídas entre Brasil (Recife e São Paulo), Filipinas, Suíça e Tenerife (Espanha). Em 1991, o CPRAA criou o PROJETO ARARINHA-AZUL, no Município de Curaçá, com a finalidade de estudar a ararinha-azul no campo, ou seja, sua área de vida, padrões de deslocamento, alimentação e comportamento, buscando preservar as áreas em que ela habita. Mais informações em orbita.starmedia.com/~ararinha-azul/.

Projeto RAN (Répteis e Anfíbios). Criado em 2000, a partir do antigo projeto Quelônios da Amazônia, o Projeto RAN, executado pelo IBAMA, protege e monitora populações de quelônios ameaçados em nove estados do Brasil. No Estado de Rondônia, após 20 anos de atuação do projeto, populações de tartarugas e tracajás recuperaram-se e já não estão mais ameaçadas.

Projeto de Conservação do Papagaio-de-Cara-Roxa (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS)). Iniciativa que atua em frentes como pesquisa da espécie, capacitação de professores e educação ambiental junto à comunidade e turistas, além de combater o tráfico e de proteger essa ave endêmica de uma estreita faixa litorânea, que se estende do sul de São Paulo ao norte de Santa Catarina, passando por todo o litoral paranaense. Essa espécie nidifica em ilhas da Baía de Paranaguá, Paraná.

Parque Nacional Serra da Capivara, PI. Em co-gestão com o IBAMA, a Fundação Museu do Homem Americano – FUNDHAM, desde 1989, implementa a gestão desta unidade de conservação. Diversas ações de pesquisa, vigilância, monitoramento e manejo vêm promovendo a recuperação de espécies ameaçadas de extinção, como por exemplo: *Panthera onca* (onça pintada) *Tolypeutes tricinctus* (tatu-bola), *Sarcoramphus papa* (urubu-rei), espécies vegetais em risco de erosão genética como *Anadenanthera macrocarpa* (angico); *Miraclo-dom pubesin* (aroeira), *Tabebuia impetiginosa* (ipê) e espécies endêmicas (*Tapimurus helenae* – lagartixa da serra, *Kirodon rupestris* – mocó).

Revisão da Lista Vermelha das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção no Estado do Paraná. Esta Lista foi publicada em 1995, sua revisão foi precedido de um diagnóstico sobre a realidade das espécies ameaçadas do Estado do Paraná, contendo seu *status*, características biológicas conhecidas, biomas de ocorrência e a sua situação nas Unidades de Conservação estaduais. A revisão foi iniciada em dezembro de 2002. O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza e a Universidade Tuiuti do Paraná são parceiros do Mater Natura no projeto.

Questão 79.

Esta questão está em discussão no Governo brasileiro; há proposta de legislação sobre o tema, mas não está ainda consolidado como uma diretriz; há divergências entre os setores da sociedade civil e do Governo quanto ao uso de organismos geneticamente modificados. Citam-se os instrumentos legais relacionados a esta questão:

Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). A Lei nº 8.974, de janeiro de 1995 – Lei de Biossegurança –, estabelece as diretrizes para o controle das atividades da moderna Biotecnologia, da tecnologia do DNA recombinante e dos produtos originados por ela. A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio é definida pela Lei como o órgão responsável pelo controle dessa tecnologia no Brasil. Entre as competências da CTNBio está a emissão de parecer técnico sobre qualquer liberação de Organismo Geneticamente Modificado/OGM no meio ambiente e acompanhar o desenvolvimento e o progresso técnico e científico na Biossegurança e áreas afins, objetivando a segurança dos consumidores e da população em geral, com permanente cuidado à proteção do meio ambiente. Dessa forma, a CTNBio, órgão técnico do Ministério da Ciência e Tecnologia, deverá se pronunciar sobre qualquer atividade com OGMs no País, previamente à sua realização. Informações em www.ctnbio.gov.br.

A Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995 estabelece normas para o uso das técnicas de engenharia genética e a liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados. Disponível em www.ctnbio.gov.br/ctnbio/legis/leis/8974_95english.htm (em inglês).

A Resolução nº 305, de 12 de junho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), torna necessária a realização de licenciamento ambiental e de estudos de impacto ambiental para a utilização de quaisquer organismos geneticamente modificados. Informações em www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30502.html.

O Decreto nº 3.871, de 18 de julho de 2001, disciplina a rotulagem de alimentos embalados que contenham, ou sejam produzidos com organismo geneticamente modificado: "Art. 1º Os alimentos embalados, destinados ao consumo humano, que contenham ou sejam produzidos com organismo geneticamente modificado, com presença acima do limite de quatro por cento do produto, deverão conter informação nesse sentido em seus rótulos, sem prejuízo do cumprimento da legislação de biossegurança e da legislação aplicável aos alimentos em geral ou de outras normas complementares dos respectivos órgãos reguladores e fiscalizadores competentes." (...) "§ 1º Na hipótese do caput deste artigo, o rótulo deverá apresentar uma das seguintes expressões: "(tipo do produto) geneticamente modificado" ou "contém (tipo de ingrediente) geneticamente modificado". Informações em www.ctnbio.gov.br/ctnbio/legis/decretos/3871_01.htm.

Falta implementação adequada da legislação no que se refere à fiscalização.

Questão 80.

Agenda 21 Brasileira. Visite www.agenda21.org.br.

Política Nacional da Biodiversidade. Ver comentários sobre o artigo 6º.

Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque. Ver comentários gerais sobre o artigo 8º.

Fundo Nacional do Meio Ambiente. O Edital nº 3, de 2001, destinou-se à seleção de projetos de planejamento e intervenção para conservação e utilização sustentável, pelas comunidades do entorno, das Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais e do Distrito Federal, nas categorias de proteção integral e localizadas em ecossistemas abertos. Foram disponibilizados R\$3 milhões para o financiamento dos projetos. Foram selecionados os seguintes projetos: "Mauá Sustentável", Escola Técnica Rural de Mantiqueira/RJ; "Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para o entorno do Parque Estadual Guaterlá", Instituto Ambiental do Paraná (IAP/PR); "Planejamento participativo para a elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável comunitário", Museu Paraense Emílio Goeldi/PA; "Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para o entorno da Estação Ecológica de Assis", Associação de Recuperação Ambiental do Médio Paranapanema/SP; "Chapada da Diamantina (BA): Plano de Desenvolvimento Participativo e Sustentável para o Entorno do Parque Nacional", Gambá: Grupo Ambiental da Bahia/BA; "Diagnóstico para o Desenvolvimento Sustentável - ilhas das baías de Guaraqueçaba e das Laranjeiras", Fundação da

Capítulo 1

Universidade Federal do Paraná (FUNPAR); "Estudo para o uso racional dos recursos pesqueiros no entorno da Estação Ecológica Tupiniquins", Centro de Estudos Ecológicos Gaia Ambiental/SP; "Gestão participativa - uma alternativa de ecodesenvolvimento para a Reserva Biológica do Lago Piratuba/AP", IBAMA – Gerência Executiva do Amapá/AP; "Desenvolvimento sustentável do entorno da estação ecológica Carijós", Associação dos Amigos Pró-Conservação da Estação Ecológica Carijós/SC; "Elaboração de Plano de Desenvolvimento Sustentável para comunidades no entorno da Reserva Biológica Comboios - ES", Fundação Pró-Tamar/ES; "Plano de sustentabilidade do entorno do Parque Nacional Jurubatiba", Associação dos Amigos do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba/RJ; Ações para o desenvolvimento sustentável do entorno do Parque Nacional da Chapada da Diamantina, Grupo Ambientalista da Bahia - Gambá e Experimentos agrícolas e alternativas de beneficiamento do buriti, Sociedade Zeladora do Museu Paraense Emílio Goeldi e pelo PROBIO: "Ações prioritárias à sustentabilidade das comunidades do entorno da Estação Ecológica do Taim", Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA); Plano de Desenvolvimento Sustentável para o entorno da Reserva Biológica do Ibirapuitã, Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas e da Autosustentabilidade - IDEAAS; Implementação das ações prioritárias do Plano de Ecodesenvolvimento do Parque Nacional Serra da Bodoquena, Fundação Neotrópica do Brasil e Implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Fundação Pró-Natureza (FUNATURA).

Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Edital nº. 6, de 2001, para projetos de gestão ambiental e terras indígenas. O Fundo contou com orçamento de R\$4 milhões e selecionou os seguintes projetos para desenvolver: "Diagnóstico Etnoambiental e Plano de Gestão Ambiental da Terra Indígena Potiguara", da Associação de Apoio à Produção e ao Pequeno Empreendimento; "Resgatar o Burum Nak: Nossa Terra é Nossa Vida", da Associação Indígena Krenak; "Gestão Ambiental Kiriri", da Associação Nacional de Ação Indigenista; "Diagnóstico Etno-Ambiental da Terra Indígena Sangradouro", da Associação Xavante Warã; "Plano de Gestão Ambiental em Votouro", da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural; "Plano de Gestão Ambiental - Terra Waiãpi", do Centro de Trabalho Indigenista; "Plano de Gestão Ambiental em Áreas Guarani", do Centro de Trabalho Indigenista; "Desenvolvimento Etno-sustentável dos povos Kaingangues do Sul do Brasil", do Conselho Estadual dos Povos Indígenas; "Desenvolvimento Etno-sustentável dos povos Kaingangues e Guaranis" do Conselho Estadual dos Povos Indígenas; "Projeto Ambiental da Terra Indígena Trincheira", da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; "Diagnóstico de Gestão Ambiental Guarani", da Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Estado do Rio de Janeiro; "Diagnóstico Etnoambiental do Alto Rio Negro", da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro; "Gestão Ambiental da Terra Indígena Uru-eu-wau-wau", da Kanindé - Associação de Defesa Etno-Ambiental; "Gestão Ambiental Pankararé", da Universidade Estadual de Feira de Santana; "Gestão Ambiental na Terra Indígena Ivaí", da Universidade Estadual de Maringá; "Projeto Etenhiritipá", da Universidade Estadual de Mato Grosso; "Projeto Norõwedena'rada", da Universidade Estadual de Mato Grosso; "Gestão Ambiental Pataxó Hãhãhã", da Universidade Federal da Bahia.

Ver comentários sobre o artigo 10.

Questão 81.

O Brasil não possui legislação específica relativa às espécies ameaçadas, no entanto a legislação relativa ao meio ambiente contempla a proteção de espécies ameaçadas:

- Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1º, VII: *proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.*
- Lei de Crimes Ambientais (ver comentários da questão 70).
- Decreto nº. 4.339, de 22 de agosto de 2002, instituiu a Política Nacional da Biodiversidade.
- Código de Proteção da Fauna (Lei nº. 5.197, de 3 de janeiro de 1967) Embora não trate especificamente de espécies ameaçadas, dispõe sobre proteção à fauna e determina, no seu artigo 1º, que *"os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase de seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora de cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedade do Estado, sendo proibida sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha"*.
- Código Florestal (Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965). Define como Área de Preservação Permanente aquela que contém uma ou mais espécies ameaçadas, e exige autorização para comércio de flora.
- Código de Pesca (Decreto-Lei nº. 221, de 28 de fevereiro de 1967). Regula o uso de recursos pesqueiros, embora, segundo Wolff (2000), tal legislação apresente tendência economicista e utilitarista.

- Lei nº. 7.643, de 18 de dezembro de 1987. Proíbe pesca de cetáceos nas águas jurisdicionais brasileiras (www.senado.gov.br/legisla.htm).
- Lei nº. 7.679, de 23 de novembro de 1988. Proíbe pesca de espécies em períodos de reprodução (www.senado.gov.br/legisla.htm).
- Decreto nº. 7.623, de 17 de novembro de 1975. Promulga a Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (www.senado.gov.br/legisla.htm).

Questão 82.

- Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1º, V: "(...)controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente."
- Constituição Federal de 1988, art. 225, § 2º: "Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei".
- Lei nº. 7.643, de 18 de dezembro de 1987, proíbe pesca de cetáceos nas águas jurisdicionais brasileiras (www.senado.gov.br/legisla.htm).
- Lei nº. 7.679, de 23 de novembro de 1988, proíbe pesca de espécies em períodos de reprodução (www.senado.gov.br/legisla.htm).
- Lei nº. 7.802, de 11 de julho de 1989, dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.
- Decreto nº. 98.816, de 11 de janeiro de 1990, regulamenta a Lei nº. 7.802, de 1989, (ver acima).
- Decreto nº. 750, de 10 de fevereiro de 1993, dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências.
- Decreto nº. 875, de 19 de julho de 1993, promulga o texto da Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito.
- Decreto nº. 2.661, de 8 de julho de 1998, regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências.
- Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente nº. 001, de 23 de janeiro de 1986: dispõe sobre o licenciamento ambiental de atividades modificadoras do meio ambiente (www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html).

Ver comentários sobre artigo 8h.

Questão 84.

Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Criado com o intuito de fortalecer e maximizar os benefícios ambientais das florestas tropicais brasileiras, de maneira compatível com o desenvolvimento do País. Representa um modelo único de cooperação entre o Governo brasileiro, a sociedade civil e a comunidade internacional. O PPG7 foi instituído por intermédio do Decreto nº. 563, em junho de 1992, e modificado pelo Decreto nº. 2.119, em janeiro de 1997. Sua execução compete ao Governo brasileiro, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente (coordenador do programa), do Ministério da Justiça e do Ministério da Ciência e Tecnologia, com a participação do Banco Mundial, da Comunidade Européia e dos países membros do Grupo dos Sete.

Fundação Museu do Homem Americano do Piauí. Essa fundação recebe, desde 1990, apoio do BID para implementação do Parque Nacional Serra da Capivara. Esse apoio destina-se a diversas ações para preservação, conservação *in situ* de área prioritária para conservação da biodiversidade da Caatinga. Outros financiamentos externos do CNRS, França, Ministério das Relações Exteriores da Itália/TERRA NUEVA e do governo japonês, vêm apoiando projetos de pesquisa, saúde e de desenvolvimento social sem os quais a preservação das espécies na região se torna extremamente ameaçada.

Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). Projeto que visa à ampliação das áreas protegidas de florestas tropicais no País. Realizado em colaboração com a aliança firmada entre o Banco Mundial e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) para elevar as taxas mundiais de proteção sobre as florestas tropicais do

Capítulo 1

planeta. O Projeto conta com recursos de doação do *Global Environmental Facility* – GEF (administrados pelo Banco Mundial), do WWF-Brasil, do Instituto de Crédito para a Reconstrução (KfW), por meio do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), e da BrasilConnects, além de dotação orçamentária do Governo brasileiro. Aprovado pelo GEF, em março de 2000, o Projeto ARPA pretende viabilizar, em sua primeira fase, de quatro anos, a criação de 18 milhões de hectares em novas Unidades de Conservação (UCs) na Amazônia Legal, sendo metade em categorias de Proteção Integral (PI) e metade de Uso Sustentável (US). Apoiará, ainda, a criação de um Fundo Fiduciário para o custeio de UCs de PI e para o pagamento de serviços de vigilância em UCs de US, com vistas a garantir a sustentabilidade financeira delas. Para tanto, o ARPA encontra-se estruturado em cinco componentes: Criação de Unidades de Conservação, Consolidação das UCs Existentes, Fundo Fiduciário para as UCs, Monitoramento de UCs e Coordenação e Gerenciamento do Projeto.

Originalmente, o Projeto ARPA visava exclusivamente à criação e à consolidação de UCs de Proteção Integral e tinha como meta proteger 10% da Amazônia. No último ano, o Governo brasileiro decidiu manter a mesma meta, mas incluiu, também, UCs de Uso Sustentável (Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável). Assim agiu, por entender que a complexidade socioambiental da região requer diferentes modalidades de proteção, com maior ou menor restrição, e por considerar como indispensável, a participação das comunidades locais na proteção ambiental. Essa mudança é coerente com a Lei do Sistema de Unidades de Conservação e assegura que o projeto seja implantado sem causar conflitos sociais, uma vez que apresenta opções legalmente adequadas a áreas importantes para a conservação da biodiversidade, habitadas por comunidades tradicionais. Além disso, o projeto preocupou-se com o passivo socioambiental existente em muitas UCs, especialmente nos Parques Nacionais na Amazônia. Apesar dessa unidade de conservação não permitir a presença humana em seu interior, vários parques foram criados em áreas já habitadas por comunidades tradicionais. Para dar uma solução definitiva a esse problema, criou-se, no âmbito do projeto, uma Unidade de Mediação de Conflitos que pretende analisar cada caso e encontrar soluções que, ao mesmo tempo, respeitem os direitos dessas comunidades e assegurem a proteção da biodiversidade.

Mais informações em www.amazonia.org.br/arquivos/16656.doc.

Fundo Nacional para o Meio Ambiente (FNMA). O FNMA realiza também ações visando à conservação *in situ*. Recebe recursos do Acordo de Empréstimo 1013/SF-BR firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em 29 de abril de 1999, em um montante de US\$40 milhões sendo que deste valor US\$16 milhões correspondem à contrapartida nacional. O Fundo tem por finalidade apoiar as seguintes linhas temáticas: Extensão Florestal, Gestão Integrada de Áreas Protegidas, Manejo Sustentável da Flora e da Fauna, Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros, Educação Ambiental, Amazônia Sustentável, Qualidade Ambiental e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, por meio dos Componentes Demanda Espontânea e Demanda Induzida.

Mais informações: www.mma.gov.br/port/fnma/fnma/recfin.html.

Há ainda os projetos de conservação *in situ* financiados pelas grandes ONGs internacionais:

The Nature Conservancy (TNC). Com sede em Arlington, Virginia, EUA. Seu programa regional TNC-Brasil possui sede em Brasília.

Mais informações em nature.org/wherework/southamerica/brasil/work.

- Amazônia: A TNC, junto com a entidade brasileira SOS Amazônia, desenvolveu um plano de manejo para o Parque Nacional da Serra do Divisor, em cooperação com comunidades locais e o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Juntos, os três parceiros estão implementando algumas abordagens estratégicas para proteger o Parque, incluindo o desenvolvimento de capacidades para a comunidade, o manejo de recursos naturais, as pesquisas ambientais e o ecoturismo.
- Mata Atlântica: Na área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, a TNC juntou-se com Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) e com a Fundação O Boticário para criar reservas privadas totalizando mais de 25 mil hectares. A TNC e seus parceiros locais operam o primeiro projeto de ação climática do Brasil na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba para restaurar e proteger cerca de 7 mil hectares de floresta tropical e suavizar mais de 1 milhão de toneladas de dióxido de carbono.
- Caatinga: A TNC avaliou 26 potenciais áreas de conservação no Estado do Ceará, ajudou a adquirir uma reserva e está em processo de aquisição de uma segunda. Esses são os dois dos mais importantes

lugares da região. A Associação Caatinga, uma organização parceira criada com o apoio de diretores da TNC, administra as reservas e ajuda a promover a conservação na Caatinga.

- Cerrado: A TNC e sua parceira a Fundação Pró-natureza (FUNATURA) estabeleceram um fundo com duração de 20 anos para o gerenciamento do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, por uma iniciativa única: a conversão da dívida externa brasileira em programa de proteção ambiental. Foi elaborada pela FUNATURA a Avaliação Ecológica Rápida (AER) do Parque Nacional Grande Sertão Veredas que contou com o apoio financeiro da TNC e da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Esta AER subsidiou a elaboração do Plano de Manejo do Parque, executado pela FUNATURA em parceria com o IBAMA. A TNC está lançando uma iniciativa de agricultura sustentável no Cerrado, que está sob ameaça do desenvolvimento da agricultura não-sustentável. Essa iniciativa começará com um projeto de agricultura sustentável, desenvolvida em parceria com a Fundação Emas, ao redor do Parque Nacional das Emas, Goiás.
- Pantanal: A TNC ajudou a organização parceira Ecotrópica a comprar 60 mil hectares de terras nos limites do Parque Nacional do Pantanal, local de grande importância para garantir a conservação do parque, e transformou essas propriedades em reservas privadas. Com apoio da TNC e do Departamento do Interior dos EUA, as autoridades do Parque Nacional dos Everglades estão provendo recursos para melhorar o gerenciamento do Parque Nacional do Pantanal e as reservas particulares de preservação adjacentes. A TNC está trabalhando com instituições brasileiras, bolivianas e paraguaias para melhor identificar prioridades, ameaças e ações de conservação colaborativas para a região toda.

WWF Brasil. Maiores informações em www.wwf.org.br/mata/default.htm.

O Programa de Biodiversidade e Parques tem como objetivo identificar áreas prioritárias para conservação, apoiar a criação e a implementação de áreas de proteção integral nessas áreas prioritárias, e apoiar a conservação de espécies ameaçadas em todo o território nacional. Os projetos desenvolvidos nesse programa são:

- Por meio do projeto Áreas Protegidas na Amazônia (ARPA), o WWF-Brasil trabalha com o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA para assegurar a preservação de, no mínimo, 10% das florestas naturais da Amazônia com representação de todas as ecorregiões do bioma (ver acima).
- Utilizando o Sistema de Informações Geográficas (SIG), o WWF-Brasil trabalha junto com o Governo Federal e com os Governos Estaduais para identificar áreas prioritárias à conservação, participa, inclusive, do processo de Zoneamento Econômico Ecológico de estados amazônicos como o Acre, considerado modelo para a região, para incluir o fator biodiversidade no planejamento do uso do território.
- Incentivo e apoio técnico ao estabelecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).
- O WWF-Brasil apóia diretamente algumas áreas de proteção integral e outras de uso sustentável. A equipe de conservação da organização participa na elaboração de planos de manejo e trabalha com as comunidades do entorno das seguintes áreas: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO), Parque Nacional do Jaú (AM), Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (AM), Reserva Biológica de Una (BA), Parque Nacional de Fernando de Noronha (PE), Estrada-Parque Pantanal (MS), Transpantaneira (MT) e Reserva da Biosfera do Pantanal (MT e MS).
- Alguns projetos tratam especificamente de espécies ameaçadas: Tráfico de Animais, Conservação do Mico-Leão-Dourado e Conservação da Arara-Azul.

Conservation International (CI). Maiores informações em www.conservation.org.br.

- Conservação do Cerrado – Parque Nacional das Emas. O projeto visa ao aumento do conhecimento sobre os ecossistemas do Cerrado e à consolidação da amostra mais significativa e extensa desse bioma, representado pelo Parque Nacional das Emas. A CI do Brasil e sua parceira local, a Fundação Emas, buscam proteger o Parque Nacional das Emas, assegurando o seu manejo adequado e o fortalecimento institucional e os recursos hídricos da região, altamente vulneráveis por estarem localizados, em sua maioria, em áreas privadas caracterizadas pelas grandes propriedades com alto grau de mecanização da agricultura. Resultados: (1) capacitação e estabelecimento de infra-estrutura adequada para os trabalhos da Fundação Emas; (2) elaboração e planejamento do Projeto Cumeeira, que tem como objetivo o desenvolvimento de ações no Parque Nacional das Emas e sua zona tampão, envolvendo programas de educação ambiental, recuperação de áreas degradadas, conservação do solo, e pesquisa sobre a fauna e flora regional; (3) apoio ao “Encontro Ecológico do Centro-Oeste – Recursos Hídricos e Desenvolvimento Sustentável”, realizado em setembro de 1997, em Mineiros, GO; (4) participação na divulgação de informações sobre o cerrado do sudoeste de Goiás pelo jornal *Folha do Cerrado*, com periodicidade bimestral.

Capítulo 1

- Conservação da Fauna Brasileira. A CI do Brasil vem contribuindo para a proteção e o crescente conhecimento da fauna brasileira. Para isso, está desenvolvendo e apoiando diversos projetos de pesquisa e de divulgação científica, descritos brevemente a seguir: (1) descoberta e descrição de novas espécies de primatas na região Amazônica; (2) apoio ao projeto de manejo do jacaré-do-pantanal; (3) apoio ao programa de conservação da arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*); (4) apoio ao Projeto TAMAR de proteção às tartarugas marinhas, em parceria com o CPAP/EMBRAPA; (5) participação de membros da CI e de seus pesquisadores associados em organismos de pesquisa e proteção à fauna, como a Seção do Grupo de Especialistas em Edentatas (ESG) e Primatas (PSG), da Comissão de Sobrevivência de Espécies da IUCN, e nos Comitês Internacionais de Recuperação e Manejo das espécies de micos-leões (*Leontopithecus spp.*) e do macaco-prego-do-peito-amarelo (*Cebus xanthosternos*); (6) edição do boletim Neotropical Primates e da revista *Primate Conservation*, importantes publicações para a integração e a divulgação de informações sobre as atividades de pesquisa e de conservação na primatologia neotropical; (7) desenvolvimento de pesquisa sobre a fauna de mamíferos da região da Reserva Biológica de Una, no sul da Bahia; (8) apoio ao Curso de Pós-Graduação em Ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre, da Universidade Federal de Minas Gerais; (9) colaboração na divulgação de informações sobre a fauna brasileira ameaçada de extinção.
- Conservação do Centro de Endemismo da Mata Atlântica no Sul da Bahia – Parque Estadual da Serra do Conduru. O Parque, com área de nove mil hectares, recentemente criado pelo Governo do Estado da Bahia, representa a área nuclear para a proteção da segunda maior porção ainda florestada da região. É considerada como sendo da mais alta prioridade para conservação devido à sua importância para a proteção dos mananciais de água e pelas oportunidades que oferece para o ecoturismo que vem crescendo ao longo da costa. Esse projeto tem como principal objetivo consolidar a proteção desse parque, desenvolver um programa de assistência e de extensão rural voltado para as propriedades rurais e orientar o desenvolvimento da atividade ecoturística na região. Resultados: (1) o estabelecimento de um convênio de cooperação técnica entre o Departamento de Desenvolvimento Florestal do Governo do Estado da Bahia e a CI do Brasil; (2) o acompanhamento da regularização fundiária e da ação discriminatória de terras do Parque; (3) o desenvolvimento de ações de mobilização da comunidade local, com a identificação da organização social somada às expectativas com a criação da Unidade de Conservação; (4) a execução do levantamento aerofotogramétrico, incluindo a área abrangida pelo Parque e adjacências, para subsidiar as diretrizes do Plano de Ação Emergencial e definir as ações para sua efetiva implantação; (5) o planejamento e o acompanhamento da construção da estrada-parque Ilhéus-Itacaré, como forma de integrar o entorno do Parque Estadual da Serra do Conduru e promover o ecoturismo na região.

Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). Estudo e Levantamento de Áreas para Implantação do Corredor Ecológico no Cerrado. Projeto do IBAMA. Período de Execução: 26/09/2000 – 25/09/2002. O objetivo do projeto é contribuir para a efetiva conservação da diversidade biológica do Brasil, a partir de estudos e levantamentos do conceito de Corredores Ecológicos no Cerrado, adotando técnicas da biologia da conservação e estratégias de planejamento e gestão socioambiental de forma compartilhada e participativa.

Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). Programa Pequenos Projetos Fundo para o Meio Ambiente Mundial. Programa desenvolvido com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), destinado ao fomento de pequenos projetos desenvolvidos por comunidades, organizações e(ou) movimentos de base, ONGs etc., voltados à conservação e ao uso sustentável do Cerrado. O ISPN encarrega-se da divulgação do programa, do recebimento e análise preliminar de projetos, de seu encaminhamento aos comitês do programa e de seu acompanhamento e avaliação dos projetos apoiados.

Os seguintes projetos recebem recursos de fontes externas e são relevantes para a conservação *in situ* no País (é importante ressaltar que o valor dos projetos corresponde a fontes externas mais recursos do Governo Brasileiro):

Capítulo 1

PROGRAMA	ÓRGÃO EXECUTOR	INÍCIO	FIM	VALOR (US\$ MIL)
BID/2002/03 Implementação do sistema de apoio à gestão do Parque Nacional da Tijuca	IBAMA	01/04/2002	01/07/2003	950,00
BRA/00/021 Sustentabilidade e Repartição de Benefícios da Biodiversidade	MMA	01/02/2001	15/12/2004	8.058,00
BRA/00/G31 Promoção da conservação e uso da biodiversidade nas florestas limítrofes do noroeste do Mato Grosso	Governo MT/FEMA/MT	01/10/2000	31/12/2008	6.808,50
BRA/01/036 Programa Pantanal/MT	FEMA/MT	01/10/2001	20/12/2005	1.744,00
BRA/01/037 Projeto de Gestão e Conservação da Fauna e dos Recursos Pesqueiros	IBAMA	15/12/2001	31/12/2005	17.466,90
BRA/95/G41 Conservação da Biodiversidade em Juruena/MT – Estudo de viabilidade para produtos florestais não-madeireiros	ADERJUR PRONATURA	10/03/1997	30/09/1999	279,00
PD 141/02 Ver.1(F) Ecossistemas de Mangues no Estado do Rio de Janeiro: caracterização, diagnose e plano integrado de manejo para conservação e reposição da cobertura vegetal	PESAGRO/RJ	01/01/2001	31/12/2003	1.232,50
BRA/00/G35 Estabelecimento de Reservas Naturais Particulares no Cerrado	FUNATURA	01/01/2001	01/02/2004	750,00

Questão 85.

Experiências e estudos de caso disponíveis na internet e em materiais publicados por instituições que realizam ações no sentido de implementar o artigo 8º. Ver comentários das outras questões, que contêm os endereços eletrônicos das instituições.

Capítulo 1

Artigo 8h Espécies exóticas

86. Qual a prioridade relativa proporcionada para a implementação desse Artigo e de decisões associadas por seu país?

a) Alta		b) Média		c) Baixa	X
---------	--	----------	--	----------	---

87. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?

a) Bom		b) Adequado		c) Limitante		d) Muito limitante	X
--------	--	-------------	--	--------------	--	--------------------	---

Comentários adicionais sobre a prioridade relativa e a disponibilidade de recursos

Questões 86 e 87.

Decisão V/8. Em 2002, foi realizada uma reunião promovida pelo Governo do Brasil, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em colaboração com o Governo dos Estados Unidos da América, por intermédio do Departamento de Estado e da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil e com o Programa Global para Espécies Exóticas Invasoras (GISP). Reuniram-se, na cidade de Brasília, de 17 a 19 de outubro de 2001, especialistas representando Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Desta reunião, os países participantes emitiram uma declaração.

O Ministério do Meio Ambiente promove o programa de controle de espécies invasoras marinhas - Programa GloBallast, no Brasil, sendo a Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos (SQA), o "Ponto Focal Nacional" designado para o projeto (www.mma.gov.br).

Os princípios e as diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade, instituída pelo Decreto nº. 4.339, de 22 de agosto de 2002, do Presidente da República, destacam os objetivos específicos que visam à identificação, ao controle e à erradicação de espécies invasoras.

Vigilância Ambiental pelo Centro Nacional de Epidemiologia. A Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, por meio do Centro Nacional de Epidemiologia - CENEPI e respaldada pelo Decreto nº. 3.450, de 10 de maio de 2000, que estabelece como atribuição do CENEPI a "gestão do sistema nacional de vigilância ambiental", está estruturando, com vistas à implantação em todo o território nacional, o Sistema Nacional de Vigilância Ambiental em Saúde - SNVA. Este sistema prioriza a informação, no campo da vigilância ambiental, como fatores biológicos (vetores, hospedeiros, reservatórios, animais peçonhentos), qualidade da água para consumo humano e contaminantes ambientais químicos e físicos que possam interferir na qualidade da água, do ar e do solo, e os riscos decorrentes de desastres naturais e de acidentes com produtos perigosos.

88. Seu país tem identificado espécies exóticas introduzidas?

a) não	
b) apenas espécies de maior interesse	X
c) apenas introduções novas ou recentes	
d) sistema amplo rastreia novas introduções	
e) sistema amplo rastreia todas as introduções conhecidas	

89. Seu país tem avaliado os riscos oferecidos a ecossistemas, habitats ou espécies pela introdução dessas espécies exóticas?

a) não	
b) apenas poucas espécies exóticas de interesse têm sido avaliadas	X
c) a maioria das espécies exóticas tem sido avaliada	

Capítulo 1

90. Seu país tem tomado medidas para prevenir a introdução, controle ou erradicação dessas espécies exóticas que ameaçam ecossistemas, habitats ou espécies?	
a) sem medidas	
b) poucas medidas em execução	X
c) medidas potenciais em estudo	
d) medidas abrangentes em execução	

Decisão IV/1. Relatório e recomendações do terceiro encontro da SBSTTA

91. Seu país está colaborando com o desenvolvimento de projetos em nível nacional, regional, sub-regional e internacional para discutir o caso de espécies exóticas?	
a) pouca ou nenhuma ação	X
b) discussões sobre projetos potenciais em execução	
c) desenvolvimento ativo de novos projetos	
92. Sua estratégia nacional e plano de ação discutem o caso de espécies exóticas?	
a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	

Decisão V/8. Espécies exóticas que ameaçam ecossistemas, habitats ou espécies

93. Seu país está aplicando a diretriz que trata dos princípios para prevenção, introdução e mitigação de impactos de espécies exóticas no contexto de atividades apontadas na implementação do artigo 8(h) da Convenção, e nos vários setores?	
a) não	
b) em exame	
c) implementação limitada em poucos setores	
d) implementação extensiva em poucos setores	X
e) implementação extensiva na maioria dos setores	
94. Seu país tem submetido estudos de casos para o Secretariado Executivo focando avaliações temáticas?	
a) não	X
b) em preparação	
c) sim	
95. Seu país tem submetido comentários escritos sobre a diretriz de princípios para o Secretariado Executivo?	
a) não	X
b) sim	
96. Seu país tem dado prioridade para o desenvolvimento e implementação de estratégias e planos de ação para espécies exóticas invasoras?	
a) não	X
b) sim	

Capítulo 1

97. Lidando com o caso de espécies invasoras, o seu país tem desenvolvido ou se envolvido em mecanismos para cooperação internacional, incluindo a troca de treinamento?	
a) não	
b) cooperação transfronteiriça	X
c) cooperação regional	X
d) cooperação multilateral	X
98. Seu país está dando atenção prioritária para ecossistemas isolados geograficamente ou evolucionariamente em seu trabalho com espécies exóticas invasoras?	
a) não	X
b) sim	
99. Seu país está usando a abordagem ecossistêmica e a abordagem cautelosa e biogeográfica, conforme apropriada em seu trabalho, com espécies exóticas invasoras?	
a) não	X
b) sim	
100. Seu país tem desenvolvido medidas eficazes de educação, treinamento e conscientização pública com respeito ao caso de espécies exóticas?	
a) não	X
b) poucas iniciativas	
c) muitas iniciativas	
101. Seu país está tornando disponível a informação que possui sobre espécies exóticas pelo CHM?	
a) não	X
b) pouca informação	
c) toda a informação disponível	
d) informação disponível por outros meios (favor especificar)	
102. Seu país tem fornecido apoio para permitir que o Programa de Espécies Exóticas Global cumpra sua tarefa descrita na decisão e em seus anexos?	
a) não	X
b) apoio limitado	
c) apoio substancial	

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 88.

A então Comissão Coordenadora do Programa Nacional da Diversidade Biológica, ligada ao PROBIO, aprovou a realização, para 2003, de informe nacional sobre espécies exóticas invasoras. Vilela, Evaldo F.; Zucchi, Roberto A. E Cantor, Fernando (Eds.). *Histórico e Impacto das Pragas Introduzidas no Brasil*. Ribeirão Preto: Holos Editora, 2000, 173 p.

Questão 90.

A Resolução nº. 305, de 12 de junho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), torna necessária a realização de licenciamento ambiental e de estudos de impacto ambiental para utilização de quaisquer organismos geneticamente modificados. Mais informações em www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30502.html.

Capítulo 1

Questões 91 e 97.

O Brasil é signatário do Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial de Saúde e da Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Acordos Bilaterais		
Austrália	Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria Sanitária	Em vigor
Chile	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, em Matéria de Sanidade Agropecuária	Em vigor
China	Acordo sobre Quarentena Vegetal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	Em vigor
Hungria	Acordo sobre Cooperação nos Campos da Quarentena Vegetal e da Proteção das Plantas	Congresso Nacional
Índia	Ajuste Complementar ao Acordo de Comércio sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	Em vigor
Nova Zelândia	Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários	Em vigor
Peru	Acordo sobre Cooperação e Coordenação em Matéria de Sanidade Agropecuária	Congresso Nacional
República Tcheca	Acordo sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários	Em vigor
Rússia	Acordo sobre Cooperação na Área da Quarentena Vegetal	Congresso Nacional
Venezuela	Ajuste Complementar ao Convênio de Amizade e Cooperação em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal	Em vigor

Questão 96.

O país ainda não tem dado prioridade para a questão na área ambiental, no entanto existem políticas, programas e projetos nas áreas de saúde e agricultura.

Edital nº. 04/2002 do Programa de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO) e do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) apoiaram projetos para elaboração e implementação de plano de manejo para conservação de espécies ameaçadas e controle de espécies invasoras.

O Brasil tem programas para controle de vetores de doenças, executados pelo Ministério da Saúde. São eles:

- Programa Nacional de Controle da Dengue. Diante da tendência de aumento da incidência da doença, o Ministério da Saúde, com a parceria da Organização Pan-Americana de Saúde, realizou um Seminário

Capítulo 1

Internacional, em junho de 2001, para avaliar as diversas experiências e elaborar um Plano de Intensificação das Ações de Controle da Dengue (PIACD). Esse plano selecionou 657 municípios prioritários no País, com o objetivo de intensificar ações e adotar iniciativas capazes de utilizar, com melhor eficácia, os pontos positivos já criados anteriormente: 1) uma grande infra-estrutura para controle de vetores nos estados e municípios (veículos, equipamentos de pulverização, microscópios e computadores); 2) cerca de 60 mil agentes, em mais de 3,5 mil municípios capacitados para o controle de vetores; 3) a existência de um conjunto de rotinas e normas técnicas padronizadas nacionalmente para o controle de vetores.

- Plano de Intensificação das Ações de Controle da Malária na Amazônia Legal. Prevê a utilização das estratégias do controle seletivo de vetores em que deverão ser utilizadas medidas, previamente selecionadas, tais como: aplicação de inseticidas, obras de saneamento ambiental e outras.
- Plano de Intensificação das Ações de Prevenção e Controle da Febre Amarela. Um dos objetivos desse plano é implantar e(ou) intensificar as atividades de combate ao *Aedes aegypti* em todo o País.

O Brasil possui o Programa de Vigilância Agropecuária Internacional, executado pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento, que tem como missão proteger as nossas fronteiras contra a introdução de pragas e doenças exóticas. O Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional do Brasil está disponível em http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/menu_lateral/estudos_publicacoes/vigilancia_agropecuaria/manual.doc.

Artigo 8j Conhecimento tradicional e provisões relacionadas

103. Qual a prioridade relativa proporcionada para a implementação desse Artigo e de decisões associadas por seu país?					
a) Alta		b) Média	X	c) Baixa	
104. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?					
a) Bom		b) Adequado		c) Limitante	d) Muito limitante X
Comentários adicionais sobre a prioridade relativa e a disponibilidade de recursos					
<p>Questões 103 e 104.</p> <p>Medida Provisória nº. 2.186-16, de 23 de agosto de 2001. Essa medida dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização. Às comunidades indígenas e às comunidades locais que criem, desenvolvam, detenham, conservem ou preservem conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, é garantido o direito de:</p> <p>I - ter indicada a origem do acesso ao conhecimento tradicional em todas as publicações, utilizações, explorações e divulgações;</p> <p>II - impedir terceiros não autorizados de utilizar, realizar testes, pesquisas ou exploração, relacionados ao conhecimento tradicional associado;</p> <p>III - impedir terceiros não autorizados de divulgar, transmitir ou retransmitir dados ou informações que integrem ou constituam o conhecimento tradicional associado;</p> <p>IV - perceber benefícios, remuneração ou <i>royalties</i> pela exploração econômica por terceiros, direta ou indiretamente, de conhecimento tradicional associado, cujos direitos são de sua titularidade.</p> <p>Parágrafo único. Para efeitos desta Medida Provisória, qualquer conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético poderá ser de titularidade da comunidade, ainda que apenas um indivíduo, membro dessa comunidade, detenha esse conhecimento.</p> <p>Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. O Decreto nº. 3.945, de 28 de setembro de 2001, define a composição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e estabelece as normas para o seu funcionamento, mediante a regulamentação dos artigos 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18 e 19 da Medida Provisória nº. 2.186-16, de 23 de agosto de 2001 (www.mma.gov.br/port/cgen).</p> <p>Política Nacional da Biodiversidade. A Política Nacional da Biodiversidade contém um componente que trata de acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados com a justa e equitativa repartição dos benefícios oriundos de seu uso. Esse componente contém 17 objetivos específicos que tratam de diversos aspectos relativos à proteção e ao acesso aos saberes tradicionais, incluindo legislação (é prevista a criação de um regime legal <i>sui generis</i> para a proteção dos conhecimentos tradicionais) e a criação de mecanismos para repartição de benefícios. No componente 1 (Conhecimento da Biodiversidade) da referida Política, há uma diretriz que trata de pesquisas em conhecimentos tradicionais, com 7 objetivos específicos. O texto integral da Política Nacional da Biodiversidade encontra-se disponível em www.mma.gov.br/biodiversidade/estrategia/politica/decreto2.html.</p> <p>Programa Piloto para a Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Subprograma PDA Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI). Quando implementados, apoiarão iniciativas locais que visem à sustentabilidade pós-demarcatória das terras indígenas. O objetivo é melhorar as perspectivas de sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos indígenas em suas terras e a conservação dos recursos naturais nelas existentes, por meio do financiamento de subprojetos em nível local que sejam planejados e executados de forma participativa e que tenham caráter demonstrativo. E, no Subprograma de Unidades de Conservação e Manejo dos Recursos Naturais, há o Projeto Integrado de Proteção às Populações e às Terras Indígenas (PPTAL). O PPTAL objetiva contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações indígenas, na região Amazônica, por meio da demarcação e regularização fundiária de suas terras, bem como da conservação dos recursos naturais lá existentes.</p>					

Capítulo 1

Programa Piloto para a Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Projeto Negócios Sustentáveis. O Projeto Negócios Sustentáveis foi concebido pelo Programa Piloto como principal instrumento para promover a formação de negócios financeiramente viáveis, socialmente justos e com base no uso sustentável dos recursos naturais da floresta. Supõe-se que, para ser viabilizado, o negócio sustentável precisa harmonizar cinco variáveis: a) o lucro, o que demonstra que o produto tem aceitação no mercado; b) recurso natural, que para ser utilizado precisa considerar a sustentabilidade ambiental; c) distribuição justa dos benefícios, para gerar equidade social; d) inovação, que depende do desenvolvimento científico e tecnológico associado; e e) direitos humanos, como base para alcançar mercados mais sofisticados.

Projeto Reservas Extrativistas (RESEX). O objetivo do Projeto RESEX é desenvolver e testar abordagens apropriadas de gestão social, econômica e ambiental, com base no refinamento do conhecimento e das práticas tradicionais das populações locais de quatro reservas extrativistas: Chico Mendes e Alto Juruá, no Estado do Acre; Rio Ouro Preto, no Estado de Rondônia, e Rio Cajari, no Estado do Amapá. Assinala-se que o projeto tem obtido reconhecimento como sendo um dos melhores exemplos de manejo compartilhado entre Governo e comunidades tradicionais no uso direto das Unidades de Conservação. Avalia-se que o Projeto RESEX contribuiu, também, de forma significativa, para a legalização das reservas, o fortalecimento das organizações locais, a melhoria das condições de vida e a proteção dos recursos naturais nas reservas.

Programa Nacional de Florestas (PNF). Esse programa foi criado pelo Decreto nº. 3.420, de 20 de abril de 2000, após um processo de consulta pública que envolveu mais de 600 instituições florestais. Os recursos potenciais destinados ao Programa, para 2001, são da ordem de em R\$658 milhões provenientes de várias fontes. As populações tradicionais e indígenas contam com linha temática que tem como objetivo apoiar e promover a incorporação das populações tradicionais e indígenas ao processo produtivo, assegurando sua subsistência e sustentabilidade nas áreas com potencial para a produção florestal racional e múltipla. Suas metas são: ampliar a implementação de programas, projetos e atividades, envolvendo o Governo Federal, os estaduais e os municipais, ONGs e outros segmentos do setor produtivo e do social, que valorizem o conhecimento das populações tradicionais e indígenas.

Programa Cultura Afro-Brasileira. É um programa do Plano Plurianual do Governo Federal brasileiro e tem orçamento de R\$25,3 milhões para o período de 2000 a 2003. A Fundação Palmares (órgão responsável pela execução do programa e ligado ao Ministério da Cultura) registrou, no fim do século XX, perto de 700 remanescentes de quilombos. O artigo 215 da Constituição Federal assegura a posse definitiva da terra a essas comunidades. Mais informações em www.palmares.gov.br.

Programa Território e Cultura Indígenas. Trata-se de um programa do plano plurianual do Governo, executado pela Fundação Nacional do Índio, com orçamento de R\$115,1 milhões para o período de 2000 a 2003. Embora tenha ações relacionadas à manutenção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas brasileiros, o foco do programa está na regularização das terras indígenas. Mais informações em www.funai.gov.br.

Os Estados do Acre e Amapá possuem legislações para controle do acesso a recursos genéticos. No Acre, existe a Lei nº. 1.235, de 9 de julho de 1997. Mais informações em www.ac.gov.br. No Amapá, existe a Lei nº. 388, de 10 de dezembro de 1997. Mais informações em www.amapa.gov.br/servicos/home_biodiversidade.htm.

105. Seu país adota medidas para assegurar que o conhecimento, inovações e práticas de comunidades indígenas e locais, incluindo estilos de vida relevantes para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica, sejam respeitados, preservados e mantidos?

a) sem medidas	
b) poucas medidas em execução	
c) medidas potenciais em exame	X
d) medidas abrangentes em execução	

Capítulo 1

106. Seu país incentiva a divisão justa dos benefícios provindos da utilização de tal conhecimento, inovações e práticas?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) programa ou política em execução	X

Decisão III/4 e Decisão IV/9. Implementação do Artigo 8(j)

107. Seu país tem desenvolvido legislação nacional e estratégias correspondentes para a implementação do Artigo 8(j)?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	X
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) legislação e outras medidas em execução	X

108. Seu país tem fornecido informação sobre a implementação do Artigo 8(j) para outras Partes Contratantes por meio de relatório nacional?	
a) não	
b) sim – relatório nacional prévio	X
c) sim - CHM	X
d) sim – outros meios (favor fornecer detalhes abaixo)	X

109. Seu país tem submetido ao Secretariado Executivo, estudos de casos sobre medidas tomadas para desenvolver e implementar as provisões da Convenção relacionadas às comunidades indígenas e locais?	
a) não	X
b) sim	

110. Seu país participa de grupos de trabalho e encontros apropriados?	
a) nenhum	
b) poucos	X
c) todos	

111. Seu país facilita a participação ativa de representantes de comunidades indígenas e locais nesses grupos de trabalho e encontros?	
a) não	X
b) sim	

Decisão V/16. Artigo 8(j) e provisões relacionadas

112. Seu país tem revisado o programa de trabalho especificado no anexo da decisão, e identificado como implementar aquelas tarefas apropriadas às circunstâncias nacionais?	
a) não	
b) em exame	X
c) sim (favor fornecer detalhes)	

Capítulo 1

113. Seu país integra essas tarefas em seus programas em execução, levando em consideração as oportunidades de colaboração identificadas?	
a) não	
b) inapropriado para circunstâncias nacionais	
c) sim – em extensão limitada	X
d) sim – em extensão significativa	
114. Seu país considera a existência de instrumentos, diretrizes, códigos e outras atividades relevantes na implementação do programa de trabalho?	
a) não	
b) inapropriado para circunstâncias nacionais	
c) sim – em extensão limitada	X
d) sim – em extensão significativa	
115. Seu país tem fornecido apoio financeiro apropriado para a implementação do programa de trabalho?	
a) não	
b) inapropriado para circunstâncias nacionais	
c) sim – em extensão limitada	X
d) sim – em extensão significativa	
116. Seu país tem incorporado completamente mulheres e organizações de mulheres nas atividades realizadas para implementar o programa de trabalho contido no anexo da decisão e outras atividades relevantes da Convenção?	
a) não	
b) sim	X
117. Seu país tem tomado medidas para facilitar a participação completa e efetiva de comunidades indígenas e locais na implementação da Convenção?	
a) não	
b) inapropriado para circunstâncias nacionais	
c) sim – em extensão limitada	X
d) sim – em extensão significativa	
118. Seu país tem fornecido estudos de casos em métodos e abordagens relativos à preservação e compartilhamento de conhecimento tradicional, e o controle dessa informação por comunidades indígenas e locais?	
a) não	
b) irrelevante	
c) sim – enviado ao Secretariado	
d) sim – por meio do CHM nacional	
e) sim – disponível por outros meios (favor especificar)	X

Capítulo 1

119. Seu país troca informações e compartilha experiências relativas à legislação nacional e outras medidas para a proteção do conhecimento, inovações e práticas de comunidades indígenas e locais?	
a) não	
b) irrelevante	
c) sim – por meio do CHM nacional	
d) sim – com países específicos	
e) sim – disponível por outros meios (favor especificar)	X
120. Seu país tem tomado medidas para promover a conservação e manutenção do conhecimento, inovações, e práticas de comunidades indígenas e locais?	
a) não	
b) irrelevante	
c) poucas medidas	X
d) medidas amplas	
121. Seu país tem apoiado o desenvolvimento de registros de conhecimento tradicional, inovações e práticas de comunidades indígenas e locais, em colaboração com essas comunidades?	
a) não	
b) irrelevante	
c) desenvolvimento em progresso	X
d) registro completamente desenvolvido	
122. Organizações representantes de comunidades indígenas e locais têm participado de sua delegação oficial para encontros relativos à Convenção sobre Diversidade Biológica?	
a) irrelevante	
b) inapropriado	X
c) sim	
123. Seu país tem auxiliado o Secretariado para utilizar completamente o Mecanismo de Intermediação de Informação para cooperar atenciosamente com comunidades indígenas e locais a explorar meios de habilitá-las a tomar decisões conscientes relativas à liberação de seus conhecimentos tradicionais?	
a) não	X
b) aguardando informação sobre como proceder	
c) sim	
124. Seu país tem identificado fontes para financiar as atividades identificadas na decisão?	
a) não	
b) irrelevante	
c) parcialmente	X
d) completamente	

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 105.

O MMA, por intermédio do Projeto Estratégia Nacional da Biodiversidade, apoiou a formulação de síntese sobre o conhecimento dos saberes tradicionais e da biodiversidade no Brasil – organizado por Antônio Carlos Diegues e Rinaldo S.V. Arruda. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176p. (Biodiversidade 4). Esse trabalho teve o objetivo de realizar o levantamento e a análise dos trabalhos

Capítulo 1

(livros, teses, artigos, relatórios, coletâneas etc.), publicados nos últimos 20 anos, sobre o conhecimento e usos da biodiversidade por populações tradicionais no Brasil, e de organizar a documentação estudada de forma a torná-la acessível ao público. Foram pesquisados mais de três mil títulos de trabalhos relacionados com o conhecimento tradicional, em bancos de dados e bibliotecas espalhados pelas várias regiões do Brasil. O total de títulos selecionados foi de 868 (483 referem-se a populações não-indígenas e 385 a populações indígenas). Os autores constataram que a maior parte dos trabalhos foi publicada em periódicos. Apesar disso, os autores afirmam que são raras as revistas brasileiras especializadas nesse tema. Mais de 80% dos trabalhos foram publicados nas duas últimas décadas, o que evidencia o crescente interesse das instituições de pesquisa e de pesquisadores sobre o tema. Os autores afirmam que esse aumento é também devido ao crescimento da "visibilidade política e social" dessas populações. Os autores ressaltam que há heterogeneidade geográfica na abundância de trabalhos: a maior parte dos trabalhos (56,7%) refere-se a populações da Amazônia, seguidos por trabalhos em populações na Zona Costeira (20,9%) e no Cerrado (18,9%). Vale ressaltar que do total de 206 povos indígenas existentes no Brasil, há trabalhos sobre apenas 106. Esse dado revela que os estudos sobre os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade no Brasil ainda são incipientes. Disponível em www.mma.gov.br/biodiversidade/doc/saberes.pdf.

Áreas em estudo para criação de novas Reservas Extrativistas (RESEX). Auati-Paraná; Baixo Juruá; Lago do Tucuruí; Rio Jutaí; Riozinho da Liberdade; Lago do Catuá; Marinha do Batoque; Marinha do Delta do Parnaíba; Marinha do Soure; Marinha de Itacaré; Marinha da Mata Norte; Arumanduba; Marinha do Sucuriju; Marinha de Alcobaça; Pimental; Lago do Capananzinho; Marinha de Augusto Correia; Marinha de Bragança; Marinha de Curuçá; Marinha de Maracanã; Marinha de Santarém Novo; e Marinha de São João da Ponta. Mais informações em www2.ibama.gov.br/resex/nova.htm e comentários das questões 103 e 104 sobre Projeto Reservas Extrativistas (RESEX).

Questão 106.

Ver comentários do artigo 8j sobre prioridade e disponibilidade de recursos.

Questão 107.

Somente para alguns grupos (povos indígenas e quilombolas).

Questão 111.

O Governo Brasileiro considera imprescindível a participação de comunidades indígenas e organizações não-governamentais em reuniões oficiais e representantes de comunidades tradicionais, mas há clara limitação de recursos financeiros para este apoio ser efetuado e portanto não está sendo feito a contento.

Questões 111, 112, 113 e 117.

A elaboração da Política Nacional da Biodiversidade, realizada de forma participativa, contou com a participação de cerca de 40 lideranças indígenas de todo o Brasil. Representantes de outras comunidades locais detentoras de saberes tradicionais (quilombolas, seringueiros, ribeirinhos etc.) também estiveram presentes. Tal política contém ações específicas para a preservação, o respeito e o resgate dos conhecimentos tradicionais, bem como para a repartição dos benefícios oriundos de seu uso comercial. Para maiores informações, visite <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/estrateg/politica/politica.html>.

Questão 114.

Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (ver comentários do artigo 8j sobre prioridade e disponibilidade de recursos).

Questão 115.

O Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO) apóia os seguintes projetos referentes à proteção do conhecimento tradicional e à repartição dos benefícios oriundos de seu uso:

- Projeto Monte Alegre: A Biodiversidade em Benefício da Comunidade. Esse projeto é resultado da parceria de fundo perdido entre o FUNBIO, a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável

(FBDS) e a Klabin (uma empresa de produtos florestais instalada no Paraná). O projeto pretende ser um modelo no que diz respeito às recomendações da Convenção sobre a Diversidade Biológica. Para isso, está comprometido com a criação de procedimentos corretos relativos à prospecção de biodiversidade, por meio de um plano estratégico que garanta a plena conservação da floresta. Este projeto busca contribuir para a definição de políticas públicas sobre o acesso aos recursos genéticos e à equitativa repartição de benefícios com as comunidades locais, por intermédio da formação de massa crítica e capacitação de recursos humanos. Valor total do projeto: R\$5.122.000,00. Localização: Município de Telêmaco Borba e entorno (PR). Bioma: Mata Atlântica (floresta ombrófila mista). Período: 2000 a 2004.

- Projeto FIBRARTE. Projeto executado da Fundação Vitória Amazônica (FVA). Apoio do FUNBIO: R\$144.460,00. Localização: Novo Airão (AM). Bioma: Amazônia. Período: 2000 a 2002. Principal produto: Artesanato com fibras vegetais. Objetivo: criar alternativas de geração de renda para a população da bacia do Rio Negro (AM), pela atividade tradicional de produção de artesanato com fibras. Mais informações em www.fva.org.br/pro-fibrarte.html.
- Projetos Da Mata à Casa, Fibrção e Agenda 21. Projeto do Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz - Vitae Civilis. Apoio do FUNBIO: R\$166.340,00. Localização: Sete Barras (SP). Bioma: Mata Atlântica. Período: 2000 a 2002. Principais ações: uso sustentável de plantas medicinais, artesanato e Agenda 21 em Guapiruvu. Principais produtos: Plantas medicinais e Sistema Agroflorestal (SAF). Visite www.vitaecivilis.org.br/vcativ.htm para maiores informações.

Projeto Mutirão Reflorestamento Rural. Em resposta aos problemas encontrados em diversas prefeituras visitadas no estado do Rio de Janeiro, relacionados ao intenso processo de desmatamento e de contínua despreocupação do homem com seu meio ambiente, a Fundação Instituto Estadual de Florestas (IEF/RJ), vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADS), por intermédio da Diretoria de Desenvolvimento e Controle Florestal (DDF), elaborou o Projeto Mutirão Reflorestamento Rural para socorrer essas áreas da mais alta prioridade para conservação biológica: áreas de nascentes e matas ciliares dentro do domínio Mata Atlântica. O Projeto Mutirão Reflorestamento Rural promove a integração dos órgãos do estado com os 726.425 habitantes dos 9.585,5 km² abarcados. São 15 municípios das regiões serrana, noroeste e norte contemplados com o plantio de 180 mil mudas em microbacias, além da criação de 238 empregos diretos para a mão-de-obra local. O IEF tem a preocupação de reflorestar, restaurando áreas degradadas e criando novas florestas. O reflorestamento pode ser ecológico ou econômico. Os dois tipos são muito importantes para o estado. No reflorestamento ecológico, o IEF planta mudas de espécies nativas, frutíferas ou exóticas, para restaurar o ecossistema e formar uma floresta permanente, imune ao corte. Esse trabalho impedirá, no futuro, as tragédias causadas pelas fortes chuvas de verão, quando ocorrem deslizamentos e enchentes.

Projeto TAMAR-IBAMA. O Projeto TAMAR é um programa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), subordinado à Diretoria de Ecossistemas (DIREC) e co-administrado pela Fundação Pró-TAMAR, entidade privada sem fins lucrativos, declarada como entidade de utilidade pública federal, pelo Decreto de 7 de março de 1996, publicado no Diário Oficial da União, de 8 de março de 1996. Atividades desenvolvidas: manejo, ensino, conservação e pesquisa das tartarugas marinhas, sendo a) Proteção ao Ciclo de Reprodução – RN, PE, SE, BA, ES e RJ; b) Programa de Proteção às Áreas de Alimentação – CE, RN, PE, SE, ES, BA e SP; c) Programa de Ensino, Capacitação e Formação de Profissionais Especializados em Conservação de Recursos Costeiros e Marinhos – CE, PE, SE, BA, ES, RJ, e SP; e d) Pesquisa. Mais informações em www.tamar.org.br.

Projeto de Apoio ao Manejo Sustentável na Amazônia (ProManejo). Projeto iniciado em 1999 com o objetivo de apoiar o desenvolvimento e a adoção de sistemas de produção sustentável da madeira na região da Floresta Amazônica, por meio da exploração madeireira manejada. Esta prática permite o equilíbrio da produção florestal com a manutenção dos serviços que a floresta presta, oferecendo aos habitantes da região uma alternativa de fonte de renda que não requer a derrubada da floresta. O projeto, que tem duração de sete anos, é financiado pelo Governo alemão, o britânico e o brasileiro. O valor total do financiamento é de US\$22,6 milhões. Entre as ações desenvolvidas pelo ProManejo merecem destaque: apoio ao manejo participativo e a conservação da Floresta Nacional de Tapajós; iniciativas promissoras desenvolvidas por grupos comunitários, organizações não-governamentais e empresas privadas, com o objetivo de testar novos caminhos para o manejo sustentável das florestas; testes de opções para a vigilância e o reforço das políticas florestais em duas áreas piloto; e análises estratégicas e recomendações para reforma das políticas públicas do setor florestal da Amazônia.

Capítulo 1

Programa de Apoio à Produção Extrativista. O programa tem por objetivo apoiar a produção extrativista da Reserva Extrativista de Cúria e de duas Florestas Nacionais no Estado de Rondônia. Esse programa conta com a parceria do Instituto de Integração Social, Desenvolvimento Sustentável e Preservação Ambiental (IDESPA) e apoio financeiro da Embaixada da Espanha. O Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais do IBAMA (CNPT/ IBAMA) é o órgão responsável pelo programa. O recurso é de US\$9 milhões. Mais informações em www.ibama.gov.br.

Programa de criação de RESEX. O programa visa a organizar e a mobilizar comunidades extrativistas na Amazônia e na Zona Costeira e Marinha. Atualmente o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) conta com 26 RESEXs, sendo 19 continentais e sete marinhas, abarcando aproximadamente seis milhões de ha. Há cerca de 45 estudos de viabilidade para criação de novas RESEXs, sendo 28 marinhas. O CNPT/ IBAMA é o órgão responsável pelo programa. O recurso é de R\$500 mil. Encontra-se em fase de desenvolvimento. Mais informações www.ibama.gov.br.

Programa de Desenvolvimento Comunitário para as Reservas Extrativistas (RESEX). O programa busca implementar, por meio da elaboração dos Planos de Manejo de Uso Múltiplo, 30 RESEXs. O programa conta com a parceria do Conselho Nacional dos Seringais (CNS), Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT/ IBAMA), Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA/MMA) e as Associações Representativas das RESEXs, sendo financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O CNPT/ IBAMA é o órgão responsável pelo programa. O recurso é de R\$28 milhões. Encontra-se em fase inicial de desenvolvimento (2002-2006). Mais informações em www.ibama.gov.br.

Unidade de Produção de Sementes Florestais Nativas. O programa visa a criar unidade de produção de sementes em duas RESEXs, Tapajós-Arapiuns (AM) e Cazumbé (AC). Conta com a parceria do CNS/CNPT/ SCA-MMA, as associações das duas RESEXs e o apoio financeiro da Embaixada da Itália. Tem como órgão responsável o CNPT/ IBAMA. O recurso é de US\$2 milhões. Mais informações www.ibama.gov.br.

Questão 116.

Projeto Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu. Parte do Projeto Alternativas Econômicas Sustentáveis para a Erradicação da Pobreza na Região do Babaçu (ALTECON). Representantes do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e de entidades que desenvolvem trabalho de assessoria e apoio às famílias de agroextrativistas dos Estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins intensificam o processo de discussão, com segmentos do poder público, sobre as propostas de desenvolvimento reunidas no projeto Alternativas Econômicas Sustentáveis para a Erradicação da Pobreza na Região do Babaçu (ALTECON). Mais informações em www.jornaldomeioambiente.com.br/banco_projetos/proj25.asp.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, por intermédio da Secretaria de Agricultura Familiar, presta apoio pela disponibilização do crédito rural PRONAF Mulheres, como também pelo PRONAF. Capacitação que apoiou em 2002, projetos de capacitação destinado somente para mulheres agricultoras.

Portaria nº. 065, de 24 de março de 1999. Resolve: Art. 1º Criar o Grupo de Trabalho - GT sobre Babaçu, visando à realização das seguintes atividades: I – promover, coordenar, apoiar e acompanhar a formulação e implementação de normas, instrumentos e ações ambientais direcionadas às Comunidades Extrativistas das Quebradeiras de Coco Babaçu; e II – desenvolver estudos visando à formulação e à implementação de programas ambientais que possam garantir o objetivo de sustentabilidade proposto. (www.pronaf.gov.br - ações anteriores a 2002)

Questão 118.

Márcio de Miranda Santos. *Estudos de Caso sobre Repartição de Benefícios: Estudo sobre Formas de Repartição de Benefícios em Atividades de Prospecção Biológica*. Esse estudo compilou uma grande variedade de formas de repartição de benefícios, constantes de (i) legislações de acesso aos recursos genéticos e repartição de benefícios e que visam a regular essa matéria; (ii) códigos de ética implementados por instituições de pesquisa, agências de financiamento e por governos, relacionados com a atividade de coleta de recursos biológicos e bioprospecção; (iii) contratos e acordos entre partes engajadas no desenvolvimento de produtos e processos derivados do uso de materiais biológicos; e (iv) artigos da Convenção sobre

Diversidade Biológica, que posiciona a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos como um dos seus três principais objetivos.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Essa reserva é considerada a maior área protegida do Brasil coberta por florestas inundadas, conhecidas como várzeas. Possui 1.124.000 ha e foi designada como área de preservação em 1993 (informações em www.mamiraua.org.br). Abriga uma grande biodiversidade, incluindo espécies endêmicas e ameaçadas da fauna e da flora, como, por exemplo, o macaco uacari-branco (*Cacajao calvus calvus*), objeto das primeiras pesquisas em Mamirauá e considerado símbolo dessa reserva. O projeto é desenvolvido por pesquisadores, extensionistas e pessoas da comunidade local de diversas instituições de pesquisas de maneira integrada. Inicialmente foi realizado um diagnóstico da fauna e da flora da região, bem como estudos cartográficos e de imagens de satélite, do que resultou a elaboração de um Plano de Manejo aprovado em 1996. O apoio financeiro provém, principalmente do MCT, pelo Programa de Ciência e Tecnologia para Gestão de Ecossistemas, da Cooperação Bilateral Britânica, do Wildlife Conservation Society (WCS), e da Comissão Europeia (CE). Mais informações em: www.mct.gov.br/Temas/meioambiente/alagaveis01.htm.

SCM, CNPq, IPAAM. 1996. *Mamirauá Management Plan*. Sociedade Civil Mamirauá (SCM), Tefé, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasília, Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM), Manaus.

Questão 120.

O Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000, institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Inicialmente, serão quatro os Livros de Registro: dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. Na prática, será a forma de preservar a memória e assegurar a transmissão de manifestações culturais, de expressões artísticas e de conhecimentos tradicionais como terapias, culinária regional, festas tradicionais, lendas, mitos e feiras populares. Para viabilizar a aplicação do decreto, foram criados dois grupos de trabalho: um encarregado de elaborar proposta de regulamentação do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, a ser apresentada ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e outro de definir as bases de estruturação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Mais informações em www.cultura.gov.br.

Resgate do Etnoconhecimento da Região de Castro - PR. Projeto desenvolvido junto a seis comunidades rurais do Distrito do Socavão, Município de Castro, PR, que visa a realizar diagnóstico da utilização dos recursos naturais por essas comunidades objetivando obter um panorama de usos e costumes, especialmente aqueles de uso medicinal; a contribuir para que as comunidades envolvidas possam valorizar o seu saber-fazer popular por meio do resgate e da devolução do conhecimento e, com isso, fortalecer as capacidades pessoais e comunitárias de satisfazer necessidades, resolver problemas e melhorar a qualidade da vida. O projeto é financiado por edital do Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA).

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) têm promovido reuniões para discussão da proteção do Conhecimento Tradicional associado ao Patrimônio Genético.

Questão 121.

Ver comentário da questão 120.

Questão 122.

Ver comentário da questão 111.

Capítulo 1

Artigo 9 Conservação ex situ

125. Qual a prioridade relativa proporcionada para a implementação desse Artigo e de decisões associadas por seu país?					
a) Alta		b) Média	X	c) Baixa	
126. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?					
a) Bom		b) Adequado		c) Limitante	X
d) Muito limitante					
Comentários adicionais sobre a prioridade relativa e a disponibilidade de recursos					
Questões 125 e 126.					
<p>A Resolução nº. 266, de 3 de agosto de 2000, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), estabelece diretrizes para a criação de jardins botânicos e normatiza o funcionamento desses. Mais informações em: www.mma.gov.br/port/conama/res/res00/res26600.html.</p>					
<p>Política de Coleções em Jardins Botânicos. Documento cujo objetivo principal é "<i>assistir instituições botânicas participantes na preparação de políticas institucionais baseadas nos princípios do acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios para instituições participantes</i>". Ele foi elaborado por um grupo de trabalho composto por representantes de 23 instituições botânicas, entre as quais o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, congregando todos os continentes. Sob a coordenação do Royal Botanic Gardens, Kew, da Inglaterra. O documento "Política de Coleções da Rede Brasileira de Jardins Botânicos", que tem como base os princípios das "Diretrizes Normativas Gerais", representa um guia de conduta cujo objetivo é "<i>estabelecer um padrão de procedimentos a ser adotado pelos Jardins Botânicos Brasileiros, no que diz respeito ao intercâmbio de recursos genéticos observando os preceitos da Convenção sobre Diversidade Biológica</i>". Esse documento foi elaborado pela Rede Brasileira de Jardins Botânicos, organização de direito privado, sem fins lucrativos, criada, em 1991, por iniciativa de diretores e técnicos de alguns jardins botânicos brasileiros, com o objetivo principal de estabelecer uma conexão entre os jardins botânicos do Brasil, de maneira a estreitar as suas relações e a fomentar a colaboração mútua e o intercâmbio de conhecimentos, estabelecendo bases para a educação do público. Disponível em www.jbrj.gov.br/crag/politica.htm.</p>					
<p>Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Centro Nacional de Pesquisa de Recursos Genéticos e Biotecnologia (CENARGEN). O CENARGEN desenvolve pesquisa, assim como atividades de rotina para o enriquecimento, conservação, caracterização e avaliação de germoplasma, cuidando da preservação e exploração da variabilidade genética. Algumas são registradas por meio de sistemas de informação própria. Atenção especial tem sido dada ao germoplasma que vem de fora, já que 80% da produção de alimentos no Brasil vem de espécies exóticas. O Centro também gerencia o sistema nacional de Curadoria de Germoplasma, que está conectado com mais de 235 bancos de germoplasma, em que se encontram conservadas mais de 250 mil amostras de plantas, animais e microrganismos. Esses bancos estão inseridos no Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), coordenado pela EMBRAPA.</p>					
<p>Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Tem por missão promover, realizar e divulgar o ensino e as pesquisas técnico-científicas sobre os recursos florísticos do Brasil, visando ao conhecimento e à conservação da biodiversidade, assim como à manutenção das coleções científicas sob sua responsabilidade. Realiza as seguintes ações: promove estudos qualitativos e quantitativos das comunidades vegetais das diversas regiões do País; pesquisa a biologia e a tecnologia de sementes de plantas nativas, florestais, frutíferas, ornamentais e medicinais; desenvolve projetos específicos para subsidiar a conservação e o manejo do meio ambiente; promove o intercâmbio de espécies e de informações com instituições afins, internacionais e nacionais. O JBRJ dispõe das seguintes coleções:</p> <ul style="list-style-type: none">• Herbário, com cerca de 330 mil amostras de plantas desidratadas;• Carpoteca, com 5,8 mil frutos secos;• Xiloteca, com 8 mil amostras de madeira;• Biblioteca, uma das mais completas em Botânica da América Latina, com 66 mil volumes e três mil obras raras. <p>Mais informações em www.jbrj.gov.br.</p>					

Capítulo 1

Jardins Zoológicos. A fauna silvestre brasileira é protegida pela Lei nº. 5.197, de 03 de janeiro de 1967. A Lei nº. 7.173, de 14 de dezembro de 1983, dispõe sobre o estabelecimento de jardins zoológicos. A partir da promulgação dessa lei, coube ao ex-Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF) a responsabilidade de controlar essa atividade e, a partir da Lei nº. 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, e do Decreto nº. 97.946, de 11 de junho de 1989, passou a ser atribuição do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Para regulamentar a lei sobre zoológicos, técnicos do IBAMA e da Sociedade de Zoológicos do Brasil (SZB) elaboraram as normas necessárias para atender a essa atividade, e, a partir delas, foram publicadas a Portaria nº. 283/P, de 18 de maio de 1989, e a Instrução Normativa (IN) nº. 001/89, que estabelecem os critérios mínimos necessários para o registro dos jardins zoológicos. Em 02 de março de 1990, foi criada a Comissão Paritária de Zoológicos, pela Portaria nº. 209/90, a qual é composta por representantes do IBAMA, da Sociedade de Zoológicos do Brasil (SZB), da Sociedade Civil e de ONGs, cuja finalidade é o enquadramento dos zoológicos nas categorias estabelecidas e a fiscalização do cumprimento das exigências legais. Atualmente, 44 zoológicos estão registrados no IBAMA. Mais informações em www.ibama.gov.br/fauna/zoologicos.htm e www.szb.org.br.

Criadouros de Vida Silvestre. A existência desses criadouros é prevista pela Lei nº. 5.197/67, de Proteção a Fauna, pela Lei nº. 9.605/98, de Crimes Ambientais, e pelo Decreto nº. 3.179/99, que regulamentou essa Lei. Os instrumentos legais que regulamentam o registro e o funcionamento dos criadouros de animais silvestres são os seguintes:

- Criadouros Conservacionistas. Portaria nº. 139/93. Esses criadouros têm por objetivo apoiar as ações do IBAMA e dos demais órgãos ambientais envolvidos na conservação das espécies, auxiliando a manutenção de animais silvestres em condições adequadas de cativeiro e dando subsídios no desenvolvimento de estudos sobre sua biologia e reprodução. Nessa categoria, os animais não podem ser vendidos ou doados, apenas intercambiados com outros criadouros e zoológicos para fins de reprodução. Existem, atualmente, 209 criadouros conservacionistas cadastrados junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA).
- Criadouros Científicos. Portaria nº. 016/94. Regulamenta as atividades de pesquisas científicas com animais silvestres. Só podem obter esse registro, órgãos ou instituições devidamente reconhecidos pelo poder público, como universidades e centros de pesquisa, por exemplo. Existem, atualmente, 143 criadouros científicos registrados junto ao IBAMA.
- Criadouros Comerciais. Portaria nº. 118/97. Têm por objetivo, a produção das espécies para fins de comércio, seja do próprio animal ou de seus produtos e subprodutos.
- Criadouros Comerciais da Fauna Exótica. Portaria nº. 102/98. Regulamenta a criação de animais exóticos, ou seja, animais provenientes de outros países. Existem, atualmente, 665 criadouros comerciais (inclusive da fauna exótica) registrados junto ao IBAMA.

Mais informações em www.ibama.gov.br.

127. Seu país tem adotado medidas para a conservação *ex situ* de componentes da diversidade biológica *nativos* de seu país (9a)?

a) sem medidas	
b) poucas medidas em execução	X
c) medidas potenciais em exame	
d) medidas abrangentes em execução	

128. Seu país tem adotado medidas para a conservação *ex situ* de componentes da diversidade biológica de origem externa ao seu país (9a)?

a) sem medidas	
b) poucas medidas em execução	X
c) medidas potenciais em exame	
d) medidas abrangentes em execução	

129. Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido positiva, isso tem sido feito em colaboração ativa com organizações nos outros países (9a)?

a) não	
b) sim	X

Capítulo 1

130. Seu país tem estabelecido e mantido instalações para a conservação <i>ex situ</i> e pesquisa de plantas, animais e microorganismos que representam recursos genéticos <i>nativos</i> para o seu país (9b)?	
a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	
131. Seu país tem estabelecido e mantido instalações para a conservação <i>ex situ</i> e pesquisa de plantas, animais e microorganismos que representam recursos genéticos de <i>outra origem</i> (9b)?	
a) não	
b) sim – extensão limitada	
c) sim – extensão significativa	X
132. Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido positiva, isso tem sido feito em colaboração ativa com organizações nos outros países (9a)?	
a) não	
b) sim	X
133. Seu país tem adotado medidas para a reintrodução de espécies ameaçadas em seus <i>habitats</i> naturais em condições adequadas (9c)?	
a) sem medidas	
b) poucas medidas em execução	X
c) medidas potenciais em exame	
d) medidas abrangentes em execução	
134. Seu país tem tomado medidas para regulamentar e administrar a coleta de recursos biológicos de <i>habitats</i> naturais com a finalidade de conservação <i>ex situ</i> de maneira a não ameaçar ecossistemas e populações de espécies <i>in situ</i> (9d)?	
a) sem medidas	
b) poucas medidas em execução	X
c) medidas potenciais em exame	
d) medidas abrangentes em execução	
<i>Se Parte for país desenvolvido</i>	
NÃO SE APLICA	
135. Seu país tem cooperado em fornecer apoio financeiro e de outra natureza para conservação <i>ex situ</i> e no estabelecimento e manutenção de instalações para conservação <i>ex situ</i> em países em desenvolvimento (9e)?	
<i>Se Parte for país em desenvolvimento ou com economia em transição -</i>	
<i>Se Parte for país em desenvolvimento ou com economia em transição -</i>	
136. Seu país tem recebido apoio financeiro ou de outra natureza para conservação <i>ex situ</i> e o estabelecimento e manutenção de instalações para conservação <i>ex situ</i> (9e)?	
a) não	
b) sim	X

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 127.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Grupo de Conservação da Vida Silvestre (*Wildlife Conservation Group*). Os objetivos do grupo são: coletar informações sobre o estado e a distribuição das espécies selvagens do Brasil ameaçadas de extinção, assim como daquelas com potenciais econômicos; avaliar a variabilidade genética em suas populações; estabelecer bancos de germoplasma das espécies ameaçadas; promover a conservação e amplificação da variabilidade genética de populações de animais selvagens; e manter curadorias para a vida selvagem brasileira. No momento, o grupo está concentrando esforços nos mamíferos brasileiros, com programas sobre a conservação do lobo guará (*Chrysocyon brachyurus*), estudo sobre populações de veado campeiro (*Blastocercus dichotomus*), reprodução e manejo de capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*) no Cerrado.

Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Programa Conservação. Esse programa tem como objetivo conduzir investigações que subsidiem a implementação de ações conservacionistas de espécies raras e ameaçadas, assim como estabelecer estratégias para a conservação das espécies em jardins botânicos. O Programa foi estruturado em dois projetos que são complementares entre si, uma vez que integram estudos multidisciplinares direcionados para a conservação de espécies nativas:

- Os estudos do Projeto Conservação *in situ* fornecem informações que contribuem para assegurar a sobrevivência das espécies em seu local de ocorrência, permitindo sua interação com o meio ambiente e, portanto, o progresso do seu processo evolutivo e a manutenção da variabilidade genética intra-específica.
- O Projeto Conservação *ex situ* tem como objetivo principal realizar pesquisas em biologia e tecnologia de sementes de espécies nativas, visando a gerar informações práticas para a conservação das espécies em bancos de germoplasma.

Programa Ciência e Tecnologia para Gestão de Ecossistemas (PCTGE). O PCTGE tem ações visando apoio às coleções do Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica (INPA), que possui 49 bancos de germoplasma. Mais informações em www.mct.gov.br/temas/meioambiente/pctge/.

Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e Programa Nacional de Florestas (PNF). O Edital nº. 1, de 2001, do FNMA visa à seleção de propostas de projetos voltados à Estruturação de Redes de Informação, Produção, Armazenamento e Comercialização de Sementes de Espécies Florestais Nativas. O objetivo deste Edital é apoiar projetos regionais destinados à estruturação de redes mult institucionais, que ofereçam serviços de informação sobre produção, armazenamento e comercialização de sementes e propágulos de espécies florestais nativas e promovam o estabelecimento de parâmetros técnicos para a atividade de produção e a capacitação de agentes públicos e privados, para a operacionalização da rede e o desenvolvimento de suas diversas operações. O Edital conta com R\$2,5 milhões. Mais informações em www.mma.gov.br/fnma.

Existem Planos de Manejo para as espécies ameaçadas de extinção que envolvem instituições brasileiras e estrangeiras, promovendo a transferência de animais entre si, na tentativa de proporcionar pareamentos geneticamente viáveis; garantindo a variabilidade genética da espécie. Para algumas espécies inclusive, o plantel no exterior é muito superior ao de nossas instituições. Os Planos de Manejo e Comitês desenvolvem uma análise detalhada dos parâmetros demográficos e genéticos das populações em cativeiro, adotando medidas que visem à conservação dessas espécies no Brasil e no exterior. Há alguns Planos de Manejo/ Comitês para a Conservação e Manejo de: jacaré-do-papo-amarelo (*Caiman latirostris*); ararajuba (*Garuba guarouba*); ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*); arara-azul-de-Lear (*Anodorhynchus leari*); arara-azul grande (*Anodorhynchus hyacinthinus*); tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*); canídeos sul-americanos; pequenos felinos brasileiros; mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*); mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*); mico-leão-preto (*Leontopithecus chrysopygus*); macaco-aranha (*Ateles* sp); miqui (*Brachyteles arachoides* e *B. hipoxanthus*) e macaco-prego-do-peito-amarelo (*Cebus xanthosternus* e *C. robustus*).

O Zoológico de São Paulo inaugurou em 1994 o "Centro de Reprodução de Pequenos Felinos", e a Fundação Rio Zôo, em novembro de 2000, criou o "Centro Regional de Reprodução de Pequenos Felinos"; ambos com convênio da Associação Mata Ciliar (AMC). O Plano de Manejo para Pequenos Felinos Brasileiros, criado em 1995, foi responsável pela elaboração de um banco de dados, confecção do protocolo de

Capítulo 1

identificação e manejo; além da implementação de um programa de reprodução de jaguatirica (*Leopardus pardalis*), gato-do-mato-pequeno (*Leopardus tigrinus*), gato-maracajá (*Leopardus wiedii*), gato-mourisco (*Herpailurus yagouaroundi*), gato-palheiro (*Oncifelis colocolo*) e geoffroy (*Oncifelis geoffroyi*). Existe também uma parceria voltada para o manejo integrado da população de jaguatirica entre a Associação Norte-Americana de Zoológicos e Aquários (AZA), IBAMA, AMC, USP e Zôo de São Paulo no desenvolvimento de técnicas de reprodução assistida utilizando embriões congelados; com investimento de aproximadamente US\$90 mil de 10 zoológicos norte-americanos para programas de treinamento e capacitação de técnicos brasileiros na transferência de embriões e inseminação artificial de felinos e em projetos de recuperação de seu *habitat*.

Em outubro de 2002, foi realizada uma "Câmara Temática de Patrimônio Genético Mantido em Condições *ex situ* com a participação da SZB e criadouros.

Questão 128.

A Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte (Jardim Zoológico e Jardim Botânico) mantém um acordo científico com a AZA desde setembro de 2000 e participa do Comitê do Plano de Sobrevivência, em cativeiro, do gorila-das-planícies-do-oeste (*Gorilla gorilla gorilla*).

Questões 128 e 131.

Conservação *ex situ* voltada preferencialmente para espécies de interesse econômico para o País. Há ações significativas em conservação *ex situ* da biodiversidade agrícola no Brasil (EMBRAPA).

Programa Nacional de Conservação de Recursos Genéticos do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. Maiores informações em www.cenargen.embrapa.br.

As seguintes publicações fornecem informações sobre os jardins botânicos brasileiros: Diretório dos jardins botânicos brasileiros / Rede Brasileira dos Jardins Botânicos. 2000. Editora Expressão e Cultura, Rio de Janeiro. 80p.; e Anais da IX Reunião Brasileira de Jardins Botânicos de Brasília: Sociedade dos Amigos do Jardim Botânico de Brasília. 2000. Editora Semper, Brasília. 86 p.

Questão 129.

Para fortalecer a oportunidade de priorizar e aprofundar os estudos quanto às espécies autóctones, o Brasil participa de duas redes internacionais de recursos genéticos:

- A primeira é a Rede Amazônica de Recursos Fitogenéticos (TROPIGEN), no âmbito do Programa Cooperativo de Investigação e Transferência de Tecnologia para os Trópicos Sulamericanos (PROCITRÓPICOS), que envolve a maior biodiversidade existente no planeta, composta por oito países amazônicos (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela); e
- A segunda está incluída no Subprograma de Recursos Genéticos do Programa Cooperação para o Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário do Cone Sul (PROCISUL), que envolve o Brasil, a Argentina, a Bolívia, o Chile, o Paraguai e o Uruguai. Criado em 1980, o PROCISUL, constitui um esforço conjunto dos Institutos Nacionais de Tecnologia Agropecuária (INIAs) da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). A responsabilidade técnica do projeto no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) está a cargo do Departamento de Desenvolvimento Sustentável. O PROCISUL conta com o apoio técnico do Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (INTAL) para o desenvolvimento técnico do projeto. Atualmente, o PROCISUL executa, com financiamento do BID, o Projeto "Organização e Gestão da Integração Tecnológica Agropecuária e Agroindustrial no Cone Sul", considerado, por seu papel estratégico, um Projeto Global.

Além disso, dentro da Amazônia brasileira encontra-se, em processo de organização e já em fase de atuação, a Rede de Conservação e Utilização dos Recursos Genéticos Amazônicos (GENAMAZ). Todas essas ações proporcionarão ao Brasil alto poder competitivo, com amplas vantagens comparativas, com o sustentáculo das leis de propriedade intelectual. Mais informações em www.cpatas.embrapa.br/livrorg/biodiversidade.doc.

Comissão de Recursos Genéticos da FAO. O Brasil faz parte da Commission on Genetic Resources for Food and Agriculture. Mais informações em www.fao.org/ag/cgrfa/default.htm.

Jardins Botânicos da Conservation International (BCGI). *Botanic Gardens Conservation International (BGCI)*. As seguintes instituições são alguns dos membros brasileiros do BCGI: Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte, Centro de Recursos Genéticos Vegetais e Jardim Botânico, Jardim Botânico de Caxias do Sul, Jardim Botânico do Ceará, Instituto Plantarum, Jardim Botânico de Pipa, Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Mais informações em www.bgci.org.

Instituto Internacional de Recursos Genéticos de Plantas (IPGRI). O Brasil contribui para o IPGRI. Mais informações em www.ipgri.cgiar.org.

International Rubber Research and Development Board (IRRDB). O Brasil faz parte dessa associação dos países produtores de borracha.

Questão 130.

Há bancos de germoplasma na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Centro Nacional de Pesquisa de Recursos Genéticos e Biotecnologia (CENARGEN). O Centro gerencia o Sistema Nacional de Curadoria de Germoplasma, que está conectado com mais de 235 bancos de germoplasma, em que se encontram conservadas mais de 250 mil amostras de plantas, animais e microorganismos. Esses bancos estão inseridos no Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), coordenado pela EMBRAPA.

Em fevereiro de 2002, o Banco HSBC em parceria com os institutos *Earthwatch*, *WWF* e *Botanic Gardens Conservation International (BGCI)* lançou o programa Investindo na Natureza, que nos cinco anos subsequentes à sua criação protegerá da extinção inúmeras espécies de animais e plantas, salvará e multiplicará a vida em alguns dos maiores rios do mundo. Além de treinar cientistas e oferecer a 2 mil funcionários do Grupo HSBC a oportunidade de trabalhar como voluntários em vários projetos de conservação ambiental no mundo.

Questão 133.

Ver comentários sobre questão 78 (conservação *in situ*).

Os Planos de Manejo do Mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*) e Mico-leão-preto (*Leontopithecus chrysopygus*) prevêm a reintrodução de alguns indivíduos em seu *habitat* natural.

Questão 134.

Medida Provisória nº. 2.186-16, setembro de 2002. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização. O Governo Brasileiro está em fase de consolidação de legislação sobre o tema. Será encaminhada ao Congresso Nacional proposta para legislação sobre o assunto.

Capítulo 1

Artigo 10 Uso sustentável de componentes da diversidade biológica

137. Qual a prioridade relativa proporcionada para a implementação desse Artigo e de decisões associadas por seu país?						
a) Alta		b) Média	X	c) Baixa		
138. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?						
a) Bom		b) Adequado		c) Limitante	X	d) Muito limitante
Comentários adicionais sobre a prioridade relativa e a disponibilidade de recursos						
Questões 137 e 138.						
<p>O Decreto nº. 1.282, de 19 de outubro de 1994, torna obrigatória a apresentação de Planos de Manejo para exploração florestal. O Decreto nº. 2.788, de 28 de setembro de 1998, altera o Decreto nº. 1.282, e em seu art. 1º, define que "a exploração das florestas primitivas da bacia amazônica de que trata o art. 15 da Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), e das demais formas de vegetação arbórea natural, somente será permitida sob a forma de manejo florestal sustentável de uso múltiplo, que deverá obedecer aos princípios de conservação dos recursos naturais, de preservação da estrutura da floresta e de suas funções, de manutenção da diversidade biológica, de desenvolvimento socioeconômico da região e aos demais fundamentos técnicos estabelecidos neste Decreto".</p> <p>O Decreto nº. 2.661, de 8 de julho de 1998, regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais.</p> <p>Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Ver comentários da questão 70.</p>						

139. Seu país tem incorporado o exame de conservação e uso sustentável de recursos biológicos no processo decisório nacional (10a)?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	X
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) programa ou política em execução	
e) relatórios de implementação disponíveis	
140. Seu país adota medidas relacionadas ao uso de recursos biológicos que evitam ou minimizam impactos negativos na diversidade biológica (10b)?	
a) sem medidas	
b) poucas medidas em execução	X
c) medidas potenciais em exame	
d) medidas abrangentes em execução	
141. Seu país emprega medidas que protegem e encorajam o uso costumeiro de recursos biológicos compatíveis com as exigências de conservação ou uso sustentável (10c)?	
a) sem medidas	
b) poucas medidas em execução	X
c) medidas potenciais em exame	
d) medidas abrangentes em execução	

Capítulo 1

142. Seu país emprega medidas que ajudam populações locais a desenvolver e implementar ações corretivas em áreas degradadas onde a diversidade biológica tem sido reduzida (10d)?	
a) sem medidas	
b) poucas medidas em execução	X
c) medidas potenciais em exame	
d) medidas abrangentes em execução	
143. Seu país incentiva ativamente a cooperação entre autoridades governamentais e o setor privado no desenvolvimento de métodos para uso sustentável da diversidade biológica (10e)?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	X
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) programa ou política em execução	
e) relatórios de implementação disponíveis	

Decisão IV/15. Relação da Convenção com a Comissão de Desenvolvimento Sustentável e convenções relacionadas à biodiversidade

144. Seu país tem submetido ao Secretariado informações sobre turismo e seus impactos na diversidade biológica, e esforços para efetivamente planejar e administrar o turismo?	
a) não	X
b) sim – relatórios nacionais anteriores	
c) sim – estudos de casos	
d) sim – outros meios (favor fornecer detalhes abaixo)	
145. Seu país tem submetido ao Secretariado informações sobre atividades da CDS (assim como SIDS, recursos de oceanos, de mares e de águas doces, padrões de consumo e produção)?	
a) não	X
b) sim - relatórios nacionais anteriores	
a) sim – correspondências	
d) sim - outros meios (favor fornecer detalhes abaixo)	

Decisão V/24. Uso sustentável como questão integradora

146. Seu país tem identificado indicadores e incentivado medidas para setores relevantes para a conservação e uso sustentável da biodiversidade?	
a) não	
b) levantamento de indicadores potenciais em execução	
c) indicadores identificados (caso positivo, favor descrever abaixo)	X
147. Seu país tem auxiliado outras Partes a aumentar suas capacidades de implementar práticas de uso sustentável, programas e políticas em nível regional, nacional e local, especialmente em busca da mitigação da pobreza?	
a) não	
b) irrelevante	
c) em extensão limitada	X
d) em extensão significativa (favor fornecer detalhes)	

Capítulo 1

148. Seu país tem desenvolvido mecanismos para envolver o setor privado e comunidades indígenas e locais em iniciativas de uso sustentável, e em mecanismos para assegurar o benefício de comunidades indígenas e locais a partir desse uso sustentável?	
a) não	
b) mecanismos em desenvolvimento	
c) mecanismos em execução (favor descrever)	X
149. Seu país tem identificado áreas para conservação que se beneficiariam pelo uso sustentável da diversidade biológica e comunicado essa informação ao Secretariado Executivo?	
a) não	
b) sim	X

Decisão V/25. Diversidade biológica e turismo

150. Seu país baseia sua política, programas e atividades, no campo de turismo sustentável, na avaliação de inter-relações entre turismo e diversidade biológica?	
a) não	
b) em extensão limitada	X
c) em extensão significativa	
151. Seu país tem submetido estudos de casos sobre turismo como um exemplo de uso sustentável da diversidade biológica para o Secretariado Executivo?	
a) não	X
b) sim	
152. Seu país realiza atividades relevantes para a biodiversidade e turismo encorajado pelo Ano Internacional de Ecoturismo?	
a) não	
b) sim	X
153. Seu país realiza atividades relevantes para a biodiversidade e turismo, encorajado pelo Ano Internacional das Montanhas?	
a) não	X
b) sim	
154. Seu país realiza atividades relevantes para a biodiversidade e turismo encorajado pelo Ano Internacional da Iniciativa dos Recifes de Corais?	
a) não	
b) sim	X
155. Seu país tem estabelecido políticas que capacitam sistemas legais a complementar esforços voluntários para a implementação efetiva do turismo sustentável?	
a) não	
b) em extensão limitada	X
c) em extensão significativa (favor descrever)	

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 139.

O Governo brasileiro possui alguns programas que incorporam as preocupações relativas à conservação e ao uso sustentável de componentes da biodiversidade:

- Amazônia Sustentável. Esse programa reúne um grande número de projetos para preservar e manter a área de floresta e, ao mesmo tempo, oferecer opções de desenvolvimento que beneficiem, especialmente,

as populações que lá vivem. Requer também a participação de estados, municípios, organizações não-governamentais e comunidades locais, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente. O orçamento do projeto para o período de 2000-2003 foi de R\$179,2 milhões. Mais informações em www.mma.gov.br/port/sca/capa/index.html.

- Desenvolvimento da Amazônia Legal. Programa que visa a promover o desenvolvimento socioeconômico da região Amazônica, preservando os recursos ambientais. O programa conta com R\$2,4 bilhões para o período de 2000-2003. Os principais resultados alcançados pelo programa foram o financiamento de mais de 27 mil projetos, atendendo cerca de 18 mil produtores de base familiar; a geração de mais de 36 mil empregos, com os financiamentos concedidos; e a oportunidade de ocupação de cerca de 75 mil pessoas na agricultura familiar.
- Desenvolvimento da Região Centro-Oeste. O Centro-Oeste brasileiro transformou-se, enormemente, desde os anos 80. Até então, a força econômica da região era a pecuária, com criações extensivas de gado. Hoje, o Centro-Oeste é um grande celeiro, líder brasileiro na produção e na exportação de grãos, principalmente a soja e o milho. Vários fatores contribuíram para esse novo perfil: criação de infraestrutura de transporte; aprimoramento, por meio de pesquisas da EMBRAPA, no manuseio do solo do cerrado; investimentos na modernização agrícola; e a chegada de migrantes com experiência na agricultura. Essa nova estrutura econômica e social requer uma estratégia de desenvolvimento sustentável que integre a produção familiar na economia regional, com respeito ao meio ambiente. O principal resultado do projeto foi a concepção e implantação da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste. O orçamento do programa (2000-2003) foi de R\$1,6 bilhão.
- Desenvolvimento da Região Nordeste. Trata-se de programa que busca o desenvolvimento sustentável da região, apoiando empreendimentos que envolvam a comunidade local e respeitem o meio ambiente. Suas principais ações são: financiamento de projetos de desenvolvimento industrial e agrícola da região Nordeste; apoio ao pequeno produtor rural; capacitação de recursos humanos; e estudos para o planejamento e a gestão do desenvolvimento da região. O principal resultado do programa foi beneficiar mais de 48 mil produtores/empresas, com as contratações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. Desse total, aqueles classificados como de mini e pequeno porte absorveram 45,4% dos créditos. O orçamento do programa (2000-2003) foi de R\$5,5 bilhões.
- Florestar. Esse programa tem como principal objetivo a promoção do uso sustentável dos recursos florestais. O orçamento foi de R\$162,5 milhões para o período 2000-2003. Suas principais ações foram: apoio a projetos de assistência técnica ao fazendeiro florestal, bem como de extensão florestal e os que promovam a tecnologia florestal; pesquisa e desenvolvimento em conservação, manejo, transformação e utilização de florestas e agroflorestas e reposição florestal. Os principais resultados foram: reflorestamento de aproximadamente 5 mil hectares por meio de convênios com estados; assistência técnica e financeira a aproximadamente 7 mil pequenos proprietários rurais; e geração de emprego e renda pelo convênio com o Estado de Santa Catarina, atendendo a quase 6 mil famílias de pequenos agricultores em processo de exclusão da atividade agropecuária. Linhas temáticas da Política Nacional de Florestas (PNF): expansão da base florestal plantada; expansão e consolidação do manejo de florestas em áreas públicas; manejo de florestas nativas em áreas privadas; monitoramento e controle; populações tradicionais e indígenas; educação, ciência e tecnologia florestais; serviços ambientais das florestas; fortalecimento institucional e extensão florestal; modernização das indústrias de base florestal; e mercado e comércio de produtos florestais. Mais informações em www.mma.gov.br/port/sbf/pnf/acoes.html.
- Florestas Sustentáveis. Tem como objetivo promover o uso sustentável das florestas brasileiras, como ênfase em técnicas de manejo florestal. O orçamento do programa é de R\$69,2 milhões, e suas principais ações são: fomento a projetos de exploração florestal sustentável; manejo de recursos naturais em florestas tropicais - PPG7; apoio às populações tradicionais em reservas extrativistas; controle da comercialização e do transporte de produtos florestais; monitoramento dos planos de manejo das florestas sustentáveis; plano para ordenamento e manejo de recursos florestais. Os resultados alcançados são os seguintes: ações de "Capacitação de Recursos Humanos às Tecnologias Apropriadas às Comunidades Extrativistas" e "Apoio às Populações Tradicionais em Reservas Extrativistas". Esses resultados superaram as expectativas com a participação das organizações comunitárias no planejamento de seminários, treinamentos e cursos, propiciando a adoção de novas técnicas que agregam valor à produção extrativista dentro das Reservas Extrativistas. Sobre os recursos das Florestas Nacionais temos que seu uso múltiplo vem conseguindo manter florestas produtivas em áreas bem superiores às previstas no Programa graças aos Instrumentos de Gestão dessas unidades (Planos de Manejo). Para mais informações, visite www.mma.gov.br/port/sbf/pnf/acoes.html.

Capítulo 1

- Programa Pantanal. Visa a promover a conservação e o uso sustentável de recursos ambientais no Pantanal Mato-grossense; também busca melhorar a infra-estrutura turística, por exemplo, construindo estradas-parque. O programa ainda incentiva outras atividades econômicas, como a aqüicultura. Conta com orçamento de R\$261,5 milhões (2000-2003), e suas principais ações são: ampliação e melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário da bacia do Alto Rio Paraguai – Pantanal; ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água da bacia do Alto Rio Paraguai – Pantanal; implementação de estradas-parque na bacia do Alto Rio Paraguai – Pantanal; implantação de sistemas de tratamento de resíduos sólidos e gerenciamento dos recursos hídricos da bacia do Alto Rio Paraguai – Pantanal. Para mais informações, visite www.mma.gov.br/port/sqa/pantanal.html.
- Programa Proteção da Amazônia (Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM / Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM). Ver comentários das questões 30 e 31 (artigo 7).
- Programa Turismo Verde. Tem como objetivo estimular o ecoturismo na Amazônia Legal, com ênfase na realização de parcerias com a iniciativa privada. Conta com R\$317 milhões para o período de 2000-2003. Suas principais ações são: financiamento de projetos de ecoturismo na Amazônia e formação de pessoal para esse fim (Programa de Desenvolvimento de Ecoturismo da Amazônia Legal – PROECOTUR); desenvolvimento da infra-estrutura turística na região Norte; assistência técnica e financeira em ecoturismo na Amazônia (PROECOTUR). Os principais resultados alcançados pelo programa foram: implementação da estrutura técnica e gerencial em Brasília e nos nove estados que compõem o Programa; criação de novos roteiros turísticos disponibilizados no mercado nacional e no internacional. Mais informações em www.mma.gov.br/port/sca/capa/index.html.
- Programa Zoneamento Ecológico Econômico. Ver comentários do artigo 8º.
- Programa BIOVIDA. Ver comentários do artigo 6º.
- Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMM). Esse instituto foi criado, em maio de 1999, com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos de implementação que já vinham sendo realizados pelo Projeto Mamirauá. Em 7 de julho de 1999, por decreto presidencial, o instituto foi qualificado como Organização Social. O IDSMM tem por missão o desenvolvimento de modelo de área protegida para grandes áreas de florestas tropicais onde, por meio de manejo participativo, possa ser mantida a biodiversidade, os processos ecológicos e evolutivos.
- Projeto Plataforma Plantio Direto. Esse projeto surgiu da expectativa dos diferentes setores envolvidos com o desenvolvimento do Sistema Plantio Direto, dentro do que foi denominado “cadeia da sustentabilidade” da agricultura. Fazem parte dessa cadeia produtores rurais; extensionistas; pesquisadores; professores; técnicos de assistência técnica privada; indústria de defensivos agrícolas, corretivos e fertilizantes e de máquinas agrícolas; ministérios e órgãos de financiamento e de normalização federais, estaduais e municipais. O objetivo principal do Projeto Plataforma Plantio Direto foi preparar as bases para a melhoria da eficiência e da eficácia do Sistema Plantio Direto, contribuindo, decisivamente, para uma agricultura sustentável em termos ambientais, competitiva economicamente e equitativa socialmente. Disponível em www.embrapa.gov.br.

Citam-se o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar (PROAMBIENTE) e o PRONAF Florestal (ações integradas para o fortalecimento e incentivo a projetos de manejo sustentável de uso múltiplo, silvicultura e sistemas agroflorestais, ambos desenvolvidos e implementados em parceria entre o MDA e o MMA:

- PROAMBIENTE. Proposta das organizações representativas dos produtores familiares rurais, já incluída no PPA, que se propõe em seus objetivos, a partir da introdução de novos sistemas de produção e técnicas produtivas que permitam a geração, certificação e remuneração de serviços ambientais, a implementação de uma estratégia de desenvolvimento socioambiental para os produtores familiares rurais. Para atingir esses objetivos, o PROAMBIENTE prevê que as famílias interessadas em participar do programa se organizem por meio de pólos, unidade territorial que congregue uma média de 250 a 500 famílias.
- PRONAF Florestal. Objetivando o adequado manejo dos recursos naturais, o PRONAF Florestal estimula o plantio de espécies florestais, apoiando os agricultores familiares na implementação de projetos de manejo sustentável de uso múltiplo, reforestamento e sistemas agroflorestais. Dessa forma, o Governo pretende satisfazer a demanda por produtos florestais, preservando as florestas nacionais e recuperando áreas degradadas, promovendo o ordenamento ambiental das propriedades rurais

Questão 140.

Sistema Nacional para Prevenção e Combate de Incêndios Florestais (PREVFOGO). Ver comentários da questão 203.

Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal (PROARCO). Ver comentários da questão 203.

Projeto de Apoio ao Manejo e Comercialização da Palmeira Murmuru no Vale do Alto Juruá. O objetivo desse projeto é apoiar um plano de manejo e de desenvolvimento de modernas tecnologias para a utilização do óleo do murmuru, observando os aspectos socioeconômicos e os impactos no ecossistema. Órgão responsável: Departamento de Comunidades Sustentáveis (DCS) da Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo (SEFE). Endereço eletrônico: dc@ac.gov.br. Valor total do investimento: R\$37.406,00. Financiadores: Ministério do Meio Ambiente (MMA 99CV00005) e- Governo do Estado do Acre. Período de Execução: janeiro a dezembro/1999.

Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Produtos Florestais Não-madeireiros no Estado do Acre. O objetivo é apoiar o desenvolvimento das unidades de produção de produtos florestais não-madeireiros do Estado do Acre nas fases de manejo, beneficiamento, comercialização e organização cooperativista. Financiadores: Ministério do Meio Ambiente (MMA 2001CV000119) e Governo do Estado do Acre. Período de Execução: janeiro a novembro de 2002. Endereço eletrônico: dc@ac.gov.br. Órgão responsável: Departamento de Comunidades Sustentáveis (DCS) da Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo (SEFE). Valor total do investimento: R\$414.569,55.

Manejo Florestal Sustentável de Mogno (*Swietenia macrophylla*, King): Uma Iniciativa Piloto do Governo do Estado do Acre. Atividade desenvolvida em colaboração com WWF, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) e US Forest Service. Órgão responsável: IMAZON. Valor total: US\$1,7 milhão para o período inicial de cinco anos. Mais informações em: df@ac.gov.br e amazon@amazon.org.br.

Questão 141.

Ver comentários sobre questão 8j.

Projeto Reservas Extrativistas (RESEX). Além das RESEXs implantadas na região Amazônica, há também esforços para o estabelecimento de RESEXs na Zona Costeira e Marinha que incentivem a exploração sustentável de recursos pesqueiros (CNPT/ IBAMA). Mais informações em www.unilivre.org.br/centro/experiencias/experiencias/334.html.

EMBRAPA-Krahô. Trata-se de projeto de estudos e pesquisa em etnobiologia, conservação de recursos genéticos e apoio ao bem-estar alimentar do povo Krahô. O projeto Krahô executa as ações previstas no convênio FUNAI/EMBRAPA de 1997 e no contrato FUNAI/EMBRAPA (kapey - organização Krahô) de 2000. A comissão gestora do projeto é integrada por técnicos da FUNAI/EMBRAPA e representantes Krahô. De 2000 a 2002, o Projeto Krahô apresentou resultados na recuperação de tecnologias tradicionais, manejo de sistemas agrícolas das aldeias Krahô, capacitação indígena, coleta, caracterização e conservação de recursos genéticos. Recursos: R\$270 mil no período de 2000 a 2002. Consolidação da 1ª fase (três anos) - implantação.

Pesquisa "Seleção de linhagens de fungos capazes de degradar compostos orgânicos poluentes do solo e de efluentes industriais (organoclorados, corantes têxteis, entre outros)". Pesquisa em andamento, visando à degradação de compostos orgânicos poluentes do solo e de efluentes industriais, a partir da seleção de fungos em ecossistemas, com destaque à coleta de material biológico no Parque Estadual Xixová-Japuí, Município de São Vicente – SP. Órgão responsável: Instituto de Botânica de São Paulo (www.ibot.sp.gov.br) e Cia. de Tecnologia e Saneamento Ambiental (CETESB), São Paulo.

Projeto Adaptação de Tecnologia para Exploração Sustentável do Óleo de Copaíba. O objetivo desse projeto é incentivar a exploração racional de novas opções extrativistas para populações tradicionais, com cursos de capacitação para manejo e identificação botânica, funcionamento do mercado e beneficiamento. Financiadores: Ministério do Meio Ambiente (MMA CV00003) e Governo do Estado do Acre. Período de Execução: junho a dezembro de 1999. Órgão responsável: Departamento de Comunidades Sustentáveis (DCS) da Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo (SEFE). Valor total do investimento: R\$93.748,00. Mais Informações em dc@ac.gov.br.

Projeto Desenvolvimento Sustentável do Setor de Produtos Fitoterápicos no Estado do Acre. O objetivo desse projeto é viabilizar a cadeia produtiva de produtos fitoterápicos do Acre enfocando aspectos de mercado, ecologia, beneficiamento e regulamentação legal, resultando em alguns produtos comerciáveis

Capítulo 1

em nível regional e nacional. Valor total: R\$203.244,09. Financiadores: Ministério do Meio Ambiente (MMA 99CV0043) e Governo do Estado do Acre. Período de execução: janeiro a dezembro/2000. Valor total: R\$203.244,09. Mais informações em dcx@ac.gov.br.

Projeto de Racionalização da Extração Gumífera em Áreas de Reservas Extrativistas através da Implantação de Ilhas de Alta Produtividade (IAPs). O Projeto objetiva gerar uma proposta aplicável no sentido biológico, socioambiental, econômico, cultural e técnico para implantação das IAPs em áreas de reserva extrativistas contribuindo para a melhoria da produção e da produtividade do extrativismo gumífero e para a diversificação da produção. Financiadores: Fundo Mundial para a Natureza/Brasil ((WWF/Brasil) nº. CBR – 053-00 (setembro/99 a fevereiro/00), nº. CBR–084-00 (agosto/00 a fevereiro/01) e nº. CBR – 111 - 2001(setembro/01 a fevereiro/02)) e Governo do Estado do Acre. Órgão responsável: Departamento de Comunidades Sustentáveis (DCS) da Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo (SEFE). Valor total do investimento: R\$134.475,00. Endereço eletrônico: dcx@ac.gov.br.

Programa Estadual e Federal de Subvenção da Borracha Natural Bruta. O Governo do Acre, em 1999, criou – e está implementando – o Subsídio Estadual da Borracha Natural Bruta (Pagamento de Serviços Ambientais diretamente ao seringueiro quando comercializa sua produção), a denominada Lei Chico Mendes, nº. 1.277, de 13 de janeiro de 1999, que instituiu R\$0,40 (quarenta centavos de Real) para cada quilograma de borracha comercializado pelo seringueiro acreano. Neste mesmo ano, o Governo Federal e o Governo do Estado do Acre decidiram operacionalizar integradamente o subsídio federal (Lei nº. 9.479, de 12 de agosto de 1997) e o estadual (Lei Chico Mendes, nº. 1.277, de 13 de janeiro de 1999),. Órgão responsável: Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo (SEFE). Valor total do investimento subsídios da borracha (federal e estadual): R\$5.267.122,68.

Questão 142.

Ver comentários do artigo 8j.

Questão 143.

A Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS) do Ministério do Meio Ambiente realiza ações no sentido de incentivar práticas sustentáveis pelo setor empresarial. De forma sucinta, são elas: desenvolvimento de instrumentos econômicos para a gestão ambiental; incentivos à rotulagem ambiental por meio do Programa Brasileiro de Rotulagem Ambiental; incentivos ao ecoturismo, entre outros.

O SNUC (Lei nº. 9.985) obriga a criação de um Comitê Gestor para cada uma das UCs e estabelece que este deva ser participativo. O Decreto nº. 4.340, que regulamenta a citada lei, prevê a participação do setor privado atuante na região da UC nos Comitês Gestores, que podem se consultivos ou deliberativos, de acordo com o grupo da UC. Responsáveis: DAP-MMA/IBAMA/OEMAs. Em desenvolvimento. Para maiores informações, visite www.mma.gov.br/port/sds/capa/.

A Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente realiza ações no sentido de incentivar práticas sustentáveis por diversos setores da sociedade. São elas:

- Pactos Políticos. Busca-se um acordo político com setores produtivos, organizações não-governamentais, movimentos sociais e poderes estaduais e municipais, por meio da criação de três comissões de trabalho e da elaboração de agendas positivas dos estados da Amazônia. Agenda Positiva do Acre, Amapá, Mato Grosso, Rondônia e Roraima.
- Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) concebido como uma proposta para conservar a biodiversidade, reduzir as emissões de carbono na atmosfera e promover um maior conhecimento das atividades sustentáveis da floresta tropical.
- Programa de Apoio ao Agroextrativismo. Apóia o desenvolvimento de iniciativas de melhoria da infraestrutura do processo produtivo, cria mecanismos que permitem o acesso das populações agroextrativistas às linhas de crédito formais, promove ações voltadas ao fortalecimento da comercialização e ao acesso de novos mercados.
- Turismo Verde. "O ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas". O desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia Legal é tido como uma das bases para o

desenvolvimento sustentável da região. Programa de Desenvolvimento de Ecoturismo da Amazônia Legal (PROECOTUR e Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo).

- PROAPAM. Propõe-se a expandir e a consolidar um sistema de áreas protegidas na região Amazônica do Brasil, com prioridade para as UCs de Uso Indireto, introduzindo mudanças na abordagem das questões relacionadas com o ordenamento do território e com o uso dos recursos naturais amazônicos, tendo em vista assegurar a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável na região. Mais informações em www.mma.gov.br/port/sca/.

Questão 144.

Programa sobre Turismo. A EMBRATUR desenvolve um programa sobre turismo em nível das comunidades. Há preocupação de integrar ações ambientais no programa. Esse programa tem metodologia inovadora. Mais informações em www.embratur.gov.br.

Questão 145.

Relatórios e documentos para a Rio+10. Já existe informação [ver revista editada pela Secretaria Executiva (SECEX) do Ministério do Meio Ambiente (MMA)].

A Agenda 21 brasileira encontra-se em fase de implementação. Tal processo irá se basear em seis eixos temáticos: Agricultura Sustentável; Cidades Sustentáveis; Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável; Infra-estrutura e Integração Regional; Gestão dos Recursos Naturais; e Redução das Desigualdades Sociais. Foram realizadas reuniões em todos os estados do Brasil e o FNMA apoiou projetos para a elaboração de Agendas 21 locais municipais em 2001. Mais informações disponíveis em www.agenda21.org.br.

Questão 146.

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou a edição de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Brasil com informações sobre a realidade brasileira, integrando as dimensões social, ambiental, econômica e institucional. O documento, na íntegra, encontra-se disponível no endereço www1.ibge.gov.br/home/geografia/ambientais/ids/ids.pdf. Para definição dos critérios e indicadores de sustentabilidade no uso dos recursos florestais, visite www.mma.gov.br/florestas. DIFLOR/SBF/PNF - definição e implantação de mecanismos para a concessão de uso de florestas. SIMBIO/IBAMA/GTZ – definição de Indicadores de Biodiversidade pelo IBAMA (em andamento).

ICMS Ecológico. Ver comentários da questão 158.

Questão 147.

Cooperação Técnica prestada para países em desenvolvimento. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores presta cooperação a países em desenvolvimento por meio de projetos na área de educação, saúde, agricultura. (Cooperação Sul-sul/África e países da América Latina). Coordenação: CTPD (em execução). Maiores informações em www.abc.mre.gov.br.

O Ministério da Integração Nacional desenvolve ações voltadas para a redução das desigualdades regionais. O Programa Sub-regiões Diferenciadas e o Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PRONAGER) são os mais importantes, pois buscam uma maior equidade entre as regiões brasileiras.

Questão 148.

Ver comentários do artigo 8j e do artigo 15 (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético).

Natura Cosméticos/Acre e CEDAC(Convênio). Empresas privadas utilizam matérias-primas extraídas de forma sustentável, comprando-as das populações tradicionais, investindo, ainda, na capacitação dessas populações tradicionais e indígenas para a exploração sustentável dos recursos.

Experiência na Reserva de Xapuri (AC). Processamento de produtos oriundos da floresta. Diretoria do Programa Nacional de Florestas (DIFLOR/PNF). Orçamento: R\$500 mil (CEDAC). Mais informações em www2.ibama.gov.br/resex/cmendes/visite.htm.

Capítulo 1

Banco da Amazônia (BASA). O Banco da Amazônia oferece crédito para atividades ligadas à conservação e ao uso sustentável de recursos naturais na Amazônia brasileira. As seguintes atividades recebem créditos:

- manejo florestal sustentável vinculado ao processo de industrialização da madeira;
- reabilitação de áreas alteradas e(ou) degradadas, por meio de:
 - a) sistemas agroflorestais, compostos de essências florestais, culturas perenes e de ciclo curto, de forma que a produção seja sustentada;
 - b) reflorestamento com essências de curta e média maturação, para fins energéticos, madeireiros e não-madeireiros.
- segmentos de química fina e bioindústria;
- indústria de base florestal com certificação da produção florestal (englobando a extração, beneficiamento e comercialização, excluindo-se financiamento isolado para serrarias);
- agroindústrias de produtos não-madeireiros, compreendendo as atividades de transformação ou beneficiamento de matéria-prima *in natura*, de origem florestal, produzida parcialmente ou totalmente no próprio empreendimento, bem como, a produzida por terceiros, provenientes de áreas manejadas;
- pesquisas tecnológicas aplicadas, difusão e transferência de tecnologias avançadas, voltadas para manejo, reflorestamento e industrialização, destacando as de caráter cooperativo, que visem à exploração racional dos recursos florestais.

Mais informações em www.basa.com.br.

Há uma publicação com um conjunto de estudos de caso de empresas que incorporam a dimensão ambiental em suas práticas, visando a produção sustentável: Almeida, Fernando. 2002. *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 192p.

Questão 149.

Avaliação e Ações Prioritárias para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nos Biomas Brasileiros (ver capítulo 3).

Questões 150.

Ecoturismo. Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo. Documento elaborado pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. Disponível em www.embratur.gov.br.

Proposta de Turismo Sustentável. Envolve 73 municípios da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo.

Questão 154.

O MMA realizou a Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais. Reconhecendo o impacto potencial da visitação em áreas com presença de recifes de coral, a Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas (DAP) desenvolveu esta campanha de conduta consciente. A primeira fase da campanha foi dirigida para as UCs(federais, estaduais e municipais) do nordeste brasileiro, mas pretende-se expandi-la para as áreas não protegidas. O material informativo foi distribuído da seguinte forma:

- folhetos aos visitantes;
- pôsteres para fixação em barcos turísticos e hotéis;
- livretos para estudantes de escolas locais.

Mais informações em www.mma.gov.br/port/sbf/dap/index.cfm.

Capítulo 1

Artigo 11 Medidas de incentivo

156. Qual a prioridade relativa proporcionada para a implementação desse Artigo e de decisões associadas por seu país?					
a) Alta		b) Média	X	c) Baixa	
157. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?					
a) Bom		b) Adequado		c) Limitante	X
Comentários adicionais sobre a prioridade relativa e a disponibilidade de recursos					
Questões 156 e 157. <p>O Brasil se encontra em uma fase de transição, pois ainda prevalecem instrumentos de comando e controle, mas algumas iniciativas de implementação de instrumentos econômicos podem ser identificadas – e há uma clara tendência para sua ampla adoção. Os seguintes documentos podem ser acessados em www.mma.gov.br/port/sds/instrec/corpo.html:</p> <ul style="list-style-type: none">• Aplicación de instrumentos económicos en la gestión ambiental en América Latina y el Caribe: desafíos y factores condicionantes;• ICMS Ecológico: Experiências nos Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Alternativas na Amazônia;• Instrumentos Econômicos de Gestão das Águas - Aplicações no Brasil;• Instrumentos Econômicos para a Gestão Ambiental no Brasil;• Gestão de Resíduos Sólidos na América Latina e no Caribe: Instrumentos Econômicos para Políticas Públicas.					

158. Existem programas em execução para identificar e assegurar a adoção de medidas seguras econômica e socialmente que atuem como incentivos para a conservação e uso sustentável de componentes da diversidade biológica?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	X
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) programas em execução	
e) relatórios de implementação disponíveis	
159. Esses incentivos, e os programas para identificá-los e assegurar suas adoções, cobrem toda a gama de atividades setoriais?	
a) não	
b) poucos setores	X
c) todos os principais setores	
d) todos os setores	

Decisão III/18. Medidas de incentivo

160. Seu país tem revisado a legislação e políticas econômicas para identificar e promover incentivos para a conservação e uso sustentável de componentes da diversidade biológica?	
a) não	
b) revisões em progresso	
c) poucas revisões completas	X
d) tanto quanto de fato possível	

Capítulo 1

161. Seu país tem assegurado o desenvolvimento de mecanismos ou abordagens para assegurar incorporação adequada de ambos os valores, de mercado ou não, da diversidade biológica em planos, políticas e programas e outras áreas relevantes, entre o resto, sistemas de contabilidade nacionais e estratégias de investimento?	
a) não	
b) estágios iniciais de identificação de mecanismos	
c) estágios avançados de identificação de mecanismos	
d) mecanismos em execução	X
e) revisão de impacto dos mecanismos disponível	X
162. Seu país tem desenvolvido programas de treinamento e capacitação para implementar medidas de incentivo e promover iniciativas do setor privado?	
a) não	
b) planejado	
c) poucos	X
d) muito	
163. Seu país tem incorporado considerações sobre diversidade biológica em avaliações de impacto como uma etapa no planejamento e implementação de medidas de incentivo?	
a) não	
b) sim	X
164. Seu país tem compartilhado experiências em medidas de incentivo com outras Partes Contratantes, incluindo tornar estudos de casos disponíveis para o Secretariado?	
a) não	
b) sim - relatórios nacionais anteriores	
c) sim – estudos de casos	
d) sim – outros meios (favor fornecer detalhes abaixo)	X

Decisão IV/10. Medidas para implementação da Convenção [parte]

165. Seu país vem planejando e implementando ativamente medidas de incentivo?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) medidas em execução	X
e) relatórios de implementação disponíveis	
166. Seu país tem identificado ameaças à diversidade biológica e enfatizado causas de perda de biodiversidade, incluindo participantes relevantes, como um estágio no planejamento de medidas de incentivo?	
a) não	
b) revisto parcialmente	X
c) revisto intensamente	
d) medidas planejadas baseadas nas revisões	
e) relatórios de implementação disponíveis	

Capítulo 1

167. As medidas de incentivo existentes levam em consideração avaliação econômica, social, cultural e ética da diversidade biológica?	
a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	
168. Seu país tem desenvolvido sistemas legais e políticos para o planejamento e implementação de medidas de incentivo?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	X
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) sistemas em execução	
e) relatórios de implementação disponíveis	
169. Seu país realiza processos consultivos para definir medidas de incentivo, claramente objetivadas, com o intuito de enfatizar causas de perda de biodiversidade?	
a) não	X
b) processos sendo identificados	
c) processos identificados mas não implementados	
d) processos em execução	
170. Seu país tem identificado e considerado neutralizar medidas distorcidas?	
a) não	
b) programas de identificação em execução	
c) identificados mas não totalmente neutralizados	X
d) identificados e neutralizados	

Decisão V/15. Medidas de incentivo

171. Seu país tem revisado as medidas de incentivo promovidas pelo Protocolo de Kyoto para a Convenção Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima?	
a) não	
b) sim	X
172. Seu país tem explorado caminhos e meios possíveis pelos quais essas medidas de incentivo poderiam apoiar os objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica em seu país?	
a) não	
b) em consideração	
c) estágios iniciais de desenvolvimento	
d) estágios avançados de desenvolvimento	
e) informações adicionais disponíveis	X

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 158.

ICMS Ecológico. A expressão "ICMS Ecológico" vem sendo usada para denominar, na legislação dos estados, a repartição do ICMS dos municípios, normas destinadas a compensar e a estimular a conservação e o uso sustentável dos recursos ambientais. O ICMS, Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, é o principal imposto estadual e importante fonte de renda de estados e municípios. Em 1999, a receita do ICMS, no País, totalizou cerca

Capítulo 1

de 62 bilhões de Reais. Conforme o Art. 158, IV, da Constituição Federal, do produto da arrecadação do ICMS 75% ficam com os estados e 25% são distribuídos entre os municípios. Tal distribuição depende de alguns critérios. Os Estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais incluíram critérios ambientais na distribuição dos recursos do ICMS:

- Paraná: Lei nº. 9.491/90 e Lei Complementar nº. 59/91;
- São Paulo: Lei nº. 8.510/93; e
- Minas Gerais: Lei nº. 12.040/95.

ICMS Ecológico no Estado do Mato Grosso do Sul. Programa iniciado em 2001, implantado em 2002, consiste: i) criar Unidades de Conservação e demarcar territórios indígenas; ii) avaliar a qualidade ambiental e os objetivos da UC criada para inseri-la no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação; iii) pontuar fatores e programas realizados nos municípios para melhoria da qualidade ambiental; e iv) elaborar o índice ambiental para o ICMS Ecológico. O programa precisa de ajustes jurídicos que, deverão ocorrer em 2004, após a implantação gradativa da percentagem que vai de 2%, em 2002; 3,5%, em 2003; e 5%, em 2004.

No tocante a critérios ambientais, além dos Estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, outros já instituíram o ICMS Ecológico. Por exemplo, Rondônia, Rio Grande do Sul (em regulamentação) e há iniciativas neste sentido em Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará, Bahia e Goiás. Os sistemas de ICMS Ecológico em operação no Paraná, São Paulo e Minas Gerais identificam, basicamente, duas linhas de estímulo a recursos ou a serviços ambientais, a saber: espaços territoriais especialmente protegidos e os sistemas de saneamento ambiental. As experiências do ICMS Ecológico nos Estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais indicam que, para muitos municípios, nas regiões onde predominam áreas protegidas, com as decorrentes restrições a atividades econômicas, esses recursos participam significativamente na receita local, sendo fonte importante de alimentação da economia municipal. Além do papel compensatório, a aplicação desse instrumento com a finalidade de estimular a conservação e o uso sustentável de recursos ambientais tem sido uma experiência promissora a merecer estudos e aprimoramento. O ICMS Ecológico, agregando valor econômico às atividades de proteção ambiental, tem contribuído para ampliar as iniciativas dos municípios na conservação de espaços naturais e no saneamento ambiental, bem como para desenvolver e articular a gestão ambiental municipal e estadual. As experiências ressaltam, ainda, que o ICMS Ecológico, por Unidades de Conservação ou por saneamento ambiental, vem contribuindo para integrar, na agenda dos prefeitos e administradores municipais, a gestão local dos recursos e serviços ambientais em suas dimensões de orçamento, de estrutura ou de capacitação de pessoal.

Iniciativa Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). O SNUC, Lei 9985/02, reitera o reconhecimento das RPPNs como Unidade de Conservação. As RPPNs são áreas de domínio privado a serem especificamente protegidas, por iniciativa do proprietário, mediante reconhecimento do poder público, por serem consideradas relevantes por sua biodiversidade ou por seu aspecto paisagístico, ou ainda por suas características ambientais que justifiquem ações de recuperação. O proprietário é isento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (IPTR) e a reserva, gravada em caráter perpétuo.

Seguro para Pescadores no Período de Defeso. Há, nesse sentido, a Lei nº. 8.287, de 1991, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais durante o período de defeso. O art. 1º da citada lei determina o seguinte: "O pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros, fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de proibição de atividade pesqueira para a preservação da espécie".

Questão 160.

Algumas revisões de legislação específica já foram realizadas criando incentivos econômicos (ex. legislação de recursos hídricos, legislação florestal, ICMS ecológico em vários estados, legislação de ciência e tecnologia, fundos regionais constitucionais, acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios, entre outros).

Questão 162.

Há avanços em capacitação de recursos humanos na área de valoração da biodiversidade. O Ministério do Meio Ambiente promoveu cursos de treinamento a partir da publicação do *Manual de Valoração Econômica da Diversidade Biológica*, produzido em 1998 pelo economista Ronaldo Serôa da Motta com a colaboração, para os estudos de caso, de José Ricardo Brun Fausto (assistente de pesquisa da CEMA/IPEA), Carolina

Capítulo 1

Artigo 12. Pesquisa e treinamento

173. Qual a prioridade relativa proporcionada para a implementação desse Artigo e de decisões associadas por seu país?

a) Alta		b) Média	X	c) Baixa	
---------	--	----------	---	----------	--

174. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?

a) Bom		b) Adequado		c) Limitante	X	d) Muito limitante	
--------	--	-------------	--	--------------	---	--------------------	--

Comentários adicionais sobre a prioridade relativa e a disponibilidade de recursos

Questão 173.

Há disparidades no território brasileiro para o atendimento deste artigo.

Questão 174.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O CNPq foi criado em 1951 e apresenta significativa atuação com importantes repercussões na área de diversidade biológica. Seus objetivos incluem (1) promover, fomentar e realizar a pesquisa científica e tecnológica e possibilitar a formação de recursos humanos em todas as áreas de conhecimento; e (2) promover, implementar e manter mecanismos de apoio, análise, armazenamento, difusão e intercâmbio de dados e informações sobre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia do País. Para cumprir esses objetivos, o CNPq adota vários caminhos: concessão de cotas de bolsas para cursos de mestrado e doutorado, bolsas de iniciação científica, bolsas de produtividade em pesquisas, bolsas de apoio técnico e bolsas para pesquisador visitante, desenvolvimento científico regional, recém-doutor e pós-doutorado. Ainda, no exterior, concede bolsas para estágio sênior, pós-doutorado, doutorado sanduíche, doutorado pleno, aperfeiçoamento e especialização.

No período 1998-1999, o número de bolsas concedidas pelo CNPq para cursos de doutorado relacionados com a biodiversidade no País cresceu, atingindo 1.783,30 bolsas no ano de 1999 (Tabela 1).

Tabela 1. Número de bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq, segundo áreas relacionadas à biodiversidade. Cada bolsa equivale a 12 (doze) mensalidades pagas no ano, para um ou mais bolsistas.

Área	Mestrado		Doutorado	
	1998	1999	1998	1999
Química	240.50	225.50	407.30	414.40
Oceanografia	37.20	33.80	15.80	18.00
Biologia Geral	5.40	12.20	14.90	22.60
Genética	74.20	59.80	81.20	74.80
Botânica	77.50	64.10	65.30	61.10
Zoologia	87.40	79.50	103.00	95.30
Ecologia	108.70	101.60	82.60	93.30
Bioquímica	108.90	96.60	158.50	169.40
Farmacologia	60.80	57.10	26.50	31.50
Microbiologia	38.70	38.00	50.70	55.60
Parasitologia	25.40	23.40	28.70	29.20
Engenharia Química	105.00	99.80	78.00	91.40
Farmácia	30.70	29.80	11.50	21.20
Agronomia	425.60	409.70	344.00	377.40
Recursos Florestais e Engenharia Florestal	54.90	46.30	26.90	23.70
Multidisciplinar	281.10	237.20	204.40	204.40
Total	1762.00	1614.40	1699.30	1783.30

Tabela 2. Número de bolsas de pós-graduação concedidas pela CAPES em áreas relacionadas à biodiversidade.

Área	Mestrado			Doutorado		
	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Química	228	334	330	208	382	270
Oceanografia	48	57	58	9	36	33
Biologia Geral	185	191	156	90	138	133
Genética	164	151	182	69	107	142
Botânica	140	118	123	69	102	99
Zoologia	195	160	186	78	173	181
Ecologia	135	131	138	74	136	107
Bioquímica	137	105	112	92	98	111
Farmacologia	62	41	56	42	55	60
Microbiologia	110	123	98	40	53	65
Parasitologia	72	53	52	45	79	81
Engenharia Química	190	167	155	32	75	82
Farmácia	56	87	75	7	36	33
Agronomia	124	675	608	263	423	449
Recursos Florestais e Engenharia Florestal	135	112	97	20	44	55
Multidisciplinar	306	264	218	74	94	134
Total	2287	2769	2644	1212	2031	2035

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Programa BIOTA/FAPESP. O Programa BIOTA/FAPESP, Instituto Virtual da Biodiversidade, teve início em 1999 com a finalidade de sistematizar a coleta de dados, organizar e disseminar informações sobre a biodiversidade do Estado de São Paulo. O objetivo maior do BIOTA/FAPESP é inventariar e caracterizar a biodiversidade do Estado de São Paulo, definindo os mecanismos para sua conservação, seu potencial econômico e sua utilização sustentável. O programa apóia 37 projetos científicos relacionados à biodiversidade no Estado de São Paulo. Mais informações em www.biota.org.br.

O Ministério da Ciência e Tecnologia possui os seguintes programas ligados à biodiversidade:

- Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). Compreende pesquisas científicas e atividades correlatas que o Brasil desenvolve no Continente Antártico. Os projetos de pesquisa são selecionados tendo em vista sua vinculação às questões científicas referentes ao ambiente antártico e à competência científica do pesquisador proponente. As ênfases científicas do PROANTAR levam em conta os objetivos e diretrizes emanados da Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR), e os programas e iniciativas propostos pelo Comitê Científico de Pesquisa Antártica (SCAR), organismo internacional vinculado ao Conselho Internacional das Uniões Científicas (ICSU). O apoio logístico aos projetos de pesquisa do

Capítulo 1

PROANTAR é dado pelo Ministério da Marinha, compreendendo: a operação do Navio de Apoio Oceanográfico "Ary Rongel"; a manutenção da Estação Antártica "Comandante Ferraz"; a instalação e a manutenção de refúgios e de acampamentos; e o transporte de pesquisadores. Essas últimas atividades contam ainda com a colaboração da Força Aérea Brasileira (FAB-MMaer).

- Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas (RHAE). Um dos critérios para a elegibilidade de projetos para o RHAE é a produção de tecnologias ambientais (aproveitamento da biodiversidade brasileira; gerenciamento de ecossistemas; tratamento de resíduos, gestão ambiental, atendimento e certificação das normas ISO 14000).
- Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7)/Subprograma Ciência e Tecnologia. O Subprograma de Ciência e Tecnologia é coordenado por uma Secretaria Técnica, vinculada à Secretaria de Políticas e Programas de C&T do MCT. Tem como objetivo principal promover e disseminar conhecimentos científicos e tecnológicos relevantes à conservação e ao uso racional dos recursos naturais da Amazônia. A Fase I do Subprograma de C&T, iniciada em 1995, foi estruturada em dois componentes: Centros de Ciência (CC) e Projeto de Pesquisa Dirigida (PPD). O componente Centros de Ciência, encerrado em 1999, visou ao fortalecimento institucional de duas tradicionais instituições de pesquisa da Amazônia: o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Por meio do componente PPD, foram desenvolvidos 23 projetos de pesquisa entre 1996 e 1999. Atualmente, outros 30 projetos de pesquisa dirigida estão sendo executados. A Fase II do Subprograma de C&T está sendo elaborada e prevê a formação de redes temáticas de pesquisas, objetivando responder adequadamente às grandes questões que afetam a região Amazônica.
- Programa Ciência e Tecnologia para Gestão de Ecossistemas. Ver comentários da questão 177.

175. Seu país tem estabelecido programas para educação e treinamento científico e técnico sobre medidas para identificação, conservação e uso sustentável da diversidade biológica e seus componentes (12a)?

a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) programas em execução	X

176. Seu país fornece apoio a outras Partes para educação e treinamento sobre medidas para identificação, conservação e uso sustentável da diversidade biológica e seus componentes (12a)?

a) não	
b) sim	X

177. Seu país promove e estimula pesquisa que contribua para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica (12b)?

a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	

178. Seu país promove e coopera no uso de avanços científicos da pesquisa sobre diversidade biológica para desenvolver métodos para conservação e uso sustentável de recursos biológicos (12c)?

a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	

Se Parte for país desenvolvido

NÃO SE APLICA

179. A implementação por seu país das atividades acima leva em consideração as necessidades especiais de países em desenvolvimento?

a) não	
b) sim, quando relevante	

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 175.

Projeto de Capacitação Técnica em Manejo Florestal de Impacto Reduzido - ProManejo 012 (Governo do Acre). O objetivo do Projeto Piloto de Manejo Florestal e Capacitação Técnica no Município de Sena Madureira, Acre, (PROMATEC) - executado pela Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC) juntamente com a Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo (SEFE), com recursos do ProManejo (PPG7/MMA/ IBAMA) na área da empresa A. F. G. Oliveira - é promover a implantação de técnicas de exploração florestal de impacto reduzido na região Amazônica, garantindo o desenvolvimento do setor madeireiro no Estado do Acre. Órgão responsável: FUNTAC. Valor total: Recursos Requisitados (ProManejo) - US\$224.192,00; Total – US\$530.307,00.

Programa de Capacitação de Comunidades Extrativistas do Estado do Acre. Diante das diversas situações concretas vivenciadas pelos extrativistas locais e considerando sua complexidade, faz-se necessário formular e implementar a formação profissional desses trabalhadores, preparando-os para um modelo de produção sustentável. Com base nessa preocupação e dispondo dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/AC, foi estabelecido o objetivo de beneficiar pessoas residentes na zona rural do Estado do Acre. Basicamente o programa foi implantado e realizado em localidades de difícil acesso. A prioridade dada às populações extrativistas e agrícolas deve-se ao fato de que existem programas de apoio à produção extrativista em plena execução, carentes de ações na área da capacitação. Órgão responsável: Secretaria de Estado da Produção (SEPRO), Secretaria Executiva de Floresta e Extrativismo (SEFE), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/AC), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Valor total: R\$300 mil.

Questão 177.

Programa Ciência e Tecnologia para a Gestão de Ecossistemas. Desenvolvido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), realiza as seguintes ações relevantes para a pesquisa e o treinamento em áreas relativas à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade:

- Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento sobre a Composição e a Dinâmica dos Ecossistemas Brasileiros;
- fomento às Ações de Ciência e Tecnologia do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais;
- manutenção e expansão do Acervo Científico do Museu Paraense Emílio Goeldi;
- preservação e ampliação dos Acervos Científicos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Coordenação: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA (Programa de Coleções e Acervos Científicos);
- desenvolvimento de Estudos sobre a Dinâmica e a Composição dos Ecossistemas Amazônicos;
- pesquisa e desenvolvimento nas Áreas de Reserva Ambiental – Mamirauá.

Projeto de Monitoramento de Áreas Desflorestadas na Amazônia Legal (PRODES) do (Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE). Inserido no Programa "Ciência e Tecnologia para Gestão de Ecossistemas" do Ministério da Ciência e Tecnologia. A realização desse projeto de estimativa do desflorestamento da Amazônia (PRODES) pelo INPE/MCT demonstra, pela extensão da área investigada, pela grande quantidade de dados e pelo impacto dos resultados nas discussões socioeconômico-ambientais, que o Governo está adequadamente preparado, em termos técnico-científicos, para fiscalizar essa vasta paisagem brasileira. Mais informações em www.inpe.br.

Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO). Tem como objetivo auxiliar o Governo do Brasil no desenvolvimento do PRONABIO, por meio do estímulo aos subprojetos demonstrativos, à geração e à divulgação de conhecimentos e de informações sobre biodiversidade, à identificação de ações prioritárias e à facilitação de parcerias entre o setor público e o privado. O PROBIO é

Capítulo 1

resultado do Acordo de Doação TF 28309 firmado, em 5 de junho de 1996, entre o Governo brasileiro e o *Global Environmental Facility* (GEF), que utiliza o Banco Mundial como administrador de seus recursos. O PROBIO iniciou sua execução, em 1997, com um orçamento de US\$20 milhões, sendo US\$10 milhões procedentes do GEF e US\$10 milhões de contrapartida do Governo brasileiro. Foi nesse mesmo marco de negociações que o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) foi criado como fundo privado, sendo que o PROBIO e o FUNBIO podem ser considerados projetos complementares, um com caráter estatal e outro com caráter privado. O PROBIO é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que atua como gestor administrativo, contratando os subprojetos e liberando recursos.

Fundação O Boticário. Dá apoio financeiro a projetos para conservação da natureza. Até o momento, 837 projetos foram aprovados, sendo 282 no subprograma "Outros Auxílios" e 555 distribuídos nos subprogramas "Unidades de Conservação", "Pesquisa e Proteção da Vida Silvestre" e "Áreas Verdes". Esses projetos perfazem um valor de US\$4.712.529,61 investidos na conservação da natureza e estão distribuídos nas cinco regiões do País, conforme a tabela abaixo.

Tabela 3. Projetos apoiados pela Fundação O Boticário nas diferentes regiões do Brasil.

Região*	Qtde Total	Ap_R\$	Ap_US\$
CENTRO-OESTE	82	364.094.703,20	524.920,03
NORDESTE	101	77.336.814,56	752.062,42
NORTE	59	110.047.417,05	387.005,60
SUDESTE	230	617.596.286,07	1.285.046,58
SUL	362	1.683.288.158,88	1.763.494,98
TOTAL	834	2.852.363.379,76	4.712.529,61

*No *site* www.fundacaoboticario.org.br está disponível a listagem de todos os projetos apoiados por estado brasileiro.

Questão 178.

Projeto Genoma. Desenvolvido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, conta com orçamento de R\$355,2 milhões para o período de 2000-2003, e os principais resultados são:

- Rede dos Genomas Regionais. Compreende sete projetos que tratam do genoma estrutural e funcional de organismos de interesse nas áreas de saúde e agricultura: Centro-Oeste, Minas Gerais, Nordeste, *Trypanosoma cruzi*, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia.
- Rede Nacional de Seqüenciamento de DNA, dentro do Projeto Genoma Brasileiro. Envolve 26 laboratórios e conta com o apoio do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) em bioinformática. Já está praticamente concluído o seqüenciamento da bactéria *Chromobacterium violaceum*.
- Apoio ao Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC e ao Laboratório Nacional de Biologia Molecular Estrutural da Associação Nacional de Luz Síncrotron – ABTLus.
- Cooperação Brasil-Argentina em Biotecnologia (CBAB), com implementação de 12 cursos em realização no decorrer de 2001 e de 13 projetos aprovados na última reunião do Conselho Binacional.
- Divulgação das atividades do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB), recebimento e seleção de 15 propostas de projetos colaborativos.
- Iniciado em fevereiro de 2002, o Projeto Genoma do Eucalipto visa aos trabalhos de seqüenciamento e à transformação do Eucalipto.
- Em maio de 2002, foi realizada reunião sobre tecnologia com delegação chinesa responsável pelo programa Cooperação Brasil-China.

Programa Piloto para a Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Ver comentários da questão 84.

Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA). *Large Scale Biosphere-Atmosphere Experience in Amazon*. Trata-se de uma iniciativa de pesquisa internacional liderada pelo Brasil. O LBA está projetado para gerar novos conhecimentos sobre o funcionamento climatológico, ecológico, biogeoquímico e hidrológico da Amazônia, o impacto das mudanças no uso da terra nesses aspectos e as interações entre a Amazônia e o sistema biogeofísico global. O LBA está centrado em torno de duas questões principais que serão abordadas por meio de pesquisa multidisciplinar, integrando estudos de Ciências Físicas, Químicas, Biológicas e Humanas:

- De que modo a Amazônia funciona, atualmente, como uma entidade regional?
- De que modo as mudanças dos usos da terra e do clima afetarão o funcionamento biológico, químico e físico da Amazônia, incluindo sua sustentabilidade e sua influência no clima global?

Mais informações em <http://lba.cptec.inpe.br/lba/index.html>.

Projeto do Trópico Úmido (PTU). Tem por objetivos fomentar projetos que induzam à formação de redes temáticas de grupos de pesquisa e de desenvolvimento dedicados à investigação de temas de relevância econômica, social e estratégica para a região Amazônica; e buscar a multidisciplinaridade, parceria institucional e tratamento integrado dos temas, visando à sua transferência e utilização adequada para a promoção sustentável do desenvolvimento da região Amazônica. Em 2001, não houve contratação de projetos para o PTU, mas estão em andamento 11 projetos contratados no fim de 2000, que somaram R\$1,7 milhão (capital e custeio). Esses projetos não contemplam bolsas Informações em www.cnpq.br/areas/terra_meioambiente/ptu/index.htm.

Programas Básicos do CNPq. São aqueles voltados para o uso planejado dos instrumentos de fomento, segundo as áreas tradicionais do conhecimento. Operacionalmente, distinguem-se pelo atendimento às demandas da comunidade científica com base em critérios de mérito e competência, podendo ser conjugados com critérios de prioridade, conforme avaliações da situação de desenvolvimento da base científica nacional em suas diversas áreas. Os Programas Básicos de Botânica, Zoologia, Ecologia/Limnologia e Oceanografia estão incluídos na Coordenação Geral do Programa de Pesquisas em Ciências da Terra e Meio Ambiente.

Programa Básico	Auxílios (R\$)
Botânica	194.927,00
Zoologia	184.406,00
Ecologia/ Limnologia	202.692,78
Oceanografia, Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca	775.089,60

Informações em:

www.cnpq.br/areas/terra_meioambiente/conhecimento/botanica/index.htm.

www.cnpq.br/areas/terra_meioambiente/conhecimento/zoologia/index.htm.

www.cnpq.br/areas/terra_meioambiente/conhecimento/ecologia_limnologia/index.htm.

www.cnpq.br/areas/terra_meioambiente/conhecimento/oceanografia/index.htm.

Programa *Water Availability, Vulnerability of Ecosystems and Society in North-eastern Brazil* (WAVES). Desenvolvido em cooperação com várias instituições alemãs e brasileiras sob os auspícios do acordo CNPq/ IBAMA /DLR. O programa WAVES focaliza a construção de modelos matemáticos integrados, para serem utilizados como ferramentas adicionais na busca de soluções estratégicas com relação às mudanças climáticas globais, e que envolvem pesquisas interdisciplinares nos campos da hidrologia, ecologia, meteorologia, climatologia, pedologia, agronomia e ciências sociais e econômicas. Foram escolhidas duas regiões no Estado do Piauí (Vale de Gurgueia/Projeto Piloto e Picos) e uma no Estado do Ceará (Tauá). No ano de 2001, foram gastos recursos de R\$114.006,35.

Programa *Mangrove Dynamics and Management* (MADAM). É um projeto de cooperação teuto-brasileiro. Foi concebido de forma conjunta por cientistas brasileiros e alemães, sendo financiado pelo governo alemão, por meio do Ministério da Educação, Ciência, Pesquisa e Tecnologia (BMBF) (www.bmbf.de) e, do lado brasileiro, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O MADAM é reconhecido como



Capítulo 1

um projeto Land-Ocean Interactions in the Coastal Zone (LOICZ). No âmbito do LOICZ, um programa subordinado ao Programa Internacional de Geosfera-Biosfera (IGBP), são realizadas pesquisas de zonas costeiras. O MADAM obteve ainda o reconhecimento do programa Man and Biosphere (MAB) da UNESCO. A área de estudo do projeto MADAM está localizada a cerca de 150 km da desembocadura sul do rio Amazonas. Essa região, entre a costa e o oceano Atlântico, prolonga-se em um total de 110 km², e possui uma faixa de manguezal de até 20km de largura. Essa área é especialmente adequada às iniciativas interdisciplinares do MADAM. Mais informações em www.cnpq.br/areas/cooperacaointernacional/convenios/madam.htm.

Projeto Antártico Brasileiro (PROANTAR). Tem como propósito a realização de substancial pesquisa científica na região Antártica, com a finalidade de compreender os fenômenos que ali ocorrem, bem como sua influência sobre o território brasileiro, contribuindo assim para a efetivação da presença brasileira naquela região. A motivação fundamental para o apoio do CNPq à condução da pesquisa científica na Antártica reside, em síntese, no reconhecimento, cada vez maior, da profunda repercussão que fenômenos, eventos e processos naturais que operaram, e operam, no continente austral e tiveram e têm no ambiente e na evolução de todo o globo terrestre. No ano de 2001, o PROANTAR destinou R\$ 576.142,90 para a concessão de bolsas e auxílios. Mais informações em www.cnpq.br/areas/terra_meioambiente/proantar/index.htm.

Capítulo 1

Artigo 13 Educação e conscientização pública

180. Qual a prioridade relativa proporcionada para a implementação desse Artigo e de decisões associadas por seu país?

a) Alta		b) Média	X	c) Baixa	
---------	--	----------	---	----------	--

181. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?

a) Bom		b) Adequado		c) Limitante	X	d) Muito limitante	
--------	--	-------------	--	--------------	---	--------------------	--

Comentários adicionais sobre a prioridade relativa e a disponibilidade de recursos

Questões 180 e 181.

Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1º, VI: "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente"

Política Nacional de Educação Ambiental. A Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, e o Decreto nº. 4.281, de 25 de junho de 2002, regulamentou a referida lei. Programa Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Instituído em fevereiro de 1999, esse programa conta com orçamento de R\$39,5 milhões para o período 2000-2003. Mais informações em www.mma.gov.br/port/sdi/ea/pnea.cfm.

182. Seu país promove e estimula a compreensão da importância da conservação da biodiversidade e das medidas necessárias a esse fim (13a), pelos meios de comunicação?

a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	

183. Seu país promove e estimula a compreensão da importância da conservação da biodiversidade e das medidas necessárias a esse fim (13a), pela inclusão desse tema nos programas educacionais?

a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	

184. Seu país coopera com outros Estados e organizações internacionais no desenvolvimento de programas educacionais e de conscientização pública (13b)?

a) não	X
b) sim – extensão limitada	
c) sim – extensão significativa	

Decisão IV/10. Medidas para implementação da Convenção [parte]

185. As necessidades de educação e conscientização públicas estão abrigadas na estratégia nacional e planos de ação?

a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	

186. Seu país tem alocado recursos apropriados para o uso estratégico de instrumentos de educação e comunicação em cada fase de formulação de política, implementação e avaliação?

a) recursos limitados	X
b) recursos significativos mas não adequados	
c) recursos adequados	

Capítulo 1

187. Seu país apóia iniciativas de grupos importantes que estimulam a participação de interessados e que integram questões sobre conservação da diversidade biológica em suas práticas e programas educacionais?	
a) não	
b) sim	X
188. Seu país tem integrado interesses da biodiversidade em estratégias educacionais?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	X
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) sim	
189. Seu país tem disponibilizado quaisquer estudos de casos sobre educação e conscientização pública e participação pública, ou procurou compartilhar experiências de outra forma?	
a) não	
b) sim	X
190. Seu país tem esclarecido e traduzido para quaisquer línguas locais as provisões da Convenção para promover a educação e conscientização pública surgindo em setores relevantes?	
a) irrelevante	
b) ainda por ser feito	
c) em desenvolvimento	
d) sim	X
191. Seu país vem apoiando programas de educação e conscientização locais, nacionais, sub-regionais e regionais?	
a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	
<i>Se Parte for país em desenvolvimento ou com economia em transição -</i>	
192. Quando requisitando assistência por meio do GEF, o seu país tem proposto projetos que promovem medidas para implementação do Artigo 13 da Convenção?	
a) não	X
b) sim	

Decisão V/17. Educação e conscientização pública

193. Seu país apóia a capacitação da educação e comunicação em diversidade biológica como parte da estratégia nacional de biodiversidade e planos de ação?	
a) não	
b) apoio limitado	
c) sim (favor fornecer detalhes)	X

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 182.

Há programas televisivos que tratam de temas relativos à conservação da biodiversidade. Os mais importantes são:

- Globo Ecologia. Realizado em parceria entre a Rede Globo e a Fundação Roberto Marinho, traz reportagens sobre biomas brasileiros, espécies ameaçadas, entre outros temas, em linguagem acessível e com a

utilização de recursos (imagens e computação gráfica) que facilitam a compreensão por parte do grande público.

- Tom da Mata. Realizado pelo Canal Futura, estimula o desenvolvimento de atividades de proteção ao meio ambiente – em especial da Mata Atlântica – e de educação musical, utilizando diferentes materiais educativos, métodos e inovações pedagógicas. A obra do maestro Tom Jobim e sua paixão pela Mata Atlântica são a base do projeto.
- Um Pé de Quê. Mostra as diversas espécies de nossa flora. A abordagem parte de aspectos botânicos, como origens, características físicas, épocas de floração e vai buscar passagens em que elas pontuaram a História do Brasil.
- Tom do Pantanal. Atende a 800 escolas e a cerca de 800 mil alunos de diversas regiões do País. O objetivo é promover a educação ambiental de forma interdisciplinar, sensibilizando os alunos para a necessidade da preservação e do desenvolvimento sustentável da região do Pantanal. *Kits* de material didático (contendo 13 vídeos – 10 temáticos, um de apresentação, um de capacitação e um de educação ambiental); fita cassete com músicas de autoria de diversos compositores da região e do Brasil; livro cancionário com as partituras dessas músicas e atividades de educação musical; jogo com elementos do Pantanal para estimular a curiosidade e a descoberta das características do meio ambiente de cada localidade; livro para o professor e *kit* experiências para avaliação local de condições ambientais) foram distribuídos nas escolas.
- Globo Repórter. Programa da TV aberta (Rede Globo) que, entre outros, aborda temas relacionados à biodiversidade. Mais informações em www.globo.com/globoreporter.

Questão 183.

Programa Parâmetros em Ação - Meio Ambiente na Escola. Programa desenvolvido pelo Ministério da Educação que tem como objetivo estratégico a institucionalização da Educação Ambiental nos sistemas de ensino. Contribui para o desenvolvimento de ações integradas que envolvem a equipe escolar, alunos e comunidade, tanto em relação à formação de professores quanto na elaboração de projetos educativos pelas escolas. O programa é realizado em parceria com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, Universidades e Organizações Não-Governamentais interessadas. Os materiais produzidos estão distribuídos em dois *kits*: do formador e do professor. O primeiro subsidia os coordenadores de grupo no seu trabalho como formador e o segundo contém material que pode auxiliar os professores em suas atividades para a prática da educação ambiental nas escolas como tema transversal.

Programas Tom da Mata e Tom do Pantanal. Treinam professores (ver questão anterior).

Fundação O Boticário – Coleção Biomas. Contém informações acerca dos biomas brasileiros, com linguagem e apresentação voltadas para o público leigo. Pode ser utilizada por diversos tipos de práticas educacionais. Trata-se de uma coleção composta por sete livretos e uma fita de vídeo abordando a riqueza e as principais características naturais dos biomas brasileiros (Floresta Amazônica, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Floresta com Araucária e Campos, Floresta Atlântica e Ecossistemas Costeiros), acompanhados por um manual com sugestões de utilização do material. A distribuição desse material está sendo realizada em *workshops* envolvendo os professores da rede estadual de ensino do Paraná, que atuarão como multiplicadores do material em suas respectivas localidades de atuação. Somente após os professores passarem por esse processo de capacitação, suas respectivas escolas estarão aptas a receber as coleções. A distribuição do material iniciou-se em setembro de 2002, com um evento do qual participaram 60 professores, responsáveis pela capacitação de aproximadamente 600 professores, procedentes de 130 escolas da região de Curitiba e de alguns municípios da região metropolitana. No total, foram distribuídas quase 550 coleções, havendo a previsão de realização de pelo menos mais cinco eventos de capacitação em 2003, com vistas a cobrir todo o Estado do Paraná. Até o momento foram investidos cerca de R\$120 mil. Informações em www.fundacaoboticario.org.br/sql/FBPN/Portal/portal_fund_frameset.asp.

Fundação O Boticário - Exposições Itinerantes. Foram criadas 11 exposições com 10 *banners* cada uma, que são emprestadas para escolas e outros tipos de instituição. Exposições: Unidades de Conservação; Água; Reserva Natural Salto Morato; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; Floresta Atlântica; Floresta Amazônica; Cerrado; Pantanal; Caatinga; Floresta com Araucária e Campos; Costa Brasileira. Essas exposições já rodaram os Estados de São Paulo (oito instituições); Paraná (32 instituições); Santa Catarina (duas instituições); Bahia (cinco instituições); Minas Gerais (uma instituição); Espírito Santo (uma

Capítulo 1

instituição); Rio de Janeiro (duas instituições); Piauí (uma instituição); Rio Grande do Sul (quatro instituições); e Distrito Federal (duas instituições). Aproximadamente R\$120 mil têm sido investidos nessa iniciativa.

Fundação O Boticário - Estação Natureza. Trata-se de uma exposição permanente com elementos complementares e planejados de forma a atender públicos de diferentes faixas etárias, com níveis de conhecimento e experiências diversificadas de vida. Seu formato alia interatividade com informação para a promoção da efetiva mobilização para a conservação da natureza. O aprendizado é automotivado, envolvendo experiências múltiplas que estimulam diversos sentidos, facilitando a perpetuação do conhecimento pela vida. Está instalada no Shopping Estação, um dos grandes centros de compras de Curitiba. A Estação Natureza convida o visitante a embarcar em uma viagem pelos biomas brasileiros – Floresta Amazônica, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Floresta com Araucária, Floresta Atlântica, Ecossistemas Costeiros e Campos Sulinos – onde vivem cerca de 20% das espécies de animais e plantas do planeta. Em funcionamento, há aproximadamente um ano, já recebeu mais de 18 mil visitantes, procedentes de 24 estados brasileiros e do Distrito Federal, e de 21 países. Atendeu a mais de 130 escolas, em sua maioria das redes públicas municipais e estaduais, além de diversos grupos organizados.

Programa de Educação e Sensibilização Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Os objetivos desse programa são a divulgação de conhecimento e a incorporação da população nos programas de gestão ambiental e preservação da biodiversidade. Ações/iniciativas:

- 1) implantação de trilhas interpretativas nas Unidades de Conservação;
- 2) elaboração de material informativo-educativo para as Unidades de Conservação;
- 3) realização da 3ª Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre.

Questão 184.

European Association of Zoos and Aquaria (EAZA)/Rainforest Campaign. Essa campanha direcionada a Mata Atlântica e para as quatro espécies de mico-leão foi um esforço de dois anos para a arrecadação de recursos financeiros e visava a participação, especialmente, dos zoológicos europeus que mantêm micos-leões em suas coleções. Noventa zoológicos da EAZA de 20 países diferentes participaram da campanha com atividades que incluíram desde a apresentação de pôsteres até a total transformação do zoológico em uma paisagem sul-americana. A campanha aumentou a consciência sobre programas de conservação para a Mata Atlântica por meio do uso dos micos-leões como espécies-bandeira e informou sobre outras espécies ameaçadas da Mata Atlântica. Essa campanha foi oficialmente finalizada na Conferência Anual da EAZA de 2002, realizada em Barcelona, entre os dias 17 e 22 de setembro. Até 16 de setembro de 2002, a campanha havia arrecadado 145.876,99 euros, que correspondiam a contribuições de cerca de 60% dos participantes. As expectativas eram de arrecadação de mais 200.000 euros até o final de 2002, quando a maioria dos zoológicos concluiu oficialmente suas campanhas. Os recursos arrecadados constituirão um fundo permanente para as atividades de conservação *in situ* dos micos-leões. O Grupo de Planejamento da Campanha foi composto por David Field (Zoológico de Dublin, Irlanda), Bengt Holst (Zoológico de Copenhague, Dinamarca), Kristin Leus (Zoológico de Antwerp, Bélgica) e Jeremy J. C. Mallinson (até recentemente do *Durrell Wildlife Conservation Trust*, Jersey). Mais informações em www.eaza.net.

Questão 185.

O Componente 6 (Educação, Sensibilização Pública, Informação e Divulgação sobre Biodiversidade) da Política Nacional da Biodiversidade, instituída pelo Decreto nº. 4.339, de 22 de agosto de 2002, define diretrizes para a educação e a sensibilização pública e para a gestão e divulgação de informações sobre biodiversidade, com a promoção da participação da sociedade, inclusive dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais, no que diz respeito à conservação da biodiversidade, à utilização sustentável de seus componentes e à repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização de recursos genéticos, de componentes do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado à biodiversidade. Todavia, os planos de ação com metas e prazos ainda não foram elaborados. Informações em www.mma.gov.br/biodiversidade/estrategia/politica/decreto2.html#c6.

Questão 186.

Falta ainda realizar estudos no sentido de dimensionar a quantidade de recursos necessários para promover a utilização estratégica dos instrumentos educacionais e de comunicação.

Questão 187.

FNMA, PRODEAGRO e PLANAFLORO têm ações específicas para educação ambiental, PNEA, experiências do IPÊ com o MST, Mamirauá, RESEX.

Questão 188.

O Ministério da Educação possui uma coordenação de educação ambiental. Para alcançar sua missão, a Coordenação-Geral de Educação Ambiental (COEA), segundo orientação da Política Nacional de Educação Ambiental – Lei nº. 9.795/99, definiu duas linhas de ação prioritárias:

- Projetos de Educação Ambiental no convívio escolar;
- Inserção de temas do meio ambiente nas disciplinas do ensino fundamental – PCN em Ação de Meio Ambiente.
- Ver comentários da questão 183.

Questão 189.

Brasil, MEC. 1998. *A Implantação da Educação Ambiental no Brasil*. Ministério de Educação e Cultura (MEC), Secretaria de Educação Infantil e Fundamental - SEFJ, Brasília. 137pp. A publicação foi idealizada com o objetivo de oferecer informações sobre o processo evolutivo da Educação Ambiental (EA), seu aprofundamento e sua difusão no Brasil. Esse livro, pretende oferecer aos técnicos e professores do sistema educacional brasileiro, aos interessados no desenvolvimento e na prática da EA, bem como às autoridades responsáveis pela gestão das políticas públicas, informações sobre os antecedentes das práticas de Educação Ambiental no Brasil. Bem como indicações que permitam melhorar a qualidade de tais práticas e, ainda, tratar das implicações e estratégias para a introdução desse assunto como tema transversal nos currículos, devendo, portanto, permear todo o processo de ensino/aprendizagem, em todos os níveis e modalidades admitidos na legislação vigente para educação no País.

Questão 190.

O texto da Convenção sobre Diversidade Biológica foi traduzido para o português (disponível em www.mma.gov.br/biodiversidade/relpub.html), mas não para línguas indígenas

Não houve esforços para tornar a linguagem da CDB mais acessível (para crianças e público leigo). Não foram adotadas medidas para a divulgação do conteúdo da CDB para o público leigo. Além disso, o *Handbook* da CDB não foi traduzido para o português.

Questão 191.

Programa Nacional de Educação Ambiental. O Programa executa o projeto Implantação de Pólos de Educação Ambiental e Difusão de Práticas Sustentáveis, que tem como objetivo implantar 27 pólos, um em cada Unidade da Federação. O pólo tem como objetivo funcionar como um espaço mobilizador e coordenador das ações de educação ambiental no estado. A meta é apoiar 57 projetos no período 2000-2003. Até novembro de 2001, foram apoiados 22 projetos.

Programa Natureza e Sociedade (PNS). Promovido pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB), tem como objetivo criar profissionais capacitados, qualificados e comprometidos com a questão ambiental no Brasil. Com base nessa meta, o PNS apóia o pesquisador ou líder comunitário para que adquira novos conhecimentos acerca da conservação do meio ambiente, além de treinar e capacitar acadêmicos e profissionais da área ambiental. Vem sendo executado, desde 1991, em parceria com o Internacional Development Group (IDG) da State University of New York (SUNY) e, desde 1995, conta também com a parceria do WWF-Brasil. O Programa recebe apoio financeiro da Embaixada do Reino dos Países Baixos, da United States Agency for International Development (USAID) e da Fundação Ford.

Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA). Edital nº. 7/2001. O objetivo do edital é apoiar projetos destinados à estruturação de redes de instituições (ou de pessoas e instituições), com foco estrito em educação ambiental não-formal, que promovam a produção de conhecimento sobre práticas e metodologias em Educação Ambiental e sua difusão, que estimulem o intercâmbio de experiências e o estabelecimento de



Capítulo 1

parcerias para a execução de ações demonstrativas entre os diversos agentes da Educação Ambiental e que ofereçam serviços de informação capazes de operar de forma articulada com o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis (SIBEA). Os recursos previstos para apoio a projetos são de R\$1,5 milhão. Os projetos aprovados foram:

- "Fortalecendo a Rede Paulista de Educação Ambiental (REPEA)", do Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental Cinco Elementos;
- "Tecendo Cidadania - Rede Brasileira de Educação Ambiental", do Instituto ECOAR para a Cidadania;
- "Estruturação da Rede Pantanal de Educação Ambiental", da Ecologia e Ação (ECOA);
- "Estrutura da Rede Acreana de Educação Ambiental", da Universidade Federal do Acre; e
- "Tecendo Redes de Educação Ambiental na Região Sul", da Fundação Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

Informações em www.mma.gov.br/fnma.

Artigo 14 Avaliação de impactos e minimização de impactos negativos

194. Qual a prioridade relativa proporcionada para a implementação desse Artigo e de decisões associadas por seu país?							
a) Alta		b) Média		X		c) Baixa	
195. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?							
a) Bom		b) Adequado		c) Limitante	X	d) Muito limitante	
Comentários adicionais sobre a prioridade relativa e a disponibilidade de recursos							
<p>Questões 194 e 195.</p> <p>Há disparidade na percepção dos setores consultados quanto ao cumprimento deste artigo.</p> <p>Há alta prioridade do Governo e sociedade sobre o desmatamento, as queimadas, os incêndios, a poluição atmosférica, a poluição hídrica; mas com baixa efetividade. Há conflitos de interesses político-econômicos e político-setoriais sobre o assunto.</p> <p>A legislação brasileira é bem avançada e pressupõe a exigência de licenciamento ambiental com estudo de impacto ambiental. A Lei de Crimes Ambientais prevê punições para a degradação ambiental.</p> <p>Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal (PROARCO). Ver comentário da questão 140.</p> <p>Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM). Ver comentário da questão 30.</p> <p>Recuperação ambiental</p> <p>Projeto de Gestão Integrada. Projetos de Gestão Integrada dos Estados Brasileiros e Amazônia Fique Legal, do Programa Piloto para a Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG7).</p> <p>Programa Nacional de Florestas (PNF). Monitoramento e Controle de Desmatamentos (ver em www.ibama.gov.br).</p> <p>Ministério do Meio Ambiente (MMA). O MMA, por meio do Projeto de Cooperação Técnica PNUD/MMA/FGEB/BRA/93/036, centralizou as ações relativas à desertificação no Brasil no período de 1995 a 1999, com estabelecimento de diretrizes para a Política Nacional de Controle da Desertificação.</p> <p>Programa Agricultura de Precisão. Pretende utilizar modernas tecnologias para minimizar o uso de fertilizantes e defensivos agrícolas, de modo a alcançar maior competitividade no mercado interno e no externo e a atender à crescente demanda por tecnologias ambientalmente saudáveis. Aí se incluem satélites e outros instrumentos que geram informações a fim de proporcionar o melhor uso do solo. O Programa Agricultura de Precisão visa a dar assistência aos produtores rurais, às agroindústrias, às cooperativas e às entidades, repassando novos conhecimentos e tecnologias para o setor, em parceria com universidades, centros de pesquisa, iniciativa privada, serviços de extensão rural e usuários. O órgão responsável pela implementação do Programa é a EMBRAPA, Ministério da Agricultura e do Abastecimento, e o valor no PPA 2000-2003 é de R\$89,2 milhões.</p> <p>Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE). Esse Programa tem como objetivo principal proceder ao levantamento dos potenciais sustentáveis de captura dos recursos vivos na nossa Zona Econômica Exclusiva (ZEE), que se estende desde o limite exterior do mar territorial, de 12 milhas de largura, até 200 milhas náuticas da costa, abrangendo uma extensão de cerca de 3,5 milhões de quilômetros quadrados. O REVIZEE resulta de compromisso assumido pelo Brasil ao ratificar, em 1988, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (em vigor desde 16 de novembro de 1994) e de incorporar os seus conceitos à nossa legislação interna, por meio da Constituição de 1988 e da Lei nº. 8.617, de 4 de janeiro de 1993. São metas do REVIZEE: inventariar os recursos vivos na ZEE e as características ambientais de sua ocorrência; determinar suas biomassas; estabelecer os potenciais de captura sustentáveis.</p>							

Capítulo 1

Programa Global de Observação dos Oceanos (GOOS) – Brasil. Criado pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), em cooperação com a Organização Meteorológica Mundial (OMM) e com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), tendo em vista os dispositivos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) e da Agenda 21. O Brasil, País que ratificou a CNUDM e aderiu à Agenda 21, a qual, em seu capítulo 17, reconhece a necessidade de se desenvolver um Sistema Global de Observação para melhor compreender e monitorar as mudanças nos oceanos e suas influências, considerando a extensão da área marítima de interesse nacional sobre a qual se deve garantir o desenvolvimento sustentável. O Plano de Implementação do GOOS define cinco módulos principais: avaliação, previsão e monitoramento do clima; avaliação e monitoramento dos recursos vivos marinhos; monitoramento e gerenciamento de zonas costeiras; avaliação e previsão da saúde dos oceanos; serviços meteorológicos marinhos e operacionais em Oceanografia.

Programa Conservação de Solos na Agricultura. Tem por objetivo trabalhar com pequenos produtores rurais, técnicos do setor agrícola e de órgãos públicos locais, para disseminar práticas de uso do solo e da água voltadas à conservação, atuando também na recuperação de áreas agrícolas degradadas. O trabalho ocorre nas microbacias hidrográficas, mediante convênios de cooperação técnica. Suas principais ações são: financiamento para os corretivos de solo (PRÓ-SOLO); correção, conservação e preservação de solos na agricultura; e pesquisa e desenvolvimento em manejo e conservação de solo e água. O órgão responsável é o Ministério da Agricultura e do Abastecimento – Secretaria de apoio Rural e Cooperativismo. O valor no PPA 2000-2003 é de R\$581,7 milhões. Os principais resultados apresentados até agora foram: implantação de cerca de 40 unidades demonstrativas para geração, validação e difusão de tecnologias de manejo e conservação de solo e água na agricultura, adaptadas às diferentes realidades socioeconômicas; implementação de oito projetos nas regiões Centro-Oeste e Sul; geração de 15 novas tecnologias em recuperação da capacidade produtiva dos solos; aplicação de R\$165,1 milhões, atingido cerca de 1,9 milhão de hectares, beneficiando aproximadamente 14,2 mil produtores.

Programa Conservação Ambiental de Regiões Mineradas. Visa a evitar ou a atenuar os impactos ambientais na mineração, proporcionando a reabilitação ambiental das áreas exploradas. Os recursos para este programa são de R\$16,1 milhões. As principais ações previstas são: transferência de tecnologia para recuperação ambiental na Amazônia Peruana; estudos ambientais em áreas de reserva garimpeira; proteção ambiental de áreas mineradas; monitoramento ambiental de áreas mineradas. Decreto nº. 97.632, de 10 de abril de 1989, que regula a restauração de áreas degradadas por atividades de mineração; Decreto nº. 99.274, de 06 de junho de 1990 que regula o licenciamento ambiental de atividades de mineração.

Programa Brasil Joga Limpo. Este programa visa a estimular ações como: coleta seletiva e reciclagem do lixo; estímulo à implantação de projetos demonstrativos visando à gestão integrada de resíduos sólidos e ao saneamento ambiental; implantação de sistema de informação ambiental relativo ao gerenciamento de resíduos sólidos urbanos; e elaboração de normas que tratam de resíduos. O órgão responsável é o Ministério do Meio Ambiente e o valor no PPA 2000-2003 é de R\$76,8 milhões (mais informações em www.abrasil.gov.br).

Há iniciativas de recuperação nos estados brasileiros como São Paulo (Programa de Despoluição do Rio Tietê, Programa de Recomposição da Vegetação em Cubatão), Rio de Janeiro (Programa de Despoluição da Baía de Guanabara).

No Nordeste do Brasil estão sendo conduzidos projetos-piloto para o combate à desertificação.

Há levantamento sobre poluição costeira do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO).

O Programa Nacional do Meio Ambiente II (PNMA II) tem um componente de licenciamento ambiental e monitoramento, prevendo ações de fortalecimento institucional e capacitação.

Programa Pantanal. Busca melhorar a infra-estrutura turística e incentivar outras atividades econômicas, como a aqüicultura. O valor do Programa no PPA 2000-2003 é de R\$261,5 milhões e as principais ações previstas são: estudos de oportunidades de investimentos, criação de roteiros, implantação de sinalização; implementação do gerenciamento da pesca e promoção da aqüicultura na bacia do Alto Rio Paraguai – Pantanal; na bacia do Alto Rio Paraguai: monitoramento da qualidade ambiental; criação de Unidades de

Capítulo 1

Proteção Ambiental; gestão dos recursos hídricos; saneamento básico (lixo, esgoto); roteiros turísticos. Está em fase inicial.

O Zoneamento Ecológico-Econômico prevê o zoneamento agroecológico. Ver comentários da questão 70.

Projeto de Monitoramento de Áreas Desflorestadas na Amazônia Legal (PRODES) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Ver comentários da questão 33.

Foram criadas 80 brigadas em Unidades de Conservação visando a combater incêndios. Os seguintes órgãos estão envolvidos: FUNAI, EMBRAPA, Corpo de Bombeiros, Política Florestal, FUNASA, INCRA, emissoras de rádio, INFRAERO e Política Militar.

196. A legislação em vigor necessita de uma avaliação de impacto ambiental dos projetos propostos que possam ter efeitos negativos na diversidade biológica (14 (1a))?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) legislação em vigor	
e) relatórios de implementação disponíveis	X
197. Os procedimentos de avaliação de impacto ambiental permitem a participação pública (14(1a))?	
a) não	
b) sim – extensão limitada	
c) sim – extensão significativa	X
198. Seu país tem mecanismos em execução para assegurar que as consequências ambientais de programas e políticas nacionais que possam ter efeitos negativos na diversidade biológica sejam consideradas a tempo (14(1b))?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	
c) estágios avançados de desenvolvimento	X
d) completamente complacente com o conhecimento científico atual	
199. Seu país está envolvido em discussões bilaterais, regionais e(ou) multilaterais sobre atividades que possam afetar significativamente a diversidade biológica, além de sua jurisdição nacional (14(1c))?	
a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	
200. Seu país vem implementando acordos bilaterais, regionais e(ou) multilaterais que afetarão significativamente a diversidade biológica de fora da sua jurisdição (14(1c))?	
a) não	
b) não, avaliação de opções em progresso	
c) poucos completos, outros em progresso	X
b) sim	

Capítulo 1

201. Seu país possui mecanismos de notificação a outros Estados em casos de perigo grave ou imediato ou dano à diversidade biológica originados em seu país e que possam afetar esses Estados (14(1d))?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	X
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) mecanismos em uso	
e) sem necessidade identificada	
202. Seu país utiliza mecanismos que previnam ou minimizem o perigo ou dano, originado em seu Estado, à diversidade biológica de outros Estados ou em áreas além dos limites da jurisdição nacional (14(1d))?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	X
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) completamente complacente com o conhecimento científico atual	
e) sem necessidade identificada	
203. Seu país possui mecanismos para respostas de emergência à atividades ou eventos de grave ou iminente perigo à diversidade biológica (14(1e))?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) mecanismos em execução	X
204. Seu país tem encorajado cooperações internacionais para estabelecer planos de contingência conjuntos para respostas de emergência a atividades ou eventos que apresentam perigo grave ou iminente à diversidade biológica (14(1e))?	
a) não	X
b) sim	
c) sem necessidade identificada	

Decisão IV/10. Medidas de implementação da Convenção [parte]

205. Seu país tem trocado informações e experiências com outras Partes Contratantes que relatam avaliações de impacto ambiental e resultados de medidas mitigantes e planos de incentivo?	
a) não	
b) informações fornecidas ao Secretariado	
c) informações fornecidas à outras Partes	X
d) informações fornecidas no CHM nacional	
206. Seu país tem trocado informações sobre medidas e acordos de responsabilidade e reparo aplicáveis aos danos à diversidade biológica com outras Partes Contratantes?	
a) não	X
b) informações fornecidas ao Secretariado	
c) informações fornecidas à outras Partes	
d) informações fornecidas no CHM nacional	

Capítulo 1

Decisão V/18. Avaliação de impacto, responsabilidade e reparo

207. Seu país tem integrado avaliações de impacto ambiental com programas de áreas temáticas, espécies invasoras e turismo?	
a) não	
b) parcialmente integrado	X
c) completamente integrado	
208. Quando realizando avaliação de impacto ambiental, seu país relaciona à perda de diversidade biológica aspectos socioeconômicos, culturais e de saúde pública relevantes à diversidade biológica?	
a) não	
b) parcialmente	X
c) completamente	
209. Quando desenvolvendo novas leis e estruturas de regulamentação, seu país utiliza mecanismos que asseguram a consideração da preocupação com a diversidade biológica desde os estágios iniciais do processo?	
a) não	
b) em poucas circunstâncias	X
c) em todas as circunstâncias	
210. Seu país assegura o envolvimento de todos os grupos interessados e afetados em uma abordagem participativa em todos os estágios do processo de avaliação?	
a) não	
b) sim – em certas circunstâncias	X
c) sim – em todos os casos	
211. Seu país tem organizado encontros, <i>workshops</i> e seminários de especialistas e(ou) treinamento, programas de conscientização educacional e pública e programas de intercâmbio para promover o desenvolvimento de especialistas locais em metodologias, técnicas e procedimentos?	
a) não	
b) poucos programas em execução	X
c) muitos programas em execução	
d) abordagem integrada para criação de especialistas	
212. Seu país tem realizado projetos pilotos de avaliação de impactos ambientais para promover o desenvolvimento de especialistas locais em metodologias, técnicas e procedimentos?	
a) não	X
b) sim (favor fornecer detalhes adicionais)	
213. Seu país utiliza levantamentos ambientais estratégicos para avaliar não apenas o impacto de projetos individuais, mas também seus efeitos acumulativos e globais, e assegura que os resultados são aplicados nos processos de decisões e planejamentos?	
a) não	
b) em extensão limitada	X
c) em extensão significativa	
214. Seu país exige a inclusão de opções de desenvolvimento, medidas mitigantes e considerações na elaboração de medidas de compensação em avaliações de impacto ambiental?	
a) não	
b) em extensão limitada	
c) em extensão significativa	X

Capítulo 1

215. As informações nacionais sobre práticas, sistemas, mecanismos e experiências nas áreas estratégicas para avaliações ambientais e de impactos ambientais estão disponíveis?

a) não	
b) sim (favor anexá-las ou resumí-las)	X

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 196.

Lei nº. 6.938 – Política Nacional de Meio Ambiente; Resolução nº. 001/86 do CONAMA instituiu obrigatoriedade de relatórios de impacto ambiental e respectivo estudo de impacto ambiental (linguagem acessível para a sociedade), com audiências públicas. A Resolução nº. 305/2002 do CONAMA prevê estudos de impacto ambiental para transgênicos e a Resolução nº. 237/97.

Questão 197.

A Resolução nº. 001, de 1986, do CONAMA exige audiências públicas. Ocorre que ainda não está consolidado processo de informação acessível e compreensível para a sociedade julgar as vantagens e as desvantagens da implementação dos empreendimentos.

Questão 198.

Há avaliação ambiental estratégica para projetos de infra-estrutura na Amazônia (ainda em elaboração). O Ministério do Planejamento tem estudo para atualizar os eixos de desenvolvimento no Brasil, com a avaliação de impacto como uma das etapas.

Questão 199.

O Brasil integra o Tratado de Cooperação da Amazônia e o do Mercosul; a Convenção de Direitos do Mar; o Acordo Internacional para Pesca de Atuns e Afins (ICATI), o PROANTAR (Tratado da Antártica); Aves migratórias.

Questão 200.

Convenção Internacional de Proteção de Plantas; Acordos Sanitários; IMO (Água de lastro); Convenção de Estocolmo (auxiliou na elaboração e está em processo de ratificação) – prevê uso restrito controlado e, para alguns, banimento de uso de poluentes orgânicos persistentes (POPs).

Questão 201.

O Brasil tem mecanismo de notificação para o caso da febre aftosa em gado.

Questão 203.

Sistema Nacional para Prevenção e Combate de Incêndios Florestais (PREVFOGO). Em 10 de abril de 1989, o Governo federal criou por meio do Decreto nº. 97.635 o PREVFOGO, que atribui ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) a competência de coordenar as ações necessárias à organização, implementação e operacionalização das atividades relacionadas com a educação, pesquisa, prevenção, controle e combate aos incêndios florestais e às queimadas. A estrutura básica do PREVFOGO é composta por cinco programas: Prevenção, Controle, Combate, Pesquisa e Treinamento. Cada Programa, por sua vez, é constituído por uma série de projetos. No Programa de Prevenção estão contidas ações que permitirão tanto antecipar a tomada de decisões sobre um eventual risco de ocorrência de incêndio quanto atuar diretamente sobre as potenciais causas dos incêndios. Mais informações em www.mct.gov.br/clima/comunic_old/prevfogo.htm.

Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal (PROARCO). O objetivo do programa é identificar as áreas de maior risco de ocorrência de incêndios florestais por meio da implementação de um sistema de monitoramento e de avaliação de risco para a tomada de decisões. O sistema tem como apoio técnicas de geoprocessamento e de previsão meteorológica. Na página

www.cptec.inpe.br/products/queimadas/ estão disponíveis boletins diários sobre focos de calor detectados em todo o território nacional.

Há mecanismo de aviso sobre derramamento de petróleo.

Questão 205.

Com os Estados Unidos (EPA e USDA/FS) e o IBAMA para incêndios e queimadas, agrotóxicos. Há normas para introdução de espécies exóticas. Foi realizada reunião, em outubro de 2002, no Brasil, no MMA, para discutir o tema "espécies exóticas" (ver comentários do artigo 8h).

Questão 207.

As áreas de mineração, hidrelétricas, transportes e assentamentos têm procedimentos estabelecidos para avaliação de impacto integrada aos programas setoriais. O Ministério dos Transportes lançou manual para boas práticas ambientais em empreendimentos de transporte. O PROECOTUR prevê atividade de avaliação de impacto do ecoturismo nas áreas para visitação.

Questão 208.

O artigo 3º da Lei nº. 6.938 e a Resolução nº. 001/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Questão 209.

O CONAMA possui Câmara Temática de Biodiversidade. Há, no Congresso Nacional, a Comissão de Meio Ambiente, Minorias e Consumidor, e os Projetos de Lei obrigatoriamente tramitam por ela. Há também a Comissão da Amazônia.

Questão 211.

O PNMA I promoveu capacitações no componente de fortalecimento institucional em metodologias, técnicas e procedimentos para avaliação de impacto.

Questão 214.

A mitigação de impactos é exigência da legislação. Quando não é possível mitigar, o pagamento é feito em dinheiro, como, por exemplo, no caso de derramamento de petróleo.

Diagnóstico da Gestão ambiental no Brasil. Esse diagnóstico teve como objetivo identificar a situação atual da gestão ambiental nas Unidades da Federação, estabelecendo um "marco zero" para o início da implementação do PNMA II. Esse diagnóstico permitirá aferir os avanços obtidos na formulação e na aplicação dos instrumentos e políticas ambientais ao longo do Programa que se referem aos critérios de elegibilidade para participação no Componente Gestão Integrada de Ativos Ambientais do PNMA II:

- gestão de recursos florestais;
- gestão de recursos hídricos;
- gestão de resíduos sólidos;
- instrumentos econômicos para a gestão ambiental;
- licenciamento ambiental;
- monitoramento ambiental;
- gestão de áreas naturais protegidas estaduais;
- descentralização da gestão ambiental; e
- participação na gestão ambiental.

Esse diagnóstico institucional inclui, também, outros instrumentos e políticas, visando ao aprofundamento do conhecimento sobre o *status quo* da gestão ambiental no País. Aborda, igualmente, o grau de desenvolvimento institucional que o segmento de as políticas públicas vem logrando nos estados, após pouco mais de um quarto de século das primeiras iniciativas governamentais voltadas explicitamente para a gestão ambiental em geral. Mais informações em www.mma.gov.br/port/se/pnma2/map.html.

Capítulo 1

Artigo 15 Acesso aos recursos genéticos

216. Qual a prioridade relativa para a implementação desse Artigo e decisões associadas para o seu país?					
a) Alta		b) Média	X	c) Baixa	
217. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?					
a) Bom		b) Adequado	X	d) Muito limitante	
Comentários adicionais sobre a prioridade relativa e a disponibilidade de recursos					
<p>Houve disparidade de percepção pelos diferentes setores gestores consultados, quanto ao cumprimento deste artigo. Setores não-governamentais avaliam como baixa prioridade e recursos severamente limitantes, enquanto setores governamentais avaliam como alta prioridade.</p>					
Questões 216 e 217.					
<p>A Medida Provisória nº. 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, cria o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências. O Decreto nº. 3.945, de 28 de setembro de 2001, define a composição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e estabelece as normas para o seu funcionamento. O CGEN é composto por representantes dos seguintes Ministérios: Ciência e Tecnologia; Saúde; Justiça; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Defesa; Cultura; Relações Exteriores; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Além dos Ministérios, as seguintes instituições possuem representantes no CGEN: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ); Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); Instituto Evandro Chagas; Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI); e Fundação Cultural Palmares. O CGEN tem recursos financeiros no PPA (BIOVIDA e Recursos Genéticos) e no projeto PNUD BRA 00 21 (GEF), como um subprojeto. Mas os recursos são insuficientes para o atendimento das demandas. Para cumprir o artigo, faz-se necessária a regulamentação, a capacitação, a pesquisa sobre valoração, a formação de advogados na área, a construção de conceitos (o que é equitativo, por exemplo). Há dois novos projetos de lei em tramitação no Congresso, solicitando mudança na composição, e um prevendo a inclusão, na lei de crimes ambientais, de um capítulo sobre penalidades para biopirataria. O CGEN possui cinco câmaras temáticas:</p>					
<ol style="list-style-type: none">1. Patrimônio Genético Mantido em Condições <i>Ex Situ</i>. Reúne membros do Conselho de Gestão que tenham responsabilidade no que diz respeito ao acesso e à remessa do patrimônio genético mantido em condições <i>ex situ</i>, e, quando convidados, especialistas e representantes de setores da sociedade devem se manifestar sobre o tema de forma a propiciar o debate de aspectos técnicos, políticos e científicos. É composta por sete membros: conselheiros titulares ou suplentes, representantes das seguintes instituições: Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Saúde; EMBRAPA; IBAMA; INPA; CNPq; JBRJ; especialistas convidados para debater temas a respeito dos quais detenham expertise; e, também, convidados que sejam representantes de setores da sociedade que possuam inter-relações com a temática-foco desta Câmara.2. Conhecimento Tradicional Associado. Reúne membros do Conselho de Gestão que tenham responsabilidade diretamente ligada aos temas relacionados com o acesso ao patrimônio genético nacional e ao conhecimento tradicional associado; especialistas nesses temas e representantes da sociedade civil, para propiciar o debate, em maior profundidade, de seus aspectos técnicos, políticos e científicos que tenham conseqüências para as decisões do Conselho. Essa Câmara é composta por 11 membros: conselheiros titulares ou suplentes, representantes das seguintes instituições: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério da Justiça; INPA; Ministério da Cultura; Fundação Cultural Palmares; FUNAI; EMBRAPA; CNPq; IBAMA; INPI; Instituto Evandro Chagas; e por especialistas convidados para debater temas a respeito dos quais detenham expertise e, também, convidados que sejam representantes de setores da sociedade civil, com destaque para os que possuam inter-relações com a temática-foco desta Câmara.3. Repartição de Benefícios. Reúne membros do Conselho de Gestão que tenham responsabilidades com a repartição de benefícios, oriundos do acesso à amostra de componente do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado, de modo a estabelecer instrumentos adequados e a identificar					

Capítulo 1

todas as formas de repartição de benefícios, além daquelas previstas em lei. É seu objetivo, também, reunir especialistas nesse tema, representantes da sociedade civil, com destaque para os detentores do conhecimento tradicional, de forma a propiciar o debate de seus aspectos técnicos, políticos e científicos e a subsidiar as decisões do Conselho. Essa Câmara é constituída por 12 membros: conselheiros titulares ou suplentes representantes das seguintes instituições: CNPq; Ministério da Justiça; Ministério da Cultura; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Saúde – MS; IBAMA; EMBRAPA; FUNAI; INPI; Fundação Cultural Palmares.

4. Procedimentos Administrativos. Reúne membros do Conselho de Gestão que tenham responsabilidade com os temas relacionados com autorizações de acesso e remessa de componentes do patrimônio genético e de acesso ao conhecimento tradicional associado. Bem como representantes das instituições que tenham interesse na matéria, além de outros especialistas com o objetivo de estabelecer o procedimento e o fluxograma das solicitações recebidas pelo CGEN e realizar as adequações necessárias, de modo a propiciar segurança e controle, sem excessiva burocratização, do processo. Essa Câmara é constituída por seis membros: conselheiros titulares ou suplentes, representantes das seguintes instituições: Ministério da Saúde; Ministério da Defesa; Fundação Cultural Palmares; FUNAI; CNPq; e IBAMA.
5. Acesso à Tecnologia e Transferência de Tecnologia. Reúne membros do CGEN que tenham responsabilidade no tocante ao acesso e à transferência de tecnologia, de forma a promover o debate de aspectos técnicos, políticos e científicos e a subsidiar as decisões do Conselho. Essa Câmara é constituída por 11 membros: conselheiros titulares ou suplentes, representantes das seguintes instituições: Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério do Meio Ambiente; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Cultura; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Saúde; Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior; Fundação Oswaldo Cruz; EMBRAPA; INPI; e CMPq. Poderão ser convidados especialistas e consultores *ad hoc* para assessorar os membros da Câmara, quando necessário.

A legislação sobre o tema ainda está em processo de consolidação. Iniciada com proposta da Senadora Marina Silva, em 1995, foi aprovado Projeto de Lei, em 1998, substitutivo do senador Osmar Dias à proposta de Marina Silva.

Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (PROBEM). Visa a contribuir para o desenvolvimento da bioindústria no País e, em especial, na região Amazônica, atuando fortemente na geração de conhecimento e transferência de tecnologia de ponta, mediante diversas modalidades de parcerias com instituições de pesquisa e com o setor privado. O valor no PPA 2000-2003 é de R\$45,9 milhões. O órgão responsável é o Ministério do Meio Ambiente.

218. Seu país tem se esforçado para criar condições que facilitem o acesso aos recursos genéticos com propósitos ambientais para outras Partes Contratantes? (15(2))?

a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	

219. Existe algum acordo mútuo entre grupos de diferentes interesses e o Estado para acessar os recursos genéticos (15(4))?

a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	

220. Seu país possui uma participação aberta no processo de planejamento, ou algum outro processo, que assegura que o acesso aos recursos seja sujeito ao consentimento prévio informado (15(5))?

a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) processo em execução	X

Capítulo 1

221. Seu país tem adotado medidas que garantem que qualquer pesquisa científica baseada em recursos genéticos produzida por outra Parte Contratante será desenvolvida e conduzida com total participação da mesma (15(6))?	
a) sem medidas	
b) poucas medidas em execução	X
c) potenciais medidas em revisão	
d) amplas medidas em execução	
222. Seu país tem adotado medidas que garantem o compartilhamento justo e eqüitativo dos resultados de pesquisas e do desenvolvimento de recursos genéticos e benefícios derivados do uso comercial, dentre outros, entre as Partes Contratantes promotora desses recursos (15(7))?	
a) sem medidas	
b) poucas medidas em execução	X
c) potenciais medidas em exame	
d) amplas medidas em execução	
Caso positivo, essas medidas são	
a) Legislativas	
b) Políticas estatutárias ou legislativas de subsídios	
c) Medidas políticas e administrativas	X

Decisão II/11 e Decisão III/15. Acesso aos recursos genéticos

223. Seu país provê ao Secretariado informações relevantes sobre legislação, medidas políticas e administrativas, processos de participação e programas de pesquisa?	
a) não	
b) sim, conforme relatório nacional anterior	X
c) sim, por meio de estudos de casos	
d) sim, por outros meios (favor fornecer detalhes abaixo)	
224. Seu país tem implementado programas de capacitação para promover o desenvolvimento e implantação de medidas legislativas, políticas e administrativas e acesso a relatórios, incluindo experiências científicas, técnicas, administrativas e comerciais?	
a) não	
b) poucos programas abrangendo poucas necessidades	X
c) muitos programas abrangendo poucas necessidades	
d) programas abrangem todas as necessidades percebidas	
e) sem necessidade percebida	
225. Seu país tem analisado experiências legislativas, medidas políticas e administrativas e acesso aos relatórios, incluindo iniciativas e conquistas regionais para uso no desenvolvimento e implementação de novas medidas e diretrizes?	
a) não	
b) análises em progresso	X
c) análises completas	
226. Seu país tem colaborado com todos os interessados na exploração, desenvolvimento e implementação de diretrizes e práticas que garantem benefícios mútuos para os provedores e usuários das medidas atingidas?	
a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	

Capítulo 1

227. Seu país tem identificado autoridades nacionais responsáveis pela garantia ao acesso aos recursos genéticos?	
a) não	
b) sim	X
228. Seu país tem tido um papel ativo nas negociações associadas à adaptação com o Tratado Internacional de Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura?	
a) não	
b) sim	X

Decisão V/26. Acesso aos recursos genéticos

229. Seu país tem designado um Ponto Focal Nacional e uma, ou mais, autoridades nacionais competentes que se responsabilizem pelo acesso e acordos de compartilhamento dos benefícios ou para fornecer informações sobre esses acordos?	
a) não	
b) sim	X
c) sim, Secretário Executivo notificado	
230. As estratégias nacionais de biodiversidade e as medidas legislativas, administrativas e políticas do seu país contribuem para os objetivos da conservação e uso sustentável?	
a) não	
b) em extensão limitada	X
c) em extensão significativa	
Partes que são receptores de recursos genéticos	
231. Seu país tem adotado medidas políticas ou administrativas que apoiem os esforços feitos pelos países provedores para assegurar que o acesso aos seus recursos genéticos está de acordo com os Artigos 15, 16 e 19 da Convenção?	
a) não	X
b) outros acordos realizados	
c) sim	
232. Seu país tem cooperado com outras Partes para encontrar soluções práticas e equitativas que apoiem os esforços feitos pelos países provedores para assegurar que o acesso aos seus recursos genéticos esteja de acordo com os Artigos 15, 16 e 19 da Convenção, reconhecendo a complexidade do assunto, com considerações particulares sobre a multiplicidade das considerações de consentimento prévio informado?	
a) não	X
b) sim (favor fornecer detalhes)	
233. No desenvolvimento de sua legislação sobre acesso, seu país tem considerado e permitido o desenvolvimento de um sistema multilateral para facilitar o acesso e compartilhamento dos benefícios no contexto do Tratado Internacional de Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura?	
a) não	
b) legislação em desenvolvimento	
c) sim	X
234. Seu país vem coordenando sua posição na Convenção sobre a Diversidade Biológica e no Tratado Internacional de Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura?	
a) não	
b) tomando passos para isso	
c) sim	X

Capítulo 1

235. Seu país forneceu informações para o Secretário Executivo sobre instituições usuárias, mercado para recursos genéticos, benefícios não-monetários, mecanismos novos e emergentes para o compartilhamento de benefícios, medidas de incentivo, esclarecimento de definições e sistemas <i>sui generis</i> e "intermediários"?	
a) não	X
b) poucas informações fornecidas	
c) informações substanciais fornecidas	
236. Seu país tem enviado informações sobre assuntos específicos em relação aos direitos de propriedade intelectual na implementação dos acessos e acordos de compartilhamento dos benefícios para o Secretário Executivo?	
a) não	X
b) sim	
237. Seu país tem fornecido capacitação e desenvolvimento e transferência de tecnologia para a manutenção e utilização de coleções <i>ex situ</i>?	
a) não	
b) sim com extensão limitada	X
c) sim com extensão significativa	

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 218.

Prevista no Decreto nº. 4.339, diretriz 9, item 4 (vide capítulo 2)

O Brasil possui legislação regulamentando o acesso ao Patrimônio Genético, que facilita o uso por outras partes contratantes.

Ver também comentários das questões 216 e 217.

Questão 219.

Há legislação, como o artigo 16 da MP nº. 2.186-16 e a Resolução nº. OO1 do CGEN, que ampara contratos com a anuência do Governo. Nenhum contrato foi aprovado pelo CGEN.

Questão 220.

O Artigo 16 da MP nº. 2.186-16/01 estabelece o acesso a componentes do Patrimônio Genético brasileiro mediante o Consentimento Prévio Informado.

Questão 222.

O País está discutindo a implementação do tratado da FAO para Recursos Genéticos para a Alimentação e Agricultura, do qual já é signatário.

Questão 225.

Foram analisadas Legislações e Decretos de outros países como os do Pacto Andino, Costa Rica e Filipinas, para subsidiar a elaboração de projetos de lei e da Medida Provisória nº. 2.186-16.

Questão 226.

O Ministério do Meio Ambiente, por meio do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (PROBEM), está discutindo modelos de contrato sobre Repartição de Benefícios.

Questão 227.

Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN).

Questão 228.

O Brasil é signatário desde junho de 2002.

Questão 229.

A Secretaria Executiva do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético é o Ponto Focal Nacional.

Questão 230.

O Componente 5 do Decreto nº. 4.339 prevê a reversão de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Questão 231.

A legislação brasileira trata apenas do Brasil enquanto provedor de recursos genéticos, e não enquanto usuário de recursos genéticos de outros países.

Na qualidade de País Provedor de Componentes do Patrimônio Genético, o Brasil garante o retorno de benefícios conforme o disposto na Medida Provisória nº. 2.186-16. Na qualidade de receptor, o Brasil seguirá o que for estabelecido no Tratado Internacional de Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura e pela CDB.

Questão 233.

Previsto na MP nº. 2.186-16/01.

Questão 234.

O Brasil coordena com países do G77.

Questão 236.

O Brasil não tem enviado tais informações para o Secretário Executivo. Entretanto, uma proposta brasileira foi apresentada no processo de revisão do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (Acordo TRIPS). Tal proposta visa a explicitar as obrigações brasileiras em relação às regras estabelecidas pela CDB no âmbito da OMC.

Questão 237.

A EMBRAPA capacita países na América Central e África.

Capítulo 1

Artigo 16 Acesso à tecnologia e transferência de tecnologia

238. Qual a prioridade relativa para a implementação desse Artigo e decisões associadas para o seu país?					
a) Alta		b) Média	X	c) Baixa	
239. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?					
a) Bom		b) Adequado		c) Limitante	X
d) Muito limitante					
Comentários adicionais sobre a prioridade relativa e disponibilidade de recursos					
Questão 239.					
<p>Na Medida Provisória nº. 2.186-16 há um capítulo sobre acesso e transferência de tecnologia (Brasil como receptor). O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético possui Câmara Técnica sobre Acesso e Transferência de Tecnologia (ver comentário da questão 217). Ressalte-se a iniciativa governamental sobre Tecnologia e Inovação (MCT) e o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos que tem como missão promover e realizar estudos e pesquisas prospectivas de alto nível na área de ciência e tecnologia e suas relações com setores produtivos. Maiores informações em www.cgee.org.br.</p> <p>Serviços Virtuais para Transferência de Tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Projeto DIAGNOSE VIRTUAL: ambiente na área de sanidade animal e vegetal que, além de possibilitar o diagnóstico de doenças por meio remoto, permite também que os produtores e os extensionistas tenham um acesso maior aos veterinários e aos fitopatologistas da EMBRAPA por meio de consultas virtuais. Foi desenvolvido um sistema para diagnóstico de especialistas do milho. Maiores informações em http://diagnose.cnptia.embrapa.br/.</p>					
240. Seu país tem adotado medidas para fornecer ou facilitar o acesso ou a transferência de tecnologia para outras Partes Contratantes que são relevantes para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica ou para uso dos recursos genéticos e que não causem dano significativo ao meio ambiente (16(1))?					
a) sem medidas					
b) poucas medidas em execução (MP 2186 – Brasil como receptor)			X		
c) medidas potenciais em exame					
d) medidas abrangentes em execução					
241. Seu país está atento para qualquer iniciativa na qual tecnologia relevante é transferida para seu país em termos de concessão ou facilitação (16(2))?					
a) não			X		
b) sim (favor fornecer detalhes resumidos abaixo)					
242. Seu país tem adotado medidas para que as Partes Contratantes, que provêm recursos genéticos, tenham acesso à tecnologia que utilize esses recursos, assim como a sua transferência, em termos de acordos mútuos [16(3)]?					
a) irrelevante					
b) relevante, mas sem medidas			X		
c) poucas medidas em execução					
d) medidas potenciais em exame					
e) medidas abrangentes em execução					
Caso sim, essas medidas são					
a) Legislativas					
b) Política estatutária ou legislação de subsídios					
c) Acordos políticos e administrativos			X		

Capítulo 1

243. Seu país tem adotado medidas para que setores da iniciativa privada facilitem acesso ao desenvolvimento conjunto de tecnologias relevantes, e sua transferência, para o benefício das instituições governamentais e dos setores da iniciativa privada dos países em desenvolvimento (16(4))?	
a) sem medidas	X
b) poucas medidas em execução	
c) medidas potenciais em exame	
d) medidas abrangentes em execução	
Caso sim, essas medidas são	
a) Legislativas	
b) Política estatutária ou legislação de subsídios	
c) Acordos políticos e administrativos	
244. Seu país possui um sistema nacional para proteção dos direitos de propriedade intelectual (16(5))?	
a) não	
b) sim – INPI	X
245. Caso positivo, ele cobre recursos biológicos (por exemplo, espécies da flora) de alguma forma?	
a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	

Decisão III/17. Direitos de propriedade intelectual

246. Seu país tem conduzido e fornecido ao Secretariado estudos de casos dos impactos dos direitos de propriedade intelectual sobre a realização dos objetivos da Convenção?	
a) não	X
b) poucos	
c) muitos	

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 242.

Falta regulamentação e aprimoramento da legislação de acesso.

Questão 244.

Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) é uma autarquia federal, criada em 1970, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (www.mdic.gov.br). Tem por finalidade principal, segundo a Lei nº. 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial), executar, no âmbito nacional, as normas que regulam a propriedade industrial, tendo em vista a sua função social, econômica, jurídica e técnica. É também sua atribuição pronunciar-se quanto à conveniência de assinatura, ratificação e denúncia de convenções, tratados, convênios e acordos sobre propriedade industrial (www.inpi.gov.br).

Questão 245.

A Lei de Propriedade Industrial proíbe o patenteamento de organismos e demais componentes e permite o patenteamento de produtos e processos que façam uso de microorganismos geneticamente modificados.

A Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº. 9.456, de 25 de abril de 1997), regulamentada pelo Decreto nº. 2.366, de 5 de novembro de 1997.

Questão 246.

Não informado ao Secretariado. Foi elaborado estudo de caso de contratos de acesso e repartição de benefícios (disponível em www.mma.gov.br).

Capítulo 1

Artigo 17 Intercâmbio de informações

247. Qual a prioridade relativa para a implementação desse Artigo e decisões associadas para o seu país?					
a) Alta		b) Média	X	c) Baixa	
248. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?					
a) Bom		b) Adequado		c) Limitante	X
d) Muito limitante					
Comentários adicionais sobre a prioridade relativa e disponibilidade de recursos					
Questões 247 e 248.					
<p>O Brasil apoiou a estruturação de portal sobre biodiversidade (projeto binbr finalizado em 2001), IABIN (Rede Interamericana de Informação em Biodiversidade), realizando um <i>workshop</i> no País em 1999. <i>Sites</i> importantes: IBGE (www.ibge.gov.br), MMA (www.mma.gov.br), IBAMA (www.ibama.gov.br), EMBRAPA (www.embrapa.gov.br), INPE (www.inpe.gov.br).</p>					
<p>O MMA apoiou a produção de estudos e os disponibilizou <i>on-line</i>: revisão dos artigos da CDB e seu grau de atendimento no Brasil (10 documentos – GTTS), análise de estratégias de biodiversidade de 46 países, perfil sobre biodiversidade para sete temas e uma síntese geral, áreas e ações prioritárias para os biomas brasileiros, relatórios temáticos de recomendações por artigo da Convenção para política nacional de biodiversidade (10 documentos), síntese dos programas brasileiros que têm interface com os temas da biodiversidade, saberes tradicionais e biodiversidade, adequação da legislação brasileira à Convenção sobre Diversidade Biológica, estudo de caso sobre repartição de benefícios, valoração (disponível em) de recursos naturais (dois documentos), entre outros. Disponíveis em www.mma.gov.br.</p>					
<p>O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), criado na década de 50, tem como missão promover o desenvolvimento do setor de informação, mediante proposição de políticas, execução de pesquisas e difusão de inovações capazes de contribuir para o avanço da ciência e a competitividade da tecnologia brasileira. Disponível em www.ibict.br.</p>					
<p>Criado em 1995, o programa Prossiga (www.prossiga.br) tem por objetivo promover a criação e o uso de serviços de informação na internet voltados para as áreas prioritárias do Ministério da Ciência e Tecnologia, assim como estimular o uso de veículos eletrônicos de comunicação pelas comunidades dessas áreas. Visando ao alcance do objetivo proposto, o Prossiga, na área de CT &I, fortalece a presença da informação brasileira na Rede atribuindo-lhe maior visibilidade e acessibilidade e estimula a criação e a consolidação de comunidades virtuais.</p>					
<p>Governo eletrônico (e-gov). <i>Site</i> que visa a disponibilizar serviços e informações do Governo brasileiro para a sociedade (instituído pela Resolução nº. 12, de 14 de novembro de 2002, do Comitê Executivo do Governo Eletrônico). Informações em www.e.gov.br.</p>					
<p>O projeto BIOTA-FAPESP. O Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo, Instituto Virtual da Biodiversidade, é o resultado da articulação da comunidade científica do Estado de São Paulo em torno das premissas preconizadas pela Convenção sobre a Diversidade Biológica, assinada durante a ECO-92 e ratificada pelo Congresso Nacional em 1994. Disponível em www.biota.org.br.</p>					
<p>Programa Sociedade da Informação. É um programa do MCT para incluir o País na Sociedade da Informação e favorecer a competição da economia nacional no mercado global. O objetivo do Programa é integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e de comunicação. Foi desenvolvido a partir de estudo do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e instituído pelo Decreto nº. 3.294, de 15 de dezembro de 1999, do Presidente da República e faz parte de um conjunto de projetos que compõem o Plano Plurianual 2000-2003 (PPA). Tem um aporte de recursos previsto de R\$3,4 bilhões e é coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. O Livro Verde - proposta inicial de diretrizes, instruções, linhas de ação e atividades para o Programa – sugere ações nas áreas de planejamento, execução e acompanhamento para cada linha de ação. Foi elaborado por mais de uma centena de especialistas, provenientes das áreas privada, acadêmica e governamental.</p>					

Capítulo 1

O MMA é o ponto focal do Clearing House Mechanism (mecanismo de intermediação de informação) estabelecido pela CDB.

Faltam recursos para informatização de coleções, banco de dados para informatização de dissertações de mestrado e de teses doutorado.

Questão 249.

Sistema Brasileiro de Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis (SIBEA).

Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente (SINIMA). O SINIMA foi instituído pela Lei nº. 6.938/81, artigo 9º, como um dos instrumentos necessários à implementação da política nacional do meio ambiente. Tem como objetivo sistematizar a informação necessária para apoiar a tomada de decisão na área de meio ambiente, permitindo a rápida recuperação e atualização, bem como o compartilhamento dos recursos informacionais e dos serviços disponíveis. Informações em www2.ibama.gov.br/~cni/sinima.htm.

Sistema Brasileiro de Informação de Recursos Genéticos (SIBRARGEN). Informações em www.cenargen.embrapa.br.

Sistema de Informação da Amazônia (SIAMAZ).

Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) / Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Ver comentários do artigo 7º.

Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Ver comentários do artigo 8º.

Sistema de Disponibilização de Informações Geográficas Brasileiras para a Sociedade (GEOBRASIL). Possui revistas, livros, boletins e *website*. Disponível em www.infogeo.com.br.

Programa de Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE). Ver comentários do artigo 14.

249. Seu país tem adotado medidas que facilitem o intercâmbio de informações de todas as fontes disponíveis ao público (17(1))?

a) sem medidas	
b) restritas devido à falta de recursos	
c) poucas medidas em uso – "governo eletrônico"	X
d) medidas potenciais em exame	
e) medidas abrangentes em execução	

Se Parte for país desenvolvido

NÃO SE APLICA

250. Essas medidas consideram as necessidades especiais dos países desenvolvidos (17(1))?

a) não	
b) sim – extensão limitada	
c) sim – extensão significativa	

251. Caso positivo, essas medidas incluem todas as categorias de informação listadas no Artigo 17(2), incluindo pesquisas técnicas, científicas e socioeconômicas, programas de treinamento e inspeção, conhecimento específico, repatriação da informação e, assim por diante?

a) não	
b) sim – extensão limitada	
c) sim – extensão significativa	

Capítulo 1

Artigo 18 Cooperação técnica e científica

252. Qual a prioridade relativa para a implementação desse Artigo e decisões associadas para o seu país?					
a) Alta		b) Média	X	c) Baixa	
253. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?					
a) Bom		b) Adequado		c) Limitante	X
d) Muito limitante					
Comentários adicionais sobre a prioridade relativa e disponibilidade de recursos					
<p>Questões 252 e 253.</p> <p>O Brasil tem parcerias importantes de cooperação técnica científica, tais como Acordos de Cooperação com diversos países e organismos internacionais, podendo-se citar como exemplos o Japão, a França, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Informações em www.abc.mre.gov.br.</p> <p>Para desempenhar sua missão, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) orienta-se pela política externa brasileira, emanada do MRE, e pelas prioridades nacionais de desenvolvimento, definidas nos diversos planos e programas setoriais do Governo.</p> <p>Há programas de cooperação relacionados à biodiversidade. O CNPq possui acordos de cooperação com mais de 50 países (www.cnpq.br). Por exemplo: o Studies on Human Impact on Forests and Floodplains in the Tropics (SHIFT), Alemanha (ver comentários das questões 11 e 12) com a EMBRAPA (www.embrapa.gov.br); o Large-Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazon (LBA) com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (www.inpe.br) (ver comentários da questão 178), Plantas do Nordeste (Reino Unido).</p> <p>Rede Amazônica de Recursos Fitogenéticos (TROIPIGEN). Ver comentários da questão 129.</p> <p>Programa Cooperação para o Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário do Cone Sul (PROCISUL). Ver comentários da questão 129.</p> <p>Programa Piloto para a Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Ver comentários da questão 84.</p> <p>Projeto Jacarandá. O projeto "Pesquisas da Floresta Amazônica Brasileira" - Fase I (1995-1998) é resultado da cooperação técnica bilateral entre os Governos do Brasil e do Japão, por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Japan International Cooperation Agency (JICA). A execução está sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), (Manaus - Brasil) e do Instituto de Pesquisa em Floresta e Produtos Florestais (FFPRI) (Tsukuba - Japão). O objetivo geral do projeto é reabilitar áreas abandonadas e(ou) degradadas por diferentes usos dos solos na Amazônia, usando práticas silviculturais apropriadas para a região. Os objetivos específicos compreendem dotar o INPA de uma estrutura para pesquisas com sensoriamento remoto para mapear as tipologias florestais e suas alterações; promover o conhecimento sobre as estruturas dos ecossistemas florestais sujeitas a alterações; avaliar a dinâmica dessas alterações; e oferecer opções silviculturais e de manejo para a reabilitação de áreas abandonadas e(ou) degradadas. Durante a primeira fase, os esforços voltaram-se para o fortalecimento da infra-estrutura institucional, treinamento de pessoal e implantação dos trabalhos de pesquisa. Nessa fase, sete pesquisadores do INPA (principalmente da CPST) foram ao Japão para treinamento e(ou) visitas técnicas, com duração média de 30 dias. Por outro lado, o Projeto recebeu 14 pesquisadores japoneses (principalmente do FFPRI), sendo 10 por um período curto (em torno de três meses) e quatro por um período longo (três anos). Em termos de infra-estrutura, o Projeto realizou, com recursos da JICA e do MCT, a montagem de viveiro florestal para produção de mudas, laboratório de sensoriamento remoto e sistemas de informações geográficas, laboratório de sementes florestais (beneficiamento, dessecação e armazenamento), laboratório de fisiologia de sementes florestais; o reaparelhamento do laboratório de nutrição de plantas; a manutenção da estrada vicinal ZF-2 e a recuperação das instalações dos acampamentos da EEST e ZF-2. Vários equipamentos para a execução dos três componentes de pesquisa foram adquiridos, incluindo dois veículos utilitários. Os trabalhos produzidos sob os auspícios do projeto foram apresentados por ocasião de seu <i>Workshop</i> Final (28-29/09/1998). Na ocasião, foi apresentado também o livro com as atividades e a produção científica da Fase I (Higuchi, N.; Campos,</p>					

M.A.A.; Sampaio, P.T.B. e Santos, J. dos. *Pesquisas Florestais para a Conservação da Floresta e Reabilitação de Áreas Degradadas da Amazônia*. Eds., 1998: 264 p. MCT-INPA/JICA. Manaus-AM). Mais informações em www.mct.gov.br/prog/ppg7/projetos/projjacaranda.pdf.

Programa *Mangrove Dynamics and Management* (MADAM). Esse programa é desenvolvido sob o patrocínio do acordo CNPq/ IBAMA /DLR, em cooperação com várias instituições alemãs e brasileiras: Zentrum für Marine Tropenökologie - ZMT (Centro de Ecologia Tropical Marinha) de Bremen, Alemanha; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, por meio de sua unidade de pesquisa, o Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG, e a Universidade Federal do Pará - UFPA. O MADAM foi concebido de forma conjunta por cientistas brasileiros e alemães, sendo financiado pelo governo alemão, por meio do Ministério da Educação, Ciência, Pesquisa e Tecnologia – BMBF (www.bmbf.de) e, do lado brasileiro, pelo CNPq. O MADAM é reconhecido como um projeto LOICZ - Land-Ocean Interactions in the Coastal Zone. No âmbito do LOICZ, um programa subordinado ao Programa Internacional de Geosfera-Biosfera – IGBP que realiza pesquisas de zonas costeiras. O MADAM obteve ainda o reconhecimento do programa Man and Biosphere – MAB da UNESCO. O objetivo do MADAM é pesquisar o ecossistema do manguezal e, com isso, produzir uma base científica que possibilite interação entre seus fatores biológicos, antropogênicos e físicos, e que permita também fazer previsões sólidas sobre o futuro desenvolvimento do sistema. Com base no conceito de Manejo de Costa Integrado do ICZM, o conhecimento adquirido deverá ser transformado em sugestões de atividades para o manejo. Maiores informações em www.cnpq.br/areas/cooperacaointernacional/convenios/madam.htm e nos comentários da questão 178.

Programa de Ecossistemas Costeiros e Tropicais (ECOLAB). Programa de cooperação franco-brasileiro, iniciado em 1992, em Caiena (Guiana Francesa), durante o um *workshop*, com o objetivo de estudar a dinâmica dos manguezais do norte do continente sul-americano, situado entre o Suriname e o nordeste do Pará, e de produzir cartografia regional analítica e quantitativa sobre o estado atual dos manguezais por sensoriamento remoto e por geoprocessamento, a fim de trazer subsídios concretos para uma política de uso sustentável dos recursos naturais. Atualmente, a noção de ecossistemas amazônicos estende-se até à baía de São Marcos, no Maranhão.

Programa Homem e a Biosfera (MAB/UNESCO). O Programa de Consolidação das Reservas de Biosfera Brasileira foi estabelecido, em 1996, por um acordo de cooperação técnica entre a UNESCO e o Governo brasileiro. O Programa foi criado para intensificar e divulgar o processo de implementação e promoção das Reservas de Biosfera no Brasil. As Reservas de Biosfera são ações tomadas pelo projeto "O Homem e a Biosfera" (BRAMaB). Atualmente, há cinco reservas criadas, representando os principais biomas brasileiros:

- Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (incluindo o Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (com 1.540.032 ha) e se estendendo por 14 estados), 29.473.484 ha - 1993-2002;
- Reserva da Biosfera do Cerrado, 29.652.514 ha – 1993-2001;
- Reserva da Biosfera do Pantanal, 25.156.905 ha – 2000;
- Reserva da Biosfera da Caatinga, 19.899.000 ha – 2001;
- Reserva da Biosfera do Corredor da Amazônia Central, 20.859.987 ha – 2001.

O objetivo desse Projeto é a consolidação das Reservas de Biosfera como instrumentos reais de gestão ambiental e de desenvolvimento sustentável, que promovam melhoria na qualidade de vida da população com a participação de todos os cidadãos. Implementa, ainda, ações específicas de fortalecimento do sistema de gestão das Reservas e projetos-piloto definidos pelos Conselhos de Gestão de cada uma das Reservas. O escritório da UNESCO no Brasil é responsável pela execução do projeto, juntamente com as Coordenações de cada Reserva e suas respectivas contrapartidas. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Comissão Brasileira para o Programa "O Homem e a Biosfera" (COBRAMAB) acompanham a execução do projeto.

Para tal fim, a UNESCO tem:

- recrutado serviços de consultoria de nível nacional e internacional;
- terceirizado serviços, sempre que necessário, em apoio à estratégia do Governo brasileiro de estabelecer reservas de biosfera em cada um dos biomas brasileiros;
- assegurado gestão administrativa, técnica e financeira de acordo com o previsto nos documentos do projeto.

O processo de implementação do projeto inclui a cooperação com a Divisão de Ciências Ecológicas da Sede da UNESCO em Paris, bem como outros escritórios regionais.

As ações do Programa "O Homem e a Biosfera" são coordenadas pela UNESCO, que contribui com apoio técnico, institucional e científico, para a sua implementação e para a elaboração de novas propostas. Informações em www.unesco.org.br/programas/index.html.

Capítulo 1

Programas Pequenos Projetos (PPP). Trata-se de um programa do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que concede pequenas doações a organizações não-governamentais e de base comunitária para atividades que abordem áreas focais e programas operacionais do GEF e que, ao mesmo tempo, resultem na melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas. O PPP focaliza as inter-relações entre grupos locais e seu meio ambiente e a promoção de meios de vida sustentáveis. O PPP está implementado em 54 países. No Brasil, sua administração encontra-se a cargo do Escritório Local do PNUD, apoiado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN), que funciona como sua Coordenação Técnico-Administrativa (CTA). Sua implementação é regulamentada pela Estratégia Nacional e definida por um Comitê do Programa, que conta com representantes de diversos órgãos governamentais e organizações não-governamentais.

International Rubber Research and Development Board (IRRDB). O Brasil faz parte do IRRDB, associação dos países produtores de borracha. Informações em www.irrdb.org.

Comissão de Recursos Genéticos da FAO. O Brasil é membro dessa comissão. Informações em www.fao.org/ag/cgrfa.

Instituto Internacional de Recursos Genéticos de Plantas (IPGRI). O Brasil contribui para o IPGRI. Mais informações em www.ipgri.cgiar.org.

254. Seu país tem adotado medidas que promovem a cooperação técnica e científica internacional no campo da conservação e uso sustentável da diversidade biológica (18(1))?	
a) sem medidas	
b) poucas medidas em execução	X
c) medidas potenciais em exame	
d) medidas amplas em execução	
255. As medidas adotadas para promover cooperação com outras Partes Contratantes na implementação da Convenção prestam atenção especial para o desenvolvimento e fortalecimento dos meios nacionais mediante a capacitação de recursos humanos e fortalecimento institucional (18(2))?	
a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	
256. Seu país tem estimulado e desenvolvido métodos de cooperação para o desenvolvimento e uso de tecnologias, inclusive tecnologias indígenas e tradicionais para alcançar os objetivos dessa Convenção (18(4))?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) métodos em execução	X
257. Essa cooperação inclui capacitação de pessoal e intercâmbio de técnicos (18(4))?	
a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	
258. Seu país tem promovido o estabelecimento de programas de pesquisa conjunta e empresas conjuntas para o desenvolvimento de tecnologias relevantes aos objetivos da Convenção (18(5))?	
a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	

Capítulo 1

Decisão II/3, Decisão III/4 e Decisão IV/2. Mecanismo de Intermediação de Informação

259. Seu país coopera no desenvolvimento e na operação do Mecanismo de Intermediação de Informação?	
a) não	
b) sim	X
260. Seu país ajuda a desenvolver capacidades nacionais por meio do intercâmbio e disseminação das informações e experiências aprendidas na implementação da Convenção?	
a) no	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	
261. Seu país tem designado um ponto focal nacional para o Mecanismo de Intermediação de Informação?	
a) não	
b) sim	X
262. Seu país fornece recursos para o desenvolvimento e implementação do Mecanismo de Intermediação de Informação?	
a) não	
b) sim, em nível nacional	X
c) sim, em nível nacional e internacional	
263. Seu país apóia e participa de seminários e outros encontros de especialistas para o desenvolvimento do CHM em níveis internacionais?	
a) não	
b) apenas participando	
c) apoiando poucos encontros e participando	X
264. Seu CHM está operacional?	
a) não	
b) em desenvolvimento	
c) sim (favor fornecer detalhes abaixo)	X
265. Seu CHM está conectado à internet?	
a) não	
b) sim	X
266. Seu país tem instituído comitês diretores de CHM multi-setoriais e multidisciplinares ou grupos de trabalho em níveis nacionais?	
a) não	X
b) sim	

Decisão V/14. Cooperação técnica e científica e os Mecanismos de Intermediação de Informação (Artigo 18)

267. Seu país tem revisado as prioridades identificadas para as decisões no Anexo I, e se empenhado para implementá-las?	
a) não revisadas	
b) revisadas, mas não implementadas	
c) revisadas e implementadas apropriadamente	X

Capítulo 1

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 254.

No campo da cooperação científica, o Brasil tem mais de 50 acordos (CNPq/MRE).

Questão 255.

Programas com a Bolívia (cinco na área ambiental e cinco na área de cultura agrícola).

Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA). Ver comentários da questão 178.

Plano Nacional de Combate à Desertificação (PNCD). A elaboração do PNCD é objeto de um acordo de cooperação técnica entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Governo Brasileiro, representado pelo então Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Renováveis e Amazônia Legal. À Fundação Grupo ESQUEL Brasil foi designada a função de agente implementadora do PNCD, que conta, ainda, com o apoio técnico e financeiro da FAO. Para a formulação do Plano, várias atividades estão sendo desenvolvidas, dentre elas a identificação de indicadores precisos de desertificação, avaliação de experiências bem-sucedidas de combate a este processo e atuação nos núcleos desertificados. Mais informações em www.esquel.org.br.

Questão 256.

Existem procedimentos de cooperação para transferência de tecnologia, por exemplo do Ministério do Meio Ambiente com USDA e EPA. Há também desenvolvimento de tecnologias do CNPq/MCT, EMBRAPA, FIOCRUZ.

Questão 258.

Experimento de Grande Escala sobre Biosfera e Atmosfera na Amazônia (LBA). Ver comentários da questão 178.

Studies in Human Impact on Forest and Floodplains in the Tropics (SHIFT). É um programa teuto-brasileiro de pesquisa aplicada voltada aos ecossistemas tropicais. O Programa SHIFT analisa as relações básicas entre os componentes bióticos e abióticos em ecossistemas tropicais, assim como o impacto antropogênico e seus fatores socioeconômicos. O objetivo é desenvolver conceitos para o uso sustentável de florestas e áreas inundadas tropicais, preservando suas características típicas, o tanto que possível.

Programa Plantas do Nordeste. É um programa multidisciplinar voltado para a preservação da biodiversidade e o aproveitamento racional dos recursos vegetais nativos do Nordeste Brasileiro, visando a reunir a pesquisa básica com a aplicada e divulgar informações sobre as plantas e ecossistemas da região àqueles que têm por objetivo melhorar as condições de vida da população regional. Tendo iniciado suas atividades em 1992, o PNE é o resultado da colaboração entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Jardim Botânico Real de Kew (RBG-Kew), na Inglaterra, e diversas universidades, institutos de pesquisa e organizações não-governamentais localizados no Nordeste Brasileiro. O Plantas do Nordeste fornece a estrutura para uma colaboração internacional, com objetivo de estabelecer uma rede de cientistas e centros de pesquisa brasileiros, divulgar informações em nível de comunidade e fortalecer as instituições-chave do Nordeste.

Questão 259.

Apoio à Rede Interamericana de Biodiversidade (IABIN) enquanto rede regional. Produzido documento sobre o papel do "Clearing House Mechanism" como intermediador da informação sobre biodiversidade. Visite www.mma.gov.br.

Questão 260.

Com apoio ao projeto Binbr que originou informações sobre biodiversidade em parceria com a Base de Dados Tropical (www.bdt.org.br), capacitando técnicos para estruturação do Centro de Referência em



Capítulo 1

Informação Ambiental (www.cria.org.br). O Portal de Biodiversidade (oriundo do projeto Binbr) está em fase de reestruturação no MMA.

Questão 261.

Dr. Bráulio Dias (Diretor de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente)- ponto focal do CHM no Brasil.

Questão 263.

O Brasil organizou e custeou reunião internacional para detalhar a concepção do IABIN, em Brasília, em 2000, e participa das reuniões bianuais.

Questão 267.

O Brasil apoiou a reunião e a elaboração de documentos sobre o CHM (disponível em www.mma.gov.br/port/sbf/chm/relpub.html#chm e www.mma.gov.br) e sobre a IABIN (www.mma.gov.br). Falta a definição de pontos focais sub-regionais e temáticos. Ver também comentários da questão 263.

Capítulo 1

Artigo 19 Gestão de biotecnologia e distribuição de seus benefícios

268. Qual a prioridade relativa para a implementação desse Artigo e decisões associadas para o seu país?

a) Alta	<input checked="" type="checkbox"/>	b) Média	<input type="checkbox"/>	c) Baixa	<input type="checkbox"/>
---------	-------------------------------------	----------	--------------------------	----------	--------------------------

269. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?

a) Bom	<input type="checkbox"/>	b) Adequado	<input type="checkbox"/>	c) Limitante	<input checked="" type="checkbox"/>	d) Muito limitante	<input type="checkbox"/>
--------	--------------------------	-------------	--------------------------	--------------	-------------------------------------	--------------------	--------------------------

Comentários adicionais sobre a prioridade relativa e a disponibilidade de recursos

Houve diferença na percepção do grau de atendimento deste artigo. Setores não-governamentais demonstraram que a prioridade é média para baixa e representantes do Governo Federal avaliam-na como alta em razão do número de acordos e convênios existentes.

Questões 268 e 269.

O Brasil aprovou uma lei de biossegurança (nº. 8.974/95) em 1995, que criou a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio (www.ctnbio.gov.br), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. A Comissão é responsável por estabelecer normas e regulamentos relativos às atividades e aos projetos que contemplam construção, cultivo, manipulação, uso, transporte, armazenamento, comercialização, consumo, liberação e descarte relacionados a OGMs. Foram editadas instruções normativas (disponíveis em www.mct.gov.br).

Ao se considerar o Protocolo de Cartagena, vinculado à CDB, em janeiro de 2000, verificou-se que a legislação nacional respondia perfeitamente às demandas do protocolo.

A Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) nº. 305, julho de 2002, balizada nas decisões do Grupo de Trabalho Técnico, disciplinou os critérios e os procedimentos a serem observados pelos órgãos ambientais competentes para o licenciamento ambiental de atividades com organismos geneticamente modificados potencialmente poluidores do meio ambiente. Disponível em www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30502.html.

Outras normas relacionadas com a biossegurança de OGM:

- Decreto nº. 3.871, de 18 de julho de 2001. Disciplina a rotulagem de alimentos embalados que contenham, ou sejam produzidos com organismos geneticamente modificados, determinando que os alimentos que contenham mais de quatro por cento de organismos geneticamente modificados devem apresentar a informação em seus rótulos ou em suas embalagens.
- Decreto nº. 4.074, de 04 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº. 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

270. Seu país tem adotado medidas que permitam a participação efetiva em atividades de pesquisas biotecnológicas por aquelas Partes Contratantes que provêm os recursos genéticos para essas pesquisas (19(1))?

a) sem medidas	<input type="checkbox"/>
b) poucas medidas em execução	<input checked="" type="checkbox"/>
c) medidas potenciais em exame	<input type="checkbox"/>
d) amplas medidas em execução	<input type="checkbox"/>
Caso positivo, essas medidas são:	
a) Legislativas	<input checked="" type="checkbox"/>
b) Políticas estatutárias e legislação de subsídios	<input type="checkbox"/>
c) Medidas políticas e administrativas	<input type="checkbox"/>

Capítulo 1

271. Seu país tem adotado todas as medidas possíveis para promover e adiantar o acesso antecipado, em base justa e equitativa, das Partes Contratantes aos resultados e benefícios derivados de biotecnologia baseadas em recursos genéticos providos por essas Partes Contratantes (19(2))?

a) sem medidas	
b) poucas medidas em execução	X
c) medidas potenciais em exame	
d) amplas medidas em execução	

Decisão IV/3. Assuntos relacionados a biossegurança e Decisão V/1. Plano de trabalho do Comitê Intergovernamental para o protocolo de biossegurança de Cartagena

272. Seu país é Parte Contratante do protocolo de biossegurança de Cartagena?

a) não signatário	X
b) signatário, ratificação em curso	
c) instrumento de ratificação depositado	

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 270.

O Decreto nº. 4.339/02 (que instituiu os princípios e as diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade (PNB)) define como um dos princípios da Política que a pesquisa e a conservação *ex situ* de recursos genéticos coletados no Brasil devam ser realizados preferencialmente no País.

Questão 271.

A Política Nacional da Biodiversidade (Decreto nº. 4.339/02) define vários princípios e diretrizes com esses objetivos, destacando-se a diretriz 3.1 do componente 3 e as diretrizes 5.1 e 5.2 do componente 5 (ver decreto no capítulo 2).

A Medida Provisória nº. 2.186-16 criou o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) e definiu regras para o acesso aos recursos genéticos para pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e bioprospecção e para repartição de benefícios e para acesso e transferência de tecnologia (www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2186-16.htm).

Capítulo 1

Artigo 20 Recursos financeiros

273. Qual a prioridade relativa para a implementação desse Artigo e decisões associadas para o seu país?

a) Alta		b) Média	X	c) Baixa	
---------	--	----------	---	----------	--

274. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?

a) Bom		b) Adequado		c) Limitante	X	d) Muito limitante	
--------	--	-------------	--	--------------	---	--------------------	--

Comentários adicionais sobre a prioridade relativa e disponibilidade de recursos

Questão 273.

O Brasil tem dificuldades de contribuir por ser um país em desenvolvimento. Os recursos financeiros empregados estão aquém da demanda. Pode-se destacar como fundo oficial de financiamento de projetos: o FNMA (www.mma.gov.br/fnma) e o Projeto de Conservação e Utilização sustentável da Biodiversidade – PROBIO (oriundo de recursos de doação do GEF no valor de 10 milhões de dólares e com contrapartida brasileira também de 10 milhões de dólares). Desde 1996, o PROBIO apóia a realização das avaliações por bioma (cinco projetos) e de projetos de levantamento de informações, conservação e uso sustentável da biodiversidade nos temas: causas e consequências da fragmentação de *habitats* (15 projetos), conservação de matas de galeria, recuperação de matas de tabuleiro, zoneamento de áreas de brejos de altitude, manejo de espécies ameaçadas e invasoras, apoio a atividades sustentáveis no entorno de unidades de conservação, criação de Unidades de Conservação, atualização de lista de espécies ameaçadas de extinção, manejo de corais, proposta de manejo de polinizadores, rede de informação em biodiversidade, zoneamento de mata de araucária, análise de paisagem, valoração (disponível em www.mma.gov.br/port/sbf/chm/relpub.html#manual) de recursos naturais (capacitação e dois estudos de caso), levantamento de informações sobre saberes tradicionais e biodiversidade, inventários rápidos em áreas insuficientemente conhecidas nos biomas brasileiros (www.mma.gov.br). O PROBIO atua em parceria com o CNPq (www.cnpq.br) que investiu mais de 2 milhões de reais em recursos para pagamento de bolsistas, o que permitiu a capacitação, até 2001, de 238 bolsistas e gerando 141 artigos publicados.

O FUNBIO (www.funbio.org.br) é um fundo privado proveniente de recursos GEF (ver comentário sobre o FUNBIO nas questões 115 e 177) e atua similarmente ao PROBIO.

Questão 274.

Foram mapeados 50 programas do PPA que têm interface com os artigos da Convenção. Alguns desses programas estão listados no Anexo III.

275. Seu país tem proporcionado recursos financeiros e incentivos em respeito às atividades nacionais destinadas a alcançar os objetivos dessa Convenção (20(1))?

a) não	
b) sim – apenas incentivos	
c) sim – apenas recursos financeiros	
d) sim – recursos financeiros e incentivos	X

Se Parte for país desenvolvido

NÃO SE APLICA

276. Seu país tem fornecido recursos financeiros novos e adicionais para que as Partes em desenvolvimento possam cobrir integralmente os custos adicionais, por elas concordados, decorrentes da implementação das medidas em cumprimento das obrigações dessa Convenção, como acordado entre seu país e o mecanismo financeiro interino (20(2))?

a) não	
b) sim	

Capítulo 1

Se Parte for país em desenvolvimento ou com economia em transição –	
277. Seu país tem recebido novos e adicionais recursos financeiros para que possam cobrir integralmente os custos adicionais, por elas concordados, decorrentes da implementação das medidas em cumprimento das obrigações dessa Convenção (20(2))?	
a) não	
b) sim	X
Se Parte for país desenvolvido	
NÃO SE APLICA	
278. Seu país forneceu recursos financeiros relativos à implementação dessa Convenção por meio de canais bilaterais, regionais ou multilaterais (20(3))?	
Se Parte for país em desenvolvimento ou com economia em transição -	
279. Seu país recebeu recursos financeiros relativos à implementação dessa Convenção por meio de canais bilaterais, regionais ou multilaterais (20(3))?	
a) não	
b) sim	X

Decisão III/6. Recursos financeiros adicionais

280. Seu país trabalha para garantir que todas as instituições de fomento (incluindo agências de assistências bilaterais) se empenhem para que suas atividades sejam de maior amparo na Convenção?	
a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	
281. Seu país coopera com qualquer esforço para desenvolver informações padronizadas sobre apoio financeiro para os objetivos da Convenção	
a) não	X
b) sim (favor anexar informações)	

Decisão V/11. Recursos financeiros adicionais

282. Seu país estabelece algum processo de monitoramento dos apoios financeiros para a biodiversidade?	
a) não	
b) procedimentos sendo estabelecidos	
c) sim (favor fornecer detalhes)	X
283. Estão disponíveis os detalhes de apoio financeiro do seu país para atividades nacionais de biodiversidade?	
a) não	
b) não em um formato padronizado	X
c) sim (favor fornecer detalhes)	
284. Estão disponíveis os detalhes de apoio financeiro do seu país para atividades de biodiversidade em outros países?	
a) não se aplica	X
b) não	
b) não em um formato padronizado	
c) sim (favor fornecer detalhes)	

Capítulo 1

<i>Se a Parte for país desenvolvido</i>	
NÃO SE APLICA	
285. Seu país promove apoio para a implementação dos objetivos da Convenção na política de apoio das instituições de fomento bilaterais, regionais e multilaterais?	
a) não	
b) sim	
<i>Se a Parte for país em desenvolvimento</i>	
286. Seu país discute meios para a implementação de apoio dos objetivos da Convenção e seu diálogo com instituições de fomento?	
a) não	
b) sim	X
287. Seu país tem compilado informações sobre apoio financeiro adicional provido pelo setor privado?	
a) não	
b) sim (favor fornecer detalhes)	X
288. Seu país tem considerado isenção de impostos no sistema tributário para doações relacionadas à biodiversidade?	
a) não	X
b) inapropriado às condições nacionais	
c) isenções em desenvolvimento	
d) isenções em execução	

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 275.

O Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) executou levantamento de 40 fontes potenciais de financiamento para a biodiversidade, existentes no período de 1985 até 1996. Menciona-se o ICMS ecológico como incentivo e como financiamentos, acordos de empréstimo: FNMA, PNMA I e II, Pantanal.

Questão 280.

Para algumas agências de fomento. O Decreto nº. 4.339, de 22 de agosto de 2002, que institui os princípios e as diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade tem componente de fortalecimento e arranjos institucionais necessários para a implementação da Política (ver capítulo 2).

Questões 282 e 283.

Os respectivos projetos e órgãos de fomento têm elaborados relatórios de atividades, para demonstrar a execução financeira.

Questão 284.

Não aplicável. Há apenas apoio aos projetos de desenvolvimento social de Angola e Moçambique e este apoio a projetos em agricultura e saúde na América Latina e África.

Questão 286.

Com a indicação das 900 áreas prioritárias no País para conservação e uso sustentável da biodiversidade, o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), que é o fundo oficial do Governo brasileiro para cumprimento da Política Nacional do Meio Ambiente, estabeleceu em suas diretrizes de financiamento orientação para execução de projetos nestas áreas indicadas.

Questão 287.

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) preparam documentos para a Rio+10 sintetizando os investimentos e as oportunidades de negócios. Mais informações em www.cebds.com e www.cni.org.br. Também, o seguinte livro retrata as atividades do CEBDS: Almeida, Fernando. 2002. *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 192p.

Questão 288.

Não há mecanismo de isenção de taxa no sistema nacional de taxaço brasileiro para doações relacionadas à biodiversidade, com exceção do previsto para RPPN. Foi realizada uma consultoria para a Secretaria da Amazônia por Paulo Haddad que mapeou os mecanismos existentes e sugeriu procedimentos para modernização.

Há apenas um mecanismo de isenção de tributo de terra rural quando esta é convertida em Reserva Particular de Patrimônio Natural. A partir de 1994, o Programa RPPN ganhou ímpeto, e até dezembro de 2002 já foram reconhecidas aproximadamente 600 RPPNs no País, 364 RPPNs Federais, 400 mil hectares de área protegida com a participação direta da sociedade. O Programa RPPN é com certeza uma das grandes alternativas para aumentar o número de áreas protegidas no País a custo mínimo e, o melhor, com o reconhecimento e a participação da sociedade. Além da facilidade e da rapidez no processo de reconhecimento de RPPN, cabe salientar que algumas espécies raras e endêmicas ocorrem em pequenos *habitats*, e como a RPPN não tem limite mínimo ou máximo para ser criada, algumas RPPNs, mesmo que pequenas, tem uma importante representatividade das nossas biotas. As atividades permitidas em RPPN, como Educação Ambiental, Ecoturismo e Pesquisa Científica, proporcionam aos proprietários sustentabilidade econômica, como também contribuem para a criação de novas categorias profissionais, criando, ainda, oportunidades de trabalhos para moradores da região, entorno ou próxima à RPPN. As universidades, entidades científicas governamentais e não-governamentais ganham com as RPPNs oportunidades para desenvolver pesquisas e os proprietários obtêm conhecimentos e informações por meio desses estudos. As RPPNs constituem potenciais bancos genéticos da fauna e da flora brasileiras. Algumas Reservas, em seus levantamentos florísticos, encontraram grande potencialidade em germoplasma de plantas ornamentais, medicinais e fibras têxteis. Outras se constituem em verdadeiros berçários para a fauna aquática, como por exemplo, as RPPNs situadas em Bonito-MS e nos manguezais da Baía de Todos os Santos-BA. O Programa Mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*) hoje encontra grande apoio para a sua expansão nas RPPNs vizinhas à Reserva Biológica Poço das Antas. Na RPPN Miguel Abdalla, em Caratinga-MG, a população de Muriqui (*Brachytelles aracnoides*) é a mais numerosa conhecida.

Apesar do grande esforço da pequena equipe do Programa RPPN, o número atual de RPPNs no País ainda é muito pequeno dado o número de mais de 5 mil municípios, em que as RPPNs representam apenas 10%. Em 2001, conseguimos reconhecer 67 RPPNs, um bom número. A expectativa para 2002 era de superar essa marca, mas as mudanças ocorridas e impostas no exercício de 2002 trouxeram impactos negativos, desestimulando os técnicos do Programa RPPN, como também contribuindo para que o ano de 2002 fosse coroado como o pior ano para o Programa. Foram reconhecidas apenas 11 RPPNs. Muitos proprietários sabendo das dificuldades acabaram por desistir de criar RPPNs em suas propriedades. Também, o IBAMA esteve muito ausente, não havendo por parte deste a promoção de eventos e tampouco a confecção de materiais informativos e de divulgação. A demora no processo de reconhecimento foi um dos fatores que mais contribuiu para a desestabilização do Programa RPPN. A expectativa para 2003 é que de fato RPPN seja reconhecida, institucionalizada e que venha a ter de fato o tratamento de uma Unidade de Conservação, uma das mais importantes categorias de Unidade de Conservação. Mais informações em www.ibama.gov.br.

Capítulo 1

Artigo 21 Mecanismos financeiros

289. Qual a prioridade relativa para a implementação desse Artigo e decisões associadas para o seu país?

a) Alta	X	b) Média		c) Baixa	
---------	---	----------	--	----------	--

290. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?

a) Bom		b) Adequado		c) Limitante	X	d) Muito limitante	
--------	--	-------------	--	--------------	---	--------------------	--

Comentários adicionais sobre a prioridade relativa e disponibilidade de recursos

Questão 289.

O Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), administrado, conjuntamente, pelo Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) teve sua reestruturação aprovada na reunião das Partes que participam do Fundo, em Genebra, de 14 a 16 de março de 1994. O GEF funciona sobre a base de cooperação e associação entre os organismos de execução (Banco Mundial, PNUD, PNUMA), como um mecanismo de cooperação internacional, com o objetivo de aportar recursos novos e adicionais na forma de doação, para financiar os gastos incrementais advindos das medidas encaminhadas a lograr benefícios ambientais em escala mundial nas seguintes esferas: a) mudança climática; b) diversidade biológica; c) águas internacionais; d) destruição da camada do ozônio. A proposta de projeto deve ser encaminhada à Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN/MPOG), ponto focal do GEF no Brasil, passando pelas seguintes etapas: preparação, apresentação, seleção, recomendação, aprovação, execução e supervisão. Propostas de projetos podem ser submetidas ao GEF, desde que atendam aos seguintes critérios gerais de elegibilidade:

- projetos que se situem em países que têm programas com o PNUD e o Banco Mundial e que tenham assinado as Convenções de Biodiversidade, a Convenção Quadro de Mudanças Climáticas e a Convenção de Combate à Desertificação;
- que se destinem a solucionar problemas ambientais globais e se enquadrem nas áreas de biodiversidade, mudanças climáticas e águas internacionais;
- que contribuam para o bem-estar da população, estejam baseados nas prioridades nacionais e direcionados para apoiar o desenvolvimento sustentável do País;
- atividades com base em cuidados à avaliação dos potenciais impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais;
- que promovam inovação, introduzam experiências, métodos e tecnologias potencialmente multiplicáveis em outras regiões do País e do mundo, que permitam a expansão do conhecimento e da utilização sustentável do patrimônio natural;
- projetos que envolvam desde os estágios iniciais de formulação, a participação, além do nível apropriado de Governo, a sociedade em seus diversos segmentos, comunidades, setores acadêmicos e privados, e que assegurem transparência em sua execução;
- solicitações de financiamento para custos incrementais associados ao ganho ambiental global a ser produzido pelo projeto; e
- propostas que apresentem, potencialmente, boa relação de custo benefício.

Atualmente, há projetos GEF no Brasil na área de meio ambiente (ver Anexo I). Foi realizado planejamento estratégico para o GEF do Brasil para a SEAIN/GTAB que é o ponto focal do GEF. O Brasil é membro doador do GEF.

291. Seu país trabalha para fortalecer as instituições de fomento existentes para proverem recursos financeiros para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica?

a) não	
b) sim	X

Capítulo 1

Decisão III/7. Diretrizes para a revisão da eficácia dos mecanismos financeiros

292. Seu país fornece informações sobre experiências adquiridas com as atividades financiadas pelos mecanismos financeiros?	
a) sem atividades	
b) não, embora existam atividades	
c) sim, conforme relatório nacional anterior	X
d) sim, por meio de estudos de casos	
e) sim, por meio de outros modos (favor fornecer detalhes abaixo)	X

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 291.

Os principais mecanismos de apoio a projetos de biodiversidade no Brasil são:

- Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA);
- Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO);
- Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica (PROBIO);
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA);
- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Estes fundos e mecanismos de apoio a projetos têm seus relatórios de atividades disponíveis *on-line*: PROBIO do período de 1997 a 2001 (www.mma.gov.br), FUNBIO (1997-2001) disponível em www.funbio.org.br, FNMA (até 2001) (www.fnma.gov.br). Estão em fase de investimentos em projetos de biodiversidade, com empréstimos com juros especiais, os Bancos: BASA, Banco do Nordeste (pescadores), Banco do Brasil (PD/A), BNDES. (Ver comentário sobre o BASA na questão 148).

Questão 292.

Sim, as informações são prestadas quando das missões do GEF no Brasil. Cada projeto financiado pelo GEF divulga seus resultados por meio de relatórios, publicações e portais na internet.

Capítulo 1

Artigo 23 Conferência das Partes

293. Quantas pessoas do seu país participaram em cada encontro da Conferência das Partes?	
a) COP 1 (Nassau)	13
b) COP 2 (Jakarta)	14
c) COP 3 (Buenos Aires)	22
d) COP 4 (Bratislava)	12
e) COP 5 (Nairobi)	aprox.10
d) COP 6 (Haia)	13

Decisão I/6, Decisão II/10, Decisão III/24 e Decisão IV/17. Finanças e orçamento

294. Seu país pagou todas as suas contribuições para o Fundo de Confiança?	
a) não	
b) sim	X

Decisão IV/16 (parte) Preparação para o encontro da Conferência das Partes

295. Seu país participou dos encontros regionais destinados a discutir a implementação da Convenção antes de algum encontro da Conferência das Partes?	
a) não	
b) sim (favor especificar qual)	X

Se Parte for país desenvolvido
NÃO SE APLICA

296. Seu país tem financiado encontros regionais e sub-regionais para preparação da COP, e facilitado a participação de países em desenvolvimento nesses encontros?	
a) não	
b) sim (favor fornecer detalhes abaixo)	

Decisão V/22. Orçamento para o programa de trabalho do biênio 2001-2002

297. Seu país pagou sua contribuição para o orçamento central (pelo Fundo de Confiança) de 2001 em 1º de janeiro de 2001?	
a) sim, adiantado	
b) sim, no prazo	
c) não, mas pago subsequente	X
d) ainda não pago	

298. Seu país tem feito contribuições adicionais voluntárias para os fundos de confiança da Convenção?	
a) sim, no biênio 1999-2000	
b) sim, no biênio 2001-2002	
c) espera fazer para o biênio 2001-2002	
d) não	X

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 295.

Reuniões regionais dos países da América Latina e Caribe (GRULAC) preparatórias para reunião da Conferência das Partes.

Capítulo 1

Artigo 24 Secretariado

299. Seu país tem provido apoio direto ao Secretariado em termos de equipes de apoio, contribuições financeiras para atividades do Secretariado etc.?

a) não	X
b) sim	

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 299.

Brasileiros que prestaram serviços, integrando o *staff* do Secretariado da CDB:

- Ana Clara Sademberg (Universidade de São Paulo) – oficial principal do setor de questões científicas, técnicas e tecnológicas;
- Arthur Nogueira (Ministério das Relações Exteriores – MRE) – oficial principal do setor de implementação
- Marcos Silva – oficial de Programa do *Clearing House Mechanism* (mecanismo de intermediação de informação sobre biodiversidade).

Capítulo 1

Artigo 25 Órgão subsidiário de assessoramento científico, técnico e tecnológico (SBSTTA)

300. Quantas pessoas de seu país participaram em cada encontro da SBSTTA?	
a) SBSTTA I (Paris)	2
b) SBSTTA II (Montreal)	3
c) SBSTTA III (Montreal)	3
d) SBSTTA IV (Montreal)	3
e) SBSTTA V (Montreal)	5
g) SBSTTA VI (Montreal)	3
h) SBSTTA VII (Montreal)	4

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 300.

O Brasil enviou técnicos representantes em todas as reuniões.

Capítulo 1

Artigo 26 Relatórios

301. Qual a situação do seu primeiro relatório nacional?	
a) Não enviado	
b) Relatório sintetizado enviado	
c) Relatório provisório enviado	
d) Relatório final enviado	X
Caso b), c) ou d), seu relatório foi enviado:	
No prazo original de 1/1/98 (Decisão III/9)?	
No prazo prorrogado de 31/12/98 (Decisão IV/14)?	X
Após esse período (favor especificar data)	

Decisão IV/14. Relatórios nacionais

302. Todos os interessados relevantes participaram da preparação do relatório nacional, ou da compilação das informações usadas no relatório?	
a) não	X
b) sim	
303. Seu país adota providências para garantir que o primeiro e(ou) o segundo relatório(s) esteja/estejam disponíveis para uso de interessados relevantes?	
a) não	
b) sim	X
Caso sim, será por:	
a) distribuição informal?	X
b) relatórios publicados?	X
c) tornando o relatório disponível por pedidos?	X
d) disponibilizando o relatório na Internet?	X

Decisão V/19. Relatório Nacional

304. Seu país tem preparado relatórios voluntários temáticos com um ou mais itens para profundas considerações em encontros regulares das Partes, seguindo as diretrizes fornecidas?	
a) não	X
b) sim – ecossistemas florestais	
c) sim – espécies exóticas	
d) sim – compartilhamento de benefícios	

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 302.

Tanto para o Primeiro como para este Relatório Nacional está se processando consulta aos setores governamentais relevantes (representantes de 50 dos 395 programas federais – PPA e para todos os estados brasileiros e Distrito Federal), bem como para 65 organizações não-governamentais, das quais 19 opinaram na elaboração deste Segundo Relatório Nacional. Ver a apresentação deste documento. Nos Anexos II e IV, encontram-se as listas dos participantes e das instituições que consolidaram o Segundo Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica.

Questão 303.

O Primeiro Relatório Nacional foi enviado para todos os países signatários da Convenção na sua versão em inglês ou, quando cabia, na versão em português (disponíveis em www.mma.gov.br).

Capítulo 1

Decisão V/6. Abordagem ecossistêmica

305. Seu país aplica a abordagem ecossistêmica, considerando os princípios e orientações contidos no anexo da decisão V/6?	
a) não	
b) em consideração	
c) poucos aspectos sendo aplicados	X
d) substancialmente implementado	
306. Seu país vem desenvolvendo expressões práticas na abordagem ecossistêmica para políticas nacionais e legislação e para implementação de atividades, com adaptação às condições locais, nacionais e regionais, em particular no contexto das atividades desenvolvidas dentro das áreas temáticas da Convenção?	
a) não	
b) em consideração	
c) poucos aspectos sendo aplicados	X
d) substancialmente implementado	
307. Seu país vem identificando estudos de casos e implementando projetos pilotos que demonstram a abordagem ecossistêmica, e usando seminários e outros mecanismos para aumentar a conscientização e compartilhar experiências?	
a) não	
b) estudos de casos identificados	
c) projetos pilotos em curso	
d) seminários planejados/presididos	X
e) informação disponível por meio do CHM	
308. Seu país vem fortalecendo a capacidade de implementação da abordagem ecossistêmica e fornecendo apoio técnico e financeiro para capacitação para implementar a abordagem ecossistêmica?	
a) não	
b) sim, dentro do país	X
c) sim, incluindo apoio a outros países	
309. Seu país tem promovido cooperação regional na aplicação da abordagem ecossistêmica além das fronteiras nacionais?	
a) não	X
b) cooperação informal	
c) cooperação formal (favor fornecer detalhes)	

Questão 305.

Princípios e diretrizes da abordagem ecossistêmica incorporados no Decreto nº. 4.339/02 (princípios e diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade; ver capítulo 2).

Questão 306.

Projeto Corredores Ecológicos do Programa Piloto para a Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Seu objetivo é contribuir para a conservação da diversidade biológica do Brasil, a partir da implementação do conceito de corredores ecológicos na Amazônia e na Mata Atlântica, adotando técnicas da biologia da conservação e estratégias de planejamento e gestão socioambiental de forma compartilhada e participativa. Espera-se que por meio desses corredores haja a conectividade entre as Unidades de Conservação já existentes e as áreas de interstício.



Capítulo 1

A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) foi estabelecida em janeiro de 1997, criando as bases para novos formatos de gestão desses recursos. Em 1998, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH/MMA) celebraram o Convênio 477/98 com o objetivo inicial de instrumentalizar técnica e operacionalmente o IBAMA para exercer as ações de controle, de fiscalização e de monitoramento da qualidade ambiental das águas de domínio da União, bem como apoiar a SRH/MMA na implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Em 2000, a Agência Nacional de Águas (ANA) criada com atribuições estabelecidas pela Lei nº. 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a ser a responsável, em caráter normativo, pela implementação, operacionalização, controle e avaliação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos. A Política prevê a cobrança pelo uso de recursos hídricos (princípio usuário-pagador): tem como objetivos reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor; incentivar a racionalização do uso da água; obter recursos financeiros para o financiamento de programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos. Mais informações em www.ana.gov.br.

Questão 307.

Workshop Programa Parques do Brasil, em Foz do Iguaçu, em 2000.

Subprograma de Projetos Demonstrativos (PDA/PPG7). Esse subprograma visa a apoiar iniciativas locais de conservação e uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia e Mata Atlântica a fim de contribuir para a geração de conhecimentos que possam ser aplicados nas políticas públicas. Suas áreas de atuação são os sistemas de preservação ambiental, sistemas agroflorestais e de recuperação ambiental. Órgão Responsável: Secretaria de Coordenação da Amazônia / MMA. Em execução desde 1995.

Questão 308.

O Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE) oferece curso de Manejo de Paisagens. Maiores informações em www.ipe.org.br.

A Universidade Federal de Minas Gerais ofereceu curso de Manejo de Vida Silvestre no nível de pós-graduação.

O Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Áreas Protegidas, ofereceu cursos de capacitação de recursos humanos para gestão de áreas protegidas visando a promover e a fomentar a capacitação de recursos humanos para a gestão de áreas protegidas, propondo a estruturação de bases conceituais uniformizadas nacionalmente. Cursos realizados: Bases científicas e instrumentais para o manejo de zonas úmidas brasileiras; Estudos dos recifes de coral brasileiros; e Treinamento e aplicação de técnicas de sensoriamento remoto. Responsável: DAP/SBF. Valor R\$110 mil. Em desenvolvimento.

Capítulo 1

Ecosistemas de águas continentais

Decisão IV/4. Condições e tendências da diversidade biológica de ecossistemas de águas continentais e opções para conservação e uso sustentável

310. Seu país tem incluído informações sobre a diversidade biológica de áreas úmidas quando forneceu informações e relatórios para a CDS, e incluiu questões sobre a diversidade biológica de águas continentais em encontros para recomendações adicionais para CDS?	
a) não	X
b) sim	
311. Seu país incluiu considerações sobre a diversidade biológica de águas continentais em seu trabalho com organizações, instituições e convenções que discutem ou trabalham com águas continentais?	
a) não	
b) sim	X
<i>Se Parte for país em desenvolvimento ou com economia em transição –</i>	
312. Quando pedido apoio para projetos sobre ecossistemas de águas continentais para o GEF, seu país tem dado prioridade na identificação de áreas importantes para a conservação, preparando e implementando integração entre bacias hidrográficas, reservatórios e planos de manejo de nascentes, e investigando processos que contribuem para a perda de biodiversidade?	
a) não	
b) sim	X
313. Seu país tem revisado o programa de trabalho especificado no anexo 1 para decisão, e identificado prioridades para ações nacionais na implementação do programa?	
a) não	
b) em exame	X
c) sim	

Decisão V/2. Relatório de progresso da implementação do programa de trabalho da diversidade biológica de ecossistemas de águas continentais (implementação da decisão IV/4)

314. Seu país apóia e(ou) participa da Iniciativa das Bacias Hidrográficas?	
a) não	
b) sim	X
315. Seu país vem reunindo informações sobre a condição da diversidade biológica de águas continentais?	
a) não	
b) avaliações em curso	X
c) avaliações completas	
316. Essa informação está disponível para outras Partes?	
a) não	
b) sim – relatório nacional	
c) sim – por meio do CHM	
d) sim – por outros meios (favor fornecer detalhes abaixo)	X

Capítulo 1

317. Seu país tem desenvolvido planos nacionais e(ou) regionais para a conservação e uso sustentável de ecossistemas de águas continentais?	
a) não	
b) sim – apenas planos nacionais	
c) sim – planos nacionais e principais setores	X
d) sim – planos nacionais e todos os setores	

318. Seu país tem implementado medidas de capacitação para o desenvolvimento e implementação desses planos?	
a) não	
b) sim	X

Decisão III/21. Relação da Convenção com a CDS e convenções relacionadas com a biodiversidade

319. A conservação e o uso sustentável de ambientes aquáticos, e de espécies migratórias e seus habitats estão completamente incorporados nas suas estratégias nacionais, planos e programas para a conservação da diversidade biológica?	
a) não	
b) sim	X

Comentários adicionais sobre a implementação dessas decisões e programas de trabalho associados

Questão 310.

O Brasil ratificou a Convenção Ramsar em 24 de setembro de 1993. É considerado o 4º País do mundo em superfície na Lista Ramsar. Possui sete Zonas Úmidas consideradas Sítios de Importância Internacional - Sítios Ramsar, o que equivale a 6.356.896 ha. Maiores informações em www.mma.gov.br/port/sbf/dap.

Questão 311.

Há dois projetos do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) com a Organização dos Estados Americanos (OEA) / GEF: Manejo das Bacias do Pantanal e do Vale do Rio São Francisco. Para informações consultar www.ramsar.org.

Questão 312.

Ver comentário da questão 289.

Questão 315.

A *Conservation International* do Brasil apoiou inventário rápido no Pantanal. Também foi elaborado perfil da biodiversidade de águas doces no Brasil, por Odete Rocha (disponível em www.mma.gov.br/port/sbf/chm/doc/aguadoce.doc) e também foi realizado um *workshop* no Brasil organizado pela Universidade Federal de Minas Gerais. Finalmente, documentos temáticos sobre biota de água doce foram elaborados nas cinco avaliações por bioma (disponível em www.mma.gov.br/port/sbf/chm/relpub.html#biodivbr).

Questão 317.

Planos de Recursos Hídricos. São planos diretores de longo prazo, que estão em fase de elaboração e devem ser organizados por bacia hidrográfica, por estado e para o País, visando a fundamentar e a orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos. Esses Planos devem conter: diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos; análise de alternativas de crescimento demográfico, de evolução de atividades produtivas e de modificações dos padrões de ocupação do solo; balanço entre disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificação de conflitos potenciais; metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria

Capítulo 1

da qualidade dos recursos hídricos disponíveis; medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados, para o atendimento das metas previstas; prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos; diretrizes e critérios para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos; propostas para a criação de áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas na proteção dos recursos hídricos. Maiores informações em www.ana.gov.br e www.mma.gov.br/port/srh.

Foram formuladas diretrizes ambientais para o setor elétrico, para pesca interior, para a área de transporte, agricultura e irrigação.

Questão 318.

Sim, com a criação da Agência Nacional de Águas (ANA). Informações em www.ana.gov.br.

Questão 319.

Incorporado no Decreto nº. 4.339/02, mas ainda não detalhado em planos de ação.

O Centro Nacional de Pesquisas para a Conservação de Aves Silvestres (CEMAVE) tem em seu programa uma linha específica de pesquisa e ação para anilhamento de aves migratórias, tanto provindas da região neártica, quanto neotropical, incluindo também as nacionais.

O Programa Parques do Brasil tem incluído no seu planejamento estratégico as ações para implementação da conservação de Ramsar. Entre as atividades já desenvolvidas, pode-se citar: indicação de sete sítios Ramsar; incentivo e apoio aos projetos de conservação e uso sustentável de zonas úmidas; ampla divulgação sobre valores e fusão de zonas úmidas; desenvolvimento de projeto de capacitação de gestores de áreas protegidas; e mapeamento dos recifes de coral.

Ver também comentários sobre Programa Pantanal nas respostas às questões 139 e 194 e 195.

Capítulo 1

Diversidade biológica marinha e costeira

Decisão II/10 e Decisão IV/5. Conservação e uso sustentável da diversidade biológica marinha e costeira

320. Seu plano de ação e estratégia nacional promovem a conservação e uso sustentável da diversidade biológica marinha e costeira?	
a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	
321. Seu país tem estabelecido e(ou) fortalecido acordos institucionais, administrativos e legislativos para o desenvolvimento de manejo integrado de ecossistemas marinhos e costeiros?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) acordos em execução	X
322. Seu país tem fornecido ao Secretário Executivo informações e aconselhamentos sobre futuras opções a respeito da conservação e do uso sustentável da diversidade biológica marinha e costeira?	
a) não	X
b) sim	
323. Seu país tem adquirido e(ou) trocado informações sobre projetos demonstrativos como exemplos práticos de manejo integrado de áreas marinhas e costeiras?	
a) não	
b) sim – relatório nacional anterior	
c) sim – estudos de casos	
d) sim – outros meios (favor fornecer detalhes abaixo)	X
324. Seu país possui programas que estimulem e aumentem o conhecimento da estrutura genética de populações locais de espécies marinhas para intensificação de descendência e(ou) atividades de cultivo marinho?	
a) não	
b) programas em desenvolvimento	
c) programas sendo implementados para poucas espécies	X
d) programas sendo implementados para muitas espécies	
e) problema não detectado	
325. Seu país tem revisado o programa de trabalho especificado no anexo para decisões, e identificado prioridades para ações nacionais na implementação do programa?	
a) não	
b) em exame	X
c) sim	

Capítulo 1

Decisão V/3. Relatório de progresso da implementação do programa de trabalho da diversidade biológica marinha e costeira (implementação da decisão IV/5)

326. Seu país contribui para a implementação do plano de trabalho de recifes de coral?	
a) não	
b) sim	X
c) irrelevante	
327. Seu país implementa outras medidas em resposta ao branqueamento de recifes de coral?	
a) não	
b) sim (favor fornecer detalhes abaixo)	X
c) irrelevante	
328. Seu país tem enviado estudos de casos do fenômeno do branqueamento de corais para o Secretário Executivo?	
a) não	X
b) sim	
c) irrelevante	

Comentários adicionais sobre a implementação dessas decisões e programas de trabalho associados

Questão 320.

Documentos diagnósticos foram produzidos e recomendações foram geradas para o *workshop* "Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade das Zonas Costeira e Marinha," Porto Seguro, Bahia, outubro, 1999.

O Programa PROANTAR inclui o Grupo de Avaliação Ambiental (GAAM) que está encarregado de avaliar o impacto das atividades brasileiras no ambiente antártico (inclui atividades de pesquisa científica, operacionais, de apoio logístico, de turismo e outras). Entre suas atribuições, consta estabelecer uma sistemática de monitoramento ambiental para o meio ambiente antártico e seus ecossistemas dependentes e associados. Ver comentários das questões 174 e 178.

Questão 321.

Há o projeto Gestão Integrada do Mosaico de UCs Marinhas e Costeiras do Estado de Santa Catarina, coordenado junto com a Diretoria de Áreas Protegidas do MMA. O projeto é pioneiro no sentido de abordar as normas e as atividades descritas no SNUC e visa a melhorar a efetividade das UCs em relação à proteção dos recursos que montaram a sua criação.

A Lei nº. 7.661, de 16 de maio de 1988 dispõe, no seu art. 1º, que fica instituído o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) como parte integrante da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) e da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Há, ainda, muito que ser feito – em termos legais – para que o manejo integrado dos ecossistemas costeiros e marinhos seja uma realidade jurídica.

O Brasil dispõe de estratégia e política nacional que abrangem os temas principais relacionados a oceanos, mares e zonas costeiras, incluindo seus recursos naturais, vivos ou não-vivos. A Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), aprovada por Decreto Presidencial de 12 de maio de 1980, tem como propósitos a promoção da integração do mar territorial, da zona econômica exclusiva e da plataforma continental ao espaço brasileiro, e a exploração racional e o uso sustentável dos recursos do mar. Compreendidos como recursos vivos, minerais, energéticos e biotecnológicos da coluna de água, solo e subsolo marinho, que apresentem interesse para o desenvolvimento econômico e social do País, além de sustentabilidade ecológica. A PNRM, cuja implementação é coordenada pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM (um colegiado cuja composição, objetivo e outros detalhes são descritos nos comentários à pergunta nº. 2), consubstancia-se em Planos e Programas plurianuais decorrentes, por meio dos quais se procura alcançar seus objetivos. Esses instrumentos, atualmente, são:

- Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), hoje em sua 5ª versão (V PSRM), em vigor no período 1999-2003;
- Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), cuja 2ª versão (PNGC II) foi aprovada em 1997;
- Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), cujo objetivo é a delimitação da Plataforma Continental Jurídica do País, de acordo com o art. 76 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). (O LEPLAC está em execução desde 1988 e seu término está previsto para o próximo ano);
- Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), cuja execução está a cargo da CIRM, desde o seu início, em 1982.

Existe, ainda, a Política Marítima Nacional (PNM), instituída pelo Decreto nº. 1.265, de 11 de outubro de 1994, que tem por finalidade "orientar o desenvolvimento das atividades marítimas do País, de forma integrada e harmônica, visando à utilização efetiva, racional e plena dos mares". Sua implementação cabe à Comissão Marítima Nacional (COMANA), criada em 1983 e presidida pelo Comandante da Marinha do Brasil.

Insera-se, ainda, neste contexto a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), estabelecida pela Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Todas estas políticas e planos de ação configuram uma estratégia nacional que, em conjunto com iniciativas específicas do âmbito da Política Nacional de Biodiversidade (ora em elaboração) e do Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), efetivamente, contemplam a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica costeira e marinha.

No que se refere à gestão integrada dos ecossistemas costeiros e marinhos, existem dois mecanismos que facilitam a coordenação e a articulação entre as organizações responsáveis pela questão:

- O primeiro é a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), criada em 1974, cuja finalidade principal é coordenar a execução da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM). A CIRM possui representantes de 10 ministérios - Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério dos Transportes (MT), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério do Esporte e Turismo (MET), Ministério da Defesa (MD) - e da Casa Civil da Presidência da República. O Coordenador da Comissão é o Comandante da Marinha do Brasil. Existem vários colegiados vinculados à CIRM, para supervisão, coordenação e execução dos planos e programas que integram a PNRM.
- O segundo mecanismo é o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), presidido pelo Ministro do Meio Ambiente e cuja Secretaria Executiva é, também, exercida pelo MMA. O CONAMA possui representantes dos ministérios, dos Governos estaduais e do Distrito Federal, dos municípios, de ONGs e entidades de classe da indústria, do comércio e da agricultura.

A CIRM supervisiona a implementação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.

No que concerne à legislação pertinente, inserem-se neste contexto a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981); o Decreto-Lei nº. 221, de 28 de fevereiro de 1967, que instituiu o Código de Pesca; a Lei nº. 7.661, de 16 de maio de 1988, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; a Lei nº. 8.617, de 04 de janeiro de 1993, que dispõe sobre o Mar Territorial, a Zona Contígua, a Zona Econômica Exclusiva e a Plataforma Continental do Brasil; a Lei nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos e institui o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; a Lei nº. 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional; a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; a Lei nº. 9.966, de 28 de abril de 2000, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional; a Medida Provisória nº. 2.052, de 29 de junho de 2000, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético nacional e ao conhecimento tradicional associado; e a Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Capítulo 1

Ademais, o Brasil é parte dos principais instrumentos do Direito Internacional que definem a moldura jurídica global e balizam as ações que cada país deve desenvolver para que seja alcançada a meta comum de uso sustentável dos recursos costeiros e marinhos, sendo relevante mencionar:

- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), assinada pelo Brasil em 1982 e ratificada em 1988, e que se encontra em vigor desde 16 de novembro de 1994. A CNUDM, um dos maiores empreendimentos da história normativa das relações internacionais, dispõe sobre todos os usos dos espaços marítimos e de seus recursos;
- Acordo Relativo à implementação da Parte XI da CNUDM, em vigor desde 1996, que flexibilizou alguns dispositivos da CNUDM que dizem respeito aos recursos da "Área", permitindo, dessa forma, que países de todos os blocos e regiões geográficas, até então reticentes, aderissem à Convenção;
- Agenda 21, adotada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 (RIO-92), cujo Capítulo 17 dedica-se à proteção dos oceanos, de todos os tipos de mares e das zonas costeiras, e proteção, uso racional e desenvolvimento de seus recursos vivos;
- Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica, também ratificada pelo Brasil e em vigor desde 1994, cujo objetivo é assegurar a manutenção da diversidade biológica e promover a repartição justa e equitativa dos benefícios advindos do uso de recursos genéticos;
- Código de Conduta para a Pesca Responsável, aprovado na 18ª Reunião da FAO, em 1995, que apresenta um conjunto de diretrizes para as políticas do setor da pesca, com base em princípios de uso sustentável e equilíbrio na distribuição dos benefícios econômicos;
- Acordo para a Implementação das Disposições da CNUDM sobre Estoques de Peixes Transzonais e de Peixes Altamente Migratórios, assinado pelo Brasil em 1997, atualmente em processo de ratificação, que visa a assegurar a conservação em longo prazo e o uso sustentável de estoques de peixes transzonais e altamente migratórios, instando a cooperação entre os estados para este fim;
- Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios, concluída em Londres, em 1973; seu Protocolo, concluído em Londres em 1978; suas emendas de 1984 e seus Anexos Opcionais III, IV e V (MARPOL 73/78), em vigor no Brasil desde 04 de março de 1998; contendo regras para a proteção do meio ambiente nos mares e nas zonas costeiras, contra a poluição, para a eliminação da poluição internacional por óleo e outras substâncias nocivas e para a minimização dos despejos acidentais de tais substâncias;
- Convenção sobre a Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e outras Matérias (Convenção de Londres, 1972), objetivando "o controle efetivo de todas as fontes de contaminação do meio marinho, capazes de gerar perigos à saúde humana, prejudicar os recursos biológicos e a vida marinha, bem como danificar as condições ou interferir em outras aplicações legítimas do mar";
- Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação, em caso de Poluição por Óleo, 1990 (OPRC 90);
- Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC-69);
- Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito (Convenção de Basileia);
- Programa de Ação Global para Proteção do Ambiente Marinho frente às Atividades Realizadas em Terra (GPA), do PNUMA;
- Convenção de RAMSAR, Convenção Relativa às Áreas Úmidas de importância internacional, especialmente como *Habitat* de Aves Aquáticas, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº. 33/92;
- Convenção sobre Mudanças Climáticas, firmada no Rio de Janeiro, em 1992, e em vigor desde 1994, sendo de grande relevância para os oceanos. A compreensão mais abrangente do papel dos oceanos na formação do clima na Terra também condiciona as linhas de pesquisas no mar;
- Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia e Protocolo Adicional;
- Tratado de Proscrição das Experiências com Armas Nucleares na Atmosfera, Espaço Cósmico e Sob a Água/Moscou, 05 de agosto de 1963;
- Convenção Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico/Rio de Janeiro, 14 de maio de 1966 (em vigor no Brasil desde 1969);
- Protocolo Adicional à Convenção ICCAT/Paris, 10 de julho de 1984;
- Tratado da Antártica/Washington, 01 de dezembro de 1959 (ratificado pelo Brasil em 1975);
- Tratado sobre a Proibição da Colocação de Armas Nucleares e outras Armas de Destruição em Massa no Leito do Mar e no Fundo do Oceano e em seu Subsolo/Londres, 11 de fevereiro de 1971 (ratificado pelo Brasil em 1988);
- Convenção sobre a Conservação das Focas Antárticas/Londres, 01 de junho de 1972 (ratificada pelo Brasil em 1991);

- Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos/Camberra, 20 de maio de 1980 (em vigor no Brasil desde 1986);
- Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção do Meio Ambiente/Madri, 03 de outubro de 1991 (ratificado pelo Brasil em 1995);
- Acordo de Conservação dos Recursos Naturais do Atlântico Sul entre Brasil e Argentina / Buenos Aires, 29 de dezembro de 1967 (em vigor no Brasil desde 1969);
- Acordo de Pesca entre Brasil e a Argentina/Buenos Aires, 29 de dezembro de 1967 (em vigor no Brasil desde 1969);
- Acordo de Pesca e Preservação de Recursos Vivos, entre o Brasil e o Uruguai/Montevidéu, 12 de dezembro de 1968 (em vigor no Brasil desde 1969);
- Acordo para a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (inclui dispositivos relativos ao desenvolvimento e ao uso sustentável dos recursos do mar);
- Acordos do MERCOSUL (Grupo de Meio Ambiente).

Esta ação vem sendo realizada no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da ONU. Tanto na CDS-IV (1996), como na CDS-VII (1999), quando oceanos e zona costeira foram temas prioritários, o Brasil apresentou sua Política para a Gestão Integrada dos Ambientes Costeiros e Marinhos, incluindo um sumário das principais iniciativas em andamento sobre o assunto.

Merece menção o projeto "Identificação e Delimitação de Estoques Pesqueiros da Guaiúba (*Ocyurus Chrysurus*) por meio de Métodos Moleculares", incluído no Programa REVIZEE/Região Central da Zona Econômica Exclusiva. Além disso, há outras iniciativas semelhantes no âmbito do REVIZEE.

Quanto aos recifes de coral, ainda não existe uma política nacional que garanta a sua proteção. No entanto, foi realizado um *workshop* nacional sobre o tema, em 1997, ano internacional dos recifes de coral. Como estratégia de operacionalização das diretrizes extraídas deste evento, foi negociado, junto ao BID, um Projeto de Conservação dos Recifes de Coral da Região de Tamandaré (litoral sul de Pernambuco) a Paripueira (litoral norte de Alagoas), uma das áreas de maior potencial turístico do litoral brasileiro. Com o apoio dos recursos do BID, está sendo implantada uma Área de Proteção Ambiental (APA) federal costeiro-marinha, já criada, em que a principal meta é a preservação dos ambientes recifais, a partir da gestão integrada do ambiente costeiro e do marinho que o influenciam, possibilitando o controle dos impactos terrestres sobre os recifes e o seu uso sustentável nas atividades de pesca e turismo. Este pode ser considerado um projeto-piloto, cujos resultados irão subsidiar uma política nacional sobre o assunto.

Além disso, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) inclui diversas áreas protegidas costeiras e marinhas, de várias categorias, cuja finalidade principal é a proteção de ecossistemas coralígenos relevantes.

Como comentário adicional a este bloco de questões, é relevante relacionar os programas específicos que tratam dos temas indicados (isto é, manejo integrado da zona costeira e desenvolvimento sustentável, inclusive impactos ambientais que afetam áreas marinhas e costeiras; proteção ambiental marinha, tanto de atividades terrestres como de atividades marítimas; uso sustentável e conservação de recursos vivos marinhos, tanto do alto-mar quanto daqueles sob jurisdição nacional). São eles:

- Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO), cujo objetivo é operacionalizar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), com o propósito de planejar e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa, as atividades socioeconômicas na Zona Costeira, de forma a garantir a utilização sustentável, por meio de medidas de controle, proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais e ecossistemas costeiros;
- Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE), cujo objetivo é proceder ao levantamento dos potenciais sustentáveis de captura dos recursos vivos na ZEE, visando a atingir as seguintes metas: inventariar os recursos vivos na ZEE e as características ambientais de sua ocorrência, determinar suas biomassas, e estabelecer os potenciais de captura sustentável;
- Programa de Ação para Proteção do Meio Ambiente Marinho das Atividades baseadas em Terra na Região do Atlântico Sudoeste (PASO), iniciativa para implementação regional do Programa Global de Ação para Proteção do Meio Ambiente Marinho frente às Atividades baseadas em Terra-PGA ("Global Programme of Action for the Protection of the Marine Environment from Land-Based Activities"- GPA), vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, tendo como ponto focal no Brasil, o MMA, cujo objetivo é prevenir a degradação do mar causada por atividades realizadas em terra;

Capítulo 1

- Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), de responsabilidade do MMA, cujo propósito é o de levantar e disseminar informações sobre a biodiversidade, identificando processos de degradação e oportunidades e ações prioritárias para a utilização sustentável dos recursos biológicos;
- Programa Global de Observação dos Oceanos (GOOS-Brasil), com o objetivo de implementar, sistematizar e tornar operacional a coleta, a análise e a transmissão de dados referentes às áreas oceânicas e costeiras, gerando produtos de impacto socioeconômico para o País;
- Programas, Projetos e Iniciativas para Proteção de Ecossistemas e de Espécies Marinhas Ameaçadas, de responsabilidade do MMA-IBAMA, tais como o Projeto TAMAR, Projeto de Manejo e Conservação de Sirênios, Projeto de Proteção à Baleia Jubarte, Conservação e Manejo de Aves Marinhas;
- Programa de Consolidação do Sistema de Unidades de Conservação do MMA-IBAMA, cujo propósito é planejar e gerenciar áreas naturais protegidas, para viabilizar os objetivos nacionais de conservação correspondentes;
- Programa Train-Sea-Coast Brasil, sediado na Fundação Universidade de Rio Grande – FURG e ligado à rede de capacitação TRAIN-X, das Nações Unidas;
- Programa de Mentalidade Marítima (PROMAR), cujo objetivo é “estimular, por meio de ações planejadas, objetivas e sistemáticas, o desenvolvimento de uma mentalidade marítima na população brasileira, consentânea com os interesses nacionais e voltada para um maior conhecimento do mar e seus recursos, da sua importância para o Brasil, da responsabilidade de sua exploração racional e sustentável e da necessidade de preservá-lo”. O PROMAR tem sua execução a cargo de um Comitê Executivo, do qual faz parte, entre outros, o MMA e o Ministério da Educação – MEC, que dispõe de canais que possibilitam a veiculação de informações sobre os ambientes costeiros e marinhos.

Além disso, o IBAMA desenvolve várias iniciativas de educação ambiental nas quais são enfatizadas a valorização da zona costeira e marinha e a necessidade de aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável aos oceanos.

No que se refere ao Ano Internacional dos Oceanos (1988), o Brasil contou com dois representantes na Comissão Mundial Independente sobre os Oceanos (CMIO), criada pela Secretaria Geral da Organização das Nações Unidas e pela UNESCO no quadro das iniciativas destinadas a comemorar o Ano Internacional dos Oceanos. Um dos representantes do Brasil exerceu, inclusive, uma das Vice-Presidências da Comissão. Ademais, o País criou uma Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos, que preparou uma contribuição bastante circunstanciada para a CMIO.

Capítulo 1

Diversidade biológica agrícola

Decisão III/11 e Decisão IV/6. Conservação e uso sustentável da diversidade biológica agrícola

329. Seu país tem identificado e avaliado atividades relevantes em curso e instrumentos existentes em nível nacional?	
a) não	
b) estágios iniciais de revisão e avaliação	X
c) estágios avançados de revisão e avaliação	
d) avaliação completa	
330. Seu país tem identificado temas e prioridades que necessitam ser elevadas em nível nacional?	
a) não	
b) em progresso	X
c) sim	
331. Seu país usa alguns métodos e indicadores para o monitoramento dos impactos dos projetos de desenvolvimento da agricultura, incluindo projetos de sistemas de intensificação e extensificação da produção, sobre a diversidade biológica?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) mecanismos em execução	X
332. Seu país vem dando passos para compartilhar experiências encaminhadas para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica agrícola?	
a) não	
b) sim – estudos de casos	
c) sim – outros mecanismos (favor especificar)	X
333. Seu país conduz estudos de casos nos temas identificados pelo SBSTTA: i) polinizadores, ii) biota do solo, e iii) manejo integrado de paisagens e sistemas fazendários?	
a) não	
b) sim – polinizadores	X
c) sim – biota do solo	X
d) sim – manejo integrado de paisagens e sistemas agrícolas	X
334. Seu país estabelece ou incentiva mecanismos de compreensão e conscientização pública da importância do uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	X
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) mecanismos em execução	
335. Seu país possui estratégias nacionais, programas e planos que asseguram o desenvolvimento e implementação bem-sucedida de políticas e ações que levam ao uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade?	
a) não	
b) estágios iniciais de desenvolvimento	
c) estágios avançados de desenvolvimento	
d) mecanismos em execução	X

Capítulo 1

336. Seu país vem promovendo a transformação de práticas agrícolas não-sustentáveis em práticas de produção sustentável adaptadas às condições bióticas e abióticas locais?	
a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	
337. Seu país promove o uso de práticas agrícolas que não apenas aumenta a produtividade, mas também evita degradação, assim como corrige, reabilita, recupera e aumenta a diversidade biológica?	
a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	
338. Seu país vem mobilizando a comunidade agrícola para o desenvolvimento, manutenção e uso de seus conhecimentos e práticas na conservação e uso sustentável da diversidade biológica?	
a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	
339. Seu país contribui para a implementação do Plano de Ação Global para a Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Genéticos de Plantas?	
a) não	
b) sim	X
340. Seu país colabora com outras Partes Contratantes para identificar e promover práticas de agricultura sustentável e manejo de paisagens integradas?	
a) não	
b) sim	X

Decisão V/5. Diversidade biológica agrícola: revisão da fase I do programa de trabalho e adoção do programa de trabalho multianual

341. Seu país tem revisado o programa de trabalho anexo para as decisões e identificado como pode colaborar para sua implementação?	
a) não	X
b) sim	
342. Seu país promove cooperações regionais e temáticas dentro da estrutura do programa de trabalho da diversidade biológica agrícola?	
a) não	
b) poucas cooperações	X
c) muitas cooperações	
d) total cooperação em todas as áreas	
343. Seu país fornece apoio financeiro para a implementação do programa de trabalho da diversidade biológica agrícola?	
a) não	
b) fundos adicionais limitados	X
c) fundos adicionais significativos	

Capítulo 1

Se Parte for país desenvolvido	
NÃO SE APLICA	
344. Seu país fornece apoio financeiro para a implementação do programa de trabalho da diversidade biológica agrícola, em particular para capacitação e estudos de casos, para países em desenvolvimento e países com economia em transição?	
a) não	
b) sim, dentro da cooperação existente no(s) programa(s)	
b) sim, incluindo fundos adicionais limitados	
c) sim, com fundos adicionais significativos	
345. Seu país apóia ações para aumentar a conscientização pública em apoio à agricultura sustentável e sistemas de produção alimentar que mantenham a diversidade biológica agrícola?	
a) não	
b) sim, com extensão limitada	X
c) sim, com extensão significativa	
346. Seu país coordena sua posição na Convenção de Diversidade Biológica e Tratado Internacional de Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura?	
a) não	
b) tomando providências para isso	
c) sim	X
347. Seu país é Parte Contratante da Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para Certos Químicos e Pesticidas Perigosos em Comercialização Internacional?	
a) não signatário	X
b) signatário – ratificação em processo	
c) instrumento de ratificação depositado	
348. Seu país apóia a aplicação do Secretário Executivo para observar a condição no Comitê de Agricultura da Organização Mundial do Comércio?	
a) não	X
b) sim	
349. Seu país colabora com outras Partes para conservação e uso sustentável de polinizadores?	
a) não	
b) sim	X
350. Seu país vem compilando estudos de casos e implementando projetos-pilotos relevantes à conservação e uso sustentável de polinizadores?	
a) não	
b) sim (favor fornecer detalhes)	X
351. As informações sobre avaliações científicas relevantes a tecnologias restritas de uso genético têm sido fornecidas por outras Partes Contratantes por meio dos meios de comunicação como o Mecanismo de Intermediação de Informação?	
a) não aplicável	
b) não	X
c) sim – relatório nacional	
d) sim – por meio do CHM	
e) sim – por outros meios (favor fornecer detalhes abaixo)	

Capítulo 1

352. Seu país tem considerado como encaminhar considerações genéricas de tecnologias restritas de uso genético sob abordagens nacionais e internacionais para uso seguro e sustentável de germoplasma?	
a) não	
b) sim – em consideração	X
c) sim – medidas em desenvolvimento	
353. Seu país realiza avaliações científicas, dos efeitos ecológicos, sociais e econômicos dos resíduos das tecnologias restritas de uso genético?	
a) não	X
b) poucas avaliações	
c) grandes programas de avaliação	
354. Seu país tem disseminado os resultados de avaliações científicas, entre o resto, sobre os efeitos ecológicos, sociais e econômicos das tecnologias restritas de uso genético?	
a) não	X
b) sim – por meio do CHM	
c) sim – por outros meios (favor fornecer detalhes abaixo)	
355. Seu país identifica modos de encaminhar os potenciais impactos do uso de tecnologias restritas de uso genético na conservação <i>in situ</i> e <i>ex situ</i> e no uso sustentável, incluindo segurança alimentar, da diversidade biológica agrícola?	
a) não	X
b) poucas medidas identificadas	
c) medidas potenciais em exame	
d) ampla revisão completa	
356. Seu país tem avaliado a necessidade de regulação efetiva em nível nacional no que diz respeito ao uso de tecnologias restritas de uso genético, que assegurem a saúde humana, o meio ambiente, a segurança alimentar, a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica?	
a) não	
b) sim – regulação necessária	X
c) sim – regulação desnecessária (favor fornecer mais detalhes)	
357. Seu país tem desenvolvido e aplicado essas regulamentações considerando, entre o resto, a natureza especificada da variedade-específica e peculiaridades da tecnologia restrita de uso genético?	
a) não	
b) sim – desenvolvido, mas ainda não aplicado	
c) sim – desenvolvido e aplicado	X
358. As informações a respeito dessas regulamentações feitas estão disponíveis para outras Partes Contratantes?	
a) não	
b) sim – por meio do CHM	
c) sim – por outros meios (favor fornecer detalhes abaixo)	X

Comentários adicionais sobre essas decisões e programas de trabalho associados

Questão 329.

A EMBRAPA preparou o Relatório Brasileiro para a FAO (preparado pelo CENARGEN sobre recursos genéticos no País). A EMBRAPA tem os seguintes programas: Recursos Genéticos para a Agricultura, Plantio Direto, Micorrizas, Manejo Integrado de Pragas. Realizou-se um *Workshop* Internacional sobre Agricultura Ecológica em 2002, no Acre. A EMBRAPA preparou o Relatório Ambiental sobre esse tema e o Levantamento para Agenda 21 – Componente Agricultura Sustentável. Maiores informações em www.embrapa.gov.br.

Questão 331.

EMBRAPA está promovendo *workshops* com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)– Programa Qualidade Ambiental na Agricultura.

O IBGE lançou publicação em 2002 sobre indicadores de Sustentabilidade Ambiental.

Questão 332.

Agricultura biológica ainda é incipiente e está mais difundida em grandes centros urbanos, atendendo a uma faixa populacional de renda mais elevada. Sua difusão é feita principalmente por incentivo de organizações não-governamentais e associações de produtores rurais.

Questão 333.

Publicado Livro *International, Initiative for the Conservation and Sustainable Use of Pollinators*, oriundo do subprojeto financiado pelo PROBIO para formular proposta.

Questões 334 e 335.

Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). Este programa conta com linhas de crédito para custeio e investimento, formação e capacitação do agricultor familiar, apoio à infra-estrutura nos municípios que tenham base na agricultura familiar e assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar. Desde 1995, já foram assinados 1.580.502 contratos, no valor total de R\$4.274.116.000,00. Dentro do PPA (2000-2003), o PRONAF conta com R\$15,5 bilhões. As principais ações do Programa são: capacitação de agricultores familiares, conselheiros municipais e técnicos; assistência financeira para projetos de infra-estrutura e serviços municipais; desenvolvimento do cooperativismo e associativismo rural; crédito rural diferenciado para custeio e investimento da produção familiar; apoio a projetos de geração de tecnologia e de assistência técnica; melhoria do processo de comercialização de produtos de origem familiar; apoio a atividades não-agrícolas geradoras de renda. O órgão responsável é o Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria da Agricultura Familiar.

Questão 353.

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBIO) exige estudos técnicos e científicos para a certificação de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs). Mais informações em www.ctnbio.gov.br.

Questão 355.

A CTNBIO é o *locus* de armazenamento das informações e dos dados resultantes de pesquisas. A fiscalização fica a cargo de órgãos de fiscalização dos Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura e da Saúde. Ver também comentário sobre legislação de Biossegurança e sobre a Resolução 305 do CONAMA (respostas às questões 79, 90, 196, 268 e 269).

Capítulo 1

Diversidade biológica florestal

Decisão II/9 e Decisão IV/7. Diversidade biológica florestal

359. Seu país inclui especialistas em biodiversidade florestal em suas delegações no Painel Intergovernamental sobre Florestas?	
a) não	
b) sim	X
c) irrelevante	
Seu país tem revisado o programa de trabalho anexo para as decisões e identificado como pode colaborar para sua implementação?	
a) não	
b) em exame	X
c) sim	
361. Seu país integra considerações sobre a diversidade biológica florestal em suas participações e colaborações com organizações, instituições e convenções que afetam ou trabalham com diversidade biológica florestal?	
a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	
362. Seu país dá alta prioridade à alocação de recursos para atividades que levam adiante os objetivos da Convenção em respeito à diversidade biológica florestal?	
a) não	
b) sim	X
<i>Se Parte for país em desenvolvimento ou de economia em transição -</i>	
363. Quando requisitada ajuda pelo GEF, seu país propõe projetos que promovem a implementação de programas de trabalho?	
a) não	
b) sim	X

Decisão V/4. Relatório de progresso da implementação do programa de trabalho para diversidade biológica florestal

As ações que seu país adota para encaminhar a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica florestal estão de acordo com a abordagem ecossistêmica?	
a) não	
b) sim	X
365. As ações que seu país adota para encaminhar a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica florestal consideram o resultado da quarta sessão do Fórum Intergovernamental sobre Florestas?	
a) não	
b) sim	X
366. Seu país contribuirá para os futuros trabalhos do Fórum sobre Florestas da ONU?	
a) não	
b) sim	X

Capítulo 1

367. Seu país forneceu informações relevantes para a implementação desse programa de trabalho?	
a) não	
b) sim – envio de estudos de casos	
c) sim – relatório nacional temático enviado	
d) sim – por outros meios (favor fornecer detalhes abaixo)	X
368. Seu país tem integrado programas de florestas nacionais com suas estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação aplicados à abordagem ecossistêmica e manejo sustentável de florestas?	
a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	
369. Seu país adota medidas que garantem a participação dos setores florestal, privado, comunidades locais e indígenas e organizações não-governamentais na implementação do programa de trabalho?	
a) não	
b) sim – poucos interessados	X
c) sim – todos interessados	
370. Seu país adota medidas para fortalecer a capacitação nacional, incluindo a capacitação local, para aumentar a eficácia e a função das redes de áreas florestais protegidas, assim como a capacitação nacional e local para a implementação de manejo florestal sustentável, incluindo restauração?	
a) não	
b) poucos programas abrangendo poucas necessidades	X
c) muitos programas abrangendo poucas necessidades	
d) programas abrangendo todas as necessidades percebidas	
e) sem necessidade percebida	
371. Seu país adota medidas para implementar as propostas de ação do Fórum Intergovernamental de Florestas e do Painel Intergovernamental sobre Florestas sobre a valorização dos produtos e serviços florestais?	
a) não	
b) em consideração	
c) medidas adotadas	X

Questão 360.

Ver comentário sobre PRONAF – Florestal na resposta à questão 139. Ver comentário sobre Avaliações por Bioma (Mata Atlântica e Amazônia) que resultaram em diagnósticos e recomendações sobre este tema nas respostas às questões 1-10 (. Maiores informações em www.mma.gov.br, www.conservation.org.br e www.sociambiental.org.br.

Questão 361.

Programa Nacional de Florestas (www.mma.gov.br).

Questão 362.

Para esta questão houve disparidade na percepção dos diferentes atores consultados. O MMA considera que o país dá prioridade à questão, tendo em vista a existência dos seguintes programas: Programa Piloto para a Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA),

Capítulo 1

Programa Nacional de Florestas (PNF), Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), Parques do Brasil, Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal (PROARCO) e iniciativas estaduais (Paraná Biodiversidade, Paraná Rural, entre outros). As instituições não governamentais consultadas, contudo, afirmam que a prioridade dada ao tema é baixa.

Questão 363.

Destacam-se o Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e o Projeto Caatinga, este último do Programa Nacional de Floresta (PNF), além do Projeto Biodiversidade da Araucária do Estado do Paraná.

Questão 364.

Os seguintes projetos podem ser citados como exemplos de ações com abordagem ecossistêmica:

- Projeto Corredores Ecológicos do Programa Piloto para a Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Ver comentários da questão 306.
- Projeto Reservas Extrativistas (RESEX). Ver comentário das questões 103 e 104.
- Programa de Apoio ao Agroextrativismo. No Cerrado este programa apóia o desenvolvimento de iniciativas de melhoria da infra-estrutura do processo produtivo, cria mecanismos que permitem o acesso das populações agroextrativistas às linhas de crédito formais, promove ações voltadas ao fortalecimento da comercialização e ao acesso de novos mercados.

Questão 367.

No Primeiro Relatório Nacional (www.mma.gov.br/ingles/sbf/chm/report/default.html).

Questão 368.

O Programa Nacional de Florestas incluiu os componentes da biodiversidade em seus objetivos e acata as diretrizes das avaliações por bioma (disponível em www.mma.gov.br/port/sbf/chm/relpub.html#biodivbr) quanto à ação nas áreas prioritárias selecionadas.

Questão 369.

Houve variação na percepção dos setores consultados quanto ao grau de participação dos diferentes setores. Portanto, não há uma resposta consensual.

Questão 371.

O Ministério do Meio Ambiente publicou o "Manual para Valoração Econômica de Recursos Ambientais" (www.mma.gov.br/port/sbf/chm/relpub.html#manual) e apoiou estudo de valoração econômica de componentes da biodiversidade.

Diversidade biológica de áreas secas e semi-úmidas

Decisão V/23. Considerações de opções para conservação e uso sustentável da diversidade biológica de ecossistemas em áreas secas, Mediterrâneas, áridas, semi-áridas, campestres e savanas

372. Seu país tem revisado o programa de trabalho anexo para decisões e tem identificado como implementá-las?	
a) não	
b) em exame	X
c) sim	
373. Seu país tem apoiado científica, técnica e financeiramente, em níveis regionais e nacionais, as atividades identificadas no programa de trabalho?	
a) não	
b) com extensão limitada	X
c) com extensão significativa	
374. Seu país promove cooperação regional ou sub-regional para implementação do programa entre países que compartilham biomas similares?	
a) não	
b) com extensão limitada	X
c) com extensão significativa	

Comentários adicionais sobre a implementação dessas decisões e programas de trabalho associados

Questão 372.

Após a avaliação dos biomas Cerrado e Pantanal, que resultou na seleção de 87 áreas prioritárias em 1999, foi constituído, em 2000, Grupo de Trabalho que elaborou uma Agenda Política para Conservação e Uso Sustentável do Cerrado e Pantanal, a ser incorporada na implementação proposta pela Política Nacional da Biodiversidade. Os planos de ação da Política Nacional da Biodiversidade estão em fase de construção. Também houve avaliação e indicação de áreas prioritárias para a conservação e o uso sustentável do bioma Caatinga.

Questão 373.

Programas governamentais que ocorrem em áreas secas e subúmidas (Cerrado, Pantanal, Caatinga e Campos Sulinos).

Programa Turismo no Coração do Brasil.

Programa Pantanal. Busca melhorar a infra-estrutura turística e incentivar outras atividades econômicas, como a aqüicultura. O valor do Programa no PPA 2000-2003 é de R\$261,5 milhões e as principais ações previstas são: estudos de oportunidades de investimentos, criação de roteiros, implantação de sinalização; implementação do gerenciamento da pesca e promoção da aqüicultura na bacia do Alto Rio Paraguai – Pantanal; na bacia do Alto Rio Paraguai: monitoramento da qualidade ambiental; criação de Unidades de Proteção Ambiental; gestão dos recursos hídricos; saneamento básico (lixo, esgoto); roteiros turísticos. O órgão responsável pelo Programa é o Ministério do Meio Ambiente. Maiores informações em www.mma.gov.br/port/sqa/pantanal.html.

Programa Desenvolvimento da Região Centro-Oeste. Promover estratégia de desenvolvimento sustentável, que integre a produção familiar na economia regional. Constituem suas principais ações: financiamento de projetos de desenvolvimento de turismo, indústria, agropecuária e agroindústria na região Centro-Oeste; desenvolvimento da infra-estrutura da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal – RIDE; estudos para o planejamento e a gestão do desenvolvimento da região Centro-Oeste. Como

Capítulo 1

principal resultado do Programa até o momento aponta-se a concepção e a implantação da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste. O órgão responsável pelo Programa é o Ministério da Integração Nacional - Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste e o valor previsto no PPA 2000-2003 é de R\$1,6 bilhão.

Programa Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). É um dos mais antigos programas governamentais na área agrícola, iniciando-se na década de 1970, em uma região até então pouco considerada para agricultura: o Cerrado do Brasil Central. Incorporado ao Avança Brasil, o PRODECER está em sua terceira fase, beneficiando Tocantins e Maranhão (atendeu, anteriormente, a Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia). Com base em um convênio entre Brasil e Japão, o programa visa a estimular o assentamento de agricultores associados a cooperativas e empreendedores do setor, dando-lhes apoio técnico e econômico. As principais ações previstas para o Programa são: prestação de assistência técnica aos beneficiários do PRODECER; financiamento para a expansão agrícola do Cerrado. Como principais resultados apresentados, até agora, apontam-se: assentamento de mais de 750 colonos em uma área de aproximadamente 360 mil ha, em 21 projetos, nas três fases do PRODECER (Sul, Centro e Norte dos cerrados); geração de uma produção anual de 570 milhões de toneladas de grãos, com um valor estimado de US\$133 milhões; geração anual de R\$33 milhões em impostos e mais de 57 mil empregos; investimentos da ordem de US\$55 milhões; aumento da exportação da soja pela empresa Vale do Rio Doce em São Luís (crescimento a uma taxa de 25% ao ano); transformação de pequenas cidades ou mesmo povoados, em grandes pólos regionais com a implantação de projetos. O órgão responsável pelo Programa é o Ministério da Agricultura e do Abastecimento – DFPV. O valor no PPA 2000-2003 é de R\$47,9 milhões.

Programa Nacional de Florestas – Caatinga. Mais de 10 áreas da Caatinga foram escolhidas como prioritárias para aplicação dos recursos da ordem de US\$60 milhões do projeto de investimento que o Governo do Brasil, por meio do Programa Nacional de Florestas, está negociando com o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (*Global Environment Facility*). A distribuição das áreas abrange todo o Semi-Árido brasileiro, que inclui o norte do Estado de Minas Gerais e os nove estados nordestinos. A proposta do projeto "Uso Sustentável dos Recursos Florestais e Conservação da Biodiversidade na Eco-região da Caatinga" tomou como base as áreas selecionadas na reunião de avaliação do bioma Caatinga em 2000 que indicou 82 áreas prioritárias.

Questão 374.

O Centro Nacional de Pesquisas para a Conservação de Aves Silvestres (CEMAVE) do IBAMA tem cooperação da Argentina e do Uruguai para aves migratórias.

Há um projeto, coordenado pela Fundação ESQUEL, que visa a estabelecer indicadores de desertificação (www.esquel.org.br) e o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) lançou edital em 2001 para apoiar projetos de estudos sobre desertificação no País (www.mma.gov.br).

O Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) tem o Programa de Apoio a Pequenos Projetos no Cerrado (www.ispn.org.br) e o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) também está apoiando, por meio de uma instituição coordenadora, programa de apoio a pequenos projetos na Caatinga.

Editais do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável de Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO). O PROBIO adotou como prática a seleção de projetos nas áreas prioritárias dos biomas brasileiros, separando-os em dois grupos: ecossistemas abertos (Caatinga, Cerrado, Campos Sulinos) e ecossistemas fechados (Amazônia e Mata Atlântica), para privilegiar os ecossistemas abertos, evitando-se a concorrência conjunta com os projetos de ecossistemas fechados, que tradicionalmente têm os melhores formuladores de propostas de projetos, visto concentrarem as regiões mais desenvolvidas nesta área no País (Amazônia e Mata Atlântica).

Capítulo 1

Decisão V/20. Operações da Convenção

375. Seu país considera o equilíbrio de gênero, o envolvimento de povos indígenas e de membros da comunidade local, e o alcance de especialistas em disciplinas relevantes, ao apontá-los para inclusão na lista de participantes?	
a) não	
b) sim	X
376. Seu país participa ativamente das atividades regionais e sub-regionais com intuito de se preparar para encontros da Convenção e aumentar as implementações da Convenção?	
a) não	
b) com extensão limitada	X
c) com extensão significativa	
377. Seu país tem revisto os programas nacionais e as necessidades relacionadas com a implementação da Convenção e, se apropriado, informado o Secretário Executivo?	
a) não	
b) em exame	
c) sim	X

Favor usar esse espaço para identificar quais atividades específicas seu país tem conduzido como RESULTADO DIRETO de Partes Contratantes para a Convenção, fazendo referências a questões anteriores quando apropriado:

Questão 376.

O Brasil participou de todas as reuniões regionais preparatórias para as reuniões da Conferência das Partes organizadas pelo Secretariado da CDB, bem como em reuniões regionais do CHM, da Rede Interamericana de Informação em Biodiversidade (IABIN) e da União Mundial para a Conservação (IUCN) sobre Estratégias Nacionais e Planos de Ação para a CDB.

Questão 377.

Sim, como parte do processo de elaboração da Política Nacional da Biodiversidade; das Avaliações por Bioma; das Agendas Positivas para Amazônia e Cerrado e Pantanal; das Políticas de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia e Mata Atlântica; e Agenda 21 Nacional e Agenda 21 da Amazônia. Foram elaboradas também sínteses: Saberes Tradicionais e Biodiversidade e sete sínteses sobre conhecimento da biodiversidade (águas doces, invertebrados marinhos, invertebrados terrestres, vertebrados, plantas terrestres, biodiversidade genética e diversidade microbiana) e realizada análise da adequação da legislação brasileira ambiental à CDB.

Favor usar esse espaço para identificar iniciativas conjuntas com outras Partes, fazendo referências a questões anteriores quando apropriado:

--

Favor usar esse espaço para prover qualquer comentário adicional em assuntos relacionados à implementação nacional da Convenção:

--

Esse questionário é baseado nos Artigos da Convenção e decisões da Conferência das Partes. Favor fornecer informações sobre quaisquer dificuldades encontradas na interpretação desse questionário.

--

Capítulo 1

Caso o seu País tenha completado sua estratégia sobre biodiversidade nacional e seu plano de ação (NBSAP), favor fornecer as seguintes informações:

Data de conclusão:	4 de julho de 2002, na 37ª. Reunião Extraordinária do CONAMA quando foi ratificado o texto da Política Nacional da Biodiversidade, convertido no Decreto 4.339 de 22 de agosto de 2002.		
Caso o NBSAP tenha sido adotado pelo Governo			
Por qual autoridade?	Presidente da República		
Em qual data?	22 de agosto de 2002		
Caso o NBSAP tenha sido publicado, favor fornecer			
Título:			
Nome e endereço do editor:			
ISBN:			
Valor (caso aplicável):			
Outras informações para pedidos:			
Caso o NBSAP não tenha sido publicado			
Favor fornecer detalhes completos sobre como cópias podem ser obtidas:	www.mma.gov.br		
Caso o NBSAP tenha sido publicado em um <i>website</i> nacional			
Favor fornecer URL completo:			
Caso o NBSAP tenha sido apresentado para Agência da Implementação do GEF			
Favor indicar qual agência:			
Cópia do NBSAP foi apresentada ao Secretariado da Convenção?			
Sim		Não	



Capítulo 1

Favor fornecer detalhes similares caso tenha completado Estudo Nacional de Biodiversidade ou outro relatório ou plano de ação relevante aos objetivos dessa Convenção

Em 22 de agosto de 2002 Decreto nº. 4.339 instituiu os princípios e as diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade.

A formulação e a submissão à sociedade de minuta que originou o Decreto nº. 4.339 de 22 de agosto de 2002 foram graduais. Primeiro, houve consulta *on-line* para recepção de contribuições em 2001, que resultou em um conjunto de mais de 1,5 mil contribuições que foram organizadas em bancos de dados e, a partir destas, elaborados relatórios temáticos por artigo da CDB, a partir dos quais foi elaborada minuta de Política Nacional da Biodiversidade que foi submetida à sociedade brasileira em quatro reuniões de consulta nas regiões brasileiras, envolvendo 330 pessoas no total, representantes dos setores gestores da biodiversidade. Nesse processo, foram também incorporadas as recomendações dos especialistas participantes (média de 200 especialistas por reunião) das cinco avaliações por bioma (disponível em www.mma.gov.br/port/sbf/chm/relpub.html#biodivbr). Foi realizada reunião em junho de 2002 na Câmara dos Deputados do Brasil para apresentar para políticos brasileiros as linhas gerais de formulação do decreto que instituiu os princípios e as diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade. Em junho de 2002, foram realizadas duas reuniões extraordinárias da Comissão Coordenadora do PRONABIO (em 14 e 20 de junho) que tem representantes de Governo, não-governo e setor empresarial, para revisar a minuta de Decreto da PNB, e a 37ª Reunião Extraordinária do CONAMA, com a participação de aproximadamente 100 pessoas, teve como objetivo revisar a última versão da minuta do decreto que foi encaminhado para a Casa Civil e resultou no Decreto nº. 4.339, de 22 de agosto de 2002.

Favor fornecer detalhes a respeito de qualquer corporação nacional (e.g. escritório nacional de auditoria) que tem revisado ou que irá avaliar a implementação da Convenção em seu País

Capítulo 1

ANEXO I

Lista de Projetos GEF no Brasil em 2002

Nome do Projeto	Região	Área Focal	Agência	Tipo de Projeto	GEF Grant (US\$M)	Estágio do Projeto	Detalhes e Documentos
	LAC	Biodiversity	IBRD	Full Size Project	0.213	PDF B	http://www.gefonline.org/projectDetails.cfm?projID=1122
Brazilian Biodiversity Fund	LAC	Biodiversity	IBRD	Full Size Project	20.000	Council Approved	http://www.gefonline.org/projectDetails.cfm?projID=126
National Biodiversity Project	LAC	Biodiversity	IBRD	Full Size Project	10.000	Council Approved	http://www.gefonline.org/projectDetails.cfm?projID=58
The Pantanal: Ecosystem Management of a Major Center of Wetland Biodiversity	LAC	Biodiversity	UNDP	Full Size Project	0.000	Council Approved	http://www.gefonline.org/projectDetails.cfm?projID=1120
National Biodiversity Strategy and National Report	LAC	Biodiversity	UNDP	Enabling Activity	0.943	CEO Approved	http://www.gefonline.org/projectDetails.cfm?projID=421
Amazon Region Protected Areas Program (ARPA)	LAC	Biodiversity	IBRD	Full Size Project	30.350	CEO Endorsed	http://www.gefonline.org/projectDetails.cfm?projID=771
Promoting Biodiversity Conservation and Sustainable Use in the Frontier Forests of Northwestern Mato Grosso	LAC	Biodiversity	UNDP	Full Size Project	6.984	CEO Endorsed	http://www.gefonline.org/projectDetails.cfm?projID=834
Establishment of Private Natural Heritage Reserves in the Brazilian Cerrado	LAC	Biodiversity	UNDP	Medium Size Project	0.750	CEO Approved	http://www.gefonline.org/projectDetails.cfm?projID=868
Parana Biodiversity Project	LAC	Biodiversity	IBRD	Full Size Project	8.000	CEO Endorsed	http://www.gefonline.org/projectDetails.cfm?projID=1287
Subtotais para o resultado			77.239			9 Projetos	

Capítulo 1

Nome do Projeto	Região	Área Focal	Agência	Tipo de Projeto	GEF Grant (US\$M)	Estágio do Projeto	Detalhes e Documentos
Rio de Janeiro Integrated Ecosystem Management in Production Landscapes of the North-Northwestern Fluminense	LAC	Multiple Focal Areas	IBRD	Full Size Project	6.966	PDF B	http://www.gefonline.org/project/Details.cfm?projID=1544
Caatinga Biome Conservation and Sustainable Management Project	LAC	Multiple Focal Areas	IBRD	Full Size Project	10.000	Pipeline	http://www.gefonline.org/project/Details.cfm?projID=1476
Subtotais para o resultado		16.966			2 Projetos		

Nome do Projeto	Região	Área Focal	Agência	Tipo de Projeto	GEF Grant (US\$M)	Estágio do Projeto	Detalhes e Documentos
Integrated Management of Land-Based Activities in the Sao Francisco Basin	LAC	International Waters	UNEP	Full Size Project	4.771	CEO Endorsed	http://www.gefonline.org/project/Details.cfm?projID=1544
Integrated Watershed Management Program for the Pantanal and Upper Paraguay River Basin	LAC	International Waters	UNEP	Full Size Project	6.615	CEO Endorsed	http://www.gefonline.org/project/Details.cfm?projID=1476
Subtotais para o resultado		11.386			2 Projetos		

Capítulo 1

ANEXO II

Lista de Representantes do Governo Federal Participantes da 1ª Reunião para Consolidação do Segundo Relatório Nacional da Convenção sobre Diversidade Biológica Brasília, 7 e 8 de novembro de 2002, Academia de Tênis – Americel Hall

	Gerente	Programa	Instituição	Telefone	E-mail
1.	Adalberto da Costa Filho	Florestas Nacionais	IBAMA	61 316 1663	adalberto.meira-filho@ibama.gov.br
2.	Afonso Celso Valois		EMBRAPA	61 272 4622	valois@sede.embrapa.br
3.	Aldo Carvalho	Relator		61 317 1042	
4.	Alfredo Carlos de Oliveira Tavares	Gestão da Participação em Organismos Internacionais	MRE	61 411 6677	tavares@mre.gov.br
5.	Alfredo Souza Mendes	Ciência e Tecnologia para Gestão de Ecossistemas	MCT	61 317 8112	alf@mct.gov.br
6.	Ana Francisca Fernandes Correa		MCT	61 317 8003	
7.	Ana Lúcia Dolabella	BIOVIDA	ANA	61 445 5231	anadolabella@ana.gov.br
8.	André Guimarães	PRODEAGRO	MIN	61 321 6500	andré.peixoto@integracao.gov.br
9.	Antônio João de Oliveira	Desenvolvimento dos Cerrados	MAA	61 2737141	antonio.campo@terra.com.br
10.	Braulio Ferreira de Souza Dias	BIOVIDA	MMA	61 317 1120	braulio.dias@mma.gov.br
11.	Cláudio Itaborahy	Proágua – Gestão	ANA	61 445 5204	claritti@ana.gov.br
12.	Comandante Celso Moraes Peixoto Serra	CEPLAC	MB	61 429 1309	pauloh@netgate.com.br
13.	Comandante José Iran Cardoso	PROANTAR – MD	MD	61 429 1651	proantar@prove.com.br
14.	Comandante Marcelo Augusto da Cunha Porto	Recursos do Mar Comando da Marinha	MD	61 429 1309	pauloh@netgate.com.br
15.	Daniela Oliveira	BIOVIDA	MMA	61 317 1209	daniela.oliveira@mma.gov.br
16.	Danielle Schalub Martins	BIOVIDA	MMA	61 317 1120	danielle.martins@mma.gov.br
17.	Demóstines Moraes	Amazônia Sustentável	MMA	61 325 5224	jorg@rudah.com.br
18.	Divino da Costa Vaz	Desenvolvimento da Amazônia Legal	MIN	61 414 5870	divino.vaz@integracao.gov.br
19.	Ednardo de Freitas Machado	Florestar	MMA	61 317 1149 61 225 7314	ednardo.machado@mma.gov.br
20.	Eduardo Neto	Qualidade Ambiental	MMA	61 317 1225	eduardo.neto@mma.gov.br
21.	Fátima Massimo		MMA/DAÍ		maria-fatima.massimo@mma.gov.br
22.	Fátima Pires de Almeida	BIOVIDA	MMA	61 317 1319	fatima.oliveira@mma.gov.br

Capítulo 1

	Gerente	Programa	Instituição	Telefone	E-mail
23.	Fernando Luiz da Fonseca Ramos	Florestar	MMA	61 317 1127	fernando.ramos@mma.gov.br
24.	Francisca Menezes		MMA	61 317 1089	francisca.menezes@mma.gov.br
25.	Francisco Osvaldo Alves Barbosa	Desenvolvimento da Pesca	MAA	61 218 2880	geovanio@agricultura.gov.br
26.	Frederico Magalhães		FUNAI	61 313 3713	frederico.magalhaes@funai.gov.br
27.	Gabriela Tunes da Silva	BIOVIDA	MMA	61 317 1042	gabriela.silva@mma.gov.br
28.	Gilton Carlos	Relato		61 317 1042	
29.	Gislaine Disconzi	CNPT	IBAMA		gdisconzi@yahoo.com
30.	Gustavo Martinelli	Jardim Botânico	JBRJ - MMA		
31.	João Arthur Seyffarth	BIOVIDA	MMA	61 317 1042	joao-arthur.seyffarth@mma.gov.br
32.	João Luis Fernandino	Pantanal	MMA	61 468 6575	ppantanaljoao@hotmail.com
33.	José Pedro de Oliveira Costa	SECRETÁRIO	MMA	61 317 1115	
34.	Kátia Márcia Habara	Desenvolvimento da Amazônia Legal	MI		
35.	Manoel Lima Feitosa	Florestas Nacionais	IBAMA	61 316 1259	manoel.feitosa@ibama.gov.br
36.	Manuel Serrão	Pantanal	MMA	61 468 6575	ppantanalmanuel@hotmail.com
37.	Marco Antonio Cardenas	PROBEM da Amazônia	ANA	61 317 1351	mauricio.amazonas@mma.gov.br
38.	Maria Alves	Gestão Ecossistema	MCT	61 317 8111	mluiza@mct.gov.br
39.	Maria Angélica Ikeda	Ponto Focal da CDB	MRE	61 411 6673 6674	maikeda@mre.gov.br
40.	Maria Carolina Hazin	Parques do Brasil	MMA	61 317 1199	maria-carolina.hazin@mma.gov.br
41.	Maria Cristina de Sá	Nossos Rios: Paraíba do Sul Despoluição de Bacias Hidrográficas	ANA	61 445 5209 Fax: 61 445 5331	cristina@ana.gov.br
42.	Maria José Sampaio		EMBRAPA	61 448 4545	zeze.sampaio@embrapa.com.br
43.	Maria José Monteiro	Desenvolvimento do Nordeste	MI		
44.	Marília Marques Guimarães Marini	BIOVIDA	IBAMA	61 316 1170	marilia.marini@ibama.gov.br
45.	Maurício Aroucha	Relator		61 317 1042	
46.	Nadja Cunha	Expansão e Consolidação Conhecimento Científico e Tecnológico	MCT	61 317 7580	ncunha@mct.gov.br
47.	Narue Chiki		PNUD	61 329 2135	narue@undp.org.br

Capítulo 1

	Gerente	Programa	Instituição	Telefone	E-mail
48.	Núbia Cristina B. Silva	BIOVIDA	MMA	61 317 1042	nubia-cristina.silva@mma.gov.br
49.	Oscar de Aguiar Rosa Filho	Controle de Fronteiras para Proteção Agricultura	MAA	61 218 2317	jmachado@agricultura.gov.br
50.	Patrícia Netzler Saraiva	BIOVIDA	MMA	61 317 1203	patricia.saraiva@mma.gov.br
51.	Paula Pereira	Educação Ambiental	MMA	61 317 1207	paula.pereira@mma.gov.br
52.	Ricardo Félix Santana		CNPQ		
53.	Rita de Cássia do Vale Caribé	Gestão da Política do Meio Ambiente	MMA	61 317 1391	rita-cassia.caribe@mma.gov.br
54.	Roberta Giudice		CONJUR		roberta.giudice@mma.gov.br
55.	Rogério Cerqueira		ABC	61 411 6818	rcerqueira@abc.mre.gov.br
56.	Rogério Magalhães	BIOVIDA	MMA	61 325 1292	rogerio-marcos.magalhaes@mma.gov.br
57.	Rogério Pereira Dias	Controle de Fronteiras para Proteção Agricultura	MAA	61 218 2317	rogeriodias@agricultura.gov.br
58.	Sérgio Alberto de Oliveira Almeida	Proteção da Amazônia	SIPAM/PR	61 411 5200	sergio@sipam.gov.br
59.	Simão Marrul Filho	Recursos Pesqueiros Sustentáveis	MMA	61 317 1492	simao.filho@mma.gov.br
60.	Simone Wolff Silva		CONJUR		simone-wolff.silva@mma.gov.br
61.	Suzana Alipaz	Nossos Rios: São Francisco	ANA	61 445 5356	alipaz@ana.gov.br
62.	Tânia Jardim		ABC	61 411 6899	
63.	Teresa Moreira	BIOVIDA	MMA	61 325 1292	teresa.moreira@mma.gov.br
64.	Thereza Barros	Controle de Fronteiras para Proteção Agricultura	MAA	61 218 2317	thereza@agricultura.gov.br

Capítulo 1

ANEXO III

Lista de Programas Federais com os Respetivos Gerentes Consultados em 2002 por meio de Ofício para a Consolidação do Segundo Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica

	PROGRAMAS	MINISTÉRIO	GERENTE	TELEFONE	E-MAIL
1	Amazônia Sustentável	MMA	Jorg Zimmerman	61 325 5224	jorg@rudah.com.br
2	Biotecnologia e Recursos Genéticos – GENOMA	MCT	Ana Lúcia Delgado Assad	61 317 8008 226 0834	aassad@mct.gov.br
3	Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa	MCT	Alice Rangel de Paiva Abreu	61 348 9403 ou 348 9402	alice@cnpq
4	Ciência e Tecnologia para Gestão de Ecossistemas	MCT	Luiz Carlos de Miranda Joels	61 348 9311 ou 317 8112	joels@mct.gov.br
5	Conservação Ambiental de Regiões Mineradas	MME	Carlos Augusto Ramos Neves	61 224 0147	cneves@dnpm.gov.br
6	Desenvolvimento Agroambiental do Estado do Mato-Grosso – PRODEAGRO	MIN	Morgana Mendes Pedro de Oliveira	61 321 6500	morganna.oliveira@integracao.gov.br
7	Desenvolvimento da Amazônia Legal	MIN	Divino da Costa Vaz	61 414 5870	divino.vaz@integracao.gov.br
8	Desenvolvimento da Aquicultura	MAA	Alexandre Caixeta Spindola	61 218 2901	acs@agricultura.gov.br
9	Desenvolvimento da Pesca	MAA	Geovanio Milton de Oliveira	61 218 2880	geovanio@agricultura.gov.br
10	Desenvolvimento da Região Centro-Oeste	MIN	Manuel Marcos Maciel Formiga	61 414 5606	marcos.formiga@integracao.gov.br
11	Desenvolvimento da Região Nordeste	MIN	Cristina Maria Silva Albuquerque	61 414 5749	cristina.albuquerque@integracao.gov.br
12	Educação Ambiental	MMA	Maria José Gualda Oliveira	61 317 1207	educambiental@mma.gov.br
13	Expansão e Consolidação do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	CNPQ	Telma Krug	348 0491	
14	Florestar	MMA	Raimundo Deusdará Filho	61 317 1440	raimundo.deusdara@mma.gov.br
15	Florestas Sustentáveis	MMA	Humberto Candeias Cavalcanti	61 225 4443	chumberto@sede.ibama.gov.br
16	Gestão da Política do Meio Ambiente	MMA	Rita de Cássia do Vale Caribé	61 317 1070	rita-cassia.caribe@mma.gov.br
17	Pantanal	MMA	Oneida D. da Silva Freire	61 317 1215 ou 317 1020	oneida.freire@mma.gov.br
18	Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – PLANAFLORO	MIN	Morgana Mendes Pedroza de Oliveira	61 321 6500	morganna.oliveira@integracao.gov.br
19	Proteção da Amazônia	PR	Whitney Lacerda de Freitas	61 411 5200	whitney@sipam.gov.br
20	Sociedade da Informação - INTERNET II	MCT	André Amaral de Araújo	61 317 7633	andreamaral@mct.gov.br
21	Território e Cultura Indígenas	MJ	Artur Nobre Mendes	61 226 7168 313-3501	artur@funai.gov.br
22	Turismo Verde	MMA	Ricardo José Soavinski	61 317 1412 ou 317-1329	ricardo.soavinski@mma.gov.br
23	Zoneamento Ecológico Econômico	MMA	Luiz Camargo de Miranda	61 317 1091	luiz.miranda@mma.gov.br

Capítulo 1

	PROGRAMAS	MINISTÉRIO	GERENTE	TELEFONE	E-MAIL
24	BIOVIDA	MMA	Braulio Ferreira de Souza Dias	61 317 1175 ou 317-1120	bfscdias@mma.gov.br
25	PROBEM da Amazônia	MMA	Maurício Carvalho Amazonas	61 317 1379	mauricio.amazonas@mma.gov.br
26	Parques do Brasil	MMA	Marco Antônio Ramos Caminha	61 317 1246	marco.caminha@mma.gov.br
27	Recursos Pesqueiros Sustentáveis	MMA	Simão Marrul Filho	61 317 1492	simao.filho@mma.gov.br
28	PROÁGUA – Gestão	MMA	João Gilberto Lotufo Conejo	61 445 5204 ou 445 5246	jglotufu@ana.gov.br
29	Nossos Rios: Araguaia – Tocantins	MMA	José Edil Benedito	61 445 5260 ou 445 5246	jose.edil@ana.gov.br
30	Nossos Rios: São Francisco	MMA	Antônio Félix Domingues	61 445 5212 ou 445 5330	felix@ana.gov.br
31	Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios	MMA	Humberto Candeias Cavalcanti	61 316 1268 ou 226 7067	chumberto@sede.ibama.gov.br
32	Gestão da Política de Ciência e Tecnologia	MCT	André Amaral de Araújo	61 317 7683	andreamaral@mct.gov.br
33	Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Organizações Internacionais	MRE	Embaixador Almir Franco de Sá Barbuda	61 411 6711 6742 ou 323 3849	almir@mre.gov.br
34	Cooperação C&T Internacional	MRE	Marília Sardenberg Zelner Gonçalves	61 411 6565 ou 226 4840	msardenberg@mre.gov.br
35	Controle de Fronteiras para Proteção da Agropecuária	MAA	Júlio de Castilhos Matzzenbacher Machado	61 218 2317 2314	jmachado@agricultura.gov.br
36	Desenvolvimento dos Cerrados	MAA	Nelson Victo Trombeta	61 218 2324	trombeta@agricultura.gov.br
37	Gestão da Política Agropecuária	MAA	Ângelo Bressan Filho	61 218 2741 2147	abressan@agricultura.gov.br
38	Recursos do Mar	MD	Contra-Almirante Paulo César Dias de Lima	61 429 1309	pauloh@netgate.com.br
39	PROANTAR	MD	Contra-Almirante Paulo César Dias de Lima	61 429 1309	pauloh@netgate.com.br
40	Vigilância Sanitária portos/aerportos/fronteiras	MS	Daniel Lins Menucci	61 448 1122	daniel.lins@anvisa.gov.br
41	Nossos Rios: Paraíba do Sul	MMA	Dilma Seli Pena Pereira	61 445 5108 ou 445 5331	dilma.seli@ana.gov.br
42	Águas do Brasil	MMA	Jair Sarmento da Silva	61 445 5238 ou 445 5246	jairsarmento@ana.gov.br
43	Qualidade Ambiental	MMA	Reinaldo Aparecido de Vasconcelos	61 317 1225 ou 317 1371	reinaldo.vasconcelos@mma.gov.br
44	Brasil Joga Limpo	MMA	Carmem Dolores Paranhos Sampaio	61 317 1476	carmen.sampaio@mma.gov.br
46	BIOVIDA – FNMA	MMA	Eliane Fernandes da Silva	61 317 1203	eliane.fernandes@mma.gov.br
48	Parques do Brasil	MMA	Ana Paula Leite Prates	61 317 1199	ana-paula.prates@mma.gov.br

Capítulo 1

	PROGRAMAS	MINISTÉRIO	GERENTE	TELEFONE	E-MAIL
50	BIOVIDA	JBRJ	Sergio Bruni	21 251 0511 ou 21 2294 6012	sbruni@jbri.gov.br
55	Qualidade Ambiental	MMA	Alison Coutinho	61 317 1154	alison.coutinho@mma.gov.br
56	FLORESTAR	MMA	Ednardo de Freitas Machado	61 317 1322	ednardo.machado@mma.gov.br
57	BIOVIDA	IBAMA	Humberto Candeias Cavalcanti	61 316 1227	
58	CORREDORES	MMA	Militão de Moraes Ricardo	61 317 1125	militao.ricardo@mma.gov.br
59	Pantanal	MMA	Manuel Serrão	61 468 6575	ppantanalmanuel@hotmail.com
60	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	ANA	Ana Lúcia Dolabella	61 445 5231	
61	BIOVIDA	IBAMA	José de Anchieta	61 316 1165	mbampi@sede.ibama.gov.br
62	BIOVIDA	MMA	Daniela Oliveira	61 317 1209	daniela.oliveira@mma.gov.br
65	BIOVIDA - CGEN	MMA	Rogério Magalhães	325 1292	
66	BIOVIDA - CGEN	MMA	Rinaldo Mancin	325 5412	rinaldo-cesar.mancin@mma.gov.br
67	Diretoria de Articulação Interinstitucional e Agenda 21	MMA	Francisca Menezes	317 1185	francisca.menezes@mma.gov.br

Capítulo 1

ANEXO IV

Lista de Participantes de Organizações Não-governamentais da 2ª Reunião para a Consolidação do Segundo Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica Brasília, 26 e 27 de novembro de 2002, Israel Pinheiro

	ONG	REPRESENTANTE	TELEFONE	E-MAIL	SITE
1.	Associação Potiguar Amigos da Natureza – ASPOAN	Francisco Iglesias	84 211 1009 84 219 4000 84 9401 9901	aspoan@eol.com.br xblu@eol.com.br iglesias@eol.com.br	
2.	ASSOCIAÇÃO PLANTIO DIRETO NO CERRADO	Pedro Luiz de Freitas	62 229 0230	pedrofreitas@terra.com.br apdc-df@terra.com.br	
3.	CONSERVATION INTERNATIONAL	Ricardo Bomfim Machado	61 340 1537	r.machado@conservation.org.br	www.conservation.org.br
4.	Fundação Pró-Natureza – FUNATURA	Adolpho Kesselring	61 274 5449 61 9976 1715	adolpho@funatura.org.br	www.funatura.org.br
5.	Fundo Brasileiro Para Biodiversidade – FUNBIO	Cláudia de Souza	21 2579 0809	claudia@funbio.org.br	www.funbio.org.br
6.	Fundação Biodiversitas	Roberto Messias Franco	31 3292 8235 31 9959 1422	roberto.messias@principecharles.com.br	www.biodiversitas.org.br
7.	Fundação Grupo ESQUEL Brasil	Maria Lúcia	61 322 2062	esquelbr@ax.apc.org silvio@esquel.org.br	www.esquel.org.br
8.	Fundação o Boticário de Proteção à Natureza	Verônica Theulen	41 381 7145	veronicat@boticario.com.br	www.boticario.com.br
9.	WWF BRASIL	Rosa Lemos	61 364 7459	rosa@wwf.org.br	www.wwf.org.br
10.	WWF BRASIL	Helena Maltez	61 364 7460	helena@wwf.org.br	www.wwf.org.br
11.	Instituto de Estudos Sócio-Ambiental do Sul da Bahia – IESB	Raquel Teixeira de Moura	73 634 2179	rmoura@iesb.org.br	www.iesb.org.br
12.	Instituto Sociedade, População e Natureza -ISPN	Giovani Consiglio	61 327 8085	gconsiglio@ispn.org.br ispn@ispn.org.br	www.ispn.org.br
13.	Instituto Socioambiental - ISA	Nurit Bensusan	61 349 5114	nurit@socioambiental.org	www.socioambiental.org
14.	Instituto Socioambiental - ISA	Ticiano Imbroisi	61 349 5114	ticiano@socioambiental.org	www.socioambiental.org
15.	Associação Mico-Leão-Dourado	Denise Rambaldi	22 2778 2025	rambaldi@micoleao.org.br	www.micoleao.org.br
16.	Rede Mata Atlântica	Betsey Neac			
17.	Rede Pró Unidade de Conservação	Joaquim de Britto Neto	11 9744 3226	joaquimbcn@uol.com.br redeprouc@redeprouc.org.br	
18.	Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN	Murilo Sérgio Arantes	69 939 3414 11 223 3597 61 316 1078	murilo@ro.ibama.gov.br	
19.	Sociedade Zoológico do Brasil	Adriana Bocchiglieri	61 346 6274	mamiferos@zoo.df.gov.br	www.szb.org.br

ANEXO V

Lista de Técnicos Consultados em 2001 para Responder ao *Guideline* de Forma Independente

Nome	Instituição
Antônio Carlos Guedes	CENARGEN/EMBRAPA
Antonio Edson	Diretoria de Áreas Protegidas – MMA
Newton Zerbini	Diretoria de Florestas – MMA
Fernando Siqueira Magnani	Sociedade de Zoológicos do Brasil
Francisca Mendes de Menezes	ASIN/MMA
Helena Piccoli Romanowski	Departamento de Zoologia/UFRGS
Joarez Moreira	Programa Nacional de Educação Ambiental – MMA
José Maria Cardoso da Silva	Departamento de Zoologia/UFPE
Luiz Paulo Pinto	Conservation International do Brasil
Marcelo R. Tunes	MME
Marcos di Bernardo	Museu de Ciência e Tecnologia/PUCRS
Maria Iolita Bampi	IBAMA
Maria José Almstalden Sampaio	EMBRAPA
Oneida Freire	Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro – MMA
Roberto Brandão Cavalcante	Departamento de Zoologia/Universidade de Brasília
Roberto Coimbra	Secretaria de Recursos Hídricos – MMA
Ronaldo Seroa Motta	Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas – IPEA
Sávio Mendonça	Educação Ambiental/MMA
Sérgio de Almeida Bruni	Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Simão Marrul	Gerente do Projeto de Gestão de Recursos Pesqueiros – MMA
Takako Matsumura Tundisi	Ministério da Educação – CAPES

Capítulo 1

ANEXO VI

Lista das Secretarias Estaduais Responsáveis pelo Tema Meio Ambiente Consultadas em 2002 por meio de Ofício para Consolidação do Segundo Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica

ESTADO	SECRETÁRIO	NOME DA SECRETARIA	ENDEREÇO	FONE
ACRE	Carlos Edergard de Deus	INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC	RUA RUI BARBOSA 135 CENTRO 69900-120 - RIO BRANCO - AC	68 224 5694
ALAGOAS	Sandra Menezes	INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA	AVENIDA MAJOR CÍCERO DE GOES MONTEIRO 2197 57217-320 - MUNTANGE-AL	82 221 6747
AMAPÁ	Antônio Carlos da Silva Farias	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE	AVENIDA MENDONÇA FURTADO Nº53 CENTRO 68900-060 - MACAPÁ - AP	96 212 5301
AMAZONAS	Estevão Vicente Cavalcanti de Paula	INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS - IPAAM	RUA RECIFE 3280 PARQUE 10 DE NOVEMBRO 69057-002 - MANAUS-AM	92 643 2325
BAHIA	José Francisco de Carvalho Neto	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEPLANTEC	AVENIDA LUIZ VIANA FILHO Nº250 2ªAVENIDA CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA 41746-900 - SALVADOR - BA	71 370 3944
CEARÁ	Albert Brasil Gradvol	SECRETARIA DA OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	AV.BARÃO DE STURDART Nº505 1ºANDAR PALÁCIO DA ABOLIÇÃO MEIRELES - ALDEOTA 60120-000 - FORTALEZA-CE	85 433 1017 1016
DISTRITO FEDERAL	Antônio Magno Figueira Netto	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SEPN 511 BL A ED. BITTAR II 70750-901 BRASÍLIA - DF	61 340 3789 61 340 3777
ESPÍRITO SANTO	Domingos Sávio do Pinto Martins	SECRETARIA DE ESTADO PARA ASSUNTOS DE MEIO AMBIENTE - SEAMA	RUA GENERAL OSÓRIO 83 ED. PORTUGUAL 16ºANDAR 29028-900 - VITÓRIA - ES	27 3381 6343
GOIÁS	Carlos Antônio Silva	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	AV.85 Nº745 ED. FÁTIMA SETOR SUL. 74080-010-GOIÂNIA - GO	62 201 3650 62 201 3614
MARANHÃO	Othelino Nova Alves Neto	GERÊNCIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	AV. CARLOS CUNHA S/Nº 65076-820 - CALHAU - SÃO LUÍS - MA	98 218 8745 218 8701
MATO GROSSO DO SUL	Márcio Antônio Porto Carreiro	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE	RUA DESEMBARGADOR LEÃO NETO DO CARMO S/Nº BL 03 QD 03 79031-902 PARQUE DOS PODERES - CAMPO GRANDE - MS	67 318 5708 5707
MATO GROSSO	Frederico G. de Moura Muller	FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA	RUA D, S/Nº PALÁCIO PAIAGUÁS - CPA 78050-970	65 613 7200 7209
MINAS GERAIS	Celso Castilho de Souza	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AV.PRUDENTE DE MORAIS 1671 4º E 5ºANDAR SANTA LÚCIA 30380-000 - BELO HORIZONTE - MG	31 3298 6320
PARÁ	Emanuel Aresti Santana Gonçalves Matos	SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE - SECTAM	TV.LOMAS VALENTINA 2717 MARCO 66095-770 - BELÉM-PA	91 276 5100
PARAÍBA	Francisco Jácome Sarmento	SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS E MINERAIS - SEMARH	AVENIDA JOÃO DA MATA S/Nº CENTRO ADMINISTRATIVO BL. 02 2ºANDAR 58019-900 - JOÃO PESSOA - PB	83 218 4371
PARANÁ	José A. Andregueto	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	RUA DESEMBARGADOR MOTA Nº3384 BAIRRO MERCÊS 80430-200 - CURITIBA - PR	41 322 1611
PERNAMBUCO	Cláudio José Marinho Lúcio	SECRETARIA DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE - SECTMA	RUA BENFICA 285 MADALENA 50720-001- RECIFE - PE	81 3303 8022
PIAUI	Ana Virgínia Escócio Tavares Silva	SECRETARIA DE MEIO DO ESTADO DO PIAUI	RUA DESEMBARGADOR FREITAS Nº1599 ED. VI CENTRO. 64240 -000 - TERESINA - PI	86 221 8570

Capítulo 1

ESTADO	SECRETÁRIO	NOME DA SECRETARIA	ENDEREÇO	FONE
RIO DE JANEIRO	Liszt Vieira	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	RUA PINHEIRO MACHADO S/Nº PRÉDIO ANEXO DO PALÁCIO GUANABARA 2ºANDAR 22238-900 - LARANJEIRAS – RIO DE JANEIRO-RJ	21 2299 5301 21 2299 5285
RIO GRANDE DO NORTE	Stênio Petrovich Pereira	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE - IDEMA	CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO - BR 101 BL.SEPLAN- LAGOA NOVA 59064-901-NATAL - RN	84 232 1967
RIO GRANDE DO SUL	Cláudio Roberto Bertoldo Langone	SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - SEMA	RUA CARLOS CHAGAS 55 9ºANDAR SALA 911 90030-020 - PORTO ALEGRE - RS	51 3288 8130
RONDÔNIA	José Ribamar da Cruz Oliveira	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL – SEDAM	ESTRADA DO SANTO ANTÔNIO Nº900 PARQUE CUJUBIM 78900-970 - PORTO VELHO - RO	69 224 2220
RORAIMA	Waldemar Mutran Paracat	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – SEPLAN – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE - DEMA	RUA CORONEL PINTO 241 CENTRO 69301-150 - BOA VISTA - RR	95 623 1909
SANTA CATARINA	Jaime de Souza	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE - SDM	AV. OSMAR CUNHA 183 ED. CEISA CENTER BL. B 5ºANDAR SALA 502 88015-900 - FLORIANÓPOLIS - SC	48 224 6166 48 222 9403
SÃO PAULO	José Goldenberg	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE	AV.PROFESSOR FREEDERICO HERMANN JÚNIOR 345 5ºANDAR ALTO DE PINHEIROS 05489-900 - SÃO PAULO-SP	11 3030 6179
SERGIPE	Reynaldo Nunes de Moraes	ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	AVENIDA HERÁCLITO ROLLEMBERG 4444-49030-640 - ARACAJU - SE	79 249 1840
TOCANTINS	Olívio William Reis de Carvalho	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE	AANO ESPLANADA DAS SECRETARIAS, CENTRO 77085-050 - PALMAS - TO	63 218 1155

Capítulo 1

ANEXO VII

Lista de Organizações Não-governamentais Consultadas em 2002 por meio de Ofício para a Consolidação do Segundo Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica

	ONG	PRESIDENTE	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
1.	Associação de Defesa do Meio Ambiente do Avaré – ADEMA	Mitzi Yara de Freitas Vieira	Rua São Paulo nº1241, Avaré 18700-070 – São Paulo -SP	14 3732 2367	sheymir@uol.com.br
2.	Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente – ANAMMA	Gerson Almeida	Av. Carlos Gomes 2120 Três Figueiras 90480-002 - Porto Alegre - RS	51 3382 1502 1503 1506	gerson@smam.prefpoa.com.br
3.	Aracruz Celulose – AS	Carlos Augusto Lira Aguiar	Rua Lauro Muller 116, 4ºandar 22299-900 - Rio de Janeiro - RJ	21 3820 8111	amqc@aracruz.com.br
4.	Associação Potiguar Amigos da Natureza– ASPOAN	Francisco Iglesias	Rua Pedro da Fonseca Filho, 8989 – Ponta Negra 59090-080 - Natal - RN	84 211 1009 84 219 4000 84 9401 9901	aspoan@eol.com.br xblu@eol.com.br iglesias@eol.com.br
5.	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – ASP-TA	Sílvio Diniz G. De Almeida	Rua da Candelária 9 6ºAndar Centro 20091-020 - Rio de Janeiro – RJ	21 2253 8317	aspta@alternex.com.br
6.	Associação Plantas do Nordeste - PNE	Ana Maria Giuliatti	Av. Gal. San Martin,1371 Bl. 07 Salas 4 ou 5	81 3446 1486	imsear@uefs.br pne@netpe.com.br
7.	Associação Plantio Direto	André Ramalho Flores	SCLN 712 Bloco C Loja 18 70760-533 - Brasília - DF	61 273 2154	srbomjesus@faeg.com.br
8.	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS	Félix de Bulhões	Avenida das Américas Nº1155 Sala 706 – Barra da Tijuca 22640-000 - Rio de Janeiro - RJ	21 2494 3021	fb@fb.com.br
9.	Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	Roger Agnelli	Av. Graça Aranha nº26 20005-900 – Rio de Janeiro - RJ	21 3814 4477	roger.agnelli@cvr.com.br marta.santos@cvr.com.br
10.	Conselho Nacional da Indústria – CNI	Armando de Queiroz Monteiro Neto	SBN Qd. 01 Bl. C Ed. Roberto Simonsen 17ºandar 70040-903 – Brasília-DF	61 317 9528	presidente@cni.org.br koliveira@cni.org.br
11.	Conselho Nacional de Defesa Ambiental – CNDA	Lívio Antonio Giosa	Rua Dr. Renato Paes de Barros 512 Conj.131 – Itaimbibi 04530-000 - São Paulo -SP	11 3168 7944	glm@liviogiosa.com.br
12.	CONSERVATION INTERNATIONAL	Diretor Presidente: Roberto Brandão Cavalcanti	SCLN 212 Bloco D Sala 103 70864-540 - Brasília - DF	61 340 1537	r.cavalcanti@conservation.org.br mcelestina@conservation.org.br
13.	Pesquisa e Desenvolvimento – ECOFORÇA	Evaristo Eduardo de Miranda	Rua Mário Bianchi, 238 13830-000 - Santo Antônio de Posse - SP	19 9745 5786	ecof@ecof.org.br
14.	FÓRUM BRASILEIRO DE ONGS		SCLN 210 Bloco C Sala 21 70862-530 - Brasília-DF		webmaster@ongsbrasil.org
15.	Fundação Pró-Natureza – FUNATURA	Henrique Brandão Cavalcanti	SCLN 107 Bloco B Sala 201/207 70743-520 - Brasília - DF	61 274 5449	funatura@funatura.org.br
16.	Fundo Brasileiro Para Biodiversidade – FUNBIO	Diretor: Pedro Wilson Leitão	Largo do Ibam nº1 6ºandar Bairro:Humaitá 22271-070 - Rio de Janeiro - RJ	21 2579 0809	pedro@funbio.org.br carmen@funbio.org.br claudia@funbio.org.br
17.	Fundação BIODIVERSITAS	Roberto Messias Franco	Rua Ludgero Dolabela 1021 7ºandar Bairro: Gutierrez 30430-130 - Belo Horizonte	31 3292 8235	roberto.messias@principecharlem.br

Capítulo 1

	ONG	PRESIDENTE	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
18.	Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável - FBDS	Israel Klabin	Rua Golf Club 115 São Conrado 22610-040 - Rio de Janeiro - RJ	21 3322 4520	fbds@alternex.com.br
19.	Fundação Gaia	Íterina: Lara Lutzenberger	Rua Jacinto Gomes nº39 Santana 90040-270 - Porto Alegre - RS	51 3331 3105 51 3330 3567	fundgaia@terra.com.br sede@fgaia.org.br
20.	Fundação Grupo ESQUEL Brasil	César Aguiar	SAS Qd.06 Bl.K Sala 801-A 70070-100 - Brasília-DF	61 322 2062	esquelbr@ax.apc.org silvio@esquel.org.br
21.	Fundação Museu do Homem Americano - FUNDHAM	Niede Guidon	Centro Cultural Sérgio Motta s/nº São Raimundo Nonato 64770-000 – Piauí - PI	89 582 1700 89 582 1612	fundham@terra.com.br guidon@terra.com.br
22.	Fundação o Boticário de Proteção à Natureza	Miguel Serediuk Milano	Avenida Rui Barbosa nº. 3450 Bairro Afonso Pena São José dos Pinhais 83065-260 - Paraná -PR	41 381 7396	elizangelas@boticario.com.br
23.	FUNDAÇÃO ONDA AZUL	Gilberto Passos Gil Moreira	Rua Ladeira da Misericórdia 7 Bairro Sé 40020-330	71 321 3122	salvador@ondaazul.org.br
24.	FUNDAÇÃO TERRA MIRIM	Denise Menezes Dos Santos	Rodovia Ba 093 km 07 Simões Filho 43700-000 - Salvador - BA	71 396 9810	chiniata@xama.com.br
25.	Fundação Vitória Amazônica – FVA	Diretora: Muriel Saragoussi	Av. Djalma Batista 440 Bairro: Nossa Senhora das Graças 69053-000 - Manaus - AM	92 642 4559	muriel@fva.org.br
26.	Fundo Mundial para a Natureza -WWF	Secretário Geral: Roberto Messias Franco	SHIS QL 6/8 Conjunto E Lago Sul 71620-430 - Brasília - DF	61 364 7400	eliane@wwf.org.br rosa@wwf.org.br helena@wwf.org.br
27.	Fundação Rio Parnaíba – FURPA	Carlos Máximo de Carvalho Barros	Av. Maranhão 1954 Bairro Pirajá 64003-160 - Teresina - PI	86 213 1870	furpa@ig.com.br
28.	GREENPEACE	Frank Guggenheim	Rua Dos Pinheiros 240 Conj.21 Pinheiros 05422-000 - São Paulo - SP	11 3066 1155	frank.guggenheim@br.greenpeg
29.	Grupo Ambiental da Bahia - GAMBÁ	Coord. Exec. Renato Cunha	Avenida Juracy Magalhães Júnior 768 Ed. Rv Center Sala 102 Rio Vermelho 41940-060 – Salvador - BA	71 240 6822	gamba@gamba.org.br ascom@rma.org.br
30.	Grupo de Trabalho Amazônico – GTA	Leide Araújo de Aquino	Grupo De Trabalho Amazônico SAIS Lote 08 Galpão nº.1 Canteiro Central Do Metro 70602-900 - Brasília-DF	61 346 7048	gta nacional@gta.org.br cleo.soares@uol.com.br
31.	Instituto de Estudos Sócio-Ambiental do Sul da Bahia – IESB	Rui Rocha	Rua Major Homem Del'Rei 147 Cidade Nova. 45652-180- Ilhéus - BA	73 634 2179	rui.rocha@iesb.org.br dajuda@iesb.org.br
32.	Instituto Acqua – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental	Fábio Vital	Rua Felipe Sabag 200 Piso 1 Sala 1-A Centro. 09400-130 - Ribeirão Pires – SP	11 4828 2159	fabvital@terra.com.br
33.	Instituto de Ecologia Tropical – ECOTROPIC	Fidelis Júnior Martins Paixão	Travessa Mauriti, 1061 – apt. 105 – Pedreira 66080-650 - Belém – PA	91 244 3675 91 914 42351	fidelis@argonautas.org.br

Capítulo 1

	ONG	PRESIDENTE	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
34.	Instituto de Ecoturismo do Brasil – IEB	João Alieve	Rua Minerva 156 – Perdizes, 05007-030 - São Paulo - SP	11 3875 5574	ieb.ieb@uol.com.br
35.	Instituto de Estudos da Religião – ISER	Rubem César Fernandes	Ladeira da Glória 98 22211-120 - Rio De Janeiro – RJ	21 2555 3750	iser@iser.org.br samyra@iser.org.br
36.	Instituto de Manejo e Certificação Florestal Agrícola – IMAFLORA	Secretário Executivo: André de Freitas	Estrada A, Quadra A, Lote 15 – Caixa Postal 411 3400-970 – Piracicaba – SP	19 3414 4015	andre@imaflora.org
37.	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia-IPAM	Carlos Augusto Klink	SCLN 210 Bloco C Sala 211 70862-530 – Brasília -DF	61 340 9992	ipamdf@terra.com.br
38.	Instituto de Vitae Civilis	Coordenador Executivo: Rubens Harry Born	Caixa Postal 1908 06890-970 São Lourenço da Serra - SP	11 4686 1814 1965	rborn@vitaecivilis.org.br dlupinacci@vitaecivilis.org.br
39.	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – AMAZON	Coordenador Executivo: Paulo Gonçalves Barreto	Rodovia Mario Covas Passagem Pau d'arco Conjunto Village Pau d'arco nº.9 Bairro do Coqueiro 67113-000 - Ananindeua – Pará - PA	91 235 4214	pbarreto@amazon.org.br
40.	INSTITUTO ECOAR	Coordenadora Geral: Miriam Duailibi	Rua Coriolano 28 – Vila Romana 05047-000 - São Paulo - SP	11 3871 0370	miriam@ecoar.org.br
41.	Instituto ECOPLAN	Marco Aurélio Viliotto	Rua Padre Agostinho 1114 – Mercês 80430-050 - Curitiba - PR	41 336 5527	ecoplan@ecoplan.org.br
42.	Instituto Sociedade, População e Natureza -ISPN	Donald Sawyer	SCLN 202 Bloco B Sala 101/106 70832-525 - Brasília – DF	61 327 8085	don@ispn.org.br soraya@ispn.org.br
43.	Instituto Socioambiental - ISA	Neide Esterici	SCLN 210 Bloco C Sala 112 70862-530 - Brasília – DF	61 349 5114	esterici@socioambiental.org
44.	Instituto Terra	Superintendente Executivo: Sebastião Ribeiro Salgado Júnior	Fazenda Bulcão Caixa Postal 005 Aimorés 35200-000 - MG	33 3267 2302	iterra@logosnet.com.br
45.	INSTITUTO TERRA AZUL	Pedro Ivo de Souza Batista	Rua Crateús 1250 Parquelândia 60455-780 - Fortaleza – Ceará	85 3088 5618	pedroisb@matrix.com.br
46.	MATER NATURA – Instituto de Estudos Ambientais	Paulo Aparecido Pizzi	Rua Desembargador Westphalen, 15 – 16º Andar 80010-110 - Curitiba – PR	41 225 7185	maternatura@maternatura.org
47.	Mico-Leão-Dourado	Diretora Executiva: Denise Marçal Rambaldi	Rua Francisco Xavier Mota, 407 Casimiro de Abreu 28860-000 - Rio de Janeiro - RJ	22 2778 2025	rambaldi@micoleao.org.br
48.	Núcleo Amigos da Terra	Maria Henriqueta Homrich	Rua Carlos Trein Filho, 13 – Auxiliadora 94450-120 Porto Alegre – RS	51 3332 8884	foebr@cpovo.net

Capítulo 1

	ONG	PRESIDENTE	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
49.	OS VERDES – MOVIMENTO DE ECOLOGIA SOCIAL	André Luz Luiz	Rua Santo Amaro 129 – Glória 22211-130 - Rio de Janeiro - RJ	21 2224 6713	rrocco@openlink.com.br
50.	REDE CERRADO	Coordenadora: Irene Maria dos Santos	1ª Avenida nº364 Setor Universitário 74605-020 – Goiânia - GO	62 202 1620	ibrace@cultura.com.br
51.	Rede Jardins Botânicos	Sérgio Bruni	Rua Pacheco Leão 915 – Presidência 22460-030 - Rio de Janeiro – RJ	21 2511 0511	ana.marmello@jbrj.gov.br
52.	REDE MATA ATLÂNTICA	Coordenador: João Paulo Capobianco	Avenida Higienópolis 901 01238-001 - São Paulo - SP	11 3660 7949	capo@socioambiental.org
53.	Rede de Desenvolvimento Humano – REDEH	Thais Corral	Rua Álvaro Alvim 21/16º Centro 20031-010 - Rio de Janeiro - RJ	21 2262 1704	thaisc@redhe.org.br
54.	Rede Pró Unidade de Conservação	Ibsen de Gusmão Câmara	Rua Schiller 702-B Alto da XV 80050-260 - Curitiba - PR	41 262 9255	redeprouc@redeprouc.org.br
55.	Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres – RENTAS	Dener Giovani	Caixa Postal 6231 70749-970 - Brasília - DF	61 368 8970	renctas@renctas.org.br cecilia@renctas.org.br
56.	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	Clayton Ferreira Lino	Rua do Horto 931, Horto Florestal 02377-000 - São Paulo – SP	11 6231 8555 R=244 338	cnrrbma@uol.com.br
57.	Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN	Célia da Silva Pereira Coordenadora do Programa	SHIN Av. L4 Norte Ed. Sede IBAMA Bl. A DIREC/CGUC/RPPN 70800-200	61 316 1078	celiapereirapereira@bol.com.br
58.	Sociedade Nordestina de Ecologia - SNE	Tânia Barza	Av. Visconde de Suassuna 923 Sala 204 Ed. Bosque de Versalhes – Boa Vista 50050-540 - Recife - PE	81 3231 5242	sne@sne.org.br
59.	Sociedade Zoológico do Brasil	Raul Gonzáles A. Costa	Avenida das Nações Via L4 Sul s/nº Jardim Zoológico de Brasília 70610-100 – Brasília - DF	61 445 1061	presi@zoo.df.gov.br dicon@zoo.df.gov.br
60.	SODERMA	Paulo Finotti	Rua Thomas Nogueira Gaia, 1403 – Jardim Irajá 14020-290 - Ribeirão Preto – SP	16 623 3752	soderma@uol.com.br
61.	SOS Amazônia	Miguel Scarcello	Rua Pará, 61 – Cadeia Velha 69900-400 - Rio Branco – AC	68 223 1036 68 223 6937	miguelsc@sosamazonia.org.br sosamaz@uol.com.br
62.	SOS MATA ATLÂNTICA	Roberto Luiz Leme Klabin	Rua Manoel da Nóbrega 456 Bairro Paraíso 04001-001 - São Paulo - SP	11 3887 1195	smata@sosmataatlantica.org.br
63.	Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental – SPVS	Cloves Ricardo Borges	Rua Gultemberg 296 80420-030 Batel – Curitiba - PR	41 242 0280	cloves@spvs.org.br
64.	TAMAR	Maria Angela Marcovaldi	Caixa Postal 2219 Rio Vermelho 40223-970 - Salvador – BA	71 676 1045	neca@tamar.org.br
65.	The Nature Conservancy – TNC	Diretora: Angela Tresinari	SHIN Centro de Atividades 5 Conjunto J Bloco B Sala 301/309 71503-505 - Brasília - DF	61 468 4819	atresinari@tnc.org.br

Capítulo 2

Capítulo 2

A POLÍTICA NACIONAL DA BIODIVERSIDADE



Foto: Rafael Oliveira

A Política Nacional da Biodiversidade

O Desenvolvimento da Política Nacional da Biodiversidade

A definição de uma Estratégia Nacional de Biodiversidade é uma das principais exigências aos países signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB. Para atendê-la, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) criou um projeto e elaborou uma Política Nacional da Biodiversidade em conjunto com a sociedade brasileira. O processo abrangeu cinco etapas:

1. Levantamento de informações gerais sobre biodiversidade, estratégias nacionais de biodiversidade de outros países, legislação ambiental, conhecimentos tradicionais, conservação, avaliações de áreas e ações prioritárias para conservação da biodiversidade nos biomas brasileiros, e vários textos que objetivam dar subsídios ao processo de consulta;
2. Realização de amplo processo de consulta à nação sobre os itens que devem constar na Política Nacional de Biodiversidade. Essa consulta envolveu os estados da União, universidades, centros de pesquisa e ensino, sociedade civil organizada (organizações não-governamentais e organizações de classe), setor empresarial, entre outros;
3. Planejamento e elaboração de uma proposta de Política Nacional de Biodiversidade composta de componentes, diretrizes e objetivos integrados com as atuais políticas públicas que abordam o tema biodiversidade;
4. Discussão da proposta de Política Nacional da Biodiversidade com representantes de vários setores da sociedade;
5. Criação de um instrumento legal para normatizar a gestão da biodiversidade no Brasil.

A Participação Nacional

Para permitir uma ampla participação no processo de consulta, o MMA elaborou um esquema em que as propostas para a Política Nacional foram elaboradas em várias instâncias. Cada estado da União realizou uma consulta, envolvendo órgãos estaduais, universidades, centros de pesquisa e ensino, representantes dos setores empresariais, organizações não-governamentais e representantes de classes, e encaminhou um conjunto de propostas ao MMA. Com base nessas propostas, foi elaborada a Primeira Versão da Política Nacional de Biodiversidade (PNB). Os estados foram organizados em regiões, e a Primeira Versão da Política foi discutida em quatro reuniões regionais, realizadas em abril e maio de 2002. As contribuições obtidas nas reuniões regionais foram os subsídios para a elaboração da Segunda Versão da PNB, realizada em julho de 2002. Ao final do processo, a versão final da PNB foi convertida em um instrumento legal, que normatiza a gestão da biodiversidade no Brasil. O esquema a seguir mostra as etapas do processo:

Capítulo 2

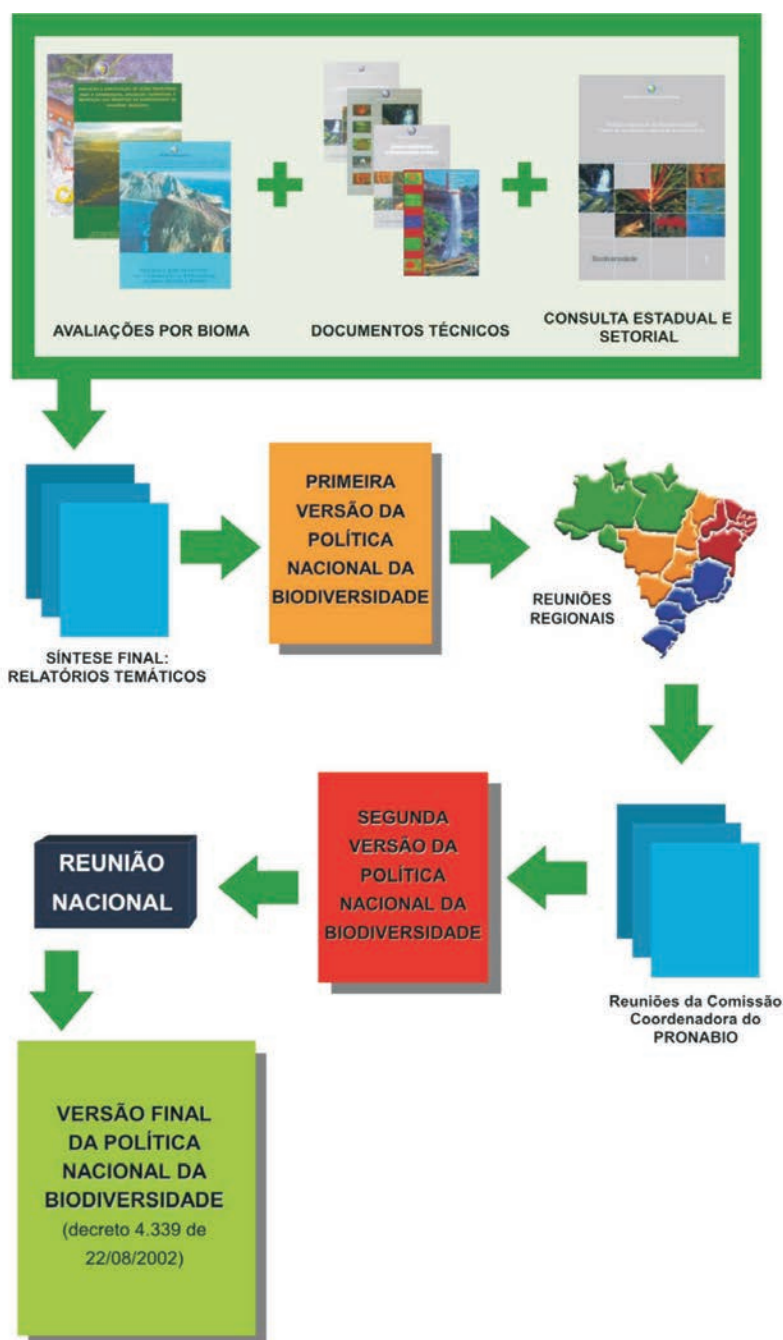


Figura 1. As etapas do processo de elaboração da Política Nacional da Biodiversidade

1. As avaliações por bioma

O conhecimento das áreas e das ações prioritárias para a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade brasileira é fundamental para a gestão ambiental. Para atender a essa demanda, o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO – apoiou a realização de cinco grandes avaliações divididas por biomas (Amazônia, Mata Atlântica e Campos Sulinos, Cerrado e Pantanal, Caatinga, Zona Costeira e Marinha), envolvendo especialistas, tomadores de decisão e organizações não-governamentais. Com uso de metodologia inovadora, que pressupôs a elaboração prévia de documentos por especialistas, foi realizada discussão para indicação, por consenso, de áreas e ações prioritárias para todo o País.

Cada avaliação por bioma teve como resultados: sumário executivo e mapa-síntese, além de documentos e mapas temáticos disponíveis *on-line* (www.mma.gov.br). Os resultados das cinco grandes avaliações estão sintetizados em uma publicação. É importante ressaltar que o sucesso das recomendações depende, em grande medida, do comprometimento dos setores ligados à utilização e à proteção dos recursos naturais com as propostas apresentadas. Assim, a adoção de uma abordagem participativa se faz imprescindível. Por isso, a definição de áreas e ações prioritárias para a conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira baseou-se no consenso técnico-científico de cerca de 950 especialistas de todas as regiões do país. Os documentos produzidos nessas avaliações foram subsídios importantes para a elaboração da Política Nacional da Biodiversidade. O capítulo 3 do presente volume contém a síntese nacional das avaliações por biomas.

2. Documentos Técnicos

Os documentos abaixo listados foram utilizados como subsídios à elaboração da primeira versão da Política Nacional da Biodiversidade. Todos os documentos estão disponíveis no endereço www.mma.gov.br/biodiversidade.

- a) **Relatório Nacional para a CDB.** O Primeiro Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), publicado em 1998 em cumprimento ao artigo 6º desta Convenção, mostra um amplo conjunto de informações sobre o estado de conhecimento da diversidade biológica brasileira, a capacidade institucional do país, a caracterização da legislação, programas e políticas nacionais voltadas para biodiversidade, a participação do Brasil nos programas da CDB e a apresentação de perspectivas brasileiras em relação à CDB.
- b) **Análise Comparativa das Estratégias Nacionais de Diversos Países.** Esse documento, elaborado pelo Almirante Ibsen G. Câmara para o projeto da Estratégia Nacional de Biodiversidade em abril] de 1999, compara as estratégias nacionais de biodiversidade de 47 países e Europa (55 países).
- c) **Adequação da Legislação Ambiental Brasileira à Convenção sobre Diversidade Biológica.** Esse documento, elaborado por Simone Wolff em maio de 1999, compara a legislação ambiental brasileira aos artigos da CDB. A análise realizada classificou cada artigo da CDB (do 6º ao 19º) em termos de sua adequação à legislação brasileira.
- d) **Grupos de Trabalho Temáticos.** Foi realizada uma revisão dos artigos da CDB agrupados em dez temas (identificação, monitoramento, avaliação e minimização de impactos negativos; conservação *in situ*; conservação *ex situ*; utilização sustentável de componentes da biodiversidade e incentivos; acesso aos recursos genéticos, conhecimento associado e repartição de benefícios; estratégia nacional de diversidade biológica; educação, conscientização pública e intercâmbio de informações; acesso e transferência de tecnologia, repartição de benefícios e uso seguro de biotecnologias; produtos da biodiversidade, diversidade genética, espécies domesticadas e parentes silvestres; microorganismos e biodiversidade dos solos).
- e) **Estudos de Caso sobre Repartição de Benefícios.** Este relatório, elaborado por Márcio de Miranda Santos, lista diversas modalidades de repartição de benefícios oriundos do uso de componentes da biodiversidade e de conhecimentos tradicionais associados, e estudos de experiências de repartição de benefícios realizadas no Brasil e no exterior.
- f) **Conhecimento da Diversidade Biológica Brasileira.** Foi elaborada uma série de estudos sobre o conhecimento da diversidade biológica brasileira. Os trabalhos, coordenados pelo Prof. Thomas Lewinsohn (UNICAMP), envolveram diversos grupos taxonômicos e trazem estimativas de riqueza de espécies (conhecidas e esperadas) e capacidade instalada (pesquisadores, instituições, coleções).
- g) **Valoração Econômica da Biodiversidade.** Estudos de caso no Brasil, elaborados por Peter H. May, Fernando C. Veiga Neto e Osmar V. Chévez Pozo. O trabalho mostra um levantamento de vários projetos voltados para o uso sustentável de recursos naturais.
- h) **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil.** Este relatório, elaborado pela equipe do Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas-NUPAUB sob a coordenação do Prof. Antônio Carlos Diegues (USP), traz um levantamento das referências bibliográficas que tratam de grupos indígenas e não-indígenas no Brasil.



Capítulo 2

3. A consulta estadual e setorial

Para que a Política Nacional da Biodiversidade fosse elaborada de forma participativa, o MMA realizou uma consulta a vários setores da sociedade envolvidos com a temática da biodiversidade. Participaram da consulta representantes dos governos estaduais e federal, ONGs, universidades, povos indígenas, quilombolas e empresários. Para tanto, foi elaborado um roteiro para consulta nacional, para facilitar a sistematização das sugestões desses setores. O roteiro foi dividido em 10 temas prioritários (inventário e identificação da diversidade biológica, monitoramento, avaliação e mitigação de impactos, conservação *in situ*, conservação *ex situ*, utilização sustentável de componentes da biodiversidade, distribuição de benefícios, gestão da biotecnologia, educação e conscientização pública, cooperação científica, aspectos legais), e cada estado ou setor consultado elaborou um conjunto de propostas para cada um desses temas. Ao final do processo, havia um grande número de propostas, que foram sintetizadas em relatórios temáticos.

4. Relatórios Temáticos

Com o intuito de sistematizar as recomendações contidas nas avaliações por biomas e na consulta e as informações presentes nos documentos técnicos, o Ministério do Meio Ambiente solicitou a dez especialistas que elaborassem relatórios temáticos, contendo as recomendações consensuais e as não-consensuais ou divergentes da consulta. Para sistematizar as contribuições obtidas na Consulta Nacional, o Ministério do Meio Ambiente solicitou a especialistas em diferentes áreas relacionadas à biodiversidade que elaborassem relatórios contendo a síntese das propostas dos Estados e dos outros setores da sociedade para a Política Nacional de Biodiversidade, para nove diferentes temas. Os relatórios temáticos contêm a lista das recomendações consensuais, a lista das recomendações discordantes, um conjunto de diretrizes e ações nacionais, e um conjunto de diretrizes a ações por biomas. Os relatórios temáticos estão listados a seguir:

1. Conservação *ex situ* (Tânia Sampaio Pereira e Alicia da Silva Cruz)
2. Conservação *in situ* (Luiz Paulo Pinto)
3. Cooperação Científica e Tecnológica (Ana Lúcia Delgado Assad e Perseu dos Santos)
4. Distribuição de Benefícios (Cristina Maria do Amaral Azevedo e Karin Vecchiatti)
5. Educação Ambiental (Ana Lucia Tostes de Aquino Leite, Maria José Gualda de Oliveira, Naná Mininni Medina, Paula Moraes Pereira)
6. Gestão da Biotecnologia (Rubens Onofre Nodari e Miguel Pedro Guerra)
7. Gestão da Biotecnologia (Eliana Fontes)
8. Inventário e Caracterização da Biodiversidade (José Maria Cardoso da Silva)
9. Monitoramento e Avaliação e Mitigação de Impactos (Rui Cerqueira)
10. Utilização Sustentável dos Componentes da Biodiversidade (Weber Amaral e Milton Kanashiro)

As reuniões regionais e nacional

A partir das recomendações existentes nos relatórios temáticos, uma equipe de consultores elaborou a primeira versão da Política Nacional da Biodiversidade. Essa versão estava organizada em seis componentes (conhecimento da biodiversidade, conservação da biodiversidade, utilização sustentável dos componentes da biodiversidade, repartição de benefícios, desenvolvimento científico e tecnológico, e informação, educação e sensibilização pública), que continham um conjunto de diretrizes e objetivos específicos. A primeira versão da Política Nacional da Biodiversidade foi levada à discussão em quatro reuniões regionais. Cada reunião contou com cerca de 60 participantes, que foram divididos em quatro grupos de trabalho. Ao longo de dois dias, os participantes realizaram as modificações que acharam pertinentes ao documento. Ao final das quatro reuniões regionais o MMA dispunha de um conjunto de 16 documentos com modificações à Política Nacional da Biodiversidade que foram sistematizados em um documento único. Essa sistematização foi realizada pela equipe técnica do MMA, e buscou não sintetizar e(ou) interpretar nenhuma das recomendações feitas nas reuniões regionais, para que o documento representasse fielmente as demandas dos grupos consultados. Tal documento continha, então, um grande número de diretrizes e objetivos específicos, e muitos deles poderiam ser sintetizados. Essa síntese foi realizada pela Comissão Coordenadora do Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), que analisou, sintetizou e reformulou o documento. Foram realizadas mudanças substanciais na Política Nacional em relação à sua primeira versão, incluindo a criação de novas diretrizes nos componentes propostos, mudanças de ênfase de alguns componentes e a criação de um novo componente (Arcabouço Jurídico e Institucional). Ao longo de duas reuniões, a Comissão Coordenadora do PRONABIO elaborou a Segunda Versão da Política Nacional da Biodiversidade.

A segunda versão da Política Nacional da Biodiversidade foi discutida na 37ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Nessa reunião nacional estiveram presentes, além dos membros do CONAMA, convidados do MMA de diversos setores da sociedade. A partir das contribuições obtidas nessa reunião foi elaborada a minuta de decreto, que foi enviada à casa civil. No dia 22 de agosto de 2002, o Presidente da República assinou o decreto nº 4339, que instituiu a Política Nacional da Biodiversidade. O quadro abaixo mostra o número de diretrizes e objetivos específicos das diversas versões da Política Nacional da Biodiversidade:



Capítulo 2

		COMPONENTES							TOTAL
		1	2	3	4	5	6	7	
Primeira Versão	Diretrizes	4	4	4	1	3	3	-	19
	Objetivos Específicos	24	31	29	5	14	13	-	116
Após Reuniões Regionais	Diretrizes	5	6	7	3	3	5	-	29
	Objetivos Específicos	64	95	80	21	37	57	-	354
Após reunião da Comissão Coordenadora do PRONABIO	Diretrizes	4	5	4	3	2	3	5	26
	Objetivos Específicos	26	48	33	30	18	30	53	238
Versão Final – Decreto 4.339 de 22 de Agosto de 2002	Diretrizes	4	5	4	3	2	3	6	27
	Objetivos Específicos	38	58	36	40	17	35	57	281

A partir do quadro pode-se observar que a participação dos representantes dos setores gestores da biodiversidade alterou de forma significativa a estrutura e o conteúdo da Política Nacional da Biodiversidade. Ao construir uma Política Nacional da Biodiversidade com tal nível de participação, o MMA pretendeu dar voz àqueles diretamente afetados pela Política, para que ela refletisse, no maior grau possível, todas as suas demandas.



Capítulo 2

DECRETO Nº 4.339, DE 22 DE AGOSTO DE 2002

Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e Considerando os compromissos assumidos pelo Brasil ao assinar a Convenção sobre Diversidade Biológica, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, em 1992, a qual foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº. 2, de 3 de fevereiro de 1994, e promulgada pelo Decreto nº. 2.519, de 16 de março de 1998;

Considerando o disposto no art. 225 da Constituição, na Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, na Declaração do Rio e na Agenda 21, ambas assinadas pelo Brasil em 1992, durante a CNUMAD, e nas demais normas vigentes relativas à biodiversidade; e

Considerando que o desenvolvimento de estratégias, políticas, planos e programas nacionais de biodiversidade é um dos principais compromissos assumidos pelos países membros da Convenção sobre Diversidade Biológica;

DECRETA :

Art. 1º Ficam instituídos, conforme o disposto no Anexo a este Decreto, princípios e diretrizes para a implementação, na forma da lei, da Política Nacional da Biodiversidade, com a participação dos governos federal, distrital, estaduais e municipais, e da sociedade civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 22 de agosto de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Carlos Carvalho

ANEXO

Da Política Nacional da Biodiversidade

Dos Princípios e Diretrizes Gerais da Política Nacional da Biodiversidade

1. Os princípios estabelecidos neste Anexo derivam, basicamente, daqueles estabelecidos na Convenção sobre Diversidade Biológica e na Declaração do Rio, ambas de 1992, na Constituição e na legislação nacional vigente sobre a matéria.

2. A Política Nacional da Biodiversidade reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - a diversidade biológica tem valor intrínseco, merecendo respeito independentemente de seu valor para o homem ou potencial para uso humano;

II - as nações têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos biológicos, segundo suas políticas de meio ambiente e desenvolvimento;

III - as nações são responsáveis pela conservação de sua biodiversidade e por assegurar que atividades sob sua jurisdição ou controle não causem dano ao meio ambiente e à biodiversidade de outras nações ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional;

IV - a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade são uma preocupação comum à humanidade, mas com responsabilidades diferenciadas, cabendo aos países desenvolvidos o aporte de recursos financeiros novos e adicionais e a facilitação do acesso adequado às tecnologias pertinentes para atender às necessidades dos países em desenvolvimento;

V - todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se, ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e as futuras gerações;

VI - os objetivos de manejo de solos, águas e recursos biológicos são uma questão de escolha da sociedade, devendo envolver todos os setores relevantes da sociedade e todas as disciplinas científicas e considerar todas as formas de informação relevantes, incluindo os conhecimentos científicos, tradicionais e locais, inovações e costumes;



Capítulo 2

VII - a manutenção da biodiversidade é essencial para a evolução e para a manutenção dos sistemas necessários à vida da biosfera e, para tanto, é necessário garantir e promover a capacidade de reprodução sexuada e cruzada dos organismos;

VIII - onde exista evidência científica consistente de risco sério e irreversível à diversidade biológica, o Poder Público determinará medidas eficazes em termos de custo para evitar a degradação ambiental;

IX - a internalização dos custos ambientais e a utilização de instrumentos econômicos será promovida tendo em conta o princípio de que o poluidor deverá, em princípio, suportar o custo da poluição, com o devido respeito pelo interesse público e sem distorcer o comércio e os investimentos internacionais;

X - a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente deverá ser precedida de estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

XI - o homem faz parte da natureza e está presente nos diferentes ecossistemas brasileiros há mais de dez mil anos, e todos estes ecossistemas foram e estão sendo alterados por ele em maior ou menor escala;

XII - a manutenção da diversidade cultural nacional é importante para pluralidade de valores na sociedade em relação à biodiversidade, sendo que os povos indígenas, os quilombolas e as outras comunidades locais desempenham um papel importante na conservação e na utilização sustentável da biodiversidade brasileira;

XIII - as ações relacionadas ao acesso ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade deverão transcorrer com consentimento prévio informado dos povos indígenas, dos quilombolas e das outras comunidades locais;

XIV - o valor de uso da biodiversidade é determinado pelos valores culturais e inclui valor de uso direto e indireto, de opção de uso futuro e, ainda, valor intrínseco, incluindo os valores ecológico, genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético;

XV - a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade devem contribuir para o desenvolvimento econômico e social e para a erradicação da pobreza;

XVI - a gestão dos ecossistemas deve buscar o equilíbrio apropriado entre a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade, e os ecossistemas devem ser administrados dentro dos limites de seu funcionamento;

XVII - os ecossistemas devem ser entendidos e manejados em um contexto econômico, objetivando:

- a) reduzir distorções de mercado que afetam negativamente a biodiversidade;
- b) promover incentivos para a conservação da biodiversidade e sua utilização sustentável; e
- c) internalizar custos e benefícios em um dado ecossistema o tanto quanto possível;

XVIII - a pesquisa, a conservação *ex situ* e a agregação de valor sobre componentes da biodiversidade brasileira devem ser realizadas preferencialmente no país, sendo bem vindas as iniciativas de cooperação internacional, respeitados os interesses e a coordenação nacional;

XIX - as ações nacionais de gestão da biodiversidade devem estabelecer sinergias e ações integradas com convenções, tratados e acordos internacionais relacionados ao tema da gestão da biodiversidade; e

XX - as ações de gestão da biodiversidade terão caráter integrado, descentralizado e participativo, permitindo que todos os setores da sociedade brasileira tenham, efetivamente, acesso aos benefícios gerados por sua utilização.

3. A Política Nacional da Biodiversidade aplica-se aos componentes da diversidade biológica localizados nas áreas sob jurisdição nacional, incluindo o território nacional, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva; e aos processos e atividades realizados sob sua jurisdição ou controle, independentemente de onde ocorram seus efeitos, dentro da área sob jurisdição nacional ou além dos limites desta.

4. A Política Nacional da Biodiversidade reger-se-á pelas seguintes diretrizes:

I - estabelecer-se-á cooperação com outras nações, diretamente ou, quando necessário, mediante acordos e organizações internacionais competentes, no que respeita a áreas além da jurisdição nacional, em particular nas áreas de fronteira, na Antártida, no alto-mar e nos grandes fundos marinhos e em relação a espécies migratórias, e em outros assuntos de mútuo interesse, para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica;

II - o esforço nacional de conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica deve ser integrado em planos, programas e políticas setoriais ou intersetoriais pertinentes de forma complementar e harmônica;



Capítulo 2

III - investimentos substanciais são necessários para conservar a diversidade biológica, dos quais resultarão, conseqüentemente, benefícios ambientais, econômicos e sociais;

IV - é vital prever, prevenir e combater na origem as causas da sensível redução ou perda da diversidade biológica;

V - a sustentabilidade da utilização de componentes da biodiversidade deve ser determinada do ponto de vista econômico, social e ambiental, especialmente quanto à manutenção da biodiversidade;

VI - a gestão dos ecossistemas deve ser descentralizada ao nível apropriado e os gestores de ecossistemas devem considerar os efeitos atuais e potenciais de suas atividades sobre os ecossistemas vizinhos e outros;

VII - a gestão dos ecossistemas deve ser implementada nas escalas espaciais e temporais apropriadas e os objetivos para o gerenciamento de ecossistemas devem ser estabelecidos a longo prazo, reconhecendo que mudanças são inevitáveis.

VIII - a gestão dos ecossistemas deve se concentrar nas estruturas, nos processos e nos relacionamentos funcionais dentro dos ecossistemas, usar práticas gerenciais adaptativas e assegurar a cooperação intersetorial;

IX - criar-se-ão condições para permitir o acesso aos recursos genéticos e para a utilização ambientalmente saudável destes por outros países que sejam Partes Contratantes da Convenção sobre Diversidade Biológica, evitando-se a imposição de restrições contrárias aos objetivos da Convenção.

Do Objetivo Geral da Política Nacional da Biodiversidade

5. A Política Nacional da Biodiversidade tem como objetivo geral a promoção, de forma integrada, da conservação da biodiversidade e da utilização sustentável de seus componentes, com a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, de componentes do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados a esses recursos.

Dos Componentes da Política Nacional da Biodiversidade

6. Os Componentes da Política Nacional da Biodiversidade e respectivos objetivos específicos, abaixo relacionados e estabelecidos com base na Convenção sobre Diversidade Biológica, devem ser considerados como os eixos temáticos que orientarão as etapas de implementação desta Política.

7. As diretrizes estabelecidas para os Componentes devem ser consideradas para todos os biomas brasileiros, quando couber.

8. Diretrizes específicas por bioma poderão ser estabelecidas nos Planos de Ação, quando da implementação da Política.

9. A Política Nacional da Biodiversidade abrange os seguintes Componentes:

I - Componente 1 - Conhecimento da Biodiversidade: congrega diretrizes voltadas à geração, sistematização e disponibilização de informações que permitam conhecer os componentes da biodiversidade do país e que apoiem a gestão da biodiversidade, bem como diretrizes relacionadas à produção de inventários, à realização de pesquisas ecológicas e à realização de pesquisas sobre conhecimentos tradicionais;

II - Componente 2 - Conservação da Biodiversidade: engloba diretrizes destinadas à conservação *in situ* e *ex situ* de variabilidade genética, de ecossistemas, incluindo os serviços ambientais, e de espécies, particularmente daquelas ameaçadas ou com potencial econômico, bem como diretrizes para implementação de instrumentos econômicos e tecnológicos em prol da conservação da biodiversidade;

III - Componente 3 - Utilização Sustentável dos Componentes da Biodiversidade: reúne diretrizes para a utilização sustentável da biodiversidade e da biotecnologia, incluindo o fortalecimento da gestão pública, o estabelecimento de mecanismos e instrumentos econômicos, e o apoio a práticas e negócios sustentáveis que garantam a manutenção da biodiversidade e da funcionalidade dos ecossistemas, considerando não apenas o valor econômico, mas também os valores sociais e culturais da biodiversidade;

IV - Componente 4 - Monitoramento, Avaliação, Prevenção e Mitigação de Impactos sobre a Biodiversidade: engloba diretrizes para fortalecer os sistemas de monitoramento, de avaliação, de prevenção e de mitigação de impactos sobre a biodiversidade, bem como para promover a recuperação de ecossistemas degradados e de componentes da biodiversidade sobreexplorados;

V - Componente 5 - Acesso aos Recursos Genéticos e aos Conhecimentos Tradicionais Associados e Repartição de Benefícios: alinha diretrizes que promovam o acesso controlado, com vistas à agregação de valor mediante pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, e a distribuição dos benefícios gerados pela utilização dos recursos genéticos, dos componentes do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados, de

modo que sejam compartilhados, de forma justa e equitativa, com a sociedade brasileira e, inclusive, com os povos indígenas, com os quilombolas e com outras comunidades locais;

VI - Componente 6 - Educação, Sensibilização Pública, Informação e Divulgação sobre Biodiversidade: define diretrizes para a educação e sensibilização pública e para a gestão e divulgação de informações sobre biodiversidade, com a promoção da participação da sociedade, inclusive dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais, no respeito à conservação da biodiversidade, à utilização sustentável de seus componentes e à repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização de recursos genéticos, de componentes do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado à biodiversidade;

VII - Componente 7 - Fortalecimento Jurídico e Institucional para a Gestão da Biodiversidade: sintetiza os meios de implementação da Política; apresenta diretrizes para o fortalecimento da infra-estrutura, para a formação e fixação de recursos humanos, para o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia, para o estímulo à criação de mecanismos de financiamento, para o fortalecimento do marco-legal, para a integração de políticas públicas e para a cooperação internacional.

Do Componente 1 da Política Nacional da Biodiversidade - Conhecimento da Biodiversidade

10. Objetivos Gerais: gerar, sistematizar e disponibilizar informações para a gestão da biodiversidade nos biomas e seu papel no funcionamento e na manutenção dos ecossistemas terrestres e aquáticos, incluindo as águas jurisdicionais. Promover o conhecimento da biodiversidade brasileira, sua distribuição, seus determinantes, seus valores, suas funções ecológicas e seu potencial de uso econômico.

10.1. Primeira diretriz: Inventário e caracterização da biodiversidade. Levantamento, identificação, catalogação e caracterização dos componentes da biodiversidade (ecossistemas, espécies e diversidade genética intra-específica), para gerar informações que possibilitem a proposição de medidas para a gestão desta.

Objetivos Específicos:

10.1.1. Instituir e implementar programa nacional de inventários biológicos integrados a estudos do meio físico, com ênfase em grupos taxonômicos megadiversos abrangendo os diferentes *habitats* e regiões geográficas do país, preferencialmente realizados em áreas prioritárias para conservação, estabelecendo-se protocolos mínimos padronizados para coleta, com obrigatoriedade do uso de coordenadas geográficas (georreferenciamento).

10.1.2. Promover e apoiar pesquisas voltadas a estudos taxonômicos de todas as espécies que ocorrem no Brasil e para a caracterização e classificação da biodiversidade brasileira.

10.1.3. Instituir um sistema nacional, coordenado e compartilhado, de registro de espécies descritas em território brasileiro e nas demais áreas sob jurisdição nacional, criando, apoiando, consolidando e integrando coleções científicas e centros de referência nacionais e regionais.

10.1.4. Elaborar e manter atualizadas listas de espécies endêmicas e ameaçadas no país, de modo articulado com as listas estaduais e regionais.

10.1.5. Promover pesquisas para identificar as características ecológicas, a diversidade genética e a viabilidade populacional das espécies de plantas, animais, fungos e microrganismos endêmicas e ameaçadas no Brasil, a fim de subsidiar ações de recuperação, regeneração, utilização sustentável e conservação destas.

10.1.6. Promover pesquisas para determinar propriedades e características ecológicas, biológicas e genéticas das espécies de maior interesse para conservação e utilização socioeconômica sustentável, principalmente espécies nativas utilizadas para fins econômicos ou que possuam grande valor para povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais.

10.1.7. Mapear a diversidade e a distribuição das variedades locais de espécies domesticadas e seus parentes silvestres.

10.1.8. Inventariar e mapear as espécies exóticas invasoras e as espécies-problema, bem como os ecossistemas em que foram introduzidas para nortear estudos dos impactos gerados e ações de controle.

10.1.9. Promover a avaliação sistemática das metodologias empregadas na realização de inventários.

10.1.10. Estabelecer mecanismos para exigir, por parte do empreendedor, de realização de inventário da biodiversidade daqueles ambientes especiais (por exemplo canga ferrífera, platôs residuais) altamente ameaçados pela atividade de exploração econômica, inclusive a mineral.



Capítulo 2

10.1.11. Apoiar a formação de recursos humanos nas áreas de taxonomia, incluindo taxônomos e auxiliares (parataxônomos).

10.1.12. Promover a recuperação e a síntese das informações existentes no acervo científico brasileiro, principalmente teses e dissertações.

10.1.13. Promover o mapeamento da biodiversidade em todo o território nacional, gerar e distribuir amplamente mapas da biodiversidade brasileira, resguardando-se o devido sigilo de informações de interesse nacional.

10.1.14. Promover a repatriação das informações sobre a biodiversidade brasileira existentes no exterior.

10.2. Segunda diretriz: Promoção de pesquisas ecológicas e estudos sobre o papel desempenhado pelos seres vivos na funcionalidade dos ecossistemas e sobre os impactos das mudanças globais na biodiversidade.

Objetivos Específicos:

10.2.1. Promover pesquisas para determinar as propriedades ecológicas das espécies e as formas de sinergia entre estas, visando a compreender sua importância nos ecossistemas.

10.2.2. Promover estudos, preferencialmente nas áreas prioritárias para conservação da biodiversidade e nas unidades de conservação, sobre o funcionamento de comunidades e ecossistemas, sobre dinâmica e situação das populações e sobre avaliação de estoques e manejo dos componentes da biodiversidade.

10.2.3. Fortalecer e expandir pesquisas ecológicas de longa duração, preferencialmente em unidades de conservação.

10.2.4. Promover pesquisas para determinar o efeito da dinâmica das mudanças globais sobre a biodiversidade e a participação das espécies nos processos de fluxo de matéria e energia e de homeostase nos ecossistemas.

10.2.5. Promover pesquisas sobre os efeitos das alterações ambientais causadas pela fragmentação de *habitats* na perda da biodiversidade, com ênfase nas áreas com maiores níveis de desconhecimento, de degradação e de perda de recursos genéticos.

10.2.6. Promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de ferramentas de modelagem de ecossistemas.

10.2.7. Promover e apoiar a pesquisa sobre impacto das alterações ambientais na produção agropecuária e na saúde humana, com ênfase em dados para as análises de risco promovidas pelos órgãos competentes das áreas ambiental, sanitária e fitossanitária.

10.3. Terceira diretriz: Promoção de pesquisas para a gestão da biodiversidade. Apoio à produção de informação e de conhecimento sobre os componentes da biodiversidade nos diferentes biomas para subsidiar a gestão da biodiversidade.

Objetivos Específicos:

10.3.1. Promover e apoiar pesquisa sobre biologia da conservação para os diferentes ecossistemas do país e particularmente para os componentes da biodiversidade ameaçados.

10.3.2. Promover e apoiar desenvolvimento de pesquisa e tecnologia sobre conservação e utilização sustentável da biodiversidade, especialmente sobre a propagação e o desenvolvimento de espécies nativas com potencial medicinal, agrícola e industrial.

10.3.3. Desenvolver estudos para o manejo da conservação e utilização sustentável da biodiversidade nas reservas legais das propriedades rurais, conforme previsto no Código Florestal.

10.3.4. Fomentar a pesquisa em técnicas de prevenção, recuperação e restauração de áreas em processo de desertificação, fragmentação ou degradação ambiental, que utilizem a biodiversidade.

10.3.5. Promover e apoiar pesquisas sobre sanidade da vida silvestre e estabelecer mecanismos para que seus dados sejam incorporados na gestão da biodiversidade.

10.3.6. Promover e apoiar pesquisas para subsidiar a prevenção, erradicação e controle de espécies exóticas invasoras e espécies-problema que ameacem a biodiversidade, atividades da agricultura, pecuária, silvicultura e aqüicultura e a saúde humana.

10.3.7. Apoiar estudos sobre o valor dos componentes da biodiversidade e dos serviços ambientais associados.

10.3.8. Apoiar estudos que promovam a utilização sustentável da biodiversidade em benefício de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais, assegurando sua participação direta.

10.3.9. Atualizar as avaliações de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade.

10.3.10. Definir estratégias de pesquisa multidisciplinar em biodiversidade.

10.4. Quarta diretriz: Promoção de pesquisas sobre o conhecimento tradicional de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais. Apoio a estudos para organização e sistematização de informações e procedimentos relacionados ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade, com consentimento prévio informado das populações envolvidas e em conformidade com a legislação vigente e com os objetivos específicos estabelecidos na segunda diretriz do Componente 5, prevista no item 14.2.

Objetivos Específicos:

10.4.1. Desenvolver estudos e metodologias para a elaboração e implementação de instrumentos econômicos e regime jurídico específico que possibilitem a repartição justa e equitativa de benefícios, compensação econômica e outros tipos de compensação para os detentores dos conhecimentos tradicionais associados, segundo as demandas por eles definidas.

10.4.2. Desenvolver estudos acerca do conhecimento, inovações e práticas dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais, respeitando, resgatando, mantendo e preservando os valores culturais agregados a estes conhecimentos, inovações e práticas, e assegurando a confidencialidade das informações obtidas, sempre que solicitado pelas partes detentoras destes ou quando a sua divulgação possa ocasionar dano à integridade social, ambiental ou cultural destas comunidades ou povos detentores destes conhecimentos.

10.4.3. Apoiar estudos e iniciativas de povos indígenas, quilombos e outras comunidades locais de sistematização de seus conhecimentos, inovações e práticas, com ênfase nos temas de valoração, valorização, conservação e utilização sustentável dos recursos da biodiversidade.

10.4.4. Promover estudos e iniciativas de diferentes setores da sociedade voltados para a valoração, valorização, conhecimento, conservação e utilização sustentável dos saberes tradicionais de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais, assegurando a participação direta dos detentores desse conhecimento tradicional.

10.4.5. Promover iniciativas que agreguem povos indígenas, quilombolas, outras comunidades locais e comunidades científicas para informar e fazer intercâmbio dos aspectos legais e científicos sobre a pesquisa da biodiversidade e sobre as atividades de bioprospecção.

10.4.6. Promover a divulgação junto a povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais dos resultados das pesquisas que envolvam seus conhecimentos e dos institutos jurídicos relativos aos seus direitos.

10.4.7. Apoiar e estimular a pesquisa sobre o saber tradicional (conhecimentos, práticas e inovações) de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais, assegurando a sua integridade sociocultural, a posse e o usufruto de suas terras.

Do Componente 2 da Política Nacional da Biodiversidade - Conservação da Biodiversidade

11. Objetivo Geral: Promover a conservação, *in situ* e *ex situ*, dos componentes da biodiversidade, incluindo variabilidade genética, de espécies e de ecossistemas, bem como dos serviços ambientais mantidos pela biodiversidade.

11.1. Primeira diretriz: Conservação de ecossistemas. Promoção de ações de conservação *in situ* da biodiversidade e dos ecossistemas em áreas não estabelecidas como unidades de conservação, mantendo os processos ecológicos e evolutivos e a oferta sustentável dos serviços ambientais.

Objetivos Específicos:

11.1.1. Fortalecer a fiscalização para controle de atividades degradadoras e ilegais: desmatamento, destruição de *habitats*, caça, aprisionamento e comercialização de animais silvestres e coleta de plantas silvestres.

11.1.2. Desenvolver estudos e metodologias participativas que contribuam para a definição da abrangência e do uso de zonas de amortecimento para as unidades de conservação.

11.1.3. Planejar, promover, implantar e consolidar corredores ecológicos e outras formas de conectividade de paisagens, como forma de planejamento e gerenciamento regional da biodiversidade, incluindo compatibilização e integração das reservas legais, áreas de preservação permanentes e outras áreas protegidas.

11.1.4. Apoiar ações para elaboração dos zoneamentos ecológico-econômicos, de abrangência nacional, regional, estadual, municipal ou em bacias hidrográficas, com enfoque para o estabelecimento de unidades de conservação,



Capítulo 2

e adotando suas conclusões, com diretrizes e roteiro metodológico mínimos comuns e com transparência, rigor científico e controle social.

11.1.5. Promover e apoiar estudos de melhoria dos sistemas de uso e de ocupação da terra, assegurando a conservação da biodiversidade e sua utilização sustentável, em áreas fora de unidades de conservação de proteção integral e inclusive em terras indígenas, quilombolas e de outras comunidades locais, com especial atenção às zonas de amortecimento de unidades de conservação.

11.1.6. Propor uma agenda de implementação de áreas e ações prioritárias para conservação da biodiversidade em cada estado e bioma brasileiro.

11.1.7. Promover e apoiar a conservação da biodiversidade no interior e no entorno de terras indígenas, de quilombolas e de outras comunidades locais, respeitando o uso etnoambiental do ecossistema pelos seus ocupantes.

11.1.8. Fortalecer mecanismos de incentivos para o setor privado e para comunidades locais com adoção de iniciativas voltadas à conservação da biodiversidade.

11.1.9. Criar mecanismos de incentivos à recuperação e à proteção de áreas de preservação permanente e de reservas legais previstas em Lei.

11.1.10. Criar estratégias para a conservação de ecossistemas pioneiros, garantindo sua representatividade e função.

11.1.11. Estabelecer uma iniciativa nacional para conservação e recuperação da biodiversidade de águas interiores, da zona costeira e da zona marinha.

11.1.12. Articular ações com o órgão responsável pelo controle sanitário e fitossanitário com vistas à troca de informações para impedir a entrada no país de espécies exóticas invasoras que possam afetar a biodiversidade.

11.1.13. Promover a prevenção, a erradicação e o controle de espécies exóticas invasoras que possam afetar a biodiversidade.

11.1.14. Promover ações de conservação visando a manutenção da estrutura e dos processos ecológicos e evolutivos e a oferta sustentável dos serviços ambientais.

11.1.15. Conservar a biodiversidade dos ecossistemas, inclusive naqueles sob sistemas intensivos de produção econômica, como seguro contra mudanças climáticas e alterações ambientais e econômicas imprevistas, preservando a capacidade dos componentes da biodiversidade se adaptarem a mudanças, inclusive as climáticas.

11.2. Segunda diretriz: Conservação de ecossistemas em unidades de conservação. Promoção de ações de conservação *in situ* da biodiversidade dos ecossistemas nas unidades de conservação, mantendo os processos ecológicos e evolutivos, a oferta sustentável dos serviços ambientais e a integridade dos ecossistemas.

Objetivos Específicos:

11.2.1. Apoiar e promover a consolidação e a expansão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, com atenção particular para as unidades de proteção integral, garantindo a representatividade dos ecossistemas e das ecorregiões e a oferta sustentável dos serviços ambientais e a integridade dos ecossistemas.

11.2.2. Promover e apoiar o desenvolvimento de mecanismos técnicos e econômicos para a implementação efetiva de unidades de conservação.

11.2.3. Apoiar as ações do órgão oficial de controle fitossanitário com vistas a evitar a introdução de pragas e espécies exóticas invasoras em áreas no entorno e no interior de unidades de conservação.

11.2.4. Incentivar o estabelecimento de processos de gestão participativa, propiciando a tomada de decisões com participação da esfera federal, da estadual e da municipal do Poder Público e dos setores organizados da sociedade civil, em conformidade com a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.

11.2.5. Incentivar a participação do setor privado na conservação *in situ*, com ênfase na criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN, e no patrocínio de unidade de conservação pública.

11.2.6. Promover a criação de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, levando-se em consideração a representatividade, conectividade e complementaridade da unidade para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

11.2.7. Desenvolver mecanismos adicionais de apoio às unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, inclusive pela remuneração dos serviços ambientais prestados.

11.2.8. Promover o desenvolvimento e a implementação de um plano de ação para solucionar os conflitos devidos à sobreposição de unidades de conservação, terras indígenas e de quilombolas.

11.2.9. Incentivar e apoiar a criação de unidades de conservação marinhas com diversos graus de restrição e de exploração.

11.2.10. Conservar amostras representativas e suficientes da totalidade da biodiversidade, do patrimônio genético nacional (inclusive de espécies domesticadas), da diversidade de ecossistemas e da flora e fauna brasileira (inclusive de espécies ameaçadas), como reserva estratégica para usufruto futuro.

11.3. Terceira diretriz: Conservação *in situ* de espécies. Consolidação de ações de conservação *in situ* das espécies que compõem a biodiversidade, com o objetivo de reduzir a erosão genética, de promover sua conservação e utilização sustentável, particularmente das espécies ameaçadas, bem como dos processos ecológicos e evolutivos a elas associados e de manter os serviços ambientais.

Objetivos Específicos:

11.3.1. Criar, identificar e estabelecer iniciativas, programas e projetos de conservação e recuperação de espécies ameaçadas, endêmicas ou insuficientemente conhecidas.

11.3.2. Identificar áreas para criação de novas unidades de conservação, baseando-se nas necessidades das espécies ameaçadas.

11.3.3. Fortalecer e disseminar mecanismos de incentivo para empresas privadas e comunidades que desenvolvem projetos de conservação de espécies ameaçadas.

11.3.4. Implementar e aperfeiçoar o sistema de autorização, vigilância e acompanhamento de coleta de material biológico e de componentes do patrimônio genético.

11.3.5. Promover a regulamentação e a implementação de reservas genéticas para proteger variedades locais de espécies silvestres usadas no extrativismo, na agricultura e na aquicultura.

11.3.6. Implementar ações para maior proteção de espécies ameaçadas dentro e fora de unidades de conservação.

11.3.7. Promover e aperfeiçoar as ações de manejo de espécies-problema em situação de descontrole populacional.

11.3.8. Estabelecer mecanismos para tornar obrigatória a inclusão, em parte ou no todo, de ambientes especiais que apresentam alto grau de endemismo ou contenham espécies ameaçadas nas Zonas Intangíveis das Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

11.3.9. Estabelecer medidas de proteção das espécies ameaçadas nas terras indígenas e nas terras de quilombolas.

11.4. Quarta diretriz: Conservação *ex situ* de espécies. Consolidação de ações de conservação *ex situ* de espécies e de sua variabilidade genética, com ênfase nas espécies ameaçadas e nas espécies com potencial de uso econômico, em conformidade com os objetivos específicos estabelecidos nas diretrizes do Componente 5.

Objetivos Específicos:

11.4.1. Desenvolver estudos para a conservação *ex situ* de espécies, com ênfase nas espécies ameaçadas e nas espécies com potencial de uso econômico.

11.4.2. Desenvolver, promover e apoiar estudos e estabelecer metodologias para conservação e manutenção dos bancos de germoplasma das espécies nativas e exóticas de interesse científico e comercial.

11.4.3. Promover a manutenção, a caracterização e a documentação do germoplasma de plantas, animais, fungos e microrganismos contido nas instituições científicas e nos centros nacionais e regionais, de maneira a estabelecer coleções nucleares para fomentar programas de melhoramento genético.

11.4.4. Integrar iniciativas, planos e programas de conservação *ex situ* de espécies, com ênfase nas espécies ameaçadas e nas espécies com potencial de uso econômico.

11.4.5. Promover a conservação *ex situ* visando à obtenção de matrizes animais e vegetais, inclusive microrganismos, de espécies ameaçadas ou com potencial de uso econômico para formação de coleções vivas representativas.

11.4.6. Ampliar, fortalecer e integrar o sistema de herbários, museus zoológicos, coleções etnobotânicas, criadouros de vida silvestre, jardins botânicos, arboretos, hortos florestais, coleções zoológicas, coleções botânicas,



Capítulo 2

viveiros de plantas nativas, coleções de cultura de microrganismos, bancos de germoplasma vegetal, núcleos de criação animal, zoológicos, aquários e oceanários.

11.4.7. Integrar jardins botânicos, zoológicos e criadouros de vida silvestre aos planos nacionais de conservação de recursos genéticos animais e vegetais e de pesquisa ambiental, especialmente em áreas de alto endemismo.

11.4.8. Criar e fortalecer centros de triagem de animais e plantas silvestres, integrando-os ao sistema de zoológicos e jardins botânicos, para serem transformados em centros de conservação de fauna e de flora.

11.4.9. Criar centros e promover iniciativas para a reprodução de espécies ameaçadas, utilizando técnicas como inseminação artificial, fertilização *in vitro*, entre outras.

11.4.10. Incentivar a participação do setor privado na estratégia de conservação *ex situ* da biodiversidade.

11.4.11. Promover medidas e iniciativas para o enriquecimento da variabilidade genética disponível nos bancos de germoplasma, estabelecendo coleções representativas do patrimônio genético (animal, vegetal e de microrganismos).

11.4.12. Estabelecer e apoiar iniciativas de coleta para aumentar a representatividade geográfica dos bancos de germoplasma.

11.4.13. Criar e manter bancos de germoplasma regionais e coleções de base para a conservação da variabilidade genética, promovendo principalmente a conservação de espécies nativas sub-representadas em coleções, variedades locais, parentes silvestres, espécies raras, endêmicas, ameaçadas ou com potencial econômico.

11.4.14. Estabelecer iniciativas de coleta, reintrodução e intercâmbio de espécies nativas de importância socioeconômica, incluindo variedades locais de espécies domesticadas e de espécies ameaçadas, para manutenção de sua variabilidade genética.

11.4.15. Apoiar e subsidiar a conservação e a ampliação de bancos de germoplasma de espécies introduzidas, com fins econômicos ou ornamentais, mantidas por entidades de pesquisa, jardins botânicos, zoológicos e pela iniciativa privada.

11.4.16. Ampliar os programas nacionais de coleta e conservação de microrganismos do solo de interesse econômico.

11.4.17. Integrar as ações de conservação *ex situ* com as ações de gestão do acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional.

11.4.18. Apoiar as ações de órgão oficial de controle sanitário e fitossanitário no que diz respeito ao controle de espécies invasoras ou pragas.

11.5. Quinta diretriz: Instrumentos econômicos e tecnológicos de conservação da biodiversidade. Desenvolvimento de instrumentos econômicos e tecnológicos para a conservação da biodiversidade.

Objetivos Específicos:

11.5.1. Promover estudos para a avaliação da efetividade dos instrumentos econômicos para a conservação da biodiversidade.

11.5.2. Criar e consolidar legislação específica relativa ao uso de instrumentos econômicos que visem ao estímulo à conservação da biodiversidade, associado ao processo de reforma tributária.

11.5.3. Desenvolver instrumentos econômicos e legais para reduzir as pressões antrópicas sobre a biodiversidade, associado ao processo de reforma tributária.

11.5.4. Desenvolver instrumentos econômicos e instrumentos legais para cobrança pública, quando couber, pelo uso de serviços ambientais, associado ao processo de reforma tributária.

11.5.5. Promover a internalização de custos e benefícios da conservação da biodiversidade (bens e serviços) na contabilidade pública e privada.

11.5.6. Estimular mecanismos para reversão dos benefícios da cobrança pública pelo uso de serviços ambientais da biodiversidade para a sua conservação.

11.5.7. Criar e implantar mecanismos tributários, creditícios e de facilitação administrativa específicos para proprietários rurais que mantêm reservas legais e áreas de preservação permanente protegidas.

11.5.8. Aprimorar os instrumentos legais existentes de estímulo à conservação da biodiversidade por meio do imposto sobre circulação de mercadoria (ICMS Ecológico) e incentivar sua adoção em todos os estados da federação, incentivando a aplicação dos recursos na gestão da biodiversidade.

Do Componente 3 da Política Nacional da Biodiversidade - Utilização Sustentável dos Componentes da Biodiversidade

12. Objetivo Geral: Promover mecanismos e instrumentos que envolvam todos os setores governamentais e não-governamentais, públicos e privados, que atuam na utilização de componentes da biodiversidade, visando que toda utilização de componentes da biodiversidade seja sustentável e considerando não apenas seu valor econômico, mas também os valores ambientais, sociais e culturais da biodiversidade.

12.1. Primeira diretriz: Gestão da biotecnologia e da biossegurança. Elaboração e implementação de instrumentos e mecanismos jurídicos e econômicos que incentivem o desenvolvimento de um setor nacional de biotecnologia competitivo e de excelência, com biossegurança e com atenção para as oportunidades de utilização sustentável de componentes do patrimônio genético, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes e objetivos específicos estabelecidos no Componente 5.

Objetivos Específicos:

12.1.1. Elaborar e implementar códigos de ética para a biotecnologia e a bioprospecção, de forma participativa, envolvendo os diferentes segmentos da sociedade brasileira, com base na legislação vigente.

12.1.2. Consolidar a regulamentação dos usos de produtos geneticamente modificados, com base na legislação vigente, em conformidade com o princípio da precaução e com análise de risco dos potenciais impactos sobre a biodiversidade, a saúde e o meio ambiente, envolvendo os diferentes segmentos da sociedade brasileira, garantindo a transparência e o controle social destes e com a responsabilização civil, criminal e administrativa para introdução ou difusão não autorizada de organismos geneticamente modificados que ofereçam riscos ao meio ambiente e à saúde humana.

12.1.3. Consolidar a estruturação, tanto na composição quanto os procedimentos de operação, dos órgãos colegiados que tratam da utilização da biodiversidade, especialmente a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio e o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGEN.

12.1.4. Fomentar a criação e o fortalecimento de instituições nacionais e de grupos de pesquisa nacionais, públicos e privados, especializados em bioprospecção, biotecnologia e biossegurança, inclusive apoiando estudos e projetos para a melhoria dos conhecimentos sobre a biossegurança e avaliação de conformidade de organismos geneticamente modificados e produtos derivados.

12.1.6. Apoiar e fomentar a formação de empresas nacionais dedicadas à pesquisa científica e tecnológica, à agregação de valor, à conservação e à utilização sustentável dos recursos biológicos e genéticos.

12.1.7. Apoiar e fomentar a formação de parcerias entre instituições científicas públicas e privadas, inclusive empresas nacionais de tecnologia, com suas congêneres estrangeiras, objetivando estabelecer e consolidar as cadeias de agregação de valor, comercialização e retorno de benefícios relativos a negócios da biodiversidade.

12.1.8. Apoiar e fomentar a formação de pessoal pós-graduado especializado em administração de negócios sustentáveis com biodiversidade, com o objetivo de seu aproveitamento pelos sistemas públicos e privados ativos no setor, conferindo ao país condições adequadas de interlocução com seus parceiros estrangeiros.

12.1.9. Exigir licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos que façam uso de Organismos Geneticamente Modificados - OGM e derivados, efetiva ou potencialmente poluidores, nos termos da legislação vigente.

12.1.10. Apoiar a implementação da infra-estrutura e capacitação de recursos humanos dos órgãos públicos e instituições privadas para avaliação de conformidade de material biológico, certificação e rotulagem de produtos, licenciamento ambiental e estudo de impacto ambiental.

12.2. Segunda diretriz: Gestão da utilização sustentável dos recursos biológicos. Estruturação de sistemas reguladores da utilização dos recursos da biodiversidade.

Objetivos Específicos:

12.2.1. Criar e consolidar programas de manejo e regulamentação de atividades relacionadas à utilização sustentável da biodiversidade.

12.2.2. Promover o ordenamento e a gestão territorial das áreas de exploração dos recursos ambientais, de acordo com a capacidade de suporte destes e de forma integrada com os esforços de conservação *in situ* da biodiversidade.



Capítulo 2

12.2.3. Implementar ações que atendam às demandas de povos indígenas, de quilombolas e de outras comunidades locais, quanto às prioridades relacionadas à conservação e à utilização sustentável dos recursos biológicos existentes em seus territórios, salvaguardando os princípios e a legislação inerentes à matéria e assegurando a sua sustentabilidade nos seus locais de origem.

12.2.4. Desenvolver e apoiar programas, ações e medidas que promovam a conservação e a utilização sustentável da agrobiodiversidade.

12.2.5. Promover políticas e programas visando à agregação de valor e à utilização sustentável dos recursos biológicos.

12.2.6. Promover programas de apoio a pequenas e médias empresas, que utilizem recursos da biodiversidade de forma sustentável.

12.2.7. Promover instrumentos para assegurar que atividades turísticas sejam compatíveis com a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade.

12.2.8. Promover, de forma integrada, e quando legalmente permitido, a utilização sustentável de recursos florestais, madeireiros e não-madeireiros, pesqueiros e faunísticos, privilegiando o manejo certificado, a reposição, o uso múltiplo e a manutenção dos estoques.

12.2.9. Adaptar para as condições brasileiras e aplicar os princípios da Abordagem Ecosistêmica no manejo da biodiversidade.

12.3. Terceira diretriz: Instrumentos econômicos, tecnológicos e incentivo às práticas e aos negócios sustentáveis para a utilização da biodiversidade. Implantação de mecanismos, inclusive fiscais e financeiros, para incentivar empreendimentos e iniciativas produtivas de utilização sustentável da biodiversidade.

Objetivos Específicos:

12.3.1. Criar e consolidar legislação específica, relativa ao uso de instrumentos econômicos que visem ao estímulo à utilização sustentável da biodiversidade.

12.3.2. Criar e fortalecer mecanismos de incentivos fiscais e de crédito, para criação e aplicação de tecnologias, empreendimentos e programas relacionados com a utilização sustentável da biodiversidade.

12.3.3. Promover incentivos econômicos para o desenvolvimento e a consolidação de práticas e negócios realizados em unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, em territórios quilombolas, terras indígenas e demais espaços territoriais sob proteção formal do Poder Público.

12.3.4. Promover a internalização de custos e benefícios da utilização da biodiversidade (bens e serviços) na contabilidade pública e privada.

12.3.5. Identificar, avaliar e promover experiências, práticas, tecnologias, negócios e mercados para produtos oriundos da utilização sustentável da biodiversidade, incentivando a certificação voluntária de processos e produtos, de forma participativa e integrada.

12.3.6. Estimular o uso de instrumentos voluntários de certificação de produtos, processos, empresas, órgãos do governo e outras formas de organizações produtivas relacionadas com a utilização sustentável da biodiversidade, inclusive nas compras do governo.

12.3.7. Promover a inserção de espécies nativas com valor comercial no mercado interno e externo, bem como a diversificação da utilização sustentável destas espécies.

12.3.8. Estimular a interação e a articulação dos agentes da Política Nacional da Biodiversidade com o setor empresarial para identificar oportunidades de negócios com a utilização sustentável dos componentes da biodiversidade.

12.3.9. Apoiar as comunidades locais na identificação e no desenvolvimento de práticas e negócios sustentáveis.

12.3.10. Apoiar, de forma integrada, a domesticação e a utilização sustentável de espécies nativas da flora, da fauna e dos microrganismos com potencial econômico.

12.3.11. Estimular a implantação de criadouros de animais silvestres e viveiros de plantas nativas para consumo e comercialização.

12.3.12. Estimular a utilização sustentável de produtos não madeireiros e as atividades de extrativismo sustentável, com agregação de valor local por intermédio de protocolos para produção e comercialização destes produtos.

12.3.13. Estimular a implantação de projetos baseados no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto que estejam de acordo com a conservação e utilização sustentável da biodiversidade.

12.3.14. Incentivar políticas de apoio a novas empresas, visando à agregação de valor, à conservação, à utilização sustentável dos recursos biológicos e genéticos.

12.4. Quarta diretriz: Utilização da biodiversidade nas unidades de conservação de uso sustentável. Desenvolvimento de métodos para a utilização sustentável da biodiversidade e indicadores para medir sua efetividade nas unidades de conservação de uso sustentável.

Objetivos Específicos:

12.4.1. Aprimorar métodos e criar novas tecnologias para a utilização de recursos biológicos, eliminando ou minimizando os impactos causados à biodiversidade.

12.4.2. Desenvolver estudos de sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural da utilização dos recursos biológicos.

12.4.3. Fomentar o desenvolvimento de projetos de utilização sustentável de recursos biológicos oriundos de associações e comunidades em unidades de conservação de uso sustentável, de forma a integrar com a conservação da biodiversidade.

12.4.4. Estabelecer critérios para que os planos de manejo de exploração de qualquer recurso biológico incluam o monitoramento dos processos de recuperação destes recursos.

Do Componente 4 da Política Nacional da Biodiversidade - Monitoramento, Avaliação, Prevenção e Mitigação de Impactos sobre a Biodiversidade

13. Objetivo Geral: estabelecer formas para o desenvolvimento de sistemas e procedimentos de monitoramento e de avaliação do estado da biodiversidade brasileira e das pressões antrópicas sobre a biodiversidade, para a prevenção e a mitigação de impactos sobre a biodiversidade.

13.1. Primeira diretriz: Monitoramento da biodiversidade. Monitoramento do estado das pressões e das respostas dos componentes da biodiversidade.

Objetivos Específicos:

13.1.1. Apoiar o desenvolvimento de metodologias e de indicadores para o monitoramento dos componentes da biodiversidade dos ecossistemas e dos impactos ambientais responsáveis pela sua degradação, inclusive aqueles causados pela introdução de espécies exóticas invasoras e de espécies-problema.

13.1.2. Implantar e fortalecer sistema de indicadores para monitoramento permanente da biodiversidade, especialmente de espécies ameaçadas e nas unidades de conservação, terras indígenas, terras de quilombolas, áreas de manejo de recursos biológicos, reservas legais e nas áreas indicadas como prioritárias para conservação.

13.1.3. Integrar o sistema de monitoramento da biodiversidade com os sistemas de monitoramento de outros recursos naturais existentes.

13.1.4. Expandir, consolidar e atualizar um sistema de vigilância e proteção para todos os biomas, incluindo o Sistema de Vigilância da Amazônia, com transparência e controle social e com o acesso permitido às informações obtidas pelo sistema por parte das comunidades envolvidas, incluindo as populações localmente inseridas e as instituições de pesquisa ou ensino.

13.1.5. Instituir sistema de monitoramento do impacto das mudanças globais sobre distribuição, abundância e extinção de espécies.

13.1.6. Implantar sistema de identificação, monitoramento e controle das áreas de reserva legal e de preservação permanente.

13.1.7. Estimular o desenvolvimento de programa de capacitação da população local, visando à sua participação no monitoramento da biodiversidade.

13.1.8. Apoiar as ações do órgão oficial responsável pela sanidade e pela fitossanidade com vistas em monitorar espécies exóticas invasoras para prevenir e mitigar os impactos de pragas e doenças na biodiversidade.

13.1.9. Realizar o mapeamento periódico de áreas naturais remanescentes em todos os biomas.

13.1.10. Promover o automonitoramento e sua publicidade.



Capítulo 2

13.2. Segunda diretriz: Avaliação, prevenção e mitigação de impactos sobre os componentes da biodiversidade. Estabelecimento de procedimentos de avaliação, prevenção e mitigação de impactos sobre os componentes da biodiversidade.

Objetivos Específicos:

13.2.1. Criar capacidade nos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental no país para avaliação de impacto sobre a biodiversidade.

13.2.2. Identificar e avaliar as políticas públicas e não-governamentais que afetam negativamente a biodiversidade.

13.2.3. Fortalecer os sistemas de licenciamento, fiscalização e monitoramento de atividades relacionadas com a biodiversidade.

13.2.4. Promover a integração entre o Zoneamento Ecológico-Econômico e as ações de licenciamento ambiental, especialmente por intermédio da realização de Avaliações Ambientais Estratégicas feitas com uma escala regional.

13.2.5. Apoiar políticas, programas e projetos de avaliação, prevenção e mitigação de impactos sobre a biodiversidade, inclusive aqueles relacionados com programas e planos de desenvolvimento nacional, regional e local.

13.2.6. Apoiar a realização de análises de risco e estudos dos impactos da introdução de espécies exóticas potencialmente invasoras, espécies potencialmente problema e outras que ameacem a biodiversidade, as atividades econômicas e a saúde da população, e a criação e implementação de mecanismos de controle.

13.2.7. Promover e aperfeiçoar ações de prevenção, controle e erradicação de espécies exóticas invasoras e de espécies-problema.

13.2.8. Apoiar estudos de impacto da fragmentação de *habitats* sobre a manutenção da biodiversidade.

13.2.9. Desenvolver estudos de impacto ambiental e implementar medidas de controle dos riscos associados ao desenvolvimento biotecnológico sobre a biodiversidade, especialmente quanto à utilização de organismos geneticamente modificados, quando potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente.

13.2.10. Aperfeiçoar procedimentos e normas de coleta de espécies nativas com fins técnico-científicos com vistas na mitigação de seu potencial impacto sobre a biodiversidade.

13.2.11. Desenvolver iniciativas de sensibilização e capacitação de entidades da sociedade civil em práticas de monitoramento e fiscalização da utilização dos recursos biológicos.

13.2.12. Promover, juntamente com os diversos atores envolvidos, o planejamento da gestão da biodiversidade nas zonas de fronteiras agrícolas, visando a minimizar os impactos ambientais sobre a biodiversidade.

13.2.13. Intensificar e garantir a eficiência do combate à caça ilegal e ao comércio ilegal de espécies e de variedades agrícolas.

13.2.14. Desenvolver instrumentos de cobrança e aplicação de recursos auferidos pelo uso de serviços ambientais para reduzir as pressões antrópicas sobre a biodiversidade.

13.2.15. Apoiar a realização de inventário das fontes de poluição da biodiversidade e de seus níveis de risco nos biomas.

13.2.16. Apoiar ações de zoneamento e identificação de áreas críticas, por bacias hidrográficas, para conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos.

13.2.18. Apoiar estudos de impacto sobre a biodiversidade nas diferentes bacias hidrográficas, sobretudo nas matas ribeirinhas, cabeceiras, olhos d'água e outras áreas de preservação permanente e em áreas críticas para a conservação de recursos hídricos.

13.2.19. Estabelecer mecanismos para determinar a realização de estudos de impacto ambiental, inclusive Avaliação Ambiental Estratégica, em projetos e empreendimentos de larga escala, inclusive os que possam gerar impactos agregados, que envolvam recursos biológicos, inclusive aqueles que utilizem espécies exóticas e organismos geneticamente modificados, quando potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente.

13.3. Terceira diretriz: Recuperação de ecossistemas degradados e dos componentes da biodiversidade sobreexplotados. Estabelecimento de instrumentos que promovam a recuperação de ecossistemas degradados e de componentes da biodiversidade sobreexplotados.

Objetivos Específicos:

13.3.1. Promover estudos e programas adaptados para conservação e recuperação de espécies ameaçadas ou sobreexploradas e de ecossistemas sob pressão antrópica, de acordo com o Princípio do Poluidor-Pagador.

13.3.2. Promover a recuperação, a regeneração e o controle da cobertura vegetal e dos serviços ambientais a ela relacionados em áreas alteradas, degradadas e em processo de desertificação e arenização, inclusive para a captura de carbono, de acordo com o Princípio do Poluidor-Pagador.

13.3.3. Promover a recuperação de estoques pesqueiros sobreexplorados, inclusive pela identificação de espécies alternativas para o redirecionamento do esforço de pesca.

13.3.4. Estimular as pesquisas paleoecológicas como estratégias para a recuperação de ecossistemas naturais.

13.3.5. Apoiar povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais na elaboração e na aplicação de medidas corretivas em áreas degradadas, onde a biodiversidade tenha sido reduzida.

13.3.6. Identificar e apoiar iniciativas, programas, tecnologias e projetos de obtenção de germoplasma, reintrodução e translocação de espécies nativas, especialmente as ameaçadas, observando estudos e indicações referentes à sanidade dos ecossistemas.

13.3.7. Apoiar iniciativas nacionais e estaduais de promoção do estudo e de difusão de tecnologias de restauração ambiental e recuperação de áreas degradadas com espécies nativas autóctones.

13.3.8. Apoiar criação e consolidação de bancos de germoplasma como instrumento adicional de recuperação de áreas degradadas.

13.3.9. Criar unidades florestais nos estados brasileiros, para produção e fornecimento de sementes e mudas para a execução de projetos de restauração ambiental e recuperação de áreas degradadas, apoiados por universidades e centros de pesquisa no país.

13.3.10. Promover mecanismos de coordenação das iniciativas governamentais e de apoio às iniciativas não-governamentais de proteção das áreas em recuperação natural.

13.3.11. Promover recuperação, revitalização e conservação da biodiversidade nas diferentes bacias hidrográficas, sobretudo nas matas ribeirinhas, nas cabeceiras, nos olhos d'água, em outras áreas de preservação permanente e em áreas críticas para a conservação de recursos hídricos.

13.3.12. Promover ações de recuperação e restauração dos ecossistemas degradados e dos componentes da biodiversidade marinha sobreexplorados.

Do Componente 5 da Política Nacional da Biodiversidade - Acesso aos Recursos Genéticos e aos Conhecimentos Tradicionais Associados e Repartição de Benefícios

14. Objetivo Geral: Permitir o acesso controlado aos recursos genéticos, aos componentes do patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados com vistas à agregação de valor mediante pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e de forma que a sociedade brasileira, em particular os povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais, possam compartilhar, justa e equitativamente, dos benefícios derivados do acesso aos recursos genéticos, aos componentes do patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

14.1. Primeira diretriz: Acesso aos recursos genéticos e repartição de benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos. Estabelecimento de um sistema controlado de acesso e de repartição justa e equitativa de benefícios oriundos da utilização de recursos genéticos e de componentes do patrimônio genético, que promova a agregação de valor mediante pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e que contribua para a conservação e para a utilização sustentável da biodiversidade.

Objetivos Específicos:

14.1.1. Regulamentar e aplicar lei específica, e demais legislações necessárias, elaboradas com ampla participação da sociedade brasileira, em particular da comunidade acadêmica, do setor empresarial, dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais, para normalizar a relação entre provedor e usuário de recursos genéticos, de componentes do patrimônio genético e de conhecimentos tradicionais associados, e para estabelecer as bases legais para repartição justa e equitativa de benefícios derivados da utilização destes.

14.1.2. Estabelecer mecanismos legais e institucionais para maior publicidade e para viabilizar a participação da sociedade civil (organizações não-governamentais, povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais,



Capítulo 2

setor acadêmico e setor privado) nos conselhos, comitês e órgãos colegiados que tratam do tema de gestão dos recursos genéticos e dos componentes do patrimônio genético.

14.1.3. Identificar as necessidades e os interesses de povos indígenas, quilombolas, outras comunidades locais, proprietários de terras, empresas tecnológicas nacionais e de agentes econômicos, órgãos governamentais, instituições de pesquisa e de desenvolvimento na regulamentação de sistema de acesso e de repartição justa e equitativa de benefícios oriundos da utilização de recursos genéticos e dos componentes do patrimônio genético.

14.1.4. Definir as normas e os procedimentos para a coleta, o armazenamento e para a remessa de recursos genéticos e de componentes do patrimônio genético para pesquisa e bioprospecção.

14.1.5. Implantar e aperfeiçoar mecanismos de acompanhamento, de controle social e de negociação governamental nos resultados da comercialização de produtos e processos oriundos da bioprospecção, associados à reversão de parte dos benefícios para fundos públicos destinados à pesquisa, à conservação e à utilização sustentável da biodiversidade.

14.1.6. Estabelecer contratos de exploração econômica da biodiversidade, cadastrados e homologados pelo governo federal, com cláusulas claras e objetivas, e com cláusulas de repartição de benefícios aos detentores dos recursos genéticos, dos componentes do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados acessados.

14.1.7. Apoiar ações para implementação de infra-estrutura, de recursos humanos e recursos materiais em conselhos e órgãos colegiados que tratam da gestão de patrimônio genético, inclusive o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.

14.2. Segunda diretriz: Proteção de conhecimentos, inovações e práticas de povos indígenas, de quilombolas e de outras comunidades locais e repartição dos benefícios decorrentes do uso dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Desenvolvimento de mecanismos que assegurem a proteção e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso de conhecimentos, inovações e práticas de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais, relevantes à conservação e à utilização sustentável da biodiversidade.

Objetivos Específicos:

14.2.1. Estabelecer e implementar um regime legal *sui generis* de proteção a direitos intelectuais coletivos relativos à biodiversidade de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais, com a ampla participação destas comunidades e povos.

14.2.2. Estabelecer e implementar instrumentos econômicos e regime jurídico específico que possibilitem a repartição justa e equitativa de benefícios derivados do acesso aos conhecimentos tradicionais associados, com a compensação econômica e de outros tipos para os detentores dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, segundo as demandas por estes definidas e resguardando seus valores culturais.

14.2.3. Estabelecer e implementar mecanismos para respeitar, preservar, resgatar, proteger a confidencialidade e manter o conhecimento, as inovações e as práticas de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais.

14.2.4. Regulamentar e implementar mecanismos e instrumentos jurídicos que garantam aos povos indígenas, aos quilombolas e às outras comunidades locais a participação nos processos de negociação e definição de protocolos para acesso aos conhecimentos, inovações e práticas associados à biodiversidade e repartição dos benefícios derivados do seu uso.

14.2.5. Desenvolver e implementar mecanismos *sui generis* de proteção do conhecimento tradicional e de repartição justa e equitativa de benefícios para os povos indígenas, quilombolas, outras comunidades locais detentores de conhecimentos associados à biodiversidade, com a participação destes e resguardados seus interesses e valores.

14.2.6. Estabelecer iniciativas visando à gestão e ao controle participativos de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais na identificação e no cadastramento, quando couber, de conhecimentos tradicionais, inovações e práticas associados à utilização dos componentes da biodiversidade.

14.2.7. Estabelecer, quando couber e com a participação direta dos detentores do conhecimento tradicional, mecanismo de cadastramento de conhecimentos tradicionais, inovações e práticas, associados à biodiversidade, de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais, e de seu potencial para uso comercial, como uma das formas de prova quanto à origem destes conhecimentos.

14.2.8. Promover o reconhecimento e valorizar os direitos de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais, quanto aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e da relação de mútua dependência entre diversidade etnocultural e biodiversidade.

14.2.9. Elaborar e implementar código de ética para trabalho com povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais, com a participação destes.

14.2.10. Assegurar o reconhecimento dos direitos intelectuais coletivos de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais, e a necessária repartição de benefícios pelo uso de conhecimento tradicional associado à biodiversidade em seus territórios.

Do Componente 6 da Política Nacional da Biodiversidade - Educação, Sensibilização Pública, Informação e Divulgação sobre Biodiversidade

15. Objetivo Geral: Sistematizar, integrar e difundir informações sobre a biodiversidade, seu potencial para desenvolvimento e a necessidade de sua conservação e de sua utilização sustentável, bem como da repartição dos benefícios derivados da utilização de recursos genéticos, de componentes do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado, nos diversos níveis de educação, bem como junto à população e aos tomadores de decisão.

15.1. Primeira diretriz: Sistemas de informação e divulgação. Desenvolvimento de sistema nacional de informação e divulgação de informações sobre biodiversidade.

Objetivos Específicos:

15.1.1. Difundir informações para todos os setores da sociedade sobre biodiversidade brasileira.

15.1.2. Facilitar o acesso à informação e promover a divulgação da informação para a tomada de decisões por parte dos diferentes produtores e usuários de bens e serviços advindos da biodiversidade.

15.1.3. Instituir e manter permanentemente atualizada uma rede de informação sobre gestão da biodiversidade, promovendo e facilitando o acesso a uma base de dados disponível em meio eletrônico, integrando-a com iniciativas já existentes.

15.1.4. Identificar e catalogar as coleções biológicas (herbários, coleções zoológicas, de microrganismos e de germoplasma) existentes no país, seguida de padronização e integração das informações sobre as mesmas.

15.1.5. Mapear e manter bancos de dados sobre variedade locais, parentes silvestres das plantas nacionais cultivadas e de cultivares de uso atual ou potencial.

15.1.6. Instituir e implementar mecanismos para facilitar o acesso às informações sobre coleções de componentes da biodiversidade brasileira existentes no exterior e, quando couber, a repatriação do material associado à informação.

15.1.7. Apoiar e divulgar experiências de conservação e utilização sustentável da biodiversidade, inclusive por povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais, quando houver consentimento destes e desde que sejam resguardados os direitos sobre a propriedade intelectual e o interesse nacional.

15.1.8. Divulgar os instrumentos econômicos, financeiros e jurídicos voltados para a gestão da biodiversidade.

15.1.9. Organizar, promover a produção, distribuir e facilitar o acesso a materiais institucionais e educativos sobre biodiversidade e sobre aspectos étnicos e culturais relacionados à biodiversidade.

15.1.10. Promover a elaboração e a sistematização de estudos de casos e lições aprendidas quanto à gestão sustentável da biodiversidade.

15.1.11. Criar mecanismos de monitoramento da utilização de dados, do acesso às redes de bancos de dados e dos usuários dessas redes, visando à repartição dos benefícios oriundos do uso das informações disponíveis na rede.

15.1.12. Promover e apoiar programas nacionais de publicações científicas sobre temas referentes à biodiversidade, e incentivar a valorização das publicações nacionais relativas à diversidade biológica das instituições ligadas à pesquisa e ao ensino.

15.2. Segunda diretriz: Sensibilização pública. Realização de programas e campanhas de sensibilização sobre a biodiversidade.

Objetivos Específicos:

15.2.1. Promover e apoiar campanhas nacionais, regionais e locais para valorização e difusão de conhecimentos sobre a biodiversidade, ressaltando a importância e o valor da heterogeneidade dos diferentes biomas para a conservação e para a utilização sustentável da biodiversidade.



Capítulo 2

15.2.2. Promover campanhas nacionais de valorização da diversidade cultural e dos conhecimentos tradicionais sobre a biodiversidade.

15.2.3. Promover campanhas junto aos setores produtivos, especialmente os setores agropecuário, pesqueiro e de exploração mineral, e ao de pesquisas sobre a importância das reservas legais e áreas de preservação permanentes no processo de conservação da biodiversidade.

15.2.4. Criar novos estímulos, tais como prêmios e concursos, que promovam o envolvimento das populações na defesa das espécies ameaçadas e dos biomas submetidos a pressão antrópica, levando-se em consideração as especificidades regionais.

15.2.5. Promover e apoiar a sensibilização e a capacitação de tomadores de decisão, formadores de opinião e do setor empresarial quanto à importância da biodiversidade.

15.2.6. Estimular a atuação da sociedade civil organizada para a condução de iniciativas em educação ambiental relacionadas à biodiversidade.

15.2.7. Divulgar informações sobre conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de povos indígenas, quilombolas e outras de comunidades locais e sua importância na conservação da biodiversidade, quando houver consentimento destes.

15.2.8. Sensibilizar povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais sobre a importância do conhecimento que detêm sobre a biodiversidade, possibilitando ações de conservação, de utilização sustentável da biodiversidade e de repartição dos benefícios decorrentes do uso dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

15.2.9. Divulgar a importância da interação entre a gestão da biodiversidade e a saúde pública.

15.2.10. Promover sensibilização para a gestão da biodiversidade em áreas de uso público.

15.2.11. Desenvolver, implementar e divulgar indicadores que permitam avaliar e acompanhar a evolução do grau de sensibilização da sociedade quanto à biodiversidade.

15.2.12. Promover a integração das ações de fiscalização do meio ambiente com programas de educação ambiental, no que se refere à biodiversidade.

15.2.13. Promover cursos e treinamentos para jornalistas sobre conceitos de gestão da biodiversidade.

15.3. Terceira diretriz: Incorporação de temas relativos à conservação e à utilização sustentável da biodiversidade na educação. Integração de temas relativos à gestão da biodiversidade nos processos de educação.

Objetivos Específicos:

15.3.1. Fortalecer o uso do tema biodiversidade como conteúdo do tema transversal meio ambiente proposto por parâmetros e diretrizes curriculares nas políticas de formação continuada de professores.

15.3.2. Promover articulação entre os órgãos ambientais e as instituições educacionais, para atualização contínua das informações sobre a biodiversidade.

15.3.3. Introduzir o tema "biodiversidade" nas atividades de extensão comunitária.

15.3.4. Incorporar na educação formal os princípios da Convenção sobre Diversidade Biológica e da etnobiodiversidade, atendendo ao princípio da educação diferenciada para povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais.

15.3.5. Estimular parcerias, pesquisas e demais atividades entre universidades, organizações não-governamentais, órgãos profissionais e iniciativa privada para o aprimoramento contínuo dos profissionais de educação.

15.3.6. Promover a formação inicial e continuada dos profissionais de educação ambiental, no que se refere à biodiversidade.

15.3.7. Promover a capacitação dos técnicos de extensão rural e dos agentes de saúde sobre o tema "biodiversidade".

15.3.8. Promover iniciativas para articulação das instituições envolvidas com educação ambiental (instituições de ensino, de pesquisa, de conservação e da sociedade civil) em uma rede de centros de educação ambiental, para tratar do tema "biodiversidade".

15.3.9. Estabelecer a integração entre os ministérios e os demais órgãos de governo para a articulação das políticas educacionais de gestão da biodiversidade.

15.3.10. Fortalecer a Política Nacional de Educação Ambiental.

Do Componente 7 da Política Nacional da Biodiversidade - Fortalecimento Jurídico e Institucional para a Gestão da Biodiversidade

16. Objetivo Geral: Promover meios e condições para o fortalecimento da infra-estrutura de pesquisa e gestão, para o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia, para a formação e fixação de recursos humanos, para mecanismos de financiamento, para a cooperação internacional e para a adequação jurídica visando à gestão da biodiversidade e à integração e à harmonização de políticas setoriais pertinentes à biodiversidade.

16.1. Primeira diretriz: Fortalecimento da infra-estrutura de pesquisa e gestão da biodiversidade. Fortalecimento e ampliação da infra-estrutura das instituições brasileiras, públicas e privadas, envolvidas com o conhecimento e com a gestão da biodiversidade.

Objetivos Específicos:

16.1.1. Recuperar a capacidade dos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA para executar sua missão em relação ao licenciamento e à fiscalização da biodiversidade.

16.1.2. Aprimorar a definição das competências dos diversos órgãos de governo de forma a prevenir eventuais conflitos de competência quando da aplicação da legislação ambiental pertinente à biodiversidade.

16.1.3. Fortalecer o conjunto de unidades de conservação e sua integração no SISNAMA.

16.1.4. Estimular iniciativas para a criação de bases de pesquisa de campo permanente em unidades de conservação de proteção integral em cada um dos biomas brasileiros.

16.1.5. Promover o fortalecimento da infra-estrutura e a modernização das instituições brasileiras envolvidas com o inventário e a caracterização da biodiversidade, tais como coleções zoológicas, botânicas e de microrganismos, bancos de germoplasma e núcleos de criação animal.

16.1.6. Fortalecer instituições científicas com programas de pesquisa, criando, quando necessário, centros específicos em cada um dos biomas visando a fortalecer a pesquisa sobre recursos biológicos e suas aplicações.

16.1.7. Adequar a infra-estrutura das instituições que trabalham com recursos genéticos, componentes do patrimônio genético e conhecimentos tradicionais para conservar de forma segura, a curto, a médio e em longo prazo, espécies de interesse socioeconômico e as culturas de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais do país.

16.1.8. Apoiar programas de pesquisa e de infra-estrutura voltados para o conhecimento tradicional de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais, com a participação destes.

16.1.9. Apoiar a participação efetiva de especialistas das diferentes regiões do país em programas de seqüenciamento genético e outros programas para o desenvolvimento de tecnologias a partir da utilização de recursos biológicos.

16.1.10. Formalizar e fortalecer centros de referência depositários de organismos associados a produtos e processos patenteados no Brasil.

16.1.11. Promover a integração de programas e ações da esfera federal, das estaduais e das municipais e da sociedade civil organizada, relacionados à pesquisa, à formação de recursos humanos, a programas e projetos em áreas relacionadas à biodiversidade.

16.1.12. Incentivar a formação e consolidação de redes nacionais de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e gestão da biodiversidade, como forma de promover e facilitar o intercâmbio sobre biodiversidade entre diferentes setores da sociedade.

16.1.13. Criar estímulos à gestão da biodiversidade, tais como prêmios a pesquisas e projetos de conservação e utilização sustentável.

16.1.14. Criar estímulos para organizações não-governamentais que atuam na proteção da biodiversidade.

16.1.15. Apoiar a criação de centros de documentação especializados para cada um dos biomas brasileiros para facilitar a cooperação científica dentro e fora do país.

16.1.16. Estimular o desenvolvimento de programa de apoio a publicações científicas sobre a biodiversidade brasileira, particularmente guias de campo, chaves taxonômicas, catalogação eletrônica de floras e faunas, revisões sistemáticas, monografias e estudos etnobiológicos.

16.2. Segunda diretriz: Formação e fixação de recursos humanos. Promoção de programas de formação, atualização e fixação de recursos humanos, inclusive a capacitação de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais, para a ampliação e o domínio dos conhecimentos e das tecnologias necessárias à gestão da biodiversidade.



Capítulo 2

Objetivos Específicos:

16.2.1. Instituir programas de formação, atualização e fixação de recursos humanos em instituições voltadas para o inventário, a caracterização, a classificação e a gestão da biodiversidade dos diversos biomas do país.

16.2.2. Reduzir as disparidades regionais, estimulando a capacitação humana e institucional em gestão da biodiversidade, inclusive em biotecnologia, promovendo a criação de mecanismos diferenciados para a contratação imediata nas instituições de ensino e pesquisa em regiões carentes e realizando a fixação de profissionais envolvidos com a capacitação em pesquisa e gestão da biodiversidade.

16.2.3. Fortalecer a pós-graduação ou os programas de doutorado em instituições de pesquisa nos temas relacionados aos objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica.

16.2.4. Apoiar a capacitação e a atualização de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais quanto à gestão da biodiversidade, especialmente para agregação de valor e comercialização de produtos da biodiversidade derivados de técnicas tradicionais sustentáveis.

16.2.5. Apoiar formação ou aperfeiçoamento em gestão da biodiversidade de técnicos que atuem em projetos ou empreendimentos com potencial impacto ambiental.

16.2.6. Apoiar iniciativas de ensino a distância em áreas relacionadas à biodiversidade.

16.2.7. Promover a ampla divulgação dos termos da legislação de acesso aos recursos genéticos, aos componentes do patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados junto aos setores relacionados a esta temática.

16.2.8. Promover cursos e treinamentos para servidores públicos, inclusive juízes, membros do Ministério Público, polícia federal, civil e militar nos campos de gestão e proteção da biodiversidade.

16.2.9. Promover e apoiar a formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento e a disseminação de redes de informação sobre biodiversidade.

16.2.10. Capacitar pessoal para a gestão da biodiversidade em unidades de conservação.

16.2.11. Promover eventos regionais para os povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais com o objetivo de divulgar e esclarecer os termos da legislação de acesso a recursos genéticos, e capacitar agentes locais.

16.2.12. Estimular a cooperação entre governo, universidades, centros de pesquisa, setor privado e organizações da sociedade civil na elaboração de modelos de gestão da biodiversidade.

16.2.13. Apoiar a cooperação entre o setor público e o privado para formação e fixação de recursos humanos voltados para o desempenho de atividades de pesquisa em gestão da biodiversidade, especialmente no que tange à utilização de recursos biológicos, manutenção e utilização dos bancos de germoplasma.

16.3. Terceira diretriz: Acesso à tecnologia e transferência de tecnologia. Promoção do acesso à tecnologia e da transferência de tecnologia científica nacional e internacional sobre a gestão da biodiversidade brasileira.

Objetivos Específicos:

16.3.1. Criar e apoiar programas que promovam a transferência e a difusão de tecnologias em gestão da biodiversidade.

16.3.2. Apoiar o intercâmbio de conhecimentos e tecnologias em temas selecionados e em áreas definidas como prioritárias para a gestão da biodiversidade, inclusive com centros de referência internacionais e estrangeiros.

16.3.3. Estabelecer mecanismos facilitadores do processo de intercâmbio e geração de conhecimento biotecnológico com seus potenciais usuários, resguardados os direitos sobre a propriedade intelectual.

16.3.4. Promover o aperfeiçoamento do arcabouço legal brasileiro no que diz respeito ao acesso à tecnologia e à transferência de tecnologias.

16.3.5. Estabelecer iniciativa nacional para disseminar o uso de tecnologias de domínio público úteis à gestão da biodiversidade.

16.3.6. Implantar unidades demonstrativas de utilização de tecnologias para conservação e utilização sustentável da biodiversidade.

16.3.7. Promover a cooperação para a certificação de tecnologias transferidas dos países desenvolvidos para o país.



Capítulo 2

16.3.8. Definir e implementar normas e procedimentos para o intercâmbio de tecnologias de utilização de recursos genéticos e biológicos, com transparência e assegurando os interesses nacionais, da comunidade acadêmica e dos povos indígenas, quilombolas e outras das comunidades locais.

16.4. Quarta diretriz: Mecanismos de financiamento. Integração, desenvolvimento e fortalecimento de mecanismos de financiamento da gestão da biodiversidade.

Objetivos Específicos:

16.4.1. Fortalecer os fundos existentes de financiamento para a gestão da biodiversidade.

16.4.2. Estimular a criação de fundos de investimentos para a gestão da biodiversidade, incentivando inclusive a participação do setor empresarial.

16.4.3. Apoiar estudo para a criação de um fundo fiduciário ou outros mecanismos equivalentes, capazes de garantir a estabilidade financeira para implementação e manutenção de unidades de conservação, inclusive para regularização fundiária.

16.4.4. Estimular a criação de fundos ou outros mecanismos, geridos de forma participativa por povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais, que promovam a repartição justa e equitativa de benefícios, monetários ou não, decorrentes do acesso aos recursos genéticos, aos componentes do patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados.

16.4.5. Fortalecer a atuação em prol da biodiversidade dos órgãos estaduais de fomento à pesquisa em todos os estados.

16.4.6. Promover mecanismos que visem a assegurar a previsão e a aplicação de recursos orçamentários bem como de outras fontes para a gestão da biodiversidade.

16.4.7. Estimular a criação de linhas de financiamento por parte dos órgãos de fomento à pesquisa, direcionadas à implementação dos planos de pesquisa e à gestão da biodiversidade em unidades de conservação e em seu entorno.

16.4.8. Estimular a criação de linhas de financiamento para empreendimentos cooperativos e para pequenos e médios produtores rurais que usem os recursos da biodiversidade de forma sustentável.

16.4.9. Estimular a participação do setor privado em investimentos na gestão da biodiversidade do país.

16.4.10. Estimular a criação de mecanismos econômicos e fiscais que incentivem o setor empresarial a investir no inventário e na pesquisa sobre conservação e utilização sustentável da biodiversidade do país, em parceria com instituições de pesquisa e setor público.

16.4.11. Fomentar mediante incentivos econômicos, a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade nas áreas sob domínio privado.

16.5. Quinta diretriz: Cooperação internacional. Promoção da cooperação internacional relativa à gestão da biodiversidade, com o fortalecimento de atos jurídicos internacionais.

Objetivos Específicos:

16.5.1. Fortalecer a preparação e a participação de delegações brasileiras em negociações internacionais relacionadas aos temas da biodiversidade.

16.5.2. Promover a implementação de acordos e convenções internacionais relacionados com a gestão da biodiversidade, com atenção especial para a Convenção sobre Diversidade Biológica e seus programas e iniciativas.

16.5.3. Estabelecer sinergias visando à implementação das convenções ambientais assinadas pelo país.

16.5.4. Apoiar a negociação de acordos e convênios, justos e com benefícios para o país, para o intercâmbio de conhecimentos e transferências de tecnologia com centros de pesquisa internacionais e estrangeiros.

16.5.5. Fortalecer a cooperação internacional em pesquisas, programas e projetos relacionados com o conhecimento e com a gestão da biodiversidade, e agregação de valor aos seus componentes, em conformidade com as diretrizes do Componente 5.

16.5.6. Apoiar a participação dos centros de pesquisa nacionais em redes internacionais de pesquisa, desenvolvimento de tecnologias e programas relacionados ao conhecimento e à gestão da biodiversidade.

16.5.7. Identificar e estimular a utilização de mecanismos constantes de acordos internacionais que possam beneficiar a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade, incluindo a utilização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.



Capítulo 2

16.6. Sexta diretriz: Fortalecimento do marco-legal e integração de políticas setoriais. Promoção de ações visando ao fortalecimento da legislação brasileira sobre a biodiversidade e da articulação, da integração e da harmonização de políticas setoriais.

Objetivos Específicos:

16.6.1. Promover o levantamento e a avaliação de todo o quadro normativo relativo à biodiversidade no Brasil, com vistas em propor a adequação para a gestão da biodiversidade.

16.6.2. Consolidar a legislação brasileira sobre a biodiversidade.

16.6.3. Promover a articulação, a integração e a harmonização de políticas setoriais relevantes para a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição de benefícios derivados da utilização de recursos genéticos, de componentes do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado.

17. ARCABOUÇO JURÍDICO INSTITUCIONAL

17.1. Muitas iniciativas institucionais em andamento no Brasil têm relação com os propósitos da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB e com as diretrizes e objetivos desta Política Nacional da Biodiversidade. Planos, políticas e programas setoriais necessitam de ser integrados, de forma a evitar-se a duplicação ou o conflito entre ações. A Política Nacional da Biodiversidade requer que mecanismos participativos sejam fortalecidos ou criados para que se articule a ação da sociedade em prol dos objetivos da CDB. A implementação desta política depende da atuação de diversos setores e ministérios do Governo Federal, segundo suas competências legais, bem como dos Governos Estaduais, do Distrito Federal, dos Governos Municipais e da sociedade civil.

17.2. Tendo em vista o conjunto de atores e políticas públicas que, direta ou indiretamente, guardam interesse com a gestão da biodiversidade e, portanto, com os compromissos assumidos pelo Brasil na implementação da CDB, é necessário que a implementação da Política propicie a criação ou o fortalecimento de arranjos institucionais que assegurem legitimidade e sustentabilidade no cumprimento dos objetivos da CDB, no que se refere à conservação e à utilização sustentável da biodiversidade e à repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes de sua utilização.

17.3. Na implementação da Política Nacional da Biodiversidade, caberá ao Ministério do Meio Ambiente:

a) articular as ações da Política Nacional da Biodiversidade no âmbito do SISNAMA e junto aos demais setores do governo e da sociedade;

b) acompanhar e avaliar a execução dos componentes da Política Nacional da Biodiversidade e elaborar relatórios nacionais sobre biodiversidade;

c) monitorar, inclusive com indicadores, a execução das ações previstas na Política Nacional da Biodiversidade;

d) formular e implementar programas e projetos em apoio à execução das ações previstas na Política Nacional da Biodiversidade e propor e negociar recursos financeiros;

e) articular-se com os demais ministérios afetos aos temas tratados para a elaboração e encaminhamento de propostas de criação ou modificação de instrumentos legais necessários à boa execução da Política Nacional da Biodiversidade;

f) promover a integração de políticas setoriais para aumentar a sinergia na implementação de ações direcionadas à gestão sustentável da biodiversidade (conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios), evitando que estas sejam conflituosas; e

g) estimular a cooperação interinstitucional e internacional para a melhoria da implementação das ações de gestão da biodiversidade.

17.4. A implementação da Política Nacional da Biodiversidade requer instância colegiada que busque o cumprimento dos interesses dessa Política Nacional da Biodiversidade junto ao governo federal, zele pela descentralização da execução das ações e vise assegurar a participação dos setores interessados.

17.5. Buscará, igualmente, essa instância colegiada cuidar para que os princípios e os objetivos da Política Nacional da Biodiversidade sejam cumpridos, prestando assistência técnica em apoio aos agentes públicos e privados responsáveis pela execução de seus componentes no território nacional.

17.6. O Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO, instituído pelo Decreto nº. 1.354, de 29 de dezembro de 1994, coordenará a implementação da Política Nacional da Biodiversidade, mediante a promoção da parceria entre o Poder Público e a sociedade civil para o conhecimento, a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização.

Capítulo 3

Capítulo 3

**AVALIAÇÃO DE ÁREAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA
CONSERVAÇÃO, UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL E REPARTIÇÃO DE
BENEFÍCIOS DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA - SÍNTESE NACIONAL**



Avaliação de Áreas e Ações Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios nos Biomas Brasileiros – Síntese Nacional

Introdução

Cinco Seminários de Consulta ocorreram ao longo de três anos, entre 1998 e 2000, para a identificação de áreas prioritárias para conservação, em cada um dos principais grupos de biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado/Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica/Campos Sulinos e Zonas Costeira e Marinha (Tabela 4). Cada seminário contou com o conhecimento de vários acadêmicos, pesquisadores, conservacionistas, representantes governamentais (nacionais e regionais) e não-governamentais. Dados sobre biodiversidade, socioeconomia e uso da terra, compilados *a priori* de cada seminário, culminaram na identificação de áreas prioritárias e nas recomendações práticas de ações para sua conservação, considerando as condições sociais atuais e projetadas e os cenários econômicos e de desenvolvimento. A realização dos Seminários de Consulta, em suas diferentes fases, reuniu um considerável acervo de conhecimento sobre os biomas brasileiros e indicou, de maneira prática, áreas e ações que permitirão sua integridade, aliada ao desejado desenvolvimento social e econômico. Entretanto, não apenas informações foram registradas, mas também sua ausência. Para o bioma da Caatinga, da Mata Atlântica e dos Campos Sulinos, 17,66% das áreas prioritárias foram classificadas como de "insuficiente conhecimento". O resultado do trabalho de Zona Costeira menciona que a obtenção do estado-da-arte do conhecimento e das ações a respeito do levantamento e da conservação da biodiversidade costeira e marinha no Brasil revelou também um quadro de carências e lacunas. Assim, lacunas de conhecimento indicadas poderão agora ser sanadas.

Tabela 4. Seminários de Consulta promovidos pelo Ministério do Meio Ambiente para identificar as áreas e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade nos principais grupos de biomas.

Bioma/Seminário de Consulta	Data	Local	Organização
Mata Atlântica e Campos Sulinos			
Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação do Bioma Floresta Atlântica e Campos Sulinos	Agosto 1999	Atibaia, São Paulo	Conservation International do Brasil; Fundação SOS Mata Atlântica; Instituto de Pesquisas Ecológicas IPÊ; Fundação Biodiversitas; Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo SEMAD/SP, Instituto Estadual de Florestas IEF/MG
Amazônia			
Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira	Setembro 1999	Macapá, Amapá	Instituto Socioambiental ISA; Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM; Conservation International do Brasil; Grupo de Trabalho Amazônico - GTA; Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN; Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON
Zonas Costeira e Marinha			
Avaliação e Ações Prioritárias para a Zona Costeira e Marinha	Outubro 1999	Porto Seguro, Bahia	Fundação BIO-RIO; Secretaria do Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente SECTAM/PA; Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte IDEMA/RN; Sociedade Nordestina de Ecologia SNE/PB; Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo SMA/SP; Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler FEPAM/RS
Caatinga			
Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Bioma Caatinga	Mai 2000	Petrolina, Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco / Fundação de Apoio ao Desenvolvimento; Conservation International do Brasil; Fundação Biodiversitas; EMBRAPA Semi-Árido
Cerrado e Pantanal			
Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e do Pantanal	Março 1998	Brasília, DF	Fundação Pró-Natureza - FUNATURA; Conservation International do Brasil; Fundação Biodiversitas; Universidade de Brasília

Capítulo 3

1. Áreas Prioritárias

Como resultados dos Seminários de Consulta, 900 áreas foram consideradas como prioritárias para a conservação da biodiversidade do País. Destas, 43% situam-se na Amazônia Brasileira, 9% na Caatinga, 20% abrangem a Mata Atlântica e os Campos Sulinos, quase 10% abrangem o Cerrado e o Pantanal e 18% situam-se na Zona Costeira e Marítima. Foram utilizados quatro critérios para classificar a importância das novecentas (900) áreas prioritárias identificadas no País: a) extrema importância biológica; b) muito alta importância biológica; c) alta importância biológica; e e) insuficientemente conhecidas, mas de provável interesse biológico.

O Seminário de Consulta de Macapá concluiu seus trabalhos com a identificação de 385 áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da biodiversidade da Amazônia Legal. Deste total, 247 foram classificadas como de extrema importância biológica, 107 de muito alta importância, oito como alta importância e 23 como insuficientemente conhecidas, mas de provável importância biológica. Para a Caatinga, foram identificadas 82 áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade. Dessas, 27 foram classificadas como áreas de extrema importância biológica, 12 como áreas de muito alta importância, 18 como áreas de alta importância e 25 áreas insuficientemente conhecidas, mas de provável importância. Foram identificadas 182 áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e dos Campos Sulinos; dessas, 99 foram identificadas como áreas de extrema importância biológica, 35 áreas de muito alta importância, 26 áreas de alta importância e 22 áreas insuficientemente conhecidas, mas de provável importância biológica. Para o bioma Cerrado e Pantanal, foram identificadas 87 áreas prioritárias, sendo 47 consideradas de extrema importância, 16 de muito alta importância e 12 como de alta importância, e também 12 como insuficientemente conhecidas. Foram identificadas 164 áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade da Zona Costeira e Marinha, sendo nove grandes áreas na região Norte (do Amapá ao Maranhão), identificando-se, para algumas delas, subáreas específicas, em função das ações recomendadas; 47 no Nordeste (de Piauí a Bahia), 37 no Sudeste (do Espírito Santo ao Paraná), 40 no Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e, finalmente, 31 na Plataforma Continental e nas Ilhas Oceânicas. Cinquenta (50) áreas foram consideradas como insuficientemente conhecidas ou, ainda, quando classificadas em outras categorias de importância biológica, tiveram como indicativo de ação prioritária, o inventário biológico.

Assim, quanto à importância da área para a conservação da biodiversidade dos biomas foram consideradas 510 áreas como de extrema importância biológica, 214 como de muito alta importância biológica, 77 de alta importância e 99 como insuficientemente conhecidas, mas de provável interesse biológico. Os dados estão sintetizados na Tabela 5.

Tabela 5. Grau de importância das áreas prioritárias, por biomas.

	Amazônia	Caatinga	Cerrado/Pantanal	M.Atlântica e C.Sulinos	Z.Costeira e Marinha	Total
Extrema importância biológica	247 64%	27 33%	47 54%	99 55%	90 55%	510 57%
Muito alta importância biológica	107 28%	12 15%	16 18%	35 19%	44 27%	214 24%
Alta importância biológica	8 2%	18 22%	12 14%	26 14%	13 8%	77 8%
Insuficientemente conhecidas, mas de provável alta importância biológica	23 6%	25 30%	12 14%	22 12%	17 10%	99 11%
TOTAL	385	82	87	182	164	900

Para a Amazônia, no que se refere às recomendações principais para as áreas prioritárias, ou seja, a opção que obteve pontuação máxima em uma escala de 0 (não-recomendada) a 5 (ação prioritária), os resultados foram os seguintes: para 39,2% das áreas prioritárias para a biodiversidade foi sugerido o uso sustentável de recursos; em 24,9%, ações de proteção; a criação de Unidade de Conservação (UC) foi recomendada para



Capítulo 3

20,8%; necessidade de estudos para 14% das áreas; e recuperação para apenas 1%. Para a Caatinga, a principal ação recomendada para a maioria (54,8%) das áreas prioritárias é a proteção integral. Esta ação foi recomendada para 81% das áreas de extrema importância, 75% das áreas de muito alta importância e 72% das áreas de alta importância. Em contraste, e como seria esperado, a principal ação recomendada para a maioria (96%) das áreas insuficientemente conhecidas é a investigação científica. Para a maioria das áreas, a ação recomendada deve ser realizada urgentemente (43,9%), em curto prazo (30,5%) ou em médio prazo (25,6%). Aproximadamente 33% da Mata Atlântica foram resguardados por áreas prioritárias, sendo a maioria dessas, quase 55%, indicadas como de extrema importância biológica. Inventários biológicos e ações relacionadas às Unidades de Conservação (criação, implementação, ampliação e mudança de categoria) foram as recomendações mais sugeridas para as áreas prioritárias. A criação de Unidades de Conservação foi a ação específica mais recomendada pelos especialistas, representando quase metade das indicações de ações nas áreas prioritárias. Esse resultado reflete a necessidade urgente de proteção dos últimos remanescentes da Mata Atlântica e dos Campos Sulinos e o reconhecimento das áreas protegidas como o mais importante instrumento para conservação de biodiversidade. Para a Zona Costeira, no que se refere à recomendação para a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (uso direto) e Proteção Integral (uso indireto), assim como à ampliação de unidades existentes, à alteração de categoria ou à implantação/regulamentação fundiária, foram indicadas 128 áreas. A ação prioritária de "recuperação", excluindo-se aquelas indicadas como UCs, foi sugerida para 18 áreas, compreendendo regiões metropolitanas, lagoas e baías.

2. Recomendações

Os resultados dos *workshops* realizados convergiram para uma série de recomendações que podem ser sintetizadas em linhas mestras, as quais contribuirão consideravelmente para o estabelecimento de políticas ambientais e da Estratégia Nacional da Biodiversidade. Em seus aspectos básicos elas estão de acordo com os objetivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB, estabelecidos pelo Decreto nº. 2.519, de 16 de março de 1998, e que são: a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos mediante, até mesmo, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, considerando todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado.

A síntese das recomendações obtidas será apresentada agrupada nos seguintes temas: Estratégias de Conservação, Gestão de Políticas Públicas de Conservação da Biodiversidade, Educação Ambiental, Financiamento e Incentivos Econômicos para Conservação, Geração de Conhecimentos e Formação de Recursos Humanos e Uso Sustentável dos Recursos.

2.a. Estratégias de Conservação

2.a.1. Áreas protegidas/Unidades de Conservação

Com exceção do *workshop* da Amazônia Brasileira, para todos os demais a criação de Unidades de Conservação foi a ação mais recomendada para áreas identificadas como prioritárias, seguida da necessidade de inventários biológicos. Em relação às Unidades de Conservação, foram feitas as seguintes recomendações gerais:

- 1) valorizar a importância das UCs;
- 2) deverão ser urgentemente solucionados os principais problemas existentes na manutenção e no manejo das UCs; e
- 3) deverão ser criadas novas Unidades de Conservação.

Para o alcance do item 1 foi sugerido:

- manter sempre claro que as UCs têm o papel principal de conservar o ambiente;
- fortalecer o papel da UC como ponto difusor de ações de conservação e uso sustentável, replicáveis em outras áreas; e
- enfatizar o papel complementar da UC como incentivadora de capacitação e de implementação de medidas de desenvolvimento sustentável das comunidades do entorno.

Foram identificados como problemas mais comuns nas Unidades de Conservação:

- a) Situação fundiária não-resolvida

Recomendações:



Capítulo 3

- criar um sistema de trocas com proprietários de terras dentro da área das UCs, permutando essas propriedades por terras devolutas e indenização de benfeitorias;
 - adequar a legislação de licenciamento de obras com impacto ambiental, fazendo que os recursos oriundos da compensação ambiental sejam utilizados também para regularizar a situação fundiária das UCs já existentes e para ampliá-las;
 - estudar a possibilidade de criar títulos de dívida ambiental, gerando recursos que seriam usados para indenizar proprietários de terras dentro de UCs (a exemplo dos títulos da dívida agrária que são utilizados para assentamentos);
 - avaliar a possibilidade de permuta e de venda de imóveis públicos para ajudar a custear o processo de regularização fundiária;
 - no caso de conflitos com terras indígenas: criar um grupo de trabalho entre os atores sociais envolvidos que inclua FUNAI, IBAMA e grupos indígenas para resolução dos casos específicos; e
 - com populações tradicionais: realizar um diagnóstico sobre os conflitos entre UCs e populações tradicionais e organizar seminário para discutir o tema.
- b) Falta de verba
- estabelecimento de parcerias e de convênios entre a esfera federal, a estadual e a municipal e a sociedade civil, com papéis definidos;
 - realização de reuniões anuais dos responsáveis por UCs para planejamento conjunto do orçamento das unidades;
 - incentivo de uma decisão política para maior dotação de recursos federais e estaduais;
 - provimento de incentivos financeiros, como ICMS ecológico, para municípios e estados que abriguem UCs de uso indireto;
 - estudo da criação de um fundo fiduciário ou outros mecanismos equivalentes para garantir a estabilidade financeira para a implantação e a manutenção de UCs; e
 - consideração da área de Unidades de Conservação (UCs) preservadas do município como critério adicional para a alocação do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.
- c) Funcionamento/implementação insatisfatórios
- incrementar os recursos humanos para gestão de UCs;
 - desenvolver e implantar planos de manejo dinâmicos e apropriados à realidade da unidade;
 - incentivar, normatizar, implementar e avaliar diferentes mecanismos de cooperação para a gestão e o manejo de UCs;
 - reforçar a cooperação governamental e não-governamental visando à implementação das UCs;
 - incentivar e promover a educação ambiental e as práticas de desenvolvimento sustentável junto às populações locais;
 - criar oportunidades econômicas de baixo impacto ligadas à presença de UCs para as populações locais de forma a minimizar impactos e invasões nestas;
 - fortalecer as instituições públicas gestoras de UCs, incluídas a contratação e a capacitação de recursos humanos;
 - fortalecer as organizações não-governamentais que atuam em UCs;
 - recomendar o apoio à criação de órgãos governamentais específicos para gestão das UCs em todos os níveis. Como exemplo, cita-se o Comitê de Apoio à Gestão das Unidades de Conservação e a experiência do estado de São Paulo.
- d) Estudos e pesquisa, nas UCs, ausentes ou insatisfatórios
- fomentar um programa de realização de pesquisas integradas para o conhecimento e o monitoramento da biodiversidade em UCs;
 - elaborar planos de pesquisas das UCs;



Capítulo 3

- criar linhas específicas de financiamento por parte dos órgãos de fomento à pesquisa, direcionado à implementação dos planos de pesquisas das UCs;
- desenvolver programa de capacitação da população local visando à coleta de dados e ao monitoramento da biodiversidade nas UCs;
- criar um protocolo mínimo de coleta e uma sistematização de dados sobre UCs (bióticos, abióticos, sociais e institucionais) visando à criação e à disponibilização de um banco de dados;
- disseminar informações sobre as UCs em linguagem acessível aos diferentes públicos (local, regional, nacional e internacional) e desenvolver iniciativas para valorização de áreas protegidas; e
- utilizar os resultados dos Seminários para a priorização de pesquisa dentro e entre as UCs.

e) Caça tradicional

- incentivar a implantação de criadouros comunitários (cooperativas) de animais silvestres (exemplos: caititu, preá, arribaçã, mocó, ema, peixes e outros escolhidos a partir de estudos);
- realizar programas de Educação Ambiental relativa à necessidade da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais;
- realizar seminários pertinentes ao tema legislação ambiental, os quais envolvam a participação do Poder Judiciário e do Executivo locais (incluindo os cartórios) – a serem promovidos pelo Ministério do Meio Ambiente, por curadorias do meio ambiente e por organizações civis de direito ambiental;
- identificar atividades alternativas como fonte de proteína e de renda, assim como capacitação das comunidades para executá-las (ex.: meliponicultura – criação de abelhas nativas para extração do mel – viveiros de plantas ornamentais e medicinais, criadouros comunitários); e
- desenvolver uma fiscalização eficiente, incluindo-se aí o treinamento adequado de fiscais.

f) Desmatamento e retirada de lenha

- incentivo ao uso de energias alternativas (solar, eólica, biodigestora);
- implantação de planos de manejo florestal em Florestas Nacionais (FLONAS) e em Áreas de Proteção Ambiental (APAs) para o uso racional da lenha (à exceção daquelas com alto índice de espécies ameaçadas e(ou) endêmicas); e
- criação de FLONAS em áreas de uso intenso da vegetação, quer para controlar a atividade quer para demonstrar novas formas de uso (sustentável).

g) Ocorrência de fogo

- desenvolver programas de divulgação de técnicas alternativas (sustentáveis) de agricultura no entorno das unidades;
- adotar medidas preventivas contra o fogo: placas e campanhas de conscientização pública; e
- fiscalizar eficientemente a UC e conscientizar as populações do entorno, no que se refere aos prejuízos causados pelo fogo.

Para o alcance do item 3 – criação de novas Unidades de Conservação – foi sugerido o seguinte:

- reforçar o processo técnico de avaliação da realidade considerando o potencial das áreas para definição da categoria e para garantir a viabilidade ecológica (zona tampão, conectividade, áreas críticas, área mínima viável) considerando os atores sociais envolvidos;
- complementar o sistema atual de UCs de forma a obter representação significativa de todas as tipologias vegetais dos biomas, visando à preservação mais abrangente possível da biodiversidade e ao fluxo genético entre populações de uma mesma espécie;
- reforçar as coalizões institucionais para a criação e a viabilização das Unidades de Conservação;
- utilizar os resultados dos Seminários para nortear a criação de novas Unidades de Conservação.

Como recomendação mais abrangente, foi sugerido estruturar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação a partir da:

- formação de um colegiado de coordenação com a representação dos três níveis de governo, organizações de meio ambiente, universidades, institutos, agências de fomento à pesquisa, órgãos setoriais (turismo,



Capítulo 3

recursos hídricos etc.), ONGs (ambientalistas, de pesquisa, de assistência técnico-ecológica, socioambientais);

- implantação de um sistema de informações disponíveis *on-line*;
- implantação de uma rede de intercâmbio e apoio mútuo; e
- estruturação de mecanismos de financiamento.

Especificamente para Zona Costeira e Marinha, foi recomendado o desenvolvimento de um marco conceitual, metodológico e legal/regulamentar específico para Unidades de Conservação marinhas e, ainda, a necessidade de considerar-se prioritariamente a definição de áreas de exclusão de pesca na criação e(ou) no planejamento das UCs marinhas e costeiras, a exemplo do que já vem sendo implementado em Áreas de Proteção Ambiental (APA) e Reservas Extrativistas (RESEX) Marinhas, visando à reposição de estoques e, conseqüentemente, à sustentabilidade pesqueira.

Quanto às RPPNs, foi sugerido:

- melhorar a qualidade do programa;
- avaliar a legislação para tornar o instrumento mais atrativo;
- divulgar amplamente o mecanismo;
- ter atuação proativa;
- estimular a criação de programas estaduais;
- aumentar o efetivo de pessoal das instituições encarregadas destes programas;
- estimular a aprovação de incentivos fiscais com a renúncia do governo, para investimento nas RPPNs;
- estimular as Prefeituras para averbações das reservas; e
- criar um programa de apoio a proprietários de RPPNs para incentivar ações de conservação e disponibilizar apoio técnico para o desenvolvimento e a implementação de planos de manejo.

2.a.2. Recuperação/utilização de áreas alteradas

Para as áreas alteradas foi recomendado o seguinte:

- reconhecimento da importância da recuperação das áreas alteradas no restabelecimento das funções ecossistêmicas da floresta e, também, do importante papel dessas áreas como zona tampão para proteção dos maciços florestais a partir do desenvolvimento de atividades econômicas;
- uso econômico e recuperação de áreas alteradas pelo manejo florestal. Sistemas agroflorestais e reflorestamento, por exemplo, podem criar um "cinturão verde" que permita conter a expansão da fronteira agrícola nos atuais padrões insustentáveis;
- futuros assentamentos humanos devem ser orientados para ocupar áreas já desmatadas que, em muitos casos, já dispõem de boa infra-estrutura, sempre atendendo a requisitos sociais e ambientais básicos;
- articulação interinstitucional entre órgãos federais, estaduais e municipais, agências de crédito e instituições voltadas à formação e à capacitação de recursos humanos é essencial para que as atividades econômicas em áreas alteradas possam alcançar a sustentabilidade econômica, social e ambiental;
- recuperação das áreas estabelecidas como de preservação permanente que sofreram alteração (p.ex., margens e cabeceiras de rios, cumes de morros, entre outros);
- elementos fundamentais que deverão orientar o uso econômico nas áreas alteradas são: agregação de valor aos produtos; distribuição mais equitativa da renda; valorização das ações locais; diversificação da base produtiva local; e melhoria da qualidade de vida das populações locais;
- implantação de sistema de monitoramento e controle permanente do ordenamento territorial das áreas protegidas e em recuperação; e
- implantação de programa de recuperação e de conservação das matas ciliares e de cabeceiras.

Para a Caatinga foi sugerida a criação de uma nova categoria de área protegida – "Área de Recuperação Ambiental" –, com sua respectiva implantação em áreas gravemente afetadas pela desertificação.

No que tange a áreas alteradas por desertificação foi recomendado o seguinte:



Capítulo 3

- elaborar e implementar o Plano Nacional de Desertificação;
- refinar e atualizar o diagnóstico indicador de desertificação;
- monitorar áreas em processo de desertificação;
- criar programas emergenciais para o isolamento e a recuperação de áreas desertificadas, com atividades produtivas;
- mapear áreas com fragmentos de vegetação primária;
- avaliar o grau de sustentabilidade ecológica das unidades de paisagem que compreendem o semi-árido brasileiro;
- promover encontros, cursos e treinamentos sobre combate à desertificação;
- cadastrar e estabelecer mecanismos de integração entre instituições públicas e privadas que tenham interesse em participar do programa de combate à desertificação;
- estudar as cadeias produtivas nas áreas possíveis de desertificação e mobilizar os atores para torná-las atrativas do ponto de vista social e econômico;
- incentivar programas de repovoamento florestal, preferencialmente com espécies ameaçadas de extinção, ampliando a base genética;
- divulgar e assessorar as tecnologias novas e(ou) modificadas;
- estabelecer e definir responsabilidade de fiscalização e vigilância para combater à desertificação, atuando nas atividades que agredem o meio ambiente;
- incrementar ações de pesquisas relacionadas ao impacto ambiental no semi-árido brasileiro, principalmente relativo às áreas de mineração, manejo e conservação do solo e da água, manejo de solos salinos e alcalinos, manejo de bacias hidrográficas, manejo florestal e conservação da biodiversidade;
- cumprir as exigências de reuniões e de relatórios de avaliações de impactos ambientais (EIA/RIMA), assumindo as responsabilidades técnicas para todos e quaisquer projetos de desenvolvimento exigidos pela legislação;
- reflorestar espécies ameaçadas de desaparecimento, transformando as áreas em áreas de produção de sementes e(ou) conservação *in situ*;
- oferecer lista das tecnologias geradas pelos órgãos de pesquisas e de outras instituições, como auxílio de informações ao combate à desertificação; e
- criar bancos de dados referentes ao tema, a fim de centralizar fonte de tecnologias e de facilitar o repasse desses conhecimentos.

Foram sugeridas as seguintes atividades a serem implementadas em áreas alteradas na Amazônia: Sistemas agroflorestais (SAFs), extrativismo/artesanato, agricultura familiar, manejo florestal (madeira), reflorestamento, agropecuária intensiva, agropecuária extensiva, manejo pecuário, ecoturismo, aquíicultura.

2.a.3. Terras indígenas

O sistema de conservação na Amazônia deve ser concebido de forma a:

- incluir terras indígenas, Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, de uso direto e indireto, e estratégias de uso sustentado de recursos naturais;
- concluir o processo de identificação e de demarcação das terras indígenas;
- instituir figura jurídica específica para a proteção da biodiversidade em terras indígenas, compatível com o direito de usufruto exclusivo do povo ocupante, aplicável a áreas especialmente relevantes do ponto de vista biológico e paisagístico situadas nestas terras;
- estender a aplicação do instituto legal de proteção ao entorno das UCs (Unidades de Conservação) e ao entorno das TIs (Terras Indígenas);
- criar grupos de trabalho compostos pelo IBAMA/MMA e comunidades indígenas ocupantes para propor soluções negociadas, caso a caso, para as sobreposições entre TIs e UCs de uso indireto;
- rever (por lei ou decreto) os atos de criação de FLONAs incidentes em TIs de modo a eliminar a sobreposição existente;



Capítulo 3

- apoiar os povos indígenas ocupantes das terras incluídas entre as prioritárias para a conservação da biodiversidade para a realização de etnozoneamento;
- fomentar técnica e financeiramente projetos de comunidades indígenas para sustentação econômica, manejo sustentável e conservação de recursos naturais existentes em suas terras;
- formular e implantar programas de pesquisa sobre biodiversidade entre comunidades indígenas e instituições ou núcleos de pesquisa científica;
- constituir, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, uma instância multilateral permanente que reúna governos e representantes indígenas e da sociedade civil dos países amazônicos para propor políticas conjuntas ou compatíveis para a proteção da biodiversidade nas Terras Indígenas situadas em regiões de fronteira;
- conceber e implantar, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, um programa nacional de monitoramento das condições ambientais das Terras Indígenas;
- formular e implantar um programa conjunto dos órgãos federais responsáveis para a fiscalização de UCs e TIs situadas na Amazônia Legal;
- priorizar as áreas ambientalmente degradadas situadas em terras indígenas nos programas de recuperação;
- identificar áreas entre as situadas em TIs e consideradas prioritárias para a conservação da biodiversidade que possam constituir casos exemplares de planejamento socioambiental integrado, especialmente onde houver sobreposições ou justaposições com UCs; e
- respeitar o direito de usufruto exclusivo das comunidades indígenas nos processos de regulamentação do acesso por terceiros aos recursos genéticos existentes em suas terras e aos conhecimentos tradicionais associados.

2.b. Gestão de Políticas Públicas de Conservação da Biodiversidade

- as políticas setoriais brasileiras devem incluir uma vertente ambiental e o País deve investir em política pública de conservação de biodiversidade;
- o Governo federal, o estadual e o municipal devem criar programas especiais de incentivo aos processos de desfragmentação de remanescentes florestais nativos, combinando áreas públicas e privadas em "Corredores de Biodiversidade";
- integração institucional dos órgãos do meio ambiente, com o objetivo de avaliar os impactos das ações planejadas e em execução sobre a biodiversidade;
- implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC;
- implementação do novo Código Florestal, com base na proposta aprovada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
- utilização, por parte do CONAMA, dos documentos resultantes destas avaliações, tanto quanto daqueles produzidos por centros de pesquisa, como documentos de consulta e de referência para suas ações;
- reforço da co-participação na gestão e no financiamento da conservação, entre o setor público e o privado, e as comunidades;
- aprovação de legislação e implementação de políticas que minimizem os impactos ambientais de atividades produtivas com destaque para perímetros irrigados e mineração;
- a conservação da biodiversidade genética, de espécies e de ecossistemas deve ser incorporada de forma explícita a todos os instrumentos de ordenamento territorial e de gestão ambiental, tais como "Corredores de Biodiversidade", zoneamento econômico-ecológico, planos diretores de ordenamento territorial e de gerenciamento de bacias hidrográficas. Nestes instrumentos de planejamento devem ser incorporadas estratégias que conciliem a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos com os seus usos múltiplos;
- fortalecimento da integração entre o Programa de Gerenciamento Costeiro e a Conservação da Biodiversidade.

2.c. Educação Ambiental

Para este componente foi recomendado que a Educação Ambiental fosse desenvolvida de forma permanente, embasada em informações cientificamente corretas, apoiadas em abordagens participativas, priorizando ações de médio e longo prazo e o trabalho para formação de agentes multiplicadores. Além de sugestões específicas para os biomas (bastante desenvolvido no que se refere à Zona Costeira e Marinha), foi sugerido o seguinte:

- elaboração e implementação de programas de educação ambiental com o objetivo de fomentar a percepção, pela sociedade, da importância da floresta como fonte de recursos e de serviços ecológicos importantes para a melhoria da qualidade de vida e da cultura das populações locais;
- desenvolvimento de campanhas, amplas e permanentes, de conscientização e de mobilização, por intermédio da mídia, sobre a importância da preservação ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais;
- desenvolvimento de um extenso programa de divulgação sobre a importância da água e da necessidade de sua conservação e utilização sustentável, sobretudo na Caatinga;
- interação entre a preservação ambiental e a saúde pública (ocupação predatória, contaminação dos recursos hídricos e dos solos etc.);
- integração do Ministério do Meio Ambiente com os governos estaduais e municipais, com o Ministério Público e com o Poder Judiciário, para a realização de seminários sobre a legislação ambiental, os quais contem com o envolvimento das curadorias do meio ambiente e das organizações civis de direito ambiental;
- trabalho conjunto do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação para implementação da educação ambiental em todos os níveis de ensino;
- integração do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Saúde, assim como com estados e municípios, para que também agentes de saúde e extensionistas desenvolvam ações de educação ambiental;
- valorização e resgate da cultura de populações indígenas e de outras comunidades tradicionais, com o objetivo de associar esses conhecimentos àqueles gerados pela ciência e pela tecnologia;
- desenvolvimento e implantação de programa de educação ambiental integrado às escolas e às associações rurais;
- reforço e descentralização do sistema de gestão ambiental, fortalecendo a ação ambiental nos municípios com implementação de Agendas 21;
- apoio a iniciativas de educação ambiental propostas pelas comunidades e a criação de núcleos, a fim de viabilizar um espaço para expressão popular, promoção de discussões, fóruns, oficinas, exposições, cursos, entre outros;
- implementação de programas e de projetos de educação ambiental, adequando-os às especificidades locais e regionais, com ênfase no resgate e na valorização da identidade cultural das comunidades e, especificamente, no conhecimento empírico das comunidades tradicionais quanto às questões relacionadas ao meio ambiente;
- busca de formas alternativas de financiamento em diferentes fontes, incluindo a iniciativa privada, para programas e projetos;
- avaliação da sustentabilidade e da eficácia das ações de educação ambiental implantadas;
- exigência de componentes de educação ambiental nos projetos com financiamento público;
- sensibilização popular para a conservação, utilizando espécies-símbolo, e a conexão entre os elementos floresta-água e outros mecanismos;
- recomendação e estímulo para que cada município adote uma espécie biológica bandeira (símbolo) e a preserve, assim como seu *habitat*;
- divulgação da legislação ambiental, ampliando canais de participação na elaboração e na regulamentação das leis, em linguagem acessível para proprietários rurais e técnicos ligados ao crédito rural, à reforma agrária, à fiscalização ambiental, entre outros;
- promoção de ações que viabilizem o repasse dos conhecimentos em ciência e em tecnologia produzidos pelos órgãos de pesquisa para os profissionais que atuam na educação ambiental;



Capítulo 3

- intercâmbio de informações e troca de experiências entre os pesquisadores das instituições de ensino e pesquisa com outros setores da sociedade civil e do poder público que têm relação com a área ambiental; e
- promoção de capacitação visando à formação de agentes multiplicadores nos diversos segmentos da sociedade partícipes do processo de gestão do meio ambiente.

2.d. Financiamento e Incentivos Econômicos para Conservação

- criar grupos de trabalho para a elaboração de programas em harmonia com o plano federal, o estadual e o municipal, visando à captação de recursos de fundos internacionais e nacionais e à inclusão deles nos orçamentos governamentais;
- direcionar a aplicação de mecanismos compensatórios financeiros, pagos pelos usuários de água e exploração mineral, com participação paritária do estado e dos municípios, à preservação ambiental, com destaque para a conservação das matas ciliares e a recuperação das áreas de nascente, nas suas esferas de abrangência;
- estabelecer contribuição de no mínimo 1% do valor dos incentivos recebidos por empresas beneficiárias de apoio financeiro governamental para projetos de preservação ambiental, aos quais devem ser acrescidos pelo menos de 3% do valor total de contrapartida do governo;
- incentivar a implementação das leis de ICMS verde em todos os estados;
- ampliar o FNE Verde, incluindo empréstimos para RPPNs;
- diligenciar para que seja dada prioridade, pelas leis de incentivo cultural, a projetos que associem cultura e arqueologia, entre outros, à preservação ambiental;
- o Governo deve apoiar a organizações e a agências que captem recursos externos para a conservação ambiental;
- privilegiar, na periferia das áreas preservadas, a aplicação de recursos de programas, como o FNE Agrícola, BB Agricultura Orgânica, PRONAF e outros, à agricultura sustentável;
- modificar a legislação de licenciamento de obras com impacto ambiental, fazendo que os recursos oriundos da compensação ambiental sejam utilizados também para regularizar a situação fundiária das Unidades de Conservação já existentes e para ampliá-las;
- estudar a utilização de TDAs para a desapropriação de terras em Unidades de Conservação;
- dividir paritariamente os recursos destinados à pesquisa, à disseminação e ao crédito, para o desenvolvimento da agricultura sustentável; e
- o Governo brasileiro deve avançar nas discussões relativas à regulamentação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, pois este é um dos mecanismos mais promissores de financiamento não-convencionais para apoiar atividades econômicas em áreas alteradas (AAs), neste momento.

2.e. Geração de Conhecimentos e Formação de Recursos Humanos

2.e.1. Geração de tecnologias sustentáveis

- desenvolver experiências referenciais em agricultura sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental, com ênfase na agricultura familiar, atrelado à capacitação dos agentes e das comunidades envolvidas;
- inventariar e disseminar o conhecimento tradicional das comunidades locais;
- desenvolver e(ou) sistematizar metodologias de disseminação;
- estudar a valoração econômica da biodiversidade e dos recursos naturais;
- criar mecanismos que obriguem os projetos de exploração ambiental a investirem na formação de recursos humanos em todos os níveis;
- ampliar o apoio ao intercâmbio nacional e internacional de profissionais residentes no ensino e na pesquisa;
- melhorar a capacitação dos professores do ensino fundamental e médio, por meio de convênios dos governos locais com as universidades, os institutos de pesquisa e o MEC;



Capítulo 3

- ampliar o processo de capacitação dos alunos dos cursos de graduação das universidades com PIBIC, RHAIE, PET e outros instrumentos, tal como o estágio voluntário;
- ampliar a capacitação de recursos humanos em temas específicos com cursos de aperfeiçoamento de curto prazo;
- criar e implantar sistemas de acesso à informação bibliográfica (bases de dados eletrônicas e revistas *on-line*) como suporte ao ensino e à pesquisa; e
- promover a interiorização de profissionais envolvidos com a capacitação com a ampliação das gratificações de interiorização.

2.e.2. Suporte financeiro para pesquisa

- implantar as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAP) em todos os estados da Amazônia Legal, tendo como tema principal de fomento a caracterização, o uso e o manejo da biodiversidade;
- criar fundo de compensação ambiental, a ser administrado pelas FAPs, destinando-o para financiamento de pesquisa;
- estabelecer obrigatoriedade de parceria de empresas de consultorias com as instituições amazônicas em atividades de elaboração de EIA/RIMA;
- impor representatividade regional nas instâncias decisórias (CAPES, CNPq e FINEP) sobre projetos de pesquisa da região;
- criar linhas de financiamento dentro do PRONABIO com programas especiais de longo prazo, tais como: inventário e monitoramento da biodiversidade, apoio às coleções, bases de dados, formação de recursos humanos em todos os níveis para estudos sobre biodiversidade;
- fortalecer as linhas de financiamento já existentes para estudos sobre biodiversidade, tais como Projeto Norte de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa Integrado de Ecologia e o FNMA;
- estabelecer parcerias entre institutos de pesquisa e o PROBEM para o estabelecimento de um programa de apoio às coleções biológicas e à formação e à fixação de recursos humanos em sistemática biológica;

2.e.3. Fortalecimento da infra-estrutura e interação institucional

- criar e implantar sistemas de acesso à informação bibliográfica (bases de dados eletrônicas e revistas *on-line*) como suporte ao ensino e à pesquisa;
- criar um fórum permanente das instituições regionais de pesquisa para a promoção de discussões temáticas sobre caracterização, uso e manejo da biodiversidade;
- criar um programa especial de apoio à melhoria da infra-estrutura das instituições governamentais e não-governamentais de pesquisa científica atuantes na Amazônia no estudo da diversidade biológica e da cultural;
- criar bases de pesquisa de campo permanentes em Unidades de Conservação de uso indireto em cada uma das ecorregiões da Amazônia;
- informatizar e disponibilizar as informações existentes nos acervos atuais das coleções biológicas e etnográficas da região, complementados por esforço na repatriação das informações existentes em instituições estrangeiras;
- investir permanentemente na manutenção de conexões de alta velocidade para intercâmbio eletrônico de informações entre as instituições; e
- apoiar a criação dos laboratórios temáticos e a adequação dos já existentes.

2.f. Uso Sustentável dos Recursos

2.f.1. Para áreas de florestas

- Amazônia: assegurar a vocação florestal da Amazônia por meio da manutenção da vegetação nativa devido ao valor econômico (madeira e produtos não-madeireiros), serviços ambientais (prevenção contra fogo, proteção dos cursos d'água, regulação do clima), valor biológico, importância social e antropológica e potencial turístico e hidroelétrico;



Capítulo 3

- uso florestal: incentivar as atividades que mantêm a cobertura florestal (floresta manejada, floresta plantada e capoeira madura), sistemas agroflorestais, culturas perenes (dendê, café, cacau), extrativismo (borracha, açaí);
- manejo florestal: promover o manejo florestal sustentado, com ênfase no uso múltiplo (produtos madeireiros e não-madeireiros);
- manejo e proteção das várzeas: estudar a viabilidade de reservas de desenvolvimento sustentável nas regiões de várzea para o manejo florestal e de recursos pesqueiros;
- certificação florestal: apoiar e estimular as iniciativas de certificação de produtos florestais explorados de forma sustentável;
- prevenção ao fogo: incentivar atividades produtivas que mantenham a cobertura florestal em áreas onde há risco elevado de incêndios florestais;
- agenda positiva: estímulo ao manejo, por meio da redução das exigências burocráticas e dos prazos para avaliação dos planos de manejo, especialmente dos elaborados por comunidades locais e, simultaneamente, criar dificuldades legais para a autorização de desmatamento nas áreas florestadas;
- fomento das atividades agroflorestais por meio de eventos de difusão, visando a conscientizar e a estimular técnicos e agricultores;
- financiamento institucional dos Órgãos Governamentais e ONGs na solução de problemas comuns, evitando dispersão de esforços e de recursos;
- introdução de conceitos e de noções básicas de agrossilvicultura e biologia da conservação nas Escolas Técnicas de Ciências Agrárias, proporcionando maior conhecimento das duas áreas;
- implantação da disciplina de Agrossilvicultura e Biologia da Conservação nos cursos de graduação de Engenharia Florestal, Agrônômica e Zootecnia;
- capacitação de recursos humanos para desenvolvimento das atividades aplicadas em Sistemas Agrossilviculturais;
- divulgação dos resultados de pesquisa de modo que cheguem ao agricultor de forma clara;
- divulgação conjunta dos órgãos de pesquisa, de extensão e agricultores por meio de Unidades Demonstrativas nas comunidades;
- levantamento das tecnologias existentes na região e em outros países, passíveis de adoção e de adaptação; e
- criação de bancos de dados referentes ao tema, a fim de centralizar a fonte das tecnologias e de facilitar o repasse desses conhecimentos.

2.f.2. No que tange à extração de lenha e à reposição florestal

- estabelecer recomendações aos órgãos de pesquisa e outros, para elaboração de um zoneamento indicativo de espécies potenciais para reflorestamento, por zona agroecológica de cada estado;
- identificar mecanismos administrativos ou financeiros que permitam a operacionalização de propostas para reposição florestal por parte de agricultores e de indústrias consumidoras de lenha e de carvão;
- delimitar regiões prioritárias para reposição florestal, em função das indústrias existentes, de avanço de desmatamento ou de áreas em processo de desertificação;
- evitar a formação de latifúndios energéticos, por parte de indústrias de transformação (cal, gesso, cimento, etc.), a fim de evitar expulsão de famílias rurais;
- estabelecer normas de reflorestamento, permitindo ao reflorestador padrões indicativos de manejo das espécies;
- desenvolver técnicas florestais objetivando maior integração entre atividades florestais e agrícolas, mediante uso de sistemas agroflorestais em plantios de reposição obrigatória;
- monitorar e assistir técnica e sistematizadamente por parte de órgãos governamentais e não-governamentais, com maior atuação e participação da extensão rural no processo;



Capítulo 3

- aumentar e estimular as instituições para produção e distribuição de sementes e(ou) mudas de espécies florestais;
- aumentar contingente de fiscais, criar e estruturar a polícia florestal (ambiental) em nível estadual e municipal, para fiscalização mais efetiva;
- incentivar campanhas de plantio florestal de uso múltiplo, para o produtor rural, com políticas apropriadas para áreas de sequeiros e irrigadas;
- valorizar economicamente a vegetação por práticas de adensamento de espécies nativas de valor comercial, selecionando as espécies em função do seu ciclo de crescimento;
- introduzir práticas que reduzam o grau de degradação do solo, com aumento da produtividade madeireira dos reflorestamentos e manejos; e
- criar, atualizar e informatizar o cadastro de produtores e consumidores de produtos florestais.

2.f.3. Desenvolvimento e disseminação de tecnologias para o uso sustentável

- levantar tecnologias e experiências bem-sucedidas em utilização sustentável (econômica e ambiental) de comunidades locais e de conhecimentos tradicionais;
- divulgar nos diferentes meios de comunicação, e assessorar as instituições de extensão, grupos de trabalhos de desenvolvimento comunitário sobre tecnologias existentes na região e em outros países, passíveis de adoção e de adaptação;
- criar e manter um *site* para divulgar as informações referentes às tecnologias disponíveis para o uso sustentável do bioma;
- realizar encontros e(ou) *workshops* a fim de direcionar as pesquisas para as demandas-problemas.

2.f.4. Cultivo e utilização de plantas medicinais e ornamentais

- elaborar um programa de incentivo às pesquisas farmacológicas de plantas medicinais;
- gerar banco de dados sobre o uso de plantas medicinais;
- elaborar programas de incentivo ao plantio de plantas medicinais;
- levantar dados botânicos específicos para novas plantas com potencial medicinal;
- incentivar o uso da medicina alternativa;
- estudar sobre a propagação e o desenvolvimento de espécies com potencial medicinal;
- criar legislação específica para exploração de plantas medicinais;
- lançar programas de divulgação e de conscientização para exploração racional das plantas medicinais;
- resgatar o conhecimento popular sobre o uso das plantas medicinais;
- identificar e prospectar no mercado plantas ornamentais nativas; e
- estudar biologia reprodutiva de plantas ornamentais.

2.f.5. Minimização do impacto da agricultura sobre a biodiversidade

- fiscalização permanente junto aos agricultores, sobre o cumprimento legal de uso das áreas ribeirinhas, por parte de órgãos competentes;
- divulgação dos resultados de pesquisas de modo que cheguem ao agricultor de forma clara;
- divulgação conjunta dos órgãos de pesquisa, de extensão e agricultores por meio de Unidades Demonstrativas nas comunidades;
- manejo integrado de pragas, com o controle biológico, visando a reduzir o uso de agrotóxicos;
- monitoramento ambiental de todos os perímetros irrigados;
- desenvolvimento de sistemas integrados mais eficientes de controle das principais pragas e doenças que afetam os cultivos irrigados, incluindo sua aplicação em cultivos orgânicos;



Capítulo 3

- desenvolvimento de práticas de manejo do solo e da água em cultivos irrigados das principais fruteiras e hortaliças, bem como o uso de reguladores de crescimento, nutrição e tratos culturais;
- desenvolvimento de práticas de manejo das culturas para o aumento de produtividade;
- desenvolvimento de métodos racionais de conservação dos recursos de solo, água e vegetação e de recuperação de áreas degradadas;
- pesquisa para a utilização de espécies nativas na agricultura orgânica (cercas vivas, adubação viva, bioinseticidas); e
- incentivo à utilização da agricultura orgânica nas áreas agrícolas.

2.f.6. Minimização do impacto da pecuária

- desenvolvimento e disseminação de tecnologias para aumentar a produtividade animal na área já utilizada na pecuária, evitando a expansão da pecuária para áreas de vegetação nativa;
- desenvolvimento, validação e disseminação de sistemas diversificados de produção (silvopastoris e agrosilvopastoris) adaptados aos principais espaços agroecológicos e socioeconômicos da região; e
- monitoramento ambiental permanente das áreas sob forte pressão da pecuária.

2.f.7. Ecoturismo

No que diz respeito ao ecoturismo, sugerem-se:

- avaliar o potencial turístico e criar condições para o turismo ecológico;
- explorar o potencial turístico-ecológico regional aliado ao programa de educação ambiental;
- estruturar programas para qualificar e capacitar a mão-de-obra local;
- capacitar as populações do entorno de UCs para que o ecoturismo seja uma oportunidade de geração de renda local;
- efetivar o planejamento e a gestão participativa (por meio de um conselho gestor) dos projetos de ecoturismo para diminuir os impactos negativos nas populações locais;
- criar infra-estrutura adequada às características locais;
- estruturar linhas de crédito específicas ao setor e apoiar a elaboração de projetos em comunidades com potencial turístico e que tenham tal demanda; e
- apoiar as iniciativas de ecoturismo que valorizem a cultura regional e ofereçam oportunidades de trabalho para as comunidades locais.

2.f.8. Fauna

Foram as seguintes as sugestões voltadas para o uso sustentável da fauna:

- atualizar a lista de espécies ameaçadas de extinção;
- promover estudos básicos para domesticação da fauna;
- realizar estudos para reintrodução de espécies nas áreas de proteção (repovoamento);
- criar programas de estímulo e de incentivo à criação em cativeiro;
- aumentar o contingente e a estrutura dos órgãos fiscalizadores;
- aumentar os convênios com instituições fiscalizadoras;
- incentivar a educação ambiental;
- realizar levantamentos de fauna simultaneamente aos de flora para avaliação de liberação de projetos de desmatamento; e
- aproveitar e melhorar espécies nativas, incluindo animais silvestres, visando a regularizar a caça para grupos sociais específicos.



Capítulo 3

2.f.9. Populações tradicionais

- reconhecer que as populações tradicionais integram uma estratégia global de conservação da biodiversidade;
- reconhecer o Direito Intelectual Coletivo como instrumento de proteção do saber das populações tradicionais e da retribuição sobre o uso de seus recursos genéticos e conhecimentos associados, no âmbito do projeto de lei de acesso a recursos genéticos, cuja aprovação pelo Congresso Nacional é prioritária;
- propor a supressão do inciso XV do artigo 2º do Projeto de Lei nº. 2.892-B, de 1992, sobre o SNUC, que define populações tradicionais, tendo em vista que o ali proposto não atende satisfatoriamente à situação de inúmeras populações que desenvolvem sistemas de uso e produção de baixo impacto ambiental;
- ampliar os conhecimentos sobre as populações tradicionais, nos seus aspectos de distribuição (mapeamento), características culturais e socioeconômicas, organização, sistemas de produção e recursos associados e projetos de desenvolvimento sustentável, bem como a situação fundiária e os serviços de conservação dos ecossistemas (biodiversidade silvestre e cultivada);
- estabelecer mecanismos de compensação, na forma de remuneração adequada, pelos custos assumidos na conservação ambiental e na administração das UCs, pelas populações ou associações de extrativistas;
- implementar políticas adequadas de incentivo e de apoio ao transporte, ao escoamento e à comercialização, para produtos de origem agroextrativistas dentro e fora de unidades de uso direto;
- implementar iniciativas de valorização, conservação e melhoramento dos sistemas tradicionais de produção, em todas as políticas para o setor, com destaque para a assistência técnica, o ensino agrícola e a extensão rural;
- exigir que o Programa Nacional de Pesquisa Agropecuária passe a considerar a diversidade dos sistemas de produção local, propiciando o desenvolvimento de tecnologias apropriadas às demandas das comunidades tradicionais;
- criar linhas regulares de crédito e financiamento que atendam às demandas das populações tradicionais;
- revisar e adequar o PRODEX nos moldes do PROCERA;
- realizar estudos sobre alternativas produtivas mais adequadas ao mercado e à realidade das populações extrativistas e tradicionais;
- exigir que o Poder Público priorize a regularização fundiária das áreas ocupadas por populações tradicionais, reconhecendo o direito de posse ou de propriedade da terra e respeitando as suas formas de organização social;
- implementar Reforma Agrária Ecológica, considerando a vocação florestal da região amazônica e a diversidade sociocultural das populações locais; e
- fortalecer institucionalmente o CNPT (Centro Nacional de Desenvolvimento das Populações Tradicionais), transformando-o em Agência Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Populações Tradicionais, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

3. Resultados Obtidos

Para todos os biomas, com exceção da Amazônia, a indicação mais forte de ações para as áreas prioritárias de extrema e muito alta importância foi a criação de Unidades de Conservação. Este fato ressalta este instrumento como uma das mais importantes estratégias de conservação adotadas no Brasil e no mundo. Como resultado dessa ênfase, desde a realização dos Seminários, foram criadas, até o momento, 55 novas Unidades de Conservação, totalizando 5.250.020 ha de áreas protegidas, assim distribuídas por biomas (Tabela 6).

Capítulo 3

Tabela 6. Unidades de conservação criadas desde 1998.

Bioma	Nome	Categoria	Ano de Criação	Esfere Administrativa	Unidade da Federação	Área (ha)
Amazônia	Rio Roosevelt	Estação Ecológica	1999	Governo Estadual	Mato Grosso	80.915
Amazônia	Rio Madeirinha	Estação Ecológica	1999	Governo Estadual	Mato Grosso	13.682
Amazônia	Nascentes do Araguaia	Área de Proteção Ambiental	1999	Governo Estadual	Tocantins	50.000
Amazônia	Guariba Roosevelt	Reserva Extrativista	1999	Governo Estadual	Mato Grosso	57.630
Amazônia	Lago do Cuniã	Reserva Extrativista	1999	Governo Federal	Rondônia	52.065
Amazônia	Alto Tarauacá	Reserva Extrativista	2000	Governo Federal	Acre	151.199
Amazônia	Serra da Cutia	Parque Nacional	2001	Governo Federal	Rondônia	283.611
Amazônia	Pau-Rosa	Floresta Nacional	2001	Governo Federal	Amazonas	827.877
Amazônia	São Francisco	Floresta Nacional	2001	Governo Federal	Acre	21.600
Amazônia	Santa Rosa dos Purus	Floresta Nacional	2001	Governo Federal	Acre	230.257
Amazônia	Mulata	Floresta Nacional	2001	Governo Federal	Pará	212.751
Amazônia	E.E. Cuniã	Estação Ecológica	2001	Governo Federal	Rondônia	53.221
Amazônia	Seringal Nova Esperança	Área de Relevante Interesse Ecológico	2001	Governo Federal	Acre	2.576
Caatinga	Aiuaba	Estação Ecológica	2001	Governo Federal	Ceará	11.525
Caatinga	Castanhão	Estação Ecológica	2001	Governo Federal	Ceará	12.579
Caatinga	Sobral	Floresta Nacional	2001	Governo Federal	Ceará	598
Caatinga	Nísia Floresta	Floresta Nacional	2001	Governo Federal	Rio Grande do Norte	174
Caatinga	Açu	Floresta Nacional	2001	Governo Federal	Rio Grande do Norte	215
Cerrado	Biribiri	Parque Estadual	1998	Governo Estadual	Minas Gerais	16.999
Cerrado	Lajedão	Área de Proteção Ambiental	1998	Governo Estadual	Minas Gerais	12.000
Cerrado/ Pantanal	Meandros do Araguaia	Área de Proteção Ambiental	1998	Governo Federal	Goiás, Tocantins e Mato Grosso	357.126
Cerrado	Granja do Ipê	Área de Relevante Interesse Ecológico	1998	Governo Distrital	Distrito Federal	1.144
Cerrado	Cabeceira do Rio Cuiabá	Área de Proteção Ambiental	1999	Governo Estadual	Mato Grosso	473.410
Cerrado	Contendas do Sincorá	Floresta Nacional	1999	Governo Federal	Bahia	11.034
Cerrado	Brasília	Floresta Nacional	1999	Governo Federal	Distrito Federal	3.353
Cerrado	Ritópolis	Floresta Nacional	1999	Governo Federal	Minas Gerais	90
Cerrado	Araguaia	Parque Estadual	2000	Governo Estadual	Mato Grosso	230.000
Cerrado	Massairo Okamura	Parque Estadual	2000	Governo Estadual	Mato Grosso	53
Cerrado	Parque da Cidade Mãe Bonifácia	Parque Estadual	2000	Governo Estadual	Mato Grosso	77
Cerrado	Saúde	Parque Estadual	2000	Governo Estadual	Mato Grosso	66
Cerrado	Gruta da Lagoa Azul	Parque Estadual	2000	Governo Estadual	Mato Grosso	12.512
Cerrado	Nascentes do Rio Vermelho	Área de Proteção Ambiental	2001	Governo Federal	Goiás	176.159
Cerrado	Corixão da Mata Azul	Refúgio de Vida Silvestre	2001	Governo Estadual	Mato Grosso	40.000
Cerrado	Quelônios do Araguaia	Refúgio de Vida Silvestre	2001	Governo Estadual	Mato Grosso	60.000
Cerrado	Serra Geral do Tocantins	Estação Ecológica	2001	Governo Federal	Tocantins	716.306
Cerrado	Silvânia	Floresta Nacional	2001	Governo Federal	Goiás	466
Cerrado	Paraopeba	Floresta Nacional	2001	Governo Federal	Minas Gerais	200
Cerrado	Cristópolis	Floresta Nacional	2001	Governo Federal	Bahia	11.952
Cerrado/ Caatinga	Cavernas do Peruçu	Parque Nacional	1999	Governo Federal	Minas Gerais	56.800
Cerrado e Amazônia	Rio Ronuro	Estação Ecológica	1998	Governo Estadual	Mato Grosso	131.795
Cerrado e Amazônia	Serra de Santa Bárbara	Parque Estadual	1999	Governo Estadual	Mato Grosso	120.092



Capítulo 3

Cerrado e Amazônia	Cristalino I	Parque Estadual	2000	Governo Estadual	Mato Grosso	66.900
Cerrado e Amazônia	Cristalino II	Parque Estadual	2001	Governo Estadual	Mato Grosso	118.000
Pantanal	Pantanal Mato-grossense	Parque Nacional	1998	Governo Federal	Mato Grosso do Sul	135.000
Pantanal	Serra da Bodoquena	Parque Nacional	2000	Governo Federal	Mato Grosso do Sul	76.481
Mata Atlântica	Mata do Cedro	Estação Ecológica	2000	Governo Estadual	Minas Gerais	1.087
Mata Atlântica	Lorena	Floresta Nacional	2001	Governo Federal	São Paulo	249
Mata Atlântica	Saint Hilaire/Lange	Parque Nacional	2001	Governo Federal	Paraná	25.000
Mata Atlântica	Murici	Estação Ecológica	2001	Governo Federal	Alagoas	6.116
Zona Costeira	Ponta do Corumbau	Reserva Extrativista	2000	Governo Federal	Bahia	98.174
Zona Costeira	Delta do Parnaíba	Reserva Extrativista	2000	Governo Federal	Maranhão	27.021
Zona Costeira	Baía do Iguape	Reserva Extrativista	2000	Governo Federal	Bahia	8.117
Zona Costeira	Baleia Franca	Área de Proteção Ambiental	2000	Governo Federal	Santa Catarina	156.100
Zona Costeira	Lagoa do Jequiá	Reserva Extrativista	2001	Governo Federal	Alagoas	10.203
Zona Costeira	Soure	Reserva Extrativista	2001	Governo Federal	Pará	27.463

Outra recomendação acatada foi a de expansão do PARNA Chapada dos Veadeiros, que passou de uma área de 60.000 para 235.970 hectares.

Quanto às Zonas Costeiras e Marítimas, especificamente em relação às Unidades de Conservação, foram indicadas 128 áreas incluindo-se desde a criação de novas Unidades de Conservação, até ampliação, mudança de categoria e implementação de Unidades já criadas. Destaca-se, no entanto, a recomendação dos diversos especialistas presentes no evento quanto à necessidade do estabelecimento de áreas de exclusão de pesca como mecanismos de recuperação e de conservação de estoques pesqueiros. O CNPT/ IBAMA, seguindo orientações do *workshop*, estabeleceu uma estratégia de ação nas regiões chamadas de "reentrâncias maranhenses" e "salgados paraenses", com o objetivo de criar Reservas Extrativistas Marinhas. Na Tabela 7 estão as áreas em estudo até o momento.

Tabela 7. Reservas marinhas em estudo.

Nome	Cidade / Estado	Recursos Manejados
Araí-Peroba	Augusto Correia – PA	Manguezais e pesca artesanal
Caeté-Taperaçu	Bragança – PA	Manguezais e pesca artesanal
Viseu	Viseu – PA	Manguezais e pesca artesanal
Tracuateua	Tracuateua – PA	Manguezais e pesca artesanal
Quatipuru	Quatipuru – PA	Manguezais e pesca artesanal
Mãe Grande de Curuçá	Curuçá – PA	Manguezais e pesca artesanal
Maracanã	Maracanã – PA	Manguezais e pesca artesanal
Choakaré – Mato Grosso	Santarém Novo – PA	Manguezais e pesca artesanal
São João da Ponta	São João da Ponta – PA	Manguezais e pesca artesanal
Carutapera	Carutapera – MA	Manguezais e pesca artesanal
Turiacú	Turiacú – MA	Manguezais e pesca artesanal
Cururupu	Cururupu – MA	Manguezais e pesca artesanal
Godofredo Viana	Godofredo Viana – MA	Manguezais e pesca artesanal

Fonte: CNPT/ IBAMA



Capítulo 3

Na Figura 2 encontram-se representadas, e na Tabela 8, listadas, as 900 áreas prioritárias para a conservação, a utilização sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade brasileira identificadas nos *workshops* dos cinco grupos de biomas brasileiros. Tais resultados têm influenciado e subsidiado políticas e ações do governo federal e dos estaduais. Novos projetos foram preparados para atender a esta demanda, e alguns já estão em fase de negociação para obtenção de recursos para sua viabilização. Um exemplo é o Projeto Arpa, que tem como objetivo ampliar e consolidar um conjunto de Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira por meio de estratégias de cooperação com populações locais as quais, considerando seus interesses e suas necessidades, otimizem os esforços de gerenciamento e de proteção das Unidades de Conservação. O Projeto Corredores Ecológicos do Programa Piloto (PPG-7) foi redesenhado de modo a incluir as áreas prioritárias definidas nos *workshops* da Amazônia e da Floresta Atlântica. As prioridades estão sendo também adotadas regionalmente, pelos estados (ex.: Atlas de Pernambuco, Projeto Paraná Biodiversidade) e por outras instituições fora da área ambiental, como na discussão do Programa dos Eixos de Desenvolvimento liderada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPOG).

Registre-se que o impacto das recomendações feitas apenas começou. Nota-se, por exemplo, que o conjunto de biomas onde mais Unidades de Conservação foram criadas (22 no total), desde 1998, foram Cerrado/Pantanal, que corresponde ao primeiro *workshop* realizado. Portanto, muitos resultados esperados estão a caminho de realização. O presente documento se agrega ao esforço de disseminar o trabalho realizado para que novos agentes com poderes decisórios se aliem em prol da conservação da diversidade biológica, cultural e social do nosso país.

Capítulo 3

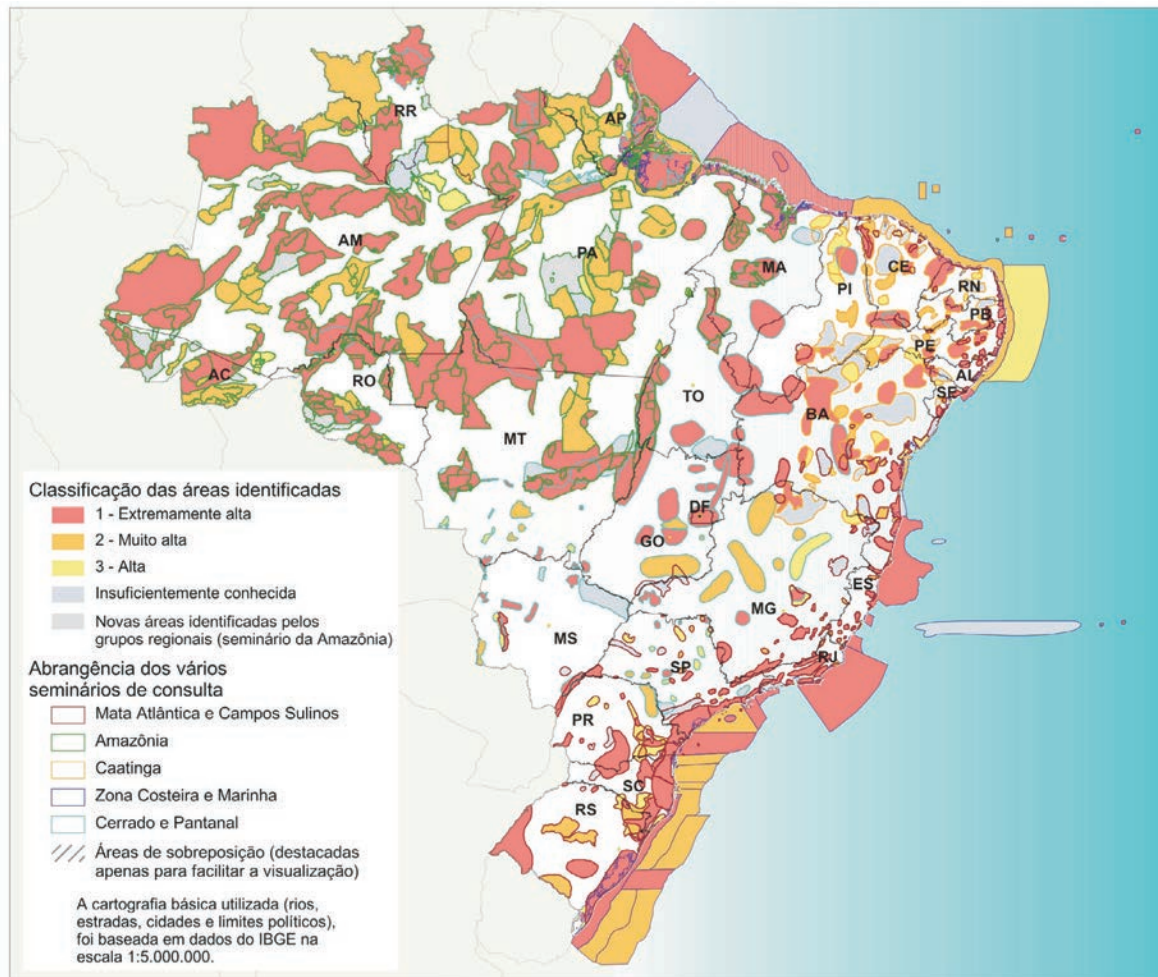


Figura 2. Mapa das áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira (Maiores detalhes em: www.mma.gov.br/?id_estrutura=14&id_conteudo=743).

Capítulo 3

Tabela 8. As 900 áreas prioritárias para a conservação, a utilização sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade brasileira, identificadas nos *workshops* para Amazônia, Caatinga, Cerrado/Pantanal, Mata Atlântica/Campos Sulinos e Zonas Costeira e Marinha.

Código da área nacional	Bioma	Nome da área	Prioridade	Recomendação	Tamanho das áreas (Ha)	Municípios total ou parcialmente abrangidos
AM-1	Amazônia	Interflúvio Araguaia / Mortes	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Transformação da área em Parque e APA	1.656.366,709	Araguaiana-MT, Cocalinho-MT, Ribeirão Cascalheira-MT
AM-2	Amazônia	T.I. Pimentel Barbosa	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	352.300,121	Canarana-MT, Ribeirão Cascalheira-MT
AM-3	Amazônia	Cabeceiras do Xingu e Teles Pires	Extremamente alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	2.988.431,112	Água Boa-MT, Campinápolis-MT, Canarana-MT, Nova Brasilândia-MT, Novo São Joaquim-MT, Planalto da Serra-MT, Paranatinga-MT, Primavera do Leste-MT, Rosário Oeste-MT
AM-4	Amazônia	T.I. Parabubure	Extremamente alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	298.343,438	Campinápolis-MT, Novo São Joaquim-MT
AM-5	Amazônia	R.Ec. do Culuene	Extremamente alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias; Vigilância e fiscalização	6.994,925	Campinápolis-MT, Paranatinga-MT
AM-6	Amazônia	T.I. Marechal Rondon	Extremamente alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	97.482,330	Gaúcha do Norte-MT, Paranatinga-MT
AM-7	Amazônia	T.I. Bakairi	Extremamente alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	62.306,543	Paranatinga-MT, Planalto da Serra-MT
AM-8	Amazônia	A.P.A. das Cabeceiras do Rio Cuiabá	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Transformação de parte da área, atualmente APA das Cabeceiras do Rio Cuiabá, em UC de uso indireto, aumentando a proteção das nascentes do Rio Cuiabá; Elaboração de Plano de Manejo da APA existente; e Implementação de ações de fiscalização	478.377,811	Nobres-MT, Nova Brasilândia-MT, Rosário Oeste-MT
AM-9	Amazônia	T.I. Santana	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	37.214,235	Nobres-MT
AM-10	Amazônia	Cabeceiras do Juruena, Papagaio, Sangue e Guaporé	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de APA nas cabeceiras do Juruena	1.057.533,041	Campo Novo do Parecis-MT, Campos de Júlio-MT, Nova Lacerda-MT, Pontes e Lacerda-MT, Sapezal-MT, Tangará da Serra-MT

Capítulo 3



AM-11	Amazônia	T.I. Rio Formoso	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	28.423,408	Tangará da Serra-MT
AM-12	Amazônia	T.I. Estivadinho	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	2.730,847	Tangará da Serra-MT
AM-13	Amazônia	T.I. Capitão Marcos/Uirapuru	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	3.823,739	Campos de Júlio-MT, Nova Lacerda-MT
AM-14	Amazônia	T.I. Pareci	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	614.716,998	Tangará da Serra-MT
AM-15	Amazônia	T.I. Utiriti	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	397.997,699	Campo Novo do Parecis-MT
AM-16	Amazônia	T.I. Tirecatanga	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	136.039,025	Sapezal-MT
AM-17	Amazônia	T.I. Juínia	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	71.653,850	Campos de Júlio-MT, Nova Lacerda-MT, Pontes e Lacerda-MT, Tangará da Serra-MT
AM-18	Amazônia	Floresta Extrativista Laranjeiras	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de plano de uso sustentável dos recursos naturais e inventários biológicos	32.443,296	Pimenteiras do Oeste-RO
AM-19	Amazônia	P.E. de Corumbiara	Extremamente alta	Proteção; Fiscalização e proteção das nascentes dos rios; Elaboração de inventários biológicos	610.875,968	Alto Alegre do Parecis-RO, Cerejeiras-RO, Pimenteiras do Oeste-RO
AM-20	Amazônia	T.I. Igarapé Omeré	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Desenvolvimento de programa de sustentabilidade econômica e socioambiental; Fiscalização; e Inventários biológicos	61.718,721	Corumbiara-RO
AM-21	Amazônia	Floresta de Rendimento Sustentável do Rio Mequéns	Extremamente alta	Mudança de categoria de unidade de conservação; Inclusão da área no Parque Estadual Corumbiara	417.840,994	Alta Floresta d'Oeste-RO, Corumbiara-RO, Pimenteiras do Oeste-RO
AM-22	Amazônia	T.I. Rio Mequéns	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Desenvolvimento do programa de sustentabilidade econômica e socioambiental da área e fiscalização	117.934,835	Alto Alegre do Parecis-RO
AM-23	Amazônia	P.E. Serra dos Parecis	Muito alta	Proteção; Elaboração e implantação do plano de manejo	54.085,976	Alto Alegre do Parecis-RO

Capítulo 3

AM-24	Amazônia	R.Ex. Pedras Negras	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Desenvolvimento de programa de sustentabilidade econômica e socioambiental da área e elaboração de inventários biológicos	109.680,150	São Francisco do Guaporé-RO
AM-25	Amazônia	Rio Colorado	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Elaboração de inventários biológicos	114.598,421	Alta Floresta d'Oeste-RO
AM-26	Amazônia	T.I. Rio Branco	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Desenvolvimento de programa de sustentabilidade econômica e socioambiental da área e elaboração de inventários biológicos	247.104,324	Alta Floresta d'Oeste-RO, São Francisco do Guaporé-RO, São Miguel do Guaporé-RO
AM-27	Amazônia	Interstício entre T.I. Rio Branco e P.E. Serra dos Parecis	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação	97.780,798	Alta Floresta d'Oeste-RO,
AM-28	Amazônia	Fazenda Pau d'Óleo	Extremamente alta	Incorporação em unidade de conservação existente; Incorporação da área na REBIO Guaporé e fiscalização contra caça ilegal	26.456,084	São Francisco do Guaporé-RO
AM-29	Amazônia	T.I. Rio Muqui	Muito alta	Proteção; Fiscalização contra madeiras e invasores	59.719,130	Alvorada d'Oeste-RO, Urupá-RO
AM-30	Amazônia	P.N. Pacaás Novos, T.I. Uru-Eu-Wau-Wau	Muito alta	Realização de estudos para a definição de ações prioritárias; Estabelecimento efetivo do PARNA e elaboração de projetos para a manutenção sustentável da UC e inventários biológicos.	705.720,184	Alvorada d'Oeste-RO, Campo Novo de Rondônia-RO, Governador Jorge Teixeira-RO, Guajará-Mirim-RO, São Miguel do Guaporé-RO,
AM-31	Amazônia	T.I. Uru-Eu-Wau-Wau	Extremamente alta	Proteção; Fiscalização contra madeiras, posseiros e garimpeiros	824.295,669	Costa Marques-RO, Guajará-Mirim-RO, São Miguel do Guaporé-RO, Seringueiras-RO,
AM-32	Amazônia	Rio Urupá	Muito alta	Realização de estudos para a definição e ações prioritárias; Elaboração de inventários biológicos	86.056,156	Jaru-RO, Mirante da Serra-RO, Urupá-RO

Capítulo 3



AM-33	Amazônia	T.I. Rio Negro/Ocaia	Extremamente alta	Extremamente alta	Extremamente alta	110.949,184	Guajará-Mirim-RO	Guajará-Mirim-RO	Uso sustentável de recursos naturais; Desenvolvimento de programa de sustentabilidade econômica e socioambiental e elaboração de inventários biológicos
AM-34	Amazônia	P.E. de Guajará-Mirim	Extremamente alta	Extremamente alta	Extremamente alta	262.313,767	Nova Mamoré-RO	Nova Mamoré-RO	Proteção; Fiscalização para controle da pressão decorrente da proximidade de acesso por estradas
AM-35	Amazônia	R.Ex. Rio Ouro Preto	Extremamente alta	Extremamente alta	Extremamente alta	227.963,826	Guajará-Mirim-RO, Nova Mamoré-RO	Guajará-Mirim-RO, Nova Mamoré-RO	Uso sustentável dos recursos naturais; Programa de sustentabilidade econômica e socioambiental e fiscalização para evitar invasão de madeireiros
AM-36	Amazônia	R.B. do Rio Ouro Preto	Extremamente alta	Extremamente alta	Extremamente alta	44.363,966	Guajará-Mirim-RO	Guajará-Mirim-RO	Proteção; Fiscalização
AM-37	Amazônia	Floresta Extrativista dos Pacaás Novos	Extremamente alta	Extremamente alta	Extremamente alta	378.990,546	Guajará-Mirim-RO	Guajará-Mirim-RO	Uso sustentável dos recursos naturais; Implementação de Plano de Manejo e elaboração de inventário biológico
AM-38	Amazônia	R.B. do Traçadal	Muito alta	Muito alta	Muito alta	24.112,154	Guajará-Mirim-RO	Guajará-Mirim-RO	Proteção; Fiscalização; Elaboração de Plano de Manejo e inventários biológicos.
AM-39	Amazônia	T.I. Igarapé Lage	Extremamente alta	Extremamente alta	Extremamente alta	88.070,967	Nova Mamoré-RO	Nova Mamoré-RO	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de programa de sustentabilidade econômica e socioambiental
AM-40	Amazônia	R.B. do Guaporé (parcial)	Extremamente alta	Extremamente alta	Extremamente alta	214.051,938	São Francisco do Guaporé-RO	São Francisco do Guaporé-RO	Proteção; Fiscalizações nos limites norte da RREIO e atualização do Plano de Manejo
AM-41	Amazônia	T.I. Massaco e R.B. do Guaporé	Extremamente alta	Extremamente alta	Extremamente alta	441.876,913	Alta Floresta d'Oeste-RO, São Francisco do Guaporé-RO	Alta Floresta d'Oeste-RO, São Francisco do Guaporé-RO	Proteção; Proteção aos índios isolados; Inventários biológicos; Estudos antropológicos e estudo da viabilidade de criação de uma Reserva Indígena de Recursos Naturais

Capítulo 3

AM-42	Amazônia	Rio Ji-Paraná	Extremamente alta	Incorporação em unidade de conservação existente; Incorporação da área à REBIO do Jaru, através de sua ampliação até a margem do Rio Ji-Paraná e elaboração de inventários biológicos.	85.404,124	Vale do Anari-RO
AM-43	Amazônia	R.B. do Jaru	Extremamente alta	Proteção; Estabelecimento efetivo e manutenção sustentável da REBIO e elaboração de inventários biológicos	253.076,773	Ji-Paraná-RO, Vale do Anari-RO
AM-44	Amazônia	T.I. Igarapé Lourdes	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	188.917,547	Ji-Paraná-RO
AM-45	Amazônia	Floresta Extrativista Rio Preto/Jacundá	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	967.471,317	Candeias do Jamari-RO, Cujubim-RO, Machadinho d'Oeste-RO, Porto Velho-RO
AM-46	Amazônia	Floresta de Rendimento Sustentável do Rio Madeira (a)	Extremamente alta	Realização de estudos para a definição de ações prioritárias; Área não implementada, necessitando de elaboração de Plano de Manejo e fiscalização	60.632,754	Porto Velho-RO
AM-47	Amazônia	A.P.A. do Lago Cuniá	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Necessidade de readequação jurídica e revisão de categoria de manejo	90.535,751	Porto Velho-RO
AM-48	Amazônia	A.P.A. do Rio Madeira	Extremamente alta	Proteção; Elaboração de Plano de Manejo, inventários biológicos e fiscalização	11.862,289	Porto Velho-RO
AM-49	Amazônia	Floresta de Rendimento Sustentável do Rio Vermelho (c)	Extremamente alta	Proteção; Elaboração de Plano de Manejo, inventários biológicos e fiscalização	30.669,369	Canutama-AM, Porto Velho-RO
AM-50	Amazônia	Floresta de Rendimento Sustentável do Rio Vermelho (a)	Extremamente alta	Mudança de categoria de unidade de conservação; Inclusão da área na Esec Serra dos Três Irmãos	39.722,985	Porto Velho-RO
AM-51	Amazônia	E.E. Serra dos Três Irmãos	Extremamente alta	Proteção; Fiscalização e elaboração de inventários biológicos	99.806,361	Lábrea-AM, Porto Velho-RO

Capítulo 3

AM-61	Amazônia	Rio Madeirinha	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de APA protegendo as nascentes do Rio Xingu; incentivo e apoio aos comitês de bacia; Desenvolvimento de programa de educação ambiental para a região	171.130,517	Aripuanã-MT, Ji-Paraná-RO, Vale do Anari-RO
AM-62	Amazônia	Cabeceiras do Xingu	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de APA protegendo as nascentes do Rio Xingu; Incentivo e apoio aos comitês de bacia; e Desenvolvimento de programa de educação ambiental para a região	2.464.857,698	Canarana-MT, Gaúcha do Norte-MT, Nova Ubiratã-MT, Paranatinga-MT, Ribeirão Cascalheira-MT
AM-63	Amazônia	Tabuleiro das Tartarugas	Nova área identificada pelo grupo regional	Criação de unidade de conservação; Transformação da área em UC de proteção integral; fiscalização; Elaboração de inventários biológicos; Desenvolvimento de programa de educação ambiental	223.513,055	Anapu-PA, Senador José Porfírio-PA
AM-64	Amazônia	E.E. Ronuro	Extremamente alta	Proteção; Desapropiação das propriedades privadas; Elaboração de inventários biológicos; Desenvolvimento de programa de educação ambiental	148.890,086	Nova Ubiratã-MT
AM-65	Amazônia	Rio das Mortes	Nova área identificada pelo grupo regional	Criação de unidade de conservação; Transformação da área em UC de proteção integral; Elaboração de inventários biológicos; Desenvolvimento de programa de educação ambiental	184.014,997	Ribeirão Cascalheira-MT
AM-66	Amazônia	T.I. Xingu incluindo T.I. Batovi	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Implantação de uma faixa tampão no entorno do PIX; Apoio e incentivo às ações de proteção, uso sustentável e fiscalização em curso	2.745.321,879	Canarana-MT, Feliz Natal-MT, Gaúcha do Norte-MT, Marcelândia-MT, Paranatinga-MT, Querência-MT, São Félix do Araguaia-MT

Capítulo 3



AM-67	Amazônia	T.I. Wawi	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização e elaboração de inventários biológicos	154.895,590	Querência-MT
AM-68	Amazônia	Xingu 1	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização; Elaboração de inventários biológicos; Zoneamento ecológico-econômico e implantação de programa de educação ambiental	148.179,153	São Félix do Araguaia-MT
AM-69	Amazônia	Xingu 2	Muito alta	Criação de unidade de conservação; Transformação da área em UC de uso sustentável (Rim) e revisão de planos de manejo florestal com exploração de madeira em matas ciliares	517.518,617	Marcelândia-MT, Peixoto de Azevedo-MT, União do Sul-MT
AM-70	Amazônia	T.I. Capoto/Jarina	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Proteção e fiscalização de limites e de faixa também adjacente	660.505,618	Peixoto de Azevedo-MT, São José do Xingu-MT
AM-71	Amazônia	T.I. Badjônkôre	Extremamente alta	Proteção e fiscalização	242.197,141	Cumaru do Norte-PA, São Félix do Xingu-PA
AM-72	Amazônia	T.I. Menkragnoti	Extremamente alta	Proteção; fiscalização de limites	4.941.782,614	Altamira-PA, Peixoto de Azevedo-MT, São Félix do Xingu-PA
AM-73	Amazônia	T.I. Panará	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Proteção e fiscalização de limites e implantação de programa de sustentabilidade econômica e socioambiental da área	480.401,803	Matupá-MT
AM-74	Amazônia	Rio Iriri	Muito alta	Criação de unidade de conservação; Transformação da área em UC de proteção integral; Fiscalização; e Elaboração de inventários biológicos	1.159.021,935	Altamira-PA

Capítulo 3

M-75	Amazônia	Leste da T.I. Badjônkôre	Muito alta	Criação de unidade de conservação; Transformação da área em unidade de conservação, definindo uma zona tampão para TI Badjônkôre; Elaboração de inventários biológicos; desenvolvimento de estudos sócio-econômicos e de meio físico; Implantação de programa de educação ambiental	466.888,334	Cumaru do Norte-PA
AM-76	Amazônia	T.I. Kayapó	Extremamente alta	Proteção; Fiscalização da ação de medeiras	3.327.238,174	Cumaru do Norte-PA, Ourilândia do Norte-PA, São Félix do Xingu-PA
AM-77	Amazônia	Médio Xingu	Muito alta	Criação de unidade de conservação; Transformação do polígono formado pelo Iri e Xingú em UCs de proteção integral e uso sustentável, estabelecendo uma zona tampão para TIs do Xingu	1.742.632,968	São Félix do Xingu-PA
AM-78	Amazônia	T.I. Apyterewa	Muito alta	Proteção e fiscalização de limites	992.042,881	São Félix do Xingu-PA
AM-79	Amazônia	T.I. Araweté/Igararé Ipixuna	Muito alta	Proteção e fiscalização de limites	986.120,673	Altamira-PA, São Félix do Xingu-PA, Senador José Porfírio-PA
AM-80	Amazônia	T.I. Trincheira/Bacajá	Extremamente alta	Proteção e fiscalização da ação de medeiras	1.674.403,931	Anapu-PA, Senador José Porfírio-PA
AM-81	Amazônia	T.I. Koatinemo	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Proteção e fiscalização da ação de medeiras e elaboração de inventários biológicos	368.317,059	Altamira-PA, Senador José Porfírio-PA
AM-82	Amazônia	Rio Anapu	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Transformação da área em UC de proteção integral; Elaboração de inventários biológicos e implantação de programa de educação ambiental	206.429,950	Anapu-PA, Senador José Porfírio-PA

Capítulo 3



AM-83	Amazônia	Interflúvio Xingu-Iriri 1	Insuficientemente conhecida	Criação de unidade de conservação; Transformação da área em UCs de proteção integral e uso sustentável e elaboração de inventários biológicos	815.816,497	São Félix do Xingu-PA
AM-84	Amazônia	Interflúvio Xingu-Iriri 2	Alta	Criação de unidade de conservação; Transformação da área em UCs de proteção integral e em Resex	406.012,253	Altamira-PA, São Félix do Xingu-PA
AM-85	Amazônia	T.I. Kayabi	Extremamente Alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Homologação da terra indígena e elaboração de inventários biológicos e antropológico	1.393.993,642	Apiacás-MT, Jacareacanga-PA
AM-86	Amazônia	Transiriri	Nova área identificada pelo grupo regional	Criação de unidade de conservação; Transformação da área em UC de proteção integral, fiscalização; Elaboração de inventários biológicos; e desenvolvimento de programa de educação ambiental	440.294,891	Senador José Porfírio-PA
AM-87	Amazônia	T.I. Mundurucu	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de inventários biológicos e estudos antropológicos.	2.384.060,319	Jacareacanga-PA
AM-88	Amazônia	Rio Teles Pires	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Elaboração de Inventários biológicos e de estudos antropológicos; Desenvolvimento de programa de educação ambiental	8.521.247,607	Alta Floresta-MT, Apiacás-MT, Carlinda-MT, Cláudia-MT, Colíder-MT, Guarantã do Norte-MT, Itaituba-PA, Itaúba-MT, Jacareacanga-PA, Juara-MT, Nova Bandeirantes-MT, Nova Guarita-MT, Nova Monte Verde-MT, Novo Mundo-MT, Novo Progresso-PA, Paranaíta-MT, Terra Nova do Norte-MT
AM-89	Amazônia	Rio Juruema	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Transformação da área em UC de desenvolvimento sustentável; Elaboração de inventários biológicos e estudos antropológicos	790.194,348	Cotriguaçu-MT

Capítulo 3

AM-90	Amazônia	T.I. Escondido	Extremamente alta	Extremamente alta	Extremamente alta	191.550,156	Cotriguaçu-MT	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de Inventários biológicos e estudos antropológicos; Desenvolvimento de programa de educação ambiental
AM-91	Amazônia	T.I. Arara do Rio Branco	Extremamente alta	Extremamente alta	Extremamente alta	118.495,230	Aripuanã-MT	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de Inventários biológicos e estudos antropológicos
AM-92	Amazônia	R.Ec. Apiacás	Extremamente alta	Extremamente alta	Extremamente alta	127.869,945	Apiacás-MT	Proteção
AM-93	Amazônia	R.Ec. Apiacás (oeste)	Extremamente alta	Extremamente alta	Extremamente alta	72.317,687	Apiacás-MT, Apuí-AM, Maués-AM	Incorporação em unidade de conservação existente; Incorporação da área à Resec Apiacás; Elaboração de inventários biológicos
AM-94	Amazônia	T.I. Japuira	Extremamente alta	Extremamente alta	Extremamente alta	144.432,770	Juara-MT	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de Inventários biológicos e estudos antropológicos; Desenvolvimento de programa de educação ambiental
AM-95	Amazônia	T.I. Erikpatsa	Extremamente alta	Extremamente alta	Extremamente alta	87.758,100	Brasnorte-MT	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de Inventários biológicos e estudos antropológicos; Desenvolvimento de programa de educação ambiental na área de entorno
AM-96	Amazônia	R.F. Juruena	Extremamente alta	Extremamente alta	Extremamente alta	1.115.557,722	Brasnorte-MT, Juara-MT, Nova Maringá-MT	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de Inventários biológicos e desenvolvimento de programa de educação ambiental e extensão
AM-97	Amazônia	T.I. Serra Morena	Extremamente alta	Extremamente alta	Extremamente alta	151.720,559	Juína-MT	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de Inventários biológicos e estudos antropológicos; Criação de zona tampão

Capítulo 3



AM-98	Amazônia	T.I. Aripuanã	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de Inventários biológicos e estudos antropológicos; Criação de zona tampão	770.721,170	Aripuanã-MT, Juína-MT
AM-99	Amazônia	Rio Roosevelt	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Proteção dos mananciais do rio Aripuanã. Elaboração de inventários biológicos.	3.221.348,324	Apuí-AM, Aripuanã-MT
AM-100	Amazônia	E.E. Rio Roosevelt	Extremamente alta	Proteção; Elaboração de inventários biológicos	71.959,537	Aripuanã-MT, Novo Aripuanã-AM
AM-101	Amazônia	Rio Aripuanã	Muito alta Extremamente alta	Incorporação em unidade de conservação existente; Incorporação de parte da área à Resex Guariba-Roosevelt; Elaboração de inventários biológicos	1.761.259,818	Apuí-AM, Novo Aripuanã-AM
AM-102	Amazônia	T.I. Tenharim do Igarapé Preto	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Homologação de terra indígena, com a conclusão da demarcação da terra; fiscalização; Elaboração de inventário biológico	75.635,295	Novo Aripuanã-AM
AM-103	Amazônia	T.I. Tenharim/Marmelos	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de inventário biológico	457.718,551	Humaitá-AM
AM-104	Amazônia	F.N. Humaitá e Floresta de Rendimento Sustentável do Rio Machado	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Implantação da FLONA	566.348,338	Humaitá-AM
AM-105	Amazônia	Interstício entre a T.I. Tenharim do Igarapé Preto e a T.I. Tenharim/Marmelos	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Elaboração de inventários biológicos	528.640,713	Machadinho d'Oeste-RO, Novo

Capítulo 3

AM-106	Amazônia	T.I. Pirahã	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização	358.489,448	Aripuanã-AM
AM-107	Amazônia	T.I. Nove de Janeiro	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	225.568,837	Humaitá-AM
AM-108	Amazônia	T.I. Ipixuna	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	243.261,670	Humaitá-AM
AM-109	Amazônia	Alto Madeira	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Transformação em UC da área compreendida entre a margem direita do Rio Madeira e as TIs Nove de Julho e Ipixuna	823.090,000	Humaitá-AM
AM-110	Amazônia	Médio Madeira (a)	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UCs de uso sustentável e proteção integral, formando zona tampão no entorno da TI Pinatuba; Elaboração de inventários biológicos e diagnóstico socioeconômico; Implantação de programa de educação ambiental	2.562.040,386	Humaitá-AM Autazes-AM, Borba-AM, Manicoré-AM, Novo Aripuanã-AM
AM-111	Amazônia	T.I. Pinatuba	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Conclusão do processo de demarcação da área; Fiscalização; Elaboração de inventários biológicos	33.717,570	Manicoré-AM
AM-112	Amazônia	Médio Madeira (b)	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Proteção efetiva das margens do Rio Madeira; Elaboração de inventários biológicos; Implantação de programa de educação ambiental	351.053,780	Humaitá-AM
AM-113	Amazônia	Cabeceira do Rio Luna	Muito alta	Criação de unidade de conservação; Transformação da área em UC de uso sustentável (Resex).	460.646,148	Beruri-AM, Manicoré-AM, Tapauá-AM
AM-114	Amazônia	T.I. Coatá-Laranjal	Extremamente alta	Proteção; Homologação da área indígena; Elaboração de inventários biológicos e estudos antropológicos	1.135.266,601	Borba-AM

Capítulo 3



AM-115	Amazônia	Área a oeste da T.I. Coatá-Laranjal	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de proteção integral, formando zona tampão no entorno da TI Coatá-Laranjal; Elaboração de inventários biológicos	32.687,182	Borba-AM
AM-116	Amazônia	Área ao sul da T.I. Coatá-Laranjal	Muito alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de proteção integral, formando zona tampão no entorno da TI Coatá-Laranjal	65.194,154	Borba-AM
AM-117	Amazônia	Rio Abacaxi	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de proteção integral, formando zona tampão no entorno da TI Coatá-Laranjal; Elaboração de inventários biológicos.	518.799,272	Borba-AM, Nova Olinda do Norte-AM
AM-118	Amazônia	P.N. da Amazônia	Extremamente alta	Proteção; Fiscalização e elaboração de inventários biológicos, com enfoque em répteis e anfíbios	951.431,792	Aveiro-PA, Itaituba-PA
AM-119	Amazônia	F.N. de Itaituba II	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização e elaboração de inventários biológicos	416.973,341	Trairão-PA
AM-120	Amazônia	Rio Juruena	Nova área identificada pelo grupo regional	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de proteção integral e elaboração de inventários biológicos e estudos sobre a estrutura fundiária da área	941.396,787	Novo Progresso-PA
AM-121	Amazônia	F.N. Itaituba I	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização	250.331,744	Trairão-PA
AM-122	Amazônia	Itaituba	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Fiscalização da área de entorno da FLOMA de Itaituba I e elaboração de inventários biológicos	49.347,577	Itaituba-PA
AM-123	Amazônia	Rio Jamanxim	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de inventários biológicos	398.861,951	Trairão-PA
AM-124	Amazônia	Tapajós	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais	239.021,347	Rurópolis-PA

Capítulo 3

AM-125	Amazônia	Cabeceira do Rio Aripuanã	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de proteção integral ao sul da TI Escondido; Elaboração de inventários biológicos e implementação de programa de educação ambiental	2.379.009,646	Aripuanã-MT, Cotriguaçu-MT, Castanheira-MT, Juína-MT, Juruena-MT
AM-126	Amazônia	Canoa	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de proteção integral e elaboração de inventários biológicos	57.589,344	Itaituba-PA
AM-127	Amazônia	R.Ex. Guariba-Roosevelt	Muito alta	Proteção; Criação de Zona Tampão, com ampliação dos limites da Resex na direção Norte; Elaboração de inventários biológicos e implantação de programa de educação ambiental e extensão	81.391,993	Aripuanã-MT
AM-128	Amazônia	T.I. Sai Cinza	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Proteção e fiscalização de limites; controle do impacto do garimpo regional sobre os índios; Elaboração de inventário biológico	122.397,411	Jacareacanga-PA
AM-129	Amazônia	Área de superposição entre o P.N. da Amazônia e a T.I. Andirá-Marau	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de inventário biológico e estudos antropológicos	103.750,237	Aveiro-PA, Itaituba-PA
AM-130	Amazônia	T.I. Ariramba	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Homologação da TI e elaboração de inventário biológico	1.066,177	Manicoré-AM
AM-131	Amazônia	T.I. Lago Jauari	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Homologação da TI	17.115,121	Humaitá-AM, Manicoré-AM
AM-132	Amazônia	T.I. Lago Capana e T.I. Ariramba	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Homologação da TI	5,662	Manicoré-AM

Capítulo 3



AM-133	Amazônia	Interflúvio Xingu-Iriri	Nova área identificada pelo grupo regional	Criação de unidade de conservação; Elaboração de inventários biológicos e estudos antropológicos para a identificação de presença de povos indígenas e para a definição de categorias de UCs; Implantação de programas de educação ambiental nos municípios próximos	3.383.298,560	Altamira-PA, São Félix do Xingu-PA
AM-134	Amazônia	Entorno da T.I. Coatá-Laranjal	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de proteção integral e elaboração de inventários biológicos	839.036,684	Borba-AM
AM-135	Amazônia	P.N. do Cabo Orange	Muito alta	Proteção; Fiscalização e implantação de programa de educação ambiental	471.719,580	Calçoene-AP, Oiapoque-AP
AM-136	Amazônia	T.I. Juminá	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização e proteção do entorno da TI para evitar invasões e garantir área para refúgio de caça; Implantação de programa de educação ambiental para populações da vizinhança	66.175,792	Oiapoque-AP
AM-137	Amazônia	T.I. Galibi	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização e proteção do entorno da TI para evitar invasões e garantir área para refúgio de caça; Implantação de programa de educação ambiental para populações da vizinhança	6.981,131	Oiapoque-AP
AM-138	Amazônia	T.I. Uaçá	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização e proteção do entorno da TI para evitar invasões e garantir área para refúgio de caça; Implantação de programa de educação ambiental para populações da vizinhança	413.313,824	Oiapoque-AP

Capítulo 3

AM-139	Amazônia	Cacaual do Caciporé	Muito alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de uso sustentável, com previsão de atividades de silvicultura, manejo e preservação de germoplasma	10.951,263	Calçoene-AP, Oiapoque-AP
AM-140	Amazônia	Calçoene	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais;	316.449,483	Amapá-AP, Calçoene-AP, Oiapoque-AP
AM-141	Amazônia	Cerrados de Amapá e Tartarugalzinho	Extremamente alta	Fiscalização e implantação de programa de educação ambiental	151.874,167	Amapá-AP, Calçoene-AP, Pracuúba-AP
AM-142	Amazônia	E.E. Maracá-Jipioca	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de proteção integral	61.724,799	Amapá-AP
AM-143	Amazônia	R.B. Lago Piratuba	Extremamente alta	Proteção e recuperação; Fiscalização; monitoramento e recuperação do meio físico; e implantação de programa de educação ambiental	422.530,088	Amapá-AP, Cutias-AP, Pracuúba-AP, Tartarugalzinho-AP,
AM-144	Amazônia	Baixo Araguari	Extremamente alta	Proteção; Fiscalização; elaboração de inventários biológicos; e implantação de programa de educação ambiental	1.277.245,898	Amapá-AP, Cutias-AP, Ferreira Gomes-AP, Itaúbal-AP, Macapá-AP, Pracuúba-AP, Tartarugalzinho-AP
AM-145	Amazônia	Sucuriju	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de Resex Marinha; Elaboração de inventários biológicos; Fiscalização; Implantação de programa de educação ambiental.	21.327,492	Amapá-AP
AM-146	Amazônia	Médio Oiapoque	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação	1.207.172,635	Oiapoque-AP, Serra do Navio-AP
AM-147	Amazônia	F.N. do Amapá	Muito alta	Mudança de categoria de unidade de conservação; Mudança de categoria para UC de proteção integral e elaboração de inventários biológicos	458.326,662	Ferreira Gomes-AP, Pracuúba-AP
AM-148	Amazônia	Médio Araguari	Muito alta	Proteção; Fiscalização e elaboração de inventários biológicos	869.247,743	Ferreira Gomes-AP, Pedra Branca do Amapari-AP, Porto Grande-AP, Serra do Navio-AP
AM-149	Amazônia	T.I. Waiãpi	Muito alta	Proteção; Fiscalização e proteção das áreas de entorno da TI.	590.017,315	Laranjal do Jari-AP, Pedra Branca do Amapari-AP

Capítulo 3



AM-150	Amazônia	R.D.S. do Rio Iratapuru	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização e implantação de programa de educação ambiental	855.486,151	Laranjal do Jari-AP, Mazagão-AP, Pedra Branca do Amapari-AP
AM-151	Amazônia	E.E. do Jari	Muito alta	Proteção; Fiscalização e implantação de programa de educação ambiental.	241.930,504	Almeirim-PA, Laranjal do Jari-AP
AM-152	Amazônia	Médio Jari	Muito alta	Realização de estudos para a definição de ações prioritárias; Desenvolvimento de estudos e elaboração de inventários biológicos para a ampliação da Esec do Jari	602.100,745	Almeirim-PA
AM-153	Amazônia	Alto Rio Jari - Tumucumaque	Muito alta	Criação de unidade de conservação	1.986.817,246	Laranjal do Jari-AP, Pedra Branca do Amapari-AP
AM-154	Amazônia	Corredeiras do Jari	Muito alta	Proteção; Fiscalização de caça; proteção dos sistemas aquáticos; Elaboração de inventários biológicos	927.050,555	Almeirim-PA, Laranjal do Jari-AP
AM-155	Amazônia	T.I. Waimiri-Atroari	Insuficientemente conhecida	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização	2.453.301,776	Novo Airão-AM, Presidente Figueiredo-AM, Rorainópolis-RR, São João da Baliza-RR
AM-156	Amazônia	T.I. Tumucumaque	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	1.381.830,592	Almeirim-PA, Óbidos-PA
AM-157	Amazônia	R.F. Tumucumaque e T.I. Tumucumaque	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	1.830.070,701	Alenquer-PA, Almeirim-PA, Óbidos-PA
AM-158	Amazônia	T.I. Paru de Leste	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização e controle das atividades de garimpo na área de entorno da TI	1.181.385,069	Almeirim-PA
AM-159	Amazônia	Cuminapanema - Alto Maicuru	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Cerrado nas cabeceiras do rio Maicuru. Ambientes totalmente conservados com ausência de populações humanas mas com riscos de implantação de ações minerárias e(ou) colonização predatória em uma área que entremeia 3 (três) grandes áreas indígenas com baixos índices demográficos	1.970.141,373	Alenquer-PA, Monte Alegre-PA, Óbidos-PA

Capítulo 3

AM-160	Amazônia	T.I. Zoé	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização e proteção de área de entorno da TI	1.178.604,233	Óbidos-PA
AM-161	Amazônia	Médio Trombetas	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de inventários biológicos	2.298.423,393	Faro-PA, Oriximiná-PA, Terra Santa-PA
AM-162	Amazônia	R.B. do Rio Trombetas	Extremamente alta	Proteção; Fiscalização e elaboração de inventários biológicos	434.480,515	Oriximiná-PA
AM-163	Amazônia	F.N. Saracatãquera	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	485.664,606	Faro-PA, Terra Santa-PA
AM-164	Amazônia	Alto Trombetas	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de proteção integral e elaboração de inventários biológicos	1.722.971,491	Oriximiná-PA
AM-165	Amazônia	Alto Mapuera	Muito alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de proteção integral e elaboração de inventários biológicos	601.502,191	Oriximiná-PA
AM-166	Amazônia	T.I. Trombetas/Mapuera	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização	2.565.810,425	Caroebe-RR, Faro-PA, Nhamundá-AM, Oriximiná-PA, São João da Baliza-RR, Uruará-AM
AM-167	Amazônia	T.I. Nhamundá - Mapuera	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização e proteção da área de entorno da TI.	1.087.460,821	Faro-PA, Nhamundá-AM
AM-168	Amazônia	Baixo Uatumã	Alta	Realização de estudos para a definição de ações prioritárias; Elaboração de inventários biológicos	1.004.064,212	Itapiranga-AM, São Sebastião do Uatumã-AM, Silves-AM
AM-169	Amazônia	R.B. do Uatumã	Alta	Proteção; Fiscalização e elaboração de inventários biológicos	586.775,501	Presidente Figueiredo-AM, São Sebastião do Uatumã-AM
AM-170	Amazônia	A.P.A. Caverna do Moroaga	Alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização; Monitoramento da influência de represa; Implantação de programa de educação ambiental	298.246,365	Presidente Figueiredo-AM
AM-171	Amazônia	P.N. Serra do Divisor	Extremamente alta	Proteção, fiscalização e complementação dos inventários biológicos	879.797,427	Cruzeiro do Sul-AC, Mâncio Lima-AC, Porto Walter-AC, Rodrigues Alves-AC

Capítulo 3



AM-172	Amazônia	Extensão oriental do P.N. da Serra do Divisor	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Regulamentação dos usos permitíveis para a área do entorno da PARNA Serra do Divisor; Elaboração de inventários biológicos; Estudos de alternativas de uso dos recursos naturais	595.955,957	Cruzeiro do Sul-AC, Marechal Thaumaturgo-AC, Porto Walter-AC, Rodrigues Alves-AC
AM-173	Amazônia	T.I. Kampa do Rio Amônia	Extremamente alta	Realização de estudos para a definição de ações prioritárias	100.609,807	Marechal Thaumaturgo-AC
AM-174	Amazônia	R.Ex. do Alto Juruá	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	545.409,867	Marechal Thaumaturgo-AC
AM-175	Amazônia	T.I. Jaminawá do Igarapé Preto	Extremamente alta	Realização de estudos para a definição de ações prioritárias	31.176,147	Cruzeiro do Sul-AC
AM-176	Amazônia	T.I. Nukini	Extremamente alta Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de inventários biológicos	37.017,336	Mâncio Lima-AC
AM-177	Amazônia	Extensão Norte do P.N. Serra do Divisor	Extremamente alta	Incorporação da área ao PARNA da Serra do Divisor, através de sua extensão em direção ao norte, de forma a atuar como corredor ecológico	80.250,462	Atalaia do Norte-AM, Guajará-AM, Mâncio Lima-AC
AM-178	Amazônia	Extensão Nordeste do P.N. da Serra do Divisor	Extremamente alta	Incorporação da área ao PARNA da Serra do Divisor, através de sua extensão em direção a nordeste, de forma a abranger ecossistema único, ainda protegido, sob grande ameaça	303.526,846	Guajará-AM, Mâncio Lima-AC
AM-179	Amazônia	Área ao Nordeste do P.N. da Serra do Divisor	Extremamente alta	Realização de estudos para a definição de ações prioritárias; Elaboração de inventários biológicos para mamíferos e biota aquática	154.745,214	Cruzeiro do Sul-AC, Rodrigues Alves-AC
AM-180	Amazônia	Rio Tarauacá	Extremamente alta	Realização de estudos para a definição de ações prioritárias	451.675,870	Jordão-AC, Tarauacá-AC
AM-181	Amazônia	T.I. Praia do Carapanã, T.I. Rio Gregório e T.I. Kampa do Igarapé Primavera	Extremamente alta	Realização de estudos para a definição de ações prioritárias	175.061,520	Tarauacá-AC

Capítulo 3

AM-182	Amazônia	Rio Jutai e Gregório	Extremamente alta	Realização de estudos para a definição de ações prioritárias	1.670.921,044	Eirunepé-AM, Envira-AM, Ipixuna-AM
AM-183	Amazônia	Médio Juruá	Extremamente alta	Realização de estudos para a definição de ações prioritárias	763.789,776	Eirunepé-AM, Ipixuna-AM
AM-184	Amazônia	T.I. Vale do Javari	Extremamente alta	Realização de estudos para a definição de ações prioritárias	8.767.964,063	Atalaia do Norte-AM, Benjamin Constant-AM, Eirunepé-AM, Ipixuna-AM, Jutai-AM, São Paulo de Olivença-AM
AM-185	Amazônia	Margem direita do Rio Javari	Muito alta	Realização de estudos para a definição de ações prioritárias	702.991,636	Atalaia do Norte-AM
AM-186	Amazônia	Rio Quixito	Muito alta	Proteção; Regularização da TI Lameirão	329.193,376	Atalaia do Norte-AM, Benjamin Constant-AM
AM-187	Amazônia	Rio Jutai	Extremamente alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	1.504.267,457	Jutai-AM
AM-188	Amazônia	Rio Envira	Muito alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	204.975,450	Feijó-AC
AM-189	Amazônia	T.I. Kulina do Rio Envira / T.I. Kullina do Igarapé do Pau	Muito alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	203.182,494	Feijó-AC
AM-190	Amazônia	Alto Purus	Extremamente alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	970.934,966	Manoel Urbano-AC, Santa Rosa do Purus-AC, Sena Madureira-AC
AM-191	Amazônia	T.I. Alto Purus	Muito alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	301.799,395	Manoel Urbano-AC, Santa Rosa do Purus-AC
AM-192	Amazônia	Rio Purus	Extremamente alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	2.713.280,497	Boca do Acre-AM, Bujari-AC, Manoel Urbano-AC, Rio Branco-AC, Santa Rosa do Purus-AC, Sena Madureira-AC
AM-193	Amazônia	F.N. do Macauã	Muito alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	156.219,823	Sena Madureira-AC
AM-194	Amazônia	Floresta Estadual de Antimari	Extremamente alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	57.326,573	Bujari-AC
AM-195	Amazônia	T.I. Igarapé Capana	Extremamente alta	Proteção	121.820,032	Boca do Acre-AM
AM-196	Amazônia	T.I. Camicuã	Extremamente alta	Proteção	58.123,615	Boca do Acre-AM, Pauini-AM
AM-197	Amazônia	T.I. Peneri/Tacaquiri	Extremamente alta	Proteção	200.752,730	Pauini-AM

Capítulo 3



AM-198	Amazônia	Rio Pauini	Muito alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	161.362,529	Pauini-AM
AM-199	Amazônia	E.E. do Rio Acre	Muito alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias; Elaboração de inventários biológicos	79.267,395	Assis Brasil-AC
AM-200	Amazônia	T.I. Rio Acre	Muito alta	Proteção	75.294,679	Assis Brasil-AC
AM-201	Amazônia	T.I. Marmoadate	Muito alta	Proteção	433.108,846	Assis Brasil-AC, Sena Madureira-AC
AM-202	Amazônia	R.Ex. Chico Mendes	Muito alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias; Elaboração de inventários biológicos	909.019,142	Assis Brasil-AC, Brasiléia-AC, Capixaba-AC, Rio Branco-AC, Sena Madureira-AC, Xapuri-AC
AM-203	Amazônia	Médio Rio Acre	Muito alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	981.692,664	Assis Brasil-AC, Brasiléia-AC, Capixaba-AC, Epitaciolândia-AC, Plácido de Castro-AC, Rio Branco-AC, Senador Guomard-AC, Xapuri-AC
AM-204	Amazônia	Baixo Rio Acre	Alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	325.896,614	Boca do Acre-AM
AM-205	Amazônia	T.I. Boca do Acre	Alta	Proteção	34.692,393	Boca do Acre-AM, Lábrea-AM
AM-206	Amazônia	T.I. Apurinã	Alta	Proteção	43.323,787	Boca do Acre-AM, Lábrea-AM
AM-207	Amazônia	Leste do Rio Acre	Alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	280.550,022	Boca do Acre-AM, Lábrea-AM
AM-208	Amazônia	Rio Juruá / Mutum	Muito alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	1.043.086,928	Itamarati-AM, Jutai-AM
AM-209	Amazônia	T.I. Deni	Muito alta	Proteção	977.452,913	Itamarati-AM
AM-210	Amazônia	Rio Tapauá	Muito alta	Proteção	284.522,429	Itamarati-AM, Tapauá-AM
AM-211	Amazônia	Médio Juruá	Muito alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	910.284,399	Carauari-AM
AM-212	Amazônia	R.Ex. do Médio Juruá	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais	276.271,734	Carauari-AM
AM-213	Amazônia	Baixo Rio Juruá	Extremamente alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	1.284.997,551	Carauari-AM, Juruá-AM, Uarini-AM
AM-214	Amazônia	T.I. Juruá	Extremamente alta	Proteção	29.818,100	Carauari-AM, Juruá-AM
AM-215	Amazônia	Solimões (Tefé - Coari)	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	1.465.136,369	Alvarães-AM, Coari-AM, Tefé-AM, Uarini-AM
AM-216	Amazônia	F.N. de Tefé	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	822.173,507	Alvarães-AM, Tefé-AM

Capítulo 3

AM-217	Amazônia	Rio Coari	Extremamente alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	993.309,465	Coari-AM
AM-218	Amazônia	Rio Cuninúá	Extremamente alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	467.123,073	Tapauá-AM
AM-219	Amazônia	T.I. Hi-Merimã	Extremamente alta	Proteção	443.390,196	Lábrea-AM, Tapauá-AM
AM-220	Amazônia	Fronteira com Rondônia	Extremamente alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	2.900.194,983	Canutama-AM, Humaitá-AM, Lábrea-AM
AM-221	Amazônia	T.I. Juma	Extremamente alta	Proteção	34.227,047	Canutama-AM
AM-222	Amazônia	T.I. Caetitu	Extremamente alta	Proteção	306.800,185	Lábrea-AM
AM-223	Amazônia	T.I. Pauinari do Lago Marahã	Extremamente alta	Proteção	91.399,967	Lábrea-AM
AM-224	Amazônia	T.I. Jarawara/Jamamadi/Kanamanti	Extremamente alta	Proteção	407.648,106	Lábrea-AM, Tapauá-AM
AM-225	Amazônia	Baixo Purus	Muito alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	2.496.143,459	Beruri-AM, Canutama-AM, Tapauá-AM
AM-226	Amazônia	T.I. Apurinã do Igarapé Tauamirim	Muito alta	Proteção	106.536,878	Tapauá-AM
AM-227	Amazônia	R.B. do Abufari	Muito alta	Proteção	189.708,889	Tapauá-AM
AM-228	Amazônia	T.I. Cuninúá	Muito alta	Proteção	88.376,375	Tapauá-AM
AM-229	Amazônia	Riozinho do Humaitá	Nova área identificada pelo grupo regional	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de uso sustentável	761.125,352	Cruzeiro do Sul-AC, Porto Walter-AC, Tarauacá-AC
AM-230	Amazônia	Alto Turauacá	Nova área identificada pelo grupo regional	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de inventários biológicos	689.509,336	Feijó-AC, Jordão-AC
AM-231	Amazônia	Bacia do Rio Tefé	Nova área identificada pelo grupo regional	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	1.384.026,510	Tefé-AM
AM-232	Amazônia	Riozinho da Liberdade	Nova área identificada pelo grupo regional	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de uso sustentável em área sob impacto da BR-364	129.743,260	Tarauacá-AC
AM-233	Amazônia	Rio Muru (área acrescentada na fase de revisão)	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de uso sustentável	155.423,009	Tarauacá-AC

Capítulo 3



AM-234	Amazônia	Rio Liberdade	Nova área identificada pelo grupo regional	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de uso sustentável	128.153,037	Envira-AM
AM-235	Amazônia	Médio Envira	Nova área identificada pelo grupo regional	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de uso sustentável; elaboração de inventários biológicos	194.861,944	Feijó-AC
AM-236	Amazônia	Rio Branco / Antimari	Nova área identificada pelo grupo regional	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de uso sustentável	194.586,118	Bujari-AC, Rio Branco-AC
AM-237	Amazônia	Xapuri	Muito alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de uso sustentável	64.685,042	Epitaciolândia-AC
AM-238	Amazônia	Rio Acre / Xapuri	Muito alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de uso sustentável	48.453,340	Brasília-AC
AM-239	Amazônia	T.I. Alto Rio Negro, T.I. Médio Rio Negro I, T.I. Médio Rio Negro II, T.I. Rio Téa e T.I. Rio Apaporis	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Implantação de plano de proteção e fiscalização das TIs; Elaboração de inventários biológicos; Desenvolvimento de pesquisas aplicadas (ecologia, piscicultura e plantas úteis) e etnoconhecimento; Anulação das FLOMAS superpostas à TI Alto Rio Negro; Desenvolvimento de estudo de viabilidade para pólo indígena de ecoturismo e turismo científico	10.767.741,877	Japurá-AM, Santa Isabel do Rio Negro-AM, São Gabriel da Cachoeira-AM
AM-240	Amazônia	Área intersticial entre o P.N. do Pico da Neblina e a T.I. Alto Rio Negro	Muito alta	Incorporação em unidade de conservação existente; Desenvolvimento de estudo para ampliação do PARNA do Pico da Neblina; Criação de GT FUNAI para identificação de TI Marabitanas Cué-Cué; Desenvolvimento de atividades agrícolas sustentáveis ao entorno do núcleo urbano de S. Gabriel	672.376,015	São Gabriel da Cachoeira-AM

Capítulo 3

AM-241	Amazônia	T.I. Balaio	Muito alta	<p>Uso sustentável dos recursos naturais; Instituição de grupo de trabalho multidisciplinar com participação indígena (Associação Indígena do Balaio - AINBAL) para resolução de conflito decorrente de sobreposição entre UC e TI, com redefinição de limites e de categorias de manejo em parte ou em toda a área superposta</p>	58.250,101	São Gabriel da Cachoeira-AM
AM-242	Amazônia	R.B. Morro dos Seis Lagos	Muito alta	<p>Uso sustentável dos recursos naturais; Instituição de grupo de trabalho multidisciplinar com participação indígena (Associação Indígena do Balaio - AINBAL) para resolução de conflito decorrente de sobreposição entre PARNA do Pico da Neblina, REBIO Morro dos Seis Lagos e TI Balaio; Desenvolvimento de estudos sobre endemismos</p>	25.871,239	São Gabriel da Cachoeira-AM
AM-243	Amazônia	P.N. Pico da Neblina	Extremamente alta	<p>Proteção; Elaboração de plano de manejo com definição de uso de recursos naturais pelas comunidades tradicionais; desenvolvimento de estudos sobre possibilidades para o ecoturismo e regularização da visitação; e transformação do trecho da estrada S. Miguel/Cucuí e o ramal para Maturacá incidentes na área do PARNA, em Estrada Parque. Área com alto índice de endemismos representantes de biota montanhosa</p>	979.817,715	Santa Isabel do Rio Negro-AM

Capítulo 3



AM-244	Amazônia	Área Intersticial entre o P.N. Pico da Neblina e T.I. Médio Rio Negro II	Muito alta	Proteção; Anulação de títulos minerários incidentes sobre a área, com alto poder de depreação do PARNA e da TI, através da aplicação imediata da Resolução CONAMA referente à proteção do entorno de UCS	40.386,656	Santa Isabel do Rio Negro-AM, São Gabriel da Cachoeira-AM
AM-245	Amazônia	Superposição P.N. Pico da Neblina com T.I. Yanomami	Extremamente alta	Proteção; Instituição de grupo de trabalho multidisciplinar com participação indígena (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN e Associação Yanomami Rio Canaberis e Afluentes - AYRCA) para redefinições de limites e de categorias de manejo em parte e(ou) em toda a área sobreposta	1.171.615,094	Santa Isabel do Rio Negro-AM
AM-246	Amazônia	Superposição P.N. Pico da Neblina com T.I. Médio Rio Negro II	Muito alta	Proteção; Instituição de grupo de trabalho multidisciplinar com participação indígena (FOIRN e Assoc. das Comum. Indígenas do Baixo Rio Negro -ACIBRIN) para redefinição de limites e de categorias de manejo em parte ou em toda área sobreposta	55.351,782	Santa Isabel do Rio Negro-AM, São Gabriel da Cachoeira-AM
AM-247	Amazônia	T.I. Yanomami no AM	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização e proteção contra invasões; elaboração de Inventários etnobiológicos, biológicos e ecológicos; e anulação das FLOMAS indevidamente incluídas na Terra Indígena Yanomami, criadas em função de objetivos geopolíticos do Calha Norte em fins dos anos 80, incompatíveis com as TIs.	1.050.694,320	Santa Isabel do Rio Negro-AM

Capítulo 3

AM-248	Amazônia	Superposição T.I. Yanomami com P.E. Serra do Aracá e F.N. do Amazonas	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização para impedir entrada de garimpeiros na área do Demini	1.536.344,984	Barcelos-AM
AM-249	Amazônia	P.E. Serra do Aracá	Extremamente alta	Proteção; Fiscalização para impedir entrada de garimpeiros na área do Demini e elaboração de Plano de Manejo	345.934,827	Barcelos-AM
AM-250	Amazônia	Extensão ao Sul do P.E. Serra do Aracá	Muito alta	Proteção; Elaboração de inventários biológicos e do meio físico	220.629,586	Barcelos-AM
AM-251	Amazônia	T.I. Yanomami em RR	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização de invasões e proteção do entorno; Avaliação das degradações ambientais provocadas por garimpos e incêndios; Elaboração de Inventários bioecológicos e etnobiológicos; Anulação das FLONAS indevidamente incluídas na TI Yanomami, criadas em função de objetivos geopolíticos do Calha Norte em fins de 80, incompatíveis com a TI	5.893.121,527	Alto Alegre-RR, Amajari-RR, Caracaraí-RR, Iracema-RR, Mucajai-RR
AM-252	Amazônia	Área Intersticial entre P.N. Serra da Mocidade e T.I. Yanomami	Nova área identificada pelo grupo regional	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de proteção integral ou incorporação ao PARNA da Serra da Mocidade	167.320,202	Barcelos-AM, Caracaraí-RR
AM-253	Amazônia	Área intersticial entre E.E. de Niquiá, P.N. Serra da Mocidade e T.I. Yanomami	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de proteção integral ou incorporação à ESEC de Niquiá; Fiscalização; Proteção contra invasões	103.009,351	Caracaraí-RR

Capítulo 3



AM-254	Amazônia	P.N. Serra da Mocidade, E.E. Caracará, E.E. de Niquiá e P.N. do Viruá	Extremamente alta	Proteção; Fiscalização e proteção em área de influência da BR 174; Elaboração de Plano de Manejo	961.189,656	Caracará-RR
AM-255	Amazônia	E.E. de Maracá	Extremamente alta	Proteção; Intensificação da fiscalização	99.084,170	Alto Alegre-RR, Amajari-RR
AM-256	Amazônia	Área ao norte da E.E. de Maracá	Extremamente alta	Incorporação em unidade de conservação existente; Incorporação a Esec de Maracá; Implementação de monitoramento da evolução da ação antrópica; Elaboração de inventários biológicos	311.652,340	Amajari-RR
AM-257	Amazônia	T.I. Aningal	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Desintrusão; Recuperação das áreas alteradas; Implementação de monitoramento da evolução da ação antrópica; Elaboração estudos da interação da biodiversidade, etnoconhecimento e formas indígenas de manejo; Desenvolvimento de alternativas de sustentabilidade socioeconômica para comunidade indígena	18.093,452	Amajari-RR
AM-258	Amazônia	Reserva Garimpeira Boa Vista	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de estudos sobre o impacto ambiental da atividade garimpeira tradicional e inventários biológicos; Proteção de nascentes	19.089,784	Amajari-RR
AM-259	Amazônia	T.I. Ananás	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Desintrusão; Implementação de monitoramento da evolução da ação antrópica; Elaboração estudos da inter-relação da biodiversidade, etnoconhecimento e formas indígenas de manejo; Desenvolvimento de alternativas de sustentabilidade socioeconômica para comunidade	3.894,765	Amajari-RR

Capítulo 3

AM-260	Amazônia	T.I. Cajueiro	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Desintrusão; Implementação de monitoramento da evolução da ação antrópica; Elaboração estudos da inter-relação da biodiversidade, etnoconhecimento e formas indígenas de manejo; Desenvolvimento de alternativas de sustentabilidade socioeconômica para comunidade	6.289,363	Amajari-RR
AM-261	Amazônia	T.I. Santa Inês	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Desintrusão; Implementação de monitoramento da evolução da ação antrópica; Elaboração estudos da inter-relação da biodiversidade, etnoconhecimento e formas indígenas de manejo	26.676,502	Amajari-RR
AM-262	Amazônia	T.I. São Marcos e T.I. Raposa Serra do Sol	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Demarcação; Desintrusão; Implementação de monitoramento da evolução da ação antrópica; Elaboração estudos da inter-relação da biodiversidade, etnoconhecimento e formas indígenas de manejo	2.467.684,541	Boa Vista-RR, Normandia-RR, Pacaraima-RR, Uiramutã-RR
AM-263	Amazônia	T.I. Araçá	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Desintrusão; Implementação de monitoramento da evolução da ação antrópica; Elaboração estudos da inter-relação da biodiversidade, etnoconhecimento e formas indígenas de manejo	51.296,064	Amajari-RR
AM-264	Amazônia	T.I. Anta e T.I. Piùm	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Desintrusão; Implementação de monitoramento da evolução da ação antrópica; Elaboração estudos da inter-relação da biodiversidade, etnoconhecimento e formas indígenas de manejo	8.142,719	Alto Alegre-RR, Amajari-RR

Capítulo 3



AM-265	Amazônia	T.I. Barata/Livramento, T.I. Truaru	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Desintrusão; Implementação de monitoramento da evolução da ação antrópica; Elaboração estudos da inter-relação da biodiversidade, etnoconhecimento e formas indígenas de manejo	18.891,627	Alto Alegre-RR, Boa Vista-RR
AM-266	Amazônia	T.I. Mangueira e T.I. Boqueirão	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Desintrusão; Implementação de monitoramento da evolução da ação antrópica; Elaboração estudos da inter-relação da biodiversidade, etnoconhecimento e formas indígenas de manejo	23.207,436	Alto Alegre-RR
AM-267	Amazônia	T.I. Serra da Moça	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Desintrusão; Implementação de monitoramento da evolução da ação antrópica; Elaboração estudos da inter-relação da biodiversidade, etnoconhecimento e formas indígenas de manejo	8.642,773	Boa Vista-RR
AM-268	Amazônia	T.I. Jaboti	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Desintrusão; Implementação de monitoramento da evolução da ação antrópica; Elaboração estudos da inter-relação da biodiversidade, etnoconhecimento e formas indígenas de manejo	20.795,485	Boa Vista-RR, Bonfim-RR
AM-269	Amazônia	T.I. Manoá/Pium e T.I. Moskow	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Desintrusão; Implementação de monitoramento da evolução da ação antrópica; Elaboração estudos da inter-relação da biodiversidade, etnoconhecimento e formas indígenas de manejo	57.082,411	Bonfim-RR

Capítulo 3

AM-270	Amazônia	T.I. Muriru	Muito alta Nova área identificada pelo grupo regional	<p>Uso sustentável dos recursos naturais; Desintrusão; Implementação de monitoramento da evolução da ação antrópica; Elaboração estudos da inter-relação da biodiversidade, etnoconhecimento e formas indígenas de manejo</p>	5.115,645	Bonfim-RR, Cantá-RR
AM-271	Amazônia	T.I. Jacamim	Extremamente alta Nova área identificada pelo grupo regional	<p>Uso sustentável dos recursos naturais; Desintrusão; Implementação de monitoramento da evolução da ação antrópica; Elaboração estudos da inter-relação da biodiversidade, etnoconhecimento e formas indígenas de manejo</p>	216.627,675	Bonfim-RR
AM-272	Amazônia	Médio e Baixo Rio Branco	Extremamente alta	<p>Criação de unidade de conservação; Criação de UC de proteção integral (PARNA); Elaboração de estudos para a caracterização dos ecossistemas, inventários biológicos e sociais, do meio físico; Implementação de monitoramento e regulamentação das atividades de pesca</p>	3.572.286,680	Caracará-RR, Rorainópolis-RR
AM-273	Amazônia	Superposição T.I. Waimiri-Atroari com A.P.A. Margem Esquerda do Rio Negro	Extremamente alta	<p>Realização de estudos para definição de ações prioritárias; Avaliação da situação das populações da TI Jacaré/Xipaca; Criação de grupo de trabalho da FUNAI para a verificação da ocorrência de índios; Elaboração do plano de manejo da APA Margem Esquerda do Rio Negro.</p>	120.417,296	Novo Airão-AM

Capítulo 3



AM-274	Amazônia	Superposição P.E. do Rio Negro - setor norte com T.I. Ilha Jacaré Xipaca	Extremamente alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias; Avaliação da situação das populações da TI Jacaré/Xipaca; Criação de grupo de trabalho da FUNAI para a verificação da ocorrência de índios; Elaboração do plano de manejo do Pes do Rio Negro	16.302,177	Novo Airão-AM
AM-275	Amazônia	A.P.A. Margem Esquerda Rio Negro	Extremamente alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias; Fiscalização, Elaboração de plano de manejo e zoneamento coordenado com as unidades de conservação próximas	582.352,970	Manaus-AM
AM-276	Amazônia	Rio Cuieiras	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Área próxima de Manaus, sujeita ao impacto da pressão antrópica; Fiscalização; Elaboração de inventários biológicos e estudos com vistas à criação de pequenas UCs de campina/campinarana; Desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo e ecoturismo, indústria de biotecnologia e transformação de recursos naturais, indústria moveleira, instrumentos musicais, polpa de fruta e educação ambiental	194.088,573	Manaus-AM, Rio Preto da Eva-AM
AM-277	Amazônia	E.E. Anavilhanas e P.E. Rio Negro	Extremamente alta	Proteção; Reforço de fiscalização da ESEC Anavilhanas	717.944,642	Irlanduba-AM, Manaus-AM, Novo Airão-AM
AM-278	Amazônia	A.P.A. Margem Direta do Rio Negro	Extremamente alta	Proteção; Elaboração do Plano de Manejo das duas UCs existentes na área	647.976,116	Irlanduba-AM, Manacapuru-AM, Novo Airão-AM
AM-279	Amazônia	Área intersticial P.N. do Jau e A.P.A. Margem Direita do Rio Negro	Extremamente alta	Incorporação em unidade de conservação existente; Incorporação ao PARNA do Jau	14.383,641	Novo Airão-AM

Capítulo 3

AM-280	Amazônia	P.N. do Jaú	Extremamente alta	Proteção; Desenvolvimento de programas de formação de agentes ambientais voluntários; Capacitação de moradores em atividades de implementação do Parque; Apoio a alternativas econômicas de baixo impacto para os moradores; Continuidade aos inventários biológicos, estudos do meio físico e social e abióticos; Expansão da experiência de envolvimento de moradores no manejo do PARNA do Jaú para outras UCs	2.386.091,991	Barcelos-AM, Novo Airão-AM
AM-281	Amazônia	R.D.S. Amanã	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de plano de manejo; Apoio à organização social dos moradores para participação na gestão; Formação de moradores para fiscalização e uso sustentável da UC	2.172.970,303	Barcelos-AM, Coari-AM, Codajás-AM, Maraã-AM
AM-282	Amazônia	Cuiuní	Extremamente alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias; Área adjacente à REDS Amanã. Elaboração de inventários biológicos	457.744,083	Barcelos-AM, Maraã-AM
AM-283	Amazônia	Médio Rio Negro	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de uso sustentável; Fiscalização da pesca de quelônios e de peixes ornamentais; Elaboração de estudos de ecologia de peixes ornamentais, botânica, antropologia e aspectos socioeconômicos	3.575.276,225	Barcelos-AM, Santa Isabel do Rio Negro-AM
AM-284	Amazônia	T.I. Maraã/Urubaxi	Nova área identificada pelo grupo regional	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	79.540,260	Barcelos-AM, Maraã-AM, Santa Isabel do Rio Negro-AM

Capítulo 3



AM-285	Amazônia	Várzea Médio Japurá	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de inventário florístico e faunístico e estudos de manejo de pesca	302.906,198	Japurá-AM, Maraã-AM, Santa Isabel do Rio Negro-AM
AM-286	Amazônia	T.I. Uneuixi e T.I. Paraná Boá-Boá	Nova área identificada pelo grupo regional	Realização de estudos para definição de ações prioritárias; Elaboração de inventários biológicos e estudos antropológicos	568.021,413	Santa Isabel do Rio Negro-AM
AM-287	Amazônia	Várzea do Alto Japurá	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de inventários florístico e faunístico e estudos sobre manejo de pesca	185.783,474	Japurá-AM
AM-288	Amazônia	Reentrâncias Paraenses	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Elaboração de estudos para definição da categoria de UC	240.437,505	Augusto Corrêa-PA, Bragança-PA, Carutapera-MA, Quatipuru-PA, Tracuateua-PA, Viseu-PA
AM-289	Amazônia	A.P.A. das Reentrâncias Maranhenses	Extremamente alta	Proteção; Implementação da APA	892.591,744	Aicântara-MA, Apicum-Açu-MA, Bacuri-MA, Bequimão-MA, Cândido Mendes-MA, Carutapera-MA, Cedral-MA, Cururupu-MA, Godofredo Viana-MA, Guimarães-MA, Luís Domingues-MA, Mirinzal-MA, Porto Rico do Maranhão-MA, Serrano do Maranhão-MA, Turiáçu-MA, Turiândia-MA
AM-290	Amazônia	R.Ex. Quilombo Frexal	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	1.1.725,247	Mirinzal-MA

Capítulo 3

AM-291	Amazônia	A.P.A. Baixada Maranhense	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Implementação de ações para monitoramento, fiscalização e implementação da APA	1.693.896,522	Alcântara-MA, Anajatuba-MA, Arari-MA, Bacabal-MA, Bacabeira-MA, Bacurituba-MA, Bequimão-MA, Cajapió-MA, Cajari-MA, Cedral-MA, Central do Maranhão-MA, Conceição do Lago-Açu-MA, Cururupu-MA, Guimaraes-MA, Igarapé do Meio-MA, Lago Verde-MA, Matinha-MA, Matões do Norte-MA, Mirinzal-MA, Monção-MA, Olinda Nova do Maranhão-MA, Palmeirândia-MA, Penalba-MA, Peri Mirim-MA, Pindaré Mirim-MA, Pinheiro-MA, Pio XII-MA, Porto Rico do Maranhão-MA, Presidente Sarney-MA, Santa Helena-MA, Santa Rita-MA, São Bento-MA, São João Batista-MA, São Vicente Ferrer-MA, Satubinha-MA, Turiândia-MA, Viana-MA, Vitória do Mearim-MA, Zé Doca-MA
AM-292	Amazônia	Polígono ao lado da A.P.A. da Baixada Maranhense	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de uso sustentável	200.049,358	Anajatuba-MA, Bacabeira-MA, Cantanhede-MA, Itapecuru Mirim-MA, Matões do Norte-MA, Miranda do Norte-MA, Santa Rita-MA
AM-293	Amazônia	A.P.A. Miritiba	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Implementação da APA. Área de mananciais de captação d'água.	202.363,771	Axixá-MA, Bacabeira-MA, Cachoeira Grande-MA, Icatu-MA, Morros-MA, Presidente Juscelino-MA, Rosário-MA, Santa Rita-MA
AM-294	Amazônia	São Luís	Extremamente alta	Recuperação ambiental	42.472,056	Paço do Lumiar-MA, São Luís-MA
AM-295	Amazônia	Alto Rio Guamá	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de uso sustentável	369.138,945	Bonito-PA, Capitão Poço-PA, Garrafão do Norte-PA, Irituia-PA, Ourém-PA, Santa Luzia do Pará-PA, São Miguel do Guamá-PA, Viseu-PA

Capítulo 3



AM-296	Amazônia	T.I. Alto Turiaçu	Extremamente alta	Proteção	847.896,708	Araguanã-MA, Cachoeira do Piriá-PA, Centro Novo do Maranhão-MA, Maranhãozinho-MA, Nova Esperança do Piriá-PA, Nova Olinda do Maranhão-MA, Santa Luzia do Pará-PA, Santa Luzia do Paruá-MA, Viseu-PA
AM-297	Amazônia	T.I. Awá	Extremamente alta	Proteção; Homologação da TI.	119.145,078	São João do Carú-MA, Zé Doca-MA
AM-298	Amazônia	T.I. Guajá	Extremamente alta	Proteção; Homologação da TI.	3.082,745	Governador Newton Bello-MA, São João do Carú-MA, Zé Doca-MA
AM-299	Amazônia	Cabeceira do Turiaçu	Extremamente alta	Recuperação ambiental	122.188,486	Governador Newton Bello-MA, São João do Carú-MA, Zé Doca-MA
AM-300	Amazônia	T.I. Caru	Extremamente alta	Proteção	171.476,782	Alto Alegre do Pindaré-MA, Bom Jardim-MA, São João do Carú-MA
AM-301	Amazônia	R.B. Gurupi	Extremamente alta	Proteção; Implementação da UC; Fiscalização e monitoramento	274.330,055	Bom Jardim-MA, Centro Novo do Maranhão-MA, São João do Carú-MA
AM-302	Amazônia	Gurupi	Extremamente alta	Recuperação ambiental	690.819,714	Bom Jardim-MA, Centro Novo do Maranhão-MA
AM-303	Amazônia	Baixo Tocantins	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais	1.117.411,096	Baião-PA, Breu Branco-PA, Moju-PA, Pacajá-PA, Portel-PA, Tucuruí-PA
AM-304	Amazônia	T.I. Trocará	Muito alta	Proteção; Criação de um UC de uso sustentável no entorno da TI	22.881,276	Tucuruí-PA
AM-305	Amazônia	T.I. Araribóia	Extremamente alta	Proteção; Fiscalização e proteção. Área de alto risco devido à pressão de eixo de desenvolvimento	394.842,091	Amarante do Maranhão-MA, Arame-MA, Bom Jesus das Selvas-MA, Buriticupu-MA
AM-306	Amazônia	T.I. Geralda/Toco Preto	Extremamente alta	Proteção	14.945,297	Arame-MA, Itaipava do Grajaú-MA
AM-307	Amazônia	Barra do Corda	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	1.488.005,243	Amarante do Maranhão-MA, Arame-MA, Barra do Corda-MA, Grajaú-MA, Itaipava do Grajaú-MA, Jenipapo dos Vieiras-MA, São Raimundo do Doca Bezerra-MA, São Roberto-MA, Sítio Novo-MA
AM-308	Amazônia	T.I. Urucu-Juruá	Extremamente alta	Proteção	9.076,275	Itaipava do Grajaú-MA
AM-309	Amazônia	T.I. Lagoa Comprida	Extremamente alta	Proteção	11.920,093	Itaipava do Grajaú-MA, Jenipapo dos Vieiras-MA

Capítulo 3

AM-310	Amazônia	T.I. Cana Brava	Extremamente alta	Proteção	113.594,767	Barra do Corda-MA, Jenipapo dos Vieiras-MA
AM-311	Amazônia	T.I. Bacurizinho	Extremamente alta	Proteção	78.775,203	Grajaú-MA
AM-312	Amazônia	T.I. Governador	Extremamente alta	Proteção	38.298,467	Amarante do Maranhão-MA
AM-313	Amazônia	T.I. Apinayés	Extremamente alta	Proteção; Elaboração de estudo de impacto da UHE Carolina	131.962,517	Cachoeirinha-TO, Maurilândia do Tocantins-TO, Tocantinópolis-TO
AM-314	Amazônia	Carolina - Porto Franco (MA) até Itacajá (TO)	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de uso sustentável unindo as TIs Apinayés e Kraolândia	1.978.264,345	Aguariópolis-TO, Babaçulândia-TO, Barra do Ouro-TO, Campestre do Maranhão-MA, Carolina-MA, Darcinópolis-TO, Estreito-MA, Filadélfia-TO, Goiás-TO, Luzinópolis-TO, Maurilândia do Tocantins-TO, Mosquito-TO, Nazaré-TO, Palmeirante-TO, Porto Franco-MA, Riachão-MA, Ribamar Fiquene-MA, Santa Terezinha do Tocantins-TO, Tocantinópolis-TO, Wanderlândia-TO
AM-315	Amazônia	T.I. Kraolândia	Extremamente alta	Proteção; Impacto da UHE Carolina	301.046,708	Goiatins-TO, Itacajá-TO
AM-316	Amazônia	A.P.A. São Geraldo do Araguaia e P.E. Serra dos Martírios/Andorinhas	Muito alta	Proteção; Implementação da APA	8.331,424	Ananás-TO, São Geraldo do Araguaia-PA
AM-317	Amazônia	P.E. Serra dos Martírios/Andorinhas	Muito alta	Proteção	33.115,769	São Geraldo do Araguaia-PA
AM-318	Amazônia	Entorno da Serra das Andorinhas	Muito alta	Incorporação em unidade de conservação existente; Incorporação da área a APA de São Geraldo do Araguaia, que envolve o PE Serra dos Martírios/Andorinhas	51.735,617	São Geraldo do Araguaia-PA
AM-319	Amazônia	Carajás	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	421.680,232	Marabá-PA, Parauapebas-PA
AM-320	Amazônia	R.B. do Tapirapé	Extremamente alta	Recuperação ambiental	142.251,525	Marabá-PA
AM-321	Amazônia	F.N. de Tapirapé-Aquiri	Extremamente alta	Proteção; Transformação da borda da FLOMA em UC de uso direto e desenvolver estudos para a recategorização da UC, de FLOMA para REBIO	71.738,116	Marabá-PA, São Félix do Xingu-PA

Capítulo 3



AM-322	Amazônia	A.P.A. do Igarapé Gelado	Extremamente alta	Proteção	30.730,753	Marabá-PA, Parauapebas-PA
AM-323	Amazônia	Carajás 1- Sobreposição entre F.N. de Itacaiúnas e F.N. de Tapirapé-Aquiri	Extremamente alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias; Elaboração de estudos de solução jurídica para a sobreposição	80.246,990	Marabá-PA
AM-324	Amazônia	F.N. de Itacaiúnas	Extremamente alta	Proteção	69.378,390	Marabá-PA, Parauapebas-PA, São Félix do Xingu-PA
AM-325	Amazônia	T.I. Xikrin do Cateté	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	407.252,644	Água Azul do Norte-PA, Parauapebas-PA
AM-326	Amazônia	F.N. de Carajás	Extremamente alta	Proteção	392.120,065	Canaã dos Carajás-PA, Parauapebas-PA
AM-327	Amazônia	Rio Arraias	Muito alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de proteção integral	113.554,362	Santa Maria das Barreiras-PA
AM-328	Amazônia	Conceição do Araguaia	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de proteção integral em parte da área situada na margem esquerda do Rio Araguaia, sem sobreposição com a TI Maracandyba	185.340,408	Araguacema-TO, Conceição do Araguaia-PA
AM-329	Amazônia	Área ao Norte da Ilha do Bananal	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de proteção integral nas áreas preservadas de floresta ombrófila aberta, cerrados e contatos	668.098,145	Casaera-TO, Marianópolis do Tocantins-TO, Pium-TO, Santa Maria das Barreiras-PA, Santa Terezinha-MT, Santana do Araguaia-PA
AM-330	Amazônia	Ilha do Bananal 1 - P.N. do Araguaia	Extremamente alta	Proteção; Implantação da UC	279.676,630	Pium-TO
AM-331	Amazônia	Ilha do Bananal 2 - P.N. do Araguaia e T.I. Boto Velho	Extremamente alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias; Implementação de ações para resolução do conflito referente à sobreposição da TI com o PARNA, de forma que não comprometa a integridade da UC	138.791,733	Lagoa da Confusão-TO, Pium-TO
AM-332	Amazônia	Ilha do Bananal 3 - sul do P.N. do Araguaia	Extremamente alta	Proteção; Implantação da UC	152.979,209	Lagoa da Confusão-TO
AM-333	Amazônia	T.I. Tapirapé/Karajá	Extremamente alta	Proteção	63.686,738	Luciara-MT, Santa Terezinha-MT
AM-334	Amazônia	Ilha do Bananal 4 - Parque Indígena do Araguaia	Extremamente alta	Proteção	1.415.607,780	Formoso do Araguaia-TO, Lagoa da Confusão-TO

Capítulo 3

AM-335	Amazônia	Rio Araguaia e Foz do Rio das Mortes	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	263.061,110	Cocalinho-MT, Luciara-MT
AM-336	Amazônia	Várzea direita do Rio Javaés	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	496.205,759	Araguaçu-TO, Formoso do Araguaia-TO, Lagoa da Confusão-TO, Sandolândia-TO
AM-337	Amazônia	A.P.A. dos Meandros do rio Araguaia	Extremamente alta	Mudança de categoria de unidade de conservação; Mudança da categoria da UC de APA para proteção integral	306.501,624	Cocalinho-MT, São Miguel do Araguaia-GO
AM-338	Amazônia	Rio Capim	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de proteção integral	929.305,968	Dom Eliseu-PA, Goianésia do Pará-PA, Ipixuna do Pará-PA, Paragominas-PA, Tailândia-PA, Tomé-Açu-PA
AM-339	Amazônia	Içá - Alto Solimões	Muito alta	Proteção; Fiscalização e inventários biológicos	392.320,648	Santo Antônio do Içá-AM
AM-340	Amazônia	E.E. Juami-Japurá	Muito alta	Proteção; Fiscalização e implementação da UC	605.016,075	Japurá-AM
AM-341	Amazônia	R.Ec. Jutai/Solimões	Extremamente alta	Proteção; Fiscalização para garantir o manejo adequado da pesca que ocorre na área; Realização de estudos para avaliar possível necessidade de alteração da categoria de UC para uso sustentável	264.638,200	Amaturá-AM, Jutai-AM, Santo Antônio do Içá-AM
AM-342	Amazônia	Médio Jutai	Extremamente alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias; Fiscalização	336.560,063	Jutai-AM
AM-343	Amazônia	T.I. Estrela da Paz	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de inventários biológicos	19.276,362	Jutai-AM
AM-344	Amazônia	T.I. Macarrão e Espírito Santo	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de inventários biológicos e estudos antropológicos	94.540,170	Jutai-AM
AM-345	Amazônia	T.I. Acapuri de Cima	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de inventários biológicos e estudos antropológicos	16.191,692	Fonte Boa-AM, Jutai-AM
AM-346	Amazônia	R.D.S. Mamirauá	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Promoção do manejo pesqueiro na calha dos grandes rios (Solimões e Japurá).	1.335.798,599	Uarini-AM

Capítulo 3



AM-347	Amazônia Paricá	T.I. Paraná do Lago	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de estudos antropológicos	1.1.277,909	Maraã-AM
AM-348	Amazônia	T.I. Cuiú-Cuiú	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de inventários biológicos e estudos antropológicos	24.723,223	Maraã-AM
AM-349	Amazônia	Baixo Juruá	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização de quelônios e pesca; elaboração de inventários biológicos; e estudos antropológicos e sociais	339.069,321	Juruá-AM
AM-350	Amazônia	T.I. Jaquiri	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de estudos antropológicos	6.563,894	Alvarães-AM, Uarini-AM
AM-351	Amazônia	Japurá	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização e elaboração de inventários biológicos	426.455,530	Fonte Boa-AM
AM-352	Amazônia	Estuário (Ilhas Gurupá)	Muito alta	Criação de unidade de conservação; Criação de APA já proposta pela comunidade local; Fiscalização; Elaboração de estudos socioeconômicos	922.324,235	Gurupá-PA, Vitória do Jari-AP
AM-353	Amazônia	Baixo Solimões (a)	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de inventários biológicos e estudos socioeconômicos	1.254.968,981	Anamá-AM, Anori-AM, Beruri-AM, Codajás-AM, Manacapuru-AM
AM-354	Amazônia	Baixo Solimões (b)	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de inventários biológicos e estudos antropológicos e socioeconômicos	7.741,990	Anori-AM, Beruri-AM
AM-355	Amazônia	Baixo Solimões / A.P.A. Médio Purus	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de inventários biológicos e estudos antropológicos	23.575,582	Anori-AM, Beruri-AM
AM-356	Amazônia	Baixo Solimões/ T.I. Lago Aiapoá	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de inventários biológicos e estudos antropológicos	13.770,929	Anori-AM, Beruri-AM
AM-357	Amazônia	Baixo Solimões/T.I. Ilha do Camaleão	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	7.116,241	Anamá-AM, Anori-AM, Beruri-AM

Capítulo 3

AM-358	Amazônia	Baixo Solimões/ T.I. Lago Beruri	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de inventários biológicos e estudos antropológicos	7.884,594	Beruri-AM
AM-359	Amazônia	T.I. Paraná do Aruaeté/ Médio Amazonas	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Demarcação da TI e elaboração de inventários biológicos e estudos antropológicos	8.407,396	Itacoatiara-AM
AM-360	Amazônia	T.I. Rio Urubu	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Demarcação da TI e elaboração de inventários biológicos e estudos antropológicos	32.209,437	Itacoatiara-AM
AM-361	Amazônia	Médio Amazonas	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Homologação das TIs inseridas na áreas; Fiscalização; Manejo de lagos; Elaboração de inventários biológicos e estudos antropológicos	1.899.400,169	Barreirinha-AM, Boa Vista do Ramos-AM, Itacoatiara-AM, Itapiranga-AM, Juruti-PA, Nhamundá-AM, Parintins-AM, Siives-AM, Terra Santa-PA, Urucurituba-AM
AM-362	Amazônia	A.P.A. de Nhamundá	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização; Elaboração de inventários biológicos	174.908,922	Nhamundá-AM, Parintins-AM
AM-363	Amazônia	Parque Nhamundá	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de inventários biológicos e estudos do meio físico	44.621,505	Faro-PA, Nhamundá-AM
AM-364	Amazônia	T.I. Andirá-Maraú	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de estudos antropológicos	710.143,030	Aveiro-PA, Barreirinha-AM, Parintins-AM
AM-365	Amazônia	Paraná dos Ramos	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de proteção integral. Área com mais de 15 espécies de primatas	71.648,824	Barreirinha-AM
AM-366	Amazônia	Área entre T.I. Andirá-Maraú e P.N. da Amazônia	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	26.170,935	Aveiro-PA
AM-367	Amazônia	R.Ex. Tapajós-Arapiuns	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de plano de manejo e estudos de socioeconomia e extrativismo	660.636,838	Aveiro-PA, Santarém-PA

Capítulo 3



AM-368	Amazônia	F.N. Tapajós	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Elaboração de inventários biológicos e estudos socioeconômicos	497.351,227	Aveiro-PA, Belterra-PA, Rurópolis-PA, Santarém-PA
AM-369	Amazônia	Baixo Amazonas - Santarém	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização; Apoio ao manejo sustentável de recursos naturais; Elaboração de estudos de uso do solo (agricultura, pecuária), formas de manejo e socioeconômicos	1.325.487,361	Belterra-PA, Curuá-PA, Monte Alegre-PA, Prainha-PA, Santarém-PA
AM-370	Amazônia	Quilombo Pacoval	Muito alta	Proteção; Fiscalização para controle de invasões	10.647,588	Monte Alegre-PA, Santarém-PA
AM-371	Amazônia	Baixo Amazonas	Extremamente alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de uso sustentável; Elaboração de inventários biológicos e plano de ordenamento pesqueiro	1.333.533,007	Monte Alegre-PA, Porto de Moz-PA, Prainha-PA
AM-372	Amazônia	Médio Amazonas	Muito alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias; Elaboração de inventários biológicos com ênfase nos estudos de répteis	907.296,915	Monte Alegre-PA, Prainha-PA
AM-373	Amazônia	R.Ex. de Cajari	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Solução de problemas decorrentes de questões fundiárias e elaboração de inventários biológicos e estudos de sustentabilidade econômica	528.543,691	Laranjal do Jari-AP, Mazação-AP,
AM-374	Amazônia	Rio Jari	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais	161.732,602	Vitória do Jari-AP
AM-375	Amazônia	A.P.A. do Curiaú	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais	17.896,709	Vitória do Jari-AP
AM-376	Amazônia	R.B. Fazendinha	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais	7.388,771	Macapá-AP
AM-377	Amazônia	A.P.A. Arquipélago do Marajó	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Monitoramento do impacto da pecuária bubalina	4.668.795,605	Macapá-AP, Santana-AP Afuá-PA, Anajás-PA, Breves-PA, Cachoeira do Arari-PA, Chaves-PA, Curralinho-PA, Muaná-PA, Ponta de Pedras-PA, Salvaterra-PA, Santa Cruz do Arari-PA, São Sebastião da Boa Vista-PA, Soure-PA

Capítulo 3

AM-378	Amazônia	F.N. Caxiuanã	Muito alta	Proteção; Elaboração de plano de manejo	290.583,401	Melgaço-PA, Portel-PA
AM-379	Amazônia	Área de expansão da F.N. Caxiuanã	Muito alta	Criação de unidade de conservação; Criação de UC de uso sustentável (Resex)	562.861,601	Portel-PA
AM-380	Amazônia	Ilha de Algodão	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	11.178,579	Maracanã-PA
AM-381	Amazônia	Salgado	Extremamente alta	Uso sustentável dos recursos naturais	498.064,452	Curuçá-PA, Igarapé-Açu-PA, Magalhães Barata-PA, Maracanã-PA, Marapanim-PA, Salinópolis-PA, Santarém Novo-PA, São Francisco do Pará-PA, São João de Pirabas-PA, Terra Alta-PA
AM-382	Amazônia	Zona Costeira - Golfo do Marajoar	Muito alta	Uso sustentável dos recursos naturais; Fiscalização da área costeira no estado do Pará e elaboração de inventários biológicos, socioeconômico e do meio físico	3.995.662,145	Abetetuba-PA, Afuá-PA, Ananindeua-PA, Bagre-PA, Barcarena-PA, Belém-PA, Benevides-PA, Breves-PA, Cachoeira do Arari-PA, Cametá-PA, Chaves-PA, Colares-PA, Curralinho-PA, Igarapé-Miri-PA, Itaubal-AP, Limoeiro do Ajuru-PA, Macapá-AP, Mazagão-AP, Melgaço-PA, Muaná-PA, Oeiras do Pará-PA, Ponta de Pedras-PA, Salvaterra-PA, Santa Bárbara do Pará-PA, Santana-AP, Santo Antônio do Tauá-PA, São Caetano de Odivelas-PA, São Sebastião da Boa Vista-PA, Soure-PA, Vigia-PA
AM-383	Amazônia	Baixo Tocantins	Muito alta	Realização de estudos para definição de ações prioritárias	811.443,944	Bagre-PA, Baião-PA, Mocajuba-PA, Moju-PA, Oeiras do Pará-PA
AM-384	Amazônia	T.I. Anambé	Muito alta	Proteção	12.503,356	Moju-PA
AM-385	Amazônia	P.E. de Belém	Muito alta	Proteção; Elaboração de plano de manejo	4.200,287	Ananindeua-PA
CA-386	Caatinga	Bacia do Rio Preguiça	Alta	Uso sustentável	444.650,433	Barreirinhas-MA, Paulino Neves-MA, Santa Quitéria do Maranhão-MA, Santana do Maranhão-MA, Tutóia-MA, Urbano Santos-MA

Capítulo 3



CA-387	Caatinga	Complexo de Campo Maior	Alta	Proteção integral	1.239.428,064	Alto Longá-PI, Altos-PI, Barras-PI, Batalha-PI, Beneditinos-PI, Boa Hora-PI, Boqueirão do Piauí-PI, Brasileira-PI, Cabeceiras do Piauí-PI, Campo Maior-PI, Capitão de Campos-PI, Caraúbas do Piauí-PI, Caxingó-PI, Coivaras-PI, Esperantina-PI, Joaquim Pires-PI, José de Freitas-PI, Lagoa Alegre-PI, Miguel Alves-PI, Morro do Chapéu do Piauí-PI, Murici dos Portelas-PI, Nossa Senhora de Nazaré-PI, Piracuruca-PI, Piripiri-PI, São José do Divino-PI
CA-388	Caatinga	Médio Poti	Alta	Inventários biológicos	271.689,221	Alto Longá-PI, Beneditinos-PI, Lagoa do Piauí-PI, Passagem Franca do Piauí-PI, Prata do Piauí-PI, Santa Cruz dos Milagres-PI, São Félix do Piauí-PI, São João da Serra-PI, São Miguel do Tapuio-PI
CA-389	Caatinga	Serra das Flores	Muito alta	Proteção integral	258.012,271	Coreaú-CE, Granja-CE, Martinópolis-CE, Moráújo-CE, Tianguá-CE, Uruoca-CE
CA-390	Caatinga	Planalto da Ibiapaba do Norte / Jaburuna	Extremamente alta	Proteção integral	551.098,266	Ararendá-CE, Cariré-CE, Carnaubal-CE, Coreaú-CE, Croatá-CE, Frecheirinha-CE, Graça-CE, Guaraciaba do Norte-CE, Ibiapina-CE, Ipu-CE, Ipueiras-CE, Mucambo-CE, Pacujá-CE, Pires Ferreira-CE, Poranga-CE, Reriutaba-CE, São Benedito-CE, Tianguá-CE, Ubajara-CE
CA-391	Caatinga	Reserva da Serra das Almas	Muito alta	Inventários biológicos	223.926,673	Buriti dos Montes-PI, Crateús-CE
CA-392	Caatinga	Serra da Joaquina / Serra da Pipoca	Muito alta	Inventários biológicos	645.526,065	Boa Viagem-CE, Independência-CE, Itatira-CE, Madalena-CE, Mombaça-CE, Pedra Branca-CE, Quixeramobim-CE, Tauá-CE

Capítulo 3

CA-393	Caatinga	Serra de Baturité	Extremamente alta	Inventários biológicos	345.892,041	Aracoiaba-CE, Aratuba-CE, Baturité-CE, Canindé-CE, Capistrano-CE, Caridade-CE, Guaramiranga-CE, Ibaratama-CE, Itapiúna-CE, Mulungu-CE, Pacoti-CE, Palmácia-CE, Paramoti-CE, Redenção-CE
CA-394	Caatinga	Quixadá	Extremamente alta	Inventários biológicos	224.256,240	Banabuiú-CE, Quixadá-CE, Quixeramobim-CE
CA-395	Caatinga	Áiuaba	Alta	Proteção integral	176.452,999	Áiuaba-CE, Arneiroz-CE, Catarina-CE, Saboeiro-CE
CA-396	Caatinga	Picos	Muito alta	Uso sustentável	650.355,431	Bocaina-PI, Colônia do Piauí-PI, Dom Expedito Lopes-PI, Floresta do Piauí-PI, Geminiano-PI, Itainópolis-PI, Paqueta-PI, Picos-PI, Santa Cruz do Piauí-PI, Santana do Piauí-PI, Santo Antônio de Lisboa-PI, Santo Inácio do Piauí-PI, São João da Canabrava-PI, São João da Varjota-PI, São José do Piauí-PI, São Luis do Piauí-PI, Sussuapara-PI, Vera Mendes-PI, Wall Ferraz-PI
CA-397	Caatinga	Chapada do Araripe	Extremamente alta	Inventários biológicos	1.563.977,452	Abaíara-CE, Alegrete do Piauí-PI, Altaneira-CE, Araripe-CE, Araripina-PE, Assaré-CE, Aurora-CE, Barbalha-CE, Bodocó-PE, Brejo Santo-CE, Caldeirão Grande do Piauí-PI, Campos Sales-CE, Carinaçu-CE, Crato-CE, Exu-PE, Farias Brito-CE, Francisco Macedo-PI, Fronteiras-PI, Granito-PE, Granjeiro-CE, Ipubi-PE, Jardim-CE, Juazeiro do Norte-CE, Marcolândia-PI, Milagres-CE, Missão Velha-CE, Moreilândia-PE, Nova Olinda-CE, Padre Marcos-PI, Porteiras-CE, Potengi-CE, Salitre-CE, Santana do Cariri-CE, São Julião-PI, Serrieta-PE, Simões-PI, Trindade-PE

Capítulo 3



CA-398	Caatinga	Baixo Jaguaribe / Chapada do Apodi	Extremamente alta	Proteção integral	1.462.054,165	Alto Santo-CE, Apodi-RN, Aracati-CE, Areia Branca-RN, Baraúna-RN, Caraubas-RN, Ereré-CE, Felipe Guerra-RN, Francisco Dantas-RN, Governador Dix-Sept Rosado-RN, Grossos-RN, Icapuí-CE, Itaíçaba-CE, Itaú-RN, Jaguaruana-CE, Limoeiro do Norte-CE, Morada Nova-CE, Mossoró-RN, Palhano-CE, Portalegre-RN, Potiretama-CE, Quixeré-CE, Riacho da Cruz-RN, Rodolfo Fernandes-RN, Russas-CE, São Francisco do Oeste-RN, São João do Jaguaribe-CE, Severiano Melo-RN, Taboleiro Grande-RN, Tabuleiro do Norte-CE, Tibau-RN Umarizal-RN, Viçosa-RN
CA-399	Caatinga	São Bento do Norte	Alta	Proteção integral	50.689,709	Caicara do Norte-RN, Parazinho-RN, São Bento do Norte-RN
CA-400	Caatinga	Mato Grande	Alta	Proteção integral	125.641,793	Jandaíra-RN, Jardim de Angicos-RN, João Câmara-RN, Lajes-RN, Pedra Preta-RN, Pedro Avelino-RN
CA-401	Caatinga	Acari	Alta	Proteção integral	64.706,727	Acari-RN, Carnaúba dos Dantas-RN, Currais Novos-RN, São Vicente-RN
CA-402	Caatinga	Seridó / Borborema	Extremamente alta	Restauração	433.544,567	Brejo do Cruz-PB, Caicó-RN, Equador-RN, Ipueira-RN, Jardim de Piranhas-RN, Jardim do Seridó-RN, Junco do Seridó-PB, Ouro Branco-RN, Patos-PB, Paulista-PB, Riacho dos Cavalos-PB, Santa Luzia-PB, Santana do Seridó-RN, São Bento-PB, São João do Sabugi-RN, São José de Espinharas-PB, São José do Sabugi-PB, São Mamede-PB, Serra Negra do Norte-RN, Timbaúba dos Batistas-RN, Várzea-PB

Capítulo 3

CA-403	Caatinga	Alto Sertão do Piranhas	Muito alta	Proteção integral	202.622,194	Aguiar-PB, Aparecida-PB, Cajazeiras-PB, Carrapateira-PB, Coremas-PB, Marizópolis-PB, Mauriti-CE, Monte Horebe-PB, Nazarezinho-PB, São João do Rio do Peixe-PB, São José da Lagoa Tapada-PB, São José de Piranhas-PB, Sousa-PB
CA-404	Caatinga	Patos / Santa Terezinha	Alta	Proteção integral	30.253,209	Mãe d'Água-PB, Patos-PB, Santa Teresinha-PB, São José do Bonfim-PB
CA-405	Caatinga	São José da Mata	Alta	Proteção integral	23.530,125	Campina Grande-PB, Puxinanã-PB
CA-406	Caatinga	Cariiri Paraibano	Extremamente alta	Proteção integral	473.207,682	Alcantali-PB, Aroeiras-PB, Barra de Santana-PB, Barra de São Miguel-PB, Boqueirão-PB, Cabaceiras-PB, Caraúbas-PB, Casinhas-PE, Caturité-PB, Congo-PB, Coxixola-PB, Gado Bravo-PB, Itatuba-PB, Natuba-PB, Orobó-PE, Riacho de Santo Antônio-PB, Salgado de São Félix-PB, Santa Cecília de Umbuzeiro-PB, São Domingos do Cariiri-PB, São João do Cariiri-PB, São José dos Cordeiros-PB, Serra Branca-PB, Sumé-PB, Umbuzeiro-PB, Vertente do Lério-PE
CA-407	Caatinga	Caruaru	Extremamente alta	Proteção integral	314.963,448	Agrestina-PE, Altinho-PE, Bezerros-PE, Brejo da Madre de Deus-PE, Caruaru-PE, Cumaru-PE, Frei Miguelinho-PE, João Alfredo-PE, Passira-PE, Riacho das Almas-PE, Salgadinho-PE, São Caitano-PE, São Joaquim do Monte-PE, Surubim-PE, Taquaritinga do Norte-PE, Toritama-PE, Vertentes-PE

Capítulo 3



CA-408	Caatinga	Buíque / Vale do Ipojuca	Extremamente alta	Proteção integral	649.495,339	Águas Belas-PE, Alagoinha-PE, Arcoverde-PE, Belo Jardim-PE, Buíque-PE, Caetés-PE, Capoeiras-PE, Iati-PE, Jataúba-PE, Paranatama-PE, Pedra-PE, Pesqueira-PE, Poção-PE, Saloá-PE, Sanharó-PE, São Bento do Una-PE, Tupanatinga-PE, Venturosa-PE
CA-409	Caatinga	Serra do Cariri	Muito alta	Proteção integral	266.789,725	Afogados da Ingazeira-PE, Água Branca-PB, Brejinho-PE, Carnaíba-PE, Flores-PE, Imaculada-PB, Juru-PB, Princesa Isabel-PB, Quixabá-PE, Santa Terezinha-PE, São José de Princesa-PB, São José do Egito-PE, Solidão-PE, Tabira-PE, Tavares-PB, Triunfo-PE
CA-410	Caatinga	Serra Talhada	Muito alta	Proteção integral	94.170,975	Serra Talhada-PE
CA-411	Caatinga	Serra Negra	Extremamente alta	Proteção integral	238.100,795	Floresta-PE, Inajá-PE, Petrolândia-PE, Tacaratu-PE
CA-412	Caatinga	Xingó	Extremamente alta	Proteção integral	311.087,581	Canindé de São Francisco-SE, Delmiro Gouveia-AL, Glória-BA, Jatobá-PE, Olho d'Água do Casado-AL, Paulo Afonso-BA, Piranhas-AL, Poço Redondo-SE, Santa Brígida-BA
CA-413	Caatinga	Rodelas	Alta	Proteção integral	485.051,353	Abaré-BA, Belém de São Francisco-PE, Chorrochó-BA, Floresta-PE, Glória-BA, Itacuruba-PE, Macururé-BA, Petrolândia-PE, Rodelas-BA
CA-414	Caatinga	Raso da Catarina	Extremamente alta	Proteção integral	830.397,750	Canudos-BA, Glória-BA, Jeremoabo-BA, Macururé-BA, Paulo Afonso-BA, Rodelas-BA
CA-415	Caatinga	Monte Alegre	Alta	Proteção integral	83.228,317	Monte Alegre de Sergipe-SE, Nossa Senhora da Glória-SE, Poço Redondo-SE, Porto da Folha-SE
CA-416	Caatinga	Domo de Itabaiana	Alta	Proteção integral	32.471,294	Areia Branca-SE, Campo do Brito-SE, Itabaiana-SE, Moita Bonita-SE

Capítulo 3

CA-417	Caatinga	Curaçá	Extremamente alta	Proteção integral	524.816,164	Cabrobó-PE, Curaçá-BA, Juazeiro-BA, Lagoa Grande-PE, Orocó-PE, Santa Maria da Boa Vista-PE
CA-418	Caatinga	Petrolina	Muito alta	Proteção integral	326.121,435	Petrolina-PE
CA-419	Caatinga	Oeste de Pernambuco	Alta	Proteção integral	530.116,367	Acauã-PI, Afrânio-PE, Betânia do Piauí-PI, Dormentes-PE, Ouricuri-PE, Queimada Nova-PI, Santa Cruz-PE, Santa Filomena-PE,
CA-420	Caatinga	P.N. Serra da Capivara	Extremamente alta	Proteção integral	230.006,813	Brejo do Piauí-PI, Coronel José Dias-PI, João Costa-PI, São Raimundo Nonato-PI
CA-421	Caatinga	Corredor Ecológico Serra da Capivara e Serra das Confusões	Muito alta	Proteção integral	36.122,863	Brejo do Piauí-PI
CA-422	Caatinga	P.N. Serra das Confusões	Extremamente alta	Proteção integral	634.467,574	Canto do Buriti-PI, Caracol-PI, Cristino Castro-PI, Guaribas-PI, Jurema-PI, Tamboril do Piauí-PI
CA-423	Caatinga	Sento Sé	Alta	Proteção integral	572.296,179	Casa Nova-BA, Sento Sé-BA
CA-424	Caatinga	Delfino	Extremamente alta	Proteção integral	101.616,818	Campo Formoso-BA, Umburanas-BA
CA-425	Caatinga	Senhor do Bonfim	Extremamente alta	Proteção integral	742.383,430	Andorinha-BA, Antônio Gonçalves-BA, Cansção-BA, Filadélfia-BA, Itiúba-BA, Jaguarari-BA, Monte Santo-BA, Ponto Novo-BA, Queimadas-BA, Senhor do Bonfim-BA, Uauá-BA
CA-426	Caatinga	Médio São Francisco	Extremamente alta	Proteção integral	2.150.980,458	Barra-BA, Buritirama-BA, Gentio do Ouro-BA, Itaguaçu da Bahia-BA, Pilão Arcado-BA, Remanso-BA, Sento Sé-BA, Xique-Xique-BA
CA-427	Caatinga	Ibotirama	Extremamente alta	Proteção integral	499.917,397	Barra-BA, Ibotirama-BA, Morpará-BA, Muquém de São Francisco-BA, Xique-Xique-BA
CA-428	Caatinga	Ibipeba	Extremamente alta	Proteção integral	169.840,313	Barra do Mendes-BA, Ibipeba-BA, Ibititá-BA, Uibaí-BA

Capítulo 3

CA-429	Caatinga	Carste de Irecê	Muito alta	Proteção integral	329.903,423	América Dourada-BA, Central-BA, Ibititá-BA, Irecê-BA, João Dourado-BA, Jussara-BA, Lapão-BA, Presidente Dutra-BA, São Gabriel-BA, Uibaí-BA Morro do Chapéu-BA
CA-430	Caatinga	Morro do Chapéu	Extremamente alta	Proteção integral	353.053,353	Bonito-BA, Cafarnaum-BA, Iraquara-BA, Lençóis-BA, Morro do Chapéu-BA, Mulungu do Morro-BA, Palmeiras-BA, Utinga-BA, Wagner-BA
CA-431	Caatinga	Bonito	Muito alta	Proteção integral	345.146,456	
CA-432	Caatinga	Itaeté/Abaiira	Extremamente alta	Proteção integral	652.618,569	Abaiira-BA, Andaraí-BA, Boninal-BA, Ibicoara-BA, Itaeté-BA, Lençóis-BA, Mucugê-BA, Nova Redenção-BA, Palmeiras-BA, Piatã-BA, Seabra-BA
CA-433	Caatinga	Rui Barbosa	Alta	Proteção integral	270.279,647	Ipirá-BA, Itaberaba-BA, Macajuba-BA, Ruy Barbosa-BA
CA-434	Caatinga	Milagres	Extremamente alta	Proteção integral	301.097,440	Iaçu-BA, Itatim-BA, Milagres-BA, Nova Itarana-BA, Rafael Jambeiro-BA
CA-435	Caatinga	Maracás	Extremamente alta	Proteção integral	290.869,048	Itiruçu-BA, Jequié-BA, Lafaiete Coutinho-BA, Lajedo do Tabocal-BA, Maracás-BA, Planaltino-BA
CA-436	Caatinga	Livramento do Brumado	Alta	Uso sustentável	67.092,182	Livramento do Brumado-BA
CA-437	Caatinga	Bom Jesus da Lapa	Extremamente alta	Uso sustentável	266.468,174	Bom Jesus da Lapa-BA, Serra do Ramalho-BA, Sítio do Mato-BA
CA-438	Caatinga	Arredores de Bom Jesus da Lapa	Alta	Uso sustentável	232.470,715	Bom Jesus da Lapa-BA, Paratinga-BA
CA-439	Caatinga	Guanambi	Muito alta	Proteção integral	196.150,117	Guanambi-BA, Palmas de Monte Alto-BA
CA-440	Caatinga	Peruaçu/Jaíba	Extremamente alta	Proteção integral	688.780,470	Gameleiras-MG, Itacarambi-MG, Jaíba-MG, Januária-MG, Juvenília-MG, Manga-MG, Matias Cardoso-MG, Pedras de Maria da Cruz-MG, São João das Missões-MG
CA-441	Caatinga	Vitória da Conquista	Extremamente alta	Proteção integral	40.248,980	Vitória da Conquista-BA

Capítulo 3

CA-442	Caatinga	Pedra Azul	Alta	Inventários biológicos	504.884,327	Águas Vermelhas-MG, Almenara-MG, Bandeira-MG, Cachoeira de Pajeú-MG, Divisa Alegre-MG, Divisópolis-MG, Encruzilhada-BA, Mata Verde-MG, Pedra Azul-MG
CA-443	Caatinga	Bacia do Rio Mearim	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	256.915,435	Anapurus-MA, Brejo-MA, Buriti-MA, Chapadinha-MA, Mata Roma-MA, Milagres do Maranhão-MA
CA-444	Caatinga	Baixo Parnaíba	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	153.816,197	Araioses-MA, Bom Princípio do Piauí-PI, Buriti dos Lopes-PI, Carábas do Piauí-PI, Caxingó-PI, Magalhães de Almeida-MA, Murici dos Portelas-PI, Parnaíba-PI
CA-445	Caatinga	Bacia do Rio Acaraú	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	193.892,110	Acaraú-CE, Bela Cruz-CE, Marco-CE, Massapê-CE, Morrinhos-CE, Santana do Acaraú-CE, Sobral-CE
CA-446	Caatinga	Bacia do Rio Anacatiáçu	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	178.172,410	Amontada-CE, Irauçuba-CE, Miraima-CE, Santana do Acaraú-CE, Sobral-CE
CA-447	Caatinga	Bacia do Rio Curu	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	210.233,606	Apuiarés-CE, General Sampaio-CE, Paramoti-CE, Pentecoste-CE, São Gonçalo do Amarante-CE, São Luís do Curu-CE, Tejuococa-CE, Umirim-CE
CA-448	Caatinga	Bacia do Rio Choró	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	133.807,242	Acarape-CE, Aracoiaba-CE, Barreira-CE, Cascavel-CE, Chorozinho-CE, Horizonte-CE, Ocara-CE, Pacajus-CE, Redenção-CE
CA-449	Caatinga	Inhamus	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	1.331.353,066	Boa Viagem-CE, Canindé-CE, Catunda-CE, Crateús-CE, Hidrolândia-CE, Independência-CE, Itatira-CE, Madalena-CE, Monsenhor Tabosa-CE, Nova Russas-CE, Pedra Branca-CE, Santa Quitéria-CE, Tamboril-CE

Capítulo 3

CA-450	Caatinga	Angical	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	319.110,763	Assunção do Piauí-PI, Novo Oriente-CE, Parambu-CE, Pimenteiras-PI, Pio IX-PI, Quiterianópolis-CE
CA-451	Caatinga	Luis Gomes	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	25.249,780	Coronel João Pessoa-RN, Luís Gomes-RN, Major Sales-RN, Poço Dantas-PB, Riacho de Santana-RN, Uiraúna-PB, Venha-Ver-RN
CA-452	Caatinga	Serra do Martins	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	36.198,101	Francisco Dantas-RN, Martins-RN, Portalegre-RN, Serrinha dos Pintos-RN, Viçosa-RN
CA-453	Caatinga	Bacia do Potengi/Pico do Caburáí	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	436.761,754	Angicos-RN, Barcelona-RN, Bodó-RN, Caiçara do Rio do Vento-RN, Cerro Corá-RN, Fernando Pedroza-RN, Itajá-RN, Lagoa de Velhos-RN, Lagoa Nova-RN, Lajes-RN, Lajes Pintadas-RN, Presidente Juscelino-RN, Riachuelo-RN, Ruy Barbosa-RN, Santa Cruz-RN, Santana do Matos-RN, São Paulo do Potengi-RN, São Tomé-RN, Sítio Novo-RN, Tangará-RN
CA-454	Caatinga	Curimataú	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	377.586,774	Algodão de Jandaíra-PB, Arara-PB, Araruna-PB, Bananeiras-PB, Barra de Santa Rosa-PB, Belém-PB, Borborema-PB, Cacimba de Dentro-PB, Caiçara-PB, Casserengue-PB, Cuité-PB, Damião-PB, Dona Inês-PB, Duas Estradas-PB, Jacaraú-PB, Japi-RN, Lagoa d'Anta-RN, Lagoa de Dentro-PB, Logradouro-PB, Monte das Gameleiras-RN, Nova Cruz-RN, Passa e Fica-RN, Píripituba-PB, Riachão-PB, Santo Antônio-RN, Serra da Raiz-PB, Serra de São Bento-RN, Sertãozinho-PB, Solânea-PB, Tacima-PB

Capítulo 3

CA-455	Caatinga	Vale do Plancó	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	36.841,764	Coremas-PB, Igaracy-PB, Itaporanga-PB, Plancó-PB, Santana dos Garrotes-PB
CA-456	Caatinga	Paus Brancos	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	28.125,432	Manaíra-PB, Santana de Mangueira-PB
CA-457	Caatinga	Betânia	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	63.774,481	Betânia-PE, Custódia-PE
CA-458	Caatinga	Mirandiba	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	89.344,819	Camaubeira da Penha-PE, Floresta-PE, Mirandiba-PE, Salgueiro-PE, São José do Belmonte-PE, Serra Talhada-PE, Verdejante-PE
CA-459	Caatinga	Vale do Sertão Central	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	378.104,279	Cabrobó-PE, Orocó-PE, Ouricuri-PE, Pamamirim-PE, Santa Cruz-PE, Santa Maria da Boa Vista-PE, Terra Nova-PE
CA-460	Caatinga	Queimada Nova	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	1.268.376,609	Acauá-PI, Betânia do Piauí-PI, Campo Alegre do Fidalgo-PI, Capitão Gervásio Oliveira-PI, Conceição do Canindé-PI, Coronel José Dias-PI, Dom Inocêncio-PI, Jacobina do Piauí-PI, João Costa-PI, Lagoa do Barro do Piauí-PI, Paulistana-PI, Queimada Nova-PI, São Francisco de Assis do Piauí-PI, São João do Piauí-PI
CA-461	Caatinga	Canto do Buriti/Brejal	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	787.199,348	Brejo do Piauí-PI, João Costa-PI, Nova Santa Rita-PI, Paes Landim-PI, Pajeú do Piauí-PI, Pedro Laurentino-PI, Ribeira do Piauí-PI, São João do Piauí-PI, São José do Peixe-PI, São Miguel do Fidalgo-PI, Socorro do Piauí-PI, Tamboril do Piauí-PI
CA-462	Caatinga	Remanso	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	1.714.029,825	Campo Alegre de Lourdes-BA, Casa Nova-BA, Itaguaçu da Bahia-BA, Plião Arcado-BA, Remanso-BA, Sento Sé-BA, Sobradinho-BA

Capítulo 3



CA-463	Caatinga	Gararu / Belo Monte	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	357.733,034	Belo Monte-AL, Canindé de São Francisco-SE, Gararu-SE, Jacaré dos Homens-AL, Monteirópolis-AL, Palestina-AL, Pão de Açúcar-AL, Piranhas-AL, Poço Redondo-SE, Porto da Folha-SE, São José da Tapera-AL, Traipu-AL
CA-464	Caatinga	Lagarto / Serra da Miaba	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	100.264,023	Campo do Brito-SE, Itabaiana-SE, Lagarto-SE, São Domingos-SE
CA-465	Caatinga	Queimadas	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	2.407.661,910	Araci-BA, Biritinga-BA, Caém-BA, Caldeirão Grande-BA, Cansção-BA, Capela do Alto Alegre-BA, Capim Grosso-BA, Conceição do Coité-BA, Euclides da Cunha-BA, Gavião-BA, Ichu-BA, Jacobina-BA, Mairi-BA, Nordestina-BA, Nova Fátima-BA, Miguel Calmon-BA, Monte Santo-BA, Nova Soure-BA, Pé de Serra-BA, Ponto Novo-BA, Queimadas-BA, Quijingue-BA, Quixabeira-BA, Retirolândia-BA, Riachão do Jacuípe-BA, Santaluz-BA, São Domingos-BA, São José do Jacuípe-BA, Sátiro Dias-BA, Saúde-BA, Serrinha-BA, Serrrolândia-BA, Teofilândia-BA, Tucano-BA, Valente-BA, Várzea da Roça-BA, Várzea do Poço-BA, Várzea Nova-BA
CA-466	Caatinga	Arredores de Maracás	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	409.157,758	Barra da Estiva-BA, Caetanos-BA, Contendas do Sincorá-BA, Iramaia-BA, Jequié-BA, Manoel Vitorino-BA, Maracás-BA, Mirante-BA, Tanhaçu-BA

Capítulo 3

CA-467	Caatinga	Limite sul da Caatinga	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	2.156.644,650	Candiba-BA, Capitão Enéas-MG, Catuti-MG, Cônego Marinho-MG, Espinosa-MG, Gameleiras-MG, Ibiracatu-MG, Itacarambi-MG, Jaíba-MG, Janaúba-MG, Januária-MG, Lontra-MG, Mamonas-MG, Mato Verde-MG, Monte Azul-MG, Montezuma-MG, Mortugaba-BA, Nova Porteirinha-MG, Pai Pedro-MG, Pedras de Maria da Cruz-MG, Porteirinha-MG, Riacho dos Machados-MG, Rio Pardo de Minas-MG, São João da Ponte-MG, Santo Antônio do Retiro-MG, Sebastião Laranjeiras-BA, Serranópolis de Minas-MG, Varzelândia-MG, Verdelândia-MG
CP-468	Cerrado e Pantanal	Médio - Araguaia (Bacia do Rio dos Cocos)	Extremamente alta	Criação de UC	754.984,379	Abreulândia-TO, Caseara-TO, Divinópolis do Tocantins-TO, Marianópolis do Tocantins-TO, Pium-TO
CP-469	Cerrado e Pantanal	Médio - Tocantins	Extremamente alta	Criação de UC	1.449.442,132	Alvorada-TO, Cariri do Tocantins-TO, Figueirópolis-TO, Gurupi-TO, Jaú do Tocantins-TO, Paranã-TO, Peixe-TO, São Salvador do Tocantins-TO, São Valério da Natividade-TO, Sucupira-TO, Talismã-TO
CP-470	Cerrado e Pantanal	Polígono das Águas - Sudoeste do Maranhão	Extremamente alta	Criação de UC	1.630.424,478	Babaçulândia-TO, Barra do Ouro-TO, Carolina-MA, Filadélfia-TO, Goiatins-TO, Itapiratins-TO, Palmeirante-TO, Riachão-MA
CP-471	Cerrado e Pantanal	Chapada do Sudoeste do Piauí, Maranhão e Tocantins	Extremamente alta	Criação de UC	2.754.936,075	Alto Parnaíba-MA, Balsas-MA, Barreiras do Piauí-PI, Gilbués-PI, Lizarda-TO, Mateiros-TO, Santa Filomena-PI, São Félix do Tocantins-TO, São Gonçalo do Gurguéia-PI

Capítulo 3

CP-472	Cerrado e Pantanal	Bacia do Rio Negro, Águas Emendadas e Rio do Sono	Extremamente alta	Criação de UC	2.640.368,834	Corrente-PI, Cristalândia do Piauí-PI, Formosa do Rio Preto-BA, Mansidão-BA, Mateiros-TO, Parnaguá-PI, Santa Rita de Cássia-BA, Sebastião Barros-PI
CP-473	Cerrado e Pantanal	Florestas Semidecíduas do Sudeste do Tocantins	Extremamente alta	Criação de UC	334.013,900	Barreiras-BA, Ponte Alta do Bom Jesus-TO, Taguatinga-TO
CP-474	Cerrado e Pantanal	Grande Sertão Goiás - Bahia e Cavernas de São Domingos	Extremamente alta	Manejo + Criação de UC	2.028.282,110	Arraias-TO, Aurora do Tocantins-TO, Campos Belos-GO, Combinado-TO, Correntina-BA, Divinópolis de Goiás-GO, Guarani de Goiás-GO, Iaciara-GO, Jaborandi-BA, Lavandeira-TO, Monte Alegre de Goiás-GO, Nova Roma-GO, Novo Alegre-TO, Posse-GO, São Desidério-BA, São Domingos-GO, Teresina de Goiás-GO
CP-475	Cerrado e Pantanal	P. N. Chapada Diamantina	Extremamente alta	Inventários biológicos	1.625.388,749	Abaíra-BA, Barra da Estiva-BA, Barra do Mendes-BA, Barro Alto-BA, Boninal-BA, Brotas de Macaúbas-BA, Dom Basílio-BA, Érico Cardoso-BA, Ibiçara-BA, Ibitiara-BA, Iraquara-BA, Ituaçu-BA, Jussiapé-BA, Livramento do Brumado-BA, Mucugê-BA, Novo Horizonte-BA, Palmeiras-BA, Piatã-BA, Rio de Contas-BA, Rio do Pires-BA, Seabra-BA, Souto Soares-BA
CP-476	Cerrado e Pantanal	Chapada do Araripe	Extremamente alta	Manejo + Criação de UC	611.755,232	Araripe-CE, Barbalha-CE, Bodocó-PE, Crato-CE, Exu-PE, Granito-PE, Ipupi-PE, Jardim-CE, Juazeiro do Norte-CE, Moreilândia-PE, Nova Olinda-CE, Potengi-CE, Santana do Cariri-CE, Serrita-PE

Capítulo 3

CP-477	Cerrado e Pantanal	Área dos três Biomas	Extremamente alta	Manejo + Criação de UC	1.101.404,578	Barras-PI, Boa Hora-PI, Boqueirão do Piauí-PI, Buriti dos Montes-PI, Cabeceiras do Piauí-PI, Campo Maior-PI, Capitão de Campos-PI, Castelo do Piauí-PI, Cocal de Telha-PI, Jatobá do Piauí-PI, Juazeiro do Piauí-PI, Lagoa de São Francisco-PI, Milton Brandão-PI, Nossa Senhora de Nazaré-PI, Novo Santo Antônio-PI, Pedro II-PI, Piripiri-PI, Sigefredo Pacheco-PI
CP-478	Cerrado e Pantanal	Área Nordeste do Maranhão	Insuficientemente conhecida	Manejo + Criação de UC	780.697,044	Anapurus-MA, Brejo-MA, Buriti-MA, Cantanhede-MA, Chapadinha-MA, Mata Roma-MA, Nina Rodrigues-MA, Pirapemas-MA, São Benedito do Rio Preto-MA, Timbiras-MA, Urbano Santos-MA, Vargem Grande-MA
CP-479	Cerrado e Pantanal	Matas Semidecíduas do Maranhão	Extremamente alta	Criação de UC	1.854.235,292	Amarante do Maranhão-MA, Arame-MA, Barra do Corda-MA, Esperantinópolis-MA, Grajaú-MA, Itaipava do Grajaú-MA, Jenipapo dos Vieiras-MA, Joseândia-MA, Lago da Pedra-MA, Lagoa Grande do Maranhão-MA, Marajá do Sena-MA, Poção de Pedras-MA, São Raimundo do Doca Bezerra-MA, São Roberto-MA, Tuntum-MA
CP-480	Cerrado e Pantanal	Área do Mirador - Uruçuí	Extremamente alta	Manejo + Criação de UC	2.186.070,534	Baixa Grande do Ribeiro-PI, Benedito Leite-MA, Loreto-MA, Mirador-MA, Ribeiro Gonçalves-PI, Sambaíba-MA, São Félix de Balsas-MA, São Raimundo das Mangabeiras-MA, Uruçuí-PI
CP-481	Cerrado e Pantanal	Ilha do Bananal	Extremamente alta	Criação de UC	2.266.449,992	Formoso do Araguaia-TO, Lagoa da Confusão-TO, Luciara-MT, Pium-TO

Capítulo 3



CP-482	Cerrado e Pantanal	Sul Tocantins - Região Conceição - Manuel Alves	Insuficientemente conhecida	Inventários biológicos	1.204.250,154	Arraias-TO, Palmeirópolis-TO, Paranã-TO
CP-483	Cerrado e Pantanal	Triângulo Mineiro	Extremamente alta	Manejo + Criação de UC	429.317,495	Campina Verde-MG, Gurinhatã-MG, Ituiutaba-MG, Limeira do Oeste-MG, Santa Vitória-MG, União de Minas-MG
CP-484	Cerrado e Pantanal	Alto Paranaíba - Patrocínio	Muito alta	Inventários biológicos	1.151.812,938	Coromandel-MG, Cruzeiro da Fortaleza-MG, Guimarães-MG, Iraí de Minas-MG, Lagamar-MG, Lagoa Formosa-MG, Monte Carmelo-MG, Nova Ponte-MG, Patos de Minas-MG, Patrocínio-MG, Pedrinópolis-MG, Perdizes-MG, Presidente Olegário-MG, Romaria-MG, Santa Juliana-MG
CP-485	Cerrado e Pantanal	P.N. Serra da Canastra	Extremamente alta	Inventários biológicos	373.583,265	Arcos-MG, Bambuí-MG, Córrego Danta-MG, Doloresópolis-MG, Iguatama-MG, Japaraíba-MG, Lagoa da Prata-MG, Luz-MG, Pains-MG, Piuí-MG, Tapiraí-MG
CP-486	Cerrado e Pantanal	Paracatu / Três Marias	Muito alta	Criação de UC	2.043.736,461	Abaeté-MG, Biquinhas-MG, Brasilândia de Minas-MG, Buritizeiro-MG, Dom Bosco-MG, Felixlândia-MG, João Pinheiro-MG, Morada Nova de Minas-MG, Paineiras-MG, Paracatu-MG, Pompéu-MG, São Gonçalo do Abaeté-MG, Tiros-MG, Três Marias-MG, Varjão de Minas-MG

Capítulo 3

CP-487	Cerrado e Pantanal	Diamantina e Vale do Jequitinhonha	Alta	Manejo + Criação de UC	1.552.253,346	Araçuaí-MG, Berilo-MG, Bocaiuva-MG, Botumirim-MG, Carbonita-MG, Chapada do Norte-MG, Coronel Murta-MG, Couto de Magalhães de Minas-MG, Cristália-MG, Datas-MG, Diamantina-MG, Felício dos Santos-MG, Francisco Badaró-MG, Grão Mogol-MG, Itacambira-MG, José Gonçalves de Minas-MG, Josenópolis-MG, Leme do Prado-MG, Olhos-d'Água-MG, São Gonçalo do Rio Preto-MG, Senador Modestino Gonçalves-MG, Serra Azul de Minas-MG, Serro-MG, Turmalina-MG, Virgem da Lapa-MG
CP-488	Cerrado e Pantanal	Grão Mogol	Muito alta	Criação de UC	275.834,934	Francisco Sá-MG, Grão Mogol-MG, Itacambira-MG, Juramento-MG
CP-489		Serra do Cipó	Extremamente alta	Inventários biológicos	358.441,917	Alvorada de Minas-MG, Carmésia-MG, Conceição do Mato Dentro-MG, Congonhas do Norte-MG, Dom Joaquim-MG, Ferros-MG, Itambé do Mato Dentro-MG, Morro do Pilar-MG, Passabém-MG, Santana do Riacho-MG, Santo Antônio do Rio Abaixo-MG, São Sebastião do Rio Preto-MG, Senhora do Porto-MG
CP-490	Cerrado e Pantanal	Bacia do Alto São Francisco	Muito alta	Criação de UC	1.963.925,020	Arinos-MG, Bonito de Minas-MG, Chapada Gaúcha-MG, Cônego Marinho-MG, Icarai de Minas-MG, Januária-MG, Pintópolis-MG, São Francisco-MG, São Romão-MG, Uruçuia-MG
CP-491	Cerrado e Pantanal	Serra do Cabral	Muito alta	Criação de UC	243.524,206	Augusto de Lima-MG, Buenópolis-MG, Francisco Dumont-MG, Joaquim Felício-MG, Lassance-MG

Capítulo 3

CP-492	Cerrado e Pantanal	Alto Paraná	Muito alta	Criação de UC	2.554.871,497	Acreúna-GO, Água Limpa-GO, Aloândia-GO, Bom Jesus de Goiás-GO, Buriti Alegre-GO, Caldas Novas-GO, Campo Alegre de Goiás-GO, Castelândia-GO, Catalão-GO, Corumbaliba-GO, Cumari-GO, Edalina-GO, Edéia-GO, Goiandira-GO, Goiatuba-GO, Ipameri-GO, Itumbiara-GO, Joviânia-GO, Mairipotaba-GO, Marzagão-GO, Maurilândia-GO, Morrinhos-GO, Nova Aurora-GO, Panamá-GO, Piracanjuba-GO, Pires do Rio-GO, Pontalina-GO, Porteirão-GO, Professor Jamil-GO, Quirinópolis-GO, Rio Quente-GO, Santa Cruz de Goiás-GO, Santa Helena de Goiás-GO, Turvelândia-GO, Vicentinópolis-GO, Urutai-GO
CP-493	Cerrado e Pantanal	Serra da Mesa/Niquelândia/Minaçu	Extremamente alta	Manejo + Criação de UC	261.771,998	Cavalcante-GO, Colinas do Sul-GO, Minaçu-GO
CP-494	Cerrado e Pantanal	Chapada dos Veadeiros	Extremamente alta	Manejo	166.563,211	Niquelândia-GO, São João d'Aliação-GO
CP-495	Cerrado e Pantanal	Região do Alto Rio Araguaia e P.N. das Emas	Extremamente alta	Manejo + Criação de UC	174.042,338	Mineiros-GO
CP-496	Cerrado e Pantanal	Goiás - Rio das Almas/Alto Tocantins	Extremamente alta	Manejo + Criação de UC	1.264.252,129	Barro Alto-GO, Carmo do Rio Verde-GO, Ceres-GO, Goianésia-GO, Heitorai-GO, Hidrolina-GO, Itaguari-GO, Itaguara-GO, Itapaci-GO, Jaraguá-GO, Jesópolis-GO, Nova Glória-GO, Pilar de Goiás-GO, Pirenópolis-GO, Rialma-GO, Rianópolis-GO, Rubiataba-GO, Santa Isabel-GO, Santa Rita do Novo Destino-GO, São Francisco de Goiás-GO, São Luiz do Norte-GO, Uruaçu-GO, Uruana-GO, Vila Propício-GO

Capítulo 3

CP-497	Cerrado e Pantanal	Vale do Araguaia e Pantanal do Rio das Mortes	Extremamente alta	Manejo + Criação de UC	3.016.626,557	Araguaçu-TO, Araguaiana-MT, Aruanã-GO, Britânia-GO, Cocalinho-MT, Jussara-GO, Mozarlândia-GO, Mundo Novo-GO, Nova Crixás-GO, Sandolândia-TO, São Miguel do Araguaia-GO
CP-498	Cerrado e Pantanal	Região de Posse - Correntina e São Domingos	Extremamente alta	Criação de UC	271.137,042	Buritinópolis-GO, Jaborandi-BA, Mambai-GO, Posse-GO
CP-499	Cerrado e Pantanal	Vale e Serra do Paranã	Extremamente alta	Inventários biológicos	680.628,231	Alvorada do Norte-GO, Divinópolis de Goiás-GO, Flores de Goiás-GO, Formosa-GO, Iaciara-GO, Monte Alegre de Goiás-GO, Nova Roma-GO, São Domingos-GO, Vila Boa-GO
CP-500	Cerrado e Pantanal	Pirenópolis	Muito alta	Manejo + Criação de UC	416.820,290	Abadiânia-GO, Alexânia-GO, Anápolis-GO, Corumbá de Goiás-GO, Damolândia-GO, Inhumas-GO, Itauçu-GO, Ouro Verde de Goiás-GO, Petrolina de Goiás-GO, Pirenópolis-GO, Santa Rosa de Goiás-GO, São Francisco de Goiás-GO, Taquaral de Goiás-GO
CP-501	Cerrado e Pantanal	Goianía, Silvânia, Aparecida de Goiânia, Serra Dourada	Extremamente alta	Manejo + Criação de UC	737.281,551	Abadia de Goiás-GO, Anápolis-GO, Aparecida de Goiânia-GO, Aragoiânia-GO, Bela Vista de Goiás-GO, Bonfinópolis-GO, Brazabrantes-GO, Caldasnha-GO, Caturai-GO, Damolândia-GO, Goianópolis-GO, Goiânia-GO, Goianira-GO, Hidrolândia-GO, Inhumas-GO, Leopoldo de Bulhões-GO, Nerópolis-GO, Nova Veneza-GO, Ouro Verde de Goiás-GO, Santo Antônio de Goiás-GO, São Miguel do Passa Quatro-GO, Senador Canedo-GO, Silvânia-GO, Teresópolis de Goiás-GO, Trindade-GO

Capítulo 3



CP-502	Cerrado e Pantanal	Distrito Federal e entorno	Extremamente alta	Manejo	1.159.501,606	Águas Lindas de Goiás-GO, Brasília-DF, Cabeceira Grande-MG, Cabeceiras-GO, Cidade Ocidental-GO, Cocalzinho de Goiás-GO, Cristalina-GO, Formosa-GO, Novo Gama-GO, Padre Bernardo-GO, Planaltina-GO, Santo Antônio do Descoberto-GO, Valparaíso de Goiás-GO
CP-503	Cerrado e Pantanal	Serra Dourada (Mato Grosso de Goiás)	Extremamente alta	Manejo + Criação de UC	526.094,068	Adelândia-GO, Americano do Brasil-GO, Anicuns-GO, Aurilândia-GO, Cachoeira de Goiás-GO, Córrego do Ouro-GO, Firminópolis-GO, Moiporá-GO, Mossâmedes-GO, Palminópolis-GO, Paraúna-GO, Sancerlândia-GO, São João da Paraúna-GO, São Luís de Montes Belos-GO, Turvânia-GO
CP-504	Cerrado e Pantanal	Cristalina	Muito alta	Criação de UC	40.944,481	Cristalina-GO
CP-505	Cerrado e Pantanal	Pouso Alto	Extremamente alta	Manejo + Criação de UC	196.876,992	Alto Paraíso de Goiás-GO, São João d'Aliança-GO
CP-506	Cerrado e Pantanal	Paraná - Jaguariaíva, Sengés	Muito alta	Manejo + Criação de UC	780.400,224	Abatiá-PR, Andirá-PR, Arapoti-PR, Bandeirantes-PR, Barra do Jacaré-PR, Cambará-PR, Carlópolis-PR, Conselheiro Mairinck-PR, Guapirama-PR, Itambaracá-PR, Jaboti-PR, Jacarezinho-PR, Jaguariaíva-PR, Japira-PR, Joaquim Távora-PR, Jundiá do Sul-PR, Pinhalão-PR, Quatiguá-PR, Ribeirão Claro-PR, Salto do Itararé-PR, Santana do Itararé-PR, Santo Antônio da Platina-PR, São José da Boa Vista-PR, Sengés-PR, Siqueira Campos-PR, Tomazina-PR, Wenceslau Braz-PR
CP-507	Cerrado e Pantanal	Patrocínio Paulista	Alta	Manejo + Criação de UC	75.307,464	Altinópolis-SP, Franca-SP, Itirapuã-SP, Patrocínio Paulista-SP

Capítulo 3

CP-508	Cerrado e Pantanal	Vale do Paraíba	Insuficientemente conhecida	Manejo	181.938,073	Caçapava-SP, Jacareí-SP, Jambeiro-SP, Natividade da Serra-SP, Paraibuna-SP, Pindamonhangaba-SP, Redenção da Serra-SP, Roseira-SP, Santa Branca-SP, São José dos Campos-SP, São Luís do Paraitinga-SP, Taubaté-SP
CP-509	Cerrado e Pantanal	Itararé	Insuficientemente conhecida	Manejo + Criação de UC	343.532,646	Itaberá-SP, Itapeva-SP, Itaporanga-SP, Itararé-SP, Nova Campina-SP, Riversul-SP, Taquarivaí-SP
CP-510	Cerrado e Pantanal	Itapeva	Alta	Inventários biológicos	55.760,744	Buri-SP, Itai-SP, Parapananema-SP
CP-511	Cerrado e Pantanal	Botucatu	Alta	Inventários biológicos	67.775,009	Águas de Santa Bárbara-SP, Iaras-SP, Óleo-SP
CP-512	Cerrado e Pantanal	Bauru	Extremamente alta	Criação de UC	132.628,027	Agudos-SP, Bauru-SP, Borebi-SP, Cabrália Paulista-SP, Duartina-SP, Paulistânia-SP, Piratininga-SP
CP-513	Cerrado e Pantanal	Marília	Muito alta	Manejo	96.835,676	Assis-SP, Campos Novos Paulista-SP, Echaporã-SP, Ocaçu-SP, Platina-SP
CP-514	Cerrado e Pantanal	Presidente Prudente	Muito alta	Manejo	92.578,677	Iepê-SP, João Ramalho-SP, Maracá-SP, Paraguaçu Paulista-SP, Rancharia-SP
CP-515	Cerrado e Pantanal	Araçatuba	Alta	Inventários biológicos	50.957,789	Avanhandava-SP, Barbosa-SP, Promissão-SP
CP-516	Cerrado e Pantanal	São José do Rio Preto	Extremamente alta	Criação de UC	76.621,687	Américo de Campos-SP, Cosmorama-SP, Palestina-SP, Tanabi-SP
CP-517	Cerrado e Pantanal	Barretos	Extremamente alta	Criação de UC	26.636,546	Colômbia-SP
CP-518	Cerrado e Pantanal	Nordeste de São Paulo	Extremamente alta	Criação de UC	55.023,092	Cristais Paulista-SP, Pedregulho-SP, Rifaina-SP
CP-519	Cerrado e Pantanal	Araraquara	Alta	Inventários biológicos	123.153,302	Cravinhos-SP, Luís Antônio-SP, Santa Rita do Passa Quatro-SP, São Simão-SP
CP-520	Cerrado e Pantanal	Campinas	Alta	Inventários biológicos	121.927,357	Anailândia-SP, Corumbataí-SP, Descalvado-SP, Itirapina-SP, São Carlos-SP

Capítulo 3



CP-521	Cerrado e Pantanal	Ribeirão Cascalheira e Querência	Extremamente alta	Manejo + Criação de UC	1.187.742,916	Água Boa-MT, Campinápolis-MT, Canarana-MT, Gaúcha do Norte-MT, Paranatinga-MT
CP-522	Cerrado e Pantanal	Serra do Cachimbo	Extremamente alta	Criação de UC	4.587.189,765	Alta Floresta-MT, Jacareacanga-PA, Novo Mundo-MT, Novo Progresso-PA, Paranaíta-MT
CP-523	Cerrado e Pantanal	Campo de Humaitá	Extremamente alta	Criação de UC	1.986.404,347	Canutama-AM, Lábrea-AM, Porto Velho-RO
CP-524	Cerrado e Pantanal	Alto Boavista	Insuficientemente conhecida	Inventários biológicos	2.383.071,541	Água Boa-MT, Canarana-MT, Cocalinho-MT, Ribeirão Cascalheira-MT
CP-525	Cerrado e Pantanal	Cabeceiras do Rio Xingu	Insuficientemente conhecida	Criação de UC	2.104.683,372	Nobres-MT, Nova Brasília-MT, Nova Mutum-MT, Nova Ubiratã-MT, Paranatinga-MT, Planalto da Serra-MT, Rosário Oeste-MT
CP-526	Cerrado e Pantanal	Rio Papagaio	Insuficientemente conhecida	Criação de UC	1.878.894,505	Campo Novo do Parecis-MT, Campos de Júlio-MT, Jauru-MT, Nova Lacerda-MT, Pontes e Lacerda-MT, Sapezal-MT, Tangará da Serra-MT
CP-527	Cerrado e Pantanal	Corredor Pacaás - Guaporé - Ricardo Franco	Extremamente alta	Criação de UC	986.848,044	Alvorada d'Oeste-RO, Castanheiras-RO, Mirante da Serra-RO, Nova Brasília d'Oeste-RO, Novo Horizonte do Oeste-RO, São Miguel do Guaporé-RO, Seringueiras-RO, Urupá-RO
CP-528	Cerrado e Pantanal	Nova Xavantina (Mata Monodominante)	Extremamente alta	Manejo + Criação de UC	22.641,880	Barra do Garças-MT, General Carneiro-MT
CP-529	Cerrado e Pantanal	Campos de Monte Alegre	Insuficientemente conhecida	Manejo + Criação de UC	1.910.721,215	Alenquer-PA, Almeirim-PA, Monte Alegre-PA, Óbidos-PA, Prainha-PA
CP-530	Cerrado e Pantanal	Serra de Carajás	Extremamente alta	Manejo + Criação de UC	230.324,932	Novo Repartimento-PA, Pacajá-PA
CP-531	Cerrado e Pantanal	Savanas da Região do Paru	Insuficientemente conhecida	Criação de UC	1.466.159,761	Alenquer-PA, Óbidos-PA
CP-532	Cerrado e Pantanal	Savanas de Roraima	Extremamente alta	Manejo + Criação de UC	2.381.824,491	Alto Alegre-RR, Amajari-RR, Boa Vista-RR, Bonfim-RR, Normandia-RR, Pacaraima-RR

Capítulo 3

CP-533	Cerrado e Pantanal	Savanas do norte do Amapá	Muito alta	Criação de UC	692.177,644	Amapá-AP, Calçoene-AP, Pracuúba-AP, Tartarugalzinho-AP
CP-534	Cerrado e Pantanal	Savanas da Ilha de Marajó	Alta	Inventários biológicos	660.942,005	Cachoeira do Arari-PA, Chaves-PA, Curralinho-PA, Muaná-PA, Ponta de Pedras-PA, Salvaterra-PA
CP-535	Cerrado e Pantanal	Savanas do centro e sul do Amapá	Muito alta	Criação de UC	627.138,657	Ferreira Gomes-AP, Itaúbal-AP, Macapá-AP, Porto Grande-AP, Santana-AP
CP-536	Cerrado e Pantanal	Serra de Santa Bárbara	Alta	Manejo	125.706,846	Porto Esperidião-MT
CP-537	Cerrado e Pantanal	Borda Oeste do Pantanal A	Extremamente alta	Inventários biológicos	226.496,297	Cáceres-MT, Corumbá-MS, Poconé-MT
CP-538	Cerrado e Pantanal	Borda Oeste do Pantanal B	Extremamente alta	Manejo	126.954,036	Ladário-MS
CP-539	Cerrado e Pantanal	Bodoquena	Alta	Criação de UC	406.671,623	Bodoquena-MS, Bonito-MS, Miranda-MS
CP-540	Cerrado e Pantanal	Chaco (Pantanal de Porto Murtinho)	Muito alta	Manejo	334.444,468	Porto Murtinho-MS
CP-541	Cerrado e Pantanal	Rio Negro e Nhecolândia	Extremamente alta	Criação de UC	300.083,337	Aquidauana-MS
CP-542	Cerrado e Pantanal	Taboco	Extremamente alta	Manejo	237.361,012	Aquidauana-MS, Corguinho-MS, Rio Negro-MS
CP-543	Cerrado e Pantanal	Emas - Cabeceiras do Jauru	Extremamente alta	Manejo	236.863,935	Alcinópolis-MS, Camapuã-MS, Costa Rica-MS
CP-544	Cerrado e Pantanal	Emas / Taquari	Extremamente alta	Manejo	62.800,766	Alto Taquari-MT
CP-545	Cerrado e Pantanal	Taquari	Insuficientemente conhecida	Inventários biológicos	150.469,186	Coxim-MS
CP-546	Cerrado e Pantanal	Chapada dos Guimarães / Barão de Melgaço	Muito alta	Inventários biológicos	208.250,840	Barão de Melgaço-MT
CP-547	Cerrado e Pantanal	Paraguaizinho	Alta	Manejo	142.785,795	Cáceres-MT, Poconé-MT

Capítulo 3

CP-548	Cerrado e Pantanal	Foz do Ivinhema	Extremamente alta	Manejo	374.168,168	Bataiporã-MS, Itaquiraí-MS, Jateí-MS, Naviraí-MS, Porto Rico-PR, Querência do Norte-PR, São Pedro do Paraná-PR, Taquarussu-MS
CP-549	Cerrado e Pantanal	Cabeceiras Piquiri/Itiquira	Alta	Manejo	108.283,096	Alto Araguaia-MT, Alto Garças-MT
CP-550	Cerrado e Pantanal	Cabeceiras Paraguai - Sepotuba - Jauru	Extremamente alta	Manejo	140.926,338	Diamantino-MT, Nortelândia-MT, Nova Marilândia-MT
CP-551	Cerrado e Pantanal	Jauru	Insuficientemente conhecida	Inventários biológicos	2.041.590,056	Água Clara-MS, Aparecida do Taboado-MS, Cassilândia-MS, Chapadão do Sul-MS, Costa Rica-MS, Inocência-MS, Paranaíba-MS, Rubinéia-SP
CP-552	Cerrado e Pantanal	Sucuriú	Extremamente alta	Criação de UC	168.363,800	Itiquira-MT
CP-553	Cerrado e Pantanal	Baixada Cuiabana/P.N. da Chapada dos Guimarães	Muito alta	Inventários biológicos	570.561,061	Chapada dos Guimarães-MT, Cuiabá-MT, Várzea Grande-MT
CP-554	Cerrado e Pantanal	Serra das Araras	Insuficientemente conhecida	Inventários biológicos	37.650,116	Porto Estrela-MT
MA-555	Cerrado e Pantanal	Camocim / Jericoacoara	Alta	Criação de UC	81.729,677	Barroquinha-CE, Camocim-CE, Chaval-CE
MA-556	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Foz do Acaraú	Muito alta	Criação de UC	124.446,488	Itaipoca-CE, Paracuru-CE, Paraipaba-CE, Trairi-CE
MA-557	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra de Uruburetama	Alta	Inventários biológicos	93.805,836	Itapagé-CE, Itaipoca-CE, Miraima-CE, Tururu-CE, Umirim-CE, Uruburetama-CE
MA-558	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra da Meruoca	Muito alta	Criação de UC	67.143,771	Alcântaras-CE, Coreau-CE, Sobral-CE

Capítulo 3

MA-559	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Foz do Rio Ceará	Alta	Manejo	39.840,116	Aquiraz-CE, Caucaia-CE, Eusébio-CE, Fortaleza-CE
MA-560	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra de Maranguape/ Aratanha	Extremamente alta	Criação de UC	19.107,269	Guaiúba-CE, Maracanaú-CE, Maranguape-CE, Pacatuba-CE
MA-561	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Chapada Ibiapaba	Extremamente alta	Ampliação de UC	300.506,786	Croatá-CE, Graça-CE, Granja-CE, Guaraciaba do Norte-CE, Ibiapina-CE, Ipu-CE, Ipueiras-CE, Mucambo-CE, Reriútaba-CE, São Benedito-CE, Tianguá-CE, Ubajara-CE, Viçosa do Ceará-CE
MA-562	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra de Baturité	Extremamente alta	Mudança de categoria de UC	81.368,752	Aratuba-CE, Baturité-CE, Caridade-CE, Guarimiranga-CE, Mulungu-CE, Pacoti-CE, Palmácia-CE, Redenção-CE
MA-563	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Baixo Jaguaribe	Muito alta	Manejo	133.178,094	Aracati-CE, Beberibe-CE, Cascavel-CE, Fortim-CE
MA-564	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Litoral Norte do Rio Grande do Norte	Muito alta	Inventários biológicos	147.683,140	Areia Branca-RN, Caiçara do Norte-RN, Galinhos-RN, Grossos-RN, Guamaré-RN, Macau-RN, Porto do Mangue-RN, São Bento do Norte-RN, Serra do Mel-RN, Tibau-RN
MA-565	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Quixadá/Estevão	Alta	Inventários biológicos	63.572,320	Banabuiú-CE, Quixadá-CE
MA-566	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Natal / Tibau do Sul	Muito alta	Criação de UC	95.932,899	Ceará-Mirim-RN, Extremoz-RN, Maxaranguape-RN, Natal-RN, Nísia Floresta-RN, Parnamirim-RN, Rio do Fogo-RN, São Gonçalo do Amarante-RN

Capítulo 3

MA-567	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra de São Miguel	Extremamente alta	Criação de UC	35.226,356	Francisco Dantas-RN, Martins-RN, Portalegre-RN, Riacho da Cruz-RN, Serrinha dos Pintos-RN, Vigosa-RN, Umarizal-RN
MA-568	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Mamanguape / Baía Formosa	Extremamente alta	Ampliação de UC e corredor ecológico	131.834,111	Arês-RN, Baía Formosa-RN, Baía da Traição-PB, Canguaretama-RN, Curral de Cima-PB, Espírito Santo-RN, Goianinha-RN, Mamanguape-PB, Marcação-PB, Mataraca-PB, Rio Tinto-PB, Tibau do Sul-RN, Vila Flor-RN
MA-569	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Areia	Extremamente alta	Inventários biológicos	88.770,951	Alagoa Grande-PB, Alagoa Nova-PB, Alagoinha-PB, Arara-PB, Areia-PB, Cuitegi-PB, Ingá-PB, Juarez Távora-PB, Pilões-PB, Serra Redonda-PB, Serraria-PB, Solânea-PB
MA-570	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Mata de Santa Rita/Sapé	Extremamente alta	Corredor Ecológico	134.367,119	Bayeux-PB, Cabedelo-PB, Capim-PB, Cruz do Espírito Santo-PB, João Pessoa-PB, Lucena-PB, Pedras de Fogo-PB, Rio Tinto-PB, Santa Rita-PB, São Miguel de Taipu-PB, Sapé-PB
MA-571	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Pico do Jabre	Extremamente alta	Ampliação de UC	20.930,508	Mãe d'Água-PB, Maturéia-PB, São José do Bonfim-PB, Teixeira-PB
MA-572	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Chapada do Araripe	Extremamente alta	Criação de UC	245.628,714	Barbalha-CE, Brejo Santo-CE, Crato-CE, Exu-PE, Jardim-CE, Missão Velha-CE, Moreilândia-PE, Porteiras-CE, Santana do Cariri-CE
MA-573	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Timbaúba/Mata do Estado	Extremamente alta	Corredor Ecológico	135.156,734	Bom Jardim-PE, Ingá-PB, Itatuba-PB, Macaparana-PE, Machados-PE, Mogeiro-PB, Natuba-PB, Orobó-PE, Riachão do Bacamarte-PB, Salgado de São Félix-PB, São Vicente Ferrer-PE, Timbaúba-PE, Vicência-PE

Capítulo 3

MA-574	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Abiaí / Goiana	Extremamente alta	Manejo	249.600,297	Abreu e Lima-PE, Alhandra-PB, Aliança-PE, Araçoiaba-PE, Caaporã-PB, Camaragibe-PE, Chã de Alegria-PE, Condatado-PE, Conde-PB, Goiana-PE, Igarassu-PE, Itambé-PE, Itapissuma-PE, Itaquitinga-PE, Jaboatão dos Guararapes-PE, Moreno-PE, Nazaré da Mata-PE, Paudalho-PE, Paulista-PE, Pedras de Fogo-PB, Pitimbu-PB, Recife-PE, São Lourenço da Mata-PE, Tracunhaém-PE
MA-575	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Brejo de Triunfo	Extremamente alta	Criação de UC	40.349,318	Manáira-PB, Santa Cruz da Baixa Verde-PE, São José de Princesa-PB, Triunfo-PE
MA-576	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Brejo de Taquaritinga	Extremamente alta	Criação de UC	22.384,230	Taquaritinga do Norte-PE, Vertentes-PE
MA-577	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra Negra/Bezerros	Extremamente alta	Criação de UC	34.749,186	Bezerros-PE, Cumaru-PE, Riacho das Almas-PE
MA-578	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Brejo de Madre de Deus	Extremamente alta	Criação de UC	98.434,354	Belo Jardim-PE, Brejo da Madre de Deus-PE, Pesqueira-PE, Poção-PE, Sanharó-PE
MA-579	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Gurjaú / Camaçari	Insuficientemente conhecida	Inventários biológicos	71.679,978	Cabo de Santo Agostinho-PE, Escada-PE, Ipojuca-PE, Jaboatão dos Guararapes-PE, Moreno-PE
MA-580	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Brejo dos Cavalos	Extremamente alta	Recuperação Florestal	23.151,598	Agrestina-PE, Altinho-PE, Caruaru-PE, São Caitano-PE

Capítulo 3



MA-581	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra Negra/Floresta	Extremamente alta	Corredor Ecológico	17.457,188	Floresta-PE, Inajá-PE, Petrolândia-PE, Tacaratu-PE
MA-582	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Saltinho/Barreiro	Extremamente alta	Corredor Ecológico	99.954,330	Água Preta-PE, Barreiros-PE, Jacuipem-AL, Ribeirão-PE, Rio Formoso-PE, São José da Coroa Grande-PE, Sirinhaém-PE, Tamandaré-PE
MA-583	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra das Confusões	Insuficientemente conhecida	Inventários biológicos	447.097,357	Alvorada do Gurgueia-PI, Canto do Buriti-PI, Cristino Castro-PI, Guaribas-PI, Jurema-PI, Tamboril do Piauí-PI
MA-584	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Complexo Catende	Extremamente alta	Inventários biológicos	113.674,031	Belém de Maria-PE, Catende-PE, Colônia Leopoldina-AL, Ibataguara-AL, Jaqueira-PE, Lagoa dos Gatos-PE, Maraial-PE, Palmares-PE, São Benedito do Sul-PE, Xexéu-PE
MA-585	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Garanhuns	Extremamente alta	Inventários biológicos	50.962,909	Brejão-PE, Caetés-PE, Garanhuns-PE, Paranatama-PE
MA-586	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Quipapá/Água Preta	Alta	Inventários biológicos	44.542,157	Canhotinho-PE, Palmeirina-PE, Quipapá-PE, São José da Laje-AL
MA-587	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Novo Lino	Muito alta	Inventários biológicos	11.807,132	Matriz de Camaragibe-AL, Novo Lino-AL
MA-588	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Inajá	Insuficientemente conhecida	Inventários biológicos	63.321,673	Inajá-PE, Jatobá-PE, Petrolândia-PE, Tacaratu-PE

Capítulo 3

MA-589	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Murici	Extremamente alta	Criação de UC	56.854,899	Branquinha-AL, Flexeiras-AL, Joaquim Gomes-AL, Murici-AL, União dos Palmares-AL
MA-590	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Região de Camaragibe	Extremamente alta	Inventários biológicos	48.127,962	Barra de Santo Antônio-AL, Passo de Camaragibe-AL, Porto de Pedras-AL, São Luís do Quitunde-AL, São Miguel dos Milagres-AL
MA-591	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Quebrângulo-Bom Conselho	Extremamente alta	Corredor Ecológico	148.324,128	Bom Conselho-PE, Chã Preta-AL, Correntes-PE, Estrela de Alagoas-AL, Lagoa do Ouro-PE, Palmeira dos Índios-AL, Paulo Jacinto-AL, Quebrângulo-AL, Terezinha-PE, Viçosa-AL
MA-592	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Água Branca	Insuficientemente conhecida	Inventários biológicos	19.394,702	Água Branca-AL, Delmiro Gouveia-AL
MA-593	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Catolé	Insuficientemente conhecida	Inventários biológicos	38.795,936	Barra de Santo Antônio-AL, Maceió-AL, Paripueira-AL, Rio Largo-AL
MA-594	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Jequiá/Fazenda Matão	Insuficientemente conhecida	Criação de UC	119.716,713	Barra de São Miguel-AL, Coqueiro Seco-AL, Coruripe-AL, Marechal Deodoro-AL, Pilar-AL, Roteiro-AL, Santa Luzia do Norte-AL, São Miguel dos Campos-AL, Satuba-AL
MA-595	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Corrente	Extremamente alta	Criação de UC	929.171,915	Avelino Lopes-PI, Buritirama-BA, Curimatá-PI, Júlio Borges-PI, Mansidão-BA, Morro Cabeça no Tempo-PI, Parnaaguá-PI, Pilião Arcado-BA
MA-596	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Piaçabuçu / Penedo	Extremamente alta	Manejo	45.365,871	Feliz Deserto-AL, Penedo-AL, Piaçabuçu-AL

Capítulo 3



MA-597	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Jacobina	Muito alta	Criação de UC	44.792,742	Miguel Calmon-BA
MA-598	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Bonito	Muito alta	Criação de UC	30.965,996	Bonito-BA, Cafarnaum-BA
MA-599	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Lencóis/Andaraí	Extremamente alta	Ampliação de UC	199.115,948	Andaraí-BA, Lencóis-BA, Mucugê-BA
MA-600	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Caetitês	Insuficientemente conhecida	Inventários biológicos	617.310,868	Boquira-BA, Botuporã-BA, Caetitê-BA, Caturama-BA, Érico Cardoso-BA, Igaporã-BA, Lagoa Real-BA, Livramento do Brumado-BA, Macaúbas-BA, Paramirim-BA, Tanque Novo-BA
MA-601	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Maracás	Muito alta	Criação de UC	36.243,704	Iramaia-BA
MA-602	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Pico do Barbado	Extremamente alta	Criação de UC	232.132,868	Abaira-BA, Ibiçara-BA, Ituaçu-BA, Jussiape-BA, Mucugê-BA, Rio de Contas-BA
MA-603	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Palmas do Monte Alto	Extremamente alta	Criação de UC	68.830,006	Bom Jesus da Lapa-BA
MA-604	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Coribe	Extremamente alta	Criação de UC	622.357,071	Cocos-BA, Coribe-BA, Feira da Mata-BA, Juvenília-MG, Montalvânia-MG, Santa Maria da Vitória-BA, São Félix do Coribe-BA

Capítulo 3

MA-605	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Peruaçu	Extremamente alta	Criação de UC	167.142,762	Cônego Marinho-MG, Itacarambi-MG, Januária-MG, Miravânia-MG, São João das Missões-MG
MA-606	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Reserva de Santa Isabel / Ponta dos Mangues	Muito alta	Criação de UC	9.476,316	Brejo Grande-SE, Ilha das Flores-SE, Pacatuba-SE
MA-607	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Santo Amaro das Brotas e Japarutuba	Extremamente alta	Criação de UC	104.852,488	Capela-SE, General Maynard-SE, Japarutuba-SE, Japoatã-SE, Muribeca-SE, Pacatuba-SE, Pirambu-SE, São Francisco-SE
MA-608	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra de Itabaiana e Matas de Areia Branca	Muito alta	Inventários biológicos	40.128,513	Areia Branca-SE, Itabaiana-SE, Itaporanga d'Ajuda-SE, Laranjeiras-SE, Malhador-SE, Nossa Senhora do Socorro-SE, São Cristóvão-SE
MA-609	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Restingas de Itaporanga e Estância	Extremamente alta	Criação de UC	123.655,175	Araúá-SE, Boquim-SE, Estância-SE, Indiaroba-SE, Itaporanga d'Ajuda-SE, Pedrinhas-SE, Salgado-SE, Santa Luzia do Itanh-SE, Umbaúba-SE
MA-610	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Litoral Norte - Linha verde	Insuficientemente conhecida	Inventários biológicos	273.265,541	Cardeal da Silva-BA, Conde-BA, Cristinápolis-SE, Entre Rios-BA, Esplanada-BA, Indiaroba-SE, Itanagra-BA, Jandaíra-BA
MA-611	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Mata do Joanes ao Pojuca	Alta	Manejo	248.908,211	Camaçari-BA, Candeias-BA, Catu-BA, Dias d'Ávila-BA, Itanagra-BA, Lauro de Freitas-BA, Mata de São João-BA, São Sebastião do Passé-BA, Simões Filho-BA
MA-612	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Recôncavo Baiano e Baía de Todos os Santos	Alta	Criação de UC	175.676,999	Aratuípe-BA, Cachoeira-BA, Jaguaripe-BA, Laje-BA, Maragogipe-BA, Nazaré-BA, Salinas da Margarida-BA, Santo Amaro-BA, Saubara-BA, Valença-BA, Vera Cruz-BA

Capítulo 3

MA-613	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra da Jibóia	Insuficientemente conhecida	Inventários biológicos	22.246,772	Amargosa-BA, Elísio Medrado-BA
MA-614	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Wenceslau Guimarães	Muito alta	Inventários biológicos	78.968,120	Cravolândia-BA, Itaquara-BA, Jaguaquara-BA, Santa Inês-BA
MA-615	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Jequié	Alta	Uso sustentável dos recursos naturais	393.848,690	Irajuba-BA, Iramaia-BA, Itiruçu-BA, Jaguaquara-BA, Jequié-BA, Lafaiete Coutinho-BA, Lajedo do Tabocal-BA, Manoel Vitorino-BA, Maracás-BA, Planaltino-BA
MA-616	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Ilhéus-Camamu-Valença	Extremamente alta	Criação de UC	686.486,065	Aurelino Leal-BA, Barra do Rocha-BA, Cairu-BA, Camamu-BA, Gandu-BA, Ibirapitanga-BA, Ibirataia-BA, Igrapiúna-BA, Ilhéus-BA, Ipiatã-BA, Itacaré-BA, Itajuípe-BA, Ituberá-BA, Marau-BA, Nilo Peçanha-BA, Pirai do Norte-BA, Presidente Tancredo Neves-BA, Taperoá-BA, Teolândia-BA, Ubaitaba-BA, Ubatã-BA, Urucuca-BA, Valença-BA, Wenceslau Guimarães-BA
MA-617	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Boa Nova	Extremamente alta	Criação de UC	240.289,472	Boa Nova-BA, Dário Meira-BA, Ibicuí-BA, Iguaí-BA, Itagi-BA, Itagibá-BA, Poções-BA
MA-618	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Una-Canavieiras	Extremamente alta	Corredor Ecológico	295.262,776	Arataca-BA, Canavieiras-BA, Ilhéus-BA, Mascote-BA, Santa Luzia-BA, Una-BA

Capítulo 3

MA-619	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Vitória da Conquista - Jordânia	Insuficientemente conhecida	Inventários biológicos	687.255,703	Almenara-MG, Bandeira-MG, Barra do Choça-BA, Divisópolis-MG, Encruzilhada-BA, Itambé-BA, Jacinto-MG, Jordânia-MG, Macarani-BA, Maiquinique-BA, Mata Verde-MG, Ribeirão do Largo-BA, Salto da Divisa-MG, Vitória da Conquista-BA
MA-620	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Remanescentes da Região de Camacã	Muito alta	Corredor Ecológico	247.516,564	Camacan-BA, Itapebi-BA, Itapetinga-BA, Itarantim-BA, Pau Brasil-BA, Potiraguá-BA
MA-621	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Jordânia	Extremamente alta	Criação de UC	81.740,497	Bandeira-MG, Jordânia-MG, Salto da Divisa-MG
MA-622	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Porto Seguro- Belmonte	Extremamente alta	Criação de UC	208.086,294	Belmonte-BA, Porto Seguro-BA, Santa Cruz Cabralia-BA
MA-623	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Salto da Divisa	Insuficientemente conhecida	Criação de UC	323.199,029	Guaratinga-BA, Itagimirim-BA, Jacinto-MG, Rio do Prado-MG, Rubim-MG, Salto da Divisa-MG, Santa Maria do Salto-MG, Santo Antônio do Jacinto-MG
MA-624	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Almenara	Extremamente alta	Criação de UC e corredor ecológico	61.067,750	Jequitinhonha-MG
MA-625	Mata Atlântica e Campos Sulinos	P.N. Monte Pascoal e P.N. do Descobrimento	Extremamente alta	Criação de UC	391.534,111	Guaratinga-BA, Itabela-BA, Itamaraju-BA, Jucuruçu-BA, Porto Seguro-BA, Prado-BA

Capítulo 3

MA-626	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Caravelas	Alta	Inventários biológicos	87.719,896	Alcobaça-BA, Caravelas-BA
MA-627	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Remanescentes na região de Teófilo Otoni	Insuficientemente conhecida	Inventários biológicos	546.937,127	Campanário-MG, Franciscópolis-MG, Frei Gaspar-MG, Itambacuri-MG, Ladainha-MG, Malacacheta-MG, Ouro Verde de Minas-MG, Pescador-MG, Poté-MG, Teófilo Otoni-MG
MA-628	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Mucuri Médio e Baixo	Extremamente alta	Manejo	105.120,328	Mucuri-BA
MA-629	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Itaúnas	Muito alta	Criação de UC e corredor ecológico	71.712,675	Conceição da Barra-ES, Pedro Canário-ES, Pinheiros-ES
MA-630	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Sooretama	Extremamente alta	Ampliação de UC	101.875,086	Jaguaré-ES, Linhares-ES, Sooretama-ES
MA-631	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Alto Rio Santo Antônio	Alta	Inventários biológicos	531.474,156	Carmésia-MG, Conceição do Mato Dentro-MG, Congonhas do Norte-MG, Dom Joaquim-MG, Dores de Guanhães-MG, Ferros-MG, Itabira-MG, Itambé do Mato Dentro-MG, Jaboticatubas-MG, Joanésia-MG, Morro do Pilar-MG, Nova União-MG, Passabém-MG, Santa Maria de Itabira-MG, Santana do Riacho-MG, Santo Antônio do Rio Abaixo-MG, São Sebastião do Rio Preto-MG

Capítulo 3

MA-632	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Região de Aimorés / Itueta	Alta	Criação de UC	51.980,627	Aimorés-MG, Itueta-MG, Resplendor-MG
MA-633	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Delta do Rio Doce	Extremamente alta	Criação de UC	146.493,875	Aracruz-ES, Linhares-ES
MA-634	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Parque Estadual do Rio Doce	Extremamente alta	Inventários biológicos	45.412,866	Dionísio-MG, Ipatinga-MG, Marliéria-MG, Timóteo-MG
MA-635	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Caratinga - Estação Biológica	Muito alta	Criação de UC	15.671,494	Santa Bárbara do Leste-MG, Simonésia-MG
MA-636	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Região de Santa Teresa - Duas Bocas	Extremamente alta	Criação de UC e corredor ecológico	85.820,174	Cariacica-ES, Fundão-ES, Santa Leopoldina-ES, Santa Maria de Jetibá-ES, Santa Teresa-ES
MA-637	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Mata do Sossego	Muito alta	Recuperação Florestal	21.262,005	Caputira-MG, Manhuaçu-MG
MA-638	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Região de Ouro Preto e Serra do Caraça	Extremamente alta	Criação de UC e corredor ecológico	376.163,181	Belo Horizonte-MG, Brumadinho-MG, Caeté-MG, Catas Altas-MG, Ibirité-MG, Itabirito-MG, Mariana-MG, Moeda-MG, Nova Lima-MG, Ouro Preto-MG, Raposos-MG, Rio Acima-MG, Sabará-MG, Santa Bárbara-MG, Sarzedo-MG
MA-639	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Faz. Pindobas IV / Afonso Cláudio	Extremamente alta	Criação de UC	37.665,215	Brejetuba-ES, Conceição do Castelo-ES, Muniz Freire-ES

Capítulo 3

MA-640	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Restinga de Setiba	Alta	Manejo	16.829,590	Cariacica-ES, Guarapari-ES, Vila Velha-ES
MA-641	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra do Caparaó	Extremamente alta	Inventários biológicos	41.997,065	Alto Caparaó-MG, Alto Jequitibá-MG, Caparaó-MG, Divino de São Lourenço-ES, Dolores do Rio Preto-ES, Espera Feliz-MG, Ibitirama-ES, Iúna-ES
MA-642	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Pedra Azul/Forno Grande	Extremamente alta	Inventários biológicos	46.757,423	Alfredo Chaves-ES, Castelo-ES, Domingos Martins-ES, Vargem Alta-ES, Venda Nova do Imigrante-ES
MA-643	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Região de Domingos Martins / Alfredo Chaves	Extremamente alta	Inventários biológicos	29.289,833	Alfredo Chaves-ES, Guarapari-ES
MA-644	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Carangola	Alta	Inventários biológicos	43.810,436	Caparaó-MG, Carangola-MG, Divino-MG, Espera Feliz-MG, Faria Lemos-MG, Pedra Dourada-MG, São Francisco do Glória-MG, Vieiras-MG,
MA-645	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Cafundó/Bananal Norte	Muito alta	Criação de UC	22.812,134	Cachoeiro de Itapemirim-ES, Jerônimo Monteiro-ES
MA-646	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Região de Viçosa	Extremamente alta	Inventários biológicos	341.489,493	Alto Rio Doce-MG, Amparo do Serra-MG, Brás Pires-MG, Cajuri-MG, Cipotânea-MG, Diogo de Vasconcelos-MG, Divinópolis-MG, Dolores do Turvo-MG, Guaraciaba-MG, Lamim-MG, Paula Cândido-MG, Pedra do Anta-MG, Piranga-MG, Porto Firme-MG, Presidente Bernardes-MG, Rio Espera-MG, São Miguel do Anta-MG, Senador Firmino-MG, Senhora de Oliveira-MG, Teixeira-MG, Viçosa-MG

Capítulo 3

MA-647	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra das Cangalhas	Muito alta	Criação de UC	30.615,781	Divino de São Lourenço-ES, Guaçuí-ES, Varre-Sai-RJ
MA-648	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra do Brigadeiro	Extremamente alta	Inventários biológicos	66.553,410	Araponga-MG, Ervália-MG, Fervedouro-MG, Guiricema-MG, Miradouro-MG, Pedra Bonita-MG, Rosário da Limeira-MG, São Sebastião da Vargem Alegre-MG, Sericita-MG, Itapemirim-ES
MA-649	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Usina Paineiras	Muito alta	Criação de UC	12.281,510	
MA-650	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra das Torres	Muito alta	Criação de UC	32.219,172	Mimoso do Sul-ES, Muqui-ES
MA-651	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra de São José	Extremamente alta	Criação de UC	24.554,753	Coronel Xavier Chaves-MG, Prados-MG, Santa Cruz de Minas-MG, São João del Rei-MG, Tiradentes-MG
MA-652	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Praia das Neves-Maroba	Muito alta	Criação de UC	12.231,698	Marataizes-ES, Presidente Kennedy-ES
MA-653	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Porciúncula/Raposo/Miracema	Alta	Recuperação Florestal	45.168,227	Itaperuna-RJ, Laje do Muriaé-RJ, Miracema-RJ, Natividade-RJ
MA-654	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Mata do Carvão	Muito alta	Criação de UC	21.339,854	São Francisco de Itabapoana-RJ

Capítulo 3

MA-655	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra de Carrancas	Muito alta	Inventários biológicos	73.016,339	Carrancas-MG, Ingaí-MG, Itutinga-MG, Luminárias-MG, Minduri-MG
MA-656	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Ibitipoca	Extremamente alta	Inventários biológicos	22.999,375	Bias Fortes-MG, Lima Duarte-MG, Santa Rita de Ibitipoca-MG
MA-657	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Rio Paranaíba	Insuficientemente conhecida	Criação de UC	937.728,567	Água Limpa-GO, Araguari-MG, Araporã-MG, Buriti Alegre-GO, Cachoeira Dourada-GO, Cachoeira Dourada-MG, Canápolis-MG, Capinópolis-MG, Centralina-MG, Corumbáiba-GO, Gouvelândia-GO, Inaciolândia-GO, Ipiacu-MG, Ituiutaba-MG, Itumbiara-GO, Marzagão-GO, Morrinhos-GO, Paranaiguara-GO, Quirinópolis-GO, Rio Quente-GO, São Simão-GO, Tupaciguara-MG
MA-658	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Paulo de Faria	Alta	Manejo	16.337,608	Paulo de Faria-SP
MA-659	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Furnas do Bom Jesus	Muito alta	Manejo	51.911,965	Buritizal-SP, Conquista-MG, Igarapava-SP, Pedregulho-SP
MA-660	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Orlândia - Morro Agudo	Muito alta	Inventários biológicos	51.816,234	Ipuã-SP, Morro Agudo-SP, São Joaquim da Barra-SP
MA-661	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra dos Rosas	Alta	Manejo	37.217,593	Franca-SP, Itirapuã-SP, Patrocínio Paulista-SP

Capítulo 3

MA-662	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra da Bodoquena	Extremamente alta	Criação de UC	416.444,533	Bodoquena-MS, Bonito-MS, Jardim-MS, Miranda-MS
MA-663	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Barretos	Alta	Corredor Ecológico	207.509,415	Barretos-SP, Bebedouro-SP, Colina-SP, Monte Azul Paulista-SP, Olímpia-SP, Severínia-SP, Taiacu-SP, Taiuva-SP, Taquaral-SP
MA-664	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Valparaíso	Alta	Criação de UC	156.685,947	Andradina-SP, Araçatuba-SP, Guaraçai-SP, Guararapes-SP, Lavínia-SP, Mirandópolis-SP, Murutinga do Sul-SP, Pereira Barreto-SP, Valparaíso-SP
MA-665	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Aguapeí	Insuficientemente conhecida	Criação de UC	348.933,621	Adamantina-SP, Arco-Íris-SP, Bento de Abreu-SP, Castilho-SP, Clementina-SP, Flórida Paulista-SP, Guaraçai-SP, Guararapes-SP, Iacri-SP, Irapuru-SP, Junqueirópolis-SP, Lavínia-SP, Lucélia-SP, Luizânia-SP, Mirandópolis-SP, Monte Castelo-SP, Nova Independência-SP, Osvaldo Cruz-SP, Pacaembu-SP, Paulicéia-SP, Piacatu-SP, Rinópolis-SP, Rubiácea-SP, Salmourão-SP, Santa Mercedes-SP, Santópolis do Aguapeí-SP, São João do Pau d'Alho-SP, Valparaíso-SP
MA-666	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Novo Horizonte	Insuficientemente conhecida	Criação de UC	111.597,084	Cafelândia-SP, Lins-SP, Novo Horizonte-SP, Sabino-SP, Sales-SP

Capítulo 3

MA-667	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Poços de Caldas	Extremamente alta	Criação de UC	556.108,951	Águas da Prata-SP, Andradas-MG, Arceburgo-MG, Bandeira do Sul-MG, Botelhos-MG, Cabo Verde-MG, Caconde-SP, Caldas-MG, Campestre-MG, Divinolândia-SP, Divisa Nova-MG, Guaranésia-MG, Guaxupé-MG, Itobi-SP, Juruaia-MG, Mococa-SP, Monte Belo-MG, Monte Santo de Minas-MG, Muzambinho-MG, Poços de Caldas-MG, São João da Boa Vista-SP, São José do Rio Pardo-SP, São Pedro da União-MG, São Sebastião da Gramma-SP, Tapiratiba-SP, Vargem Grande do Sul-SP
MA-668	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Matão	Muito alta	Criação de UC	53.356,826	Matão-SP, Nova Europa-SP, Tabatinga-SP
MA-669	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Caetetus	Extremamente alta	Corredor Ecológico	75.641,200	Alvinlândia-SP, Gália-SP, Garça-SP, Lupércio-SP, Marília-SP, Ocaçu-SP, Vera Cruz-SP
MA-670	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Jacaré - Pepira	Muito alta	Ampliação de UC	87.384,763	Barra Bonita-SP, Dois Córregos-SP, Jaú-SP, Mineiros do Tietê-SP
MA-671	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Ivinhema	Insuficientemente conhecida	Inventários biológicos	163.634,762	Glória de Dourados-MS, Ivinhema-MS, Novo Horizonte do Sul-MS
MA-672	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Pontal do Paranapanema	Extremamente alta	Criação de UC e corredor ecológico	322.626,110	Diamante do Norte-PR, Euclides da Cunha Paulista-SP, Inajá-PR, Marabá Paulista-SP, Presidente Epitácio-SP, Rosana-SP, Santo Antônio do Caiuá-PR, Teodoro Sampaio-SP, Terra Rica-PR

Capítulo 3

MA-673	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Barreiro Rico - Serra de Botucatu	Extremamente alta	Criação de UC	119.614,753	Anhembi-SP, Botucatu-SP, Dois Córregos-SP, Santa Maria da Serra-SP, São Pedro-SP, Torrinha-SP
MA-674	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Mata do Mosquito	Extremamente alta	Criação de UC	14.940,757	Narandiba-SP
MA-675	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Lencóis Paulista	Extremamente alta	Criação de UC	47.720,915	Avaré-SP, Borebi-SP, Lencóis Paulista-SP
MA-676	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Paraná (Ilha Grande)	Extremamente alta	Manejo	646.530,237	Altânia-PR, Bataiporã-MS, Diamante do Norte-PR, Eldorado-MS, Guaiá-PR, Itaquiraí-MS, Jateí-MS, Marilena-PR, Mundo Novo-MS, Naviraí-MS, Porto Rico-PR, Querência do Norte-PR, Rosana-SP, Santa Cruz de Monte Castelo-PR, São Jorge do Patrocínio-PR, São Pedro do Paraná-PR, Taquarussu-MS, Terra Roxa-PR, Vila Alta-PR
MA-677	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Ipanema	Alta	Criação de UC	31.874,290	Araçoiaba da Serra-SP, Boituva-SP, Capela do Alto-SP, Iperó-SP
MA-678	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Mata do Godoy	Extremamente alta	Corredor Ecológico	46.240,067	Cambé-PR, Londrina-PR
MA-679	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Vila Rica	Alta	Corredor Ecológico	232.916,898	Araruna-PR, Barbosa Ferraz-PR, Cianorte-PR, Engenheiro Beltrão-PR, Fênix-PR, Japurá-PR, Jussara-PR, São João do Ivaí-PR, São Jorge do Ivaí-PR, São Pedro do Ivaí-PR, São Tomé-PR, Tapejara-PR, Terra Boa-PR, Tuneiras do Oeste-PR

Capítulo 3



MA-680	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Iguaçu	Extremamente alta	Manejo	224.923,513	Capanema-PR, Capitão Leônidas Marques-PR, Céu Azul-PR, Foz do Iguaçu-PR, Lindoeste-PR, Matelândia-PR, Santa Lúcia-PR, Santa Tereza do Oeste-PR, Santa Terezinha de Itaipu-PR, São Miguel do Iguaçu-PR, Serranópolis do Iguaçu-PR
MA-681	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Rio Guarani	Extremamente alta	Inventários biológicos	33.184,877	Catanduvas-PR, Quedas do Iguaçu-PR, Três Barras do Paraná-PR
MA-682	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Giacometti	Insuficientemente conhecida	Criação de UC	65.315,192	Rio Bonito do Iguaçu-PR, Saudade do Iguaçu-PR, Sulina-PR
MA-683	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Turvo	Extremamente alta	Manejo	38.077,018	Barra do Guarita-RS, Derrubadas-RS, Esperança do Sul-RS
MA-684	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Guarita	Insuficientemente conhecida	Corredor Ecológico	37.560,304	Gramado dos Loureiros-RS, Liberato Salzano-RS, Nonoai-RS, Planalto-RS, Trindade do Sul-RS
MA-685	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Nonoai	Extremamente alta	Manejo	60.004,415	Aratiba-RS, Barão de Cotegipe-RS, Barra do Rio Azul-RS, Benjamin Constant do Sul-RS, Erval Grande-RS, Itatiba do Sul-RS, São Valentim-RS
MA-686	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Rolante/Riozinho	Extremamente alta	Criação de UC	55.024,173	Maquiné-RS, Riozinho-RS, Rolante-RS, São Francisco de Paula-RS

Capítulo 3

MA-687	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Quarta Colônia	Muito alta	Criação de UC	624.004,543	Agudo-RS, Arroio do Tigre-RS, Barros Cassal-RS, Boqueirão do Leão-RS, Candelária-RS, Cerro Branco-RS, Dona Francisca-RS, Estrela Velha-RS, Faxinal do Soturno-RS, Gramado Xavier-RS, Herveiras-RS, Ibarama-RS, Itaara-RS, Ivorá-RS, Lagoão-RS, Nova Palma-RS, Novo Cabrais-RS, Paraíso do Sul-RS, Passa Sete-RS, Pinhal Grande-RS, Santa Cruz do Sul-RS, Santa Maria-RS, São João do Polêsine-RS, São Martinho da Serra-RS, Segredo-RS, Silveira Martins-RS, Sinimbu-RS, Sobradinho-RS, Vale do Sol-RS, Venâncio Aires-RS, Vera Cruz-RS
MA-688	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Vale do Médio Rio Paraíba do Sul	Extremamente alta	Criação de UC	311.752,964	Além Paraíba-MG, Aperibé-RJ, Cantagalo-RJ, Carmo-RJ, Chiador-MG, Comendador Levy Gasparian-RJ, Duas Barras-RJ, Estrela Dalva-MG, Itaocara-RJ, Leopoldina-MG, Mar de Espanha-MG, Paraíba do Sul-RJ, Pirapetinga-MG, Recreio-MG, São José do Vale do Rio Preto-RJ, Sapucaia-RJ, Sumidouro-RJ, Três Rios-RJ, Volta Grande-MG
MA-689	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Jurubatiba	Muito alta	Inventários biológicos	40.831,391	Carapebus-RJ, Quissamã-RJ

Capítulo 3

MA-690	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra dos Órgãos	Extremamente alta	Corredor Ecológico	600.884,923	Bom Jardim-RJ, Cachoeiras de Macacu-RJ, Campos dos Goytacazes-RJ, Cordeiro-RJ, Duas Barras-RJ, Duque de Caxias-RJ, Guapimirim-RJ, Macuco-RJ, Magé-RJ, Miguel Pereira-RJ, Nova Friburgo-RJ, Nova Iguaçu-RJ, Paty do Alferes-RJ, Petrópolis-RJ, Santa Maria Madalena-RJ, São Fidélis-RJ, São Sebastião do Alto-RJ, Silva Jardim-RJ, Sumidouro-RJ, Teresópolis-RJ, Trajano de Moraes-RJ, Araruama-RJ, Cabo Frio-RJ, Carapebus-RJ, Casimiro de Abreu-RJ, Conceição de Macabu-RJ, Macaé-RJ, Rio das Ostras-RJ, Silva Jardim-RJ, Alaruoca-MG, Alagoa-MG, Baependi-MG, Bocaina de Minas-MG, Bom Jardim de Minas-MG, Brasópolis-MG, Camanducaia-MG, Campos do Jordão-SP, Carvalhos-MG, Cruzeiro-SP, Delfim Moreira-MG, Gonçalves-MG, Guaratinguetá-SP, Igaratá-SP, Itajubá-MG, Itamonte-MG, Itanhandu-MG, Itatiaia-RJ, Joanópolis-SP, Lavrinhas-SP, Liberdade-MG, Marmelópolis-MG, Monteiro Lobato-SP, Olaria-MG, Paraisópolis-MG, Passa Quatro-MG, Passa Vinte-MG, Pindamonhangaba-SP, Piquete-SP, Piracajá-SP, Piranguçu-MG, Pouso Alto-MG, Quatis-RJ, Queluz-SP, Resende-RJ, Rio Preto-MG, Santa Rita de Jacutinga-MG, Santo Antônio do Pinhal-SP, Sapucaí-Mirim-MG, São Bento do Sapucaí-SP, São José dos Campos-SP, São Sebastião do Rio Verde-MG, Seritinga-MG, Serranos-MG, Virgínia-MG, Wenceslau Braz-MG
MA-691	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Poço das Antas e Áreas de Entorno	Extremamente alta	Implementação de UC	162.926,176	
MA-692	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra da Mantiqueira	Extremamente alta	Implementação de UC	804.310,729	

Capítulo 3

MA-693	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Niterói - Saquarema	Extremamente alta	Inventários biológicos	151.683,042	Araruama-RJ, Itaboraí-RJ, Maricá-RJ, Niterói-RJ, Rio Bonito-RJ, São Gonçalo-RJ, Saquarema-RJ, Silva Jardim-RJ, Tanguá-RJ
MA-694	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Cabo Frio	Extremamente alta	Criação de UC	39.239,100	Armação de Búzios-RJ, Arraial do Cabo-RJ, Cabo Frio-RJ, Iguaba Grande-RJ, São Pedro da Aldeia-RJ
MA-695	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Tijuca	Extremamente alta	Manejo	66.583,970	Niíópolis-RJ, Nova Iguaçu-RJ, Rio de Janeiro-RJ, São João de Meriti-RJ
MA-696	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Marambaia	Muito alta	Criação de UC	16.949,113	Mangaratiba-RJ, Rio de Janeiro-RJ
MA-697	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra da Bocaina	Extremamente alta	Inventários biológicos	569.864,982	Angra dos Reis-RJ, Arapeí-SP, Areias-SP, Bananal-SP, Barra do Pirai-RJ, Caraguatatuba-SP, Cunha-SP, Itaguaí-RJ, Mangaratiba-RJ, Mendes-RJ, Natividade da Serra-SP, Paracambi-RJ, Paraibuna-SP, Parati-RJ, Pinheiral-RJ, Pirai-RJ, Rio Claro-RJ, São José do Barreiro-SP, São Luís do Paraitinga-SP, São Sebastião-SP, Ubatuba-SP
MA-698	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Ilha Grande	Extremamente alta	Implementação de UC	18.394,479	Angra dos Reis-RJ
MA-699	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra da Cantareira	Extremamente alta	Corredor Ecológico	108.961,311	Arujá-SP, Atibaia-SP, Bom Jesus dos Perdões-SP, Caieiras-SP, Francisco Morato-SP, Franco da Rocha-SP, Guarulhos-SP, Mairiporã-SP, Nazaré Paulista-SP, Santa Isabel-SP

Capítulo 3



MA-700	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra do Japi	Extremamente alta	Manejo	60.915,737	Araçariçuama-SP, Cabreúva-SP, Itu-SP, Itupeva-SP, Jundiá-SP, Pirapora do Bom Jesus-SP
MA-701	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Morro Grande	Extremamente alta	Criação de UC	52.723,814	Cotia-SP, Embu-SP, Itapeerica da Serra-SP, Taboão da Serra-SP, Vargem Grande Paulista-SP
MA-702	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Ilha de São Sebastião	Extremamente alta	Implementação de UC	34.137,173	Ilhabela-SP
MA-703	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Baixada Santista	Extremamente alta	Inventários biológicos	489.358,870	Bertioga-SP, Biritiba-Mirim-SP, Caraguatatuba-SP, Cubatão-SP, Embu-Guaçu-SP, Ferraz de Vasconcelos-SP, Guarujá-SP, Itanhaém-SP, Itariri-SP, Jiquitiba-SP, Mauá-SP, Moji das Cruzes-SP, Mongaguá-SP, Paraibuna-SP, Pedro de Toledo-SP, Peruíbe-SP, Praia Grande-SP, Ribeirão Pires-SP, Rio Grande da Serra-SP, Salesópolis-SP, Santo André-SP, Santos-SP, São Bernardo do Campo-SP, São Lourenço da Serra-SP, São Paulo-SP, São Sebastião-SP, São Vicente-SP, Suzano-SP
MA-704	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Alto do Paranapanema	Insuficientemente conhecida	Inventários biológicos	694.182,462	Alambari-SP, Apiaí-SP, Araçoiaba da Serra-SP, Barra do Chapéu-SP, Bom Sucesso de Itararé-SP, Buri-SP, Capão Bonito-SP, Guapiara-SP, Itaberá-SP, Itapetininga-SP, Itapeva-SP, Itapirapuã Paulista-SP, Itararé-SP, Nova Campina-SP, Piedade-SP, Pilar do Sul-SP, Ribeirão Branco-SP, Ribeirão Grande-SP, Salto de Pirapora-SP, São Miguel Arcanjo-SP, Sarapuí-SP, Taquarivaí-SP

Capítulo 3

MA-705	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Ilha de Alcatrazes	Extremamente alta	Criação de UC	6.539,345	
MA-706	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Ilha da Queimada Grande	Extremamente alta	Criação de UC	5.632,341	
MA-707	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Jureia - Paranaguá	Extremamente alta	Mudança de categoria de UC	2.013.586,368	Adrianópolis-PR, Antonina-PR, Apiaí-SP, Barra do Turvo-SP, Bocaiuva do Sul-PR, Cajati-SP, Campina Grande do Sul-PR, Cananéia-SP, Capão Bonito-SP, Eldorado-SP, Guapiara-SP, Guaraqueçaba-PR, Ibiúna-SP, Iguape-SP, Iporanga-SP, Itáóca-SP, Itariri-SP, Jacupiranga-SP, Juaquiá-SP, Miracatu-SP, Morretes-PR, Paranaguá-PR, Parquera-Açu-SP, Pedro de Toledo-SP, Peruíbe-SP, Piedade-SP, Piliar do Sul-SP, Piraquara-PR, Quatro Barras-PR, Registro-SP, Ribeirão Grande-SP, São Miguel Arcanjo-SP, Sete Barras-SP, Tapirai-SP, Tunas do Paraná-PR
MA-708	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Ilha de Figueira	Extremamente alta	Criação de UC	6.566,825	
MA-709	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Ilha do Mel	Extremamente alta	Manejo	11.682,815	Paranaguá-PR, Pontal do Paraná-PR
MA-710	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Tijucas do Sul	Insuficientemente conhecida	Criação de UC	27.167,076	Agudos do Sul-PR, Mandirituba-PR

Capítulo 3

MA-711	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Ilha de Currais	Extremamente alta	Criação de UC	4.039,174	
MA-712	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Itapoá / Guaratuba	Extremamente alta	Criação de UC	1.104.050,474	Araquari-SC, Balneário Camboriú-SC, Benedito Novo-SC, Blumenau-SC, Bombinhas-SC, Brusque-SC, Camboriú-SC, Campo Alegre-SC, Canelinha-SC, Corupá-SC, Doutor Pedrinho-SC, Garuva-SC, Gaspar-SC, Guabiruba-SC, Guarimirim-SC, Guaratuba-PR, Ilhota-SC, Indaial-SC, Itajaí-SC, Itapema-SC, Jaraguá do Sul-SC, Joinville-SC, José Boiteux-SC, Luiz Alves-SC, Massaranduba-SC, Matinhos-PR, Morretes-PR, Navegantes-SC, Paranaguá-PR, Piraquara-PR, Pomerode-SC, Pontal do Paraná-PR, Porto Belo-SC, Rio dos Cedros-SC, Rodeio-SC, São Bento do Sul-SC, São Francisco do Sul-SC, São João do Itaperiú-SC, São José dos Pinhais-PR, Schroeder-SC, Tijucas-SC, Tijucas do Sul-PR, Timbó-SC
MA-713	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Alto Itajaí	Extremamente alta	Manejo + Criação de UC	609.524,190	Dona Emma-SC, Doutor Pedrinho-SC, Itaiópolis-SC, José Boiteux-SC, Mafra-SC, Major Vieira-SC, Mirim Doce-SC, Monte Castelo-SC, Papanduva-SC, Ponte Alta-SC, Ponte Alta do Norte-SC, Pouso Redondo-SC, Rio do Campo-SC, Salete-SC, Santa Cecília-SC, Santa Terezinha-SC, São Cristóvão do Sul-SC, Taió-SC, Três Barras-SC, Vitor Meireles-SC, Witmarsum-SC

Capítulo 3

MA-714	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra do Tabuleiro e Ilhas Catarinenses	Extremamente alta	Inventários biológicos	1.329.103,022	<p>Agromônica-SC, Águas Mornas-SC, Alfredo Wagner-SC, Angelina-SC, Anitápolis-SC, Antônio Carlos-SC, Apiúna-SC, Armazém-SC, Ascurra-SC, Aurora-SC, Biguaçu-SC, Blumenau-SC, Bom Retiro-SC, Botuverá-SC, Braço do Norte-SC, Brusque-SC, Canelinha-SC, Chapadão do Lageado-SC, Dona Emma-SC, Florianópolis-SC, Garopaba-SC, Governador Celso Ramos-SC, Grão Pará-SC, Gravatal-SC, Guabiruba-SC, Ibirama-SC, Imaruí-SC, Imbituba-SC, Imbuia-SC, Indaial-SC, Ituporanga-SC, José Boiteux-SC, Laurentino-SC, Leoberto Leal-SC, Lontras-SC, Major Gercino-SC, Nova Trento-SC, Palhoça-SC, Paulo Lopes-SC, Petrolândia-SC, Presidente Getúlio-SC, Presidente Nereu-SC, Rancho Queimado-SC, Rio do Sul-SC, Rio Fortuna-SC, Rodeio-SC, Santa Rosa de Lima-SC, Santo Amaro da Imperatriz-SC, São Bonifácio-SC, São João Batista-SC, São José-SC, São Martinho-SC, São Pedro de Alcântara-SC, Tijucas-SC, Urubici-SC, Vidal Ramos-SC</p>
--------	---------------------------------	-----------------------------------------	-------------------	------------------------	---------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Capítulo 3

MA-715	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Floresta de Planície Costeira	Alta	Criação de UC e recuperação florestal	265.073,359	Araranguá-SC, Arroio do Sal-RS, Balneário Arroio do Silva-SC, Balneário Gaivota-SC, Capão da Canoa-RS, Cidreira-RS, Cocal do Sul-SC, Criciúma-SC, Dom Pedro de Alcântara-RS, Ermópolis-SC, Forquilha-SC, Içara-SC, Imbé-RS, Jaguaruna-SC, Maquiné-RS, Maracajá-SC, Meleiro-SC, Morro da Fumaça-SC, Osório-RS, Passo de Torres-SC, Pedras Grandes-SC, Sangão-SC, Santa Rosa do Sul-SC, São João do Sul-SC, Sombrio-SC, Terra de Areia-RS, Torres-RS, Tramandaí-RS, Três Cachoeiras-RS, Treze de Maio-SC, Xangri-lá-RS
MA-716	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Médio Rio Tibagi	Extremamente alta	Criação de UC	59.549,394	Tibagi-PR
MA-717	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Alto Médio Rio Tibagi / Alto Rio Iguaçu	Alta	Criação de UC	952.552,718	Almirante Tamandaré-PR, Antônio Olinto-PR, Araucária-PR, Campina Grande do Sul-PR, Campo do Tenente-PR, Campo Largo-PR, Campo Magro-PR, Carambei-PR, Castro-PR, Colombo-PR, Contenda-PR, Curitiba-PR, Curitiba-PR, Fazenda Rio Grande-PR, Imbaú-PR, Imbituva-PR, Ipiranga-PR, Itaperuçu-PR, Lapa-PR, Mandirituba-PR, Ortigueira-PR, Palmeira-PR, Piraquara-PR, Ponta Grossa-PR, Quatro Barras-PR, Quitandinha-PR, São Jerônimo da Serra-PR, São José dos Pinhais-PR, Sapopema-PR, Tamarana-PR, Teixeira Soares-PR, Telêmaco Borba-PR, Tibagi-PR

Capítulo 3

MA-718	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Campos Gerais	Muito alta	Inventários biológicos	106.011,221	Ipiranga-PR, Ponta Grossa-PR, Teixeira Soares-PR
MA-719	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Nascentes do Rio Piquiri	Insuficientemente conhecida	Criação de UC	242.085,150	Boa Ventura de São Roque-PR, Campina do Simão-PR, Cândói-PR, Guarapuava-PR, Pitanga-PR, Santa Maria do Oeste-PR, Turvo-PR
MA-720	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Várzeas e Cabeceiras do Rio Iguauçu / Vila Velha	Extremamente alta	Criação de UC	353.354,712	Almirante Tamandaré-PR, Araucária-PR, Balsa Nova-PR, Campo Largo-PR, Campo Magro-PR, Carambei-PR, Castro-PR, Colombo-PR, Curitiba-PR, Lapa-PR, Palmeira-PR, Pinhais-PR, Piraquara-PR, Ponta Grossa-PR, Porto Amazonas-PR
MA-721	Mata Atlântica e Campos Sulinos	São Mateus do Sul II	Muito alta	Criação de UC	143.163,038	Antônio Olinto-PR, Lapa-PR, São João do Triunfo-PR, São Mateus do Sul-PR, Três Barras-SC
MA-722	Mata Atlântica e Campos Sulinos	São Mateus do Sul I	Alta	Manejo	246.606,670	Antônio Olinto-PR, Canoinhas-SC, Fernandes Pinheiro-PR, Mafra-SC, Paulo Frontin-PR, Rebouças-PR, São João do Triunfo-PR, São Mateus do Sul-PR, Três Barras-SC
MA-723	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Médio Rio Iguauçu / Guarapuava	Extremamente alta	Recuperação Florestal	2.186.965,891	Abelardo Luz-SC, Água Doce-SC, Bituruna-PR, Boa Ventura de São Roque-PR, Caçador-SC, Calmon-SC, Clevelândia-PR, Coronel Domingos Soares-PR, Cruz Machado-PR, General Carneiro-PR, Guarapuava-PR, Honório Serpa-PR, Inácio Martins-PR, Irani-SC, Irati-PR, Irineópolis-SC, Macieira-SC, Mallet-PR, Mangueirinha-PR, Matos

Capítulo 3



MA-724	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Planalto Leste SC/PR	Extremamente alta	Criação de UC	203.451,231	Costa-SC, Ouro Verde-SC, Palmas-PR, Passos Maia-SC, Paula Freitas-PR, Paulo Frontin-PR, Pinhão-PR, Ponte Serrada-SC, Porto União-SC, Porto Vitória-PR, Prudentópolis-PR, Reserva do Iguaçu-PR, Rio Azul-PR, Turvo-PR, União da Vitória-PR, Vargeão-SC, Vargem Bonita-SC
MA-725	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Chapecó	Insuficientemente conhecida	Inventários biológicos	157.584,776	Arvoredo-SC, Bom Jesus-SC, Chapecó-SC, Cordilheira Alta-SC, Coronel Freitas-SC, Entre Rios-SC, Faxinal dos Guedes-SC, Ipuçu-SC, Lajeado Grande-SC, Marema-SC, Ouro Verde-SC, Xanxerê-SC, Xaxim-SC
MA-726	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Campos de Lages	Alta	Manejo	325.879,121	Bocaina do Sul-SC, Correia Pinto-SC, Lages-SC, Otacílio Costa-SC, Painel-SC, Palmeira-SC, São Joaquim-SC, Urupema-SC
MA-727	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Rio Pelotas	Alta	Manejo	232.037,326	Anita Garibaldi-SC, Barracão-RS, Celso Ramos-SC, Cerro Negro-SC, Esmeralda-RS, Lagoa Vermelha-RS, Muitos Capões-RS
MA-728	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Barracão	Extremamente alta	Criação de UC e ampliação de UC	111.628,110	Campo Belo do Sul-SC, Capão Alto-SC, Cerro Negro-SC, Esmeralda-RS, Vacaria-RS

Capítulo 3

MA-729	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Rio Pelotas - São Mateus	Muito alta	Inventários biológicos	962.753,919	Bocaina do Sul-SC, Bom Jesus-RS, Bom Retiro-SC, Cambará do Sul-RS, Campestre da Serra-RS, Capão Alto-SC, Esmeralda-RS, Jaquirana-RS, Lages-SC, Monte Alegre dos Campos-RS, Muitos Capões-RS, Painel-SC, Rio Rufino-SC, São Francisco de Paula-RS, São Joaquim-SC, Urupema-SC, Vacaria-RS
MA-730	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Grande Região dos Aparados da Serra	Extremamente alta	Criação de UC e ampliação de UC	1.058.224,876	Bom Jardim da Serra-SC, Bom Jesus-RS, Bom Retiro-SC, Cambará do Sul-RS, Caxias do Sul-RS, Grão Pará-SC, Jacinto Machado-SC, Jaquirana-RS, Lauro Muller-SC, Mampituba-RS, Maquiné-RS, Meleiro-SC, Monte Alegre dos Campos-RS, Morrinhos do Sul-RS, Morro Grande-SC, Nova Veneza-SC, Orleans-SC, Praia Grande-SC, Rio Rufino-SC, São Francisco de Paula-RS, São Joaquim-SC, São José dos Ausentes-RS, Siderópolis-SC, Terra de Areia-RS, Timbé do Sul-SC, Três Cachoeiras-RS, Três Forquilhas-RS, Treviso-SC, Turvo-SC, Urubici-SC, Urupema-SC, Urussanga-SC
MA-731	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Entorno de Aparados da Serra	Alta	Inventários biológicos	179.700,180	Canela-RS, Caxias do Sul-RS, Gramado-RS, Maquiné-RS, Nova Petrópolis-RS, Riozinho-RS, Santa Maria do Herval-RS, São Francisco de Paula-RS, São Marcos-RS
MA-732	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Campos do Planalto	Muito alta	Criação de UC	921.182,345	Cruz Alta-RS, Fortaleza dos Valos-RS, Itara-RS, Jari-RS, Jóia-RS, Júlio de Castilhos-RS, Pinhal Grande-RS, Quevedos-RS, Salto do Jacuí-RS, Santiago-RS, São Martinho da Serra-RS, Tupanciretã-RS

Capítulo 3



MA-733	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Campanha Gaúcha	Extremamente alta	Criação e ampliação de UC	2.609.495,753	Alegrete-RS, Barra do Quaraí-RS, Garruchos-RS, Itaquí-RS, Maçambará-RS, Quaraí-RS, Rosário do Sul-RS, Santana do Livramento-RS, Santo Antônio das Missões-RS, São Borja-RS, Uruguaiana-RS
MA-734	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Serra do Sudeste	Extremamente alta	Fiscalização	972.466,369	Amaral Ferrador-RS, Bagé-RS, Caçapava do Sul-RS, Cachoeira do Sul-RS, Canguçu-RS, Encruzilhada do Sul-RS, Pinheiro Machado-RS, Piratini-RS, Santana da Boa Vista-RS
MA-735	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Campo de Baixada de Bagé	Muito alta	Recuperação Florestal	848.118,461	Bagé-RS, Candiota-RS, Dom Pedrito-RS, Herval-RS, Hulha Negra-RS, Pinheiro Machado-RS
MA-736	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Planície Costeira	Extremamente alta	Implementação de UC	2.382.477,606	Arambaré-RS, Arroio Grande-RS, Barra do Ribeiro-RS, Camaquã-RS, Capão do Leão-RS, Capivari do Sul-RS, Lagoa dos Patos-RS, Lagoa Mirim-RS, Mostardas-RS, Palmares do Sul-RS, Pelotas-RS, Porto Alegre-RS, Rio Grande-RS, Santa Vitória do Palmar-RS, São José do Norte-RS, São Lourenço do Sul-RS, Tapetes-RS, Tavares-RS, Turuçu-RS, Viamão-RS
MC-737	Mata Atlântica e Campos Sulinos	Foz do Rio Oiapoque a Ponta do Marrecal	Extremamente alta	Inventário	631.022,578	Calçoene-AP, Oiapoque-AP
MC-738	Zona Costeira e Marinha	Ponta do Marrecal até a Foz do Rio Amapá Grande	Extremamente alta	Inventário; Criação de UC	256.097,639	Calçoene-AP
MC-739	Zona Costeira e Marinha	Foz do Rio Amapá Grande à Foz do Rio Araguari	Extremamente alta	Manejo; Criação de UC	1.077.337,770	Amapá-AP, Pracuúba-AP, Tartarugalzinho - AP
MC-740	Zona Costeira e Marinha	Golfão Marajoara	Extremamente alta	Manejo; Inventário	4.117.031,620	Afuá-PA, Ananindeua-PA, Belém-PA, Benevides-PA, Breves-PA, Cachoeira do Arari-PA, Chaves-PA, Cutias-AP, Gurupá-PA, Itaubal-AP, Macapá-AP, Marituba-PA, Mazagão-AP, Melgaço-PA, Ponta de Pedras-PA, Salvaterra-PA, Santa Cruz do Arari-PA, Santana-AP, Soure-PA, Vitória do Jari-AP

Capítulo 3

MC-741	Zona Costeira e Marinha	Reentrâncias Maranhenses e Paraenses	Extremamente alta	Manejo; Inventário; Criação de UC	2.192.186,723	Alcântara-MA, Apicum-Açu-MA, Augusto Corrêa-PA, Bacuri-MA, Benevides-PA, Bequimão-MA, Bragança-PA, Cândido Mendes-MA, Capanema-PA, Carutapeira-MA, Castanhal-PA, Cedral-MA, Central do Maranhão-MA, Colares-PA, Curuçá-PA, Cururupu-MA, Godofredo Viana-MA, Guimarães-MA, Igarapé-Açu-PA, Luís Domingues-MA, Magalhães Barata-PA, Maracanã-PA, Marapanim-PA, Marituba-PA, Mirinzal-MA, Nova Timboteua-PA, Peixe-Boi-PA, Porto Rico do Maranhão-MA, Primavera-PA, Quatipuru-PA, Salinópolis-PA, Santa Bárbara do Pará-PA, Santa Helena-MA, Santa Isabel do Pará-PA, Santarém Novo-PA, Santo Antônio do Tauá-PA, São Caetano de Odivelas-PA, São Francisco do Pará-PA, São João da Ponta-PA, São João de Pirabas-PA, Serrano do Maranhão-MA, Terra Alta-PA, Tracuateua-PA, Turiaguá-MA, Vigia-PA, Viseu-PA
MC-742	Zona Costeira e Marinha	Baixada Maranhense	Extremamente alta	Manejo; Inventário	1.170.691,331	Anajatuba-MA, Ariari-MA, Bacabeira-MA, Bacurituba-MA, Bequimão-MA, Cachoeira Grande-MA, Cajapió-MA, Cajari-MA, Central do Maranhão-MA, Matinha-MA, Olin da Nova do Maranhão-MA, Palmeirândia-MA, Penalva-MA, Perí Mirim-MA, Pinheiro-MA, Presidente Juscelino-MA, Presidente Sarney-MA, Rosário-MA, Santa Helena-MA, Santa Rita-MA, São Bento-MA, São João Batista-MA, São Vicente Ferrer-MA, Turiaguá-MA, Turilândia-MA, Viana-MA, Vitória do Mearim-MA

Capítulo 3



MC-743	Zona Costeira e Marinha	Golfão Maranhense	Extremamente alta	Recuperação; Manejo	341.839,166	Alcântara-MA, Axixá-MA, Bacabeira-MA, Humberto de Campos-MA, Icatu-MA, Morros-MA, Paço do Lumiar-MA, Presidente Juscelino-MA, Primeira Cruz-MA, Raposa-MA, Rosário-MA, São José de Ribamar-MA, São Luís-MA
MC-744	Zona Costeira e Marinha	Grandes Lençóis	Extremamente alta	Manejo; Inventário	190.438,113	Barreirinhas-MA, Primeira Cruz-MA, Santo Amaro do Maranhão-MA
MC-745	Zona Costeira e Marinha	Pequenos Lençóis Maranhenses (Delta)	Extremamente alta	Manejo; Inventário; Criação de UC.	126.609,953	Água Doce do Maranhão-MA, Araiões-MA, Barreirinhas-MA, Paulino Neves-MA, Tutóia-MA
MC-746	Zona Costeira e Marinha	A.P.A. do Rio Parnaíba, incluindo a região do Delta do Parnaíba ao litoral de Barroquinhas	Extremamente alta	Manejo	148.994,814	Araiões-MA, Bairroquinha-CE, Cajueiro da Praia-PI, Chaval-CE, Ilha Grande-PI, Luís Correia-PI, Parnaíba-PI
MC-747	Zona Costeira e Marinha	Rio Coreaú - Camocim	Muito alta	Inventário	35.362,806	Camocim-CE, Granja-CE
MC-748	Zona Costeira e Marinha	Jijoca - Jericoacara	Muito alta	Manejo; Recuperação; Inventário	54.213,622	Camocim-CE, Cruz-CE, Jijoca de Jericoacoara-CE
MC-749	Zona Costeira e Marinha	Rio Acaraú	Muito alta	Inventário	58.972,806	Acaraú-CE, Bela Cruz-CE, Cruz-CE, Marco-CE, Morrinhos-CE
MC-750	Zona Costeira e Marinha	Costa do município de Itarema	Extremamente alta	Inventário	12.663,249	Itarema-CE
MC-751	Zona Costeira e Marinha	Rio Mundaú ao Rio Cauípe	Muito alta	Manejo; Inventário; Criação de UC	100.249,547	Itaipoca-CE, Paracuru-CE, Paraipaba-CE, São Gonçalo do Amarante-CE, Trairi-CE
MC-752	Zona Costeira e Marinha	Estuários da Região Metropolitana de Fortaleza	Muito alta	Recuperação; Criação de UC	87.773,984	Caucaia-CE, Eusébio-CE, Fortaleza-CE, Itaitinga-CE, Maracanaú-CE, Maranguape-CE, Pacatuba-CE

Capítulo 3

MC-753	Zona Costeira e Marinha	Jaguaribe a São Bento do Norte	Extremamente alta	Manejo; Recuperação; Inventário; Criação de UC	154.308,404	Aracati-CE, Areia Branca-RN, Caiçara do Norte-RN, Fortim-CE, Galinhos-RN, Grossos-RN, Guamaré-RN, Icapuí-CE, Macau-RN, Porto do Mangue-RN, São Bento do Norte-RN, Serra do Mel-RN, Tibau-RN
MC-754	Zona Costeira e Marinha	Complexo Estuarino do Rio Jaguaribe	Muito alta	Manejo; Recuperação; Inventário; Criação de UC	45.699,481	Aracati-CE, Fortim-CE, Itaiçaba-CE, Jaguaruana-CE
MC-755	Zona Costeira e Marinha	Complexo Estuarino de Areia Branca	Muito alta	Manejo; Recuperação; Criação de UC	49.519,838	Areia Branca-RN, Grossos-RN, Mossoró-RN
MC-756	Zona Costeira e Marinha	Complexo Estuarino de Macau	Muito alta	Manejo; Recuperação; Criação de UC	62.067,743	Alto do Rodrigues-RN, Carnaubais-RN, Macau-RN, Pendências-RN, Porto do Mangue-RN
MC-757	Zona Costeira e Marinha	Complexo Estuarino Galinhos - Guamaré	Muito alta	Manejo; Recuperação; Criação de UC	24.905,877	Galinhos-RN, Guamaré-RN
MC-758	Zona Costeira e Marinha	São Bento do Norte a Touros	Muito alta	Manejo; Recuperação; Inventário; Criação de UC	37.894,783	Caiçara do Norte-RN, Pedra Grande-RN, São Miguel de Touros-RN, Touros-RN
MC-759	Zona Costeira e Marinha	Touros a Extremoz	Muito alta	Inventário; Criação de UC	41.096,509	Ceará-Mirim-RN, Extremoz-RN, Maxaranguape-RN, Rio do Fogo-RN
MC-760	Zona Costeira e Marinha	Extremoz a Nísia Floresta	Extremamente alta	Manejo; Criação de UC	48.498,956	Extremoz-RN, Natal-RN, Nísia Floresta-RN, Parnamirim-RN, São Gonçalo do Amarante-RN, São José de Mipibu-RN
MC-761	Zona Costeira e Marinha	Nísia Floresta a Barra do Cunhau	Extremamente alta	Manejo; Inventário; Criação de UC	25.167,280	Arês-RN, Baía Formosa-RN, Canguare-tama -RN, Senador Georgino Avelino-RN, Tibau do Sul-RN, Vila Flor-RN
MC-762	Zona Costeira e Marinha	Barra do Cunhau a Baía da Traição	Extremamente alta	Manejo; Criação de UC	3.814,349	Baía da Traição-PB, Mataraca-PB

Capítulo 3



MC-763	Zona Costeira e Marinha	Baía da Traição à Ponta de Lucena	Extremamente alta	Inventário; Criação de UC	5.000,132	Marcação-PB, Rio Tinto-PB
MC-764	Zona Costeira e Marinha	Ponta de Lucena ao Conde	Extremamente alta	Recuperação; Criação de UC	10.752,565	Bayeux-PB, Conde-PB, João Pessoa-PB, Pitimbu-PB
MC-765	Zona Costeira e Marinha	Conde - Pitimbu até a Barra de Goiana	Extremamente alta	Inventário; Criação de UC	5.436,511	Goiana-PE, Itapissuma-PE
MC-766	Zona Costeira e Marinha	Complexo Canal de Santa Cruz	Extremamente alta	Manejo; Criação de UC	4.535,406	Igarassu-PE, Itapissuma-PE
MC-767	Zona Costeira e Marinha	Barra de Jangadas até o Rio Timbó	Muito alta	Recuperação	7.256,173	Olinda-PE, Paulista-PE, Recife-PE
MC-768	Zona Costeira e Marinha	Complexo de Suape	Extremamente alta	Manejo; Inventário; Criação de UC	5.841,310	Cabo de Santo Agostinho-PE, Jaboatão dos Guararapes-PE
MC-769	Zona Costeira e Marinha	Sirinhaém até a Foz do Rio Ipojuca	Extremamente alta	Manejo	3.844,622	Ipojuca-PE
MC-770	Zona Costeira e Marinha	Complexo ambiental Várzea do Una até Sirinhaém	Extremamente alta	Manejo; Inventário; Criação de UC	12.273,791	Barreiros-PE, Rio Formoso-PE, São José da Coroa Grande-PE, Tamandaré-PE
MC-771	Zona Costeira e Marinha	Estuários e manguezais do litoral norte de Alagoas	Extremamente alta	Inventário; Manejo; Criação de UC	41.562,118	Barra de Santo Antônio-AL, Japaratinga-AL, Maceió-AL, Maragogi-AL, Paripueira-AL, Passo de Camaragibe-AL, Porto de Pedras-AL, São José da Coroa Grande-PE, São Miguel dos Milagres-AL
MC-772	Zona Costeira e Marinha	Várzea do Rio Santo Antônio	Insuficientemente conhecida	Inventário; Criação de UC	1.456,988	Barra de Santo Antônio-AL

Capítulo 3

MC-773	Zona Costeira e Marinha	Complexo estuarino-lagunar Mundaú-Manguaba	Extremamente alta	Inventário; Criação de UC	32.277,264	Coqueiro Seco-AL, Maceió-AL, Marechal Deodoro-AL, Pilar-AL, Santa Luzia do Norte-AL
MC-774	Zona Costeira e Marinha	Lagunas e manguezais do litoral sul de Alagoas	Insuficientemente conhecida	Inventário	33.380,600	Barra de São Miguel-AL, Marechal Deodoro-AL, Roteiro-AL, São Miguel dos Campos-AL
MC-775	Zona Costeira e Marinha	Foz do Rio São Francisco e ecossistemas associados	Extremamente alta	Manejo; Inventário; Criação de UC	24.705,951	Brejo Grande-SE, Ilha das Flores-SE, Pacatuba-SE, Piaçabuçu-AL
MC-776	Zona Costeira e Marinha	Litoral norte de Sergipe	Extremamente alta	Inventário	4.051,662	Pirambu-SE
MC-777	Zona Costeira e Marinha	Estuário do Rio Japaratinga	Extremamente alta	Manejo; Recuperação	1.701,686	Carmópolis-SE, Japaratinga-SE, Pirambu-SE, Santo Amaro das Brotas-SE
MC-778	Zona Costeira e Marinha	Estuário do Rio Sergipe	Extremamente alta	Recuperação	25.595,099	Aracaju-SE, Divina Pastora-SE, Laranjeiras-SE, Malhada-SE, Maruim-SE, Nossa Senhora do Socorro-SE, Riachuelo-SE, Santo Amaro das Brotas-SE
MC-779	Zona Costeira e Marinha	Estuário do Rio Vaza Barris	Extremamente alta	Manejo; Criação de UC	17.445,200	São Cristóvão-SE
MC-780	Zona Costeira e Marinha	Litoral sul de Sergipe	Extremamente alta	Inventário; Criação de UC	7.890,746	Chaves-PA, Estância-SE, Itaporanga d'Ajuda-SE
MC-781	Zona Costeira e Marinha	Complexo estuarino Piauí - Fundo Real	Extremamente alta	Inventário	37.983,088	Estância-SE, Indiaroba-SE, Santa Luzia do Itanhhy-SE
MC-782	Zona Costeira e Marinha	Litoral Norte da Bahia, entre os municípios de Conde e Lauro de Freitas	Extremamente alta	Inventário; Criação de UC	71.553,485	Camaçari-BA, Lauro de Freitas-BA, Mata de São João-BA, Salvador-BA

Capítulo 3



MC-783	Zona Costeira e Marinha	Baía de Todos os Santos	Extremamente alta	Manejo; Recuperação; Inventário	51.908,167	Cachoeira-BA, Candeias-BA, Jaguaripe-BA, Madre de Deus-BA, Maragogipe-BA, Salinas da Margarida-BA, Salvador-BA, São Félix-BA, São Francisco do Conde-BA, Simões Filho-BA
MC-784	Zona Costeira e Marinha	Valença e Marauá	Extremamente alta	Inventário; Criação de UC	112.969,173	Cairu-BA, Camamu-BA, Igrapiúna-BA, Ituberá-BA, Marauá-BA, Nilo Peçanha-BA, Taperoá-BA, Valença-BA
MC-785	Zona Costeira e Marinha	Ilhéus	Muito alta	Manejo; Inventário	18.283,635	Ilhéus-BA
MC-786	Zona Costeira e Marinha	Canavieiras a Belmonte	Muito alta	Inventário; Criação de UC	144.734,986	Belmonte-BA, Canavieiras-BA
MC-787	Zona Costeira e Marinha	Estuários e Manguezais dos Rios Buranhém (Porto Seguro) e João de Tiba	Muito alta	Manejo; Recuperação; Inventário; Criação de UC	7.687,182	Porto Seguro-BA
MC-788	Zona Costeira e Marinha	Barra do Rio do Frade	Insuficientemente conhecida	Inventário; Criação de UC	5.653,237	Porto Seguro-BA
MC-789	Zona Costeira e Marinha	Corumbau a Caraívas	Alta	Manejo; Inventário; Criação de UC	8.488,822	Porto Seguro-BA, Prado-BA
MC-790	Zona Costeira e Marinha	Ponta de Guanatiba até Praia do Farol	Alta	Inventário; Criação de UC	11.777,259	Alcobaça-BA, Prado-BA
MC-791	Zona Costeira e Marinha	Estuário do Rio Caravelas	Extremamente alta	Manejo; Recuperação; Inventário; Criação de UC	36.118,906	Caravelas-BA
MC-792	Zona Costeira e Marinha	Estuário do Rio Mucuri	Extremamente alta	Manejo; Inventário	13.628,844	Mucuri-BA

Capítulo 3

MC-793	Zona Costeira e Marinha	Parque Estadual Itaúnas	Extremamente alta	Inventário; Criação de UC	1.047,062	Conceição da Barra-ES, Mucuri-BA
MC-794	Zona Costeira e Marinha	Foz do Rio São Mateus até o Rio Barra Nova	Muito alta	Inventário	11.137,004	Conceição da Barra-ES, São Mateus-ES
MC-795	Zona Costeira e Marinha	Rio Barra Nova/Mariricu até o Rio Barra Seca	Muito alta	Manejo; Recuperação	3.640,988	Jaguare-ES, Linhares-ES, São Mateus-ES
MC-796	Zona Costeira e Marinha	Rio Barra Seca até o Rio Riacho	Extremamente alta	Manejo; Recuperação; Inventário; Criação de UC	134.410,179	Aracruz-ES, Linhares-ES
MC-797	Zona Costeira e Marinha	Barra do Riacho até Manguinhos	Muito alta	Inventário	6.613,666	Serra-ES
MC-798	Zona Costeira e Marinha	Estuário/manguezal de Vitória até a Ilha das Garças	Muito alta	Recuperação; Criação de UC	18.328,969	Cariacica-ES, Vitória-ES
MC-799	Zona Costeira e Marinha	Reserva Ecológica de Jacarenema até o Manguezal de Guarapari	Extremamente alta	Manejo; Recuperação; Criação de UC	9.250,840	Guarapari-ES
MC-800	Zona Costeira e Marinha	Lagoa Maimba (Guarapari) até o Manguezal de Anchieta	Muito alta	Inventário; Criação de UC	7.168,466	Anchieta-ES
MC-801	Zona Costeira e Marinha	A.P.A. Guanandy até a Ilha Branca	Muito alta	Inventário; Criação de UC	1.531,433	Itapemirim-ES
MC-802	Zona Costeira e Marinha	Marataízes até Presidente Kennedy	Muito alta	Inventário	1.625,546	Presidente Kennedy-ES, São Francisco de Itabapoana-RJ
MC-803	Zona Costeira e Marinha	Buena - Foz do Itabapoana	Muito alta	Manejo; Recuperação; Inventário; Criação de UC	4.362,042	Presidente Kennedy-ES, São Francisco de Itabapoana-RJ

Capítulo 3



MC-804	Zona Costeira e Marinha	Foz do Rio Paraíba do Sul	Muito alta	Inventário; Criação de UC	4.615,635	São Francisco de Itabapoana-RJ
MC-805	Zona Costeira e Marinha	Gruaí até a Lagoa Feia	Muito alta	Inventário; Criação de UC	90.650,802	Campos dos Goytacazes-RJ, Quissamã-RJ, São João da Barra-RJ
MC-806	Zona Costeira e Marinha	Restinga de Jurubatiba	Extremamente alta	Manejo; Recuperação; Inventário	6.810,679	Carapebus-RJ
MC-807	Zona Costeira e Marinha	Macaé - Lagoa Imboassica - Rio das Ostras	Extremamente alta	Criação de UC	5.024,447	Rio das Ostras-RJ
MC-808	Zona Costeira e Marinha	Rio Una/Guarguá - Búzios/Cabo Frio	Extremamente alta	Criação de UC	11.002,408	Armação de Búzios-RJ, Cabo Frio-RJ
MC-809	Zona Costeira e Marinha	Cabo Frio - Lagoa de Araruama	Extremamente alta	Manejo; Recuperação	38.893,280	Araruama-RJ, Arraial do Cabo-RJ, Cabo Frio-RJ, Iguaba Grande-RJ, São Pedro da Aldeia-RJ, Saquarema-RJ
MC-810	Zona Costeira e Marinha	Sistema lagunar de Maricá e Saquarema	Extremamente alta	Manejo; Inventário; Criação de UC	41.614,835	Maricá-RJ, São Gonçalo-RJ, Saquarema-RJ
MC-811	Zona Costeira e Marinha	Baía de Guanabara e áreas adjacentes	Muito alta	Manejo; Recuperação	34.893,776	Duque de Caxias-RJ, Rio de Janeiro-RJ
MC-812	Zona Costeira e Marinha	Baía de Sepetiba	Extremamente alta	Manejo; Recuperação	23.809,369	Itaguaí-RJ, Mangaratiba-RJ
MC-813	Zona Costeira e Marinha	Baía da Ilha Grande	Extremamente alta	Manejo; Inventário; Criação de UC	65.257,874	Angra dos Reis-RJ, Parati-RJ
MC-814	Zona Costeira e Marinha	Enseada de Picinguaba até Caraguatatuba	Extremamente alta	Manejo; Inventário; Criação de UC	22.400,997	Ubatuba-SP

Capítulo 3

MC-815	Zona Costeira e Marinha	Litoral externo da Ilha Bela	Insuficientemente conhecida	Inventário	10.479,411	Ilhabela-SP
MC-816	Zona Costeira e Marinha	Canal de São Sebastião, Ilha de São Sebastião e arredores	Extremamente alta	Manejo; Criação de UC	17.153,254	Caraguatatuba-SP, São Sebastião-SP
MC-817	Zona Costeira e Marinha	São Sebastião até Guarujá	Muito alta	Inventário; Manejo; Criação de UC	18.002,829	Bertioga-SP, Guarujá-SP, São Sebastião-SP
MC-818	Zona Costeira e Marinha	Guarujá até São Vicente	Muito alta	Manejo; Recuperação; Criação de UC	8.081,236	Cubatão-SP, Santos-SP, São Vicente-SP
MC-819	Zona Costeira e Marinha	Costão da Praia Grande	Alta	Inventário	996,777	Praia Grande-SP, São Vicente-SP
MC-820	Zona Costeira e Marinha	Ilhotas e Mar adjacente entre Peruíbe e Praia Grande	Insuficientemente conhecida	Inventário; Criação de UC	1.516,480	
MC-821	Zona Costeira e Marinha	Estação Ecológica de Juréia-Itatins (exclusive) até o Costão Sul de Itanhaém	Insuficientemente conhecida	Inventário	14.395,292	Itanhaém-SP, Peruíbe-SP
MC-822	Zona Costeira e Marinha	Ilhotas e Mar adjacente ao Município de Cananéia e Ilha Comprida	Insuficientemente conhecida	Inventário; Criação de UC	1.215,727	
MC-823	Zona Costeira e Marinha	Baixada do Ribeira do Iguape	Insuficientemente conhecida	Inventário	120.201,536	Cananéia-SP, Iguape-SP, Pariqueira-Açu-SP, Registro-SP
MC-824	Zona Costeira e Marinha	Cananéia - Iguape - Peruíbe	Extremamente alta	Inventário; Criação de UC	120.723,239	Cananéia-SP, Iguape-SP, Ilha Comprida-SP, Pariqueira-Açu-SP, Peruíbe-SP

Capítulo 3



MC-825	Zona Costeira e Marinha	Complexo Estuarino Baía de Paranaguá	Extremamente alta	Manejo; Recuperação	67.379,187	Antonina-PR, Guaraqueçaba-PR, Paranaguá-PR
MC-826	Zona Costeira e Marinha	Ilhas costeiras do Paraná	Extremamente alta	Criação de UC	8.573,961	
MC-827	Zona Costeira e Marinha	Planície de Praia de Leste	Muito alta	Manejo; Recuperação; Inventário; Criação de UC	5.687,178	Matinhos-PR, Pontal do Paraná-PR
MC-828	Zona Costeira e Marinha	Baía de Guaratuba	Extremamente alta	Manejo; Criação de UC	5.330,458	Guaratuba-PR
MC-829	Zona Costeira e Marinha	Planície Costeira Sul de Guaratuba	Muito alta	Recuperação	1.852,508	Guaratuba-PR, Itapoá-SC
MC-830	Zona Costeira e Marinha	Ilhas do Litoral de Santa Catarina	Extremamente alta	Manejo; Inventário; Criação de UC	4.527,937	Florianópolis-SC, Itapoá-SC
MC-831	Zona Costeira e Marinha	Ponta do Gancho - Barra do Sul	Extremamente alta	Manejo; Criação de UC	57.652,813	Araquari-SC, Balneário Barra do Sul-SC, Garuva-SC, Itapoá-SC, Joinville-SC, São Francisco do Sul-SC
MC-832	Zona Costeira e Marinha	Praia Vermelha-Penha	Insuficientemente conhecida	Manejo; Inventário; Criação de UC	1.604,265	Piçarras-SC
MC-833	Zona Costeira e Marinha	Costa Brava (Balneário de Camboriú)	Extremamente alta	Manejo; Inventário; Criação de UC	966,061	Camboriú-SC, Itapema-SC
MC-834	Zona Costeira e Marinha	Bombinhas, Foz do Rio Tijucas e Baía de Tijucas	Extremamente alta	Manejo; Inventário; Criação de UC	2.054,193	Bombinhas-SC
MC-835	Zona Costeira e Marinha	Anhatomirim	Muito alta	Manejo	2.124,940	Governador Celso Ramos-SC

Capítulo 3

MC-836	Zona Costeira e Marinha	Porção Ocidental da Ilha de Santa Catarina e Foz do Rio Cubatão	Muito alta	Manejo; Recuperação	3.822,425	Florianópolis-SC, Palhoça-SC, Santo Amaro da Imperatriz-SC, São José-SC
MC-837	Zona Costeira e Marinha	Porção Oriental da Ilha de Santa Catarina	Muito alta	Manejo; Recuperação; Criação de UC	5.534,809	Florianópolis-SC
MC-838	Zona Costeira e Marinha	Zona Costeira do P.E. do Tabuleiro	Muito alta	Manejo	3.002,496	Garopaba-SC, Palhoça-SC, Paulo Lopes-SC
MC-839	Zona Costeira e Marinha	Complexo Lagunar Centro-Sul Catarinense	Extremamente alta	Manejo; Inventário; Criação de UC	49.866,647	Garopaba-SC, Imaruí-SC, Imbituba-SC, Jaguaruna-SC, Laguna-SC
MC-840	Zona Costeira e Marinha	Complexo Mampituba-Sombrio-Aranguá	Insuficientemente conhecida	Inventário; Criação de UC	43.997,805	Aranguá-SC, Balneário Arroio do Silva-SC, Balneário Gaivota-SC, Içara-SC, Passo de Torres-SC, Santa Rosa do Sul-SC, São João do Sul-SC, Sombrio-SC
MC-841	Zona Costeira e Marinha	Ilha dos Lobos	Extremamente alta	Manejo	276,247	Área Marinha
MC-842	Zona Costeira e Marinha	Complexo de Itapeva	Extremamente alta	Manejo; Criação de UC	780,871	Torres-RS
MC-843	Zona Costeira e Marinha	Cordões Lagunares ao Norte de Tramandaí	Extremamente alta	Manejo; Recuperação; Criação de UC	46.733,599	Capão da Canoa-RS, Dom Pedro de Alcântara-RS, Maquiné-RS, Osório-RS, Terra de Areia-RS, Três Cachoeiras-RS
MC-844	Zona Costeira e Marinha	Estuário do Rio Tramandaí - Armazém	Muito alta	Manejo	374,808	Osório-RS, Tramandaí-RS
MC-845	Zona Costeira e Marinha	Cordões Lagunares ao Sul de Tramandaí	Extremamente alta	Manejo; Recuperação; Criação de UC	16.361,618	Balneário Pinhal-RS, Cidreira-RS, Palmares do Sul-RS, Tramandaí-RS

Capítulo 3

MC-846	Zona Costeira e Marinha	Cordão Lagunar da Restinga de São José	Extremamente alta	Manejo; Recuperação; Criação de UC	24.645,826	Mostardas-RS, Palmares do Sul-RS
MC-847	Zona Costeira e Marinha	Faixa Praial e Dunas da Península de São José	Extremamente alta	Manejo; Recuperação; Criação de UC	52.640,067	Mostardas-RS, São José do Norte-RS, Tavares-RS
MC-848	Zona Costeira e Marinha	Banhado da fazenda Cavallhada	Alta	Manejo; Recuperação	3.033,042	Mostardas-RS
MC-849	Zona Costeira e Marinha	Lagoa do Casamento	Insuficientemente conhecida	Inventário; Criação de UC	31.181,013	Capivari do Sul-RS
MC-850	Zona Costeira e Marinha	Lagoa dos Gateados	Extremamente alta	Manejo; Criação de UC	17.218,634	Palmares do Sul-RS
MC-851	Zona Costeira e Marinha	Lagoa do Cerro	Extremamente alta	Manejo; Inventário; Criação de UC	15.103,259	Tapes-RS
MC-852	Zona Costeira e Marinha	Saco de Tapes	Insuficientemente conhecida	Manejo; Inventário	23.908,804	Tapes-RS
MC-853	Zona Costeira e Marinha	Lagoa da Reserva	Alta	Manejo; Recuperação; Criação de UC	2.166,374	Mostardas-RS
MC-854	Zona Costeira e Marinha	Lagoa de Mostardas	Alta	Manejo; Recuperação; Criação de UC	6.010,286	Lagoa Dos Patos-RS, Mostardas-RS, Tavares-RS
MC-855	Zona Costeira e Marinha	Lagoa do Rincão	Alta	Manejo; Recuperação; Criação de UC	2.800,381	Mostardas-RS, Tavares-RS
MC-856	Zona Costeira e Marinha	Lagoa dos Patos (excluindo o estuário)	Alta	Manejo; Inventário	815.689,860	Arambaré-RS, Lagoa dos Patos-RS

Capítulo 3

MC-857	Zona Costeira e Marinha	Lagoa Pequena	Extremamente alta	Criação de UC	9.997,066	Turuçu-RS
MC-858	Zona Costeira e Marinha	Banhado e Lagoas do Estreito	Insuficientemente conhecida	Inventário, Criação de UC	10.728,554	São José do Norte-RS
MC-859	Zona Costeira e Marinha	Estuário da Lagoa dos Patos	Extremamente alta	Manejo, Criação de UC	93.686,375	Lagoa dos Patos-RS, Rio Grande-RS
MC-860	Zona Costeira e Marinha	Canal São Gonçalo e Banhados Associados	Alta	Criação de UC	25.880,531	Arroio Grande-RS, Capão do Leão-RS, Pelotas-RS, Rio Grande-RS
MC-861	Zona Costeira e Marinha	Delta do Camaquã	Extremamente alta	Manejo	20.293,679	Camaquã-RS, Cristal-RS
MC-862	Zona Costeira e Marinha	Banhado do Mato Grande	Extremamente alta	Manejo; Inventário; Criação de UC	9.695,283	Arroio Grande-RS, Rio Grande-RS
MC-863	Zona Costeira e Marinha	Banhado do Mundo Novo	Extremamente alta	Manejo; Inventário; Criação de UC.	11.196,398	Arroio Grande-RS, Lagoa Mirim-RS
MC-864	Zona Costeira e Marinha	Lagoa Mirim	Alta	Manejo	268.151,699	Lagoa Mirim-RS
MC-865	Zona Costeira e Marinha	Banhado Arroio del Rei	Extremamente alta	Manejo; Recuperação; Criação de UC	69.555,257	Lagoa Mirim-RS, Santa Vitória do Palmar-RS
MC-866	Zona Costeira e Marinha	Faixa Praial Chuí - Cassino	Extremamente alta	Criação de UC	69.432,182	Rio Grande-RS, Santa Vitória do Palmar-RS
MC-867	Zona Costeira e Marinha	Lagoa Mangueira e Banhados associados	Alta	Manejo; Criação de UC	117.441,123	Santa Vitória do Palmar-RS

Capítulo 3



MC-868	Zona Costeira e Marinha	Palmares ao Norte de Santa Vitória do Palmar	Muito alta	Recuperação; Criação de UC	1.113,579	Santa Vitória do Palmar-RS
MC-869	Zona Costeira e Marinha	Chuí	Alta	Manejo; Recuperação; Inventário	1.513,529	Chuí-RS, Santa Vitória do Palmar-RS
MC-870	Zona Costeira e Marinha	Plataforma do Amapá	Extremamente alta	Manejo; Inventário; Criação de UC	7.694.408,981	Amapá-AP, Calçoene-AP
MC-871	Zona Costeira e Marinha	Golfão Marajoara	Insuficientemente conhecida	Manejo	8.660.718,517	Amapá-AP, Chaves-PA, Macapá-AP, São Caetano de Odivelas-PA, Soure-PA
MC-872	Zona Costeira e Marinha	Plataforma Leste do Pará, Maranhão e Golfão Maranhense	Extremamente alta	Manejo	10.260.455,243	Apicum-Açu-MA, Araióses-MA, Humberto de Campos-MA, Porto Rico do Maranhão-MA, Quatipuru-PA, Salinópolis-PA, São João de Pirabas-PA, São José de Ribamar-MA, Serrano do Maranhão-MA
MC-873	Zona Costeira e Marinha	Parcel Manuel Luiz	Extremamente alta	Inventário; Criação de UC	401.116,963	Área Marinha
MC-874	Zona Costeira e Marinha	Ceará até o Cabo de São Roque	Muito alta	Manejo	4.954.725,537	Acará-CE, Aquiraz-CE, Aracati-CE, Areia Branca-RN, Barroquinha-CE, Beberibe-CE, Caiçara do Norte-RN, Cajueiro da Praia-PI, Camocim-CE, Cascavel-CE, Cruz-CE, Extremoz-RN, Fortaleza-CE, Fortim-CE, Grossos-RN, Guamaré-RN, Icapuí-CE, Itarema-CE, Jijoca de Jericoacoara-CE, Maxaranguape-RN, Pedra Grande-RN, Porto do Mangue-RN, Rio do Fogo-RN, São Miguel de Touros-RN, Tibau-RN, Touros-RN

Capítulo 3

MC-875	Zona Costeira e Marinha	Bancos da Cadeia Norte Brasileira	Muito alta	Manejo; Recuperação; Inventário	575.770,000	Área Marinha
MC-876	Zona Costeira e Marinha	Arquipélago de São Pedro e São Paulo	Extremamente alta	Inventário; Criação de UC	49.562,223	Área Marinha
MC-877	Zona Costeira e Marinha	Fernando de Noronha	Extremamente alta	Manejo; Inventário	75.572,516	Fernando de Noronha (Distrito Estadual)-PE
MC-878	Zona Costeira e Marinha	Atol das Rocas	Extremamente alta	Manejo	43.089,527	Área Marinha
MC-879	Zona Costeira e Marinha	Talude da Região Nordeste	Alta	Inventário	9.666.327,814	Área Marinha
MC-880	Zona Costeira e Marinha	Cabo de São Roque até a Baía de Todos os Santos	Muito alta	Manejo	1.863.111,900	Baía da Traição-PB, Baía Formosa-RN, Barra de São Miguel-AL, Barreiros-PE, Cabedelo-PB, Cabo de Santo Agostinho-PE, Conde-PB, Coruipe-AL, Extremoz-RN, Goiana-PE, Ipojuca-PE, Jaboatão dos Guararapes-PE, João Pessoa-PB, Lucena-PB, Marcação-PB, Mataraca-PB, Natal-RN, Nísia Floresta-RN, Olinda-PE, Parnamirim-RN, Paulista-PE, Pitimbu-PB, Recife-PE, Rio Formoso-PE, Rio Tinto-PB, São José da Coroa Grande-PE, Senador Georgino Avelino-RN, Sirinhaém-PE, Tamandaré-PE, Tibau do Sul-RN
MC-881	Zona Costeira e Marinha	Delta do Rio São Francisco	Extremamente alta	Manejo	200.767,392	Brejo Grande-SE, Feliz Deserto-AL, Pacatuba-SE, Piaçabuçu-AL

Capítulo 3



MC-882	Zona Costeira e Marinha	Litoral da Bahia, da entrada sul da Baía de Todos os Santos até Ilhéus	Muito alta	Manejo; Inventário	267.094,968	Cairu-BA, Uruçuca-BA
MC-883	Zona Costeira e Marinha	Bancos Oceânicos da Cadeia Norte de Abrolhos	Insuficientemente conhecida	Inventário	118.527,593	Área Marinha
MC-884	Zona Costeira e Marinha	Área da Plataforma Continental	Insuficientemente conhecida	Inventário	273.915,532	Canavieiras-BA, Ilhéus-BA, Una-BA
MC-885	Zona Costeira e Marinha	Complexo de Abrolhos	Extremamente alta	Manejo; Criação de UC	5.555.380,805	Belmonte-BA, Caravelas-BA, Conceição da Barra-ES, Mucuri-BA, Nova Viçosa-BA, Prado-BA, Santa Cruz Cabrália-BA
MC-886	Zona Costeira e Marinha	Sul do Espírito Santo	Extremamente alta	Manejo; Inventário; Criação de UC	604.966,802	Itapemirim-ES, Marataizes-ES, Piúma-ES, Presidente Kennedy-ES, Serra-ES
MC-887	Zona Costeira e Marinha	Bancos Oceânicos da Cadeia Vitória - Trindade	Insuficientemente conhecida	Inventário	4.788.207,731	Área Marinha
MC-888	Zona Costeira e Marinha	Ilhas da Trindade e Martin Vaz	Extremamente alta	Manejo; Recuperação; Inventário; Criação de UC	53.210,607	Área Marinha
MC-889	Zona Costeira e Marinha	Cabo Frio/Bacia de Campos	Extremamente alta	Criação de UC	8.549.003,983	Araruama-RJ, Armação de Búzios-RJ, Arraial do Cabo-RJ, Cabo Frio-RJ, Carapebus-RJ, Macaé-RJ, Maricá-RJ, Niterói-RJ, Quissamã-RJ, Rio das Ostras-RJ, São Francisco de Itabapoana-RJ, São João da Barra-RJ, Saquarema-RJ
MC-890	Zona Costeira e Marinha	Ilha Grande / Ubatumirim	Extremamente alta	Manejo	422.370,275	Angra dos Reis-RJ, Parati-RJ, Ubatuba-SP
MC-891	Zona Costeira e Marinha	Ilha de São Sebastião	Extremamente alta	Manejo	821.776,286	Ilhabela-SP, Ubatuba-SP

Capítulo 3

MC-892	Zona Costeira e Marinha	Laje de Santos / Alcatrazes / Queimada Grande	Extremamente alta	Manejo; Criação de UC	137.216,364	Área Marinha
MC-893	Zona Costeira e Marinha	Sul de São Paulo / Paraná	Extremamente alta	Manejo; Criação de UC	3.118.334,678	Matinhos-PR, Pontal do Paraná-PR
MC-894	Zona Costeira e Marinha	Plataforma de São Francisco do Sul	Muito alta	Manejo	1.060.597,204	Itapoá-SC
MC-895	Zona Costeira e Marinha	Plataforma da Ilha do Arvoredo	Muito alta	Manejo; Criação de UC	417.357,906	Bombinhas-SC, Governador Celso Ramos-SC
MC-896	Zona Costeira e Marinha	Baleia Franca	Extremamente alta	Criação de UC	245.241,948	Florianópolis-SC, Garopaba-SC, Imbituba-SC, Laguna-SC, Palhoça-SC
MC-897	Zona Costeira e Marinha	Pontoporia Sul	Extremamente alta	Manejo; Inventário	3.123.280,521	Araranguá-SC, Arroio do Sal-RS, Bañeário Arroio do Silva-SC, Bañeário Gai-vota-SC, Bañeário Pinhal-RS, Capão da Canoa-RS, Cidreira-RS, Içara-SC, Imbê-RS, Jaguaruna-SC, Mostardas-RS, Palmares do Sul-RS, Passo de Torres-SC, Rio Grande-RS, Santa Vitória do Palmar-RS, São José do Norte-RS, Tavares-RS, Torres-RS, Tramandaí-RS, Xangri-lá-RS
MC-898	Zona Costeira e Marinha	Corredor da Biodiversidade Plataforma Sul	Extremamente alta	Manejo; Inventário; Criação de UC	1.739.749,795	Área Marinha
MC-899	Zona Costeira e Marinha	Talude da região sul	Muito alta	Manejo; Inventário	7.547.228,171	Área Marinha
MC-900	Zona Costeira e Marinha	Plataforma Sudeste-Sul	Muito alta	Manejo; Criação de UC	10.989.011,363	Bañeário Barra do Sul-SC, Bañeário Cam-boriú-SC, Barra Velha-SC, Bertoga-SP, Bombinhas-SC, Florianópolis-SC, Guarujá-SP, Itajaí-SC, Itapema-SC, Navegantes-SC, Penha-SC, Piçarras-SC, São Sebastião-SP



Capítulo 3

Referências Bibliográficas

CAPOBIANCO, J. P. R.; VERÍSSIMO, A.; MOREIRA, A.; SAWYER, D.; SANTOS, I.; PINTO, L.P. (orgs.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira** - Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação da Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001. 540 p.

CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL; FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS; INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS; SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO; INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - MG. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos**. Brasília: MMA/SBF. 2000. 40p.

FUNDAÇÃO BIO-RIO; SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO PARÁ; INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE; SOCIEDADE NORDESTINA DE ECOLOGIA (*et al.*). **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade das Zonas Costeira e Marinha**. Brasília: MMA/SBF, 2002. 72p.

FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA; CONSERVATION INTERNATIONAL; FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade do Cerrado e Pantanal**. Brasília: MMA/ SBF, 2000. 26p.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL; INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA; GRUPO DE TRABALHO AMAZÔNICO; INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA; INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA; CONSERVATION INTERNATIONAL. **Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. Brasília: MMA/SBF. 144 p. 2001.

LEWINSOHN, T. M.; PRADO, P. I. **Biodiversidade brasileira: síntese do estado atual do conhecimento**. São Paulo. Contexto, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO; FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO; CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL; FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS; EMBRAPA/ SEMI-ÁRIDO. **Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Caatinga**. Brasília: MMA/ SBF. 36p. 2002.

O Segundo Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica: Brasil apresenta o grau de implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB no Brasil até dezembro de 2002. Tal publicação contém as 377 questões do questionário do Guia para Relatórios Nacionais, estabelecido pelas Partes da Convenção (Decisão V/19), respondidas por meio de processo de consulta aos setores gestores da biodiversidade brasileira. A publicação também descreve o processo de elaboração da Estratégia Nacional de Biodiversidade que culminou na assinatura do Decreto nº 4.339, do Presidente da República, o qual instituiu os princípios e as diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade, em 22 de agosto de 2002. Os dois processos supracitados foram coordenados pelo Projeto Estratégia Nacional de Diversidade Biológica e Relatório Nacional do Ministério do Meio Ambiente – MMA. Nesse documento, também é apresentada a síntese das cinco avaliações por conjunto dos principais biomas brasileiros (Amazônia, Cerrado & Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica & Campos Sulinos e Zonas Costeira & Marinha), coordenadas pelo Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO do MMA, entre 1998 e 2000. Essas avaliações, que contaram com a participação de gestores governamentais, acadêmicos e representantes de organizações não-governamentais, resultaram na indicação de 900 áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira.

Esse livro é parte da série BIODIVERSIDADE, produzida pelo Ministério do Meio Ambiente para promover o conhecimento sobre os projetos e estudos desenvolvidos pela Diretoria de Conservação da Biodiversidade. O Segundo Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica: Brasil é a décima publicação desta série composta por:

1. Política Nacional de Biodiversidade: Roteiro de Consulta para Elaboração de uma Proposta;
2. Convenção sobre Diversidade Biológica: Conferência para Adoção do Texto Acordado da CDB – Ato Final de Nairobi;
3. Legislação Ambiental Brasileira: Grau de Adequação à Convenção sobre Diversidade Biológica;
4. Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil;
5. Biodiversidade Brasileira: Avaliação e Identificação de Áreas e Ações Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira;
6. Fragmentação de Ecossistemas: Causas, Efeitos sobre a Biodiversidade e Recomendações de Políticas Públicas;
7. *Evaluation of the State of Knowledge on Biological Diversity in Brazil: Executive Summary* (Avaliação do Estado do Conhecimento da Diversidade Biológica do Brasil: Sumário Executivo em inglês);
8. *Evaluación del Estado del Conocimiento sobre Diversidad Biológica de Brasil: Resumen Ejecutivo* (Avaliação do Estado do Conhecimento da Diversidade Biológica do Brasil: Sumário Executivo em espanhol);
9. Brejos de Altitude em Pernambuco e Paraíba: História Natural, Ecologia e Conservação.

As publicações da série Biodiversidade são especialmente recomendadas aos pesquisadores, técnicos especializados, professores e estudantes dos diversos níveis de ensino.

Esses e outros títulos poderão ser solicitados ao MMA por intermédio do Centro de Informações e Documentação Luis Eduardo Magalhães - CID Ambiental, cujo endereço e site se encontram no verso da folha de rosto de cada livro.

Paulo Yoshio Kageyama
Diretor do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade

ISBN



Ministério do
Meio Ambiente

